

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

“Por Ti, América”:

**Luta Armada, Internacionalismo e Latino-Americanismo na
Trajetória da *Junta de Coordinación Revolucionaria***

Izabel Priscila Pimentel da Silva

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Samantha Viz Quadrat

Niterói

2016

Folha de Aprovação

“POR TI, AMÉRICA”: LUTA ARMADA, INTERNACIONALISMO E LATINO-AMERICANISMO NA TRAJETÓRIA DA *JUNTA DE COORDINACIÓN REVOLUCIONARIA*

Izabel Priscila Pimentel da Silva

Tese submetida ao corpo docente do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense - UFF, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Doutor.

Aprovada por:

Profª. Drª. Samantha Viz Quadrat (UFF) - Orientadora

Prof. Dr. Enrique Serra Padrós (UFRGS)

Prof. Dr. Jean Rodrigues Sales (UFRRJ)

Profª. Drª. Jessie Jane Vieira de Souza (UFRJ)

Profª. Drª. Maria Paula Nascimento Araújo (UFRJ)

Suplentes:

Prof. Dr. Daniel Aarão Reis Filho (UFF)

Profª. Drª. Icleia Thiesen (UNIRIO)

Niterói

2016

Ficha Catalográfica elaborada pela Biblioteca Central do Gragoatá

S586 Silva, Izabel Priscila Pimentel da.
"Por ti, América": luta armada, internacionalismo e latino-americanismo na trajetória da Junta de Coordinación Revolucionaria / Izabel Priscila Pimentel da Silva. – 2016.
285 f. ; il.

Orientadora: Samantha Viz Quadrat.
Tese (Doutorado em História Social) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. Departamento de História, 2016.

Bibliografia: f. 265-285.

1. Luta revolucionária. 2. Internacionalismo. 3. Junta de Coordinación Revolucionaria. 4. Latino-americanismo. I. Quadrat, Samantha Viz. II. Universidade Federal Fluminense. Instituto de

*A Renato Soares Coutinho, o rapaz latino-
americano que revolucionou minha vida.*

Agradecimentos

Agradeço inicialmente ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pelos quatro anos de bolsa e taxa de bancada, que foram fundamentais para a concretização dessa pesquisa, aquisição de livros, viagens de pesquisa e participação em congressos. Agradeço também à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela concessão da bolsa de doutorado-sanduiche, que me possibilitou morar na Argentina e consultar seus arquivos e bibliotecas, cujos acervos foram essenciais para a redação desta tese. Espero retribuir com ensino e pesquisa e com a luta por um ensino público, gratuito e de qualidade!

À Maria Paula Araújo, que foi minha professora no mestrado e doutorado e minha “chefe” no projeto “Marcas da Memória”, agradeço imensamente o carinho, a generosidade e as conversas. Você confiou e acreditou em meu potencial mais do que eu mesma seria capaz e sua presença foi fundamental em minha trajetória acadêmica e profissional. Fico muito feliz por todos os trabalhos que fizemos juntas, por ter você na banca de doutorado e por poder contar com sua amizade.

Ao professor Daniel Aarão Reis, que tive o prazer de ter como orientador no mestrado e contar com sua participação na banca de qualificação desta tese de doutorado. Agradeço a leitura atenta do texto, as sugestões sempre pertinentes e o exemplo como historiador.

Aos professores Enrique Serra Padrós, Jean Rodrigues Sales e Jessie Jane Vieira de Souza, que gentilmente aceitaram participar da banca examinadora final da tese. Fico muito feliz em poder contar com suas considerações e sugestões nesta etapa tão importante de minha vida.

Aos professores da Universidade Castelo Branco, onde sou professora de História da América deste 2012, agradeço o companheirismo, a convivência sempre agradável e o incentivo para terminar a tese. Agradeço especialmente aos colegas do curso de História, Almir Marques (o “chefinho”), Arthur Viana, Cláudia Azevedo, Luciana Lamblet e Renato Coutinho e às professoras do curso de Geografia, Alba Sales, Andréa Mendes e Paula Moura.

Aos professores da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (*campus* Nova Iguaçu), onde tive a oportunidade de atuar como professora substituta de História da América ao longo do ano de 2015, agradeço o exemplo profissional, a recepção calorosa na universidade, as caronas para voltar de Nova Iguaçu às 22h e o incentivo para concluir o doutorado. Agradeço especialmente aos professores do curso de História Jean Sales Rodrigues, Lúcia Helena Pereira, Marcos Caldas, Rafael Alonso, Rafael Araújo e Raquel

Alvitos; e à professora Clarice Menezes Vieira do curso de Economia.

Ao professor Vanderlei Vazelesk, meu coordenador na disciplina de História da América II no curso de licenciatura a distância na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (onde atuo como professora-tutora), agradeço o incentivo para concluir o doutorado e o convite generoso para palestrar sobre o tema da minha tese para seus alunos da UNIRIO.

Em uma tese que estuda o internacionalismo, tive o prazer de contar com muita ajuda e cooperação internacionais. Na Argentina, agradeço à professora Marina Franco, minha orientadora no exterior, a acolhida em seu núcleo de pesquisa na Universidad Nacional de San Martín e as preciosas sugestões para minha pesquisa; à Gabriel Rot pela indicação de contatos para entrevistas; à Vera Carnovale pelas conversas sobre as esquerdas sul-americanas e indicação de contatos para entrevistas; a Pablo Gudiño Bessone, pela transcrição das entrevistas que realizei em espanhol. Na França, agradeço a historiadora grega especialista em Chile Eugenia Palieraki pela indicação de documentos e bibliografia. No México, agradeço ao pesquisador Marco Antonio Sandoval, que também estuda a JCR, a interlocução sobre o tema. No Uruguai, sou imensamente grata ao professor Aldo Marchesi, pela indicação de livros, fontes e contatos e por ter me auxiliado com os trâmites para consultar o arquivo da Universidad de la República; à professora Clara Aldrighi, pela indicação de contatos para entrevistas; ao *tupa* David Cámpora, por ter doado toda a documentação que guardou para o arquivo público da UDELAR e por ter me auxiliado no agendamento das entrevistas.

Aos meus entrevistados, que me abriram as portas de suas casas e de suas vidas e compartilharam comigo suas lembranças, suas dores e alegrias.

Na universidade, tive a oportunidade de conhecer outros pesquisadores que compartilham o gosto por estudar a América do Sul. Agradeço às *chicas*: Isabel Leite, pela interlocução e pela enorme gentileza de ter me buscado no aeroporto em Buenos Aires; Adrianna Setemy, pelo carinho, pela torcida, pelas dicas dos cafés *porteños* e pelas indicações de documentos; Nashla Dahas, pela indicação de bibliografia e documentos sobre as esquerdas chilenas. Agradeço ainda ao *chico*: Eric Assis, pelo empréstimo de livros e pela gentileza de comprar dois livros pra mim durante sua estadia no Chile.

À Maria Laura, minha professora de espanhol, agradeço a ajuda para tentar superar a timidez e *hablar castellano* e o auxílio para encontrar um apartamento para morar em Buenos Aires; e à Moana Souto, pela enorme gentileza de ter traduzido o resumo da tese para o espanhol.

Percorrer os anos de vida acadêmica, concomitantemente à vida profissional, foi uma tarefa árdua, mas tudo ficou muito mais leve e divertido porque sempre contei com minhas

amigas e meus amigos, que tornam meu mundo mais completo e feliz. Começando pela “velha guarda”, quero agradecer imensamente aos *uerjianos*, meus amigos desde os tempos da graduação no 9º andar da UERJ: Alex Cassal, o amigo genial, historiador-ator-diretor, que foi morar em Portugal e deixou saudades; Andréa Queiroz, a mais engraçada, que sempre acompanhou e incentivou minha trajetória acadêmica; Fábio Bocco, o rei dos *nerds*, consultor para assuntos de quadrinhos e filmes *trash*; Januária Teive, a amiga que se destaca na multidão, a quem agradeço a companhia sempre divertida e alto astral e a ajuda inestimável em todos os momentos, incluindo nos momentos de perrengue financeiro; Patrícia Faria, a amiga intelectual, a primeira doutora da turma, agradeço o carinho e o incentivo de sempre; Rafael Albuquerque, o *Morrissey*, o amigo-rabugento (que no fundo é um doce, mas prefere “manter a fama de mau”), grande companheiro de conversas etílicas; Roberta Melo, amiga-cumadre-metade, agradeço a presença constante em minha vida, o ombro amigo, o colo, as tiradas sarcásticas, a alegria de nossos encontros e a chegada do Alexandre, meu amigo-cumpade. A este grupo, juntaram-se os *calouros* Daniel Pinha, o rei dos trocadilhos, e Viviane Araújo, amiga que compartilha o amor pela Argentina, a quem agradeço ainda as dicas sobre Buenos Aires.

À Aline Maller, agradeço a amizade e a torcida. Lembro com carinho do tempo em que dividíamos o apartamento e fazíamos do nosso cotidiano um tempo de gentileza e bom-humor. Você sempre será a minha *menina Medeiros* (piada interna!).

À Maria Augusta André e Regina Guilliod pelo companheirismo, pela ajuda na locação de meu apartamento e pelo incentivo para terminar a tese.

À Beatriz Morgado e Poliane Tardim. Foi uma delícia aproveitar os meus vinte e poucos anos ao lado de vocês. Lembro com muito carinho daqueles tempos em que colocar a mochila nas costas era tudo o que a gente precisava fazer pra ser feliz. Sana, Aldeia Velha, Maromba, São Tomé das Letras, Serra do Cipó... Com vocês eu iria pra qualquer lugar! Os anos passaram, mas nosso carinho e amizade continuam os mesmos.

Às queridas *gettyinhas*, que conheci quando trabalhei na Biblioteca Nacional: Bianca Fonseca, Eliza Amadeo, Luciana Barbio, Monique Cabral. A esse grupo, juntou-se Tatiana Lomba, que agregou “mais valor ao nosso camarote”. Agradeço a amizade, o carinho e a torcida. Nossos encontros são sempre uma delícia!

À Cecília Matos, amiga querida, por estar sempre presente ao meu lado. Agradeço as longas conversas ao telefone, a sensibilidade e paciência para me ouvir, a companhia sempre divertida nos cinemas, bares, restaurantes e na vida.

À Desirree Reis, agradeço a parceria profissional e acadêmica e, sobretudo, a amizade

e o companheirismo nos últimos anos. Sua presença é sempre uma alegria pra mim!

À equipe do projeto “Marcas da Memória”, com quem tive o prazer de conviver por dois anos: Fernanda Abreu, Glenda Gathe, Helena Rossi, Renato Pais, Zamara Oliveira. Aprendi muito trabalhando com vocês. Agradeço o carinho, as trocas, o incentivo e os encontros sempre divertidos.

Aos meus sogros, Regina e Nelson, por me acolherem tão bem na nova família que ganhei. À Regina, em especial, por ser mais um exemplo de mulher forte que conheci na vida. À cunhada, Carolina, também pela acolhida carinhosa e por gentilmente ter feito o “abstract” desta tese.

Às minhas irmãs, Ieda e Flávia, e sobrinhas, Thássila, Thayla e Hadasse, pela torcida, pelo carinho e pela alegria quando essa mulherada se reúne.

À minha orientadora, Samantha Viz Quadrat. Você foi fundamental para eu conseguir terminar o doutorado e elaborar esta tese. Obrigada pela compreensão, pelo bom-humor, pela liberdade em me deixar caminhar pelas próprias pernas, pelos puxões de orelha, pela paciência, por me ajudar a superar a insegurança e a falta de tempo, por ter sempre acreditado em meu potencial e por ter continuamente estado ao meu lado, como orientadora e amiga.

Aos meus pais, Jorge e Neide, pelo carinho e apoio durante todos esses anos. Apesar de não terem tido a oportunidade de completar seus estudos, sempre apoiaram meus esforços acadêmicos, permitindo que a filha caçula fosse a primeira da família a ter nível superior e pós-graduação. Sem sua ajuda financeira e emocional eu jamais teria conseguido chegar até aqui. E mesmo quando minhas escolhas afastaram-se do caminho que eles gostariam que eu traçasse, continuaram a me apoiar e ajudar em todas as circunstâncias, demonstrando um amor incondicional, daqueles que só pais e filhos conseguem compartilhar.

À Renato Soares Coutinho, que, em pouco tempo, entrou na minha história de forma indelével e revolucionou minha vida. Obrigada por trazer a gentileza, a delicadeza, o bom-humor e o companheirismo de volta ao meu cotidiano! Obrigada por não “perder la ternura jamás”! Obrigada por ser o homem que me completa e me transborda! Obrigada por ter o colo perfeito onde eu posso repousar meu amor!

Resumo

Esta tese de doutorado tem por objetivo principal analisar o internacionalismo revolucionário na América do Sul ao longo das décadas de 1960 e 1970, em especial as práticas internacionalistas que se concretizaram através da criação da *Junta de Coordinación Revolucionaria* (JCR), organização integrada por quatro dos mais significativos grupos da esquerda armada sul-americana: o *Movimiento de Liberación Nacional-Tupamaros* (do Uruguai); o *Movimiento de Izquierda Revolucionaria* (do Chile); o *Ejército Revolucionario del Pueblo* (da Argentina) e o *Ejército de Liberación Nacional* (da Bolívia). Ao longo deste trabalho, verificamos que, apesar de suas especificidades, essas organizações revolucionárias também possuíam similitudes teóricas e práticas, que foram fundamentais para o estreitamento de laços entre estes guerrilheiros sul-americanos. Entre estes postulados em comum, podemos apontar o internacionalismo; o latino-americanismo; o antiimperialismo; a concepção de que desencadeariam uma segunda independência da América Latina; a defesa da luta armada e do caráter imediatamente socialista e continental da revolução. Os pressupostos teóricos e a prática revolucionária dessas organizações sul-americanas evidenciavam a existência de uma *cultura política guerrilheira latino-americana*. No entanto, o discurso e prática internacionalistas destes grupos da esquerda armada da América do Sul não foram capazes de superar as divergências presentes entre eles, o que se configurou como um dos fatores preponderantes para o fracasso da experiência internacionalista da *Junta de Coordinación Revolucionaria*.

Palavras-Chave: Luta Revolucionária – Internacionalismo – Junta de Coordinación Revolucionaria – Latino-Americanismo.

Resumen

Esta tesis doctoral tiene como objetivo principal analizar el internacionalismo revolucionario en América del Sur durante los años 1960 y 1970, especialmente las prácticas internacionalistas que se han materializado a través de la creación de la *Junta de Coordinación Revolucionaria* (JCR), organización integrada por cuatro de los grupos más significativos de la izquierda armada sudamericana: el *Movimiento de Liberación Nacional-Tupamaros* (Uruguay); el *Movimiento de Izquierda Revolucionaria* (Chile); el *Ejército Revolucionario del Pueblo* (Argentina) y el *Ejército de Liberación Nacional* (Bolivia). A lo largo de este trabajo, constatamos que, a pesar de sus especificidades, estas organizaciones revolucionarias también tenían similitudes teóricas y prácticas que fueron fundamentales para el estrechamiento de los lazos entre estos guerrilleros sudamericanos. Entre estos postulados en común, podemos señalar el internacionalismo; el latinoamericanismo; el antiimperialismo; la concepción de que desencadenarían la segunda independencia de América Latina; la defensa de la lucha armada y del carácter inmediatamente socialista y continental de la revolución. Los presupuestos teóricos y la práctica revolucionaria de estas organizaciones sudamericanas evidenciaban la existencia de una *cultura política guerrillera latinoamericana*. Sin embargo, el discurso y la práctica internacionalistas de estos grupos de la izquierda armada de América del Sur no fueron capaces de superar las diferencias presentes entre ellos, lo que se configuró como uno de los factores preponderantes para el fracaso de la experiencia internacionalista de la *Junta de Coordinación Revolucionaria*.

Palabras clave: Lucha Revolucionaria – Internacionalismo – Junta de Coordinación Revolucionaria – Latinoamericanismo.

Abstract

The main goal of this doctorship thesis is to analyze the revolutionary internationalism in South America through the decades of 1960's and 1970's specially the internationalist practices that were made real through the creation of the *Junta de Coordinación Revolucionaria* (JCR), this one, integrated by four of the most significant South American armed groups: *Movimiento de Liberación Nacional-Tupamaros* (from Uruguay); *Movimiento de Izquierda Revolucionaria* (from Chile); *Ejército Revolucionario del Pueblo* (from Argentina) and *Ejército de Liberación Nacional* (from Bolivia). Throughout this project it was possible to verify that despite their specificities, these revolutionary organizations also had, not only theoretical, but also practical similarities which were fundamental to the links among the South American revolutionaries. Among these postulates in comum, it was possible to highlight the Latin Americanism; the Anti imperialism; the conception that a second independence of Latin America would be triggered; the defende of armed struggles and of the socialist and continental character of the revolution. The theoretical aspects and the revolutionary practice of these South American organizations indicated the existence of a *Latin American guerrilla politics culture*. However, the internationalist speech and practice of these South American groups were not able to overcome the differences among them what ended up being one of the main reasons to the failure of the internationalist experience of the *Junta de Coordinación Revolucionaria*.

Key Words: Revolutionary-Fight – Internacionalism – Junta de Coordinación Revolucionaria – Latin Americanism.

Lista de Siglas

ALN → Ação Libertadora Nacional

API → Acción Popular Independiente

CAT → Comités de Apoyo a los Tupamaros

CBA → Comitê Brasileiro de Anistia

CC → Comitê Central

CCD → Centro Clandestino de Detenção

CEDINCI → Centro de Documentación e Investigación de la Cultura de Izquierdas en Argentina

Cenimar → Centro de Informações da Marinha

CEPAL → Comissão Econômica para a América Latina

CIA → Central Intelligence Agency

CIE → Centro de Informações do Exército

CIEX → Centro de Informações do Exterior

CISA → Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica

CNT → Convención Nacional de Trabajadores

COSENA → Consejo de Seguridad Nacional

CPL → Comandos Populares de Liberación

DC → Democracia Cristiana

DGSE → Direction Général de Sécurité Extérieur

DI-GB → Dissidência Comunista da Guanabara

DINA → Dirección de Inteligencia Nacional

DIPBA → Dirección de Inteligencia de la Policía de la Provincia de Buenos Aires

DNII → Dirección Nacional de Información e Inteligencia

DSN → Doutrina de Segurança Nacional

DST → Direction de la Surveillance du Territoire

Doi-Codi → Destacamento de Operações de Informações/Centro de Operações de Defesa Interna

DOPS → Departamentos de Ordem Política e Social

EGP → Ejército Guerrillero del Pueblo

ELN → Ejército de Liberación Nacional

ERP → Ejército Revolucionario del Pueblo

FAL → Fuerzas Armadas de Liberación

FALN → Fuerzas Armadas de Liberación Nacional

FAP → Fuerzas Armadas Peronistas

FAR → Fuerzas Armadas Rebeldes

FAR → Fuerzas Armadas Revolucionarias

FARN → Fuerzas Armadas de la Revolución Nacional

FARO → Fuerzas Armadas Revolucionarias Orientales

FSLN → Frente Sandinista de Liberación Nacional

FAU → Federación Anarquista Uruguaya

FBI → Federal Bureau of Investigation

FER → Frente de Estudiantes Revolucionarios

FREJULI → Frente Justicialista de Liberación Nacional

FRIP → Frente Revolucionario Indoamericanista Popular

FTR → Frente de Trabajadores Revolucionarios

GAN → Gran Acuerdo Nacional

GOR → Grupo Obrero Revolucionario

GPM → Grupos Político-Militares

GRAMA → Grupo Avanzada Marxista

IC → Partido Izquierda Cristiana

JCR → Junta de Coordinación Revolucionaria

MAPU → Movimiento de Acción Popular Unitária

MAR → Movimento de Ação Revolucionária

MAS → Movimiento al Socialismo

MAC → Movimiento de Apoyo al Campesinado

MCR → Movimiento Campesino Revolucionario

MIR → Movimiento de Izquierda Revolucionaria

MIR-FR → Movimiento de Izquierda Revolucionaria – Frente Revolucionaria

MLN-T → Movimiento de Liberación Nacional – Tupamaros

MNRT → Movimiento Nacionalista Revolucionario Tacuara

MPLA → Movimento Popular de Libertação da Angola

MPR → Movimiento de Pobladores Revolucionarios

MR-2 → Movimiento Revolucionario Manuel Rodríguez

MR-8 → *Movimento Revolucionário 8 de Outubro*

MRO → Movimiento Revolucionario Oriental

MPS → Medidas Prontas de Seguridad

MRT → Movimento Revolucionário Tiradentes

OLAS → Organización Latinoamericana de Solidaridad

OPEP → Organização dos Países Exportadores de Petróleo

OPR-33 → Organización Popular Revolucionaria 33 Orientales

PAF → Police de l'air et des frontières

PC → Partido Comunista

PCB → Partido Comunista Brasileiro

PCdoB → Partido Comunista do Brasil

PCUS → Partido Comunista da União Soviética

PIR → Partido de Izquierda Radical

PR → Partido Radical

PRT → Partido Revolucionario de los Trabajadores

PRT-B → Partido Revolucionario de los Trabajadores de Bolivia

PS → Partido Socialista

PSD → Partido Social Demócrata

PST → Partido Socialista de los Trabajadores

PTB → Partido Trabalhista Brasileiro

REDE → Resistência Democrática

RG → Renseignements Generaux

SNI → Serviço Nacional de Informação

UCR → Unión Cívica Radical

UDELAR → Universidad de la República Uruguay

UnB → Universidade de Brasília

UP → Unidade Popular

URSS → União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

UTAA → Unión de Trabajadores Azucareros de Artigas

VPR → Vanguarda Popular Revolucionária

VRM → Vanguardia Revolucionaria Marxista

Lista de Imagens

Imagem 1 ⇒ Conferência da Organização Latino-Americana de Solidariedade (1967)	58
Imagem 2 ⇒ Emblemas do <i>Movimiento de Liberación Nacional-Tupamaros</i>	77
Imagem 3 ⇒ Capa da <i>Revista Estrategia</i> (1965)	91
Imagem 4 ⇒ Emblema do <i>Movimiento de Izquierda Revolucionaria</i>	91
Imagem 5 ⇒ Bandeira e emblema do <i>Ejército Revolucionario del Pueblo</i>	114
Imagem 6 ⇒ Capa do jornal <i>El Rebelde</i> (1972)	149
Imagem 7 ⇒ Capa do jornal <i>El Combatiente</i> (1974)	153
Imagem 8 ⇒ Capa do jornal <i>El Tupamaro</i> (1974)	154
Imagem 9 ⇒ Capa do jornal <i>Estrella Roja</i> (1974)	166
Imagem 10 ⇒ Matéria do jornal <i>Estrella Roja</i> (1974)	167
Imagem 11 ⇒ Matéria do jornal <i>Estrella Roja</i> (1975)	169
Imagem 12 ⇒ Convite para a Primeira Reunião de Trabalho de Inteligência Nacional (1975)	177
Imagem 13 ⇒ Capa da <i>Revista Che Guevara</i> (1974)	187
Imagem 14 ⇒ Capa da <i>Revista Che Guevara</i> (1975)	188
Imagem 15 ⇒ Logo da <i>Junta de Coordinación Revolucionaria</i>	189
Imagem 16 ⇒ Capa da <i>Revista Che Guevara</i> (1977).....	192
Imagem 17 ⇒ Capa do jornal <i>El Proletario</i> (1975)	202
Imagem 18 ⇒ Organograma do Secretariado Europeu da JCR	216
Imagem 19 ⇒ Organograma do Secretariado Europeu e Estrutura Interna da JCR nos países	217
Imagem 20 ⇒ Mapa do deslocamento de militantes sul-americanos pela tríplice fronteira	254
Imagem 21 ⇒ Charge do Ziraldo (1984)	256

Sumário

Introdução	18
<u>Capítulo 1:</u>	
<i>Nuestra América: A Construção de um Internacionalismo Revolucionário na América Latina</i>	28
1.1. Uma Ilha, um Farol: A Revolução Cubana e as Esquerdas Revolucionárias na América Latina.....	42
1.2. “Entre la pluma y el fuzil”: Os Intelectuais Revolucionários na América Latina	58
<u>Capítulo 2:</u>	
Ditaduras Civil-Militares, Esquerdas Armadas e Internacionalismo Revolucionário na América do Sul nas Décadas de 1960 e 1970	64
2.1. “Libertad o Muerte”: O <i>Movimiento de Liberación Nacional – Tupamaros</i> do Uruguai	73
2.2. “Patria o Muerte, Venceremos”: O <i>Movimiento de Izquierda Revolucionaria</i> do Chile	89
2.3. “A Vencer o Morir por la Argentina”: O <i>Ejército Revolucionario del Pueblo</i>	108
2.4. Entre <i>tupas, miristas y perros</i>	128
<u>Capítulo 3:</u>	
“En el camino del Che”: A Trajetória da <i>Junta de Coordinación Revolucionaria</i> nos Anos 1970	145
3.1. Páginas Revolucionárias: a Revista <i>Che Guevara</i>	184
3.2. ¡ <i>Hermanos, pero no mucho!</i>	195
<u>Capítulo 4:</u>	
Em Terras Estrangeiras: a <i>Junta de Coordinación Revolucionaria</i> fora da América do Sul	208
4.1. Rumo ao Fim da Viagem	230
4.2. <i>Nosotros y Ellos: A JCR e o Brasil</i>	240
Considerações Finais	258
Fontes	261
Bibliografia	265

*Nossa geração teve pouco tempo
 começou pelo fim
 mas foi bela nossa procura
 ah! moça, como foi bela nossa procura
 mesmo com tanta ilusão perdida,
 quebrada,
 mesmo com tanto caco de sonho
 onde até hoje
 a gente se corta.
 Alex Polari*

*Enquanto vocês se vendiam
 barato
 com ares de grande dignidade
 fiquei por aí
 zanzando feito uma besta
 fazendo a revolução dos imberbes
 praticando a pureza dos tolos
 Minhas concepções mudaram
 mas tenho muito orgulho
 de não ter sido um burocrata.
 Dizem que os desvios de direita
 São mais fáceis de consertar.
 Mas sempre gostei de errar pela esquerda
 Mesmo correndo o risco de não ficar vivo
 pra fazer autocrítica.
 Alex Polari*

*Sonhar o sonho impossível
 Sofrer a angústia implacável
 Pisar onde os bravos não ousam,
 Reparar o mal irreparável,
 (...) Enfrentar o inimigo invencível,
 Tentar quando as forças se esvaem,
 Alcançar a estrela inatingível:
 Essa é minha busca.
 Miguel de Cervantes*

Soy loco por ti, América
Yo voy traer una mujer plajera
Que su nombre sea Marti (...)
Soy loco por ti de amores
Tenga como colores
La espuma blanca de Latinoamérica
Y el cielo como bandera (...)
Soy loco por ti, América
Soy loco por ti de amores (...)
Como se chama a amante
Desse país sem nome (...)
El nombre del hombre muerto
Ya no se puede decir-lo, quién sabe?
Antes que o dia arrebente (...)
El nombre del hombre muerto
Antes que a definitiva noite
Se espalhe em Latinoamérica
El nombre del hombre es pueblo (...)
Espero a manhã que cante
El nombre del hombre muerto
Não sejam palavras tristes (...)
Soy loco por ti, América,
Soy loco por ti de amores.

“Soy loco por ti, América”

Gilberto Gil, José Carlos

Capinan e Torquato Neto

Introdução

*Tenho 25 anos de sonho e de sangue e
de América do Sul.
(...) E eu quero que esse canto torto
Feito faca corte a carne de vocês.*
Belchior¹

Quando os versos da canção *Soy loco por ti, América* foram cantados pela primeira vez, em 1968, por Caetano Veloso², o cenário latino-americano era atingido por uma onda avassaladora de intensos movimentos de contestação à ordem vigente, inseridos num contexto mundial onde a ideia de *revolução* – política, econômica, cultural, pessoal – ganhava corações e mentes.

Não vivenciei as efervescentes décadas de 1960 e 1970 do século XX. Não fui contemporânea do líder revolucionário Ernesto “Che” Guevara. Não vibrei com a vitória eleitoral de Salvador Allende. Não sofri com golpes de Estado. Não passei pela ditadura. Não *rachei* com os partidos comunistas. Não entrei pra luta armada. Não presenciei *expropriações*. Não conheci guerrilheiros (que ainda estivessem na ativa). Não fui torturada. Não fui exilada.

Contudo, sempre cultivei uma grande admiração, respeito e simpatia pelos revolucionários latino-americanos daqueles tempos, que me pareciam cada vez mais próximos. Concomitantemente ao interesse pelas histórias de uma época, a paixão pela História, com H maiúsculo, foi se desenvolvendo e definindo meus rumos acadêmicos e profissionais. O tempo acrescentou amadurecimento pessoal, político, acadêmico e profissional. Compreendi que a História não é feita apenas de paixões. Nem tampouco a historiografia. Mas objetos históricos estão intrinsecamente relacionados às preferências – políticas, ideológicas, afetivas – do historiador que os estuda e que, ao empunhar sua pena, não consegue deixar de lado toda sua bagagem pessoal.

O ofício do historiador pressupõe estabelecer caminhos e escolhas: desde as palavras, as fontes, o tema, a delimitação da melhor estratégia poética, a abordagem histórica, as interlocuções com a bibliografia e com o leitor, a interpretação, dentre tantas outras. Escolher significa fazer uma seleção, necessariamente realizada de acordo com critérios estipulados pelo próprio historiador. Dessa forma, “toda afirmação histórica está associada a um

¹ Trecho da canção “A Palo Seco”, escrita pelo cantor e compositor brasileiro Belchior e lançada em 1976 no disco “Alucinação”. A autora desta tese tem 35 anos de América do Sul.

² A letra da música é de Gilberto Gil, José Carlos Capinan e Torquato Neto, composta em 1966 para Caetano Veloso, que só a gravou em seu primeiro álbum solo, lançado em 1968.

determinado ponto de vista”.³ Afinal, como questionou o historiador alemão Reinhart Koselleck, “como pode ser que o seu próprio ponto de vista [do historiador] não exerça influência sobre a representação que faz dos fatos?”⁴

Durante muito tempo, defendeu-se o postulado científico da *imparcialidade*, no sentido de “apartidarismo”, “neutralidade” ou “abstenção”. Contudo, com o passar dos anos, este postulado foi sendo questionado. Segundo Johann Heinrich Zedler, se partíssemos desta concepção de neutralidade, seria quase impossível “ser um historiador perfeito em seu ofício. Aquele que se propusesse a isso, deveria, se conseguisse, desligar-se de qualquer corporação, partido ou religião”.⁵

Para o historiador francês François Bedárda,

se o historiador deve manter um distanciamento crítico em relação ao seu objeto de estudo e proceder com distanciamento e rigor, nem por isso ele consegue ser neutro. É mais que uma esquivia: uma renúncia. Pois nele existe apenas uma consciência e somente uma: sua consciência de historiador é sua consciência de homem. E segundo as palavras de Rabelais, que nunca é demais repetir em virtude de seu alcance permanente e universal, “ciência sem consciência é somente ruína da alma”.⁶

Manoel Salgado Guimarães, por sua vez, partindo das concepções do historiador francês Christophe Prochasson, argumentou que estaríamos sob um novo regime de escrita da história, no qual

ao historiador de ofício seria exigido cada vez mais uma escrita submetida aos ditames dos afetos, sejam eles derivados de engajamentos políticos específicos, de crenças particulares ou mesmo derivados de um convite à individualidade do historiador. Este seria instado a mostrar-se através de seu texto, postura bastante diversa daquela que obrigava a esconder-se por trás da pesquisa científica.⁷

Assim sendo, há muito a posição do historiador deixou de ser “um argumento contra o conhecimento histórico, passando a constituir um pressuposto deste conhecimento”.⁸

³ KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto; PUC-Rio, 2006, p. 161.

⁴ *Ibidem*, p. 167.

⁵ ZEDLER, Johann Heinrich *apud* KOSELLECK, Reinhart. *op. cit.* p. 168.

⁶ BÉDARIDA, François. “Tempo presente e presença da história”. In: FERREIRA, Marieta de Moraes & AMADO, Janaína (orgs.). *Usos e abusos da história oral*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2002, p. 227.

⁷ GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. “História, memória e patrimônio”. In: OLIVEIRA, Antonio José Barbosa de (org.). *Universidade e lugares de memória*. Rio de Janeiro: UFRJ, Fórum de Ciência e Cultura, Sistema de Bibliotecas e Informação, 2008, p. 17.

⁸ KOSELLECK, Reinhart. *op. cit.* p. 170.

Contudo, essa nova perspectiva do ofício do historiador, que abandonou a busca ilusória da imparcialidade, não representa um convite à renúncia de rigores na pesquisa histórica. Nesse sentido, Johann Martin Chladenius alertou:

(...) Uma narração imparcial não pode significar o mesmo que narrar algo sem ter ponto de vista, pois isso é impossível; por sua vez, narrar algo de forma parcial não pode significar o mesmo que narrar segundo o seu próprio [do narrador] ponto de vista, pois, nesse caso, todas as narrativas seriam igualmente parciais.⁹

Essas complexas relações entre o historiador e seu objeto de estudo apresentam-se ainda mais desafiadoras quando a pesquisa histórica está inserida numa temporalidade recente, no que se convencionou chamar de *história do tempo presente*, cuja afirmação na historiografia se deu no bojo do processo de renovação da História Política, que tomou corpo, sobretudo, a partir dos anos 80 do século XX.¹⁰

O historiador do tempo presente é contemporâneo de seu objeto e, como ressaltou Roger Chartier, “partilha com aqueles cuja história ele narra as mesmas categorias essenciais fundamentais”.¹¹ Dessa forma, ele é “o único que pode superar a descontinuidade fundamental que costuma existir entre o aparato intelectual, afetivo e psíquico do historiador e o dos homens e mulheres cuja história ele escreve”.¹² Portanto, para Chartier, a proximidade temporal entre o historiador e seu objeto – que, durante muito tempo foi apresentada pela historiografia tradicional como um problema – é, na realidade, um fator positivo, característico da história do tempo presente, cujas pesquisas não representariam “uma busca desesperada por almas mortas, mas um encontro com seres de carne e osso que são contemporâneos daquele que lhes narra as vidas”.¹³

Em nossa pesquisa, fazer uma história do tempo presente significa voltar-se para as décadas de 1960 e 1970 na América do Sul. Significa resgatar a atmosfera política daqueles anos, recompondo cenários, identificando os principais atores, apresentando seus projetos revolucionários, analisando as trajetórias das ideias e das organizações, inserindo-os em um contexto mundial, marcado pela rebeldia, ousadia e radicalismo.

A tarefa não é das mais fáceis, como ponderou o historiador Daniel Aarão Reis:

⁹ CHLADENIUS, Johann Martin *apud* KOSELLECK, Reinhart. *op. cit.* p. 170.

¹⁰ Cf. CHAUVEAU, Agnès & TÉTARD, Philippe (orgs.). *Questões para a história do presente*. Bauru: EDUSC, 1999 e REMOND, René (org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

¹¹ CHARTIER, Roger. “A visão do historiador modernista”. In: FERREIRA, Marieta de Moraes & AMADO, Janáina (orgs.). *Usos e abusos da história oral*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2002, p. 216.

¹² *Idem*.

¹³ *Ibidem*, p. 215.

Será possível aventurar-se com sucesso no passado, recuperar a trama dos acontecimentos e das ações, o contexto social e político, os valores e as propostas de um tempo que já se foi? Deslindar o passado em suas múltiplas versões, revelando os fundamentos e os motivos de cada uma, e a sua trajetória cambiante, contraditória, através do tempo? E de uma forma que esta aventura humana, que é a reflexão histórica, conseguindo compreender melhor, possa oferecer referências para a construção do presente e do futuro?¹⁴

Para além dos desafios historiográficos impostos pela pesquisa, essa tese de doutorado também representou um processo de amadurecimento pessoal e de redescobertas de identidades. Ao longo do curso de doutorado, tive a oportunidade de usufruir de uma bolsa de pesquisa na Argentina – popularmente conhecida como “bolsa-sanduíche” – a fim de consultar os arquivos e bibliotecas daquele país, cujos acervos foram fundamentais para a elaboração desta tese. Após minha estadia na Argentina, parti, por conta própria, para o Uruguai, onde também consultei as bibliotecas e arquivos locais.

Pela primeira vez, morei fora de meu país. Pela primeira vez, morei sozinha. Adaptar-se a um novo país, uma nova cidade, uma nova língua, nova temperatura, novos costumes, novas culinárias, novos trajetos, novos professores, novas universidades, novos arquivos, novas bibliotecas, novos hábitos, enfim, uma nova vida que tive a oportunidade de vivenciar.

Caminhar pela *Avenida de Mayo* ou pela *18 de Julio*; flunar pela *rambla* de Montevideú; encontrar o presidente da República em uma marcha de familiares de mortos e desaparecidos políticos; tomar um *mate* no parque; assistir ao pôr-do-sol à beira do Rio da Prata. Mas também chocar-se e indignar-se com as mazelas sociais que ainda afligem o Cone Sul das Américas. Deparar-se com as *veias abertas da América Latina*, como diria Eduardo Galeano.

Para além dos arquivos consultados (essenciais para a concretização da pesquisa e a redação dos capítulos desta tese), a experiência de vida nos países vizinhos me aproximou ainda mais de *nuestros hermanos*. Desde 2012, sou professora universitária de História da América. Viver na Argentina e no Uruguai reforçou ainda mais meus vínculos com a América do Sul. E assim, eu, brasileira, carioca e suburbana fui reafirmando cada vez mais minha identidade latino-americana e, em especial, minha identidade sul-americana. Assim sendo, para além dos objetivos acadêmicos e profissionais, esta tese de doutorado foi escrita também *por ti, América*.

¹⁴ AARÃO REIS, Daniel & MORAES, Pedro de. 1968: *a paixão de uma utopia*. 2ª edição. Rio de Janeiro: FGV, 1998, p. 7.

* * *

Esta tese de doutorado tem por objetivo principal analisar o internacionalismo revolucionário na América do Sul ao longo das décadas de 1960 e 1970, em especial as práticas internacionalistas que se concretizaram através da criação da *Junta de Coordinación Revolucionaria* (JCR), organização integrada por quatro dos mais significativos grupos da esquerda armada sul-americana: o *Movimiento de Liberación Nacional-Tupamaros* (do Uruguai); o *Movimiento de Izquierda Revolucionaria* (do Chile); o *Ejército Revolucionario del Pueblo* (da Argentina) e o *Ejército de Liberación Nacional* (da Bolívia).

Nesta pesquisa, utilizamos quatro tipos de fontes: (1) os documentos produzidos pelas organizações da esquerda sul-americana, tanto os de caráter público (utilizados para agitação e propaganda, por exemplo) como os documentos internos, que apresentam os debates no interior das organizações, organogramas, análises de conjuntura, correspondências, entre outros; (2) os documentos produzidos pelos órgãos de inteligência e repressão do Cone Sul acerca destes grupos guerrilheiros; (3) as fontes orais, compostas por entrevistas realizadas pela autora com ex-militantes das organizações revolucionárias sul-americanas e outros testemunhos disponibilizados nos acervos consultados; (4) e, por último, em menor escala, documentos diplomáticos, em especial correspondências produzidas pelas embaixadas dos países sul-americanos.

O estudo de temas latino-americanos ainda é um grande desafio para os historiadores brasileiros. Destacamos também as dificuldades e limites no levantamento dos documentos, sobretudo daqueles produzidos pelas organizações revolucionárias, que foram apreendidos e censurados pelas ditaduras da América do Sul. Assim sendo, não foi possível localizar *todos* os documentos elaborados pelos grupos revolucionários. Além disso, algumas organizações preservaram uma quantidade maior de documentos do que as demais, o que pode gerar certo desequilíbrio quantitativo no conjunto das fontes. Isso sem mencionar que, em alguns países, muitos arquivos continuam indisponíveis para a consulta. No que tange ao uso da metodologia da História Oral, salientamos também que os principais líderes das organizações estudadas em nossa pesquisa foram assassinados ou encontram-se “desaparecidos”, o que inviabilizou a elaboração de muitas entrevistas que sonhávamos realizar.

Ressaltamos também o ineditismo de nossa tese de doutorado, na medida em que se trata da primeira pesquisa elaborada no Brasil sobre a Junta de Coordinación Revolucionaria, tema que também foi explorado por poucos trabalhos no exterior. Além disso, além da temática inédita *no* Brasil, nossa tese de doutorado também não excluiu o Brasil em suas

análises, o que se configura como um grande diferencial em relação aos poucos trabalhos elaborados por pesquisadores estrangeiros que contemplaram a JCR.

Salientamos ainda a relevância de nossa pesquisa. Nos últimos anos, muitos pesquisadores têm se dedicado a analisar os intercâmbios entre os governos militares e os órgãos de repressão do Cone Sul. No entanto, o mesmo não acontece referente à integração dos grupos da esquerda armada da região. Ainda que exista uma bibliografia abundante acerca da trajetória das organizações da esquerda armada na conjuntura nacional de cada país da América do Sul, estas pesquisas têm demonstrado pouco interesse em analisar as similaridades e a coordenação das ações destas organizações num contexto mais amplo. Ao privilegiar os cenários nacionais, esta bibliografia ofusca os intercâmbios internacionais e acaba por menosprezar os projetos revolucionários que transcenderam fronteiras. Assim sendo, acreditamos que esta tese contribuirá para a análise do internacionalismo revolucionário e do latino-americanismo, que pautou a atuação de importantes organizações revolucionárias sul-americanas.

A tese está dividida em quatro capítulos. Nosso primeiro capítulo analisa a construção do internacionalismo revolucionário na América Latina. Nesse sentido, destacamos que as propostas e práticas internacionalistas das organizações revolucionárias latino-americanas nas décadas de 1960 e 1970 – que serão analisadas nos próximos capítulos – não inauguraram a perspectiva do internacionalismo entre as esquerdas, haja vista que, como demonstraremos, essa perspectiva possuía um longo histórico, para além das Américas. Além disso, apresentaremos brevemente como os pressupostos teóricos e práticos do marxismo foram apropriados pelas esquerdas na América Latina ao longo do século XX, a fim de compreender a trajetória das ideias que servirão de referencial para a prática revolucionária dos grupos da esquerda armada latino-americana nos anos 1960 e 1970.

Ainda nesse capítulo, acompanharemos a ascensão das esquerdas revolucionárias na América Latina, especialmente após a vitória da Revolução Cubana. Além de investigar as principais características dessas esquerdas revolucionárias, também analisaremos como esses grupos conferiram ao internacionalismo uma nova roupagem, com particularidades, especialmente associadas às noções de *latino-americanismo* e *terceiro-mundismo*. E, finalmente, examinaremos que a luta contra o imperialismo e a defesa do internacionalismo revolucionário e da revolução socialista não foram questões que mobilizaram exclusivamente as organizações revolucionárias que optaram pela luta armada como caminho rumo ao socialismo. Nesse sentido, abordaremos o papel dos intelectuais revolucionários como agentes privilegiados da perspectiva internacionalista e latino-americanista e do engajamento em

projetos de transformação radical da sociedade.

No segundo capítulo investigaremos as principais características das ditaduras que se espalharam pela América Latina na segunda metade do século XX. Concomitantemente, este também foi um período marcado pela ascensão e consolidação das organizações revolucionárias que optaram por formas mais radicais de luta política, exerceram um papel de destaque e marcaram de forma indelével as décadas de 1960 e 1970 no Cone Sul da América.

Nesse capítulo, nos dedicaremos especificamente a analisar a trajetória das organizações da esquerda armada *conosureña* que mais valorizaram a perspectiva do internacionalismo revolucionário e, mais especificamente, aquelas que acentuadamente estreitaram seus laços e formaram uma organização internacionalista no Cone Sul da América: o *Movimiento de Liberación Nacional-Tupamaros*, do Uruguai; o *Movimiento de Izquierda Revolucionaria* (MIR), do Chile; e o *Ejército Revolucionário del Pueblo* (ERP), da Argentina.

Apesar de suas especificidades, essas organizações revolucionárias também possuíam similitudes teóricas e práticas, que foram fundamentais para o estreitamento de laços entre estes guerrilheiros sul-americanos. Entre estes postulados em comum, analisaremos o internacionalismo; o latino-americanismo; o antiimperialismo; a concepção de que desencadeariam uma segunda independência da América Latina; a defesa da luta armada e do caráter imediatamente socialista e continental da revolução. E demonstraremos que os pressupostos teóricos e a prática revolucionária dessas organizações sul-americanas evidenciavam a existência de uma *cultura política guerrilheira latino-americana*.

O terceiro capítulo da tese elege como objeto central de análise a *Junta de Coordinación Revolucionária* (JCR), organização formada por quatro dos grupos mais significativos da esquerda armada da América do Sul. A JCR – em que pese o fracasso de sua experiência – representou o auge do internacionalismo revolucionário na América Latina na segunda metade do século XX. Investigaremos as origens dessa organização, que remontam à convivência entre os militantes das organizações revolucionárias no Chile, que sob o governo do socialista Salvador Allende configurou-se como um lugar de refúgio e de trocas políticas para as esquerdas sul-americanas. Analisaremos também quais eram os principais objetivos da JCR; como ela se estruturava internamente; como se deu na prática sua atuação ao longo da década de 1970; como lidou com o avanço repressivo na América do Sul, em especial após o golpe de Estado no Chile em 1973 que derrubou o governo de Allende; como se deu o deslocamento de suas ações para a Argentina que ainda vivia sob um regime “democrático” (que não excluía uma intensa repressão aos grupos de esquerda); como se desenvolveu sua

política de alianças externas; qual a relação dessa organização internacionalista com Cuba; como a JCR foi afetada pela crescente ação coordenada dos órgãos de inteligência e repressão na América do Sul; e, ainda, como a organização foi desmantelada na América do Sul após o golpe de Estado na Argentina em 1976 e a exacerbação da repressão que se seguiu.

Ainda nesse capítulo, abordaremos as atividades de imprensa e propaganda da JCR, especialmente a criação e publicação de seu órgão oficial de divulgação: a *Revista Che Guevara*. E, finalmente, examinaremos como o discurso e prática internacionalistas dos grupos da esquerda armada da América do Sul não foram capazes de superar as divergências presentes entre eles, o que se configurou como um dos fatores preponderantes para o fracasso da experiência internacionalista da Junta de Coordinación Revolucionaria.

No quarto capítulo, analisaremos a atuação da Junta de Coordinación Revolucionaria fora da América do Sul, num contexto marcado pelo exílio dos militantes das organizações revolucionárias, obrigados a abandonar o Cone Sul da América diante da intensificação da repressão das ditaduras sul-americanas. Atuar fora da América do Sul representou para essas organizações, de um lado, uma tentativa de sobrevivência física e sobrevivência política de projetos coletivos, e de outro, um momento-chave para autocríticas e redefinições de rumos. Assim sendo, acompanharemos ao longo deste capítulo, as tentativas de reorganização da Junta, sobretudo na Europa, bem como as discussões, os conflitos internos, a fragmentação política das organizações-membro e a dissolução da JCR.

Na parte final desse capítulo, problematizaremos as relações das esquerdas brasileiras com as organizações revolucionárias sul-americanas. Além disso, apresentaremos como, mesmo após a dissolução da Junta de Coordinación Revolucionaria (que não foi integrada por nenhuma organização brasileira) e em um contexto de abertura política marcado pela revisão crítica da luta armada por parte das esquerdas brasileiras e seu engajamento na luta pelas liberdades democráticas, os órgãos de inteligência da ditadura brasileira denotavam grande preocupação com o estabelecimento de sucursais da JCR em território nacional, sua articulação com as esquerdas nacionais e sua inserção no cenário político do Brasil.

Ao recuperar os caminhos e descaminhos da esquerda armada no Cone Sul, e mais especificamente da *Junta de Coordinación Revolucionaria*, procuramos não só resgatar uma parte importante da história recente da América do Sul, mas também interpretar a dinâmica interna dos grupos da esquerda armada que atuaram ao longo das décadas de 1960 e 1970, buscando reconstruir as propostas, discussões e motivações que nortearam a ação destas organizações e compreender como as perspectivas internacionalistas e latino-americanistas marcaram o horizonte das esquerdas revolucionárias de *nuestra América*.

Capítulo 1:

Nuestra América: A Construção de um Internacionalismo Revolucionário na América Latina

*El internacionalismo proletario es un deber, pero
también una necesidad revolucionaria.*
Ernesto “Che” Guevara¹⁵

A pequena ilha caribenha de Cuba foi um dos últimos bastiões do poder espanhol na América. Em 1868, irrompeu a primeira e longa batalha pela libertação nacional. Nesta Primeira Guerra de Independência (1868-1878), destacou-se a figura do poeta e ensaísta José Martí, que lutou contra o colonialismo e a favor da independência cubana. Após a derrota na guerra, Martí, ainda muito jovem, viveu no exílio no México e nos Estados Unidos, onde ajudou a fundar o Partido Revolucionário Cubano, como instrumento para retomar a luta pela independência e a instalação de uma República democrática e independente. Em seu texto mais famoso, *Nuestra América*, Martí defendia ainda a união da América Hispânica e alertava para os perigos da ingerência dos Estados Unidos em Cuba e no restante do continente. Tornou-se, assim, um ícone na luta antiimperialista¹⁶ e, após sua morte em 1895, logo no início da segunda Guerra de Independência (1895-1898), foi erigido ao patamar de herói.¹⁷

Segundo Paulo Barsotti e Terezinha Ferrari, o pensamento de Martí “aponta para o caráter internacional que o processo de libertação nacional tinha: o de ser uma barreira às pretensões do jovem imperialismo norte-americano de estender-se primeiro sobre as Antilhas

¹⁵ GUEVARA, Ernesto. “El socialismo y el hombre en Cuba”, Março de 1965. In: GUEVARA, Ernesto *Che. Obra Revolucionaria*. México: Ediciones Era, 1969, p. 636.

¹⁶ Para o líder russo Vladimir Lênin, o imperialismo assinala uma nova fase do capitalismo, o capitalismo monopolista, e o processo de acumulação capitalista em escala mundial. Sobre o conceito de imperialismo, ver, entre muitos outros: LÊNIN, Vladimir. *Imperialismo, estágio superior do capitalismo*. São Paulo: Expressão Popular, 2015 e DECCA, Edgar de. “O colonialismo como a glória do império”. In: AARÃO REIS, Daniel; FERREIRA, Jorge & ZENHA, Celeste. *O século XX*. Volume 1: O tempo das certezas. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014. Sobre o caráter antiimperialista da Revolução Cubana, cf: BEMVINDO, Vitor. “O caráter antiimperialista da Revolução Cubana (1898-1961)”. *Revista Contemporânea*, Ano 2, nº 2, 2012. Disponível em: <http://www.historia.uff.br/nec/sites/default/files/03.Vitor_Bemvindo_0.pdf>. Acessado em 21/01/2016.

¹⁷ Sobre a independência de Cuba e seus desdobramentos, ver, entre muitos outros: PRADO, Maria Ligia & PELLEGRINO, Gabriela. *História da América Latina*. São Paulo: Contexto, 2014, p. 97 e 98 e GOTT, Richard. *Cuba: Uma nova história*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006, p. 89-133. Sobre a obra “*Nuestra América*” de José Martí, cf: SANTOS, Fábio Luis Barbosa dos. “*Nuestra América* segundo José Martí: Soberania e modernidade alternativa em Cuba no final do século XIX”. *Revista Contemporânea*, Ano 2, nº 2, 2012. Disponível em: <http://www.historia.uff.br/nec/sites/default/files/02.Fabio_Santos_0.pdf>. Acessado em 21/01/2016. As poesias, textos e discursos de José Martí podem ser encontrados no sítio eletrônico do Centro de Estudos Martianos do Ministério da Cultura de Cuba: <www.josemarti.cu>.

e na sequência por todas as terras latino-americanas”.¹⁸ Nesse sentido, Martí – como outros líderes da independência da América Espanhola (como Simon Bolívar, por exemplo) – concebeu a independência de Cuba intrinsecamente ligada a uma perspectiva latino-americanista e contribuiu para desenvolver uma “consciência oposta ao imperialismo econômico desde uma posição democrático-revolucionária”.¹⁹

Décadas depois de sua morte, os ideais de José Martí, em especial seu antiimperialismo, serviram como inspiração para os líderes da Revolução Cubana, deflagrada em 1959 e considerada um divisor de águas na história da América Latina.²⁰ Ao derrubar a ditadura de Fulgêncio Batista e oligarquia que a representava, as esquerdas revolucionárias de Cuba se tornaram um modelo para as esquerdas latino-americanas. E mais, ao resistir ao imperialismo estadunidense, aquela pequena ilha tornou-se um farol para significativas correntes das esquerdas na América Latina, que a encaravam como fonte de doutrina, estratégia e táticas revolucionárias. Além disso, como salientou Eduardo Rey Tristán, a Revolução Cubana desencadeou um processo de *internacionalização da mobilização e da ação revolucionária*, na medida em que impulsionou a ascensão das esquerdas revolucionárias latino-americanas.²¹

Ao longo desta tese, analisaremos alguns grupos das esquerdas na América Latina, mais especificamente das organizações *conosureñas*, e seus projetos internacionalistas inspirados na experiência da Revolução Cubana. Contudo, ressaltamos que se podemos considerar a Revolução Cubana *um* marco na circulação das ideias internacionalistas e latino-americanistas, isso *não* significa que a vitória dos revolucionários em Cuba representou *o* marco-zero do internacionalismo das esquerdas. Ao contrário, o internacionalismo protagonizado pela Revolução Cubana não só é crítico em relação às *tradições internacionalistas já existentes*, como pretendia romper com essas tradicionais propostas internacionalistas. Assim sendo, podemos afirmar que o internacionalismo abraçado por significativas organizações revolucionárias sul-americanas ao longo das décadas de 1960 e 1970 possui um longo histórico, que se estende para além das Américas. Vejamos brevemente esse histórico das ideias internacionalistas das esquerdas.

¹⁸ BARSOTTI, Paulo & FERRARI, Terezinha. “A propósito de Cuba e da Revolução”. In: BARSOTTI, Paulo & PERICÁS, Luiz Bernardo (orgs). *América Latina: História, ideias e revolução*. São Paulo: Xamã, 1998, p. 136-137.

¹⁹ LOGUERCIO, Edgardo Alfredo. *Pan-americanismo versus latino-americanismo: Orígens de um debate na virada dos séculos XIX e XX*. Dissertação (Mestrado em Integração da América Latina) – Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007, p. 11.

²⁰ Retomaremos as discussões sobre a Revolução Cubana mais adiante, ainda neste capítulo.

²¹ TRISTÁN, Eduardo Rey. *A la vuelta de la esquina: La izquierda revolucionaria uruguaya, 1955-1973*. Montevideo: Editorial Fin de Siglo, 2006, p. 48-49.

A perspectiva do internacionalismo revolucionário remonta aos escritos de Karl Marx (1818-1883) e Friedrich Engels (1820-1895). Segundo Michael Löwy, o marxismo “possui no internacionalismo a pedra angular de sua visão de mundo e de sua estratégia revolucionária”.²² Ainda de acordo com Lowy, o socialismo marxista

não se dirige para uma nação, qualquer que seja ela, mas para um sujeito histórico internacional (o proletariado) e para um objetivo histórico internacional: a transformação socialista do mundo. Ele é internacionalista por razões éticas e materiais ao mesmo tempo. (...) O socialismo é, então, um movimento internacionalista em razão do caráter universalista e humanista de seus valores e de seus objetivos.²³

De acordo com o Dicionário do Pensamento Marxista, o internacionalismo “teve importância fundamental para o pensamento e a atividade de Marx e Engels, que deram uma base de classe (o internacionalismo proletário) à ideia de fraternidade humana proclamada pela Revolução Francesa”.²⁴ Assim sendo, a noção de internacionalismo proletário desenvolvida por Marx e Engels baseia-se na “solidariedade das classes trabalhadoras oprimidas pela ordem social vigente e vê na eliminação da sociedade dividida em classes, por meios revolucionários, a base da superação dos antagonismos nacionais”.²⁵

O avanço do movimento operário organizado na Europa concomitante aos esforços para estabelecer laços permanentes de união entre os trabalhadores de diversos países levaram à fundação da Associação Internacional dos Trabalhadores, mais tarde conhecida como *Primeira Internacional*. Fundada em Londres em 1864, a I Internacional – que contava com Karl Marx em sua direção – abrigou trabalhadores de distintos países e correntes ideológicas e ajudou no desenvolvimento do movimento operário europeu, apoiando greves e sindicatos. A organização pretendia ser um “partido mundial” e foi constituída de seções locais, regionais e, em alguns casos, nacionais.²⁶ No entanto, o agravamento da tensão internacional, que desembocou na guerra franco-prussiana de 1870 e reacendeu sentimentos nacionalistas; a experiência da Comuna de Paris em 1871 (na qual muitos dos seus membros participaram, o que exasperou os conflitos ideológicos que conviviam em seu seio); e a crise econômica iniciada em 1873 (que debilitou o desenvolvimento das lutas operárias) foram alguns dos

²² LÖWY, Michael. *Nacionalismos e internacionalismos: da época de Marx até nossos dias*. São Paulo: Xamã, 2000, p. 8.

²³ *Ibidem*, p. 80.

²⁴ BOTTOMORE, Tom (org). *Dicionário do pensamento marxista*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1988, p. 199 (Verbete “Internacionalismo”).

²⁵ BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de política*. Brasília: Editora UnB, 1998, p. 643 (Verbete “Internacionalismo”).

²⁶ LÖWY, Michael. *op. cit.* p. 125.

principais elementos que contribuíram para o declínio da I Internacional, dissolvida oficialmente em 1876.²⁷

No entanto, a dissolução da I Internacional não representou o desaparecimento das aspirações internacionalistas. O avanço do socialismo e do movimento operário em partes significativas da Europa contribuiu para “maturar as condições indispensáveis ao restabelecimento de uma organização internacional capaz de coordenar a atividade de cada um dos partidos operários nacionais”.²⁸ Nesse contexto, surgiu em 1889 aquela que ficaria conhecida como a *Segunda Internacional*, fundada em Paris no centenário da Revolução Francesa. Contudo, ao contrário da I Internacional, a II Internacional não apresentava “um caráter de verdadeiro e autêntico *partido internacional* (...), embora pretendesse aparecer como tal”.²⁹ Era, na realidade, “uma livre federação de grupos autônomos nacionais, partidos ou sindicatos, exercendo um poder vinculativo muito limitado sobre os seus membros”.³⁰

No início do século XX, as tensões interimperialistas, entre outros fatores, polarizam a Segunda Internacional. Neste sentido, a eclosão da Primeira Guerra Mundial em 1914 acarretou na fragmentação e no colapso da II Internacional, na medida em que a maioria dos partidos socialistas vinculados à organização apoiaram a guerra travada por seus respectivos países e governos, afastando-se ainda mais dos princípios internacionalistas.³¹

Entretanto, isso não representou o malogro das perspectivas internacionalistas:

Embora os partidos socialistas dos países beligerantes se hajam declarado a favor da guerra, havia dentro deles pequenos grupos minoritários que não desistiram de denunciar o caráter imperialista do conflito e de lutar pelo retorno a uma ação internacional comum do movimento operário; e os partidos dos países que se mantiveram neutrais não regatearam esforços para os apoiar.³²

Entre estes grupos que levantavam a bandeira do internacionalismo, destacavam-se os bolcheviques russos. Seu líder, Vladimir Lênin (1870-1924), foi responsável, como salientou Perry Anderson, pela “elaboração *sistemática* de uma teoria política marxista da luta de

²⁷ BOTTOMORE, Tom (org). *op. cit.* p. 195-196 (Verbetes “Internacionais”); BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *op. cit.* p. 643-644 (Verbetes “Internacionalismo”); BEER, Max. *História do socialismo e das lutas sociais*. São Paulo: Expressão Popular, 2006, p. 551-557.

²⁸ BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *op. cit.* p. 644 (Verbetes “Internacionalismo”).

²⁹ *Ibidem*, 645. Grifos no original.

³⁰ *Idem*.

³¹ BEER, Max. *op.cit.* 565-592; BOTTOMORE, Tom (org). *op. cit.* p. 196-197 (Verbetes “Internacionais”); BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *op. cit.* p. 645 (Verbetes “Internacionalismo”); LÖWY, Michael. *op. cit.* p. 126-127.

³² BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *op. cit.* p. 646 (Verbetes “Internacionalismo”).

classes de uma perspectiva organizacional e tática”.³³ Segundo o Dicionário do Pensamento Marxista, Lênin, durante e depois da Primeira Guerra Mundial, sempre enfatizou a necessidade de “união entre os proletários revolucionários dos países capitalistas adiantados e as massas revolucionárias dos países onde não há, ou quase não há, um proletariado, isto é, as massas oprimidas dos países coloniais e orientais contra o imperialismo”.³⁴ O líder russo defendia ainda que

o internacionalismo proletário exige, primeiro, que os interesses da luta proletária em qualquer país sejam subordinados aos interesses dessa luta em escala mundial, e segundo, que uma nação que está conseguindo a vitória sobre a burguesia deva ser capaz de e esteja disposta a fazer os maiores sacrifícios nacionais pela derrubada do capital internacional.³⁵

Com a vitória da Revolução Russa de outubro de 1917, Lênin e os bolcheviques acreditavam que ela seria a precursora de uma “revolução socialista internacional”³⁶, ao mesmo tempo em que consideravam que a “sobrevivência do próprio poder soviético na Rússia dependia da ampliação e consolidação do processo revolucionário fora de suas fronteiras”.³⁷ Nesse contexto, surge a Terceira Internacional, também chamada de Internacional Comunista ou *Komintern*, fundada em Moscou em 1919 por iniciativa dos bolcheviques que lideraram a vitória da Revolução Russa dois anos antes.

Entre o final de 1919 e o início de 1921, a Alemanha e a França presenciaram o surgimento de partidos comunistas de massa, que configuravam, como salientou Silvio Pons, “eventos animadores para a estratégia de construção dos partidos comunistas formulada pelo centro moscovita, com o duplo objetivo de suscitar a revolução na Europa e contribuir para a defesa da república soviética. Mas o projeto revolucionário europeu claramente marcava passo”.³⁸ Assim sendo, a partir de 1921, diante do não avanço do movimento revolucionário fora da Rússia, por um lado, e dos êxitos do Estado soviético (consolidado em 1922), por outro, “o problema da revolução mundial – sua marcha, sua articulação, o papel da Revolução Russa, a determinação da estratégia correspondente – constituía o fundo teórico da luta

³³ ANDERSON, Perry. *Considerações sobre o marxismo ocidental*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004, p. 32. Grifos no original.

³⁴ LÊNIN, Vladimir *apud* BOTTOMORE, Tom (org). *op. cit.* p.199 (Verbetes “Internacionalismo”).

³⁵ *Idem.*

³⁶ BOTTOMORE, Tom (org). *op. cit.* p. 199 (Verbetes “Internacionalismo”).

³⁷ BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *op. cit.* p. 646 (Verbetes “Internacionalismo”).

³⁸ PONS, Silvio. *A revolução global: história do comunismo internacional (1917-1991)*. Rio de Janeiro: Contraponto; Brasília: Fundação Astrojildo Pereira, 2014, p. 85.

interna no núcleo dirigente bolchevique”.³⁹

As divergências internas no Partido Comunista da União Soviética (PCUS) refletiram-se no *Komintern*. Com a morte de Lênin em 1924 e a ascensão de Josef Stalin (1878-1953) à direção soviética – o que representou um processo de asfixia dos debates e liquidação (física, inclusive) das oposições – delineou-se uma revisão da “teoria do caráter internacional da revolução socialista”.⁴⁰ Nesse sentido, Stalin passou a “postular a possibilidade da realização plena do socialismo no marco nacional”⁴¹. Mas, como salientou Silvio Pons,

à diferença daquilo que estabeleceu longa tradição historiográfica, o “socialismo num só país”, na versão stalinista, não era simples apelo ao orgulho nacional russo e “declaração de independência em face do Ocidente”, mas também revisão estratégica da revolução mundial, baseada no papel do Estado soviético.⁴²

Após a ascensão de Stalin na III Internacional, a perspectiva do internacionalismo revolucionário perde força, sobressaindo-se uma “visão acentuadamente unilateral do processo revolucionário”.⁴³ Concomitantemente, ao longo das décadas de 1920 e 1930 iniciou-se um processo de *stalinização* dos partidos comunistas criados pela Terceira Internacional, o que representou, na prática, “a criação, em cada partido, de um aparelho dirigente – hierárquico, burocrático e autoritário – intimamente ligado, do ponto de vista orgânico, político e ideológico, à liderança soviética e que seguia fielmente as mudanças de sua orientação internacional”.⁴⁴

Silvio Pons analisou o papel decisivo da União Soviética na direção do movimento comunista internacional. Segundo o autor, o Estado soviético

constituía um aparelho hierárquico de domínio, mobilização, transformação social e controle policial na Rússia, estendido aos seguidores da revolução fora da URSS. Mas também representava o fulcro do qual se irradiavam motivações e escolhas decisivas para todos os comunistas. Ao mesmo tempo, se o movimento não poderia ter existido sem o Estado revolucionário, este, por sua vez, baseou parte essencial da própria autoridade nos partidos comunistas, veículos de políticas e mitos soviéticos. A identificação entre interesses da URSS e perspectivas da revolução

³⁹ CLAUDÍN, Fernando. *A crise do movimento comunista*. São Paulo: Expressão Popular, 2013, p. 90.

⁴⁰ *Ibidem*, p. 91.

⁴¹ *Idem*.

⁴² PONS, Silvio. *op. cit.* p. 125.

⁴³ BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *op. cit.* p. 646 (Verbetes “Internacionalismo”).

⁴⁴ LÖWY, Michael (org.). *O marxismo na América Latina: uma antologia de 1909 aos dias atuais*. 2ª edição. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006, p. 27.

mundial atribuía significado crucial à dimensão internacional (...).⁴⁵

A III Internacional foi dissolvida em maio de 1943 com o argumento “de que as condições diferentes sob as quais o movimento comunista internacional tinha agora de operar tornavam sua direção impossível por um centro internacional. A dissolução do Comintern teve igualmente a finalidade de tranquilizar os aliados ocidentais de Stalin”,⁴⁶ já no contexto da Segunda Guerra Mundial e das opções adotadas pela diplomacia soviética.⁴⁷

A perspectiva do internacionalismo revolucionário e a defesa da necessidade de um novo reagrupamento mundial do proletariado continuaram a ser defendidas por correntes oposicionistas ao stalinismo, em especial a liderada por Leon Trotski (1879-1940). Trotski – expulso por Stalin da URSS em 1929⁴⁸ – criticava veementemente a burocratização do Estado soviético e o abandono da perspectiva internacionalista:

O stalinismo restaurou as formas mais ofensivas de privilégio, conferiu à desigualdade um caráter provocativo, sufocou com absolutismo policial a atividade espontânea das massas, fez da administração um monopólio da oligarquia do Kremlin, ressuscitou o fetichismo do poder sob as formas que a própria monarquia absoluta não tivera sequer coragem de sonhar. O partido de Lênin deixou de existir desde longa data; as dificuldades internas e o imperialismo mundial o quebraram. A burocracia stalinista, que o sucedeu, representa um aparelho de transmissão do imperialismo. Na política mundial, a burocracia substituiu a luta de classe pela colaboração de classe, o internacionalismo pelo social-patriotismo. Para adaptar o partido dirigente às necessidades da reação, a burocracia “renovou” a composição do PC soviético com o extermínio dos revolucionários e o recrutamento de arrivistas.⁴⁹

Segundo Osvaldo Coggiola, a dissolução da III Internacional em 1943 foi encarada pela direção da IV Internacional não só como “um desvio dos princípios marxistas

⁴⁵ PONS, Silvio. *op. cit.* p. 26-27.

⁴⁶ BOTTOMORE, Tom (org). *op. cit.* p. 198 (Verbete “Internacionalismo”).

⁴⁷ Após a dissolução da III Internacional, criou-se em 1947 o *Kominform* (em atuação até 1956), com o objetivo de promover o intercâmbio de informações entre o movimento comunista internacional. A nova organização, no entanto, não se apresentava como continuação do *Komintern*. “De toda forma, mesmo não tendo a estrutura institucional do *Komintern*, na prática, as suas reuniões continuavam a influenciar os partidos comunistas, que utilizavam as suas resoluções como documentos de base na elaboração de suas políticas”. SALES, Jean Rodrigues. *O impacto da revolução cubana sobre as organizações comunistas brasileiras (1959-1974)*. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005, p. 40-41.

⁴⁸ Leon Trotski foi assassinado no México em 1940 por Ramón Mercader, voluntário das Brigadas Internacionais da Guerra Civil Espanhola, encarregado por Stalin para executar o líder russo, seu principal oponente fora da Rússia. A história desse crime de repercussão internacional e do alçoz de Trotski foi apresentada no premiado romance do escritor cubano Leonardo Padura, *O homem que amava os cachorros*, lançado no Brasil pela editora Boitempo em 2013.

⁴⁹ TROTSKI, Leon. *A revolução traída*. Lisboa: Antídoto, 1977, p. 244. A obra original, escrita por Trotski durante seu exílio na Noruega, foi publicada em 1937.

internacionalistas”⁵⁰, mas também como o “índice da burocratização de organizações (socialistas ou comunistas, assim como as organizações sindicais) que, outrora, tinham jogado um papel historicamente progressivo ou revolucionário”.⁵¹

Em 1938, Trotski e grupos ligados a ele fundaram, em Paris, a Quarta Internacional, em oposição à Terceira Internacional, considerada por eles “contrarrevolucionária”. Os principais pilares do trotskismo, reivindicado pelos partidos e organizações associadas à Quarta Internacional, são a “perspectiva de uma ‘revolução permanente’ que combina tarefas democráticas, agrárias, nacionais e anticapitalistas, e a rejeição de uma aliança estratégica com a burguesia local, considerada incapaz de desempenhar um papel revolucionário significativo”⁵², além da “independência em relação à URSS e sua crítica ao autoritarismo burocrático”.⁵³ Além disso, o internacionalismo proletário também configura-se como um dos principais traços do trotskismo:

A pedra fundamental do trotskismo foi, e continua sendo, a tese da revolução permanente (...). Trotski via a transição para o socialismo como uma série de transformações sociais, políticas e econômicas, ligadas entre si e interdependentes, que ocorrem em vários níveis e em diversas estruturas sociais (...) e em diferentes conjunturas históricas. Esse “desenvolvimento desigual e combinado” (...) transcenderia as fronteiras geográficas fixadas pelo homem e passaria de sua fase nacional a uma fase internacional, no rumo da criação de uma sociedade sem classes e sem Estado em escala global. Embora a revolução deva *começar* em bases nacionais (podendo inclusive condenar o Estado revolucionário a um período de isolamento), isso constituirá inevitavelmente apenas o primeiro ato do drama, seguido de outro ato representado em outro lugar da arena internacional. O internacionalismo, que é o segundo aspecto da permanência da revolução, constitui assim uma característica indelével do trotskismo.⁵⁴

O trotskismo⁵⁵ permaneceu como corrente internacional minoritária, dilacerada por cisões internas e com limitado poder de influência, apesar de seu crescimento ao longo da década de 1960, em especial na América Latina.

Nos próximos capítulos, analisaremos as propostas e práticas internacionalistas das

⁵⁰ COGGIOLA, Osvaldo. “1938-2008: Setenta anos da fundação da IV Internacional. Em defesa de Leon Trotsky”. *Projeto História*, São Paulo, nº 36, junho de 2008, p. 146. Disponível em: <<http://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/2354/1430>>. Acessado em 26/01/2016.

⁵¹ *Idem.*

⁵² LÖWY, Michael (org.). *op. cit.* 2006, p. 36.

⁵³ *Idem.*

⁵⁴ BOTTOMORE, Tom (org.). *op. cit.* p. 394 (Verbetes “Trotskismo”). Grifos no original.

⁵⁵ Segundo o *Dicionário de Política*, o trotskismo – termo por diversas vezes repudiado por Trotski – “jamais constituiu uma doutrina codificada nem um movimento organizado”; antes, deve ser entendido, ainda segundo o *Dicionário*, como “o *corpus* das reflexões teóricas, das análises e da produção científica de Trotski”. BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *op. cit.* p. 1260-1261 (Verbetes “Trotskismo”).

organizações revolucionárias latino-americanas nas décadas de 1960 e 1970, que, como demonstramos acima, não inauguraram a perspectiva do internacionalismo entre as esquerdas, haja vista que, como apontamos, essa perspectiva possuía um longo histórico, para além das Américas. Antes, porém, nos interessa apresentar brevemente como os pressupostos teóricos e práticos do marxismo foram apropriados pelas esquerdas na América Latina ao longo do século XX, a fim de compreender a trajetória das ideias que servirão de referencial para a prática revolucionária dos grupos da esquerda armada latino-americana nos anos 1960 e 1970.

De acordo com Pedro Scoron, a América Latina não recebeu atenção preferencial ou sistemática por parte de Marx e Engels.⁵⁶

Para a consciência europeia do século XIX, esta região do mundo era quase uma terra incógnita, que somente grandes acontecimentos (...) obrigavam não pouco estudiosos e políticos do Velho Mundo a lembrarem de que nem sempre o termo “América” era um sinônimo substituível pela denominação “Estados Unidos”. Em que pese seus talentos e conhecimentos quase enciclopédicos, Marx e Engels não foram neste aspecto uma exceção. Seus textos que se referem direta ou indiretamente à América Latina, ainda que mais numerosos do que geralmente se supõe, representam uma parte muito pequena no todo de sua obra.⁵⁷

O filósofo mexicano Arturo Chavolla salienta que para a maioria dos intelectuais europeus do século XIX o continente americano era quase totalmente desconhecido.⁵⁸ Segundo o autor, grande parte das pesquisas da época que se dedicavam a estudar o chamado Novo Mundo “no poseían calidad histórica y adquirirían incluso un carácter mítico. América era casi siempre una palabra intercambiable con ‘Estados Unidos’. (...) América Latina era un subcontinente, una América de segunda clase y de dudosa identidad”.⁵⁹ Os fundadores do marxismo, na concepção de Chavolla, ainda que estivessem comprometidos com os interesses dos trabalhadores em toda parte do mundo, não constituíam uma exceção: “Sus obras nos brindan una idea muy clara de lo que pensaban de las regiones situadas fuera de Europa, en general, y de América Latina en particular. Esta idea parecía ser, aunque de una forma mucho más sutil, muy parecida a la de los intelectuales no marxistas”.⁶⁰

O historiador Bernardo Pereira não corrobora a perspectiva defendida por Pedro Scoron e Arturo Chavolla e refuta a imagem de um Marx eurocêntrico, “inapto para tratar de

⁵⁶ SCORON, Pedro (org). *Contribuição para uma história da América Latina*. São Paulo: Edições Populares, 1982, p. 7.

⁵⁷ *Idem*.

⁵⁸ CHAVOLLA, Arturo. *La imagen de América en el marxismo*. Buenos Aires: Prometeo Livros, 2005, p. 13.

⁵⁹ *Ibidem*, p. 13-14.

⁶⁰ *Ibidem*, p. 14.

temas relacionados aos demais continentes”.⁶¹ Para o autor, ainda que a maior parte dos escritos de Karl Marx acerca dos países não desenvolvidos não configure obras sistemáticas – estes escritos são fruto de troca de correspondências, escritos periódicos e esboços – “não nos parece razoável julgarmos este tema irrelevante no conjunto da obra de Marx, sobretudo se considerarmos a importância que esses estudos teriam para a formulação de aspectos centrais de seu pensamento”.⁶²

Para além da presença da América Latina na obra dos fundadores do marxismo, o que mais nos interessa neste texto é compreender a presença do marxismo na América Latina. Foram os imigrantes alemães, italianos e espanhóis que introduziram e disseminaram o marxismo na América Latina no final do século XIX. Os primeiros intelectuais marxistas e os primeiros partidos operários no continente inspiravam-se na II Internacional, como foi o caso do Partido Socialista Argentino (fundado em 1985) por Juan B. Justo, o primeiro tradutor da obra *O Capital*, de Marx, para o espanhol.⁶³

No entanto, segundo Michael Lowy, as “primeiras tentativas significativas de analisar a realidade latino-americana em termos marxistas e de estabelecer as bases para uma orientação política revolucionária vieram com o surgimento da corrente comunista”.⁶⁴ Na década de 1920, surgiram os primeiros partidos comunistas na América Latina, fortemente influenciados pela Revolução Russa e inspirados pela III Internacional.

Desde seu surgimento, uma das principais problemáticas a ser enfrentada pelo marxismo na América Latina referia-se a como aplicar a teoria marxista à realidade latino-americana. Nesse sentido, Michael Lowy destaca que duas tendências antagônicas se cristalizaram na região: o excepcionalismo indo-americano e eurocentrismo.⁶⁵ No primeiro caso, as especificidades latino-americanas foram absolutizadas, levando ao questionamento do próprio marxismo enquanto teoria exclusivamente europeia.⁶⁶ Já na segunda concepção, que teria sido predominante no continente, tratou-se de transplantar mecanicamente para a América Latina os modelos explicativos do desenvolvimento socioeconômico da Europa, renegando as particularidades latino-americanas.⁶⁷

Michael Lowy distinguiu três períodos na história do marxismo na América Latina. O primeiro período, chamado pelo autor de *período revolucionário*, abarca as décadas de 1920 e

⁶¹ PEREIRA, Bernardo Soares. *Mariátegui em seu (terceiro) mundo*. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2015, p. 45.

⁶² *Idem*.

⁶³ LÖWY, Michael (org.). *op. cit.* 2006, p. 14.

⁶⁴ *Idem*.

⁶⁵ *Ibidem*, p. 10.

⁶⁶ *Idem*.

⁶⁷ *Ibidem*, p. 10-11.

1930, cuja expressão teórica mais importante foi a obra do escritor e jornalista peruano José Carlos Mariátegui (1894-1930).⁶⁸ O pensamento mariateguiano foi pautado pela “síntese dialética entre o universal e o particular, o internacional e o latino-americano”.⁶⁹ Em 1928, publicou o livro *Sete ensaios de interpretação da realidade peruana*, considerado “a primeira tentativa de análise marxista de uma formação social latino-americana concreta”.⁷⁰

Mariátegui rechaçava o modelo que conferia às burguesias nacionais um papel de destaque no processo histórico de superação do capitalismo. Em sua concepção, qualquer aliança com a burguesia colocava em risco a autonomia política e programática do proletariado. Além disso, no que tange ao caráter da revolução na América Latina, Mariátegui defendia o socialismo como a única alternativa à dominação imperialista no continente. Mas o pensador peruano propunha um *socialismo indo-americano*, que não deveria ser uma mera reprodução das experiências europeias, em especial da União Soviética, mas que incorporasse as tradições milenares indígenas.

O socialismo não é, certamente, uma doutrina indo-americana. Porém nenhuma doutrina, nenhum sistema contemporâneo o é nem pode sê-lo. E o socialismo, ainda que tenha nascido na Europa, como o capitalismo, não é tampouco específico nem particularmente europeu. É um movimento mundial, ao qual não se subtrai nenhum dos países que se movem dentro da órbita da civilização ocidental. Esta civilização conduz, com forças e meios de que nenhuma civilização dispôs, à universalidade. A Indo-América, nesta ordem mundial, pode e deve ter individualidade e estilo; porém não uma cultura nem um destino particulares. (...) *não queremos, certamente, que o socialismo seja na América decalque ou cópia. Deve ser criação heróica. Temos que dar vida, com nossa própria realidade, em nossa própria linguagem, ao socialismo indo-americano.* Eis aqui uma missão digna de uma geração nova.⁷¹

Além de mesclar o *universal e o particular, o internacional e o latino-americano*, Mariátegui também se destacou por dedicar-se aos problemas dos camponeses indígenas e defender sua inserção na luta de classes. Nesse aspecto, acreditava que as tradições coletivistas dos incas, por exemplo, favoreceriam o florescimento do comunismo entre os indígenas peruanos. O pensamento mariateguiano inovou ao abordar as questões agrárias relacionando-as à problemática indígena, elaborando uma síntese entre o marxismo enquanto

⁶⁸ *Ibidem*, p. 9.

⁶⁹ *Ibidem*, p. 17.

⁷⁰ *Ibidem*, p. 18.

⁷¹ MARIÁTEGUI, José Carlos. “O socialismo indo-americano”, setembro de 1928. In: LÖWY, Michael (org.). *op. cit.* 2006, p. 108-109. Grifos nossos.

teoria geral e a realidade latino-americana.⁷² Nesse sentido, o historiador Gilberto Calil ressaltou “sua originalidade, sua criatividade, sua heterodoxia e reflexão autônoma em relação à Internacional Comunista, já em processo de burocratização e sofrendo a imposição do mecanicismo stalinista na segunda metade dos anos 1920”.⁷³ E como salientou Löwy, as análises de Mariátegui não se restringiam à realidade peruana, mas abrangiam toda a América Latina. Em sua ótica, a revolução latino-americana só poderia ser uma *revolução socialista, com objetivos agrários e antiimperialistas*.⁷⁴

A morte prematura de Mariátegui em 1930 coincidiu com o processo de *stalinização* dos partidos comunistas. Para Löwy, as décadas de 1930 até o final da década de 1950 configuram o segundo período da história do marxismo na América Latina: o *período stalinista*.⁷⁵ Nesta etapa, a interpretação soviética do marxismo foi hegemônica:

O resultado deste processo foi a adoção da doutrina da revolução por etapas e do bloco de quatro classes (o proletariado, o campesinato, a pequena burguesia e a burguesia nacional) como fundamento da sua prática política, cujo objetivo era a concretização da etapa nacional-democrática (ou antiimperialista ou antifeudal).⁷⁶

A teoria da revolução por etapas definia a etapa na América Latina como nacional-democrática, na medida em que, nessa ótica, os países não desenvolvidos não possuiriam as condições necessárias para uma revolução socialista.

Cabe destacar também que embora o stalinismo fosse a corrente hegemônica neste período, coexistiram tendências críticas, que propunham outro tipo de comunismo, como é o caso dos grupos inspirados em Leon Trotsky. Os primeiros grupos e partidos trotskistas latino-americanos originaram-se de cisões dos partidos comunistas, sendo o Comitê Comunista de Oposição da Argentina o primeiro a aparecer publicamente, após *rachar* em 1929 com o Partido Comunista da Argentina, criado dois anos antes.⁷⁷

A historiadora argentina Vera Carnovale salientou que o trotskismo latino-americano, fundamentando-se na teoria da revolução permanente formulada por Trotski, rechaçava a

⁷² MARIÁTEGUI, José Carlos. “O problema indígena na América Latina”, junho de 1929. In: LÖWY, Michael (org.). *op. cit.* 2006, p. 110-113.

⁷³ CALIL, Gilberto. “O marxismo de Mariátegui e a revolução latino-americana: democracia, socialismo e sujeito revolucionário”, II Simpósio Lutas Sociais na América Latina, Universidade Estadual de Londrina, 2006, p. 1. Disponível em: <<http://www.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/segundosimposio/gilbertocalil.pdf>>. Acessado em 27/01/2016.

⁷⁴ LÖWY, Michael (org.). *op. cit.* 2006, p. 20.

⁷⁵ *Ibidem*, p. 9.

⁷⁶ *Ibidem*, p. 27.

⁷⁷ COGGIOLA, Osvaldo. *O trotskismo na América Latina*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1984, p. 17.

teoria da revolução por etapas, defendida pelos partidos comunistas alinhados à União Soviética. A autora sintetiza os principais eixos defendidos pelas organizações trotskistas na América Latina:

(...) rechazo de la doctrina de un feudalismo latinoamericano y, en contraposición, caracterización de la economía colonial del pasado y de las estructuras agrarias del presente como esencialmente capitalistas; crítica del concepto de “burguesía nacional progresista” y de la perspectiva de un posible desarrollo capitalista independiente para los países latinoamericanos; análisis del fracaso de las experiencias populistas como resultado de la dependencia estructural de las burguesías locales; imposibilidad de una vía democrática nacional para el desarrollo económico y social de América Latina.⁷⁸

Michael Löwy sublinhou que a corrente trotskista latino-americana, “por causa de sua visão estratégica revolucionária (...) se considerava continuadora das ideias do comunismo latino-americano da década de 1920, especialmente as ideias de Mariátegui, a cuja herança política os trotskistas recorriam frequentemente”.⁷⁹

A morte de Josef Stalin em 1953 e as mudanças na linha política da União Soviética provocaram profundas transformações no movimento comunista internacional. Em 1956, no XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética (PCUS), o secretário-geral do partido, Nikita Khrutchev, divulgou um relatório “secreto” denunciando os crimes praticados por Josef Stalin, morto três anos antes. O relatório, logo publicado na imprensa mundial, chocou os Partidos Comunistas de todo o mundo, como relata José Segatto: “Em todos os países do mundo, os comunistas receberam a notícia perplexos, pasmados, constrangidos”.⁸⁰ O autor complementa: “O ‘informe’ caiu como uma bomba sobre o Movimento Comunista Internacional, causando traumas, dilaceramentos e dolorosas autocríticas em todos os partidos comunistas”.⁸¹

O historiador Eduardo Rey Tristán esclarece quais as principais eixos da nova linha política inaugurada na União Soviética a partir da morte de Stalin, já no contexto da Guerra Fria⁸²:

⁷⁸ CARNOVALE, Vera. *Los combatientes: historia del PRT-ERP*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2011, p. 31.

⁷⁹ LÖWY, Michael (org.). *op. cit.* 2006, p. 36.

⁸⁰ SEGATTO, José Antonio. *Breve história do PCB*. Belo Horizonte: Oficina dos Livros, 1989, p. 87.

⁸¹ SEGATTO, José Antonio. “O PCB e a revolução nacional-democrática”. In: MAZZEO, Antonio Carlos & LAGO, Maria Izabel (orgs.). *Corações vermelhos: os comunistas brasileiros do século XX*. São Paulo: Cortez, 2003, p. 126.

⁸² *Guerra Fria* é a denominação atribuída ao período entre o fim da Segunda Guerra Mundial em 1945 e a extinção da União Soviética em 1991, marcado pelas relações de disputas e conflitos indiretos (políticos,

La nueva línea se caracterizaba por la defensa de la coexistencia pacífica con el mundo capitalista, dado el equilibrio militar alcanzado, así como por el planteamiento de la lucha en el campo económico, en donde se consideraba superior al socialismo sobre el capitalismo por su avance en la última década. Defendía además la participación política de los comunistas en aquellos países con democracias parlamentarias, para de ese modo intentar acceder al poder y lograr una transformación pacífica al socialismo, así como también el apoyo a las fuerzas progresistas del Tercer Mundo para que hiciesen avanzar sus países en sentido socialista.⁸³

As mudanças na linha política soviética provocaram significativos atritos com o Partido Comunista Chinês, com profundas repercussões no movimento comunista internacional. Ainda segundo Rey Tristán, a oposição chinesa rechaçava, sobretudo, “la política de coexistência y la renuncia a la revolución violenta”.⁸⁴ Além disso, o PC chinês defendia que “la contradicción principal de la época era entre el movimiento de liberación nacional y el imperialismo, y no entre el capitalismo y el socialismo, como defendían los soviéticos. Y que el enfrentamiento al imperialismo sólo podía tener éxito a través de las luchas revolucionarias en el Tercer Mundo”.⁸⁵ A partir de então, China e União Soviética passaram a disputar a hegemonia sob o campo socialista e sob o movimento comunista internacional, especialmente nos países não desenvolvidos. Como destacou Silvio Pons,

a crise sino-soviética apresentou inevitáveis repercussões sobre a presença comunista nos países de Terceiro Mundo (...) desenvolveu-se dura competição entre Moscou e Beijing pela conquista dos comunistas não europeus. O cenário que se abria era o de dramática cisão que enfraquecia o movimento onde sua expansão parecia mais promissora.⁸⁶

Com algumas exceções, na América Latina, a linha soviética continuou a ser predominante.⁸⁷ Assim sendo, na segunda metade da década de 1950, os partidos comunistas latino-americanos, de maneira geral, mantiveram-se alinhados à União Soviética e defenderam a teoria da revolução por etapas. Esta teoria, como vimos, sustentava que nos países onde o capitalismo convivía com relações “feudais ou semifeudais” – como se julgava

militares, tecnológicos, econômicos, sociais e ideológicos) entre os Estados Unidos e a União Soviética, que disputavam zonas de influência e o controle do bloco de países capitalistas e socialistas, respectivamente.

⁸³ TRISTÁN, Eduardo Rey. *op. cit.* p. 43.

⁸⁴ *Idem.*

⁸⁵ *Idem.*

⁸⁶ PONS, Silvio. *op. cit.* p. 426.

⁸⁷ Entre as exceções, podemos mencionar o Partido Comunista do Brasil (PCdoB), fundado em 1962 – fruto de uma cisão com o Partido Comunista Brasileiro (PCB) – e que posteriormente optou pelo alinhamento político e ideológico ao Partido Comunista Chinês e ao maoísmo. Cf. SALES, Jean Rodrigues. “Da luta armada ao governo Lula: a história do Partido Comunista do Brasil (PCdoB)”. In: FERREIRA, Jorge & AARÃO REIS, Daniel (orgs.). *Revolução e democracia (1964-...)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. (Coleção As esquerdas no Brasil, v. 3).

ser o caso da América Latina – era necessário, antes de atingir a meta final do socialismo, atravessar uma etapa prévia caracterizada por uma transformação nacional-democrática (“antiimperialista e antifeudal”), para a qual era primordial uma política de alianças, que incluísse a burguesia nacional. Nessa ótica, a construção do socialismo no continente estava relegada a uma etapa futura.⁸⁸

No entanto, os acontecimentos que sacudiram a vida política de uma pequena ilha caribenha no final da década de 1950 colocariam em xeque esta teoria, subvertendo “a problemática tradicional da corrente marxista até então hegemônica na América Latina”.⁸⁹ E, para além de contrariar os pressupostos defendidos pelos partidos comunistas latino-americanos, os eventos que se desenrolaram nesta ilha favoreceram a ascensão de *novas esquerdas*, marcadas pelo signo da radicalidade política.

1.1. Uma Ilha, um Farol: A Revolução Cubana e as Esquerdas Revolucionárias na América Latina

*Dizia-se “Ilha” ou “Ponto Um” e todos nós
sabíamos que era Cuba, nome tão
impronunciável como nossos nomes.
Flávio Tavares⁹⁰*

Quando o exército revolucionário liderado por Fidel Castro e Ernesto Guevara, entre outros, entrou triunfantemente na cidade de Havana no primeiro dia de janeiro de 1959, a história de Cuba ganhava um novo e significativo capítulo. Mas não seria só a história daquela pequena ilha caribenha que seria alterada após a derrubada da ditadura liderada por Fulgêncio Batista. A Revolução Cubana, que depois se assumiu socialista, representou um marco na história da América Latina e impactou profundamente as esquerdas do continente.⁹¹

Segundo a cronologia proposta por Michael Löwy, a Revolução Cubana marca o início do terceiro período da história do marxismo na América Latina: *o novo período*

⁸⁸ CARNOVALE, Vera. *op. cit.* p. 27-28.

⁸⁹ LÖWY, Michael (org.). *op. cit.* 2006, p. 29.

⁹⁰ TAVARES, Flávio. *Memórias do esquecimento – os segredos dos porões da ditadura*. Rio de Janeiro: Record, 2005, p. 178.

⁹¹ Foge aos limites e propósitos desta tese de doutorado recompor detalhadamente o processo da Revolução Cubana vitoriosa em 1959. Interessa-nos neste capítulo apontar os aportes que esta revolução trouxe às esquerdas revolucionárias da América Latina. Para a história da Revolução Cubana, ver, entre muitos outros: CHOMSKY, Aviva. *História da revolução cubana*. São Paulo: Veneta, 2015; GOTT, Richard. *Cuba: Uma nova história*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006; FERNANDES, Florestan. *Da guerrilha ao socialismo: A revolução cubana*. São Paulo: Expressão Popular, 2007; e BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *De Martí a Fidel: a Revolução Cubana e a América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

revolucionário, caracterizado pela “ascensão (ou consolidação) de correntes radicais, cujos pontos de referência comuns são a natureza socialista da revolução e a legitimidade, em certas situações, da luta armada, e cuja inspiração e símbolo, em grau elevado, foi Ernesto Che Guevara”.⁹²

A Revolução Cubana reascendeu a chama do internacionalismo na América Latina. Seus líderes defendiam a experiência cubana como um modelo a ser seguido e propunham um *novo caminho* a ser trilhado pelas esquerdas latino-americanas. Os primeiros discursos de Fidel Castro, após a vitória em 1959, destacavam as possibilidades continentais da Revolução: “Como os povos do nosso continente necessitam de uma Revolução como a que foi feita em Cuba!”.⁹³ Segundo Richard Gott, posteriormente Fidel Castro defenderia que “os Andes poderiam se transformar na Sierra Maestra da revolução latino-americana”.⁹⁴

Diversas organizações da esquerda armada surgidas na América Latina após a Revolução Cubana, e inspiradas em seu exemplo, defendiam a perspectiva do internacionalismo revolucionário em *nuestra America*:

La Revolución Cubana plateó con fuerza la actualidad de la revolución en Latinoamérica. (...) La revolución latinoamericana es continental, como producto de nuestras raíces históricas de continente sometido al mismo destino por las potencias coloniales e imperialistas, dominada hoy por la misma potencia imperial, con los mismos métodos y objetivos, explotado por el mismo enemigo de los pueblos. (...) Por ello, los revolucionarios latinoamericanos son combatientes internacionalistas, que sienten como suyas las injusticias que se cometen en cualquier de este continente y de otros lugares del mundo.⁹⁵

Contudo, para além de impulsionar o internacionalismo revolucionário, a Revolução Cubana também, em contrapartida, favoreceu um processo de *internacionalização da repressão*, como salientou Eduardo Rey Tristán.⁹⁶ No contexto de Guerra Fria, a política externa dos Estados Unidos sofreu uma significativa guinada. Impulsionada pelo presidente estadunidense John F. Kennedy em 1961, a *Aliança para o Progresso* surgiu como um programa cooperativo destinado ao desenvolvimento econômico e social da América Latina e

⁹² LÖWY, Michael (org.). *op. cit.* 2006, p. 10.

⁹³ CASTRO, Fidel *apud* GOTT, Richard. *op. cit.* p. 246.

⁹⁴ GOTT, Richard. *op. cit.* p. 246.

⁹⁵ JUNTA DE COORDINACIÓN REVOLUCIONARIA. “Lucha revolucionaria de los pueblos latinoamericanos”, [1975], p. 9-12. Archivo Lucha Armada – Colección David Càmpera/ Centro de Estudios Interdisciplinarios Uruguayos (CEIU) – Universidad de la Republica (UDELAR); Fondo JCR, Carpeta 2. A trajetória da organização internacionalista *Junta de Coordinación Revolucionaria* será analisada nos capítulos 3 e 4 da presente tese.

⁹⁶ TRISTÁN, Eduardo Rey. *op. cit.* p. 49.

concomitantemente à contenção do avanço do comunismo na região. Além disso, a nova estratégia militar dos Estados Unidos, que se desenvolveria com mais força ao longo das décadas de 1960 e 1970, representou o apoio dos Estados Unidos às forças de segurança (militares ou policiais) dos países latino-americanos dispostos a reprimir o “perigo Vermelho” que julgavam rondar o continente, em especial após a vitória da Revolução Cubana.⁹⁷

A vitória da Revolução Cubana, além de representar uma nova etapa na circulação das ideias internacionalistas entre as esquerdas revolucionárias e desencadear o temor das direitas e das forças de segurança latino-americanas, também implicou “em um acirramento das discussões acerca das estratégias revolucionárias e dos caminhos possíveis rumo ao socialismo”.⁹⁸ Nesse sentido, o modelo cubano – que, como veremos mais adiante, inspirou as esquerdas revolucionárias na América Latina – era diametralmente oposto ao defendido pelos partidos comunistas latino-americanos. Até o final da década de 1950, como vimos, os PC’s na América Latina, de forma geral, alinhavam-se às orientações soviéticas e defendiam a teoria da revolução por etapas. Por outro lado, a Revolução Cubana – a primeira revolução socialista da América – não foi liderada por revolucionários alinhados ao modelo soviético stalinista. Ao contrário, a experiência cubana, como demonstrou Michael Löwy, “subverteu claramente a problemática tradicional da corrente marxista até então hegemônica na América Latina. (...) e demonstrou a possibilidade objetiva de uma revolução combinando tarefas democráticas e socialistas em um processo revolucionário *ininterrupto*”.⁹⁹

Na ótica dos revolucionários que lideraram a Revolução Cubana, o caráter da revolução na América Latina deveria ser *antiimperialista e socialista simultaneamente*. Essa concepção não era uma caracterização nova da revolução na América latina, como apontou a historiadora Vera Carnovale.¹⁰⁰ Ao contrário, reconhecia e resgatava antecedentes de alguns intelectuais revolucionários dos anos 1920, como o peruano José Carlos Mariátegui.¹⁰¹

Ao retomar a concepção da revolução antiimperialista e socialista, os revolucionários latino-americanos a partir do final da década de 1950 também colocavam em xeque a política de alianças com as burguesias nacionais, defendida pelos partidos comunistas. Nas palavras do líder Ernesto “Che” Guevara: “(...) *as burguesias autóctones perderam toda a sua capacidade de oposição ao imperialismo – se é que alguma vez a tiveram* – e agora são

⁹⁷ *Ibidem*, p. 49-51.

⁹⁸ GOMES, Caio de Souza. “*Quando um muro separa, uma ponte une*”: conexões transnacionais na canção engajada na América Latina (anos 1960/70). Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013, p. 77.

⁹⁹ LÖWY, Michael (org.). *op. cit.* 2006, p. 45.

¹⁰⁰ CARNOVALE, Vera. *op. cit.* p. 29.

¹⁰¹ *Idem*.

apenas seu reboque. *Não há mudanças a fazer, ou revolução socialista ou caricatura de revolução*”.¹⁰²

O caráter antiimperialista e socialista da revolução passou a ser defendido pelas organizações revolucionárias, que se guiavam pela luz irradiada pelo farol cubano:

La revolución latinoamericana es un proceso radical de transformaciones antiimperialistas y anticapitalistas, democráticas e populares, de liberación nacional y socialistas. Ello equivale a decir que, como lo demostró la Revolución Cubana, el proceso revolucionario en nuestro continente integra, en una misma dinámica, la expropiación de los monopolios y la liquidación de la explotación del hombre por el hombre, la reforma agraria y la democratización más radical de la sociedad, las reivindicaciones nacionales y la construcción de una sociedad socialista.¹⁰³

Partindo dessas premissas, significativas correntes das esquerdas latino-americanas, inspiradas na experiência cubana, passaram a questionar as tradicionais formas de atuação política, criticando, por exemplo, a participação nos processos eleitorais como via para a transformação social. Nesse sentido, apostaram em novas formas de organização e ação política, o que as diferenciava e afastava dos partidos comunistas tradicionais. Nesse contexto, no início da década de 1960 as esquerdas latino-americanas polarizaram-se:

(...) una izquierda pro castrista que, con variaciones, optó por una acción revolucionaria más o menos inmediata y que seguía – también con sus particularidades a veces – los modelos revolucionarios difundidos por los cubanos; y otra izquierda que, representada generalmente por los partidos comunistas – aunque con excepciones, por supuesto – era reacia al apoyo a la acción directa de tipo castrista y apostaba por una actividad más moderada, relacionada con la estrategia internacional y línea política marcada por la Unión Soviética.¹⁰⁴

Uma das últimas colônias a conquistar sua independência na América Espanhola se tornara o país pioneiro em um processo de luta radical contra o imperialismo e, posteriormente, pelo socialismo. Assim sendo, em toda a América Latina as esquerdas não ficaram incólumes às repercussões da Revolução Cubana. A favor ou contra, a vitória dos guerrilheiros de Sierra Maestra mobilizou corações e mentes latino-americanos:

¹⁰² GUEVARA, Ernesto “Che”. “Mensaje a Tricontinental”, 1967. In: LÖWY, Michael (org.). *op. cit.* 2006, p. 304. Grifos nossos.

¹⁰³ JUNTA DE COORDINACIÓN REVOLUCIONARIA. “Lucha revolucionaria de los pueblos latinoamericanos”, [1975], p. 11. Archivo Lucha Armada – Colección David Cámpora/ Centro de Estudios Interdisciplinarios Uruguayos (CEIU) – Universidad de la Republica (UDELAR); Fondo JCR, Carpeta 2.

¹⁰⁴ TRISTÁN, Eduardo Rey. “La Organización Latinoamericana de Solidaridad (OLAS) y la polémica sobre las formas de la revolución latinoamericana. El caso uruguayo”. In: GUTIERREZ ESCUDERO, Antonio & CUETOS, María Luisa Laviana. (orgs.) *Estudios sobre America, siglos XVI-XX*. Sevilla, AEA, 2005, p. 1693.

A esquerda como um todo – partidos comunistas, intelectuais, dirigentes sindicais (...) – converteu-se à linha cubana ou dividiu-se entre pró-cubanos e o *resto*: ortodoxos, comunistas pró-soviéticos, defensores dos governos locais e partidários da noção de uma aliança com a ‘burguesia nacional’.¹⁰⁵

Assim sendo, a Revolução Cubana foi responsável pela ascensão e consolidação de uma nova corrente revolucionária na América Latina: o *castrismo-guevarismo*. O historiador Jean Sales assim resumiu a definição dessa corrente:

Usamos a expressão castro-guevarismo como o conjunto de ideias oriundas de escritos de Che Guevara e discursos de Fidel Castro, que foram sistematizadas por Régis Debray em seu livro “Revolução na revolução”. Em resumo, tratava-se de mostrar que a luta armada, através da guerra de guerrilhas, era o método que deveria ser utilizado na América Latina dos anos sessenta para se fazer a revolução, o que podia prescindir da presença de um partido comunista e de outras condições preconizadas pelos marxistas.¹⁰⁶

Para estas esquerdas revolucionárias, o castrismo-guevarismo, como tática revolucionária, fora submetido “al teste de la práctica y ha dado su prueba irreversible: Cuba”.¹⁰⁷ De fato, a vitória da Revolução Cubana tornou-se uma prova concreta, na ótica dessas organizações radicais, de que o caminho para a revolução implicava na aposta em novas formas organizativas, no rompimento com os padrões clássicos de luta preconizados pelas esquerdas tradicionais latino-americanas e na defesa da ação revolucionária, pautada, sobretudo, na luta armada. Cuba trilhara essa vereda. Caberia aos demais revolucionários latino-americanos seguir a senda iluminada pela ilha caribenha:

La revolución dejaba de ser un objetivo difuso que orientaba la acción política y la definición de estrategias de acumulación de fuerzas a largo plazo. Desde el 1 de enero de 1959, para muchos militantes de la izquierda y para importantes sectores juveniles, pasó a ser algo tangible, próximo, para cuya consecución no era preciso más que una acción política determinada. El modelo a seguir ya había sido mostrado por Cuba, sólo se necesitaba organización para su puesta en práctica.¹⁰⁸

As esquerdas revolucionárias surgidas a partir do início da década de 1960, que

¹⁰⁵ CASTAÑEDA, Jorge G. *Utopia desarmada: intrigas, dilemas e propostas da esquerda latino-americana*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994, p. 69. Grifos no original.

¹⁰⁶ SALES, Jean Rodrigues. *op. cit.* 2005, p. 46.

¹⁰⁷ DEBRAY, Régis. “El Castrismo: La gran marcha de América Latina”. *Punto Final*, nº 30, junho de 1967, suplemento, p. 2. Archivo Histórico Punto Final (1965-1973). Disponível em: <http://archivohistorico.org/PDFs/1967/PF_030_doc_2.pdf>. Acesso em: 12/02/2016.

¹⁰⁸ TRISTÁN, Eduardo Rey. *op. cit.* 2006, p. 42.

impactaram a conjuntura política de diversos países do mundo ocidental, ficaram conhecidas como *novas esquerdas*. Este termo foi largamente usado para caracterizar as organizações e partidos que ao longo das décadas de 1960 e 1970, em quase todo o mundo ocidental, em que pese suas especificidades, surgiram em oposição aos partidos comunistas tradicionais e seus modelos clássicos de atuação política. Ressaltamos que a expressão *nova* “quer significar, neste contexto, ‘diferente’, e não deveria sugerir a impressão de que temos a intenção de caracterizar as forças políticas até então existentes como “velhas”, na acepção pejorativa do termo, ou seja, ultrapassadas”.¹⁰⁹

Essas organizações que romperam com os padrões das esquerdas tradicionais, em especial com os partidos comunistas, não foram exclusividade do cenário político de um único país ou continente. Maria Paula Araujo, em seu livro *A Utopia Fragmentada*, traçou um panorama dessa “nova esquerda” que surgiu buscando caminhos alternativos para a transformação social.¹¹⁰ Partindo das análises de Paul Berman¹¹¹, a autora relata que

em 1961, a ala estudantil do Partido Social Democrata alemão, a Sozialistische Deutsche Studentenbund (SDS), foi expulsa do partido. Em 1968, esse mesmo SDS liderou o radical movimento de jovens na Alemanha. Na França, entre 1965-1966, o mesmo conflito se repetiu, tanto no Partido Comunista quanto no partido Socialista Francês, produzindo uma geração de líderes e militantes egressos dos partidos tradicionais de esquerda e violentamente críticos em relação a estes. (...) esse processo ocorreu em muitos outros países, como a Itália, os Estados Unidos, o México. Em todos eles, os jovens militantes foram considerados radicais, inconvenientes e não-cooperativos pelos militantes mais velhos dos partidos comunistas e socialistas. Em contrapartida, os jovens radicais acusavam esses militantes de conservadorismo, imobilismo, passividade e excesso de cautela.¹¹²

Segundo Eduardo Rey Tristán, na América Latina as chamadas “novas esquerdas” tiveram “como partera a la Revolución Cubana. Su elección de la acción revolucionaria fue su principal característica, y el seguimiento de los postulados *guevaristas* desarrollados tras el triunfo castrista, su opción fundamental, aunque no la única”.¹¹³ A Revolução Cubana “seja através de sua propaganda ou através das interpretações feitas por uma grande parte da

¹⁰⁹ AARÃO REIS, Daniel & SÁ, Jair Ferreira de (orgs.). *Imagens da revolução – documentos políticos das organizações clandestinas de esquerda, 1961-1971*. 2ª edição. São Paulo: Expressão Popular, 2006, p. 15. Daniel Aarão Reis, posteriormente, abandonaria o uso do termo “nova esquerda”.

¹¹⁰ ARAUJO, Maria Paula. *A utopia fragmentada: as novas esquerdas no Brasil e no mundo na década de 70*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2000, p. 35-72.

¹¹¹ BERMAN, Paul. *A tale of two utopias: the political journey of the generation of 1968*. New York: Norton, 1996.

¹¹² ARAUJO, Maria Paula. *op. cit.* 2000, p. 35.

¹¹³ TRISTÁN, Eduardo Rey. *op. cit.* 2006, p. 42.

esquerda do continente”¹¹⁴ aparecia aos olhos destes grupos revolucionários como o prelúdio de uma nova etapa na história latino-americana. A luta revolucionária seria, a partir de então, travada em outro patamar, a partir de um *marco zero*, que estas esquerdas radicais julgavam inaugurar.¹¹⁵

Dentro do campo das esquerdas revolucionárias latino-americanas, destacaram-se, como apontamos, as organizações que se alinharam ao castrismo-guevarismo.¹¹⁶ As primeiras organizações castristas-guevaristas na região surgiram logo no início da década de 1960, em sua maioria como fruto de *rachas* com partidos comunistas. Até 1968, a maioria desses movimentos optou pela guerrilha rural (inspirados pela vitória do Movimento 26 de Julho cubano), como foi o caso dos guerrilheiros das *Fuerzas Armadas de Liberación Nacional* (FALN) na Venezuela; das *Fuerzas Armadas Rebeldes* (FAR) na Guatemala; da *Frente Sandinista de Liberación Nacional* (FSLN) na Nicarágua, entre outros.¹¹⁷ A partir de 1968, o cenário político latino-americano seria impactado por uma nova etapa do castrismo-guevarismo, caracterizada em especial pelos movimentos guerrilheiros urbanos¹¹⁸, como o *Movimiento de Liberación Nacional-Tupamaros* (MLN-T) do Uruguai; o *Movimiento de Izquierda Revolucionaria* (MIR), do Chile; e o *Ejército Revolucionario del Pueblo* (ERP), da Argentina.¹¹⁹

Estas esquerdas radicais baseavam suas práticas revolucionárias em um corpus teórico pautado especialmente em uma tríade de textos: *Guerra de guerrilhas*, escrita por Ernesto “Che” Guevara em 1960; *Segunda Declaração de Havana*, proferida por Fidel Castro em 1962; e *Revolução na revolução*, de Régis Debray, publicado em 1967.

No ano seguinte à vitória da Revolução Cubana, a *Primeira Declaração de Havana* foi proferida por Fidel Castro em setembro de 1960 – sob aprovação da população cubana – após um processo de radicalização do processo revolucionário cubano, que abrangeu uma

¹¹⁴ SALES, Jean Rodrigues. *op. cit.* 2005, p. 52.

¹¹⁵ Retomaremos essa questão em nosso próximo capítulo, quando analisaremos mais algumas das características das chamadas *novas esquerdas*.

¹¹⁶ O guevarismo não foi a única corrente revolucionária que se desenvolveu na América Latina a partir da década de 1960. O trotskismo, por exemplo, também vivenciou um considerável crescimento, sobretudo após a crise do movimento comunista tradicional após a Revolução Cubana. A superação da noção de revolução por etapas e a defesa de uma revolução ininterrupta, antiimperialista e socialista por parte das esquerdas revolucionárias em ascensão na América Latina a partir da década de 1960 contribuíram para que os movimentos trotskistas ganhassem terreno. Além do trotskismo, o maoísmo também se desenvolveu na América Latina, no contexto da polêmica sino-soviética e das cisões nos partidos comunistas tradicionais. Cf: LÖWY, Michael (org.). *op. cit.* 2006, p. 50-52 e CARNOVALE, Vera. *op. cit.* p. 30-31.

¹¹⁷ LÖWY, Michael (org.). *op. cit.* 2006, p. 47.

¹¹⁸ Em alguns casos, essas organizações guerrilheiras tipicamente urbanas não excluíram de seu acionar revolucionário as tentativas de deflagrar a guerrilha rural.

¹¹⁹ LÖWY, Michael (org.). *op. cit.* 2006, p. 48. Essas três organizações serão analisadas em nosso próximo capítulo.

série de nacionalizações (de refinarias de petróleo, usinas de açúcar e outras empresas estadunidenses) e expropriações de grandes empresas pertencentes a cubanos. As medidas de retaliação dos Estados Unidos culminaram no embargo econômico, comercial e financeiro imposto a Cuba.¹²⁰ Posteriormente, os Estados Unidos lideraram o processo de expulsão de Cuba da Organização dos Estados Americanos em janeiro de 1962. A resposta cubana veio com a *Segunda Declaração de Havana*, aprovada na Praça da Revolução em Havana em fevereiro de 1962. O curto período que separa as duas declarações foi marcado pelo recrudescimento do choque entre Cuba e os Estados Unidos – após o rompimento de relações entre os dois países e uma tentativa frustrada de invasão a Cuba patrocinada pelos Estados Unidos¹²¹ – e a declaração do caráter socialista da revolução em abril de 1961.

Como ressaltou Carlos Alberto Barão, a *Segunda Declaração* criticava a ação imperialista dos Estados Unidos, a via eleitoral para a conquista do poder e a possibilidade de uma aliança com as burguesias nacionais e afirmava a “necessidade da via revolucionária para solucionar a situação dos povos da América Latina”.¹²² O texto – que se tornou, na concepção de Pierre Vilar, uma espécie de “manifesto comunista do século XX”¹²³ – esboçava, portanto, para além da crítica aos Estados Unidos, uma contestação à prática dos partidos comunistas do continente e conclamava à ação revolucionária:

*O dever de todo revolucionário é fazer a revolução. Sabe-se que a revolução vencerá na América e em todo o mundo, mas não cabe aos revolucionários sentar-se à porta de sua casa para ver passar o cadáver do imperialismo. (...) a história terá de contar com os pobres da América, com os explorados e vilipendiados da América Latina, que decidiram começar a escrever eles mesmos e para sempre a sua história.*¹²⁴

A Revolução Cubana trouxe à tona o debate acerca da luta armada como o caminho para a revolução, concepção que passou a ser defendida por significativas correntes das esquerdas latino-americanas. Nesse sentido, os escritos de Guevara e Debray tornaram-se uma espécie de manual para guerrilheiros de todo o continente.

Em *Guerra de guerrilhas*, publicado no início de 1960, Guevara buscou sistematizar

¹²⁰ ALI, Tariq (org.). *Fidel Castro: As Declarações de Havana*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009, p. 91.

¹²¹ Sobre as relações entre Estados Unidos e Cuba ao longo da década de 1960, ver, entre muitos outros: CHOMSKY, Aviva. *op. cit.* p. 81-112.

¹²² BARÃO, Carlos Alberto. “A influência da Revolução Cubana sobre a esquerda brasileira nos anos 60”. In: MORAES, João Quartim de & AARÃO REIS, Daniel (orgs.). *História do marxismo no Brasil – Volume I: O impacto das revoluções*. Campinas: UNICAMP, 2003, p. 266-267.

¹²³ VILAR, Pierre *apud* BARÃO, Carlos Alberto. *op. cit.* p. 268.

¹²⁴ CASTRO, Fidel. *Segunda Declaração de Havana*, 4 de fevereiro de 1962. In: ALI, Tariq (org.). *op. cit.* p. 130-132.

os principais legados da experiência cubana para os revolucionários da América Latina:

- 1º. Las fuerzas populares pueden ganar una guerra contra el ejército.
- 2º. No siempre hay que esperar a que se den todas las condiciones para la revolución; el foco insurreccional puede crearlas.
- 3º. En la América sub-desarrollada, el terreno de la lucha armada debe ser fundamentalmente el campo.¹²⁵

Guevara reafirmou suas proposições acerca da luta armada na América Latina expressas em *Guerra de Guerrilhas* em outro texto lançado em 1963 – *Guerra de guerrilhas: um método*. A grande polêmica em torno destes dois textos refere-se à criação de “focos guerrilheiros” na América Latina, proposta pelo líder revolucionário argentino. Na realidade, a interpretação que as esquerdas revolucionárias elaboraram a respeito da chamada “teoria do foco” levou, em muitos casos, ao predomínio da questão militar em detrimento das atividades políticas.

Segundo a concepção amplamente difundida ao longo das décadas de 1960 e 1970 entre as esquerdas latino-americanas que se miravam na experiência cubana, o “foco” teria início a partir da ação de um pequeno grupo de guerrilheiros instalados preferencialmente em uma região montanhosa (para dificultar a ação repressiva do exército), que atuariam junto aos camponeses locais. Posteriormente, colunas guerrilheiras deveriam deslocar-se para outras regiões, amplificando sua força a fim de derrotar o exército inimigo.

Essa perspectiva do “foco guerrilheiro” foi propagada, com grande repercussão na América Latina, através dos textos do intelectual francês Régis Debray. Nascido em Paris em 1940, Debray rodou a América Latina nos anos 1960 e em 1967 partiu para a Bolívia para juntar-se aos guerrilheiros liderados por Ernesto “Che” Guevara.¹²⁶ Data deste ano seu famoso livro *Revolução na revolução*, responsável pela divulgação da teoria do *foquismo*, com ampla circulação entre os guerrilheiros latino-americanos.

Esta teoria, divulgada por Debray, privilegiava o fator militar em detrimento do político e priorizava o foco guerrilheiro em relação ao partido. Ao invés de esperar pela direção dos partidos comunistas, “o foco guerrilheiro assumia a responsabilidade de iniciar a luta. Todo o processo revolucionário se subordinaria à dinâmica germinativa da guerrilha

¹²⁵ GUEVARA, Ernesto “Che”. “La guerra de guerrillas”, 1960. In: _____. *Obra revolucionaria*. México: Ediciones Era, 1967, p. 27.

¹²⁶ Régis Debray foi preso na Bolívia em 1967 (ano da morte de Guevara) e permaneceu na prisão até 1971, quando partiu para o Chile. Regressou à França em 1973 e, desde então, exerceu diversos cargos públicos e em instituições acadêmicas. Para saber mais sobre sua trajetória, cf: <www.regisdebray.com>. Acesso em: 13/02/2016.

rural, desde a luta de massas à formação de um novo partido revolucionário”.¹²⁷

Jon Lee Anderson, em sua consagrada biografia sobre Ernesto Guevara, argumenta que a obra de Debray assumiu um caráter quase oficial em defesa do castrismo-guevarismo:

Baseada nas notas que tomara de seus diálogos com Fidel, aproveitando textos e discursos de Che, e incluindo as próprias observações de Debray dos campos de batalha das guerrilhas na região, a monografia procurava precipuamente dar uma fundamentação teórica da defesa cubana da “opção pela guerrilha” contra a orientação dos partidos comunistas da América Latina. Sua argumentação, mais explícita do que a de Che ou de Fidel, era que o *foco* da guerrilha rural, ou seu núcleo, devia ser a vanguarda de elite da luta revolucionária.¹²⁸

Contudo, embora a concepção difundida por Debray – que julgava ser possível o foco guerrilheiro, por si só, ser capaz de deflagrar o processo revolucionário – apresentava-se como a síntese das táticas e estratégias adotadas pela Revolução Cubana, não podemos afirmar que a vitória em Cuba foi fruto da ação de um foco guerrilheiro na acepção que a obra de Debray lhe confere. Neste sentido, a Revolução Cubana longe de representar a ação exclusiva de uma vanguarda de guerrilheiros, foi vitoriosa pois contou com amplo apoio social e trabalho político. Os guerrilheiros de Sierra Maestra associaram-se a uma rede nacional de resistência à ditadura de Fulgêncio Batista, da qual participaram o Movimento 26 de Julho, os camponeses, os sindicatos, alguns partidos, entre outros atores.

Além da versão propagada por Debray não corresponder à realidade da experiência cubana, ressaltamos ainda que, embora Ernesto “Che” Guevara defendesse a atuação das guerrilhas (especialmente no campo) e a perspectiva político-militar da luta revolucionária, ele insistia no caráter *de massas* que a luta armada deveria assumir. Em suas palavras:

(...) costuma-se criticar aqueles que querem adotar a guerra de guerrilhas, alegando que se esquecem da luta de massas, como se fossem métodos contrapostos. Rejeitamos o conceito inerente a essa posição; *a guerra de guerrilhas é uma guerra do povo, é uma luta de massas. Pretender realizar este tipo de guerra sem o apoio da população é o prelúdio de um desastre inevitável.*¹²⁹

Outra premissa do pensamento de Guevara é a defesa da guerrilha em *caráter continental*, o que reforça sua perspectiva internacionalista:

¹²⁷ GORENDER, Jacob. Combate nas trevas – a esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada. 5ª edição. São Paulo: Ática, 1999, p. 89.

¹²⁸ ANDERSON, Jon Lee. *Che Guevara: uma biografia*. Rio de Janeiro: Objetiva, 1997, p. 823.

¹²⁹ GUEVARA, Ernesto “Che”. “Guerra de guerrilhas: um método”. In: LÖWY, Michael (org.). *op. cit.* 2006, p. 294. Grifos nossos.

Os ianques intervirão por solidariedade de interesses e porque a luta na América é decisiva. De fato, já intervêm na preparação das forças repressivas e na organização de um aparelho continental da luta. Mas, doravante, farão isso com todas as suas energias. (...) Dado este panorama americano, é difícil que a vitória seja obtida e consolidada em um país isolado. Deve-se responder à união das forças repressivas com a união das forças populares. Em todos os países em que a opressão chegar a níveis insustentáveis, deve-se erguer a bandeira da rebelião, e esta bandeira terá, por necessidade histórica, caracteres continentais. A Cordilheira dos Andes está destinada a ser a Sierra Maestra da América, como disse Fidel, e todos os imensos territórios deste continente estão destinados a ser cenários da feroz luta contra o poder imperialista.¹³⁰

O internacionalismo revolucionário, como já apontamos, possuía um longo histórico, para além das Américas. Contudo, as esquerdas revolucionárias surgidas em *nuestra América* na segunda metade do século XX – inspiradas no pensamento e na trajetória de vida de Ernesto Guevara – conferiram ao internacionalismo uma nova roupagem, com novas características, especialmente associadas à noção de *latino-americanismo*.

Essa noção de “latino-americanismo” possui uma historicidade. O termo *América Latina* surgiu em meados do século XIX, envolto em debates políticos e ideológicos. Como destacaram as historiadoras Maria Lígia Prado e Gabriela Pellegrino, a origem do termo foi, durante muito tempo, controversa.¹³¹ Para algumas correntes, o termo teria sido criado pelos franceses a fim de justificar as pretensões da França sob a América, em nome de uma suposta *latinidade*.¹³² Para outras, o termo seria criação dos próprios latino-americanos, inseridos em um processo de construção de uma identidade em oposição aos anglo-saxões dos Estados Unidos.¹³³

Alinhamo-nos à segunda perspectiva, que defende que o primeiro a cunhar o termo “América Latina” foi o ensaísta colombiano José María Torres Caicedo, no poema *Las dos Américas*, publicado em 1857:

Mas aislados se encuentran, desunidos,
Esos pueblos nacidos para aliarse:
La unión es su deber, su ley amarse:
Igual origen tienen y misión;
La raza de la América latina,
Al frente tiene la sajona raza,
Enemiga mortal que ya amenaza

¹³⁰ *Ibidem*, p. 298.

¹³¹ PRADO, Maria Lígia & PELLEGRINO, Gabriela. *História da América Latina*. São Paulo: Contexto, 2014, p. 8.

¹³² Nessa concepção, teria sido o intelectual e viajante francês Michael Chevalier o criador do termo “América Latina”, cunhado por ele em 1836.

¹³³ PRADO, Maria Lígia & PELLEGRINO, Gabriela. *op. cit.* p. 8.

Su libertad destruir y su pendón.¹³⁴

Os versos defendiam a integração dos países latino-americanos frente ao avanço dos Estados Unidos e suas pretensões expansionistas na região. Assim sendo, a denominação “América Latina” não surgiu como uma imposição externa aos latino-americanos; antes o termo foi “cunhado e adotado conscientemente por eles mesmos e a partir de suas reivindicações”.¹³⁵

A proposta de união dos povos latino-americanos perpassou o século XIX, sendo empunhada por alguns dos chamados *libertadores da América* no processo de independência da América Espanhola, e foi ressignificada nos anos 1960 e 1970 do século XX pelas esquerdas revolucionárias, em especial pelas organizações internacionalistas. Neste novo contexto, o latino-americanismo das esquerdas estava intrinsecamente relacionado à noção de *terceiro-mundismo*.

O termo “Terceiro Mundo” surgiu no período da Guerra Fria para designar os países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento, que apresentavam sérios problemas econômicos e profundas desigualdades sociais. A expressão foi oficialmente adotada em 1955 por ocasião da realização da Conferência de Bandung, na Indonésia, que reuniu países africanos e asiáticos. Nesta terminologia, o “Primeiro Mundo” seria formado pelos países desenvolvidos capitalistas e o “Segundo Mundo” pelos países socialistas industrializados. Desde o fim da União Soviética, estes termos vêm gradativamente caindo em desuso.

A Conferência de Bandung, nos anos seguintes, culminou na criação do *Movimento dos Países Não Alinhados*, que consolidou o então chamado Terceiro Mundo no sistema internacional. Em um contexto marcado pela bipolaridade e pelos movimentos de independência das colônias européias na África e na Ásia, as teses terceiro-mundistas reivindicavam a independência em relação aos Estados Unidos e à União Soviética e valorizavam o potencial revolucionário dos países do Terceiro Mundo, na medida em que as contradições do capitalismo seriam mais agudas nestas regiões. Ao mesmo tempo em que buscava construir uma identidade para os países excluídos do Primeiro e Segundo Mundo, o

¹³⁴ Trecho do poema *Las dos Américas* de José María Torres Caicedo (1857). O poema possui 26 estrofes. Pode ser encontrado na íntegra em: < <http://www.filosofia.org/hem/185/18570215.htm>>. Acessado em 13/02/2016.

¹³⁵ PRADO, Maria Lígia & PELLEGRINO, Gabriela. *op. cit.* p. 9. Para saber mais sobre a construção do termo e da idéia de América Latina, cf: QUIJADA, Monica. “Sobre el origen y difusión del nombre ‘América Latina’”. *Revista de Indias*, volume LVIII, nº 214, 1998. Disponível em: < http://digital.csic.es/bitstream/10261/9354/1/Monica_QUIjada_Sobre_el_nombre_America_Latina1998%5B1%5D.pdf>. Acessado em 13/02/2016; e FARRET, Rafael Leporace & PINTO, Simone Rodrigues. “América Latina: da construção do nome à consolidação da ideia”. *Topoi*, v. 12, n. 23, julho-dezembro de 2011. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/topoi/v12n23/1518-3319-topoi-12-23-00030.pdf>>. Acessado em 13/02/2016.

terceiro-mundismo também representou uma bandeira libertária e revolucionária para estes povos.

La agenda política e intelectual resultante proponía el repudio de toda potencia colonial y postuló un antiimperialismo que, sin renunciar a la idea de soberanía y liberación nacionales, convivió con la expectativa de que la revolución mundial se había puesto en marcha. Se consolidó además la convicción de que la Historia cambiaba de escenario y que habría de transcurrir, de allí en más, en el Tercer Mundo.¹³⁶

Nesse contexto, elaborou-se uma defesa da violência revolucionária e sua legitimidade. Essa valorização da violência política foi adotada pelas esquerdas radicais latino-americanas e também nas lutas de libertação nacional na Ásia e na África. Um dos principais expoentes dessa concepção foi Frantz Fanon, um psiquiatra martinicano que serviu no Exército francês e presenciou as atrocidades da guerra colonial na Argélia. Seu livro *Os condenados da terra*, lançado em 1963, teve grande repercussão internacional ao apresentar a violência revolucionária como a única resposta possível e legítima à violência institucionalizada, ao colonialismo e às desigualdades sociais.¹³⁷

As teses terceiro-mundistas e a noção de *violência justa* também repercutiram em significativos setores da Igreja Católica na América Latina. A partir de mudanças institucionais introduzidas pelo Concílio Vaticano II, setores progressistas da Igreja aproximaram-se dos projetos de transformações sociais defendidos pelas esquerdas radicais latino-americanas. A historiadora Jessie Jane Vieira de Souza destacou que ao longo da década de 1960, dentro da Igreja Católica, “crescia a percepção de que era necessária uma aproximação radical com os setores populares sob pena de perderem parte significativa do rebanho. Todavia, esta análise não era passível de consenso e havia uma grande disputa dentro e fora da instituição”.¹³⁸

A realização da Conferência Episcopal Latino-Americana em Medellín (Colômbia) em 1968 legitimou a opção de bispos e padres do “Terceiro Mundo” pelos pobres e seu compromisso ativo com a transformação social da realidade latino-americana. A chamada *Teologia da Libertação* aparecia como fruto dessa radicalização católica. Muitos sacerdotes extremaram essa opção pelos pobres e, ao legitimar a “violência dos de baixo contra os de cima”, ingressaram em organizações revolucionárias, que defendiam a luta armada, como foi

¹³⁶ GILMAN, Claudia. *Entre la pluma y el fusil: debates y dilemas del escritor revolucionario en América Latina*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2012, p. 46.

¹³⁷ Cf. FANON, Frantz. *Os condenados da terra*. Juiz de Fora: UFJF, 2005.

¹³⁸ SOUZA, Jessie Jane Vieira de. “A Igreja Católica e a política na Argentina: um debate historiográfico”. *Dimensões – Revista de História da UFES*, vol. 20, 2008, p. 67. Disponível em: <www.periodicos.ufes.br/dimensoes/article/download/2474/1970>. Acessado em 15/02/2016.

o caso emblemático do padre colombiano Camilo Torres, que se uniu à guerrilha e foi morto em combate em 1966.¹³⁹

A América Latina desempenhou um importante papel dentro da concepção terceiro-mundista e sua luta contra o imperialismo em escala mundial. A *Segunda Declaração de Havana*, de fevereiro de 1962, reforçou os laços entre os povos do Terceiro Mundo: “Que é a história da América Latina senão a história da Ásia, da África e da Oceania? E que é a história de todos esses povos senão a história da exploração mais impiedosa e cruel do imperialismo no mundo inteiro?”¹⁴⁰

Cuba era um símbolo da luta contra o imperialismo estadunidense. Não à toa foi escolhida para ser a sede da *Conferencia de Solidaridad de los Pueblos de Ásia, África y América Latina (Tricontinental)*, realizada em Havana em janeiro de 1966. A Conferência – que contou com a participação de representantes de mais de 80 países, incluindo 27 delegações da América Latina – enfatizou a potencialidade revolucionária do Terceiro Mundo e seu papel decisivo na luta contra a exploração imperialista. No caso específico da América Latina, Ernesto “Che” Guevara – cujo paradeiro era desconhecido (ele já estava clandestinamente atuando na Bolívia) – fortaleceu, em uma mensagem enviada à Conferência, a importância dos países latino-americanos na luta revolucionária contra o imperialismo e pelo socialismo:

A América, continente esquecido pelas últimas lutas políticas de libertação, que começa a se fazer ouvir por intermédio da Tricontinental, por meio da voz da vanguarda de seus povos, que é a Revolução Cubana, terá uma tarefa de muito maior relevância: a da criação do segundo ou terceiro Vietnã ou do segundo e terceiro Vietnã do mundo.

Definitivamente, deve-se levar em conta que o imperialismo é um sistema mundial, última etapa do capitalismo, e que é preciso batê-lo em um grande confronto mundial. A finalidade estratégica dessa luta deve ser a destruição do imperialismo. (...)

O elemento fundamental dessa finalidade estratégica será, portanto, a libertação real dos povos; libertação que ocorrerá pela luta armada, na maioria dos casos, e que terá, na América, quase inexoravelmente, a propriedade de se transformar em uma Revolução Socialista.¹⁴¹

A mensagem de Guevara reforçava a adoção da luta armada pelos movimentos revolucionários latino-americanos, como também o fez Fidel Castro em seu discurso

¹³⁹ Para saber mais sobre a Teologia da Libertação, cf: SILVA, Sandro Ramom Ferreira da. *O tempo das utopias: Religião e romantismos revolucionários no imaginário da Teologia da Libertação dos anos 1960 aos 1990*. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2013.

¹⁴⁰ CASTRO, Fidel. *Segunda Declaração de Havana*, 4 de fevereiro de 1962. In: ALI, Tariq (org.). *op. cit.* p. 101.

¹⁴¹ GUEVARA, Ernesto “Che”. “Mensagem à Tricontinental”, 1967. In: LÖWY, Michael (org.). *op. cit.* 2006, p. 305.

proferido no encerramento da Conferência Tricontinental: “Nosotros creemos que en este continente, en todos o en casi todos los pueblos, la lucha asumirá las formas más violentas. Y cuando se sabe eso, lo único correcto es prepararse para cuando esa lucha llegue, ¡prepararse!”.¹⁴²

Apesar de seus intentos, a Tricontinental não foi capaz de coordenar efetivamente os movimentos antiimperialistas no Terceiro Mundo, atuando mais como um órgão de divulgação da luta revolucionária e denúncia contra a exploração imperialista.¹⁴³ Ainda assim, a Conferência repercutiu significativamente entre as esquerdas latino-americanas, na medida em que permitiu estruturar uma rede continental de militantes, organizações e partidos de esquerda.¹⁴⁴

Um ano após a realização da Tricontinental e diante da consolidação das esquerdas revolucionárias na América Latina, Cuba foi palco novamente de um importante momento do internacionalismo e latino-americanismo na região: a realização da primeira conferência da *Organización Latinoamericana de Solidaridad* (OLAS). Realizada também em Havana entre julho e agosto de 1967, a OLAS representou, segundo Eduardo Rey Tristán,

(...) la culminación de la orientación revolucionaria del castrismo hacia América Latina, la vía para la constitución de una *nueva internacional* dominada por La Habana, que tendría como bases teórico-políticas las tesis difundidas por los teóricos del castrismo y que aunaría, bajo dirección cubana, a todos los movimientos revolucionarios del continente, que pasarían a ser los protagonistas y casi únicos representantes verdaderos de la izquierda y la revolución.¹⁴⁵

O otimismo em relação ao avanço dos movimentos revolucionários na América Latina deu a tônica do discurso de Fidel Castro por ocasião do encerramento da conferência da OLAS:

Este continente trae en su vientre una revolución; tardará más o menos en nacer, tendrá un parto más o menos difícil, pero inevitable. Nosotros no tenemos la menor duda. Habrá victorias, habrá reveses, habrá avances, habrá retrocesos; pero el advenimiento de una nueva era, la victoria de los pueblos frente a la injusticia, frente a la explotación, frente a la oligarquía,

¹⁴² CASTRO, Fidel. Discurso proferido na cerimônia de encerramento da Conferência Tricontinental de Solidariedade dos Povos da Ásia, África e América Latina. Teatro Chaplin, Havana, 15 de janeiro de 1966. Disponível em: < <http://www.cuba.cu/gobierno/discursos/1966/esp/f150166e.html>>. Acessado em: 16/02/2016.

¹⁴³ SADER, Emir; JINKINGS, Ivana; NOBILE, Rodrigo; MARTINS, Carlos Eduardo (orgs.). *Latinoamericana: Enciclopédia Contemporânea da América Latina e do Caribe*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2006, p. 1174 (Verbete Tricontinental).

¹⁴⁴ TRISTÁN, Eduardo Rey. *op. cit.* 2006, p. 45.

¹⁴⁵ TRISTÁN, Eduardo Rey. *op. cit.* 2005, p. 1695-1696.

frente al imperialismo, cualesquiera que sean los errores de los hombres, cualesquiera que sean las concepciones equivocadas que puedan tratar de entorpecer el camino, es inevitable.¹⁴⁶

A Declaração Final do evento apresentava, entre outras, suas principais resoluções:

1. Que constitui um direito e um dever dos povos da América Latina fazer a revolução (...).
2. Que o conteúdo essencial da revolução na América Latina está dado por seu enfrentamento ao imperialismo e às oligarquias de burgueses e latifundiários. Consequentemente, o caráter da revolução é o da luta pela independência nacional, para se emancipar das oligarquias, e o caminho socialista para seu pleno desenvolvimento.
3. Que a luta revolucionária constitui a linha fundamental da revolução na América Latina (...).
4. Que a guerrilha – como embrião dos exércitos de libertação – constitui o método mais eficaz para iniciar e desenvolver a luta revolucionária na maioria de nossos países.¹⁴⁷

A primeira conferência da OLAS afirmou, portanto, a oposição da organização ao imperialismo estadunidense na América Latina e reforçou abertamente a opção pela luta armada como instrumento de emancipação dos povos latino-americanos. Em sua concepção, os movimentos guerrilheiros deveriam espalhar-se como “ondas” (*olas* em espanhol), estendendo a revolução por todo o continente.

¹⁴⁶ CASTRO, Fidel. Discurso proferido na cerimônia de encerramento da Conferência da Organização Latino-Americana de Solidariedade (OLAS). Teatro Chaplin, Havana, 10 de agosto de 1967. Disponível em: <<http://www.cuba.cu/gobierno/discursos/1967/esp/f100867e.html>>. Acessado em: 16/02/2016.

¹⁴⁷ Declaração Final da Conferência da Organização Latino-Americana de Solidariedade (OLAS). In: BARÃO, Carlos Alberto. *op. cit.* p. 270-271.



Mesas da Primeira Conferência da Organização Latino-Americana de Solidariedade, resgatando as figuras do *libertador da América* Simon Bolívar e do líder revolucionário, internacionalista e latino-americanista Ernesto Guevara, presidente de honra da OLAS.

Fonte: Ruinas Digitales – Arqueologia Comunicacional

1.2. “Entre la pluma y el fuzil”: Os Intelectuais Revolucionários na América Latina

(...) la politización de los intelectuales se expresó con una notación: el compromiso (...) compromiso de la obra y compromiso del autor.
Claudia Gilman¹⁴⁸

A luta contra o imperialismo e a defesa do internacionalismo revolucionário e da revolução socialista não foram questões que mobilizaram exclusivamente as organizações revolucionárias que optaram pela luta armada como caminho rumo ao socialismo. Nesse sentido, deve-se salientar que a perspectiva internacionalista e latino-americanista também foi construída no âmbito intelectual.

O historiador Aldo Marchesi salientou que a emergência da Revolução Cubana representou para diversos intelectuais¹⁴⁹ o caminho para uma modernização latino-americana

¹⁴⁸ GILMAN, Claudia. *op. cit.* p. 144.

¹⁴⁹ Jean-François Sirinelli destacou “o caráter polissêmico da noção de intelectual, o aspecto polimorfo do meio dos intelectuais, e a imprecisão daí decorrente para se estabelecer critérios de definição da palavra (...) por esta razão, é preciso, a nosso ver, defender uma definição de geometria variável, mas baseada em invariantes”. SIRINELLI, Jean-François. “Os intelectuais”. In: REMÓND, René (org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

alternativa ao capitalismo.¹⁵⁰ Especialmente após o anúncio do caráter socialista da revolução, em 1961, iniciou-se um intenso debate travado entre importantes intelectuais latino-americanos sobre revolução e socialismo. Adriane Vidal Costa ressaltou que

(...) muitos intelectuais latino-americanos, nos anos 1960, acreditavam que o socialismo era a única possibilidade de suprimir as diversas formas de dependência que vinculavam a América Latina aos países centrais do Norte capitalista, principalmente aos Estados Unidos. Nesse caso, a Cuba revolucionária, ao resistir a todas as pressões dos Estados Unidos, passou a representar idealmente toda a América Latina e adquiria um prestígio enorme e duradouro perante as esquerdas.¹⁵¹

Assim sendo, ao longo das décadas de 1960 e 1970, muitos intelectuais latino-americanos passaram a compartilhar a convicção de que o intelectual poderia e deveria converter-se em um dos principais agentes de transformação radical da sociedade, especialmente no chamado Terceiro Mundo.¹⁵² Além disso, o universo intelectual também se revelou, nesse contexto, como um espaço privilegiado onde germinaram ideias internacionalistas, que, como apontou Claudia Gilman, transpareciam

(...) la referencia continental como espacio de pertenencia de los intelectuales latinoamericanos. Este latinoamericanismo se insertaba, además, dentro de una solidaridad tercermundista. Ese recorte del mundo de pertenencia buscó unir la cultura y la política en un concepto superador de las fronteras nacionales, al conjunto de los “condenados de la tierra”, según la fórmula que Frantz Fanon hizo célebre (...) el período que se inicia en los sesenta tuvo una fuerte impronta internacionalista y un interés por los asuntos públicos que desbordó los horizontes nacionales.¹⁵³

Em um contexto de “latinoamericanização” da Guerra Fria – com a ingerência cada vez maior dos Estados Unidos nos países latino-americanos e a deflagração de sucessivos golpes de Estado e ditaduras na região – significativas correntes de intelectuais se debruçaram sobre a história e as sociedades latino-americanas buscando compreender melhor esses processos.¹⁵⁴

¹⁵⁰ MARCHESI, Aldo. “Imaginación política del antiimperialismo: Intelectuales y política en el Cono Sur a fines de los sesenta”. *E.I.A.L. – Estudios Interdisciplinarios de América Latina y el Caribe*, Volume 17, nº 1, 2006, p. 137. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=4004299>>. Acessado em 18/02/2016.

¹⁵¹ COSTA, Adriane Vidal. *Intelectuais, política e literatura na América Latina – o debate sobre revolução e socialismo em Cortázar, García Marquez e Vargas Llosa (1958-2005)*. São Paulo: Alameda, 2013, p. 41.

¹⁵² GILMAN, Claudia. *op. cit.* p. 59.

¹⁵³ *Ibidem*, p. 27-28.

¹⁵⁴ WASSWEMAN, Claudia. “A trajetória de um grupo de intelectuais brasileiros, seu périplo latino-americano”. In: FERNANDES, Luiz Estevam de Oliveira (org.). *História da América, historiografia e interpretações*. Ouro Preto: EDUFOP, 2012, p. 295.

Nesse sentido, um grupo de intelectuais brasileiros, que atuou na Universidade de Brasília (UnB), foi expulso do país após o golpe civil-militar de 1964 e partiu para o exílio em países da América Latina, se destacou por seus estudos acerca dos rumos do capitalismo na América Latina.

Ruy Mauro Marini, Theotônio dos Santos e Vânia Bambirra eram jovens docentes na UnB e militantes da *Organização Revolucionária Marxista – Política Operária* (ORM-POLOP). Surgida em 1961, esta organização brasileira reuniu militantes egressos da Juventude Socialista, do então Estado da Guanabara, da Juventude Trabalhista, de Minas Gerais, e intelectuais partidários do pensamento de Rosa Luxemburgo, Bukhárin, além do próprio Trotski.¹⁵⁵ A POLOP (nome pelo qual a organização ficou conhecida) criticava o diagnóstico do Partido Comunista Brasileiro sobre a realidade brasileira – que defendia que o latifúndio e o imperialismo eram entraves ao desenvolvimento do capitalismo no país – e também a proposta de revolução em etapas, iniciada pela revolução democrático-burguesa, defendida pelos comunistas. Marcelo Badaró assim resumiu as propostas dos *polopistas*: “(...) afirmavam a caracterização já plenamente capitalista da realidade econômico-social brasileira e propunham, em decorrência, que o caráter da revolução no Brasil fosse necessariamente, e desde o seu início, socialista”.¹⁵⁶

A historiadora Claudia Wasserman salientou que este grupo de intelectuais brasileiros concentrou seus estudos teóricos nas atividades econômicas a fim de

(...) provar a plena consolidação das relações capitalistas de produção no Brasil (crítica a identificação dos traços feudais), a interdependência entre os setores “modernos” e “arcaicos” (crítica ao dualismo estrutural) e a inexistência de uma fase de subdesenvolvimento na trajetória do modo de produção capitalista (crítica ao estagnacionismo).¹⁵⁷

A produção teórica destes intelectuais criticava diretamente o pensamento nacional-desenvolvimentista da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), criada em 1948 pelo Conselho Econômico e Social das Nações Unidas com a missão de promover o crescimento econômico regional, a assessoria técnica aos governos e o desenvolvimento de

¹⁵⁵ Para saber mais sobre a trajetória da POLOP, cf. AARÃO REIS, Daniel. “Classe operária, partido de quadros e revolução socialista. O itinerário da Política Operária – Polop (1961-1986)”. In: FERREIRA, Jorge & AARÃO REIS, Daniel (orgs.). *Revolução e democracia (1964-...)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. (Coleção As esquerdas no Brasil, v. 3) e MATTOS, Marcelo Badaró. “Em busca da revolução socialista: a trajetória da POLOP (1961-1967)”. In: RIDENTI, Marcelo & AARÃO REIS, Daniel (orgs.). *História do marxismo no Brasil – Volume V: Partidos e organizações dos anos 20 aos 60*. Campinas: UNICAMP, 2002.

¹⁵⁶ MATTOS, Marcelo Badaró. *op. cit.*, p. 186.

¹⁵⁷ WASSWEMAN, Claudia. *op. cit.*, p. 290.

estudos, especialmente acerca do processo de industrialização nos países subdesenvolvidos. Como destacou Claudia Wasserman, “uma das premissas da CEPAL era a ideia de que a industrialização autônoma e o nacionalismo econômico eram os únicos caminhos contra a miséria e contra a dependência em relação aos centros mundiais do capitalismo”.¹⁵⁸

Em contrapartida, Ruy Mauro Marini, Theotônio dos Santos e Vânia Bambirra, juntamente a outros intelectuais (como André Gunder Frank), foram responsáveis pela elaboração da chamada *Teoria da Dependência*, que, partindo de uma concepção marxista não ortodoxa, formulou uma nova interpretação acerca da realidade latino-americana. Segundo esta teoria, a miséria da América Latina e seu subdesenvolvimento econômico – ou “atraso”, termo largamente utilizado nas análises da época – poderiam ser explicados

(...) como el resultado de una posición subordinada en la reproducción del capital a escala mundial; posición a la que se lleva a nuestros países especializándolos en producción de materias primas o de productos industriales con una menor composición orgánica del capital, lo que hace que se transfiera plusvalía a los centros del capital financiero mediante intercambio desigual. (...) *La miseria de las masas no es producto de un déficit de desarrollo capitalista sino el resultado propio de ese desarrollo. Lo que existe es el “desarrollo del subdesarrollo”*, según la fórmula sintética de Gunder Frank. (...) No hay, pues, sectores del pueblo que puedan esperar progresar en forma sustantiva con la profundización del desarrollo capitalista, sino que *su único futuro y esperanza está en terminar con el capitalismo*.¹⁵⁹

Segundo Eduardo Rey Tristán, a teoria da dependência converteu-se em

(...) un apoyo científico al antiimperialismo militante, que reforzaba la orientación latinoamericana al considerar la situación del continente como un todo (si bien con sus peculiaridades), y que se oponía al postulado comunista respecto a la necesidad de una etapa democrático-burguesa anterior a la revolución socialista.¹⁶⁰

A teoria da dependência – que apresentava o socialismo como a única via possível para o desenvolvimento social e econômico da América Latina – foi adotada por diversas correntes das esquerdas latino-americanas ao longo das décadas de 1960 e 1970.

Vale destacar que grande parte da produção intelectual de Marini, Bambirra e Santos –

¹⁵⁸ WASSWEMAN, Claudia. “Transição ao socialismo e transição democrática: exilados brasileiros no Chile”. *História UNISINOS*, volume 16, nº1, São Leopoldo, janeiro-abril de 2012, p. 86. Disponível em: <<http://revistas.unisinos.br/index.php/historia/article/view/htu.2012.161.07>>. Acessado em 19/02/2016.

¹⁵⁹ NARANJO, Pedro; AHUMADA, Mauricio; GARCÉS, Mario & PINTO, Julio. *Miguel Enríquez y el proyecto revolucionario en Chile: Discursos y documentos del Movimiento de Izquierda Revolucionaria*. Santiago: LOM Ediciones, 2004, p.16-17. Grifos nossos.

¹⁶⁰ TRISTÁN, Eduardo Rey. *op. cit.* p. 46.

principais idealizadores da teoria da dependência – foi desenvolvida ao longo dos anos em que estes intelectuais estiveram no exílio em países da América Latina. Seguindo percursos distintos após o golpe civil-militar de 1964 no Brasil, estes intelectuais reuniram-se no Chile em 1969 e foram acolhidos por instituições acadêmicas chilenas, possibilitando assim não só a continuidade de suas atividades intelectuais, mas também seu aprofundamento e difusão, além da ampliação do círculo de contatos. Este grupo de brasileiros vivenciou um momento de expansão das ciências sociais no Chile¹⁶¹, inserido em um processo mais amplo de ascensão das esquerdas e de ampla mobilização dos movimentos sociais no Chile, em especial após a chegada do socialista Salvador Allende à presidência da República em 1970.¹⁶² A atividade de pesquisa e os estudos teóricos destes intelectuais brasileiros influenciaram fortemente o programa do governo de Allende no Chile, como relembrou Vânia Bambirra:

Pela primeira vez, um programa de governo feito por uma frente de esquerda, com a participação relevante de um Partido Comunista, colocava a ênfase na liquidação dos monopólios nacionais e internacionais; estabelecia, também, que a soberania nacional só poderia ser consolidada quando fosse superado o capitalismo dependente, através da transição socialista. Eram exatamente as conclusões óbvias das teses centrais que defendíamos em nossas publicações, cursos e conferências.¹⁶³

No exílio, estes intelectuais brasileiros reforçaram sua perspectiva latino-americanista: “Eles foram capazes, mais do que outros intelectuais, na mesma época, de pensar além do âmbito do Estado Nacional. O que os tornou latino-americanistas não foi apenas o périplo latino-americano (isto muitos outros intelectuais fizeram também), mas foram as influências teóricas, as posições políticas”.¹⁶⁴

A trajetória do sociólogo brasileiro Ruy Mauro Marini é muito representativa da figura do intelectual revolucionário que, no contexto latino-americano das décadas de 1960 e 1970, engajou-se na luta antiimperialista, socialista, internacionalista e latino-americanista que mobilizou as esquerdas na América Latina.¹⁶⁵

Marini foi preso, sequestrado e torturado no Brasil após o golpe de 1964. Libertado

¹⁶¹ Sobre a expansão das ciências sociais no Chile entre 1967 e 1973 e o papel dos intelectuais brasileiros exilados neste processo, cf: SALINAS, Sergio. “Brasileños y ciencias sociales en el Chile de La Unidad Popular”. *Revista Eletrônica da ANPHLAC*, nº 18, janeiro-julho de 2015. Disponível em: <<http://revistas.filch.usp.br/anphlac/article/view/2246>>. Acessado em 18/02/2016.

¹⁶² O governo Allende e a atuação das esquerdas chilenas durante este período serão analisados em nosso próximo capítulo.

¹⁶³ BAMBIRRA, Vânia *apud* WASSWEMAN, Claudia. *op. cit.* 2012b, p. 87.

¹⁶⁴ WASSWEMAN, Claudia. *op. cit.* 2012a, p. 285.

¹⁶⁵ Sobre a trajetória de Ruy Mauro Marini, cf: WASSERMAN, Claudia. “Ruy Mauro Marini: o exílio político e o surgimento de um latino-americanista”. In: WASSERMAN, Claudia & DEVÉS-VALDÉS, Eduardo (orgs). *Pensamento latino-americano: além das fronteiras nacionais*. Porto Alegre: UFRGS, 2010.

mediante um *habeas corpus*, partiu em 1965 para o exílio e rumou para o México e, posteriormente, para o Chile. Ao longo de seu exílio, Marini exerceu atividades acadêmicas, manteve sua militância política e estabeleceu uma ampla rede de contatos intelectuais e políticos. No Chile, governado pelo socialista Salvador Allende, além de ministrar aulas no ensino universitário, também exerceu atividades políticas no âmbito da *Unidade Popular* – a coalizão de esquerda pela qual Allende foi eleito presidente da República – e, em especial, junto ao *Movimiento de Izquierda Revolucionaria* (MIR), organização revolucionária que atuava fora do governo Allende.¹⁶⁶ Marini tornou-se um símbolo do intelectual latino-americano engajado. Seus estudos e sua militância política pautaram-se pela perspectiva da revolução antiimperialista e socialista. Suas reflexões, originais e genuinamente latino-americanas, transcenderam fronteiras nacionais.¹⁶⁷

O internacionalismo revolucionário e o latino-americanismo, portanto, impulsionaram a atuação de uma rede de intelectuais de *nuestra América*. Mas, no aspecto que mais nos interessa nesta tese, seriam algumas correntes das esquerdas revolucionárias surgidas a partir de meados dos anos 1960 que ergueriam ao máximo a bandeira do internacionalismo e do latino-americanismo, como veremos nos próximos capítulos.

¹⁶⁶ A trajetória do MIR chileno ao longo das décadas de 1960 e 1970 será examinada em nosso próximo capítulo.

¹⁶⁷ WASSWEMAN, Claudia. *op. cit* 2010, p. 48.

Capítulo 2:

Ditaduras Civil-Militares, Esquerdas Armadas e Internacionalismo Revolucionário na América do Sul nas Décadas de 1960 e 1970

*Yo que soy americano
– no importa de qué país –
quiero que mi continente
viva algún día feliz.
Que los países hermanos
de Centro América y Sur
borren las sombras del norte
a ramalazos de luz.
Victor Lima¹⁶⁸*

Em 1977, o cineasta francês Chris Marker¹⁶⁹ lançou o documentário *Le fond de l'air est rouge* (O fundo do ar é vermelho).¹⁷⁰ O título do filme exprimia a atmosfera das décadas de 1960 e 1970, marcadas pela ascensão de intensos movimentos sociais que, em várias partes do mundo, levaram milhares de pessoas às ruas – em especial suas camadas mais jovens – manifestando-se contra a ordem vigente, questionando as estruturas e valores conservadores capitalistas e socialistas, sem poupar fronteiras, regimes ou sistemas políticos.

As propostas de revolução política, e também econômica, cultural, pessoal, enfim, em todos os sentidos e com os significados mais variados, marcaram profundamente os anos 1960 e 1970, em especial a América Latina. Em nome da revolução, muitos se dispuseram a matar e a morrer.

Mas nem todos eram vermelhos e revolucionários naquelas décadas. Ao contrário, amplos setores conservadores, militares e civis, propuseram uma coloração bem diferente em boa parte do continente americano. Assim sendo, aqueles *anos rebeldes* – como ficaram consagrados no senso comum e na memória coletiva – também foram marcados na América Latina, em especial na região do Cone Sul, pela emergência de governos autoritários que

¹⁶⁸ Trecho da canção “La Segunda Independencia”, escrita pelo poeta uruguaio Víctor Lima e lançada em 1969 no disco “Nuestra Razón” da dupla uruguaia *Los Olimareños*.

¹⁶⁹ Cineasta, fotógrafo e escritor, Chris Marker nasceu em Neuilly-sur-Seine em 1921. Estudou Filosofia e integrou o movimento de Resistência na França durante a ocupação alemã ao longo da Segunda Guerra Mundial. Ao lado de Jean-Luc Godard e François Truffaut, consagrou-se como expoente da *Nouvelle Vague*, movimento artístico do cinema francês dos anos 1960, que rompia com os padrões tradicionais da linguagem cinematográfica.

¹⁷⁰ Neste documentário, dividido em duas partes, o cineasta faz um balanço de dez anos de lutas revolucionárias no mundo, passando pela Primavera de Praga e os movimentos estudantis e operários franceses.

possuíam uma característica em especial: a presença de *militares no poder*. Contando com o apoio de amplos setores civis, estes militares implantaram e sustentaram longas ditaduras. Como destacou Alain Rouquié,

en 1975, más de la mitad de la población total del continente vive en Estados cuya administración se encuentra a cargo de regímenes militares, o con predominio militar. En América del Sur, seis naciones, que representan los cuatro quintos del territorio, tienen como presidentes a oficiales que lograron el poder merced a sus pares y a un “feliz” golpe de Estado.¹⁷¹

Ainda segundo Rouquié, a presença militar à frente da política na América Latina, e em especial na América do Sul, remonta a um passado bem mais distante e possui raízes profundamente arraigadas nas sociedades desta região.¹⁷² Nessa perspectiva, a historiadora Claudia Wasserman constatou a “prolongada vigência do pensamento autoritário e conservador a justificar o poder das classes dominantes e a impor limites à participação dos setores populares ao longo história latino-americana”.¹⁷³

Mas seria a partir da segunda metade do século XX que uma “onda” de governos autoritários atingiria a América Latina, espalhando repressão e autoritarismo em proporções então inimagináveis. Os sucessivos golpes de Estado e as ditaduras instauradas nos países latino-americanos, especialmente nos sul-americanos, mereceram inicialmente a atenção de diversos cientistas sociais e cientistas políticos e, posteriormente, dos historiadores, que se esforçaram em compreender as razões que levaram à derrota da democracia na América Latina durante aquelas décadas e em estabelecer modelos explicativos para caracterizar as ditaduras latino-americanas.¹⁷⁴

Como destacaram Ozis Neves e Vinícius Liebel, “tanto em duração quanto em

¹⁷¹ ROUQUIÉ, Alain. *Poder militar y sociedad política en la Argentina*. Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 1981, p. 9.

¹⁷² ROUQUIÉ, Alain. *O Estado militar na América Latina*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1984.

¹⁷³ WASSERMAN, Claudia. “Raízes do pensamento autoritário na América latina”. In: ABREU, Luciano Aronne & MOTTA, Rodrigo Patto Sá (orgs.). *Autoritarismo e cultura política*. Porto Alegre: FGV; Edipucrs, 2013, p. 182. É importante ressaltar que não podemos fazer uma livre associação entre América Latina e ditadura, como se essa última fosse uma “invenção” latino-americana: “A ideia de uma *interrupção temporária* dos procedimentos democráticos, por um governo ditatorial, com a finalidade de restauração da *ordem*, nunca foi estranha ao pensamento moderno europeu”. PRADO, Maria Lígia; SOARES, Gabriela Pellegrino & COLOMBO, Sylvia. *Reflexões sobre a democracia na América Latina*. São Paulo: SENAC, 2007, p. 45. Grifos no original.

¹⁷⁴ Foge aos limites e propósitos deste capítulo apresentar uma revisão do estado de arte das produções acadêmicas acerca dos golpes e das ditaduras na América Latina. Nesse sentido, cf: QUADRAT, Samantha. “Ditadura, violência política e direitos humanos na Argentina, no Brasil e no Chile”. In: AZEVEDO, Cecília & RAMINELLI, Ronald (orgs.). *História das Américas: novas perspectivas*. Rio de Janeiro: FGV, 2011 e NEVES, Ozias Paese & LIEBEL, Vinícius. “Os regimes militares no Brasil e na América do Sul – Historiografia e Perspectivas”. *Revista Eletrônica da ANPHLAC*, nº 18, janeiro-julho de 2015. Disponível em: <<http://revistas.fflch.usp.br/anphlac/article/view/2277>>. Acesado em 19/02/2016.

formação e *modus operandi*”, estas ditaduras se distinguiram “por particularidades que ultrapassam aspectos meramente nacionais e geográficos”.¹⁷⁵ Em que pese estas singularidades – que serão abordadas ao longo deste capítulo, quando apresentaremos os golpes de Estado e os governos ditatoriais de Uruguai, Chile e Argentina – as ditaduras sul-americanas possuíram, de uma forma geral, um traço em comum: foram norteadas pela *Doutrina de Segurança Nacional* (DSN). Surgida nos anos posteriores à Segunda Guerra Mundial, durante a Guerra Fria, e com maior ímpeto após a Revolução Cubana em 1959, a DSN correspondia a um conjunto de princípios criados nos Estados Unidos que se expandiu entre militares e civis latino-americanos ao longo das décadas seguintes. Essa expansão foi propiciada, sobretudo, através das escolas militares, onde foram treinados centenas de oficiais das Forças Armadas latino-americanas. Como salientou Ricardo Mendes, “a Doutrina de Segurança Nacional apropriou-se e reformulou ideias e conceitos pré-existentes, tais como o anticomunismo latente das elites latino-americanas”.¹⁷⁶

Para Enrique Padrós, uma das principais premissas da DSN era a defesa da coesão e unidade políticas em detrimento do pluralismo político e da concepção de uma sociedade dividida em classes. Nessa perspectiva, qualquer elemento que apontasse para antagonismos sociais deveria ser identificado como *subversivo* e, como tal, nocivo aos “interesses da nação”. Assim sendo, além de um exacerbado anticomunismo, a Doutrina de Segurança Nacional também se pautava pela noção de *inimigo interno*, que deveria ser excluído do corpo social por estar contaminado com “ideologias estranhas”, sempre associadas ao comunismo internacional.¹⁷⁷ E como apontou Samantha Quadrat, para conter o avanço deste “inimigo”, “os militares procuraram exercer um excessivo controle na vida da sociedade civil, adaptando a doutrina à sua realidade. Isso acarretou um grande investimento no setor de inteligência, que, em alguns casos, além da coleta e processamento da informação, ficou responsável por exercer a repressão”.¹⁷⁸

Embora muitas pesquisas destaquem o papel quase exclusivo dos Estados Unidos na elaboração e disseminação da DSN, alguns autores, como João Roberto Martins Filho, têm ressaltado um aspecto ainda pouco explorado neste campo: a importância da doutrina francesa

¹⁷⁵ NEVES, Ozias Paese & LIEBEL, Vinícius. *op. cit.* p. 57-58.

¹⁷⁶ MENDES, Ricardo Antonio Souza. “Ditaduras civil-militares no Cone Sul e a Doutrina de Segurança Nacional – algumas considerações sobre a historiografia”. *Revista Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 5, nº 10, 2013, p. 13.

¹⁷⁷ PADRÓS, Enrique Serra. “Repressão e violência: segurança nacional e terror de Estado nas ditaduras latino-americanas”. In: ARAUJO, Maria Paula; FICO, Carlos Fico; FERREIRA, Marieta de Moraes & QUADRAT, Samantha Viz (Orgs.). *Ditadura e democracia na América Latina: balanço histórico e perspectivas*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2008, p. 144-147.

¹⁷⁸ QUADRAT, Samantha. *op. cit.* 2011, p. 251.

de *guerre révolutionnaire*, praticada inicialmente na Guerra da Argélia e depois exportada para os países da América Latina. Para o autor, a aplicabilidade da doutrina francesa – que defendia o emprego da tortura como instrumento legítimo no combate ao “terrorismo” – em solo latino-americano só foi possível em virtude da existência de “um *ethos* anticomunista comum”, que aproximava franceses, argentinos e brasileiros.¹⁷⁹

Ainda que seja inegável o peso da Doutrina de Segurança Nacional na estruturação das ditaduras do Cone Sul da América, ressaltamos que as conjunturas nacionais e os fatores políticos, econômicos e sociais *internos* de cada país foram preponderantes para a deflagração dos golpes e a instauração das ditaduras nos países *cono sureños*. Além disso, mesmo a aplicação da DSN não significou uma imposição unilateral de países estrangeiros, como a França ou os Estados Unidos, mas representou uma *apropriação* desta doutrina pelas Forças Armadas latino-americanas, que levaram em conta *suas* realidades nacionais e *seus* objetivos políticos.

De acordo com Enrique Padrós, na América Latina a DSN “assumiu contornos de terror de Estado”.¹⁸⁰ Segundo Miguel Bonasso, o termo *terror de Estado* pode ser usado para denominar um

modelo estatal contemporâneo que se vê obrigado a transgredir os marcos ideológicos e políticos da repressão “legal” (aquela consentida pelo marco jurídico tradicional) e que deve apelar a “métodos não convencionais”, tanto extensivos quanto intensivos, para aniquilar a oposição política e o protesto social, seja este armado ou desarmado.¹⁸¹

Respeitando as especificidades nacionais, podemos apontar, ainda segundo as considerações de Padrós, que as principais características do terror de Estado das ditaduras do Cone Sul foram: o uso maciço e significativamente indiscriminado da tortura (bem como o avanço no refinamento da sua aplicação); a presença de esquadrões da morte, os desaparecimentos e a internacionalização da repressão.¹⁸²

Para além do uso extensivo da força e dos mecanismos ilegais de repressão, o cientista político Anthony Pereira salientou que estes regimes, que chegaram ao poder através da força,

¹⁷⁹ MARTINS FILHO, João Roberto. “Tortura e ideologia: os militares brasileiros e a doutrina da *guerre révolutionnaire* (1959-1974)”. In: SANTOS, Cecília MacDowell; TELES, Edson & TELES, Janaina de Almeida (orgs.). *Desarquivando a ditadura: memória e justiça no Brasil*. Volume 1. São Paulo: Editora HUCITEC, 2009, p. 179-180.

¹⁸⁰ PADRÓS, Enrique Serra. “A ditadura cívico-militar no Uruguai (1973-1984): terror de Estado e Segurança Nacional”. In: WASSERMAN, Claudia & GUAZZELLI, Cesar Augusto Barcellos. *Ditaduras militares na América Latina. Ditaduras militares na América Latina*. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2004, p. 48.

¹⁸¹ BONASSO, Miguel *apud* PADRÓS, Enrique Serra. *op. cit.* 2004, p. 49.

¹⁸² PADRÓS, Enrique Serra. *op. cit.* 2008, p. 159.

também buscaram “se basear na lei para manter a sociedade sob controle ou para conferir legitimidade a eles próprios”.¹⁸³ Como enfatizou o autor,

os líderes dos governos militares do Brasil e do Cone Sul preocupavam-se com a legalidade de seus regimes. Apesar de todos eles terem chegado ao poder pela força, esses governantes despenderam grandes esforços para enquadrar seus atos num arcabouço legal, uma mistura do antigo e do novo. Em todos esses regimes houve, por um lado, uma esfera de terror estatal extrajudicial e, por outro, uma esfera de legalidade rotineira e bem estabelecida. (...) Mas entre esses dois extremos, havia também uma área cinzenta onde o governo tentava legalizar a repressão por ele praticada, por meio de decretos, alterações das constituições, expurgos, reorganização e manipulação do Judiciário, e pela promulgação de novas leis.¹⁸⁴

Quando observamos as intervenções militares na história política contemporânea da América do Sul, é preciso atentar ao fato de que, em muitas dessas ocasiões, os *civis* bateram às portas das casernas. Isso significa que os golpes de Estado e as ditaduras por eles instauradas foram apoiados por setores significativos da sociedade civil, que compartilhavam muitos dos princípios e valores defendidos pelos militares (incluindo as políticas econômicas adotadas) e/ou recorriam às Forças Armadas como a “salvação” para os males nacionais. Por isso, boa parte da historiografia contemporânea – na qual este trabalho está incluído – opta pelo uso do termo *ditaduras civil-militares* para reforçar a participação decisiva dos civis não somente na arquitetura dos golpes, mas também na sustentação das ditaduras do Cone Sul da América.

Dessa forma, podemos afirmar que as ditaduras sul-americanas não se mantiveram no poder exclusivamente – nem sobretudo – pela coerção ou por uma suposta manipulação. Ao contrário, estes governos autoritários configuraram-se como produtos sociais, capazes de construir consensos, fundamentais para a sua instalação, legitimação e sustentação.

Nessa perspectiva, retomamos o pensamento do filósofo italiano Antonio Gramsci que, ao analisar as formas de dominação assumidas pelo capitalismo ocidental desde inícios do século XX, destacou que “*o exercício da hegemonia (...) caracteriza-se pela combinação da força e do consenso, que se equilibram de modo variado, sem que a força suplante em muito o consenso, mas, ao contrário, tentando fazer com que a força pareça apoiada no consenso da maioria (...)*”.¹⁸⁵ Assim sendo, a díade *consenso e coerção* encontra-se

¹⁸³ PEREIRA, Anthony W. *Ditadura e repressão: o autoritarismo e o estado de direito no Brasil, no Chile e na Argentina*. São Paulo: Paz e Terra, 2010, p. 36.

¹⁸⁴ *Ibidem*, p. 53-54.

¹⁸⁵ GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. Volume 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, p. 95. Grifos nossos.

“dialeticamente imbricada e inseparável, não podendo a coerção existir sem o consenso, assim como o consenso inexistente sem coerção”.¹⁸⁶

Para além do aporte teórico *gramsciano*, nos últimos anos, diversos historiadores – de distintas tendências historiográficas – têm se dedicado a analisar a complexidade das relações entre sociedades e regimes autoritários.¹⁸⁷ Estes autores também enfatizam a importância da construção do consenso, fundamental para a sustentação das ditaduras. Nesse sentido, Daniel Aarão Reis assim definiu o conceito de *consenso*:

(...) um acordo de aceitação do regime existente pela sociedade, explícito ou implícito, compreendendo o apoio ativo, a simpatia acolhedora, a neutralidade benévola, a indiferença ou, no limite, a sensação de absoluta impotência. São matizes bem diferenciados e, segundo as circunstâncias, podem evoluir em direções distintas, mas concorrem todos, em dado momento, para a sustentação de um regime político, ou para o enfraquecimento de uma eventual luta contra esse regime. A repressão e a ação da polícia política em particular podem induzir ao, ou fortalecer o, consenso, mas nunca devem ser compreendidas como decisivas para a sua formação.¹⁸⁸

Partindo dessas premissas, as recentes pesquisas referentes às ditaduras da América do Sul têm contribuído para superar uma memória que superdimensiona a resistência, obscurecendo o apoio de amplos setores sociais aos golpes de Estado e mesmo à manutenção dos regimes implementados por estes na região do Cone Sul, como destacaram as historiadoras Denise Rollemberg e Samantha Quadrat:

Os regimes autoritários e as ditaduras não são mais compreendidos a partir da manipulação, da infantilização e da vitimização das *massas*, incapazes de fazer escolhas; nem exclusivamente em função da repressão, do medo, da ausência de ação ou pressão popular; tampouco como regimes fechados. Ao contrário, buscamos entender como se constroem consensos e

¹⁸⁶ MENDONÇA, Sonia Regina de. “O Estado Ampliado como ferramenta metodológica”. *Revista Marx e o Marxismo*, v. 2, nº 2, janeiro-julho de 2014, p. 37.

¹⁸⁷ A França, por exemplo, também tem sido um importante palco destes debates historiográficos, sobretudo acerca da memória construída pela sociedade francesa que valoriza a Resistência e “esquece” o colaboracionismo francês durante a ocupação nazista, ao longo da Segunda Guerra Mundial. Outro importante acontecimento que também foi, durante muito tempo, reprimido na memória francesa é a Guerra da Argélia, na qual o exército francês usou sistematicamente a tortura, execuções sumárias e “desaparecimentos” como instrumento contra os que lutavam pela independência, enquanto a maioria da população da metrópole – que tanto propagava os valores democráticos – mostrava-se indiferente ao sofrimento dos argelinos. Sobre a construção da memória francesa referente aos episódios da Guerra da Argélia e da República de Vichy, ver, entre muitos outros, GROppo, Bruno. “El regreso del pasado reprimido: de Vichy a Argélia: las dificultades de la memoria em Francia”. *Puentes*, Buenos Aires, nº 4, julho de 2001.

¹⁸⁸ AARÃO REIS, Daniel. “A revolução e o socialismo em Cuba: ditadura revolucionária e construção do consenso”. In: ROLLEMBERG, Denise & QUADRAT, Samantha Viz (orgs.). *A construção social dos regimes autoritários: legitimidade, consenso e consentimento no século XX*. Volume: Brasil e América Latina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, p. 387.

consentimentos, como se estabelecem relações entre Estado e sociedade. Nessa perspectiva, acredita-se que, uma vez gestadas no interior das sociedades, as ditaduras não lhe são estranhas.¹⁸⁹

O fato é que ninguém quer se identificar com ditaduras que elevaram a tortura à política de Estado, sobretudo depois que se adere a valores e instituições democráticas. As justificativas de que “não se sabia” o que acontecia ou de que “não se podia fazer nada” têm sido constantemente evocadas, ofuscando, porém, os diversos graus de colaboração/apoio/omissão de setores significativos da sociedade frente às ditaduras sul-americanas.¹⁹⁰

Na Argentina, por exemplo, ao analisar a atuação da repressão durante a ditadura, Gabriela Águila destacou que muitos dos procedimentos repressivos, como sequestros e assassinatos, foram deflagrados à luz do dia, na frente de diversas testemunhas.¹⁹¹ Além disso, muitos dos centros de detenção, onde a tortura era praticada nos presos políticos, localizavam-se em grandes centros urbanos e seus vizinhos testemunhavam a movimentação de carros e a entrada (muitas vezes sem saída) de inúmeras pessoas, em sua maioria jovens militantes das organizações estudantis e/ou de esquerda. Segundo a autora,

los tramos iniciales de la dictadura trajeron cambios que fueron visualizados por muchos sectores de la sociedad em forma positiva: había orden, una cierta mejoría de la situación económica, presupuestos ideológicos tranquilizadores, explicaciones para aquello que se salía de la normalidad.¹⁹²

Ainda sobre as relações entre a sociedade e a ditadura argentina, Gabriela Águila afirma:

Varios analistas han sostenido la idea de una sociedad que se patrulló a sí misma, incorporando comportamientos que – más allá del uso directo de la violencia por parte del régimen – se adecuaban a lo que la dictadura postulaba respecto de lo que la sociedad debía hacer, consistentes em uma acentuada disposición a retirar-se al ámbito privado, no cuestionar, no resistir, a aceptar el orden de cosas impuesto. Que la represión y el temor tuvieron un papel significativo en la generación de estos comportamientos sociales es inocultable; sin embargo, la preeminencia de actitudes conformistas o de apoyo al régimen y, en directa relación com ello, la limitada expresión de los cuestionamientos y resistencias no podría ser explicada sin la existencia de un grado – difícilmente mensurable – de

¹⁸⁹ ROLLEMBERG, Denise & QUADRAT, Samantha Viz. “Apresentação”. In: _____. (orgs.). *op. cit.* p. 27-28. Grifos no original.

¹⁹⁰ ROLLEMBERG, Denise. “Esquecimento das memórias”. In: MARTINS FILHO, João Roberto (org.). *O golpe de 1964 e o regime militar: novas perspectivas*. São Carlos: EDUFSCar, 2006, p. 88-90.

¹⁹¹ ÁGUILA, Gabriela. “Testigos y vecinos”. *Puentes*, Buenos Aires, nº 19, dezembro de 2006. Este artigo foi publicado em português em 2010 na referida coletânea *A construção social dos regimes autoritários: legitimidade, consenso e consentimento no século XX*, organizada por Denise Rollemborg e Samantha Quadrat.

¹⁹² *Ibidem*, p. 46.

consenso social y político hacia la dictadura.¹⁹³

Reconhecer o apoio de parcelas significativas da sociedade às ditaduras na América do Sul não significa, no entanto, ofuscar os movimentos de *resistência* que, em suas múltiplas facetas, desafiaram as ditaduras. Neste contexto, as organizações revolucionárias, que optaram por formas mais radicais de luta política, exerceram um papel de destaque e marcaram de forma indelével as décadas de 1960 e 1970 no Cone Sul da América.

Contudo, apesar de seu papel no combate às ditaduras, diversas organizações das esquerdas armadas sul-americanas – inseridas em conjunturas nacionais radicalizadas e influenciadas pelas experiências internacionais da Revolução Cubana, da Revolução Chinesa, da Guerra do Vietnã e das guerras anticoloniais travadas na África – surgiram *antes* mesmo do estabelecimento destas ditaduras, ainda em períodos democráticos, levantando a bandeira do socialismo e do combate ao capitalismo, às desigualdades sociais e ao imperialismo estadunidense. Nesse sentido, para além da resistência, esses grupos guerrilheiros sobressaíram-se também e, sobretudo, pela *perspectiva ofensiva* e pela elaboração de *projetos revolucionários* que visavam à construção de uma nova sociedade.

Para Inés Nercesian, a conjuntura democrática – que não excluía níveis diferenciados de autoritarismo e/ou repressão dos governos – em países como Chile e Uruguai, por exemplo, teria possibilitado aos grupos guerrilheiros “una mayor articulación de las organizaciones con el movimiento social en general”.¹⁹⁴

Ainda segundo a autora, a ascensão das esquerdas armadas na América Latina deve ser compreendida como “una instancia de un proceso de cambio social más amplio, en el cual deben tomarse en consideración las transformaciones económicas, sociales, políticas y culturales”.¹⁹⁵ A historiadora Eugenia Palieraki ressalta que a perspectiva de luta armada foi debatida por amplas parcelas das esquerdas sul-americanas, não se tratando, portanto, de um fenômeno restrito ou de menor relevância.

(...) afirmar que la vía armada hacia la toma del poder era un asunto de los extremos, es desconocer las verdaderas dimensiones que este debate tenía en ese momento. Cuando la revolución parecía esperar a la vuelta de la esquina,

¹⁹³ *Ibidem*, p. 47.

¹⁹⁴ NERCESIAN, Inés. “Cambio social, modernización y surgimiento de la lucha armada en Brasil, Chile y Uruguay (1950-1970)”. *Revista PolHis*, Buenos Aires, Año 5, nº 10, 2012, p. 225.

¹⁹⁵ NERCESIAN, Inés. *La política en armas y las armas de la política : Brasil, Chile y Uruguay (1950-1970)*. Buenos Aires: CLACSO, 2013, p. 313.

el dilema entre vía armada y vía electoral se planteaba en todas las organizaciones con mayor o menor intensidad y persistencia.¹⁹⁶

Neste capítulo, nos interessa analisar as organizações da esquerda armada *conosureña* que mais valorizaram a perspectiva do internacionalismo revolucionário e, mais especificamente, aquelas que acentuadamente estreitaram seus laços e formaram uma organização internacionalista no Cone Sul da América: a *Junta de Coordinación Revolucionaria* (JCR), que será o objeto principal de nossos próximos capítulos.

A JCR era integrada por quatro grupos guerrilheiros de quatro países da América do Sul: o *Movimiento de Liberación Nacional-Tupamaros* (MLN-T do Uruguai); o *Movimiento de Izquierda Revolucionaria* (MIR do Chile); o *Ejército Revolucionario del Pueblo* (ERP da Argentina) e o *Ejército de Liberación Nacional* (ELN da Bolívia). Ao longo deste capítulo, analisaremos, em um primeiro momento, o surgimento e a trajetória do MLN-T, do MIR e do ERP, inserindo-os no contexto político do Uruguai, do Chile e da Argentina respectivamente.¹⁹⁷

Demonstraremos o papel de destaque exercido por esses grupos em suas nações de origem, abordando concomitantemente a efervescente conjuntura das décadas de 1960 e 1970 nestes países, marcadas, como vimos, pela ascensão dos militares ao poder através de golpes de Estado, pela escalada das esquerdas armadas e pelo embate – radical e desigual – entre os governos ditatoriais e as organizações revolucionárias.

Na parte final do capítulo, analisaremos, de maneira geral, algumas das principais características das organizações armadas do Cone Sul, destacando sua perspectiva *internacionalista e latino-americanista*. Apresentaremos ainda como estes revolucionários julgavam que levariam a cabo uma segunda independência na América Latina. Além disso, partiremos dos conceitos de *geração e cultura política* para elucidar o que representava *ser guerrilheiro* na América do Sul ao longo das décadas de 1960 e 1970. Nesse sentido, apresentaremos um conjunto de elementos (teóricos e práticos) que constituiu o que chamamos de uma *cultura política guerrilheira latino-americanista*. Somente a partir da

¹⁹⁶ PALIERAKI, Eugenia. “La opción por las armas. Nueva izquierda revolucionaria y violencia política en Chile (1965-1970)”. *Polis – Revista Latinoamericana*, nº 19, 2008, p. 4. Disponível em: <<http://polis.revues.org/3882>>. Acessado em: 27/09/2015.

¹⁹⁷ Embora a JCR também fosse integrada pelo ELN da Bolívia, não apresentaremos neste capítulo um subtópico específico para esta organização, devido à reduzida bibliografia acerca dos guerrilheiros bolivianos e, sobretudo, aos poucos documentos encontrados, ao longo da pesquisa, produzidos pelo ELN boliviano. Ressaltamos que, de forma alguma, menosprezamos a atuação do ELN no seio das esquerdas revolucionárias da Bolívia, nem tampouco sua participação na JCR. Assim sendo, optamos por apresentar a atuação do ELN ao longo dos próximos capítulos, quando nos dedicaremos a analisar a trajetória da organização internacionalista fundada pelos grupos guerrilheiros da América do Sul.

compreensão desta, podemos assimilar as motivações, os embates e os projetos revolucionários que coloriram o horizonte das esquerdas armadas sul-americanas na segunda metade do século XX.

2.1. “Libertad o Muerte”: O *Movimiento de Liberación Nacional – Tupamaros* do Uruguai

*Cielo, mi cielito lindo,
danza de viento y juncal,
prenda de los tupamaros,
flor de la Banda Oriental*
Osiris Rodríguez Castillos¹⁹⁸

Quando o Uruguai venceu o Brasil na final da Copa do Mundo de 1950 no Estádio do Maracanã, no episódio que ficou conhecido como *Maracanazo*, aquele pequeno país sul-americano era conhecido como a “Suíça da América”.¹⁹⁹ Exageros a parte, é fato que em meados do século XX, o Estado no Uruguai,

assentado numa conjuntura internacional favorável à tradicional pauta exportadora, intermediava as relações sociais através de uma política distributiva estatal, sustentando uma proposta de bem-estar social que, em termos latino-americanos, ficava acima da média.²⁰⁰

Contudo, desde o final da década de 1950, uma profunda crise econômica, que logo desencadearia uma crise política, desestabilizaria uma das democracias mais estáveis da América do Sul.²⁰¹

A década de 1960 foi marcada no Uruguai, e em toda a América Latina, pela ebulição social, pela mobilização e radicalização de amplos setores da sociedade, com destaque para os jovens, que adotaram variadas formas de contestação:

¹⁹⁸ Trecho da música “Cielo de los Tupamaros”, composta por Osiris Rodríguez Castillos em 1959. Posteriormente, durante a ditadura inaugurada com o golpe de 1973, a canção seria censurada no Uruguai, por ser considerada uma referência ao *Movimiento de Liberación Nacional – Tupamaros*. Na realidade, a canção foi escrita bem antes do surgimento desta organização revolucionária e fazia alusão aos acontecimentos do século XIX, que desembocaram no processo de independência.

¹⁹⁹ TRISTÁN, Eduardo Rey. *op. cit.*, p. 21.

²⁰⁰ PADRÓS, Enrique Serra. “Uruguai: esgotamento da Suíça da América e fermentação autoritária nos anos 60”. *Anais eletrônicos da Jornada de estudos sobre ditaduras e direitos humanos*. Porto Alegre: APERS, 2011, p. 198. Disponível em: <<http://www.apers.rs.gov.br>>. Acessado em: 21/07/2015.

²⁰¹ Para mais informações sobre a crise econômica e política da década de 1960 no Uruguai, cf: ALONSO ELOY, Rosa y DEMASI, Carlos. *Uruguay 1958-1968. Crisis y estancamiento*. Montevidéo: Banda Oriental, 1986; FINCH, Henry. *Historia económica del Uruguay contemporáneo*. Montevidéo: Banda Oriental, 1980; e GONZÁLEZ, Luís Eduardo. *Estructuras políticas y democracia en Uruguay*. Montevidéo: Instituto de Ciencia Política, Fundación de Cultura Universitaria, 1993.

Resistencia gremial, movilización de masas, rebelión estudiantil, guerrilla urbana, organizaciones políticas radicales con estrategias revolucionarias variadas, comunidades de base cristianas, etcétera. Unas y otras ponían en evidencia un vasto espectro organizacional, que articulaba actitudes de protesta heterogéneas.²⁰²

Também emergiu no cenário político uruguaio a luta dos *cañeros*, trabalhadores rurais cortadores de cana-de-açúcar da cidade de Bella Unión, localizada no departamento de Artigas.²⁰³ O regime de exploração a que estavam submetidos estes trabalhadores escandalizou e mobilizou diversos segmentos das esquerdas uruguaias. Nesse cenário, destacou-se a figura do jovem estudante de Direito Raúl Sendic, ligado ao Partido Socialista. Em 1961, Sendic ajudou a criar a *Unión de Trabajadores Azucareros de Artigas* (UTAA), que se tornou um sindicato agrícola muito combatente. No ano seguinte, liderou uma marcha de *cañeros* para a capital Montevideú, denunciando as injustiças. Algum tempo depois, Sendic rompería com seu partido, por considerar que novas formas de ação eram necessárias, para além das vias de atuação política tradicional.²⁰⁴

O sistema partidário uruguaio era baseado no bipartidarismo (o que não excluía a presença de partidos menores) e a estabilidade política originava-se do equilíbrio de duas grandes forças, o Partido Colorado (*colorados*) e o Partido Nacional (*blancos*). No entanto, como salientou a historiadora Clara Aldrighi, os anos 1960 no Uruguai se caracterizaram por uma crise de representação política e de questionamento do sistema partidário: “Durante estos años las ideas, los conceptos y las normas de la política, tal como habían sido transmitidos por varias décadas de gobiernos representativos, aparecieron para amplios sectores de la población como no válidos y utilizables”.²⁰⁵ Neste contexto, o surgimento de novas organizações – muitas delas, criadas a partir de *rachas* com os partidos tradicionais – transformaria significativamente o cenário político uruguaio.

La polarización política y social del período, la desaparición del tradicional consenso que había caracterizado a la política uruguaya, así como la profundización de la crisis y la ausencia de respuestas por parte del sistema político, provocaron la aparición de opciones y propuestas desde la periferia del sistema. Desde un extremo, éstas estuvieron representadas por la izquierda revolucionaria (...). Desde el otro, situamos la opción

²⁰² RUIZ, Esther & PARIS, Juana. “Ser militante en los sesenta”. In: BARRÁN, José Pedro; CAETANO, Gerardo & PORZECANSKI, Teresa (orgs.). *Historias de la vida privada en el Uruguay. Tomo 3: Individuo y soledades (1920-1990)*. Montevideú: Ediciones Santillana, 1998, p. 267.

²⁰³ O Uruguai está dividido em 19 departamentos, que equivalem, grosso modo, aos Estados no Brasil.

²⁰⁴ Sobre a trajetória de Sendic, cf: BLIXEN, Samuel. *Sendic*. Montevideú: Ediciones Trilce, 2000.

²⁰⁵ ALDRIGHI, Clara. *La izquierda armada: ideología, ética y identidad em el MLN-Tupamaros*. Montevideú: Ediciones Trilce, 2001, p. 10.

conservadora.²⁰⁶

Em uma conjuntura em que significativas correntes julgavam que a política tradicional não dava mais conta de canalizar as demandas sociais, a esquerda revolucionária encontrou terreno fértil para desenvolver-se e conquistar amplas fileiras de adeptos. Dentre as organizações revolucionárias surgidas no Uruguai ao longo da década de 1960, a que mais se destacou foi o *Movimiento de Liberación Nacional-Tupamaros* (MLN-T).²⁰⁷ Esta organização originou-se a partir da vinculação de militantes oriundos de distintos núcleos políticos, em especial os que integravam o *Movimiento Revolucionario Oriental* (MRO), posteriormente chamado *Movimiento de Apoyo al Campesinado* (MAC); o *Movimiento de Izquierda Revolucionaria* (MIR); a *Federación Anarquista Uruguaya* (FAU); e um grupo da ala radical do Partido Socialista, além de *cañeros* do interior do país, ligados a Raúl Sendic.²⁰⁸

Esses militantes, ainda no início dos anos 1960, passaram a discordar das diretrizes de suas organizações e vislumbrar uma linha de ação mais radical. Nos primeiros meses de 1963, discutiram a necessidade de armar-se e organizaram, em 31 de julho, uma *expropriação* de armas do “Club de Tiro Suizo”, localizado em Nueva Helvécia, no departamento de Colonia. Poucos meses depois, a polícia conseguiu localizar e prender alguns dos envolvidos na ação, além de ter recuperado parte das armas levadas. Identificado pelas autoridades policiais, Raúl Sendic passou à clandestinidade.²⁰⁹

As repercussões da ação levaram os grupos participantes a reunir-se mais regular e formalmente. Nascia então o *Coordinador*, que, de certa forma, institucionalizava o contato já existente entre os grupos que o formaram. Mas tratava-se de um organismo de *contato* entre os grupos que participavam como tal (MIR, FAU e MAC) e os militantes que mantinham suas disciplinas partidárias ou sindicais prévias, caso dos que integravam o Partido Socialista ou dos *cañeros* ligados à Unión de Trabajadores Azucareros de Artigas (UTAA). A disciplina somente era exigida em caso de uma ação comum, por questões de segurança.²¹⁰ Apesar da heterogeneidade de tradições políticas dos membros que fundaram o *Coordinador*, havia uma

²⁰⁶ TRISTÁN, Eduardo Rey. *op. cit.* p. 22.

²⁰⁷ Outras organizações guerrilheiras que atuaram no Uruguai ao longo das décadas de 1960 e 1970 foram: *Organización Popular Revolucionaria 33 Orientales* (OPR-33); *Fuerzas Armadas Revolucionarias Orientales* (FARO); *Movimiento 22 de Diciembre*; entre outras.

²⁰⁸ TRISTÁN, Eduardo Rey. *op. cit.* p. 97-98; LABROUSSE, Alain. *Una historia de los Tupamaros: De Sendic a Mujica*. Montevideu: Editorial Fin de Siglo, 2010, p. 17-18.

²⁰⁹ Segundo Samuel Blixen, Sendic não comunicou sua participação na expropriação do “Club de Tiro Suizo” ao Partido Socialista, ao qual ainda era vinculado. O Partido, que certamente ficou incomodado com a situação, chegou a oferecer apoio político e jurídico para que ele retomasse suas atividades políticas e sindicais legais. Mas Sendic optou por seguir lutando na clandestinidade e desligou-se do Partido Socialista. BLIXEN, Samuel. *op. cit.* p. 88.

²¹⁰ TRISTÁN, Eduardo Rey. *op. cit.* p. 100.

perspectiva em comum que os unia, como bem analisou o historiador Eduardo Rey Tristán:

Las vías de acción política tradicional de la izquierda eran inútiles para la transformación de la sociedad, por lo que era necesario un cambio de metodología. Algunos iban incluso más allá. El cambio no se alcanzaría simplemente con un interminable debate teórico que definiere posibilidades, vías y modos, y menos mediante las formas de lucha utilizadas hasta entonces. Era preciso dejar de lado la teoría y la polémica y pasar a la acción, *hacer algo*. La acción sería la que definiría actores, voluntades y posibilidades, dejando por el camino a quienes no pasasen de la *palabrería estéril*. Esta idea quedó recogida en una frase que más adelante sería considerada como una de las máximas del MNL-T: *las palabras nos separan, los hechos nos unen*.²¹¹

O *Coordinador* funcionou do final de 1963 a princípios de 1965, quando se desfez por conta dos conflitos internos. Durante este tempo, realizou expropriações de armas e dinheiro, ataques a empresas estadunidenses, propaganda revolucionária e os chamados *comandos del hambre*, que consistiam na expropriação de alimentos de grandes cadeias de supermercados e sua distribuição na periferia de Montevidéu, o que ajudou a criar a imagem de *Robin Hood* associada a estes militantes.

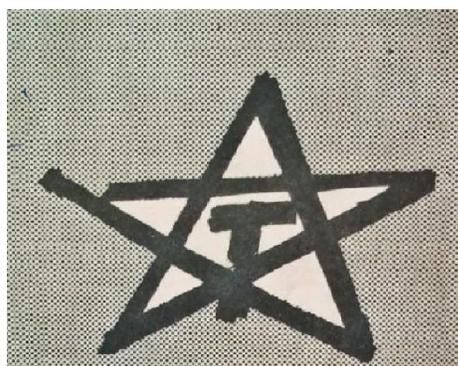
Em 1965, alguns dos participantes do *Coordinador* retomaram os contatos entre seus militantes, porém não visando restabelecer o antigo organismo e sim fundar uma nova organização. Em maio daquele ano, em uma reunião realizada no balneário de Parque del Plata, foram debatidas 9 teses que, entre outros pontos, defendiam uma luta de liberação nacional para construção da sociedade socialista; a necessidade da luta armada que, dadas as condições do país, deveria ser urbana; e o caráter continental da luta no Uruguai. A grande polêmica girou em torno da construção da nova organização – proposta que não era aceita pelos anarquistas da FAU, que acabaram se desligando – e qual seria sua estrutura e matriz teórica. Ainda assim, aprovou-se a criação de uma nova organização e a realização de uma Convenção.²¹² Esta Convenção ocorreu em janeiro de 1966 e logo de início cristalizou um “racha”: os militantes do MIR uruguaio consideravam que era imprescindível para a revolução a construção de um partido marxista-leninista; em sua concepção, a nova organização deveria ser um braço armado deste partido, cujo embrião era o próprio MIR. Alguns militantes do Partido Socialista, por sua vez, queriam manter sua dupla militância, em seu partido de origem e na nova organização, o que contrariava o princípio de uma organização única. As divergências resultariam no rompimento definitivo do MIR uruguaio e

²¹¹ *Idem*. Grifos no original.

²¹² HUIDOBRO, Elueterio Fernández. *Historia de los Tupamaros*. Volume 2. Montevidéu: Ediciones de la Banda Oriental, 2012, p. 165-170.

de um grupo considerável oriundo do Partido Socialista. Os que restaram²¹³ nesta I Convenção Nacional (cerca de 50 militantes) aprovaram um regulamento provisório, adotaram as teses discutidas na reunião de Parque del Plata e fundaram, de fato, uma nova organização, ainda sem nome e secreta.²¹⁴

Fundada em janeiro de 1966, a nova organização só teria sua existência tornada pública em dezembro daquele ano. Quando se dirigiam para uma ação de expropriação em uma fábrica, uma das caminhonetes usadas foi interceptada pela polícia. Seguiu-se um tiroteio e caíram mortos os primeiros quadros da organização. A ação escandalizou a opinião pública e trouxe à tona a existência daquela organização. Somente a partir deste momento, dezembro de 1966, a organização assumiria o nome de *Movimiento de Liberación Nacional-Tupamaros* (MLN-T).²¹⁵



Emblemas do Movimiento de Liberación Nacional-Tupamaros

Fontes: <http://sexta-azcapotzalco.blogspot.com.br/2014/09/raul-sendic-y-los-tupamaros-dos.html> e <http://historiapuntadeleste.blogspot.com.br/2014/10/uruguay-1955-1985-estancamiento-crisis.htm>

Com a repercussão do enfrentamento armado nas ruas de Montevidéu e o aumento do cerco policial, descobriram-se várias casas operativas (ou *aparelhos*, como se dizia no Brasil),

²¹³ Após a saída da FAU e do MIR, restaram os que se originaram do MAC (antigo MRO); os *cañeros* do departamento de Artigas, agrupados em torno a Raúl Sendic; e os militantes que romperam com o Partido Socialista. Seriam esses núcleos que dariam origem aos Tupamaros. A esses núcleos, agregaram-se alguns militantes independentes, incluindo exilados brasileiros que, desde 1964, mantinham contato com o *Coordinador*. Para saber mais sobre o início da década de 1960 no Uruguai, em especial a efervescência política e cultural de Montevidéu, a partir do contato entre militantes uruguaios, exilados brasileiros e peronistas argentinos, ver: MARCHESI, Aldo. *Geographies of Armed Protest: Transnational Cold War, Latin Americanism and the New Left in the Southern Cone (1964-1976)*. Tese (Doctor of Philosophy), Department of History, New York University, 2013, Capítulo 1.

²¹⁴ HUIDOBRO, Elueterio Fernández. *op. cit.* p. 169-170 e 234-235; TRISTÁN, Eduardo Rey. *op. cit.* p. 106-108 e 123-126; LABROUSSE, Alain. *op. cit.* p. 20-23.

²¹⁵ “Tupamaros” era como eram chamados os *gauchos* que lutaram com José Artigas no século XIX e que, após a derrota de seu chefe, passaram a percorrer os campos roubando gado para subsistir. O termo, que passou a ser usado para todo rebelde ou meliante, aludia ao líder indígena Túpac Amaru, que liderou uma importante revolta no século XVIII no Peru, e era descendente de outro Túpac Amaru, o último líder inca antes da conquista espanhola.

militantes foram identificados e muitos tiveram de passar à clandestinidade. Até este momento, tratava-se de uma organização reduzida, que priorizava o estabelecimento de uma infraestrutura clandestina e da obtenção de armas, dinheiro, material para documentação falsa, etc. O crescimento da militância não era o objetivo imediato.

Os *tupas*, como também ficaram conhecidos, não julgavam necessária a criação de um *partido* para conduzir a revolução, como defendiam outras correntes da esquerda uruguaia e latino-americana. No Documento nº 1, de junho de 1967, afirmavam: “(...) el acento principal debe ponerse en el desarrollo de la guerra de guerrilla y no en el fortalecimiento de los partidos existentes o en la creación de nuevos partidos”.²¹⁶ A criação de um novo partido poderia, em sua visão, levar ao risco de repetir o modelo de política tradicional que justamente queriam combater:

Debemos combatir la mezquindad em boga del Partido, que lo identifica con una sede, con reuniones, periódicos y posiciones sobre todo lo que lo rodea, con el conformismo de esperar pacientemente que los otros “partidos” se disuelvan ante las andanadas verbales y pasen a sumarse a el con sus bases y el pueblo. Esto es lo que se há hecho durante 60 años en el Uruguay y el resultado está a la vista.²¹⁷

O documento defendia ainda que não era o momento para elucubrações teóricas – chegara a hora da *ação* revolucionária. Em sua concepção, uma organização armada seria mais capaz de conquistar o apoio da população inconformada com as injustiças sociais que a ação parlamentar tradicional. A luta armada aparecia, então, como o único caminho para a revolução. Mas a ênfase na questão armada não deveria excluir, segundo o documento, o trabalho político, pois “*es imposible el desarrollo de una organización revolucionaria que sea puramente militar, que no se conecte a través de todos los mecanismos posibles con el pueblo, que no lo movilice, que no actúe en su interes, en su defensa, estrechamente ligada a él*”.²¹⁸ Assim sendo, a luta armada deveria caminhar junta com outras formas de luta, não armadas; estas distintas formas de luta não eram opostas ou excludentes, pois “en la práctica están relacionadas, pertenecen a un todo inseparable”.²¹⁹

O crescimento do MLN-T foi acompanhado pelo aumento do autoritarismo no Uruguai, desde o governo de Óscar Diego Gestido, eleito em novembro de 1966 e empossado

²¹⁶ MOVIMIENTO DE LIBERACIÓN NACIONAL-TUPAMAROS. *Documento nº 1*, junho de 1967. Centro de Documentación de los Movimientos Armados (CEDEMA). Disponível em: <<http://www.cedema.org/ver.php?id=111>>. Acessado em: 21/07/2015.

²¹⁷ *Idem*.

²¹⁸ *Idem*. Grifos nossos.

²¹⁹ *Idem*.

em março de 1967. Ainda em 1966, o eleitorado também aprovou, através de um plebiscito, uma reforma constitucional (*Reforma Naranja*) que aumentou as atribuições e competências do poder Executivo, a fim de fortalecê-lo frente à “crescente mobilização da sociedade civil num quadro de agravamento da crise, munindo-o de mecanismos de contenção e de freio do protesto social”.²²⁰ Gestido ficou poucos meses no governo, pois um ataque cardíaco abreviou seu mandato. Contudo, neste breve período decretou as *Medidas Prontas de Seguridad* (MPS), “medidas de exceção e de aplicação transitória previstas constitucionalmente, as quais restringiam os direitos individuais”²²¹, que já eram um prenúncio do que estava por vir.

Com a morte do presidente em dezembro de 1967, seu vice, Jorge Pacheco Areco, assumiu a presidência da República. Segundo Sergio Jellineck e Luis Ledesma, o período de escalada autoritária iniciado com a ascensão à presidência de Pacheco Areco e que se estende até o golpe de junho de 1973 pode ser considerado como um “golpe em câmera lenta”.²²² As principais medidas da administração de Areco foram: dissolução dos partidos políticos e das organizações de esquerda; censura aos meios de comunicação e fechamento de jornais de oposição; militarização de funcionários públicos e privados; repressão aos operários e estudantes; e o uso generalizado e permanente de medidas de exceção (MPS). Em seu governo, portanto, foram gestados os elementos que se consolidariam durante a ditadura, iniciada com o golpe em 1973. Assim sendo, como destacou Enrique Serra Padrós,

práticas extremadas de violação dos direitos humanos, como o uso intensivo de medidas de exceção, aplicação da tortura, formação de Esquadrões da Morte, censura e repressão aos movimentos sindical e estudantil, foram empregadas durante o *Pachecato*. De certa forma, esse governo foi um ensaio do que se constituiria futuramente, a partir da implantação da ditadura de segurança nacional.²²³

Com o aumento da repressão e as quedas no MLN, os Tupamaros empreenderam uma profunda mudança na estrutura da organização ainda em 1967: as diferentes células foram reagrupadas e divididas em duas colunas. A primeira atuaria no leste de Montevidéu e no interior e se dedicaria às questões sindicais e ao contato político com outras organizações; enquanto a segunda atuaria no oeste de Montevidéu e se especializaria nas questões técnicas e operacionais. Ainda que sob uma direção única, as colunas eram totalmente autônomas e

²²⁰ PADRÓS, Enrique Serra. *op. cit.* 2011. p. 204.

²²¹ *Ibidem*, p. 205.

²²² JELLINECK, Sergio & LEDESMA, Luis. *Uruguay: del consenso democrático a la militarización estatal*. Estocolmo: Institute of Latin American Studies, 1980.

²²³ PADRÓS, Enrique Serra. “A gestação do golpe no Uruguai: o governo Bordaberry e o papel dos militares (1972-1973). *Estudios Ibero-americanos*, PUCRS, v. 38, n. 1, jan/jun. 2012, p. 29.

compartimentadas entre si. Assim, se uma coluna fosse atacada pela polícia, a outra poderia continuar em atividade: “La consigna de cada Columna debe ser: capacitarse para estar en condiciones de mantener la lucha en nombre del MLN aún cuando el resto de la Organización haya sido destruída y contar con los medios internos como para reconstruir lo destruido”.²²⁴

Essa nova estrutura corresponderia também a uma nova orientação voltada para o crescimento da organização. Em 1968, o Documento nº 2 dos Tupamaros afirmava: “organización revolucionaria que no crece perece”.²²⁵ Sob uma nova estrutura, a organização assistiu ao crescimento significativo de suas fileiras a partir de 1968, sobretudo a partir do ingresso de muitos estudantes, universitários e secundaristas, num contexto de explosão mundial do movimento estudantil. A partir de 1969, os estudantes já representavam a maioria entre as fileiras tupamaras.²²⁶ Não existem números exatos sobre a quantidade de militantes vinculados à organização. Segundo o cientista político Alfonso Lessa, a maior parte das estimativas das fontes tupamaras, militares e policiais varia entre 4 mil e 5 mil militantes, incluindo os simpatizantes e os integrantes dos chamados *Comités de Apoyo a los Tupamaros* (CAT).²²⁷

Alfonso Lessa destacou ainda que o MLN foi “un verdadero símbolo para otras organizaciones armadas latinoamericanas y aun más allá del continente, em especial por su *innovador accionar urbano*”.²²⁸ Henry Finch corroborou esta concepção ao afirmar que “el MLN-T transformó la naturaleza de la guerra de guerrillas al demostrar las potencialidades de las operaciones urbanas”.²²⁹

Diante das condições geográficas do Uruguai – “no había una Sierra Maestra, ni grandes bosques ni montañas”²³⁰ – a ideia de construir um foco guerrilheiro rural, inspirado no exemplo da Revolução Cubana, foi rechaçada pelos Tupamaros por não se adequar à realidade uruguaia. Assim sendo, os *tupas* adotaram, desde a divulgação de seu primeiro

²²⁴ MOVIMIENTO DE LIBERACIÓN NACIONAL-TUPAMAROS. *Documento nº 4*, janeiro de 1969. Centro de Documentación de los Movimientos Armados (CEDEMA). Disponível em: <<http://www.cedema.org/ver.php?id=114>>. Acessado em: 21/07/2015.

²²⁵ MOVIMIENTO DE LIBERACIÓN NACIONAL-TUPAMAROS. *Documento nº 2*, janeiro de 1968. Centro de Documentación de los Movimientos Armados (CEDEMA). Disponível em: <<http://www.cedema.org/ver.php?id=112>>. Acessado em: 21/07/2015.

²²⁶ TRISTÁN, Eduardo Rey. *op. cit.* p. 128-129. Desde 1968, diversas outras colunas foram criadas para dar conta do crescimento da organização.

²²⁷ LESSA, Afonso. *La revolución imposible: los tupamaros y el fracaso de la via armada em el Uruguay del siglo XX*. Montevideo: Editorial Fin de Siglo, 2002, p. 26.

²²⁸ LESSA, Afonso. *op. cit.* p. 19. Grifos nossos.

²²⁹ FINCH, Henry. “Uruguay, 1930-1990”. In: BETHELL, Leslie (Org). *Historia de América Latina. Tomo 15: El Cono Sur desde 1930*. Barcelona: Editorial Crítica, 2002, p. 173.

²³⁰ CULTELLI, Andrés. *La revolución necesaria: Contribución a la autocrítica del MNL-Tupamaros*. Buenos Aires: Colihue, 2006, p. 28.

documento, a *guerrilha urbana* como principal método de luta revolucionária.²³¹ E foi justamente nas cidades uruguaias que os Tupamaros se notabilizaram por suas ações espetaculares e ousadas, que conquistaram a simpatia de alguns setores da sociedade uruguaia e ganharam fama internacional.²³²

As principais ações tupamaras foram: *expropriações* de armas e dinheiro, fundamentais para a manutenção de sua estrutura clandestina; *propaganda revolucionária*, feita, por exemplo, com a ocupação de cinemas e estações de rádio e a criação de uma rádio própria²³³, onde explicavam suas ações para a população²³⁴ e liam panfletos e textos que conclamavam o público a se juntar aos revolucionários; e, as que mais impactaram a sociedade uruguaia e a comunidade internacional – as *capturas* de diplomatas, empresários e autoridades, a fim de trocá-los por dinheiro ou para libertação de presos políticos, e que também consistiam em uma demonstração de força e desafio às autoridades. Para os Tupamaros, “el secuestro de un personaje odiado del régimen llega más a la masa y transforma más la vida de un país que muchas publicaciones y actos públicos de la izquierda tradicional”.²³⁵

A primeira *captura* ocorreu em 1968, quando os *tupas* capturaram o presidente da empresa estatal de eletricidade, Ulises Pereyra Reverbel. No ano seguinte, durante um grave

²³¹ Adotar a luta urbana não significou o abandono total da concepção de luta rural. No Documento nº 1, o MLN-Tupamaros defende que, ainda que o meio rural uruguaio não fosse adequado para a instalação de um foco guerrilheiro permanente, o campo poderia ser utilizado para “refugio, reclutamiento, y operaciones militares de dispersión y hostigamiento”. MOVIMIENTO DE LIBERACIÓN NACIONAL-TUPAMAROS. *Documento nº 1*, junho de 1967. Centro de Documentación de los Movimientos Armados (CEDEMA). Disponível em: <<http://www.cedema.org/ver.php?id=111>>. Acessado em: 21/07/2015.

²³² O escritor argentino Daniel de Santis corrobora a notoriedade dos guerrilheiros uruguaios e chega a falar em um processo de *tupamarización*. Segundo o autor, na Argentina, quando começaram as primeiras ações guerrilheiras na década de 1960, a população e a mídia argentina afirmavam: “fueron los tupamaros”. Isso porque “de este lado del Rio de la Plata llegó primero la palabra tupamaro que guerrillero”. SANTIS, Daniel de. *Entre tupas y perros: un debate con Eleutério Fernandez Huidobro y Luis Mattini sobre Tupamaros y el PRT-ERP*. 2ª edição. Buenos Aires: R y R, 2009, p. 15-16.

²³³ Rolando Sasso destacou que em 1969 a organização se empenhou na criação de uma rádio clandestina, a *Radio Tupamara*. Com um aparato de transmissão artesanal operado por poucos militantes, o sinal era transmitido a partir de alguma casa em Montevidéu. O local de transmissão sempre mudava para despistar a repressão, que buscava incessantemente rastrear e interceptar o sinal clandestino. Além da divulgação de seus textos, os Tupamaros também usavam o rádio para conclamar a população: “Usted puede ayudar: Si cree haber detectado a un militante del MLN no lo comente con nadie, ni aún con la gente más cercana. Por el contrario, si tiene alguna información sobre las fuerzas represivas, hágala circular en su grêmio, en su fábrica, en su oficina, entre sus compañeros de más confianza. Su información llegará al MLN. Son formas, nada espetaculares, pero sí efectivas, de apoyar la lucha revolucionaria. Miles de aporte de este tipo son los que construyen el triunfo”. A iniciativa de manter a rádio clandestina acabou sendo abandonada dadas as dificuldades para sua operacionalização. SASSO, Rolando. *Tupamaros: El auge de la propaganda armada*. Montevidéu: Editorial Fin de Siglo, 2012, p. 199-211.

²³⁴ Em ações que resultassem em mortes, os Tupamaros também emitiam cartas destinadas à opinião pública, explicando o que acontecera e responsabilizando-se, se fosse o caso, o que granjeava a simpatia de parte da população.

²³⁵ MOVIMIENTO DE LIBERACIÓN NACIONAL-TUPAMAROS. *Foco o partido*, 1971. In: TRISTÁN, Eduardo Rey. *op. cit.* p. 174.

conflito sindical no setor bancário, capturaram G. Pellegrini Giampietro, um dos responsáveis pela Associação de Bancos.²³⁶ Em julho de 1970, duas capturas tiveram repercussão internacional: o cônsul do Brasil em Montevidéu, Aloysio Dias Gomide, e o agente estadunidense Dan Mitrioni, enviado para a América do Sul para treinar as forças de repressão, inclusive ensinando técnicas de tortura utilizando mendigos como cobaias.²³⁷ O objetivo era trocá-los por 130 presos políticos. O governo recusou-se a negociar com os guerrilheiros, apesar da pressão dos governos do Brasil e dos Estados Unidos. Durante as negociações, em 7 de agosto, toda a direção do MLN foi presa em um *aparelho* que vinha sendo vigiado há tempos. O cônsul brasileiro foi libertado depois de 206 dias de cativeiro. Mitrioni foi encontrado morto dentro de um carro roubado.²³⁸ Até 1972, segundo dados fornecidos por Rey Tristan, os Tupamaros realizaram 21 ações de captura, incluindo os intentos fracassados.²³⁹

Mesmo com a direção encarcerada, o MLN ampliava suas fileiras e seu raio de atuação. O crescimento dos Tupamaros, sobretudo a partir do ingresso dos estudantes radicalizados, deu origem, na segunda metade de 1970, à chamada *Coluna 70*, que seguia os mesmos princípios das demais colunas, mas que ao contrário das demais, que estavam divididas em três setores (político, militar e de serviços), estava voltada especificamente para o trabalho com as “massas”, atendendo a uma nova orientação da organização frente ao crescimento e à radicalização dos movimentos sociais:

El MLN hoy, ya con lo que tiene, con lo ganado debe jugar la carta de las masas. Apostar a las masas antes de que nos hagan polvo lo que tenemos, lo que hemos ganado (...) Si no contamos con el pueblo deberemos enfrentar los aparatos represivos solos, mano a mano, como ellos. Esse pleito lo perderemos. Si contamos con el pueblo entonces ellos no tendrán que derrotar al MLN; tendrán que derrotar al pueblo.²⁴⁰

Em fevereiro de 1971, ano de eleições presidenciais, foi criada a *Frente Amplio*, “coalizão de centro-esquerda integrada por comunistas, socialistas, democratas-cristãos, colorados e blancos dissidentes, outras forças de esquerda, pelas entidades estudantis e por

²³⁶ TRISTÁN, Eduardo Rey. *op. cit.* p. 327.

²³⁷ Para saber mais sobre as formas de combate à “subversão” nas Forças Armadas latino-americanas e o treinamento militar internacionalizado, cf. QUADRAT, Samantha Viz. *A repressão sem fronteiras: perseguição política e colaboração entre as ditaduras do Cone Sul*. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2005, Capítulo 2.

²³⁸ O episódio inspirou o filme *Estado de Sítio*, dirigido por Costa-Gravas e lançado em 1973.

²³⁹ TRISTÁN, Eduardo Rey. *op. cit.* p. 328.

²⁴⁰ MOVIMIENTO DE LIBERACIÓN NACIONAL-TUPAMAROS. *Documento n° 4*, janeiro de 1969. Centro de Documentación de los Movimientos Armados (CEDEMA). Disponível em: < <http://www.cedema.org/ver.php?id=114>>. Acessado em: 22/07/2015.

boa parte do mundo da cultura”.²⁴¹ Neste contexto, iniciou-se no interior do MLN um intenso debate acerca da postura a ser adotada pela organização – clandestina e armada – frente ao processo de união das esquerdas, que resultou na formação da Frente. Após intensa discussão, decidiu-se pela criação de um movimento político independente que atuasse dentro da *Frente Amplio*. Surgia assim, em março de 1971, o *Movimiento de Independientes 26 de Marzo*. O movimento não teve um programa estritamente definido e, em linhas gerais, suas concepções políticas eram alinhadas com as do MLN-T. Não se tratava de um partido político, mas sim de um movimento, como o próprio nome já indicava. Não apresentou candidato próprio para as eleições de 1971, mas ofereceu apoio à *Frente Amplio*.²⁴²

O *Movimiento de Independientes 26 de Marzo* representou um avanço na orientação do MLN de atuar em uma *frente de massas*, postura iniciada com a criação da Coluna 70. Assim sendo, os Tupamaros, sem renunciar à luta armada e à sua estrutura clandestina, também não renunciaram “a estar presente en esa experiencia común de la izquierda que fue el FA [Frente Ampla] para no quedarse marginado en la movilización popular y política”.²⁴³

Neste contexto, o MLN-T divulgou pela primeira vez um programa de governo. Em linhas gerais, o programa defendia a expropriação de terras dos latifundiários, a reforma agrária, a socialização e nacionalização dos recursos produtivos, expropriação das indústrias e bancos estrangeiros sem indenização, a administração das fábricas pelos trabalhadores, a reforma urbana, o ensino público e gratuito.²⁴⁴

Em setembro de 1971, os Tupamaros protagonizaram uma façanha cinematográfica, inscrita no livro *Guinness* dos records: 111 *tupas* – incluindo algumas das lideranças presas desde o ano anterior – conseguiram fugir da Penitenciária de Punta Carretas²⁴⁵, em Montevideu, por um túnel de 40 metros cavado dentro de uma cela.²⁴⁶ O governo Pacheco

²⁴¹ PADRÓS, Enrique Serra. *op. cit.*, 2004, p. 54.

²⁴² Para saber mais sobre o *Movimiento de Independientes 26 de Marzo*, cf: TRISTÁN, Eduardo Rey. *op. cit.* Capítulo 7; e LABROUSSE, Alain. *op. cit.* p. 89-97.

²⁴³ TRISTÁN, Eduardo Rey. *op. cit.* p. 335.

²⁴⁴ MOVIMIENTO DE LIBERACIÓN NACIONAL-TUPAMAROS. *Programa de Gobierno del MLN*, março de 1971. Centro de Documentación de los Movimientos Armados (CEDEMA). Disponível em: <<http://www.cedema.org/ver.php?id=122>>. Acessado em: 22/07/2015.

²⁴⁵ O local hoje é um *shopping*. Do antigo presídio, que abrigou presos políticos desde as primeiras décadas do século XX, só restou um portal na entrada, mas nenhuma placa ou “marca territorial” recorda ao visitante a antiga construção. Não se pretendeu, portanto, que este fosse um *lugar de memória*, para usar a expressão cunhada por Pierre Nora. Cf. NORA, Pierre. “Entre memória e história: a problemática dos lugares”. *Projeto História*, São Paulo: PUC, nº 10, dezembro de 1993; e JELIN, Elizabeth & LANGLAND, Victoria. “Introducción: Las marcas territoriales como nexo entre pasado y presente”. In: _____ (orgs.). *Monumentos, memoriales y marcas territoriales*. Colección Memorias de la Represión. Buenos Aires: Siglo XXI, 2003.

²⁴⁶ MARIANO, Nilson Cezar. *As garras do Condor*. Petrópolis: Vozes, 2003, p. 109. Como destacou Samuel Blixen, quando os antigos líderes do MLN fugiram da prisão, outra organização os esperava do outro lado do túnel. A partir de então, a recomposição da direção do MLN, mesclando os “viejos” com as novas lideranças *tupas*, envolveu tensões e disputas de poder. BLIXEN, Samuel. *op. cit.* p. 214; 220.

Areco reagiu com o decreto nº566/971, de 9 de setembro de 1971, que encarregava as Forças Armadas do combate à “subversão”.

As eleições presidenciais ocorreram em novembro de 1971. Os Tupamaros declararam uma trégua em suas ações durante o período eleitoral. A Frente Ampla apresentou a chapa encabeçada por Líber Seregni e Juan José Crottogini Darré para presidência e vice-presidência, respectivamente. Por sua vez, o Partido Colorado lançava Juan María Bordaberry e Jorge Sapelli como candidatos, enquanto Wilson Ferreira e Carlos Julio Pereyra concorreram pelo Partido Nacional. Em um pleito marcado por múltiplas denúncias de fraude, Juan María Bordaberry, que recebera o apoio do então presidente Pacheco Areco, foi eleito presidente da República. A Frente Ampla teve uma votação significativa e alcançou 18% dos votos, tendo ficado em terceiro lugar nas eleições.

O governo Bordaberry representou uma continuidade do projeto autoritário iniciado por seu antecessor. Assim como fizera Pacheco Areco, o novo presidente privilegiou a luta contra a “subversão”. Após a trégua eleitoral de 1971, os *tupas* retomaram suas ações em 1972. Em fevereiro, capturaram Nelson Bardesio, fotógrafo e funcionário policial, ligado ao “Esquadrão da Morte”, organização paramilitar de extrema direita. Bardesio confessou aos Tupamaros os nomes de civis e militares, ligados ao alto escalão do governo, em especial ao Ministerio del Interior, que coordenavam esses grupos de extrema-direita, como o “Esquadrão” e o *Comando Caza Tupamaros*. Em abril de 1972, os Tupamaros partiram para a ofensiva, “orientada pela avaliação de que havia necessidade de intensificar o confronto para ter maior incidência sobre a população”.²⁴⁷ As conseqüências foram desastrosas.

Ainda em abril de 1972, os *tupas* executaram o vice-secretário do Interior, Armando Acosta y Lara, e mais três membros das forças repressivas, todos ligados ao “Esquadrão da Morte” e responsáveis pelo assassinato de dezenas de Tupamaros. O contra-ataque do governo foi fulminante: diversas *casas operativas* foram invadidas; prisões, torturas e mortes se generalizaram. Nos meses anteriores, através de ações de inteligência e infiltração, as Forças Armadas já tinham mapeado os esconderijos da organização, que foi surpreendida “pela contundência e eficiência da resposta militar”.²⁴⁸ Para Alfonso Lessa, “la irupción en la escena bélica de las Fuerzas Armadas a partir de aquel momento liquidó militarmente a los Tupamaros en pocos meses”.²⁴⁹ Segundo Samantha Quadrat, “o saldo da repressão militar foi

²⁴⁷ PADRÓS, Enrique Serra. *op. cit.* 2012, p. 31-32.

²⁴⁸ *Ibidem*, p. 32.

²⁴⁹ LESSA, Afonso. *op. cit.* p. 20.

de 2.873 guerrilheiros presos, 844 perseguidos e 62 mortos”.²⁵⁰ Nos confrontos, morreram 18 soldados.²⁵¹

O governo decretou, em 15 de abril de 1972, *Estado de Guerra Interna*. Foram suspensas “as garantias individuais, o direito de reunião e a inviolabilidade do domicílio”.²⁵² Como destacou Padrós, “com a aprovação do *Estado de Guerra Interna*, o Parlamento legalizou o que já acontecia de fato”.²⁵³ O Estado de Guerra se estendeu até julho de 1972, quando entrou em vigor a *Ley de Seguridad del Estado*, que ampliou as medidas repressivas. As Forças Armadas desencadearam uma intensa campanha militar contra o MLN-T. Em setembro de 1972, quase todas as lideranças dos Tupamaros estavam presas e restava pouco ou quase nenhum contato entre estes dirigentes e os militantes que ainda estavam em liberdade. A organização estava praticamente desarticulada. As Forças Armadas anunciaram triunfantemente sua vitória sobre os guerrilheiros do MLN-T. Muitos dos militantes que escaparam da prisão e da morte optaram pelo exílio, partindo para o Chile, Argentina e Cuba; neste último, chegaram a realizar treinamento militar visando organizar uma operação de retorno e contraofensiva, que nunca se concretizou. No exterior, as tentativas de reorganização do MLN-T esbarraram nas frações e “rachas” que cindiram a organização.

Em fevereiro de 1973, a criação do *Consejo de Seguridad Nacional* (COSENA) – integrado pelo presidente, alguns ministros, os comandantes das três armas e o chefe do Estado Maior conjunto – consolidou a entrada dos militares no poder civil e, na realidade, a subordinação deste último ao poder castrense.²⁵⁴ Finalmente, em 27 de junho de 1973, o presidente Bordaberry comunicou à população em cadeia nacional de rádio e televisão a dissolução das Câmaras e sua substituição por um Conselho de Estado.²⁵⁵ Era a concretização do golpe de Estado, desferido pelo presidente civil Bordaberry com apoio das Forças Armadas e de outros setores da sociedade uruguaia. O golpe “liquidó toda forma de participación política legal, que cortó el desarrollo de los grupos y tendencias revolucionarias y que, en definitiva, consolidó el viraje conservador e involucionista que se daba en el gobierno uruguayo desde 1968”.²⁵⁶ Era o início de uma longa ditadura, que marcou de forma

²⁵⁰ QUADRAT, Samantha Viz. *op. cit.* 2005, p. 54.

²⁵¹ MARIANO, Nilson Cezar. *op. cit.* p. 111.

²⁵² FIALHO, A. Veiga. *Uruguai: Um campo de concentração?* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979, p. 39.

²⁵³ PADRÓS, Enrique Serra. *op. cit.* 2012, p. 32.

²⁵⁴ TRISTÁN, Eduardo Rey. *op. cit.* p. 41.

²⁵⁵ CAETANO, Gerardo & RILLA, José. *Breve historia de la dictadura*. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 2011, p. 24. O pretexto para a dissolução das Câmaras foi a recusa do Parlamento para o pedido, por parte do Executivo, de cassação do senador frente-amplista Enrique Erro, acusado de colaboração com o MLN-T.

²⁵⁶ TRISTÁN, Eduardo Rey. *op. cit.* p. 19.

indelével a história contemporânea do Uruguai.

A atuação de organizações guerrilheiras, sobretudo o MLN-T, foi utilizada pelo governo como justificativa para a deflagração do golpe, porém, como vimos, desde 1972 os Tupamaros já estavam derrotados militarmente. Na realidade,

(...) eram a formação da Frente Ampla, o seu crescimento político-eleitoral e a eleição de uma importante base parlamentar, assim como a forte presença dos movimentos sociais, que preocupavam os setores conservadores e as Forças Armadas. O golpe de 27 de junho foi, principalmente, contra essas organizações.²⁵⁷

Imediatamente após o golpe, o movimento operário reagiu através de uma greve geral, convocada pela *Convención Nacional de Trabajadores* (CNT), que se estendeu por 15 dias (27 de junho a 11 de julho de 1973). Apesar das significativas mobilizações, o avanço da repressão acabou desmobilizando a greve.²⁵⁸ A CNT foi colocada na ilegalidade, suas lideranças foram presas e o governo decretou a proibição das greves. Além disso, os partidos e organizações de esquerda foram dissolvidos; as escolas e universidade sofreram intervenções; o movimento estudantil foi reprimido; proibiu-se a realização de reuniões para fins políticos; consolidou-se a censura à imprensa e às artes; as autoridades eleitas para os departamentos foram substituídas; e uma brutal repressão foi desencadeada, radicalizando o terrorismo de Estado iniciado desde antes do golpe.²⁵⁹

A ditadura no Uruguai possuiu algumas especificidades em comparação com as demais ditaduras do Cone Sul da América.²⁶⁰ A primeira delas consiste no fato que, diferentemente do que aconteceu nos países vizinhos, o golpe no Uruguai foi arquitetado pelo próprio presidente da República, o civil Juan Maria Bordaberry, juntamente com os comandantes das Forças Armadas, como salientou Álvaro Rico:

Se trató de un golpe ejecutado por el propio Presidente constitucional *de jure* que en dicho acto (“autogolpe”) deviene dictador *de facto*. No existió, pues, ni “usurpación” ni “vacío” sino “continuidad” y “unidad” del poder estatal, garantizadas por la permanencia de su titular y la continuidad de las

²⁵⁷ PADRÓS, Enrique Serra. *op. cit.* 2012. p. 29.

²⁵⁸ Para saber mais sobre a greve geral de 1973, cf: RICO, Álvaro. *15 días que estremecieron al Uruguay: Golpe de Estado y huelga general (27 de Junio-11 de Julio de 1973)*. Montevidéo: Fin de Siglo, 2006.

²⁵⁹ Para uma análise detalhada da ditadura no Uruguai, ver, entre muitos outros: PADRÓS, Enrique Serra. *Como el Uruguay no hay... Terror de Estado e Seguridad Nacional no Uruguai (1968-1985): do Pachecato à ditadura civil-militar*. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

²⁶⁰ A comparação vale tanto para as ditaduras que já existiam antes do golpe no Uruguai, como a do Paraguai (desde 1954) e a do Brasil (desde 1964), como para as ditaduras que se consolidariam depois, caso do Chile (em setembro de 1973) e da Argentina (em março de 1976).

funciones y decisiones concentradas en el Poder Ejecutivo, la cohesión de mando y disciplina operativa de los aparatos coercitivos del Estado (Fuerzas Armadas y Policiales) y la capacidad de gestión burocrático-administrativa ejercida en todo el territorio nacional a través de los poderes estatales locales (intendencias) y las regiones militares.²⁶¹

As modalidades do terror de Estado adotadas também constituem outras especificidades da ditadura no Uruguai. Ao contrário da ditadura chilena (que adotaria predominantemente os fuzilamentos coletivos) e da ditadura argentina (marcada pelo grande número de desaparecimentos), a ditadura uruguaia adotou o *gran encierro*, ou seja, o *encarceramento massivo e prolongado*. Alguns fatores podem ser apontados para a escolha dessa modalidade repressiva pelas forças de segurança da ditadura uruguaia: dadas as características geográficas do país, de extensão reduzida e população pequena, seria impossível dissimular o desaparecimento e/ou morte em larga escala de opositores políticos; além disso, como 50% da população está concentrada em Montevidéu, a capital poderia se tornar um grande centro de denúncias da repressão com repercussão internacional.²⁶² O Uruguai se transformou em um “campo de concentração do tamanho de seus limites geográficos e em uma ubíqua câmara de tortura”.²⁶³ A prisão prolongada²⁶⁴ visava destruir gradativamente o “inimigo interno”, esgotando sua resistência política, moral, física e psicológica e ainda disseminar a “pedagogia do medo” na sociedade uruguaia.

Além disso, a ditadura uruguaia também adotou a *política de reféns*. Em setembro de 1973, nove dirigentes históricos do MLN-T foram retirados do Penal de Libertad e trasladados irregularmente para distintos pontos do país, sem que suas famílias e seus advogados fossem avisados. Foram então comunicados pelas Forças Armadas que se encontravam na condição de reféns: se os remanescentes Tupamaros realizassem alguma ação ou atacassem o governo, eles seriam assassinados. Os nove reféns eram: Raúl Sendic, Eleuterio Fernández Huidobro, Jorge Manera, Julio Marenales, José Mujica, Jorge Zabalza,

²⁶¹ RICO, Álvaro. *op. cit.* p. 16.

²⁶² PADRÓS, Enrique Serra. *op. cit.* 2005, p. 541-542. Ver também: SERVICIO PAZ y JUSTICIA (SERPAJ). *Uruguay Nunca Más. Informe sobre la violación a los derechos humanos (1972-1985)*. Montevidéu: SERPAJ, 1989. A maioria das mortes de uruguaios durante a ditadura ocorreu fora do país, no contexto de colaboração entre os órgãos de repressão dos países do Cone Sul da América. Abordaremos a questão da internacionalização da repressão em nosso terceiro capítulo.

²⁶³ PADRÓS, Enrique Serra. *op. cit.* 2004, p. 67.

²⁶⁴ Com base nos dados do informe *Uruguay Nunca Más*, Nilson Mariano constatou que “14% dos presos homens estiveram detidos por mais de 12 anos. A maior parte (25% dos prisioneiros) ficou de cinco a oito anos na cadeia. Numa prova de que a intenção era deixar “apodrecer atrás das grades”, apenas 7% foram contidos por até dois anos”. MARIANO, Nilson. *op. cit.* p. 113.

Adolfo Wassen, Henry Engler e Mauricio Rosencof.²⁶⁵ Aprisionados em condições inumanas, em minúsculas celas individuais, praticamente incomunicáveis, sofrendo torturas (físicas e psicológicas) sistemáticas e permanentes transferências por distintos quartéis do interior do país, estes *tupas* enfrentaram 11 anos de prisão sob o estatuto de refêns da ditadura.

A política de refêns também foi aplicada às mulheres Tupamaras. Ainda em 1973, nove presas políticas foram retiradas do presídio de Punte de Rieles. Eram elas: Alba Antúnez, Estela Sánchez, Lía Maciel, Cristina Cabrera, Graciela Dry, Jessie Macchi, Raquel Cabrera, María Elena Curbelo e a brasileira Flávia Schilling.²⁶⁶ Um ano depois, Elisa Michellini foi incorporada ao grupo. Estas dez prisioneiras foram levadas para diversos quartéis, onde foram submetidas às mesmas condições degradantes enfrentadas pelos refêns masculinos. Em 1976, o governo decidiu excluir estas mulheres da condição de refêns e elas retornaram para o cárcere em Punte de Rieles.²⁶⁷

O ano de 1976 também marca uma mudança no governo. Por conta de divergências significativas entre o presidente Bordaberry e os militares, em junho daquele ano as Forças Armadas depuseram o presidente e nomearam interinamente Alberto Demicheli para a presidência da República. No mesmo dia de sua posse, foram decretados os primeiros Atos Institucionais, que suspenderam as eleições e asseguraram poderes quase ilimitados às Forças Armadas. A ditadura no Uruguai – que ainda teria mais três presidentes (dois civis e um militar) durou até 1985. Depois de um longo processo de redemocratização do Uruguai, os Tupamaros – após muitas fragmentações, que resultaram no abandono das armas – retornaram à vida pública, desta vez optando pela participação política partidária e eleitoral.

Se integraram na coalização *Frente Ampla*, que elegeu Tabaré Vasquez para a presidência da República em outubro de 2004. Com essa vitória, os ex-tupamaros José Mujica e Nora Castro passaram a exercer a liderança no Senado e na Câmara dos Deputados,

²⁶⁵ MARTÍNEZ, Virginia. *Tiempos de dictadura (1973-1985). Hechos, voces, documentos. La represión y la resistencia día a día*. Montevidéo: Ediciones de la Banda Oriental, 2005, p. 26.

²⁶⁶ A gaúcha Flávia Schilling, então com 11 anos de idade, exilou-se com sua família no Uruguai logo após o golpe civil-militar de 1964, que iniciou a última ditadura no Brasil. Seu pai, Paulo Schilling, era assessor de Leonel Brizola e ligado a João Goulart, o presidente deposto pelo golpe. Flávia iniciou sua militância política no movimento estudantil uruguaio e posteriormente ingressou no MLN-Tupamaros. Em 1972, abandonou a faculdade de Medicina e entrou para a clandestinidade. Foi presa em novembro de 1972, após ser ferida gravemente por um tiro no pescoço. Flávia ficou presa até abril de 1980 e só foi libertada graças à campanha internacional, liderada pelo Comitê Brasileiro de Anistia (CBA), que pressionou os governos do Brasil e do Uruguai por sua libertação. Atualmente, Flávia Schilling é professora da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. As cartas escritas por Flávia para sua família durante os anos de cárcere foram publicadas em: SCHILLING, Flávia. *Queria liberdade*. São Paulo: Global, 1980. Para saber mais sobre a trajetória de Flávia Schilling, ver: SCHILLING, Flávia. Depoimento concedido ao projeto “Marcas da Memória: História Oral da Anistia no Brasil” (Equipe do Rio de Janeiro – UFRJ). São Paulo, 18 de julho de 2011. Laboratório de Estudos do Tempo Presente, Núcleo de História Oral da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

²⁶⁷ MARTÍNEZ, Virginia. *op. cit.* p. 26.

respectivamente. Em 2009, José Mujica, militante histórico do MLN-Tupamaros e um dos presos políticos tratados como reféns durante a ditadura, foi eleito presidente da República. A partir de então, os antigos *tupas* escreveriam um novo capítulo da história contemporânea do Uruguai.

2.2. “Patria o Muerte, Venceremos”: O *Movimiento de Izquierda Revolucionaria* do Chile

*Juntos iremos
unidos en la sangre,
hoy es el tiempo
que puede ser mañana.
Libranos de aquél que nos domina
en la miseria,
tráenos tu reino de justicia
e igualdad.
Sopla como el viento,
la flor de la quebrada,
limpia como el fuego
el cañon de mi fusil.
Victor Jara²⁶⁸*

Em 1970, o Chile encontrava-se em grande efervescência política e social, após as eleições presidenciais, que consagraram a vitória de Salvador Allende, candidato pela coalização *Unidad Popular* (UP). A Unidade Popular²⁶⁹ era composta pelo *Partido Comunista* (PC), *Partido Socialista* (PS), *Partido Radical* (PR), *Partido Social Demócrata* (PSD), *Acción Popular Independiente* (API) e o *Movimiento de Acción Popular Unitaria* (MAPU).²⁷⁰ Esta eleição diferenciava-se de todas as outras da história chilena e da história mundial, pois era a primeira vez que um candidato declaradamente socialista chegava à presidência da República através de eleições livres e anunciava que a principal meta de seu governo era implantar o socialismo pelo aprofundamento da democracia.

Dentre as principais organizações da esquerda chilena, a única que não apoiou abertamente a candidatura de Allende foi o *Movimiento de Izquierda Revolucionaria* (MIR). A trajetória do MIR se destacou na história das esquerdas armadas sul-americanas, em especial entre aquelas que empunharam a bandeira do internacionalismo revolucionário.

O *Movimiento de Izquierda Revolucionaria* foi criado em 15 de agosto de 1965,

²⁶⁸ Trecho da música “Plegaria a un labrador”, composta pelo cantor chileno Victor Jara em 1969 e lançada no disco “El derecho de vivir en paz” em 1971.

²⁶⁹ Daqui por diante, usaremos o nome desta coalização em português.

²⁷⁰ Em 1971, outras duas organizações surgidas naquele ano ingressaram na UP: o *Partido de Izquierda Radical* (PIR) e o *Partido Izquierda Cristiana* (IC).

durante o governo democrático do presidente Eduardo Frei Montalva, eleito pelo Partido Demócrata Cristiano (chamado também Democracia Cristiana – DC). O MIR foi fundado pela confluência de militantes políticos – em sua maioria, provenientes da capital Santiago e da cidade de Concepción – de gerações diversas e oriundos de distintos grupos políticos, como o Partido Socialista, a Juventude Comunista, a Vanguardia Revolucionaria Marxista (VRM), além de militantes trotskistas, entre outros. Esse momento assinalava, portanto, a consolidação de laços entre “viejos cuadros que con anterioridad habían enfrentado las polémicas y conflictos de movimiento comunista y una generación joven que se afirmaba en la nueva realidad latinoamericana y chilena que estaba surgiendo en los últimos años”.²⁷¹ Mesclando novos e antigos militantes, foram eleitos 4 membros para o Secretariado Nacional e 21 integrantes do Comitê Central, que, por sua vez, elegeu Enrique Sepúlveda como Secretário-Geral do partido. Apesar da mescla, neste momento, ainda predominavam na direção do partido os militantes mais velhos (com cerca de 50 e 60 anos de idade) e com longa trajetória política.

No congresso de fundação do MIR, aprovou-se uma Declaração de Princípios, na qual a recém-fundada organização assim se apresentava:

El MIR se organiza para ser la vanguardia marxista-leninista de la clase obrera y capas oprimidas de Chile que buscan la emancipación nacional y social. (...) La finalidad del MIR es el *derrocamiento del sistema capitalista* y su reemplazo por un gobierno de obreros y campesinos, dirigidos por los órganos de poder proletario, cuya tarea será construir el socialismo y *extinguir gradualmente el Estado hasta llegar a la sociedad sin clases*. La destrucción del capitalismo implica un enfrentamiento revolucionario de las clases anatómicas.²⁷²

A Declaração de Princípios e o anúncio da criação do MIR foram reproduzidos no jornal *El Rebelde*, que se tornou o órgão oficial do Movimiento de Izquierda Revolucionaria.²⁷³

Ainda neste primeiro congresso, também se aprovou uma tese político-militar, que apontava para a relevância da construção de um *partido revolucionário* e afirmava que o único caminho para derrotar o sistema capitalista era a insurreição popular armada. Nesse sentido, o MIR ressaltava a importância da inserção dos grupos armados nos movimentos sociais, evitando o “foquismo” adotado por algumas organizações revolucionárias na América

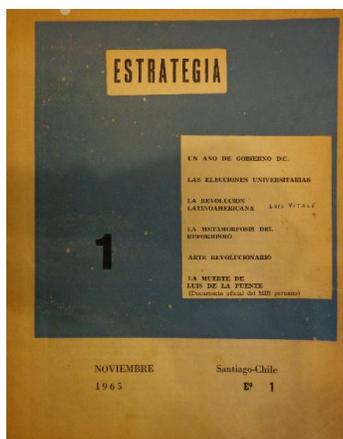
²⁷¹ NARANJO, Pedro; AHUMADA, Mauricio; GARCÉS, Mario & PINTO, Julio. *op. cit.*, p. 44.

²⁷² MOVIMIENTO DE IZQUIERDA REVOLUCIONARIA. “Declaración de Principios”, 15 de agosto de 1965. In: NARANJO, Pedro; AHUMADA, Mauricio; GARCÉS, Mario & PINTO, Julio. *op. cit.* p. 99. Grifos no original.

²⁷³ *El Rebelde*, Ano III, nº 32, setembro de 1965. Hemeroteca do Centro de Documentación e Investigación de la Cultura de Izquierdas en Argentina (CEDINCI).

Latina ao longo das décadas de 1960 e 1970.²⁷⁴

Um ano depois, em agosto de 1966, foi realizado o segundo congresso nacional do MIR, onde foi debatida a participação em frentes de massas e determinou-se a proibição da constituição de frações no interior do *movimiento*. A direção nacional eleita era quase a mesma do ano anterior, mantendo Sepúlveda à frente da organização. Segundo o historiador Matías Figueroa, a fase inicial do MIR, mais especificamente de 1965 a 1967, foi marcada pelo predomínio da discussão e elaboração teórica em relação à prática revolucionária. A criação, ainda em 1965, da *Revista Estrategia*, que se tornaria um órgão de reflexão teórica do MIR, foi um símbolo da *intelligentsia mirista*.²⁷⁵ Em seu primeiro número, o editorial assegurava que *Estrategia* não queria ser “una revista informativa más, sino un órgano de elaboración teórica que contribuya a enriquecer el programa de la revolución socialista chilena, para cuyo fin dará preferencia a los trabajos de investigación sobre la realidad chilena”.²⁷⁶



Capa da *Revista Estrategia*, nº 1, novembro de 1965 e emblema MIR. Fonte: Centro de Documentación e Investigación de la Cultura de Izquierdas en Argentina (CEDINCI)

Embora o trabalho do MIR junto aos movimentos sociais fosse ainda incipiente, os miristas destacaram-se como a principal força do movimento estudantil na Universidad de Concepción. Nesta região, um núcleo de jovens militantes foi paulatinamente conquistando mais força e projeção dentro do partido e exigindo novos rumos na direção do MIR. Neste núcleo jovem, destacava-se Miguel Enríquez, estudante de Medicina na Universidad de Concepción. Os principias questionamentos à direção giravam em torno das questões táticas e estratégicas e dos métodos de luta. É nesse contexto que ocorre o terceiro congresso nacional

²⁷⁴ VITALE, Luis. *Contribución a la historia del MIR (1965-1970)*. Santiago: Instituto de Investigación de Movimientos Sociales “Pedro Vuskovic”, 1999.

²⁷⁵ FIGUEROA, Matías Ortiz. “*Ser mirista*”: *La construcción política del militante, 1965-1973*. Monografía (Gradação em História) – Facultad de Humanidades y Educación, Universidad Andrés Bello, Santiago, 2011, p. 55.

²⁷⁶ *Revista Estrategia*, nº 1, Santiago, novembro de 1965. Hemeroteca do Centro de Documentación e Investigación de la Cultura de Izquierdas en Argentina (CEDINCI).

do MIR, em dezembro de 1967.

Este terceiro congresso marcou a chegada à direção do MIR de uma geração mais jovem e que defendia propostas mais radicais para a ação política. Para o cargo de Secretário-Geral, foi eleito Miguel Enríquez, então com 23 anos de idade, e para o Comitê Central foram eleitos 14 membros, entre os quais se destacavam Luciano Cruz, Bautista Van Schouwen, Luis Vitale, Edgardo Enríquez (irmão de Miguel), Andrés Pascal Allende (sobrinho de Salvador Allende), entre outros, todos também na faixa dos vinte e poucos anos de idade. Na avaliação deste grupo, a antiga direção do MIR pautou-se por uma atividade revolucionária demasiadamente passiva: “en sus inicios el MIR no pasó a ser una oposición de izquierda a la izquierda tradicional”.²⁷⁷ Para eles, era preciso ir além, avançar e radicalizar. Para além de *teorizar* sobre a revolução, chegara a hora de *hacer la revolución*.²⁷⁸

Sob uma nova direção e a partir de uma guinada na orientação política, o MIR conduziria sua atuação política voltando-se, sobretudo, para o trabalho junto aos movimentos sociais e o início das ações armadas urbanas.²⁷⁹ Nesse contexto, alguns dos “velhos” militantes, pertencentes às direções anteriores, optaram por continuar militando no MIR como uma espécie de “oposição interna”, por discordarem dos novos rumos sugeridos, enquanto outros preferiram abandonar a organização, como foi o caso do antigo Secretário-Geral, Enrique Sepúlveda.²⁸⁰

Para além das questões táticas mais gerais, que provocavam significativas divergências internas, outro tema também se tornou relevante para os miristas: qual seria a posição a adotar diante das eleições parlamentares de março de 1969 e as eleições presidenciais de 1970, que já se aproximavam. O jornal *El Rebelde* publicou a posição oficial do MIR:

El MIR se propone no llevar candidato ni apoyar a ninguno en las elecciones que se avecinan (...) sumirnos en las elecciones es afirmar y ratificar en los hechos un orden y una legalidad que rechazamos (...) participar en las elecciones es mezclarse y confundirse con todo el gastado y desprestigiado juego político tradicional que por años a la espalda de la masa viene realizándose, sin ellas obtener nada. (...) *nuestra política categórica, de no participar em elecciones, no realizar actividad electoral alguna, rechazar de*

²⁷⁷ ALLENDE, Andrés Pascal *apud* FIGUEROA, Matias Ortiz. “El tercer congreso del MIR: giro generacional, re-estructuración orgânica y cambios en la militancia, 1967-1969”. *Tiempo Histórico*, nº 6, Santiago, 2013, p. 96.

²⁷⁸ O fato da *Revista Estratègia* – que, como vimos, era um órgão de reflexão teórica do MIR – ter deixado de circular a partir de 1968 está relacionado a esta guinada ocorrida na direção do MIR, que impulsionou a *prática* revolucionária.

²⁷⁹ FIGUEROA, Matias Ortiz. *op. cit.* 2013, p. 95.

²⁸⁰ Concomitantemente ao processo de saída de muitos de seus antigos militantes, o MIR teve suas fileiras engrossadas a partir do processo de fusão com dois pequenos grupos revolucionários chilenos: *Grupo Avanzada Marxista* (GRAMA), de Concepción, e *Fuerzas Armadas Revolucionarias* (FAR), de Santiago.

*plano la via electoral, es la que nos permite hoy como nunca levantar el único camino: la lucha armada.*²⁸¹

Entre os anos de 1967 e 1969, o Chile assistiu a ascensão e mobilização do movimento estudantil universitário e secundarista e do movimento dos *pobladores* (como eram chamados os moradores das áreas mais periféricas e pobres das cidades, moradores de rua e/ou “sem-teto”). Especialmente em relação aos estudantes universitários, o MIR se tornaria uma das principais forças nas universidades chilenas, levantando a bandeira da reforma universitária e também a concepção de que a Universidade não deveria ficar alheia aos movimentos populares e que os estudantes deveriam juntar-se aos trabalhadores no processo revolucionário. Concomitantemente, os miristas se juntaram aos *pobladores* e se sobressaíram na liderança de diversas ocupações de terrenos em Santiago e em importantes cidades do país. Também se uniram aos índios mapuches na luta pela reforma agrária. A ativa participação junto a estes setores permitiu ao MIR desenvolver-se e fortalecer-se, exercendo um papel de maior relevância no cenário político nacional.

Nos primeiro semestre de 1969, iniciaram-se os preparativos para a realização do quarto congresso nacional do MIR. Elaborou-se um documento prévio, visando sua circulação entre as bases, a respeito da estratégia político-militar da guerra revolucionária, que superava definitivamente a concepção “insurrecional” dos primeiros anos e avançava na definição de uma “guerra revolucionária prolongada e irregular”.²⁸² Em meio aos debates e polarizações acerca dessa definição, uma ação praticada por alguns militantes do comitê regional do MIR em Concepción²⁸³ – por iniciativa própria, sem comunicar à direção nacional – serviu de pretexto para o governo do presidente Eduardo Frei iniciar uma campanha de perseguição e repressão aos miristas, forçando os membros do Comitê Central e numerosos outros quadros a passarem à clandestinidade. Neste contexto, a direção do MIR suspendeu a realização do IV Congresso, fato questionado por algumas correntes internas. Estas realizaram um *congreso fraccional*. A maioria do Comitê Central decidiu expulsar os participantes do congresso (em sua maioria, eram os militantes mais antigos). Os membros do CC que não concordaram com

²⁸¹ MOVIMIENTO DE IZQUIERDA REVOLUCIONARIA. “Nuestra estrategia. Las elecciones de 1969-1970”. *El Rebelde*, outubro de 1968. Hemeroteca do Centro de Documentación e Investigación de la Cultura de Izquierdas en Argentina (CEDINCI). Grifos nossos.

²⁸² NARANJO, Pedro; AHUMADA, Mauricio; GARCÉS, Mario & PINTO, Julio. *op. cit.* p. 58.

²⁸³ Em 6 de junho de 1969, o grupo capturou o jornalista Hernán Osses Santa María (filiado à DC), que sistematicamente atacava o MIR em suas matérias. O jornalista foi libertado nu algumas horas depois em frente a uma festa universitária.

a decisão também foram expulsos e numerosos militantes optaram por se desligar do MIR.²⁸⁴ Segundo Matias Ortiz Figueroa, o MIR perdeu cerca de 30% de seus militantes de Santiago e 20% dos militantes a nível nacional.²⁸⁵

Neste momento de mudanças, o MIR avaliou autocriticamente que tinha sido muito flexível na concepção de partido. A partir de então, os esforços deveriam concentrar-se na articulação entre as ações políticas e armadas e na consolidação de um verdadeiro partido marxista-leninista, coeso organicamente, homogêneo politicamente e disciplinado.²⁸⁶

Além das ações políticas junto aos movimentos sociais, o MIR também defendia, como já apontamos, o caminho armado rumo à revolução socialista – *Consciencia e fusil*, como dizia um trecho do hino do MIR. Seguindo as diretrizes adotadas desde o terceiro congresso em 1967, que enfatizavam a *práctica* revolucionária, os miristas realizaram sua primeira ação armada em 15 de julho de 1969: uma *recuperación* ou *expropiación* (como diziam os guerrilheiros brasileiros) ao Banco Londres. As *recuperaciones* foram as principais ações armadas executadas pelos miristas (visando armazenar material de comunicação e armas, por exemplo). As que mais se destacaram – inclusive pelo impacto na grande imprensa – foram as *expropiaciones* bancárias, que serviam para financiar a infraestrutura clandestina do partido e também como propaganda revolucionária.

No final de 1969, se impulsionou em todas as regionais do MIR a criação dos *Grupos Político-Militares* (GPM), que eram “estructuras organicas asentadas en un espacio territorial com niveles de bases políticas, operativas, técnicas e infraestructura, dirigidas por una jefatura común. Con ello cristalizaba la visión de partido que venía sustentando Miguel [Enríquez] y tenía correspondencia con la línea estratégica y táctica”.²⁸⁷ Contudo, é importante destacar que o MIR não foi uma organização militarista²⁸⁸, pois neste momento 90% de seus militantes estavam dedicados aos trabalhos políticos junto aos estudantes, trabalhadores e *pobladores*.

²⁸⁴ Os dissidentes do MIR formaram posteriormente outras organizações: *Movimiento de Izquierda Revolucionaria – Frente Revolucionaria* (MIR-FR) e *Movimiento Revolucionario Manuel Rodríguez* (MR-2).

²⁸⁵ FIGUEROA, Matias Ortiz. *op. cit.* 2013, p. 99-100.

²⁸⁶ *Idem*. As exigências em relação aos militantes se tornaram mais rígidas: “El tipo del militante que ingresará en el MIR debe ser diferente al de antes. (...) No será suficiente respetar pasivamente los horarios de reuniones. No se ingresará ni se hará abandono del partido de cualquier forma. La entrega de sí mismo deberá ser total. La organización decidirá si un militante debe o no trabajar o estudiar, o donde habitar, etc. (...) Es la única manera de constituir una organización sólida, disciplinada, eficaz, capaz de discutir menos y de operar en plena clandestinidad. Es esta organización la que realizará acciones e iniciará la guerra de clases en Chile”. MOVIMIENTO DE IZQUIERDA REVOLUCIONARIA. “Sin lastre avanzaremos más rápido”. In: NARANJO, Pedro; AHUMADA, Mauricio; GARCÉS, Mario & PINTO, Julio. *op. cit.* p. 62.

²⁸⁷ NARANJO, Pedro; AHUMADA, Mauricio; GARCÉS, Mario & PINTO, Julio. *op. cit.* p. 61-62

²⁸⁸ Partimos da definição de Jacob Gorender: “Organizações esquerdistas militaristas eram aquelas que adotavam formas de luta e de propaganda armada e *desprezavam* as formas de luta de massas”. GORENDER, Jacob. *op. cit.* p. 92.

As *expropiaciones* foram suspensas em março de 1970 e as demais ações armadas foram suspensas em junho do mesmo ano. A suspensão das ações armadas – o que não significava o abandono da perspectiva de luta armada – estava relacionada ao agitado cenário político chileno durante a campanha eleitoral que antecedeu as eleições presidenciais realizadas naquele ano. Como mencionamos no início desta seção, o socialista Salvador Allende era o candidato da Unidade Popular, uma coalização de partidos e organizações de esquerda. Apesar do convite para ingressar na UP, o MIR recusou a oferta e anunciou seu posicionamento frente à candidatura de Allende:

(...) no desarrollaremos ninguna actividad electoral (...) sostenemos que las elecciones no son un camino para la conquista del poder. Desconfiamos que por esa vía vayan a ser gobierno los obreros y campesinos y se comience la construcción del socialismo. Estamos ciertos de que si esse difícil triunfo electoral popular se alcanza, las clases dominantes no vacilarán en dar un golpe militar. (...) *En la Unidad Popular están los que buscan la conquista del poder por la vía electoral. Creemos que ese es un camino equivocado. Pero el hecho de diferir en los métodos no los convierte en nuestros enemigos. Solo hace evidente que marchamos por caminos distintos. (...) Si el resultado electoral llevara a un triunfo de la Unidad Popular, lo que creemos enormemente difícil, partimos de la base que un golpe reaccionario tratará de impedir el acceso popular al poder. En ese caso no vacilaremos en colocar nuestros nacientes aparatos armados, nuestros cuadros y todo lo que tenemos, al servicio de la defensa de lo conquistado por obreros y campesinos.*²⁸⁹

Embora o MIR avaliasse que seria “enormemente difícil”, Salvador Allende foi eleito presidente da República com 36,2% dos votos.²⁹⁰ Allende fora deputado, senador e essa era a terceira vez que era candidato à presidência (concorrerá nas eleições de 1952, 1958 e 1964)²⁹¹ e sua vitória teve grande repercussão internacional, tornando-se um grande referencial para as esquerdas *conosureñas*. Como a Unidade Popular não tinha conquistado a maioria absoluta dos votos, de acordo com a Constituição chilena, a vitória necessitava ser ratificada pelo Congresso Nacional. As direitas parlamentares chilenas não tardaram a articularem-se a fim de impedir a posse de Allende, contando com o apoio externo dos Estados Unidos e, internamente, do grupo *Patria y Libertad*, de extrema-direita, liderado pelo advogado Pablo Rodríguez. Apesar das tentativas de impedir a posse de Allende, que culminaram, inclusive

²⁸⁹ MOVIMIENTO DE IZQUIERDA REVOLUCIONARIA. “El MIR y las elecciones presidenciales”. *Punto Final*, n° 104, 12 de maio de 1974, suplemento, p. 1. Archivo Histórico Punto Final (1965-1973). Disponível em: <http://puntofinal-archivohistorico.org/PDFs/1970/PF_104_doc.pdf>. Acesso em: 05/09/2015. Grifos nossos.

²⁹⁰ Em uma acirrada disputa, Jorge Alessandri, do Partido Nacional, obteve 34,9% dos votos e Radomiro Tomic, da Democracia Cristã, foi escolhido por 27,8% do eleitorado.

²⁹¹ Para uma biografia concisa de Salvador Allende, cf: ARRATE, Jorge & ROJAS, Eduardo. *Memoria de la izquierda chilena*. Tomo II (1970-2000). Santiago: Javier Vergara Editor, 2003, p. 19-23.

no assassinato do general René Scheneider²⁹², então comandante-em-chefe do Exército, um acordo entre a Unidade Popular e a Democracia Cristã permitiu que Salvador Allende fosse empossado em 4 de novembro de 1970.²⁹³

Nos primeiros meses de seu governo, Allende decretou anistia a dezenas de militantes do MIR que estavam presos ou viviam clandestinos e eram procurados pela Justiça. A partir de então, a organização voltou à legalidade, o que permitiu que seus militantes e lideranças pudessem atuar de forma mais pública. Allende chegou, inclusive, a convidar Miguel Enríquez, secretário-geral do MIR (já formado em Medicina), para ocupar o cargo de Ministro da Saúde; o convite foi recusado dadas as divergências programáticas e táticas entre a UP e o MIR. Este último manteve sua independência frente ao governo, oferecendo-lhe um “apoio crítico”. Nesse sentido, o lema do MIR era: *golpear juntos y marchar separados*.²⁹⁴

O programa de governo da UP propunha profundas transformações econômicas e sociais de caráter antiimperialista, antioligárquico e antimonopolista, que abriam caminho para a “implantação do socialismo, sem a necessidade de uma ruptura da institucionalidade democrática vigente no Chile”.²⁹⁵ *A via chilena ao socialismo* representou uma experiência inédita “en la sucesión de revoluciones socialistas u orientadas al socialismo que jalonaron la historia mundial del siglo XX”.²⁹⁶

No entanto, como a UP não possuía maioria no Parlamento, a concretização de suas propostas dependia de acordos com a Democracia Cristã²⁹⁷, o partido que contava com o maior número de deputados e senadores. As dificuldades para costurar estes acordos com a

²⁹² René Schneider era um militar legalista e constitucionalista, que defendia a não intervenção das Forças Armadas na política. Diante do clima de instabilidade política que antecedeu a posse de Allende, afirmou que o Exército respeitaria a ordem institucional. Foi sequestrado em 22 de outubro de 1970 em uma operação que envolveu militares chilenos, encabeçados pelo general Viaux Marambaio, que receberam armas e dinheiro da Central Intelligence Agency (CIA). O objetivo era disseminar o pânico no Congresso e impedir a posse de Allende. O general Schneider foi assassinado em 25 de outubro daquele ano. Cf. HUNEEUS, Carlos. *El régimen de Pinochet*. Santiago: Editorial Sudamericana Chilena, 2000, p. 82 e 120.

²⁹³ Sobre o acordo, cf: AGGIO, Alberto. *Democracia e socialismo: a experiência chilena*. São Paulo: Annablume, 2002, p. 111-114.

²⁹⁴ NARANJO, Pedro; AHUMADA, Mauricio; GARCÉS, Mario & PINTO, Julio. *op. cit.* p. 71.

²⁹⁵ AGGIO, Alberto. *op. cit.* p. 19. O programa de governo da UP teria sido influenciado pela teoria da dependência, desenvolvida, como vimos no primeiro capítulo, por um grupo de intelectuais, como Ruy Mauro Maurini, Theotônio dos Santos, Vânia Bambirra, Gunder Frank, entre outros, que se encontravam exilados no Chile. Segundo Vânia Bambirra, “pela primeira vez, um programa de governo feito por uma frente de esquerda, (...) colocava a ênfase na liquidação dos monopólios nacionais e internacionais; estabelecia, também, que a soberania nacional só poderia ser consolidada quando fosse superado o capitalismo dependente, através da transição socialista. Eram exatamente as conclusões óbvias das teses centrais que defendíamos em nossas publicações, cursos e conferências”. BAMBIRRA, Vânia *apud* WASSERMAN, Claudia. “Transição ao socialismo e transição democrática: exilados brasileiros no Chile”. *História Unisinos*, volume 16, nº 1, São Leopoldo, janeiro-abril de 2012, p. 87.

²⁹⁶ SEGOVIA, Alfredo Riquelme. *Rojo atardecer: El comunismo chileno entre dictadura y democracia*. Santiago: Centro de Investigaciones Diego Barros Arana, 2009, p. 83.

²⁹⁷ Sobre a ascensão da Democracia Cristã no cenário político chileno desde a década de 1960 e sua consolidação como o maior partido político do Chile, cf: AGGIO, Alberto. *op. cit.* p. 96-99.

DC geraram constantes conflitos entre o Legislativo e o Executivo. Recaía sobre este último a responsabilidade de assumir a direção *de los cambios* que o governo de Allende pretendia implantar no Chile, sem se afastar dos marcos constitucionais. O programa da UP baseava-se em quatro mudanças estruturais, que dariam ao Estado o controle dos principais setores da economia: a nacionalização das minas de cobre e recuperação das riquezas minerais do país; uma profunda reforma agrária; a nacionalização dos bancos; e a socialização das principais empresas de produção e distribuição chilenas.²⁹⁸

Para o Movimiento de Izquierda Revolucionaria, o governo da Unidade Popular não assegurava aos trabalhadores o controle total do poder do Estado. A *via chilena ao socialismo* era duramente criticada pela organização, como explicita a fala de Miguel Enríquez: “Trata-se de determinar em que quadro se faz a revolução: a partir do aparelho do Estado, atribuindo essencialmente às massas um papel de acompanhamento, de instrumento, mas nunca o papel fundamental, ou a partir do próprio movimento das massas”.²⁹⁹ Nessa perspectiva, o MIR classificava o governo de Allende como *reformista*, por pretender atingir o socialismo através de reformas graduais; rechaçava qualquer tipo de acordo com a DC; pressionava o governo a *avanzar sin transar e acelerar los cambios* e, embora tenha suspenso suas ações armadas, continuava apostando na luta armada como o caminho a ser trilhado rumo à revolução. E como destacou a historiadora Nashla Dahas, os documentos oficiais do MIR resgatavam a experiência dos guerrilheiros da América do Sul “como mostras de uma atmosfera política de questionamento continental da institucionalidade democrática”.³⁰⁰

Este período também foi marcado por uma intensa e radical mobilização das camadas populares, que chegaram a ultrapassar, inclusive, os próprios limites do programa da UP. A explosão dos movimentos dos trabalhadores, camponeses e *pobladores* configuraram o que Peter Winn chamou de “revolução vinda de baixo” que, ao mesmo tempo em que apoiava, também pressionava e divergia da “revolução vinda de cima” – capitaneada por Allende que se esforçava para não abandonar os mecanismos constitucionais – exigindo que o governo aprofundasse e acelerasse as transformações em curso.³⁰¹

²⁹⁸ WINN, Peter. *A revolução chilena*. São Paulo: UNESP, 2009, p. 78. Para saber mais sobre a implementação destas medidas no governo Allende e a pressão popular para a aceleração e aprofundamento do alcance das nacionalizações e da reforma agrária, ver: WINN, Peter. *op. cit.* p. 78-100; e BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *Fórmula para o caos: A derrubada de Salvador Allende (1970-1973)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, p. 259-272.

²⁹⁹ ENRÍQUEZ, Miguel *apud* AGGIO, Alberto. *op. cit.* p. 51.

³⁰⁰ DAHAS, Nashla. “O Movimiento de Izquierda Revolucionaria do Chile e a construção de uma memória radical para a América Latina”. In: CORDEIRO, Janaina Martins; LEITE, Isabel Cristina; SILVEIRA, Diego Omar da; REIS, Daniel Aarão (orgs). *A sombra das ditaduras: Brasil e América Latina*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2014, p. 178.

³⁰¹ WINN, Peter. *op. cit.* p. 89.

As *tomas*, ocupações de prédios e indústrias, tornaram-se um dos principais símbolos dessa “revolução vinda de baixo”. Essas ocupações já existiam mesmo antes da posse de Allende, mas foi durante seu governo que elas ganharam um caráter maciço e, em muitos casos, estavam articuladas a um projeto político mais amplo. Os miristas impulsionaram as ocupações em todo o país e engajaram-se na participação de distintas frentes políticas populares: o *Movimiento Campesino Revolucionario* (MCR), a *Frente de Trabajadores Revolucionarios* (FTR); a *Frente de Estudiantes Revolucionarios* (FER) e o *Movimiento de Pobladores Revolucionarios* (MPR).³⁰² O MPR, por exemplo, não só ajudou a “organizar as ocupações das terras suburbanas desocupadas, mas também tentou organizar os *campamentos* resultantes como comunidades revolucionárias sob seu controle. A Nova Havana, nas colinas das Andes próximas de Santiago, era o *campamento* mais emblemático do MIR”.³⁰³ No segundo semestre de 1971, o MIR já era uma organização sólida, com militantes em quase todo o país, e que apresentava um crescimento acelerado.

O Chile governado por Salvador Allende e agitado pelos movimentos sociais tornou-se “um imã para intelectuais e artistas de todo o mundo e para os políticos progressistas”³⁰⁴, todos ansiosos para conhecer pessoalmente a *via chilena ao socialismo*. Ao mesmo tempo, o Chile também se tornou um refúgio para milhares de exilados das ditaduras civil-militares que já assolavam a América Latina. Nesse sentido, Jimena Alonso salientou que o governo Allende promoveu uma ampla política de solidariedade para os refugiados latino-americanos, o que provocou constantes conflitos com as direitas chilenas, que não viam com bons olhos a entrada no país desses refugiados, sobretudo os guerrilheiros.³⁰⁵ Apesar da oposição das direitas, o Chile configurou-se durante este período como um ponto de encontro entre as esquerdas armadas latino-americanas. Esse ambiente favoreceria a perspectiva internacionalista defendida pelo MIR chileno.³⁰⁶

Mas seria a chegada de um guerrilheiro em especial – não na condição de refugiado, mas como chefe de Estado – que alarmaria as direitas chilenas e acirraria as polarizações políticas no Chile. Em novembro de 1971, quando o governo Allende completava um ano,

³⁰² Algumas dessas frentes políticas já existiam e com o tempo perderam este caráter, transformando-se “en una extensión del MIR con criterios organizativos y de trabajo más flexibles y abiertos bajo una conducción y control estrecho del partido en el nivel correspondiente”. NARANJO, Pedro; AHUMADA, Mauricio; GARCÉS, Mario & PINTO, Julio. *op. cit.* p. 75.

³⁰³ WINN, Peter. *op. cit.* p. 93.

³⁰⁴ MUÑOZ, Heraldo. *A sombra do ditador: memórias políticas do Chile sob Pinochet*. Rio de Janeiro: Zahar, 2010, p. 49.

³⁰⁵ ALONSO, Jimena. “Tupamaros en Chile: Una experiencia bajo el gobierno de Salvador Allende”. *Revista Encuentros Uruguayos*, Ano IV, nº 4, Montevideu, dezembro de 2011, p. 121.

³⁰⁶ Falaremos mais desse assunto em nosso próximo capítulo, quando veremos que o Chile foi o “berço” de uma organização internacionalista, que reuniu importantes grupos da esquerda armada sul-americana.

Fidel Castro chegou ao Chile em uma visita oficial, que fugiu aos padrões diplomáticos. Convidado para passar 10 dias no Chile, que reatara as relações diplomáticas com Cuba, o líder cubano acabou ficando 24 dias. Nesse período, percorreu diversas cidades, participou de comícios para multidões, proferiu conferências, concedeu inúmeras entrevistas e estabeleceu contatos com várias organizações da sociedade civil.³⁰⁷ A visita foi alardeada na imprensa conservadora como a prova que o Chile caminhava para se tornar uma nova Cuba. Durante sua estadia, Fidel Castro se recusou a encontrar políticos dos partidos de centro e de direita e classificou a oposição parlamentar ao governo allendista de “fascista”. Ao mesmo tempo, criticou publicamente a *via chilena ao socialismo* – que representava um modelo diametralmente oposto ao da Revolução Cubana³⁰⁸ – e sentenciou que o processo chileno não configurava uma revolução. Segundo Alberto Aggio, ainda que não se possa atribuir a Castro o desenrolar dos acontecimentos na política chilena, sua visita “acentuou um ambiente de confrontação entre esquerda e direita que impediria ou impossibilitaria, a partir daquele momento, qualquer convivência democrática. Outra consequência direta da visita (...) foi a explicitação das diferenças no seio da Unidade Popular”.³⁰⁹

De fato, no decorrer do ano de 1972, com o acirramento da polarização política no país, a oposição à política de Allende não era só externa, mas também passou a vir dos setores mais a esquerda no interior da Unidade Popular, que pressionavam o governo a romper com a legalidade e estruturar um pólo revolucionário. Ao mesmo tempo, o MIR, de fora da UP, seguia apostando no “aguçamento dos conflitos como via de passagem para a conquista do poder”.³¹⁰

Os conflitos políticos também foram acompanhados por um difícil panorama na economia do país. Se no início do governo da UP, os índices econômicos foram favoráveis³¹¹, desde o final de 1971 a situação da economia chilena era preocupante. A inflação voltou a crescer pelo aumento da impressão de dinheiro; o déficit orçamentário também se elevou; e outro problema castigaria o Chile: a escassez de bens de consumo, que gerou estocagem

³⁰⁷ AGGIO, Alberto. “Uma insólita visita: Fidel Castro no Chile de Allende”. *História*, São Paulo, nº 22, 2003, p. 152.

³⁰⁸ Para Aggio, “Fidel reconhecia o perigo que representava para sua hegemonia sobre a esquerda continental um possível êxito no Chile de um paradigma distinto do seu, isto é, da cristalizada imagem que se havia construído sobre a Revolução Cubana de 1959 e sobre a luta guerrilheira modelada por Che Guevara (...)”. AGGIO, Alberto. *op. cit.* 2003, p. 159.

³⁰⁹ AGGIO, Alberto. *op. cit.* 2003, p. 154.

³¹⁰ *Ibidem*, p. 136.

³¹¹ O governo Allende alcançou números positivos em seu primeiro ano (1971) no que tange à distribuição de renda, à redução da inflação e da taxa desemprego e ao crescimento do Produto Interno Bruto. Em relação à reforma agrária, à nacionalização das riquezas minerais e dos bancos, as metas foram integral ou parcialmente cumpridas (em alguns casos). AGGIO, Alberto. *op. cit.* p. 119-120.

exagerada e operações de mercado negro.³¹² A crise econômica foi exacerbada pelo bloqueio promovido pelos Estados Unidos (que negava empréstimos, créditos bancários, matéria-prima, peças de reposição e até ajuda alimentar), no bojo de sua campanha para a desestabilização do governo Allende. Vale lembrar que desde a tentativa frustrada de impedir a posse de Allende, os Estados Unidos não pouparam esforços para derrubar o governo da Unidade Popular, fomentando e financiando a oposição ao governo, incluindo os grupos de extrema-direita³¹³, e os meios de comunicação contrários às políticas do governo da frente de esquerda.³¹⁴

Em outubro de 1972, o governo Allende foi frontal e radicalmente contestado pelos setores empresariais e de classe média, através de uma greve patronal nacional – um *lockout*, que contou com a adesão de proprietários de caminhões e de construtoras, produtores, varejistas, médicos, engenheiros e outras associações profissionais de classe média. Essa poderosa ofensiva contrarrevolucionária tinha um claro objetivo, como sintetizou Peter Winn: “deter o avanço revolucionário e destruir irremediavelmente a economia, mas seu objetivo final era a deposição de Allende para, assim, reverter seu caminho democrático para o socialismo”.³¹⁵ Mas os setores populares que apoiavam o governo da UP reagiram: de forma espontânea, inicialmente sem uma articulação nacional da UP, decidiram defender o governo e as conquistas sociais e econômicas. Milhares de pessoas tomaram as ruas aos gritos de *Allende, Allende, el pueblo te defiende!* Os trabalhadores permaneceram em seus postos de trabalho na tentativa de não parar a produção nacional; também tentaram organizar um sistema de transportes e distribuição de mercadorias. Nesse contexto, surgiram novas formas de atuação política dos trabalhadores, entre as quais se destacou a experiência dos *Cordones Industriales*.³¹⁶ O *poder popular* parecia estar ao alcance das mãos.³¹⁷

³¹² Para uma análise detalhada das causas da crise econômica chilena, cf: WINN, Peter. *op. cit.* p. 135-144.

³¹³ Os grupos paramilitares de extrema-direita sabotavam as linhas elétricas, as estradas de ferro, os oleodutos e fábricas estratégicas, prejudicando ainda mais a economia chilena e acirrando as tensões políticas.

³¹⁴ Sobre a participação dos Estados Unidos na desestabilização do governo Allende, cf: BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *op. cit.* 2008 e VERDUGO, Patrícia. *Como os EUA derrubaram Allende: Chile, 1973*. Santiago: Revan, 2003. Ressaltar a participação decisiva dos Estados Unidos neste processo não significa que estamos atribuindo exclusivamente a eles a responsabilidade pelos acontecimentos que se desenrolaram e que culminaram com a derrubada do governo Allende, na qual os fatores internos da sociedade chilena foram preponderantes.

³¹⁵ WINN, Peter. *op. cit.* p. 160.

³¹⁶ Cada *cordón* consistia em uma agrupação de fábricas e empresas que coordenava as ações e tarefas dos trabalhadores de uma mesma zona. Segundo a historiadora Elisa Borges, os *cordones* se caracterizaram “pela articulação e coordenação de sindicatos de uma mesma zona territorial que assumem a ocupação de indústrias, a defesa da produção e o controle operário da indústria como resposta ao *paro* patronal. O seu desenvolvimento foi resultado do protagonismo popular, da trajetória do movimento sindical e popular chileno conjugado com uma conjuntura de polarização política e mudanças socioeconômicas que beneficiaram as classes trabalhadoras”. BORGES, Elisa de Campos. *¡Con la UP ahora somos gobierno! A Experiência dos Cordones Industriales no*

Contudo, o governo Allende, apoiado pela extraordinária mobilização social, não conseguiu conter a greve patronal. Para solucionar a crise, Allende anunciou a formação de um ministério civil-militar: quatro comandantes das Forças Armadas assumiram pastas ministeriais, entre eles o general Carlos Prats, chefe do Exército, que se tornou o Ministro do Interior, que no Chile também atua como vice-presidente da República. O cargo de comandante-em-chefe do Exército foi interinamente ocupado pelo general Augusto Pinochet.³¹⁸ Prats negociou com as direitas e as organizações patronais e, após 26 dias, um acordo pôs fim à greve, porém Allende viu-se forçado a aceitar diversas exigências dos grevistas. Os trabalhadores, no entanto, incentivados pelo MIR e outras forças das esquerdas, se recusavam a abandonar as indústrias ocupadas. O fim da greve não significou o fim das tensões sociais e polarizações políticas.

Ainda em outubro de 1972, a oposição parlamentar pressionou o governo, que aprovou a Lei nº 17.798, que estabelecia o controle de armas de fogo e explosivos. Na prática, essa lei foi usada para desarmar o MIR e outras organizações de esquerda que possuíam um reduzido armamento e também para invadir fábricas, universidades, fazendas e *poblaciones*. Para Moniz Bandeira, “o objetivo da lei para o controle de armas constituía mais um passo na preparação do golpe de Estado, sendo seu objetivo evitar qualquer possibilidade de reação ou resistência das forças de esquerda”.³¹⁹

Com as eleições parlamentares de março de 1973, a oposição esperava alcançar dois terços do Congresso para pedir o *impeachment* de Allende. No entanto, o resultado das urnas frustrou essa expectativa: a Unidade Popular conquistou mais cadeiras e, ainda que estivesse longe de ser maioria no Congresso, demonstrou sua força mesmo em circunstâncias desfavoráveis. Para a oposição, ficou claro que não seria possível depor Allende pelos mecanismos legais.

Os acontecimentos que se sucederam prepararam a cena para o ato final da *batalha do Chile*. Diante do agravamento da crise econômica e política, os ministros militares, incluindo o general Prats, renunciaram aos seus cargos e retornaram à caserna. Em junho de 1973, alguns tanques do regimento de Santiago atacaram o Palácio do governo no episódio conhecido como *Tancazo* ou *Tanquetazo*. A tentativa de golpe foi rapidamente contida pelo

Chile de Allende. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2011, p. 96-97.

³¹⁷ Todos esses acontecimentos marcantes na história contemporânea do Chile foram registrados pelo cineasta chileno Patricio Guzmán no premiado documentário *Batalha do Chile*, dividido em três partes: “A Insurreição da Burguesia” (1975); “O Golpe de Estado” (1977); e “O Poder Popular” (1979).

³¹⁸ Para saber a trajetória do general Pinochet até sua ascensão ao cargo máximo do Exército chileno, cf. MUÑOZ, Heraldo. *op. cit.* p. 39-49.

³¹⁹ BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *op. cit.* p. 377.

general Prats e pelas tropas leais ao presidente. O pedido de Estado de Sítio feito por Allende foi rejeitado pelo Congresso, que negava ao governo qualquer instrumento legal para conter a situação. No mês seguinte, uma nova greve patronal estourou no país, acompanhada de ataques terroristas às casas de lideranças das esquerdas, a oleodutos, pontes e redes elétricas, provocando constantes blecautes. Novamente, Salvador Allende tentou solucionar a crise trazendo os militares para o governo em mais uma reforma ministerial: o general Prats passou a ocupar o Ministério da Defesa. No entanto, “ao contrário de 1972, a presença militar no governo acentuaria mais ainda as fortes dissensões no interior das Forças Armadas”.³²⁰

As conspirações para desfechar um golpe de Estado já se disseminavam em amplos setores das Forças Armadas e dos *carabineros* (a força nacional da Polícia Militar chilena). O general Prats, legalista e constitucionalista, era visto como o grande obstáculo pelos setores golpistas, pois poderia liderar parcelas do Exército para defender o governo. Nessa perspectiva, iniciou-se uma campanha para desprestigiar o general e forçá-lo a renunciar. Centenas de esposas de oficiais militares chegaram, inclusive, a fazer uma manifestação na porta da casa de Prats, gritando insultos e exigindo sua renúncia. O general Pinochet, que exercia interinamente o comando do Exército, foi à residência de Prats oferecer-lhe sua solidariedade e acabou sendo vaiado pelas manifestantes. Até então, Pinochet passava a imagem de um oficial legalista e, por isso, contava com a confiança de Prats e do presidente Allende.³²¹ Diante da pressão, Carlos Prats renunciou, em 23 de agosto de 1973, tanto ao cargo de Ministro da Defesa como ao de comandante-em-chefe do Exército e indicou Augusto Pinochet para substituí-lo no posto mais alto do Exército chileno. No dia anterior, a Câmara dos Deputados aprovou uma declaração que considerava o governo Allende inconstitucional. O Parlamento dava “carta branca” para as articulações golpistas.

Allende decidiu propor um plebiscito nacional; se perdesse, estava disposto a renunciar. Iria pronunciar-se à nação e anunciar sua decisão no dia 11 de setembro de 1973. Mas os setores golpistas se anteciparam e o presidente foi acordado às 06h30min da manhã daquele dia com a notícia de que tropas golpistas partiram de Valparaíso (sua cidade natal) rumo à capital. Allende dirigiu-se para o palácio presidencial, o *La Moneda*, no centro de Santiago, carregando consigo um rifle automático que ganhara de presente de Fidel Castro.³²² Pelas rádios, as Forças Armadas anunciaram a formação da Junta Militar, composta pelos comandantes-em-chefe do Exército, general Augusto Pinochet; da Força Aérea, general

³²⁰ AGGIO, Alberto. *op. cit.* 2002, p. 150.

³²¹ BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *op. cit.* p. 498-499.

³²² MUÑOZ, Heraldo. *op. cit.* p. 19.

Gustavo Leigh; da Armada (Marinha), almirante José Toríbio Merino; e dos Carabineros, general César Mendoza. Pinochet liderava a Junta.³²³ Os militares deram um ultimato a Allende, exigindo que entregasse o cargo às Forças Armadas. O presidente não cedeu, pois não queria conferir legitimidade ao regime militar que o sucederia.³²⁴ Diante da resistência de Allende, os militares iniciaram um bombardeio ao palácio presidencial, ao mesmo tempo em que dezenas de tanques, canhões, metralhadoras e fuzis metralhavam o prédio histórico. A *via chilena para o socialismo* estava em ruínas junto com o La Moneda.

Menos de uma hora depois da Junta Militar divulgar seu comunicado, o Chile já estava praticamente todo sob o comando militar. Allende se recusou a abandonar o La Moneda e decidiu resistir até o fim, até o *seu* fim. Pela rádio Magallanes, a única que ainda não tinha sido destruída pela aviação militar, o *companheiro-presidente*, como era chamado pelos trabalhadores, pronunciou sua última e emocionante mensagem à população chilena, em tom de despedida.³²⁵ Pouco depois, suicidou-se, com dois tiros.³²⁶ A cortina se fechava e o palco principal da vida política chilena ganharia outros protagonistas. Mas o enredo seria bem diferente.

O golpe militar no Chile enfrentou pouca resistência por parte das organizações de esquerda, incluindo o MIR, que não estavam preparadas militarmente para enfrentar e resistir ao ataque das Forças Armadas. A direção mirista ordenou o recuo de seus militantes, que voltaram para a clandestinidade. Entre os trabalhadores, mesmo os *cordones industriales* mais combativos também não foram capazes de esboçar resistência, restando apenas ações isoladas e frustradas.

Nos primeiros dias que se seguiram ao golpe, a Junta Militar suspendeu a Constituição e assumiu o Poder Constituinte, o Poder Legislativo e o Poder Executivo. Apenas os ministérios da Justiça e da Educação foram ocupados por civis aliados (todos os demais ministérios foram distribuídos entre membros das Forças Armadas). A Suprema Corte mudou sua postura em relação ao Executivo e avalizou as ações da Junta Militar. O Congresso foi fechado; os

³²³ Embora o general Augusto Pinochet assumiria um protagonismo político na ditadura iniciada após o golpe de Estado de 1973, alguns autores destacam que o general não foi um dos líderes das conspirações e do planejamento do golpe que antecederam a derrubada do governo Allende. Além disso, foi a partir da Armada (Marinha) e não do Exército que a ideia do golpe militar se disseminou entre as Forças Armadas chilenas. Cf. MUÑOZ, Heraldo. *op. cit.* p. 37; 59; e BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *op. cit.* p. 465-466; 472.

³²⁴ WINN, Peter. *op. cit.* p. 177.

³²⁵ O último discurso de Allende está reproduzido em: BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *op. cit.* p. 536-539.

³²⁶ Pinochet autorizou um discreto enterro de Allende, somente com a presença de familiares, no cemitério de Santa Inês, em Viña del Mar. Durante muitos anos, aventou-se a possibilidade de Salvador Allende ter sido assassinado pelos militares que atacaram o palácio La Moneda. Em 2011, os restos mortais de Allende foram exumados (uma primeira exumação já tinha sido realizada em 1990) e a equipe de peritos confirmou a morte causada por suicídio.

partidos e organizações de esquerda foram banidos e seus bens foram confiscados; os partidos de centro e direita, que apoiaram o golpe, foram colocados em “recesso”, mas posteriormente também seriam dissolvidos; foi declarado Estado de Sítio e instituiu-se um rígido toque de recolher; estabeleceu-se uma severa censura à imprensa e aos meios de comunicação; casas e apartamentos eram vasculhados e milhares de livros, periódicos e discos considerados “subversivos” eram queimados nas ruas; foram proibidas eleições em qualquer instituição; milhares de pessoas foram demitidas de empresas públicas e privadas por razões políticas; milhares de professores e estudantes foram expulsos das universidades; os departamentos de Ciências Sociais foram desmantelados; as Universidades sofreram intervenção e a Junta Militar nomeou reitores-delegados (cargo ocupado por altos oficiais das Forças Armadas); líderes sindicais, estudantis, camponeses e simpatizantes do governo Allende foram sistematicamente presos, torturados e muitas vezes assassinados; os fuzilamentos se tornaram uma marca registrada do período inicial da ditadura chilena; campos de concentração foram abertos em todo o Chile; o Estádio do Chile e o Estádio Nacional também se tornaram campos de detenção, onde milhares de pessoas foram torturadas e executadas, incluindo o cantor Victor Jara, cuja música abre esta seção do capítulo.³²⁷

Um aspecto pouco conhecido da ditadura chilena foi a criação de armas bioquímicas para eliminar seus opositores políticos. Para isso, os militares chilenos contaram com a ajuda do governo brasileiro – também sob o comando dos militares desde o golpe civil-militar de 1964 – que lhes forneceu a neurotoxina botulínica, que, em grande quantidade, provoca intoxicação com paralisia dos músculos levando à morte por asfixia.³²⁸

A Caravana da Morte foi mais uma das demonstrações do terror de Estado implantado pela ditadura chilena. A caravana, liderada pelo primeiro escalão do governo, percorreu várias cidades, em especial no norte do país, agindo de forma clandestina, prendendo e executando

³²⁷ WINN, Peter. *op. cit.* p. 182; PEREIRA, Anthony W. *op. cit.* p. 157-158; MUÑOZ, Heraldo. *op. cit.* p. 25; 63-65; 71; BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *op. cit.* p. 555-556; HUNEEUS, Carlos. *op. cit.* p. 96-97; 116.

³²⁸ Sobre a ajuda bioquímica concedida pelo Brasil à ditadura chilena, ver: <<http://oglobo.globo.com/mundo/ditaduras-unidas-brasil-concedeu-ajuda-bioquimica-pinochet-9965635>> e <<http://institutojoaogoulart.org.br/noticia.php?id=14217>>. Acessados em: 07/09/2015. Muito se fala sobre o papel dos Estados Unidos no apoio ao golpe no Chile, mas também é importante destacar o papel do Brasil nesse processo. Além de ter apoiado o golpe, o Brasil foi um dos primeiros países a reconhecer a Junta Militar chilena (antes mesmo dos Estados Unidos, que esperou 11 dias para fazê-lo). A Embaixada brasileira no Chile negou visto aos familiares de brasileiros que queriam retornar ao Brasil e também não concedeu asilo aos milhares de exilados brasileiros, que tiveram que se refugiar em outras embaixadas, para tentar sair do Chile em segurança. O embaixador, por sua vez, facilitou a viagem de policiais brasileiros ao Chile. Inclusive, há evidências da presença de agentes brasileiros nos interrogatórios e sessões de tortura realizadas no Estádio Nacional do Chile. QUADRAT, Samantha Viz. *op. cit.* 2005, p. 136-137; PEREIRA, Anthony W. *op. cit.* p. 150. Falaremos mais sobre a colaboração entre as ditaduras no Cone Sul em nosso próximo capítulo.

dezenas de pessoas.³²⁹ O principal órgão de repressão da ditadura chilena foi a *Dirección de Inteligencia Nacional* (DINA), criada oficialmente em junho de 1974 pelo decreto-lei nº 521, embora já atuasse de fato desde novembro de 1973, sob a direção do coronel Manuel Contreras Sepúlveda, considerado o “braço-direito” de Pinochet.³³⁰ A DINA, uma polícia política e serviço de inteligência, perseguiu todos os opositores políticos do regime liderado por Pinochet, mas o principal alvo da repressão foi o MIR, organização que contabilizou o maior número de mortos e/ou “desaparecidos” nos primeiros anos da ditadura *pinochetista*. Além dos partidos e organizações das esquerdas, a DINA – que contava com uma vasta rede de colaboradores civis, recrutados entre os grupos da extrema-direita – também controlou altos funcionários do governo, incluindo seus ministros, recolhendo informações sobre sua vida privada e desempenho profissional.³³¹ Apoiado pela DINA, Pinochet mantinha seus adversários nas Forças Armadas sob rédeas curtas, ao mesmo tempo em que reforçava seu poder dentro da Junta Militar.³³²

Ao contrário do que acreditava a Democracia Cristã, que apoiou o golpe supondo tratar-se de uma intervenção “cirúrgica” e que, em pouco tempo, o poder seria devolvido aos civis, a Junta Militar deixava cada vez mais claro que os militares não pretendiam deixar o poder tão cedo. A *Declaración de Principios del Gobierno de Chile*, divulgado em 14 de março de 1974, apontava para um projeto político de longo prazo, que acarretaria mudanças profundas “na ordem política, econômica, social e militar, cujos esforços a serem empregados não estariam limitados a uma cronologia firme, demarcando a célebre expressão de Pinochet que o governo tinha *metas* e não *prazos*”.³³³ O discurso da *restauração* dava lugar ao discurso *fundacional*. A perspectiva de romper com o passado e “fundar um novo Chile” foi alicerçada em profundas reformas econômicas que se tornaram uma das principais singularidades da ditadura chilena.

Pinochet seguiu o programa econômico dos chamados *Chicago Boys*, um grupo de jovens economistas chilenos que estudaram na universidade de Chicago e abraçaram as ideias do economista Milton Friedman. O Chile se tornou um laboratório para aplicação das medidas *ultraliberais*, contrárias à nacionalização ou à regulação das iniciativas econômicas e aos

³²⁹ PEREIRA, Anthony W. *op. cit.* p. 160-161.

³³⁰ FREDRIGO, Fabiana de Souza. *Ditadura e resistência no Chile: da democracia desejada à transição possível*. Franca: UNESP, 1998, p. 22-23.

³³¹ HUNEEUS, Carlos. *op. cit.* p. 104-105.

³³² MUÑOZ, Heraldo. *op. cit.* p. 79-81;84. Em agosto de 1977, a DINA foi substituída pela Central Nacional de Inteligencia (CNI), em uma tentativa de profissionalizar a repressão e torná-la mais seletiva.

³³³ SANTOS, Eric Assis. *A transição à democracia no Chile: rupturas e continuidades do projeto ditatorial (1980-1990)*. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2014, p. 15.

serviços sociais.³³⁴ Dentro desta lógica, os preços e taxas de juros foram liberados; as tarifas para importações foram reduzidas; atraiu-se o capital financeiro; e um radical processo de privatização começou a passos largos, incluindo as centenas de empresas estatizadas durante o governo Allende e os serviços de saúde e de previdência social. A política ultraliberal coadunava-se com a orientação fundacional do governo que procurava reordenar a sociedade chilena. A *doutrina do choque* consolidou-se no Chile, como ressaltou a jornalista e documentarista Naomi Klein: “O choque do golpe preparou o terreno para a terapia do choque econômico; o choque das câmaras de tortura horrorizou qualquer um que pensasse em reagir contra os choques econômicos. De dentro desse laboratório vivo, surgiu o primeiro Estado da Escola de Chicago e a primeira vitória de sua contrarrevolução global”.³³⁵

Para o Movimiento de Izquierda Revolucionaria, o golpe de 11 de setembro não representou uma derrota da revolução, mas sim a derrota do reformismo. A derrubada do governo da Unidade Popular significava para o MIR “la posibilidad concreta de constituirnos en una vanguardia política real de las masas y conducir las en su lucha contra la dictadura gorila y por la revolución proletaria”.³³⁶ Ainda que a perspectiva final continuasse a ser a revolução socialista, os miristas, sob a ditadura, alteraram sua plataforma de luta e passaram a lutar pela derrubada da ditadura, pelo fim da repressão, pela restauração das liberdades democráticas e pela convocação de uma Assembleia Constituinte. Para alcançar estes objetivos, o MIR empenhou-se na formação de uma frente política de resistência, que congregaria todos os partidos políticos que integravam a UP e, inclusive, alguns setores da Democracia Cristã dispostos a combater a ditadura.³³⁷

Com a exacerbação da repressão, muitos militantes e dirigentes de partidos e organizações da esquerda chilena optaram pelo exílio, como também ocorreu com as esquerdas em outros países latino-americanos sob regimes ditatoriais. Nesse sentido, o MIR diferenciou-se das demais organizações ao adotar o lema: *El MIR no se asila; lucha y*

³³⁴ O projeto ultraliberal enfrentou resistências entre alguns setores das Forças Armadas, que, embora rechassem as políticas econômicas do governo Allende, ainda tinham uma tradição “estatista” e apoiavam a intervenção do Estado no desenvolvimento econômico. Cf. FREDRIGO, Fabiana de Souza. *op. cit.* p. 33 e MUÑOZ, Heraldo. *op. cit.* p. 88.

³³⁵ KLEIN, Naomi. *A doutrina do choque: a ascensão do capitalismo de desastre*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008, p. 88. Grifos nossos. Ver também o documentário “Doutrina de Choque”, baseado no livro de Klein, lançado em 2009 com direção de Mat Whitecross e Michael Winterbottom.

³³⁶ MOVIMIENTO DE IZQUIERDA REVOLUCIONARIA. “La dictadura gorila y la táctica de los revolucionários”. Documento interno da Comissão Política, dezembro de 1973. In: VALDIVIA, Verónica; ÁLVAREZ, Rolando & PINTO, Julio. *Su revolución contra nuestra revolución: Izquierdas y derechas em el Chile de Pinochet (1973-1981)*. Santiago: LOM Ediciones, 2006, p. 154.

³³⁷ NARANJO, Pedro; AHUMADA, Mauricio; GARCÉS, Mario & PINTO, Julio. *op. cit.* p. 85.

resiste.³³⁸ Na concepção dos miristas, “si el MIR se exilia masivamente, de hecho deserta, lo que tiene valoraciones éticas negativas, sino que en el caso particular de Chile es renunciar a cumplir con tareas que hoy son posibles y necesarias”.³³⁹ Para o MIR, exilar-se significava abdicar de seu papel revolucionário, pois, em sua ótica, o exílio “atrasaba por decisión consciente la revolución en Chile, desaprovechaba condiciones favorables concretas, renunciaba a su papel histórico y abandonaba, cuando puede y debe cumplir su papel, a la clase obrera y al pueblo a su suerte”.³⁴⁰

O MIR pagou um alto preço por essa postura. Como vimos, a organização foi o alvo principal da repressão da ditadura. As estruturas centrais da organização foram desarticuladas; os Comitês Regionais e os Grupos Político-Militares foram duramente golpeados; centenas de miristas foram assassinados e/ou desapareceram; milhares de militantes foram encarcerados. Em 5 de outubro de 1974, os agentes da DINA assassinaram com 10 tiros Miguel Enríquez, o principal líder do MIR (e um dos homens mais procurados do Chile de Pinochet), depois de duas horas de conflito armado. Até meados de 1975, 90% dos membros do Comitê Central do MIR estavam presos, mortos ou “desaparecidos”. Da antiga Comissão Política, só restaram dois sobreviventes: Nelson Gutiérrez e Andrés Pascal Allende (que se tornara o Secretário-Geral do MIR após a morte de Miguel Enríquez).³⁴¹ Estes dois dirigentes acabaram optando pelo exílio, o que provocou muitas polêmicas e divergências no interior da organização. Entre 1975 e 1977, muitos outros miristas também partiriam para o exílio. Só permaneceram no Chile “literalmente un puñado de cuadros y menos de medio centenar de militantes concentrados en tareas de sobrevivencia”.³⁴²

De forma lenta e precária, ao longo da segunda metade da década de 1970, estes sobreviventes foram retomando as atividades políticas na clandestinidade, atuando nos “Comités de Resistencia”, que não eram formados exclusivamente por miristas. O Comitê Central no exílio julgou que era o momento das forças miristas retornarem do exterior para adensarem a luta contra a ditadura: nascia a *Operación Retorno*.

Desde o final de 1978, centenas de miristas começaram a retornar clandestinamente ao

³³⁸ *Idem*.

³³⁹ MOVIMIENTO DE IZQUIERDA REVOLUCIONARIA. “La dictadura gorila y la táctica de los revolucionarios”. Documento interno da Comissão Política, dezembro de 1973. In: VALDIVIA, Verónica; ÁLVAREZ, Rolando & PINTO, Julio. *op. cit.* p. 163.

³⁴⁰ *Idem*.

³⁴¹ VALDIVIA, Verónica; ÁLVAREZ, Rolando & PINTO, Julio. *op. cit.* p. 177. Edgardo Enríquez, irmão de Miguel e membro do CC do MIR, partira do Chile com autorização da direção mirista em 1974 para organizar um comitê exterior do MIR a fim de buscar recursos econômicos que permitiriam financiar as atividades clandestinas de resistência à ditadura liderada por Augusto Pinochet. Falaremos do destino de Edgardo Enríquez em nosso próximo capítulo.

³⁴² VALDIVIA, Verónica; ÁLVAREZ, Rolando & PINTO, Julio. *op. cit.* p. 179.

Chile, incluindo seu secretário-geral Andrés Pascal Allende. Nos anos seguintes, o MIR reorganizou sua estrutura, inserido numa conjuntura de rearticulação dos movimentos sociais, e executou diversas ações armadas nos primeiros anos da década de 1980, que incluíram *expropriações*, ataques a quartéis e o *justicamento* do diretor da Escola de Inteligência do Exército. A ditadura liderada por Augusto Pinochet durou até 1990³⁴³ e ao longo do complexo processo de transição à democracia no Chile, o Movimiento de Izquierda Revolucionaria enfrentou profundos “rachas”, cujas controvérsias giravam em torno do abandono das ações armadas e da inserção dos miristas nos movimentos sociais que voltavam a agitar as ruas do Chile depois de tantos anos sufocados pela repressão.³⁴⁴

2.3. “A Vencer o Morir por la Argentina”: O *Ejército Revolucionario del Pueblo*

*Por las sendas argentinas
Va marchando el ERP
(...) Por el camino del Che
(...) Por la Patria Socialista
(...) Hasta vencer o morir
Por una Argentina en armas
De cada puño un fusil.
“Marcha del ERP”, 1974.³⁴⁵*

As décadas de 1960 e 1970 foram marcadas na Argentina pela instabilidade política, pelo incremento da participação dos militares no cenário político, pelo autoritarismo, pela intensa mobilização dos movimentos sociais e pela ascensão das esquerdas radicais, marcadas pelos signos do enfrentamento e da mudança.

Em 1966, um golpe de Estado pôs fim, mais uma vez, à experiência democrática na

³⁴³ Após passar 16 anos liderando a ditadura chilena, Augusto Pinochet entregou, em março de 1990, o poder a Patricio Aylwin, presidente civil eleito. Mas isso não significou sua retirada da cena política chilena. A Constituição de 1980, aprovada durante a ditadura e sob a qual se alicerçou o complexo processo de redemocratização chileno, garantia ao general conservar o cargo de comandante-em-chefe do Exército pelos primeiros oito anos da nova democracia. Em 1998, ao deixar o cargo, Pinochet assumiu como “senador vitalício” também de acordo com uma prerrogativa que a Constituição lhe garantia. Sobre o processo de redemocratização no Chile, ver, entre muitos outros: HUNEEUS, Carlos. *op. cit.*; e SANTOS, Eric Assis. *op. cit.*

³⁴⁴ Para saber mais sobre a trajetória do MIR nos anos 1980 e 1990, cf: DONOSO, Igor Goicovic. “Terrorismo de Estado y resistencia armada en Chile. El MIR, entre la dictadura y la transición (1973-1994). In: , Gabriela & ALONSO, Luciano (orgs.). *Procesos represivos y actitudes sociales: entre la España franquista y las dictaduras del Cono Sur*. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2013; e VALDIVIA, Verónica; ÁLVAREZ, Rolando; PINTO, Julio; DANOSO, Karen & LEIVA Sebastián. *Su revolución contra nuestra revolución. Vol II: La pugna marxista-gremialista en los ochenta*. Santiago: LOMK Ediciones, 2008. Atualmente, o MIR ainda existe no Chile e reivindica ser o continuador da organização fundada em 1965. O site oficial do grupo é: <<http://www.mir-chile.cl>>. Acessado em 08/09/2015.

³⁴⁵ “Marcha del ERP”, *Estrella Roja*, nº 37, 5 de agosto de 1974, p. 10. El Topo Blindado – Centro de Documentación de las Organizaciones Politico-Militares Argentinas. Disponível em: <www.eltopoblindado.com>.

Argentina. Batizado pelos militares de “Revolução Argentina”, o golpe levou à presidência da República o general Juan Carlos Onganía, nomeado pela Junta Militar, após a derrubada do governo de Arturo Illia.³⁴⁶ O autoritarismo, a dissolução do Parlamento, a proibição dos partidos políticos, a repressão ao comunismo, a intervenção nas universidades e a censura foram algumas das características da ditadura liderada por Onganía.³⁴⁷

O governo de Onganía foi impactado e desafiado pela crescente mobilização do movimento estudantil e do movimento operário argentinos, que culminaram em 1969, no chamado *Cordobazo*, um movimento de ampla repercussão em que os operários de Córdoba (província do norte argentino), apoiados pelos estudantes, deflagraram greves, ocuparam fábricas, tomaram as ruas e enfrentaram a polícia, conquistando o apoio de diversos setores da população e abalando, de forma radical, a legitimidade do governo.³⁴⁸

Se, por um lado, o *Cordobazo* resultou de um acúmulo de lutas operárias e populares³⁴⁹, por outro lado, também marcou o início de um ciclo de mobilização e radicalização na Argentina, no qual se destacaria a crescente atuação das “organizaciones guerrilleras, a las que hasta ese momento les había cabido un rol relativamente marginal”.³⁵⁰ No contexto em que as formas tradicionais de fazer política eram cada vez mais questionadas, os grupos da esquerda armada desempenhariam papel significativo na política argentina. Chegara a hora das organizações revolucionárias abandonarem o papel de coadjuvantes e assumirem o centro do palco.

Desde o início da década de 1960, distintas organizações revolucionárias, que defendiam a luta armada, atuavam na Argentina.³⁵¹ Mas seria no ano de 1970 que

³⁴⁶ Arturo Illia, candidato da Unión Cívica Radical (UCR), foi eleito presidente da República em um pleito controlado pelas Forças Armadas, onde os votos em branco superaram os números alcançados pelo partido vencedor e no qual foi proibida a participação das forças peronistas. Vale relembrar que após o golpe que derrubou o governo de Juan Domingo Perón em 1955, buscou-se conter o fenômeno do peronismo: políticos peronistas tiveram seus direitos políticos cassados e proibiu-se qualquer referência pública a Perón e a sua mulher, Evita, que morrera em 1952. Após a queda, Perón partiu da Argentina rumo a um exílio que durou quase duas décadas. Neste período, passou por Paraguai, Nicarágua, Panamá, Venezuela e República Dominicana até fixar residência em Madri, na Espanha, de onde só regressou definitivamente à Argentina em junho de 1973, como veremos mais adiante ainda neste capítulo.

³⁴⁷ ROMERO, Luis Alberto. *Breve história contemporânea de Argentina*. México: Fondo de Cultura Económica, 1994, p. 160-166.

³⁴⁸ Episódios semelhantes ocorreram posteriormente em outras cidades argentinas, com destaque para os ocorridos em Rosário, no movimento que ficou conhecido como *Rosariazo*.

³⁴⁹ PEREYRA, Daniel. *Del Moncada a Chiapas. Historia de la lucha armada en América Latina*. Buenos Aires: RyR, 2011, p. 113.

³⁵⁰ WEISZ, Eduardo. “El PRT-ERP: Nueva Izquierda e Izquierda Tradicional”. *Cuadernos de Trabajo*, nº 30. Buenos Aires: Ediciones del Instituto Movilizador de Fondos Cooperativos, 2004, p. 1.

³⁵¹ Eram elas: o Movimiento Nacionalista Revolucionario Tacuara (MNRT); as Fuerzas Armadas de la Revolución Nacional (FARN); o Ejército Guerrillero del Pueblo (EGP); as Fuerzas Armadas Peronistas (FAP); os Descamisados; as Fuerzas Armadas Revolucionarias (FAR); Fuerzas Armadas de Liberación (FAL); e os Comandos Populares de Liberación (CPL). Foge aos limites e propósitos deste subtópico apresentar um histórico

ascenderiam ao palco principal aquelas que se tornaram as duas maiores e mais importantes organizações da esquerda armada argentina: os *Montoneros* e o *Ejército Revolucionario del Pueblo* (ERP).

Os *Montoneros* fizeram sua primeira aparição pública em maio de 1970, por ocasião da captura e do *justicamento* do general e ex-presidente da República Pedro Eugenio Aramburu, que fora uma figura de destaque na orquestração do golpe que derrubou Perón em 1955 e também responsável pelo sequestro dos restos mortais de Eva Perón.³⁵²

Contudo, o grupo fora formado anteriormente, em 1968, por Fernando Abal Medina e Carlos Gustavo Ramos. Os *montos*, como também eram conhecidos, eram inspirados por distintas vertentes, como o catolicismo radical, o nacionalismo, o socialismo e o peronismo. Visavam à derrubada da ditadura de Onganía; lutavam pelo regresso de Perón à Argentina; e defendiam uma revolução popular e nacionalista contra o imperialismo e seus agentes internos. Utilizaram a figura de Perón no exílio, apresentando-se como intérpretes de seu pensamento, incentivados pelo próprio líder, conquistando a simpatia de muitas correntes que o apoiavam. Acreditavam que a luta armada era o único caminho que os levaria à vitória. Na primeira metade da década de 1970, outras organizações guerrilheiras peronistas incorporaram-se às suas fileiras: em 1972, os *Descamisados* ingressaram na organização; no ano seguinte, se concretizou a fusão com as *Fuerzas Armadas Revolucionarias*; e, por fim, em 1974 foi a vez das *Fuerzas Armadas Peronistas* juntarem-se aos *Montoneros*, que se tornaram uma grande e ativa organização guerrilheira na Argentina.³⁵³

Apesar do papel de destaque exercido pelos *Montoneros* no cenário político argentino, nosso interesse reside em resgatar a trajetória de outra organização guerrilheira argentina: o

detalhado destas organizações. Para um panorama da atuação destes grupos da esquerda armada argentina, cf: SEOANE, Maria. Todo o nada, la historia secreta y pública de Mario Roberto Santucho, el jefe guerrillero de los años setenta. Buenos Aires: Planeta, 2003, p. 335-339.

³⁵² María Eva Duarte de Perón, a Evita, faleceu em 26 de julho de 1952, aos 33 anos de idade, vítima de um câncer no útero. A morte prematura da então primeira-dama da Argentina provocou uma intensa comoção popular. Seu corpo, embalsamado, ficou exposto à população até agosto daquele ano, quando foi levado para a Confederación General del Trabajo de la República Argentina (CGT). Em 22 de novembro de 1955, meses após o golpe que derrubara Perón da presidência e em um contexto marcado pela proscricção do peronismo, o corpo de Evita foi sequestrado e movido para diversos esconderijos na Argentina. Em abril de 1957, o corpo foi trasladado secretamente para a Itália, onde Evita foi enterrada com um nome falso na região de Milão. Em 1971, por ordens do governo argentino, o corpo foi desenterrado e enviado pra a Espanha, onde Perón vivia exilado com sua nova esposa, Isabelita Perón. O corpo de Evita, no entanto, não estava intacto: apresentava um afundamento no nariz e faltava um dedo em uma das mãos. Somente em novembro de 1974, após a morte de Perón e de Isabelita assumir a presidência da República (como veremos mais adiante), os restos mortais de Evita foram trasladados para a Argentina, quase duas décadas depois de seu corpo ser sequestrado. Atualmente, encontra-se junto aos túmulos da família Duarte (sobrenome de solteira de Evita), no famoso cemitério da Recoleta, em Buenos Aires.

³⁵³ Para saber mais sobre a trajetória dos *Montoneros*, ver, entre muitos outros, o clássico trabalho: GILLESPIE, Richard. *Soldados de Perón. Los Montoneros*. Buenos Aires: Grijalbo, 1998.

Ejército Revolucionario del Pueblo, criado em 1970, não só por seu protagonismo no seio da esquerda armada argentina, mas também, e sobretudo, por ter sido a organização que levantou a bandeira do internacionalismo na Argentina e que, como veremos no próximo capítulo, se uniu a outras organizações guerrilheiras sul-americanas e integrou uma organização revolucionária internacionalista.

As origens do Ejército Revolucionario del Pueblo remontam à formação, em 1963, da *Frente Único FRIP-PO*, composta pela *Frente Revolucionario Indoamericanista Popular* (FRIP) e pela *Palabra Obrera* (PO).

A FRIP foi fundada em julho de 1961 em Santiago del Estero, província localizada no noroeste argentino, por cerca de trinta militantes, liderados pelos irmãos Asdrúbal e Mario Roberto Santucho. Politicamente heterogênea, era integrada por estudantes, intelectuais e, sobretudo, trabalhadores do noroeste argentino (em especial da província de Tucumán). Segundo a historiadora Vera Carnovale, os primeiros documentos elaborados pela FRIP alinhavam-se menos ao universo marxista e mais a uma tradição revolucionária, indoamericanista e antiimperialista.³⁵⁴ Contudo, desde 1963, a FRIP, ao mesmo tempo em que radicalizava seu discurso político aproximando-se do marxismo, começou a estreitar vínculos com a organização trotskista Palabra Obrera.³⁵⁵ A PO era uma organização de matriz trotskista fundada em 1959 por Nahuel Moreno e Ángel Bengochea.³⁵⁶ A partir de 1962, a organização, em especial sua corrente morenista, se alinhará à defesa da Revolução Cubana e da guerrilha latino-americana. Alguns militantes da PO foram enviados para Tucumán, onde estreitaram relações com os quadros da FRIP. Esse processo de aproximação não esteve isento de conflitos e divergências no interior de ambas as organizações, que, no entanto, superaram estes entraves e anunciaram, em julho de 1964, a formação da *Frente Único FRIP-PO*. Para Vera Carnovale, a unificação da FRIP e da PO foi marcada pelo compartilhamento de um universo comum de postulados, a saber:

el carácter simultáneamente antiimperialista y socialista de la revolución, el

³⁵⁴ Para a autora, os postulados que norteavam a ação desta organização eram: “la particularidad de la experiencia americana, el lugar central que en ella ocupaban las masas campesinas e indígenas, el reclamo de atención a una autenticidad americana que rechazaba la pertinencia de análisis, formulaciones programáticas y políticas basados en modelos abstraídos de la experiencia europea”. CARNOVALE, Vera. *Los combatientes: historia del PRT-ERP*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2011, p. 37.

³⁵⁵ Essa guinada foi influenciada pela longa viagem que Mario Roberto Santucho fez pela América Latina em 1961 e, em especial, sua estadia em Cuba, onde pode vivenciar a experiência da Revolução Cubana, sobretudo após a declaração do caráter socialista da revolução. SEOANE, Maria. *op. cit.*, p. 59.

³⁵⁶ O militante trotskista Ángel Amado Bengochea foi um dos precursores da luta armada na Argentina. Sobre sua trajetória, cf: TARCUS, Horacio (org). *Diccionario biográfico de la izquierda argentina*. Buenos Aires: Emecé Editores, 2007, p. 58-60.

descrédito por el papel que en esa revolución podía jugar la burguesía nacional, y la necesidad de la construcción de una organización única y centralizada que condujera al proletariado revolucionario.³⁵⁷

Nessa perspectiva, as duas organizações avançaram em um processo de fusão que se concretizou em 25 de maio de 1965, quando fundam o *Partido Revolucionário de los Trabajadores* (PRT). No ano seguinte, o golpe de Estado encabeçado por Onganía, o acirramento da crise econômica e social em Tucumán, as mobilizações e a repressão que se seguiram àqueles, segundo Vera Carnovale, “precipitaran en la organización la convicción de la necesidad de comenzar la lucha armada”.³⁵⁸

No entanto, logo afloraram concepções políticas irreconciliáveis no seio do PRT, que provocariam distintas cisões internas, cujo cerne referia-se à deflagração imediata da luta armada na Argentina, proposta defendida por Mario Roberto Santucho e rejeitada pelo grupo ligado a Nahuel Moreno. O terceiro congresso do PRT, realizado no final de junho de 1967, seria marcado pela cristalização dessas polarizações políticas. Em 1968, às vésperas do IV Congresso do PRT, a disputa culminou no rompimento da corrente liderada por Moreno, que adotou o nome “PRT-La Verdad”, em referência ao periódico *La Verdad*, editado pelo PRT desde 1965.³⁵⁹ Por outro lado, as fileiras alinhadas às posições de Santucho assumiram o nome “PRT-El Combatiente”.³⁶⁰ Seu órgão oficial de divulgação passou a ser o periódico *El Combatiente*.

O IV Congresso foi realizado pela corrente ligada a Santucho, que assumiu a direção geral do PRT, na qual permaneceu até sua morte em 1976. Este congresso aprovou o documento oficial “El único camino hasta el poder obrero y el socialismo”, que criticava fortemente as correntes morenistas que formaram o PRT-La Verdad e sua perspectiva insurrecional.³⁶¹ Em contrapartida, o documento apresentava uma reorientação político-ideológica e defendia alguns dos principais postulados que condicionariam a atuação do

³⁵⁷ CARNOVALE, Vera. *op. cit.*, p. 56.

³⁵⁸ CARNOVALE, Vera. *op. cit.*, p. 63.

³⁵⁹ Nahuel Moreno, pseudônimo de Hugo Miguel Bressano Capacete, foi um dos máximos dirigentes do trotskismo argentino e latino-americano. Sobre sua trajetória, cf: TARCUS, Horacio. *op. cit.*, p. 439-442. Sobre o PRT-La Verdad, cf: CASTILLO, Christian. “El PRT-La Verdad: una mirada a partir de los archivos de la DIPBA”. *V Jornadas de Sociología de la UNLP*. Universidad Nacional de La Plata, Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación, Departamento de Sociología, La Plata, 2008. Disponível em: <<http://www.aacademica.com/000-096/141.pdf>>. Acessado em: 14/07/2015.

³⁶⁰ Como a fração do PRT-La Verdad, capitaneada por Nahuel Moreno, teve vida curta e fundiu-se com outras organizações, o PRT-El Combatiente será denominado ao longo deste trabalho apenas como PRT, como de fato ficou conhecido.

³⁶¹ Segundo Vera Carnovale, após a vitória da Revolução Russa o modelo insurrecional de tomada do poder por parte do proletariado industrial foi o mais difundido no mundo das esquerdas. Este modelo “combinaba la sublevación de masas con la acción organizadora y orientadora del partido de cuadros. El acontecimiento que daba forma al inicio de la sublevación era la huelga general revolucionaria”. CARNOVALE, Vera. *op. cit.*, p. 70.

partido nos anos seguintes, em especial no que tange à luta armada e à criação de um exército revolucionário:

- a) que no hay otro camino para la toma del poder que la lucha armada,
- b) que la lucha armada no se inicia como corolario de una insurrección popular triunfante, sino que puede comenzar como reacción defensiva de las masas y de su vanguardia, en circunstancias del más pronunciado retroceso,
- c) que la construcción del ejército revolucionario, sin el cual es hoy en día imposible la toma del poder, es una tarea a realizar en el campo, en zonas sociales y geográficas favorables, yendo de lo pequeño a lo grande, de lo débil a lo fuerte.³⁶²

O mesmo documento defendia a adesão ao castrismo-guevarismo, especialmente à sua concepção da estratégia continental da luta revolucionária e à tática da guerrilha.³⁶³ Para a corrente liderada por Santucho, o início imediato da luta armada e a construção de um exército revolucionário eram o único caminho para a revolução na Argentina.

A saída do grupo de Moreno, no entanto, não pôs fim aos conflitos internos. Nesse sentido, ao longo de 1969, se delinearam três tendências dentro do PRT: a *Tendencia Comunista*; a *Tendencia Proletaria* e a *Tendencia Leninista*, esta última liderada por Mario Roberto Santucho. As duas primeiras tendências criticavam o que avaliavam como um crescente militarismo dentro do partido. Em julho de 1970, por ocasião dos preparativos para o V Congresso, as *Tendencia Comunista* e *Tendencia Proletaria* se separaram do PRT, que perdeu um número significativo de seus militantes. No congresso realizado exclusivamente pelas correntes que se alinhavam ao pensamento de Santucho, o tema da luta armada – que tinha sido o responsável pelos “rachas” dentro da organização – tornou-se uma preocupação central. Seguindo os princípios explicitados no documento elaborado por ocasião do congresso anterior, uma das principais resoluções do V Congresso do PRT foi a fundação do *Ejército Revolucionario del Pueblo* (ERP):

El IV Congreso del Partido Revolucionario de los Trabajadores (PRT) resuelve:

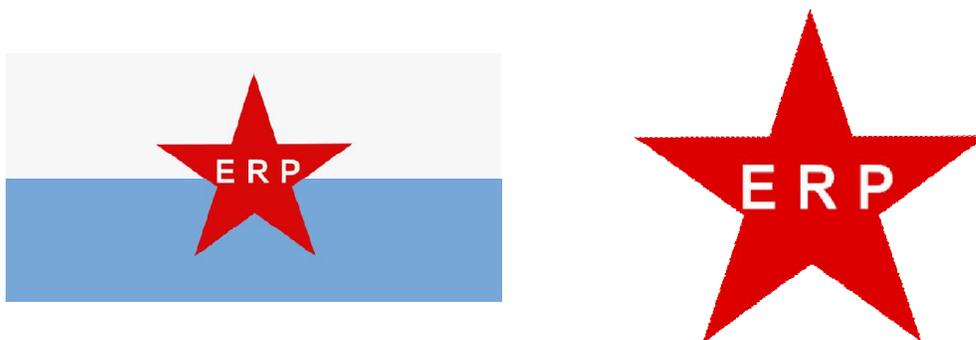
- 1) Fundar el Ejército Revolucionario del Pueblo y dotarlo de una bandera.
- 2) Considerar al ERP y sus distintos destacamentos armados como los instrumentos militares del Partido para su política en la presente etapa de la lucha de clases y el embrión del futuro Ejército revolucionario obrero y popular.
- 3) Construir un Ejército Revolucionario del Pueblo incorporando a él a

³⁶² PARTIDO REVOLUCIONARIO DE LOS TRABAJADORES. “El único camino hasta el poder obrero y el socialismo”. Documento del IV Congreso, 25 y 26 de febrero de 1968. In: SANTIS, Daniel de. *A vencer o morir – Historia del PRT-ERP (Documentos)*. Volume 1. Buenos Aires: Nuestra America, 2004, p. 200.

³⁶³ *Ibidem*, p. 224.

todos aquellos elementos dispuestos a combatir contra la dictadura militar y el imperialismo (que acepten el programa del Ejército) y utilizando en la estricta selección necesaria criterios de seguridad, decisión, coraje, moral y odio de clase a la dictadura.

4) El reclutamiento para las unidades del ERP será controlado por la célula del Partido, los responsables del Partido, los responsables militares y los Comisarios Políticos correspondientes, los que cuidarán no se altere negativamente la moral, la disciplina y la composición social de las unidades, ni se debilite el papel dirigente del Partido.³⁶⁴



Bandeira e emblema do Ejército Revolucionario del Pueblo: *la estrella roja*

Fonte: <https://es.wikipedia.org>

Estabeleceu-se, desde então, uma separação conceitual e organizativa entre o partido e o exército. O documento aprovado no V Congresso do PRT, que deu origem à formação do ERP, esclarece:

Para el marxismo, Ejército y Partido son dos organizaciones diferentes, con tareas distintas y complementarias. El Ejército es el brazo armado, la fuerza militar de la clase obrera y el pueblo, del que se sirve el pueblo revolucionario en la lucha armada contra el ejército burgués. El Partido, en cambio, es una organización exclusivamente proletaria, cualitativamente superior que se constituye en la dirección política revolucionaria de todo el pueblo, en todos los terrenos de lucha, tanto en el terreno militar como en el económico, político, etcétera.³⁶⁵

Uma reportagem sobre a criação do ERP, publicada em 1971 na revista *Cristianismo y Revolución*, esclarecia ainda mais as distinções entre o partido e o exército:

El ERP no es el brazo armado del PRT. Es una organización de masas para la guerra civil. Sus filas están constituidas por todos los militantes del Partido más aquellos combatientes de diferentes capas sociales y disímil extracción política que aceptan pelear por el programa del ERP; este programa es

³⁶⁴ PARTIDO REVOLUCIONARIO DE LOS DE LOS TRABAJADORES. *Resoluciones del V Congreso*. Delta do Paraná, 29 e 30 de julho de 1970. In: SANTIS, Daniel de. *op. cit.* 2004, p. 114.

³⁶⁵ PARTIDO REVOLUCIONARIO DE LOS DE LOS TRABAJADORES. *Resoluciones del V Congreso*. Delta do Paraná, 29 e 30 de julho de 1970. In: SANTIS, Daniel de. *op. cit.* 2004, p. 115-116.

antimperialista, anticapitalista y democrático mientras que el programa del PRT es clara y definidamente socialista. Para resumir podemos decir que el ERP tiene un programa “mínimo” mientras que el PRT levanta un programa “máximo”. El PRT es la dirección político-militar del ERP, pero no reduce su función a ser estado mayor “elistista” sino que se plantea operar y crecer como un instrumento político en el seno de las masas.³⁶⁶

Julio Santucho, irmão de Mario Roberto, e também ex-militante do PRT-ERP corroborou essa concepção, quando nos assegurou:

El ERP es el brazo armado del pueblo; no es el brazo armado del partido, es el brazo armado del pueblo. O sea, Ejército Revolucionario del Pueblo. (...) no hacía falta ser militante del partido para ser militante guerrillero, como combatiente del ERP. Y de hecho había peronistas, gente que no tenía una formación política, pero todos los militantes del PRT eran miembros de ERP. Desde el momento que vos estabas en el partido compartías la visión de que era necesario construir una herramienta militar. Por supuesto que había especialización. La mayoría de los militantes del partido trabajaban y hacían otras actividades aunque sabía usar las armas y estaban preparados, y si era necesario podían ir a combatir, pero, hacían otras actividades, sindicales, propaganda.³⁶⁷

No entanto, também em entrevista concedida à autora, Luis Mattini, que substituiu Mario Roberto Santucho na direção do PRT após sua morte, afirma que *na prática*, a despeito das distinções teóricas, o ERP funcionava como um braço armado do partido:

(...) nosotros planteábamos que en realidad era el brazo armado del pueblo, no del partido. Te digo en términos teóricos, nosotros lo discutíamos a eso, era el brazo del pueblo, por eso era ejército revolucionario del pueblo, pero en los hechos era el brazo armado del partido, eso era así. (...) porque necesariamente, estatutariamente, el secretario general del partido era el comandante del ERP (...) de alguna manera entonces todos los militantes del PRT eran miembros del ERP. Pero no todos los miembros del ERP eran militantes del PRT.³⁶⁸

A primeira ação do Ejército Revolucionario del Pueblo ocorreu em 18 de setembro de 1970 e consistiu na expropriação da *Comisaría* nº 24 da cidade de Rosário. A partir de então, o ERP iniciou uma campanha de operações militares de grande envergadura, que envolveram

³⁶⁶ “Reportaje al ERP”, *Cristianismo y Revolución*, Año IV, nº 27, Buenos Aires, janeiro-fevereiro de 1971, p. 15. Disponível em: < <http://www.ruinasdigitales.com/revistas/CyR27.pdf> >. Acessado em: 14/07/2015.

³⁶⁷ SANTUCHO, Julio. Entrevista concedida à autora. Buenos Aires, 11 de abril de 2014.

³⁶⁸ MATTINI, Luis. Entrevista concedida a autora. Buenos Aires, 13 de abril de 2014. As definições teóricas que distinguem o partido do exército parecem ter, de fato, enfrentado dificuldades para se concretizar na prática. Em abril de 1971, uma resolução do Comitê Executivo admitiu que “la definición justa del Partido y el Ejército como organismos diferentes y de la relación entre ambos no se resolvió correctamente en las resoluciones del Congreso”. “Resoluciones el Comité Ejecutivo de Abril de 1971”. In: WEISZ, Eduardo. *op. cit.* 2004, p. 14-15.

capturas de diplomatas e empresários estrangeiros e expropriações de armas e dinheiro. A organização criou comandos, esquadrões e pelotões, que realizaram um número significativo de ações armadas. Segundo dados do próprio PRT-ERP, reproduzidos por Pablo Pozzi, até 1973 foram realizadas 304 ações: “Del total distinguían que 13% habían sido de logística y aprovisionamiento, 30% lo constituían ataques a las fuerzas armadas y la policía, 55% habían sido acciones de masas (tomas de fábrica, represión a patronos, repartos, etc.), 1% liberación de prisioneros”.³⁶⁹ Ainda que os números possam ser imprecisos, é inegável que, com militantes distribuídos em células por diversas cidades argentinas, o ERP alcançou o patamar de uma das mais importantes e ativas organizações revolucionárias atuantes na Argentina ao longo da década de 1970. Uma das características das ações do ERP era sua ousadia, como destacou Oscar Anzorena: “(...) más que un importante despliegue técnico o un gran poder de fuego la característica dominante del accionar del ERP es la gran audacia y osadía por parte de sus integrantes, lo que les vale, a su vez, ser el grupo con mayor cantidad de bajas, tanto en muertes como em detenciones”.³⁷⁰

A onda de protestos que se seguiu ao Cordobazo e a atuação dos grupos guerrilheiros somados ao contexto de inflação desenfreada, fuga de divisas, queda do salário real e desemprego desestabilizaram o governo e desencadearam disputas no interior das próprias Forças Armadas.³⁷¹ Em junho de 1970, a Junta Militar destituiu o general Onganía da presidência da República, substituindo-o pelo general Marcelo Levingston e, posteriormente, em março de 1971, pelo general Alejandro Lanusse. Em julho de 1971 o general-presidente Lanusse propôs o *Gran Acuerdo Nacional* (GAN), que consistia em uma ampla negociação com os principais partidos políticos para restabelecer, de forma tutelada, as regras do jogo eleitoral na Argentina. Ao *Partido Justicialista*³⁷² foi concedida autorização para participar do pleito eleitoral, previsto para 1973, com a condição que Perón, ainda no exílio, não fosse o candidato.

Para o PRT-ERP, a possibilidade de retorno das eleições presidenciais – ou da “farsa eleitoral”, como classificava – era uma forma de conter o avanço das organizações

³⁶⁹ POZZI, Pablo. *Por las sendas argentinas. El PRT-ERP. La guerrilla marxista*. Buenos Aires: Eudeba, 2001, p. 249.

³⁷⁰ ANZORENA, Oscar. *Tiempo de violencia y utopia: Del golpe de Onganía (1966) al golpe de Videla (1976)*. Buenos Aires: Ediciones del Pensamiento Nacional, 1998, p. 121.

³⁷¹ ROMERO, Luis Alberto. *op. cit.* p. 178.

³⁷² O Partido Justicialista era, na realidade, uma continuação do antigo Partido Peronista, fundado em 1947 por Juan Domingo Perón. A mudança ocorreu porque a lei nº 19.102 de 1971 proibiu o uso de nomes pessoais ou derivados destes na denominação dos partidos políticos.

revolucionárias.³⁷³ A organização avaliava que a conjuntura nacional era cada vez mais favorável às forças revolucionárias e avistava a “estrella roja del socialismo en el horizonte de la política nacional”.³⁷⁴ Nessa perspectiva, decidiu intensificar as ações armadas a fim de alertar a população para não se “iludir” com o GAN e o possível retorno das eleições.³⁷⁵

Neste momento, concomitante à decisão de intensificar as ações guerrilheiras através do ERP, o PRT decidiu organizar Comitês de Base a fim de intensificar a propaganda revolucionária e defender o boicote às eleições.³⁷⁶ A postura crítica à participação nas eleições convocadas para 1973 e ao projeto político de Perón não só acirrou as divergências do PRT-ERP com as organizações guerrilheiras peronistas, mas também foi um dos fatores que contribuíram para dois grandes “rachas” que a organização sofreu entre 1972-1973, que deram origem a duas novas organizações: o *ERP 22 de agosto* e o *PRT Fracción Roja*.³⁷⁷

Para as eleições de 1973, Perón articulou a formação da *Frente Justicialista de Liberación Nacional* (FREJULI), formada pelo Partido Justicialista e por diversos outros

³⁷³ PARTIDO REVOLUCIONARIO DE LOS TRABAJADORES. “Una definición contrarrevolucionaria”, *El Combatiente*, nº 67, 28 de fevereiro de 1972, p. 2. Hemeroteca do Centro de Documentación e Investigación de la Cultura de Izquierdas en Argentina (CEDINCI).

³⁷⁴ *Ibidem*, p. 7.

³⁷⁵ Em sua concepção: “(...) el condicionamiento del GAN y la ausencia total de una opción genuinamente popular exige la *continuidad del accionar armado*. Este accionar debe ser intensificado en el próximo período (...) poniendo especial acento en las acciones de envergadura (...). Las operaciones de envergadura servirán para *demostrar al pueblo la fuerza y la decisión de la guerrilla de colocar en forma destacada ante los ojos de las masas, en momentos previos a la farsa electoral, la verdadera salida, la salida de la guerra revolucionaria, para recordar a las masas que su lucha trasciende por completo el episodio electoral*. PARTIDO REVOLUCIONARIO DE LOS TRABAJADORES. “Resoluciones del Comité Central de diciembre de 1972”. In: CARNOVALE, Vera. *op. cit.*, p. 109. Grifos nossos.

³⁷⁶ Alguns membros do Comitê Central chegaram a aventar a possibilidade de o partido lançar um candidato na disputa eleitoral. A criação dos comitês de base e a perspectiva de participação eleitoral geraram intensos debates no interior da organização. Para alguns, que encaravam com profunda desconfiança o que chamavam de “aliança burguesa”, essa alternativa significava o abandono da luta armada, que era a verdadeira opção revolucionária. Outros militantes, por outro lado, sustentavam que o partido deveria intervir nas eleições defendendo o boicote, aproveitando o momento para intensificar a propaganda revolucionária, o que não excluiria as ações armadas. Para alguns militantes, não havia contradição em participar das eleições, embora elas fossem classificadas como uma “farsa”. CARNOVALE, Vera. *op. cit.*, p. 104-108.

³⁷⁷ Surgido em 1972, o *ERP 22 de agosto* discordava, sobretudo, da posição do PRT-ERP em relação ao peronismo. Defendia o apoio ao candidato de Perón nas eleições presidenciais de 1973 (Héctor Cámpora, de quem falaremos mais adiante). Não questionava a continuidade das ações armadas, mas acreditava que a organização deveria adotar uma postura mais conciliadora, a fim de evitar o isolamento político. Embora tenha realizado algumas ações armadas de grande repercussão, teve vida efêmera. Com a saída de alguns militantes que se juntaram aos Montoneros e com o avanço da repressão, a organização acabou dissolvendo-se em meados da década de 1970. Já a *Fracción Roja*, surgiu no início de 1973, a partir de um grupo de militantes trotskistas enviados pela IV Internacional para a Argentina para vivenciar uma experiência conjunta com o PRT-ERP (que, como veremos mais adiante, romperá com a IV Internacional). A *Fracción* discordava de diversas concepções teóricas do PRT, além de criticar, entre outros fatores, que as ações armadas, em sua concepção, cresceram de forma autônoma e, às vezes, descoladas do trabalho com as “massas”. Em 1974, a organização adotou o nome de Liga Comunista Revolucionaria; em 1975, se dissolveu, quando a maioria de seus militantes ingressou no *Grupo Obrero Revolucionario* (GOR). Para saber mais sobre o ERP 22 de agosto e a *Fracción Roja*, cf. SANTUCHO, Julio. *Los últimos guevaristas: La guerrilla marxista en Argentina*. Buenos Aires: Javier Vergara Editor, 2011, p. 150-159 e POZZI, Pablo. *Por las sendas argentinas... El PRT-ERP. La guerrilla marxista*. Buenos Aires: Eudeba, 2001, p. 106-111.

partidos menores, que apoiavam a chapa composta por Héctor Cámpora e Vicente Solano Lima para a presidência e vice-presidência, respectivamente. A fidelidade de Cámpora à Perón, uma figura cada vez mais popular, impulsionava o lema “Cámpora no governo, Perón no poder”. Nas eleições realizadas em 11 de março daquele ano, Héctor Cámpora foi eleito com 49,59% dos votos.³⁷⁸

Depois de 18 anos de proscricção, a Argentina voltava a ter um governo peronista, eleito em meio à expressiva euforia popular. Com o fim da ditadura iniciada em 1966, um dilema surgia para as organizações guerrilheiras que orbitavam fora do âmbito peronista: como atuar frente ao novo cenário democrático? O presidente Cámpora, empossado em 25 de maio de 1973, solicitou uma trégua aos grupos guerrilheiros. A resposta oficial do Ejército Revolucionario del Pueblo foi divulgada no folheto “Porque el ERP no dejará de combatir”, no qual anunciavam sua posição:

El gobierno que el Dr. Cámpora presidirá representa la voluntad popular. Respetuosos de esa voluntad, nuestra organización no atacará al nuevo gobierno mientras éste no ataque al pueblo ni a la guerrilla. Nuestra organización seguirá combatiendo militarmente a las empresas y a las fuerzas armadas contrarrevolucionarias. Pero no dirigirá sus ataques contra las instituciones gubernamentales ni contra ningún miembro del gobierno del Presidente Cámpora. En cuanto a la policía, que supuestamente depende del Poder Ejecutivo, aunque estos últimos años ha actuado como activo auxiliar del ejército opresor, el ERP suspenderá los ataques contra ella a partir del 25 de mayo y no la atacará mientras ella permanezca neutral, mientras no colabore con el ejército en la persecución de la guerrilla y en la represión a las manifestaciones populares. Tal es la posición de nuestra organización, que ahora anunciamos públicamente y que difiere de las expectativas del presidente electo.³⁷⁹

Nas resoluções do Comitê Executivo, de abril de 1973, o PRT afirmava sua posição contrária ao governo de Cámpora, na medida em que ele não estaria comprometido com a revolução. Assim sendo, decidiram:

Mantener la total independencia ante el gobierno parlamentario. Desenmascarar todos los esfuerzos por aislar a las corrientes progresistas y revolucionarias. Recordar y explicar el carácter capitalista del gobierno y la imposibilidad de llegar, sin salirse del capitalismo, a verdaderas soluciones a

³⁷⁸ O segundo colocado, Ricardo Balbín, candidato pela Unión Cívica Radical, obteve 21,30% dos votos. Outros sete candidatos participaram destas eleições. Para a lista das candidaturas e o percentual de votos, cf: ANZORENA, Oscar. *op. cit.* p. 209-210.

³⁷⁹ EJÉRCITO REVOLUCIONARIO DEL PUEBLO. “Porque el ERP no dejará de combatir”, 13 de abril de 1973. *Estrella Roja*, nº 20, 14 de maio de 1973. El Topo Blindado – Centro de Documentación de las Organizaciones Politico-Militares Argentinas. Disponível em: <www.eltopoblindado.com>. Acessado em: 10/10/2015.

los problemas de nuestra Patria y de nuestro Pueblo. Explicar pacientemente a las masas, que creen engañosamente en la posibilidad de una solución peronista (...) que ella es imposible, como señala la experiencia y que no hay otra salida para nuestro país que una revolución verdadera, profunda, socialista, que acabe con el capitalismo en Argentina, liquide el Ejército opresor y elimine la explotación del hombre por el hombre.³⁸⁰

A partir do governo Cámpora, o PRT-ERP usufruiu um breve período de legalidade que se estenderia entre maio e agosto de 1973. Durante este interregno, a organização incrementou a atuação de sua imprensa, desenvolvendo uma intensa atividade de agitação e propaganda. O jornal *El Combatiente*, órgão de difusão do PRT criado em 1968, era distribuído na clandestinidade (e em vias públicas, durante o período de legalidade) e difundia “a necessidade do Partido e do Exército Revolucionário, remetendo-os ao papel de vanguarda na luta política, canalizando o potencial revolucionário e propagando as ideias socialistas para impulsionar as massas”.³⁸¹ Já o *Estrella Roja*, publicado entre 1970 e 1977, era o órgão de divulgação do ERP “para propagandear a Revolução e vincular a guerrilha ao povo”.³⁸² Com exceção do breve período de legalidade em 1973, durante a presidência de Hector Cámpora, o jornal era distribuído clandestinamente na porta das fábricas e nas ruas. Além de descrever as operações militares bem sucedidas do ERP, *Estrella Roja* incentivava a população a aderir à luta armada, valorizava a figura do guerrilheiro latino-americano e defendia a necessidade de um exército revolucionário no combate às classes dominantes, à repressão das Forças Armadas e ao imperialismo dos Estados Unidos.

Ainda que atuação do PRT-ERP tenha sido, ao longo de sua trajetória, pautada pela clandestinidade, a organização também participou da formação de distintas frentes, a partir de alianças e acordos com diferentes organizações políticas, a fim de canalizar a mobilização popular e também ampliar sua inserção no cenário político nacional.³⁸³

³⁸⁰ PARTIDO REVOLUCIONARIO DE LOS TRABAJADORES. “Resolución sobre actitud frente al gobierno”, abril de 1973. In: MATTINI, Luis. *Hombres y mujeres del PRT-ERP: De Tucumán a La Tablada*. La Plata: De La Campana, 2007, p. 154.

³⁸¹ ROCHA, Marina Maria de Lira. “O Homem, o Papel e a Estrela: De como o Exército Revolucionário do Povo escreveu aos argentinos”. *Revista Dia-logos*. Rio de Janeiro: Ed.UERJ, nº 4, outubro de 2010, p. 74. O PRT ainda editou a revista *Nuevo Hombre*, entre 1971 e 1975, dirigida por Silvio Frondizi, Manuel Gaggero e Rodolfo Mattarollo; e o diário *El Mundo (segunda época)*, que circulou entre 1973 e 1974.

³⁸² *Ibidem*, p. 77.

³⁸³ CARNOVALE, Vera. *op. cit.* p. 13. Entre essas frentes, podemos citar: a *Frente Antiimperialista por el Socialismo* (FAS); o *Movimiento Sindical de Base* (MSB); e a *Frente Antiimperialista de Trabajadores de la Cultura* (FATRAC). Sobre as principais frentes políticas do PRT-ERP, cf. SEOANE, Maria. *op. cit.* p. 353-355. Um dos integrantes da FATRAC era o cineasta Raymundo Gleyzer, que se vinculou ao PRT-ERP e foi um dos fundadores do *Cine de la Base*, que se destacaria pela produção clandestina de um *cinema militante*, que colocava a arte a serviço da revolução. Sobre o cinema militante, cf. ARAUJO, Maria Paula. “Intelectuais, artistas e revolucionários: o cinema militante no Brasil e na Argentina nos anos 1960 e 70”. In: SILVA, Francisco Carlos Teixeira da & CHAVES, Daniel (orgs.). *Argentina Hoje*. Rio de Janeiro: Multifoco, 2012.

Contudo, como afirmou Pablo Pozzi, “de toda la actividad desplegada por el PRT-ERP através de su corta historia, la más conocida es la cuestión armada”.³⁸⁴ Em especial, a partir de 1973 e 1974, a organização vivenciou um período de crescente militarização. Neste período, realizou uma grande quantidade de ações armadas com distintos graus de envergadura, natureza e resultados:

Desarmes a policías, ataques a comisarias y puestos camineros, expropiaciones (de vehículos, dinero y alimentos), repartos de bienes de primera necesidad en barrios pobres, ajusticiamientos de represores y empresarios, secuestros extorsivos y atentados con explosivos, entre otras. Menos numerosos, aunque de mayor repercusión, fueron los ataques a cuarteles y guarniciones militares (se registró un total de siete entre febrero de 1973 y diciembre de 1975).³⁸⁵

Estas ações armadas revelavam distintas finalidades, como o provimento de medicamentos, armas e dinheiro para sustentar a infra-estrutura clandestina da organização e de seus militantes, a propaganda revolucionária e também a demonstração de força e ousadia dos revolucionários e a debilidade das forças inimigas. No que tange aos ataques a quartéis militares, Pablo Pozzi destaca que esse foi um grande diferencial do ERP em relação a outros grupos guerrilheiros latino-americanos.³⁸⁶

Por outro lado, na *Casa Rosada*, sede do Poder Executivo argentino, Héctor Cámpora ficaria menos de dois meses na presidência da República. Seu curto governo foi marcado pela anistia concedida aos presos políticos; pela retomada das relações diplomáticas com Cuba (interrompidas pelo governo militar que o antecedeu); pela participação da juventude peronista (de esquerda) em seus principais gabinetes, mas também pela entrada da direita peronista em cargos estratégicos do governo, como José López Rega no Ministério do Bem-Estar Social; e pelo fim da proscrição à Perón, que, finalmente, regressou definitivamente à Argentina em junho de 1973 após quase duas décadas no exílio.³⁸⁷

Em 13 de julho de 1973, o presidente da República, Héctor Cámpora, e seu vice,

³⁸⁴ POZZI, Pablo. *op. cit.* p. 243.

³⁸⁵ CARNOVALE, Vera. *op. cit.* p. 14-15.

³⁸⁶ Segundo Pozzi, somente na década de 1980 guerrilheiros da Nicarágua, El Salvador, Colômbia e Peru realizaram ataques desta envergadura. POZZI, Pablo. *op. cit.* p. 244.

³⁸⁷ Uma multidão marchou para o Aeroporto de Ezeiza para receber Perón, com faixas e bandeiras das várias vertentes do movimento peronista. Contudo, membros da direita peronista atiraram contra a multidão, matando 13 pessoas e ferindo outras 365, no episódio que ficou conhecido como “Massacre de Ezeiza”. No dia seguinte, Perón proferiu um contundente discurso, no qual omitiu qualquer referência aos acontecimentos do dia anterior e, deixando de lado a ambiguidade que caracterizava sua política nos últimos anos, estabeleceu um corte com a esquerda armada e os setores juvenis peronistas. Cf. SVAMPA, Maristella. “El populismo imposible y sus actores, 1973-1976”. In: JAMES, Daniel (org). *Violencia, proscripción y autoritarismo (1955-1976)*. Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 2007. Colección Nueva Historia Argentina, Tomo 9.

Solano Lima, renunciaram aos seus cargos. Após uma manobra política para afastar do país Alejandro Díaz Bialet, presidente do Senado e natural sucessor à presidência da República³⁸⁸, esta foi ocupada, até a realização de novas eleições, por Raúl Lastiri, presidente da Câmara dos Deputados, terceiro na linha de sucessão constitucional e genro de López Rega.³⁸⁹ Nas eleições realizadas em setembro daquele ano, a chapa Perón-Perón (que o velho líder dividiu com sua esposa, María Estela Martínez de Perón³⁹⁰), do Partido Justicialista, foi vitoriosa com 62% dos votos.³⁹¹ Menos de um ano depois, Juan Domingo Perón faleceu, vítima de uma parada cardíaca em 01 de julho de 1974. Sua morte causou uma onda de comoção em todo o país.

Em 05 de julho, María Estela, mais conhecida como *Isabelita*³⁹², assumiu a presidência, tornando-se a primeira mulher na América Latina a exercer constitucionalmente o mandato supremo de um país. Uma de suas primeiras decisões foi manter como secretário privado da presidência José López Rega, que passaria a ter amplos poderes dentro do governo, influenciando significativamente a escolha dos ministros, a distribuições de cargos e as decisões da presidente.

O governo de “Isabelita” Perón aprofundaria um processo já iniciado por seu marido, caracterizado pela ascensão ao poder da direita peronista e pelo autoritarismo. Como destacou a historiadora Marina Franco, enquanto o “primeiro presidente eleito em 1973, Héctor Cámpora, revogou quase toda a legislação repressiva da ditadura anterior”, poucos meses mais tarde, os governos de Perón e de “Isabelita” “foram restabelecendo quase toda a legislação revogada e introduzindo outras normas similares”.³⁹³

Durante a administração de “Isabelita”, as intervenções nos jornais e nos canais de televisão foram sistemáticas; a censura se estendeu por todo o país; as universidades sofreram intervenções. Em novembro de 1974, o Estado de Sítio foi decretado em todo o território

³⁸⁸ ANZORENA, Oscar. *op. cit.* p. 238.

³⁸⁹ ROCHA, Marina Maria de Lira. “Uma onda de lama e sangue ameaça cobrir a República”: Os discursos sobre a violência no governo de Isabelita Perón (junho de 1975-março de 1976). Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2011, p. 69.

³⁹⁰ A escolha da primeira-dama – cada vez mais ligada à direita peronista personificada na figura de López Rega – para compor a chapa presidencial envolveu acirrados embates políticos entre Perón e as forças peronistas de esquerda. Cf. ROCHA, Marina Maria de Lira. *op. cit.* p. 69-70.

³⁹¹ As outras chapas que disputaram esta segunda eleição presidencial em 1973 foram: Ricardo Balbín e Fernando de la Rúa pela Unión Cívica Nacional (com 25% dos votos) e Francisco Manrique e Rafael Martínez Raymonda pelo Partido Democrata Progresista (com 13% dos votos).

³⁹² María Estela Martínez conheceu Perón no final de 1955, em Caracas na Venezuela, onde trabalhava como dançarina em um cabaré com o nome artístico de “Isabel Gómez”, de onde se origina seu apelido “Isabelita”. O então ex-presidente iniciava seu longo exílio. Desde então, viveram juntos em vários países e se casaram oficialmente em 1961.

³⁹³ FRANCO, Marina. “Do terrorismo de Estado à violência estatal. Problemas históricos e historiográficos no caso argentino”. In: MOTTA, Rodrigo Patto Sá (org). *Ditaduras militares: Brasil, Argentina, Chile e Uruguai*. Belo Horizonte: Editora UFRMG, 2015, p. 81.

argentino por tempo indeterminado.³⁹⁴ A medida, articulada com outras leis de “segurança”, foi utilizada para prender por anos milhares de militantes políticos e setores mobilizados dos operários, sindicalistas, estudantes, intelectuais, entre outros.³⁹⁵

A atuação de grupos paramilitares, que surgiu ainda no governo constitucional de Perón, não só continuou sendo tolerada como recrudescceu sob a presidência de “Isabelita”. Nesse sentido, destacou-se a *Alianza Anticomunista Argentina*. Com inspiração fascista, a *Triple A*, como ficou mais conhecida, foi criada em 1973 por López Rega, o ministro do Bem-Estar Social, e passou a liderar perseguições, sequestros e assassinatos de militantes e lideranças políticas de esquerda, guerrilheiros, sindicalistas, sacerdotes, intelectuais, militares legalistas, entre outros. Marcos Novaro e Vicente Palermo explicam a impunidade e êxito dessa organização:

Reunia oficiais policiais e militares reformados e da ativa (...), juntamente com capangas provenientes de sindicatos e da extrema-direita peronista e nacionalista (...) e contava com o respaldo de importantes agências estatais (o Ministério do Bem-Estar Social; o Side – Serviço de Informações do Estado; estruturas policiais nacionais e provinciais; governadores de províncias, regimentos e quartéis).³⁹⁶

O período de 1973 a 1975 – que, como vimos, correspondeu aos governos peronistas – representou, na trajetória do PRT-ERP, seu momento de maior crescimento e de ações de maior envergadura. Em 1975, segundo María Seoane, o PRT-ERP contava com 600 militantes, 2.000 simpatizantes ativos e mais de 20.000 em uma zona de influência.³⁹⁷ Já para Pablo Pozzi, a organização contava neste ano com cerca de 6.000 militantes e aspirantes.³⁹⁸

Para além das ações armadas nas cidades, o ERP tentou, a partir de 1974, iniciar a guerrilha rural na região montanhosa de Tucumán, no noroeste argentino. A *Companhia Jamón Rosa Jimenez* deveria conquistar o apoio da população local, que se somaria às fileiras guerrilheiras. Ao longo do ano, o ERP chegou a tomar pequenas cidades da região e intensificou o trabalho político e de propaganda junto aos moradores. As ações da Companhia eram exaltadas nas páginas de *Estrella Roja*, que superdimensionava seu alcance. Mas a

³⁹⁴ O Estado de Sitio foi renovado sucessivas vezes e perdurou até o início da redemocratização na Argentina em 1983.

³⁹⁵ FRANCO, Marina. “La seguridad interna como política de Estado en la Argentina del siglo XX”. In: ABREU, Luciano Aronne & MÓTTA, Rodrigo Patto Sá (orgs.). *op. cit.*, p. 43.

³⁹⁶ NOVARO, Marcos & PALERMO, Vicente. *A ditadura militar argentina (1976-1983): Do golpe de Estado à restauração democrática*. São Paulo: Edusp, 2007, p. 105-106.

³⁹⁷ SEOANE, María. *op. cit.* p. 242.

³⁹⁸ POZZI, Pablo. *op. cit.* p. 23. As cifras estimadas por estes autores também são apresentadas em CARNOVALE, Vera. *op. cit.* p. 15.

guerrilha, que jamais chegou a ter o controle da província, seria duramente reprimida.

Em fevereiro de 1975, um decreto secreto do governo autorizou a atuação das Forças Armadas no combate à “subversão”.³⁹⁹ O decreto deu início ao *Operativo Independencia*, que não se restringiu a prender, torturar e assassinar os guerrilheiros de Tucumán, mas também se “articuló con una amplia represión hacia militantes y activistas así como con estrategias de guerra psicológica destinadas a disciplinar a través del terror a la población civil”.⁴⁰⁰ Além disso, também propiciou o surgimento dos primeiros *centros clandestinos de detención* (CDD), instalações utilizadas pelos órgãos de segurança e pelas Forças Armadas da Argentina para interrogar, aprisionar, torturar e assassinar opositores políticos, com ou sem nenhuma ligação com as organizações armadas.⁴⁰¹ Iniciou-se, desde então, uma “política institucional de desaparecimento”⁴⁰² de pessoas, que ganharia proporções gigantescas a partir do ano seguinte.

O aumento da escalada repressiva, em 1975, se fez acompanhar pela crise econômica. Desvalorização da moeda, suspensão das paritárias (que equiparavam preços e salários), aumento abrupto de tarifas e alimentos, entre outras medidas, geraram uma intensa onda de protestos no país, que atingiu seu auge em julho, e fizeram cambalear um impotente governo. Sem apoio dos empresários e dos trabalhadores, o governo de “Isabelita” Perón perdia a cada dia suas bases de sustentação. Os rumores de um golpe ganhavam força.

Neste contexto, o ERP preparava-se para ampliar as ações armadas, articuladas com outras formas de luta, visando estabelecer alianças com distintas organizações revolucionárias e progressistas a fim de criar uma frente antigolpista.⁴⁰³ Em dezembro de 1975, os guerrilheiros urbanos do Ejército Revolucionario del Pueblo intentaram aquela que seria sua

³⁹⁹ O decreto secreto nº 261, de 6 de fevereiro de 1975, determinava em seu primeiro artigo: “El Comando General del Ejército procederá a ejecutar las operaciones militares que sean necesarias a efectos de neutralizar y/ou aniquilar el accionar de los elementos subversivos que actúan en la Provincia de Tucuman”. In: DUHALDE, Eduardo Luis. *El Estado terrorista argentino*. Buenos Aires: Colihue, 2013, p. 475.

⁴⁰⁰ ÁGUILA, Gabriela. “La represión en la historia reciente argentina: fases, dispositivos y dinámicas regionales”. In: ÁGUILA, Gabriela & ALONSO, Luciano (orgs.). *op. cit.*, p. 101. Segundo dados fornecidos por Marcos Novaro e Vicente Palermo, “o saldo da repressão em Tucumán foi de duzentos presos políticos, 225 mortos e pelo menos 660 desaparecidos. Entre os mortos, figuravam cerca de oitenta guerrilheiros”. NOVARO, Marcos & PALERMO, Vicente. *op. cit.* p. 91.

⁴⁰¹ Segundo o informe da Comisión Nacional sobre la Desaparición de Personas, calcula-se que existiram, desde 1975 e ao longo da ditadura que se seguiu ao governo peronista, pelo menos 340 centros clandestinos de detenção na Argentina, com características distintas: alguns temporários e com precárias instalações e outros que possuíam uma infra-estrutura mais consolidada. Cf. COMISIÓN NACIONAL SOBRE LA DESAPARICIÓN DE PERSONAS. *Nunca Mas: informe de la Comisión Nacional sobre la Desaparición de Personas*. Buenos Aires: Euduba, 2013, p. 59-295. Um relato da experiência traumática do confinamento nos centros clandestinos e também uma reflexão teórica sobre esses campos de concentração argentinos, pode ser encontrada em: CALVEIRO, Pilar. *Poder e desaparecimento: os campos de concentração na Argentina*. São Paulo: Boitempo, 2013.

⁴⁰² CALVEIRO, Pilar. *op. cit.* 2013, p. 39.

⁴⁰³ CARNOVALE, Vera. *op. cit.* p. 275.

ação armada de maior envergadura e também sua maior derrota: o ataque ao *Batallón de Arsenales 601 Domingo Viejo Bueno*, localizado em Monte Chingolo, na zona sul da grande Buenos Aires. O objetivo era conquistar armas para organizar a resistência ao golpe, que julgavam iminente. Mais de 250 guerrilheiros participaram da ação, que fracassou porque as tropas do batalhão foram alertadas do ataque por um informante infiltrado nas fileiras do ERP.⁴⁰⁴ Dezenas de guerrilheiros morreram, além de cinco militares e um número não determinado de moradores da vizinhança do quartel.

Em 24 de março de 1976, a Junta Militar composta pelos comandantes-em-chefe das três Forças Armadas – o general Jorge Rafael Videla, o almirante Emilio Eduardo Massera e o brigadeiro Orlando Ramón Agosti – depôs “Isabelita” Perón⁴⁰⁵, assumiu o governo e iniciou a ditadura civil-militar mais violenta da história argentina. O golpe civil-militar “foi recebido com alívio pelos setores médios da sociedade. Nessa altura, a intervenção das Forças Armadas foi encarada, em um primeiro momento, como a resposta adequada à desordem, à violência social e ao perigo revolucionário”.⁴⁰⁶ Contudo, a brutal repressão desencadeada a partir do golpe possuiu um caráter bem abrangente: além dos grupos de esquerda, exterminados (literalmente) pelo terrorismo de Estado, a repressão também atingiu “militantes políticos democráticos, sacerdotes, intelectuais, jornalistas, defensores dos direitos humanos, numa demonstração de que o governo pretendia aterrorizar a população e abafar qualquer atividade social ou política”.⁴⁰⁷ A repressão sem limites dos militares – planejada e executada pelas três armas – incluiu sequestros, *apropriações de crianças*⁴⁰⁸, centros clandestinos de detenção,

⁴⁰⁴ O delator era Jesús Ramés Ranier, apelidado de *El Oso* (O Urso). Durante 15 meses de infiltração no ERP, delatou cerca de 50 militantes e depósitos de armas e material de propaganda, além da Operação Monte Chingolo. As suspeitas de que existia um delator dentro da organização já existiam *antes* da operação, que, no entanto, foi mantida pela direção. Jesús Ranier, o delator, foi posteriormente capturado e interrogado pelos militantes do ERP e confessou as delações. O “Tribunal Revolucionario” da organização o condenou à morte por “traição à revolução e delação ao inimigo”. Ele foi *justicado* e seu corpo foi encontrado na rua com um cartaz: “Soy Jesús Ranier, traidor a la revolución y entregador de mis compañeros”. Cf. PLIS-STERENBERG, Gustavo. *Monte Chingolo: La mayor batalla de la guerrilla argentina*. Buenos Aires: Planeta, 2009.

⁴⁰⁵ Isabelita Perón ficou em prisão domiciliar até 1981, quando se exilou na Espanha, onde vive até hoje afastada da vida pública. Em 2007, a Justiça argentina solicitou sua extradição no marco do processo judicial sobre o desaparecimento de estudantes no contexto de decretos repressivos assinados em seu governo. A Justiça espanhola rejeitou o pedido de extradição por julgar que os crimes cometidos pela ex-presidente estavam proscritos por não se tratarem de crimes de lesa-humanidade.

⁴⁰⁶ FAUSTO, Boris & DEVOTO, Fernando J. *Brasil e Argentina: um ensaio de história comparada (1850-2002)*. São Paulo: Ed. 34, 2004, p. 429.

⁴⁰⁷ *Ibidem*, p. 456.

⁴⁰⁸ Essa foi uma das particularidades da ditadura na Argentina (e em menor proporção no Uruguai). Estas crianças eram sequestradas junto com seus pais ou após a morte deles, ou nasceram no cárcere. Poderiam ser interrogadas ou torturadas na frente dos pais para quebrar seu silêncio. As crianças com pouca idade foram adotadas de forma ilegal por famílias de militares ou de civis coniventes e cresceram sem saber de sua verdadeira identidade. Nesse caso, Enrique Serra Padrós argumenta que essas crianças foram transformadas em “botim de guerra” na luta contra a “subversão”. Na tentativa de apagar qualquer vestígio do “inimigo interno”, até as identidades de seus filhos foram sequestradas e eles foram criados com uma ideologia contrária a de seus

torturas, execuções e “desaparecimentos”, deixando um saldo de cerca de trinta mil mortos⁴⁰⁹ e/ou desaparecidos na Argentina.⁴¹⁰ E ainda, como destacou Gabriela Águila, o aparato repressivo ilegal era respaldado por um conjunto de leis e decretos que conferia um caráter jurídico-legal ao aniquilamento da “subversão”.⁴¹¹

No que tange à violência estatal ilegal, a historiadora Marina Franco ressalta que se consolidou uma visão que “define la última dictadura militar (1976-1983) como un momento de corte brutal en la historia nacional debido al ejercicio de la represión estatal clandestina sobre amplios sectores políticos y sobre la sociedad en su conjunto”.⁴¹² No entanto, a autora argumenta que a ditadura iniciada em 1976 não deve ser encarada como um parênteses ou uma interrupção na história argentina, mas como parte de um longo e complexo processo que gerou *condiciones de posibilidad del terrorismo de Estado*⁴¹³, a partir de elementos como “o uso sistemático de medidas de exceção para responder a conflitos políticos e sociais, a militarização da ordem interna, a assimilação entre segurança interior e defesa nacional e a construção de inimigos internos a eliminar”.⁴¹⁴ Nesse sentido, a autora salienta o papel do peronismo, a partir de 1973, na construção da violência estatal extrema, que seria exacerbada durante a ditadura civil-militar pós-1976.⁴¹⁵

O PRT-ERP avaliava que o golpe era favorável ao desenvolvimento da guerra

país. Cf. PADRÓS, Enrique Serra. “‘Botim de guerra’: desaparecimento e apropriação de crianças durante os regimes civil-militares platinos”. *Métis: história & cultura*, v. 6, nº 11, jan-jun 2007. Calcula-se que cerca de 500 crianças tenham sido sequestradas e apropriadas na Argentina. A associação das *Abuelas de Plaza de Mayo* busca localizar e restituir às suas legítimas famílias essas crianças vítimas da repressão da ditadura. Até o momento, 119 *niños* foram localizados e tiveram sua identidade e história familiar reconstruídas.

⁴⁰⁹ Há controvérsias acerca do número de mortos e desaparecidos políticos ns Argentina. A estima de trinta mil é aceita pela ampla maioria das organizações dedefesa dos Direitos Humanos.

⁴¹⁰ A prática do *desaparecimento* foi uma das principais modalidades repressivas executadas durante a última ditadura argentina. Segundo a antropóloga Ludmila Catela, o desaparecimento pode ser encarado como uma *morte inconclusa*. A falta de informações sobre o que de fato aconteceu a um ente querido e a não localização de seu respectivo corpo leva seus familiares a estar sempre buscando pistas e esperando um possível retorno que nunca se concretiza. A categoria “desaparecido” simboliza, ainda de acordo com Catela, uma tripla condição: “a falta de um corpo, a falta de um momento de luto e a falta de uma sepultura”. Nesse sentido, a ausência do corpo e de um ritual fúnebre perpetua a dor, já que o corpo “condensa e domestica a morte. Torna-a concreta, definitiva, presente, individual, identificada”. Assim sendo, o desaparecimento, de certa forma, *mata a própria morte*. Cf. CATELA, Ludmila da Silva. “Desaparecidos e direitos humanos. Entre um drama nacional e um dilema universal”. In: NOVAES, Regina Reyes & LIMA, Roberto Kant (orgs.). *Antropologia e direitos humanos*. Niterói, RJ: EdUFF, 2001, p. 212 e 220; e CATELA, Ludmila da Silva. *Situação-limite e memória. A reconstrução do mundo dos familiares de desaparecidos na Argentina*. São Paulo: Hucitec, 2001, p. 150. Sobre a prática do desaparecimento na Argentina, ver também: BAUER, Caroline Silveira. *Brasil e Argentina: Ditaduras, desaparecimentos e políticas de memória*. Porto Alegre: Medianiz, 2012.

⁴¹¹ ÁGUILA, Gabriela. *op. cit.* p. 101.

⁴¹² FRANCO, Marina. *op. cit.* 2013. p. 33.

⁴¹³ *Ibidem*, p. 36.

⁴¹⁴ FRANCO, Marina. *op. cit.* 2015. p. 73.

⁴¹⁵ As práticas estatais de caráter autoritário e repressivo e a constituição de uma lógica político-repressiva centrada na eliminação do inimigo interno durante os governos constitucionais de 1973 e 1976 são analisadas pela autora na obra: FRANCO, Marina. *Un enemigo para la nación: orden interno, violencia y “subversión”, 1973-1976*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2012.

revolucionária: “El paso dado por los militares clausura definitivamente toda posibilidad electoral y democrática y da comienzo a un proceso de guerra civil abierta que significa *un salto cualitativo en el desarrollo de nuestra lucha revolucionaria*”.⁴¹⁶ No editorial publicado no jornal *El Combatiente*, Mario Roberto Santucho, principal líder do PRT-ERP, conclamava a população: “¡Argentinos, a las armas!”. Segundo o editorial, iniciava-se um período de “guerra civil generalizada” na Argentina, que culminaria na derrubada da ditadura e situaria o povo argentino “en las puertas del socialismo”.⁴¹⁷ Alguns meses depois, a organização apresentaria uma autocrítica em relação a esta avaliação da conjuntura nacional:

Cuando poco antes y después del 24 de marzo analizamos las perspectivas del golpe militar cometimos un error de cálculo al no señalar que el peso de la represión afectaría en un primer momento a la lucha popular, dificultando la movilización de masas y el accionar guerrillero (...) nos faltó taxativamente un período determinado de reflujo, error que desde ahora corregimos.⁴¹⁸

No entanto, a autocrítica não representou, na prática, um abandono das armas, talvez por que se atingira um *punto de não retorno*, para usar a expressão cunhada por Frantz Fanon.⁴¹⁹ Diante dos pressupostos teóricos adotados, do nível de engajamento político alcançado e da “obrigação moral” com os militantes mortos, presos e torturados, recuar, mesmo para as organizações que constataavam essa necessidade, era muito difícil e, para muitos, uma opção fora de cogitação. Nesse sentido, o mesmo texto que apresentava a autocrítica acima mencionada continuava defendendo as ações armadas, pois o exemplo guerrilheiro despertaria a mobilização popular, e concluía: “*La lucha armada ocupa el centro de la lucha política, es y será el eje de la política nacional*”.⁴²⁰ Mesmo o exemplo dos militantes chilenos e uruguaios, que não conseguiram responder/resistir à violência estatal que se seguiu aos golpes de Estado naqueles países (anteriores ao da Argentina), não motivou um recuo de *los combatientes*.

A ditadura, por sua vez, também não recuou em sua escalada repressiva. Aniquilar os militantes do ERP tornou-se uma de suas prioridades, como justificou o general Jorge Videla em entrevista concedida em 2012: “Por su preparación militar e ideológica, el Ejército

⁴¹⁶ PARTIDO REVOLUCIONARIO DE LOS TRABAJADORES. Editorial “¡Argentinos, a las armas!”. *El Combatiente*, nº 210, 30 de março de 1976, p. 2. Hemeroteca do Centro de Documentación e Investigación de la Cultura de Izquierdas en Argentina (CEDINCI). Grifos nossos.

⁴¹⁷ *Idem*.

⁴¹⁸ *El Combatiente*, nº 220, 09 de junho de 1976. Hemeroteca do Centro de Documentación e Investigación de la Cultura de Izquierdas en Argentina (CEDINCI).

⁴¹⁹ FANON, Frantz. *op. cit.* p. 70.

⁴²⁰ *El Combatiente*, nº 220, 09 de junho de 1976. Grifos nossos.

Revolucionario del Pueblo (ERP) era más enemigo que Montoneros; era algo ajeno, otra cosa. Montoneros guardaba algo del nacionalismo, del catolicismo, del peronismo con el que había nacido”.⁴²¹ Em menos de dois anos, a organização foi praticamente dizimada e suas principais lideranças morreram e/ou desapareceram.⁴²² Em 19 de julho de 1976, Mario Roberto Santucho, secretário-geral do PRT e comandante do Estado Maior do ERP, foi assassinado juntamente com outros dirigentes do PRT-ERP (Benito Urteaga e Domingo Menna), após a invasão da residência onde estavam reunidos na província de Buenos Aires. Santucho também figura na lista de desaparecidos políticos. Em entrevista, Jorge Videla tentou justificar o desaparecimento do corpo de Santucho: “Era una persona que generaba expectativas. La aparición de ese cuerpo iba a dar lugar a homenajes, a celebraciones. Era una figura que había que opacar”.⁴²³

Com a organização desmantelada e milhares de mortes e desaparecimentos de seus militantes, os remanescentes da direção decidiram tirar do país uma grande quantidade de quadros. Para Julio Santucho, esse momento marca o fim do PRT-ERP: “para mí el PRT-ERP terminó en el 1976. La experiencia del exilio fue una sobrevivencia. Ya no había ninguna posibilidad de reorganización”.⁴²⁴ Para Daniel de Santis, o epílogo do PRT-ERP ocorreu em 1977 por ocasião da *Operación Gaviota*, em fevereiro de 1977, que consistiu numa tentativa frustrada de assassinar o ditador Videla colocando explosivos na pista do aeroporto de onde decolaria o avião presidencial.⁴²⁵

No exílio, “os questionamentos se multiplicaram tão rapidamente quanto as dificuldades para encontrar algum destino para a organização”.⁴²⁶ Em meio a um tenso processo de autocríticas, acusações e redefinição de rumos, a organização *racharia* em torno da discussão sobre o retorno à Argentina e a continuação ou o abandono da luta armada. Enquanto a corrente ligada a Luis Mattini defendia a dissolução do ERP e o fim das ações armadas, a corrente liderada por Enrique Gorriarán Merlo, partiu para a Nicarágua, onde os

⁴²¹ VIDELA, Jorge Rafael *apud* “Videla admite la desaparición de Santucho”. *La Voz*, 13 de abril de 2012. Disponível em: <<http://www.lavoz.com.ar/noticias/politica/videla-admite-desaparicion-santucho>>. Acessado em: 20/07/2015.

⁴²² Segundo dados apresentados por Daniel de Santis, o PRT-ERP teve entre 2.500 e 3.000 mortos e desaparecidos, o que representava entre 40 e 50% de seus integrantes. A porcentagem aumenta entre os membros da direção: somando os quadros do Comitê Central do PRT e do Estado Maior do ERP, o percentual de mortos e desaparecidos se eleva a 80% e chega a 88% se considerarmos os nove principais líderes. SANTIS, Daniel de. *La historia del PRT-ERP por sus protagonistas*. Buenos Aires: Editora Guevarista, 2011, p. 639.

⁴²³ VIDELA, Jorge Rafael *apud* “Videla admite la desaparición de Santucho”. *La Voz*, 13 de abril de 2012. Disponível em: <<http://www.lavoz.com.ar/noticias/politica/videla-admite-desaparicion-santucho>>. Acessado em: 20/07/2015.

⁴²⁴ SANTUCHO, Julio. Entrevista concedida à autora. Buenos Aires, 11 de abril de 2014.

⁴²⁵ SANTIS, Daniel de. Entrevista concedida à autora. Buenos Aires, 03 de abril de 2014.

⁴²⁶ NOVARO, Marcos & PALERMO, Vicente. *op. cit.* p. 92.

guerrilheiros argentinos combateram junto a *Frente Sandinista de Liberación Nacional*, que derrubou a ditadura liderada por Anastásio Somoza em 1979.⁴²⁷ Alguns destes militantes do PRT-ERP organizaram posteriormente, desde 1981, o retorno clandestino à Argentina, onde buscaram instalar, sem sucesso, uma coluna guerrilheira na província de Salta, no norte do país. Mas a derrota da Argentina na Guerra das Malvinas em 1982 alteraria significativamente o cenário político nacional e marcaria o início do fim da última ditadura argentina e o começo de um complexo processo de redemocratização, cujos desdobramentos se estendem até os dias atuais.⁴²⁸

2.4. Entre *tupas*, *miristas* y *perros*

Seguindo el ejemplo y la orientación del Comandante Guevara, entendemos que ante el enemigo común, el imperialismo yanqui, enemigo de todos los pueblos latino-americanos, es necesaria la unión de las distintas organizaciones revolucionarias que en cada país encabezan la lucha de sus pueblos.
Mario Roberto Santucho & Enrique Gorriarán Merlo⁴²⁹

Quando o líder revolucionário “Che” Guevara encontrava-se na selva boliviana disposto a deflagrar a guerrilha rural e espalhar a revolução pela América Latina, realizou-se na capital cubana, entre julho e agosto de 1967, a conferência que deu origem à Organização Latino-Americana de Solidariedade (OLAS). Como vimos, a declaração final do encontro reforçou a oposição ao imperialismo estadunidense na América Latina e a opção pela luta armada como instrumento de emancipação dos povos latino-americanos.

Apesar de também defenderem o caminho armado para a revolução, os Tupamaros do Uruguai, os *miristas* do Chile e os *perros*, como também ficaram conhecidos os militantes do PRT argentino, não estiveram presentes à conferência em Havana, pois não foram

⁴²⁷ Sobre a experiência dos militantes do PRT-ERP na Nicarágua, cf. SANTIS, Daniel. *op. cit.* 2011, p. 670-674 e FERNANDEZ, Paula Daniela. *Nicaragua debe sobrevivir - La solidaridad de la militancia comunista argentina con la Revolución Sandinista (1979-1990)*. Buenos Aires: Imago Mundi, 2015.

⁴²⁸ Em 1989, já durante o governo democrático de Raúl Alfonsín, Enrique Gorriarán Merlo fundou o *Movimiento Todos por la Patria*, que ganhou notoriedade ao tentar ocupar o quartel militar de La Tablada, na Grande Buenos Aires, com o objetivo de impedir um suposto golpe preparado pelo então candidato à presidência da República Carlos Menem. A ação frustrada resultou na morte de dezenas de pessoas, entre guerrilheiros (a maioria), militares e policiais. Por sua vez, o Ejército Revolucionario del Pueblo (ERP) foi dissolvido, enquanto o Partido Revolucionario de los Trabajadores (PRT) continua atuando na Argentina, apresentando-se como herdeiro do partido criado em 1965.

⁴²⁹ “Habla el ERP: La lucha armada es el único camino para la liberación de Argentina”. Entrevista de Mario Roberto Santucho e Enrique Gorriarán Merlo concedida a Hernán Uribe Ortega. *Punto Final*, Ano VII, nº 165, 29 de agosto de 1972, p. 7. Disponível em: <http://puntofinal-archivohistorico.org/PDFs/1972/PF_165.pdf>. Acessado em 03/10/2015.

oficialmente convidados pelos comitês organizadores de seus países, responsáveis pela seleção de delegados para o evento.⁴³⁰ Isso, no entanto, não impediu que estas organizações – e posteriormente o ERP, fundado após a realização da conferência – apoiassem enfaticamente a criação do novo organismo, cujas resoluções ratificavam sua opção pela luta armada.

A declaração final da primeira e única conferência da Organização Latino-Americana de Solidariedade, além de reafirmar que “la lucha revolucionaria armada constituye la línea fundamental de la revolución en América Latina”⁴³¹, também defendia que o eixo principal da revolução nos países latino-americanos era o

(...) *enfrentamiento al imperialismo* y a las oligarquías de burgueses y terratenientes. Consiguientemente, el carácter de la revolución es el de la lucha por la independencia nacional, la emancipación de las oligarquías y el camino socialista para su pleno desarrollo económico y social.⁴³²

Como salientou a historiadora Vera Carnovale, as concepções castristas-guevaristas, que predominaram na Conferência da OLAS e serviram de inspiração para os guerrilheiros sul-americanos, ao caracterizar o imperialismo como sistema mundial, inscreviam a “lucha revolucionaria local en una estrategia regional y continental”.⁴³³ Assim sendo, definia-se que a revolução na América Latina deveria ter, concomitantemente, um *carácter socialista, continental e antiimperialista*.

Nesse sentido, destacamos que as noções de *internacionalismo e latino-americanismo* embasaram as ações revolucionárias de muitos grupos armados do Cone Sul, em especial os três estudados neste capítulo, como podemos aferir a partir da documentação produzida por estas organizações.

O Partido Revolucionario de los Trabajadores, que daria origem ao ERP na Argentina, por exemplo, estampava em todos os números de seu periódico *El Combatiente* o slogan: “Por la revolución obrera latinoamericana y socialista”. Daniel de Santis, ex-militante do PRT, afirmou em entrevista à autora: “(...) teníamos la visión internacionalista en todo el mundo (...). Ahora dentro de la ubicación de la política internacional estábamos ubicados en América Latina, éramos profundamente latinoamericanistas”.⁴³⁴ Ainda segundo Santis, para *los perros* não havia contradição entre o internacionalismo, o latino-americanismo e a luta nacional:

⁴³⁰ Sobre os debates e disputas na escolha dos delegados para a OLAS, especialmente no Chile e no Uruguai, cf: NERCESIAN, Inés. *op. cit.* 2013, p. 189-191.

⁴³¹ “Declaración General de la Primera Conferencia Latinoamericana de Solidaridad”, 1967, p. 89. Disponível em: <<http://www.ruinasdigitales.com/revistas/ConferenciaTricontinental.pdf>>. Acessado em: 02/10/2015.

⁴³² *Idem*. Grifos nossos.

⁴³³ CARNOVALE, Vera. *op. cit.*, p. 88.

⁴³⁴ SANTIS, Daniel de. Entrevista concedida à autora. Buenos Aires, 03 de abril de 2014.

En las reuniones importantes se cantaban el Himno Nacional Argentino, La Internacional y la Marcha del ERP, y eso nunca se vivió como una contradicción. La bandera del Partido era roja con la sigla PRT en negro, la bandera del ERP combinaba los colores de la bandera de San Martín con la estrella roja del socialismo. Lo que nunca nos sentimos fue nacionalistas (...). Antiimperialistas si, latinoamericanistas también, que teníamos un proyecto para la Nación Argentina seguro, que éramos argentinos e no rusos, ni chinos también, que metíamos las raíces en lo más profundo de nuestra historia no lo dude.⁴³⁵

Luis Mattini, ex-dirigente do PRT-ERP, reforçou que as concepções internacionalistas e latinoamericanistas pautavam a atuação das organizações: “(...) nos formamos con la idea internacionalista y latinoamericanista (...). Para nosotros *las fronteras nacionales eran cosa de burguesía*”.⁴³⁶

A concepção internacionalista levou o PRT a tornar-se seção oficial na Argentina da Quarta Internacional, desde sua origem em 1965, certamente sob influência das correntes trotskistas que participaram da fundação do partido. No entanto, a partir dos “rachas” de 1968 – que, como vimos, possibilitaram a ascensão das correntes ligadas a Santucho, que defendiam a perspectiva de deflagração imediata das ações armadas –, da aproximação com Cuba, da criação do Ejército Revolucionario del Pueblo em 1970 e da interlocução com as demais organizações guerrilheiras do Cone Sul, iniciou-se um rápido processo de distanciamento em relação à Quarta Internacional, uma espécie de *destrotskização* do partido, concomitantemente ao fortalecimento das teses latino-americanistas.⁴³⁷ Em 1973, por fim, o jornal *El Combatiente* publicou um documento que divulgava o rompimento do PRT com a Quarta Internacional.

Segundo alguns ex-militantes do PRT-ERP, a filiação à Quarta Internacional representou menos uma vinculação ao trotskismo e mais um mecanismo para exercitar sua concepção internacionalista. “Si bien éramos miembros de la Cuarta Internacional, incluso la sección oficial de Cuarta Internacional en la Argentina era el PRT, (...) nunca nos definimos trotskistas”, afirmou Daniel de Santis.⁴³⁸ Em seu livro de memórias, Enrique Gorriarán, um dos ex-dirigentes do PRT-ERP, destacou:

En realidad nosotros nunca tuvimos afinidad con el trotskismo. *Lo que reivindicábamos en un momento era la intención de trabajar en la constitución de una organización internacional* como había sido la Tercera

⁴³⁵ SANTIS, Daniel. *op. cit.* 2009, p. 88.

⁴³⁶ MATTINI, Luis. Entrevista concedida a autora. Buenos Aires, 13 de abril de 2014. Grifos nossos.

⁴³⁷ WEISZ, Eduardo. *Op. Cit.* 2004, p. 10.

⁴³⁸ SANTIS, Daniel de. Entrevista concedida à autora. Buenos Aires, 03 de abril de 2014.

Internacional en tiempos de Lenin. Pero en la práctica vimos que, por lo menos, desde ahí no iba a ser posible.⁴³⁹

Para Julio Santucho, “la hipótesis de la internacional estaba siempre presente, por eso se entró en la Cuarta Internacional que era lo único que estaba al alcance. Pero, el PRT siempre tuvo una inspiración internacionalista muy grande y, te digo, fundamentalmente América Latina”.⁴⁴⁰

Nesse sentido, os entraves para desenvolver uma perspectiva latinoamericanista dentro da Quarta Internacional – que defendia a concepção internacionalista, mas não a latino-americanista – também teriam contribuído para o rompimento do PRT-ERP com esta, impulsionado por seu desejo de fundar uma organização internacionalista na América Latina. Como nos relatou Luis Mattini:

(...) nosotros vamos con la línea de ruptura con la Cuarta Internacional, *para nosotros la Cuarta Internacional era una organización francesa que no entendía las palabras “América Latina”*. (...) pero nosotros éramos internacionalistas de todas maneras, nunca fuimos nacionalistas. Y ahí mismo la argumentación fue hay que romper con la Cuarta Internacional y *hay que crear una organización latinoamericana*.⁴⁴¹

O ERP, em sintonia com a perspectiva internacionalista e latinoamericanista adotada pelo PRT, também defendia a necessidade de união entre as organizações guerrilheiras da América Latina, no bojo da luta revolucionária pelo socialismo e contra o imperialismo:

(...) nosotros estamos convencidos de que la perspectiva es hacia la unidad de la vanguardia armada y en ese sentido nos esforzamos permanentemente en estrechar los lazos con las demás organizaciones armadas, con las que tenemos excelentes relaciones, discutiendo los problemas fundamentales, dilucidando las cuestiones, dilucidando las cuestiones que nos separan y fundando las bases que hagan posible, en el futuro, una sólida unidad de principios que creemos posible y realizable.⁴⁴²

Partindo das concepções internacionalistas e latino-americanistas, o ERP argentino buscou estreitar relações com os guerrilheiros que atuavam do outro lado das margens do Rio

⁴³⁹ MERLO, Enrique Gorriarán. *Memorias de Enrique Gorriarán Merlo. De los Setenta a La Tablada*. Buenos Aires: Planeta, 2003, p. 197. Grifos nossos.

⁴⁴⁰ SANTUCHO, Julio. Entrevista concedida à autora. Buenos Aires, 11 de abril de 2014.

⁴⁴¹ MATTINI, Luis. Entrevista concedida a autora. Buenos Aires, 13 de abril de 2014. Grifos nossos.

⁴⁴² “Habla el ERP: La lucha armada es el único camino para la liberación de Argentina”. Entrevista de Mario Roberto Santucho e Enrique Gorriarán Marlo concedida a Hernán Uribe Ortega. *Punto Final*, Ano VII, nº 165, 29 de agosto de 1972, p. 7. Disponível em: <http://puntofinal-archivohistorico.org/PDFs/1972/PF_165.pdf>. Acessado em 03/10/2015.

da Prata. Os Tupamaros uruguaios possuíam muitos pontos em comum com os guerrilheiros argentinos, incluindo, no aspecto que mais nos interessa neste trabalho, as noções de latino-americanismo e internacionalismo.

Em seu primeiro documento, publicado em 1967, os Tupamaros já apontavam para a estratégia continental da revolução:

Es un derecho y un deber que las organizaciones revolucionarias colaboren con sus máximas posibilidades en la construcción y elaboración de la estrategia continental. Las tareas nacionales e internacionales se complementan. Es necesario coordinarlas y conectarlas. No deben perjudicarse mutuamente.⁴⁴³

Para os Tupamaros, a defesa do internacionalismo revolucionário não era incompatível com uma perspectiva nacionalista e, como ressaltou Eduardo Rey Tristán, o nacionalismo tupamaro “poseía una clara dimensión *latinoamericanista*”.⁴⁴⁴ Dessa forma, para o MLN-T a “‘cuestión nacional’ es parte de la cuestión de la independencia y reunificación latinoamericana”.⁴⁴⁵ Para os *tupas*:

América Latina puede ser una gran nación: significa una unidad geográfica y económica, cultural y lingüística. (...) Históricamente existimos en común, fuimos balcanizados, fragmentados por los imperialismos y sojuzgados, convertidos en semicolonias productoras de materias primas y en algunos casos en bases industriales o en zonas dependientes y deformadas.⁴⁴⁶

O internacionalismo e o latino-americanismo defendidos pelos Tupamaros foram idealizados em oposição ao imperialismo. Assim sendo, como salientou a historiadora Clara Aldrighi, na ótica do MLN-T, o processo revolucionário uruguaio deveria inserir-se em uma revolução continental, “no sólo por motivos ideológicos, sino para contrarrestar eficazmente el inevitable contraataque del enemigo común, el imperialismo norteamericano”.⁴⁴⁷ A derrota do imperialismo só seria possível a partir de uma revolução em escala continental, de caráter socialista, que liberaria a América Latina da dependência econômica e política: “América Latina, y por lo tanto nuestro país, forman parte del sistema imperialista mundial. Su

⁴⁴³ MOVIMIENTO DE LIBERACIÓN NACIONAL-TUPAMAROS. *Documento n° 1*, junho de 1967. Centro de Documentación de los Movimientos Armados (CEDEMA). Disponível em: < <http://www.cedema.org/ver.php?id=111>>. Acessado em: 21/07/2015.

⁴⁴⁴ TRISTÁN, Eduardo Rey. *op. cit.* p. 157. Grifos no original.

⁴⁴⁵ MOVIMIENTO DE LIBERACIÓN NACIONAL-TUPAMAROS. *Documento n° 5*, janeiro de 1971. Centro de Documentación de los Movimientos Armados (CEDEMA). Disponível em: < <http://www.cedema.org/ver.php?id=111>>. Acessado em: 03/10/2015.

⁴⁴⁶ *Idem.*

⁴⁴⁷ ALDRIGHI, Clara. *op. cit.* p. 87.

liberación, entonces, depende de la derrota a escala continental del imperialismo. La derrota a escala continental del imperialismo implica su derrota definitiva”.⁴⁴⁸

Desta forma, nacionalismo, antiimperialismo, latino-americanismo e internacionalismo se amalgamavam no discurso e prática dos Tupamaros e os aproximava de outras organizações revolucionárias sul-americanas, que compartilhavam destes pressupostos.

La revolución no debe detenerse en las fronteras nacionales. (...) es imposible pensar en la liberación en términos nacionales, independientemente del resto de América Latina. (...) Por ser la revolución continental, la estrategia será continental. Estamos dispuestos a hacer los máximos esfuerzos por insertar nuestra estrategia nacional en el marco de una estrategia continental común.⁴⁴⁹

O internacionalismo e o latino-americanismo, bem como a luta contra o imperialismo, encontraram sua encarnação mais perfeita na figura do líder revolucionário “Che” Guevara, que inspirava significativas correntes das esquerdas em todo o mundo e em especial na América Latina. Enrique Gorriarán recorda que na Argentina os militantes do PRT, especialmente as correntes santuchistas, cogitavam seriamente a possibilidade de integrar-se à guerrilha guevarista. A organização chegou a selecionar 10 militantes, incluindo o próprio Gorriarán, que seriam enviados para a Bolívia, não só para apoiar, mas sobretudo para aprender, já que ainda não possuíam prática guerrilheira e não tinham iniciado suas ações armadas. Os planos frustraram-se com as notícias do assassinato de Guevara e dezenas de guerrilheiros que lutavam ao seu lado.⁴⁵⁰

Segundo Efraín Martínez Platero, um dos fundadores do MLN-Tupamaros, a organização uruguaia também debateu, ao longo de 1967, a possibilidade de enviar militantes para juntar-se à guerrilha rural liderada por Guevara na Bolívia:

(...) nosotros nos dimos cuenta de que si queríamos desarrollar la guerrilla acá en el Uruguay teníamos que hacerla en la ciudad y si no, nos teníamos que ir al Chaco con el Che Guevara. Esas eran las dos opciones que había. Y te aseguro que esa opción fue la que permaneció durante todo el 1967 (...) hasta que se llegó a descubrir a la guerrilla de Guevara en Bolivia, comenzaron a perseguirla y perseguirla, hasta que la mataron. Cuando se la descubrió ya era imposible poder ir a apoyarla.⁴⁵¹

⁴⁴⁸ MOVIMIENTO DE LIBERACIÓN NACIONAL-TUPAMAROS. *Documento n° 1*, junho de 1967. Centro de Documentación de los Movimientos Armados (CEDEMA). Disponível em: <<http://www.cedema.org/ver.php?id=111>>. Acessado em: 21/07/2015.

⁴⁴⁹ *Idem*.

⁴⁵⁰ MERLO, Enrique Gorriarán. Entrevista concedida ao Instituto de Investigaciones Gino Germani – Universidad de Buenos Aires, Archivo Oral. Buenos Aires, 09 de agosto de 2005.

⁴⁵¹ PLATERO, Efraín Martínez. Entrevista concedida à autora. Montevidéo, 12 de maio de 2014.

Desde o início da década de 1970 já era possível constatar a aproximação dos Tupamaros com outras organizações revolucionárias sul-americanas. Em uma entrevista concedida à revista chilena *Punto Final*⁴⁵², ao ser perguntado sobre a estratégia internacional de sua organização, um dirigente do MNL-Tupamaros declarou:

Es evidente que existe un espíritu revolucionario internacionalista en América Latina, que arranca de las luchas de liberación de nuestra primera independencia. Hoy es un internacionalismo práctico, concreto, que se manifiesta en hechos tangibles. Nuestros enemigos son los mismos, nuestros fines son los mismos, nuestros caminos son iguales, y nuestras armas también.⁴⁵³

Os chilenos do Movimiento de Izquierda Revolucionaria também compartilhavam “o sentimento de pertencimento ao *ethos* latino-americano”.⁴⁵⁴ Em seu congresso de fundação em 1965, o MIR já anunciava: “El MIR luchará por la organización de las Repúblicas Unidas Socialistas de América Latina, unidad que concebimos no como un sólo país, sino como unidad federativa de las naciones latinoamericanas, bajo régimen socialista”.⁴⁵⁵

Assim como os guerrilheiros argentinos e uruguaios analisados neste capítulo, os miristas chilenos também defendiam o caráter continental da revolução socialista: “El programa del MIR (...) insiste en el carácter continental que tendrá en América Latina no sólo la construcción del socialismo sino también la lucha por el poder y plantea la necesidad de la unión y acción común de los revolucionarios latinoamericanos”.⁴⁵⁶ Além disso, os revolucionários chilenos também compartilhavam a ideia de que o imperialismo estadunidense era o inimigo comum aos países latino-americanos e que somente uma revolução internacionalista seria capaz de enfrentá-lo:

⁴⁵² A revista *Punto Final* foi criada por Mario Diaz Barrientos e Manuel Cabieses Danoso em setembro de 1965 na capital chilena. O periódico representou um espaço privilegiado para o debate entre as esquerdas latino-americanas. A revista foi fechada em setembro de 1973, após o golpe militar liderado pelo general Pinochet no Chile, e reeditada no México no início da década de 1980 durante o exílio de seus redatores. Foi relançada no Chile em 1989 e continua em circulação. As edições lançadas entre 1965 e 1973 estão disponíveis em: <http://puntofinal-archivohistorico.org/pages/Portada_Ingres_a_Agnos.htm>.

⁴⁵³ MADRUGI, Leopoldo. “Tupamaros y gobierno: dos poderes en pugna”. *Punto Final*, nº 116, 27 de outubro de 1970, Suplemento, p. 11. Archivo Histórico Punto Final (1965-1973). Disponível em: <http://puntofinal-archivohistorico.org/PDFs/1970/PF_116_doc.pdf>. Acessado em: 03/10/2015.

⁴⁵⁴ DAHAS, Nashla. *op. cit.* p. 187.

⁴⁵⁵ MOVIMIENTO DE IZQUIERDA REVOLUCIONARIA. “Declaración de Principios”, 15 de agosto de 1965. In: NARANJO, Pedro; AHUMADA, Mauricio; GARCÉS, Mario & PINTO, Julio. *op. cit.* p. 104.

⁴⁵⁶ MOVIMIENTO DE IZQUIERDA REVOLUCIONARIA. “¿Que es el MIR?”, Comisión Política del MIR en la clandestinidad. Chile, dezembro de 1974, p. 9. Archivo Chile – Documentación de Historia Política Social y Movimiento Popular Contemporáneo de Chile y América Latina. Disponível em: <http://www.archivochile.com/Archivo_Mir/Doc_68_a_10_sept_73/mir68a730002.pdf>. Acessado em 03/10/2015.

Con el surgimiento y desarrollo del imperialismo la lucha de clases asumió un carácter cada vez más internacional. El internacionalismo proletario es por esto un componente imprescindible del programa revolucionario, de la estrategia revolucionaria, para la conquista y la consolidación del poder. El internacionalismo proletario es la herramienta concreta que los pueblos tienen para apoyarse los unos a los otros en su lucha común contra el poderío militar, político y económico del imperialismo.⁴⁵⁷

O MIR, assim como o PRT-ERP e o MLN-T, defendia a união com outras organizações revolucionárias sob a perspectiva do internacionalismo:

El MIR, basado en los principios del internacionalismo proletario, mantendrá sin ningún sectarismo relaciones fraternales con los partidos revolucionarios de todo el mundo (...). En nuestro continente, el MIR tendrá a formar un movimiento unificado de los grupos y partidos revolucionarios de América Latina, con el fin de coordinar y acelerar el proceso revolucionario.⁴⁵⁸

Esses pressupostos em comum foram fundamentais para o estreitamento de laços entre estes guerrilheiros sul-americanos, que se estenderiam a outros revolucionários da América do Sul, como foi o caso dos bolivianos do Ejército de Liberación Nacional (ELN), que, como veremos, conviveram junto aos demais grupos em uma organização internacionalista. Para o ELN, “lo más importante del internacionalismo proletario es combatir a la reacción imperialista desde cualquier trinchera”.⁴⁵⁹ Criado pelo próprio Ernesto Guevara em 1967, o Ejército de Liberación Nacional recebia em suas fileiras guerrilheiros de distintas nacionalidades – o próprio Guevara era argentino, embora tivesse sua imagem fortemente vinculada a Cuba – e defendia que esta era uma das expressões do internacionalismo revolucionário, uma das maneiras de seguir as sendas guevaristas.

(...) cualquier ciudadano que acepte nuestro programa mínimo conducente a la liberación de Bolivia, es aceptado en las filas revolucionarias con iguales derechos y deberes que los combatientes bolivianos los que constituyen, naturalmente, la inmensa mayoría de nuestro movimiento. Todo hombre que luche con las armas en la mano por la libertad de nuestra Patria merece, y recibe, el honroso título de boliviano, independientemente del lugar donde

⁴⁵⁷ *El Rebelde*, nº 44, 22 de agosto de 1972. In: “Dossier sobre MIR chileno”. Fundo Roberto Baschetti; Carpeta: MIR. Centro de Documentación e Investigación de la Cultura de Izquierdas en Argentina (CEDINCI).

⁴⁵⁸ MOVIMIENTO DE IZQUIERDA REVOLUCIONARIA. “Declaración de Principios”, 15 de agosto de 1965. In: NARANJO, Pedro; AHUMADA, Mauricio; GARCÉS, Mario & PINTO, Julio. *op. cit.* p. 104.

⁴⁵⁹ EJÉRCITO DE LIBERACIÓN NACIONAL. “Aclaración del ELN”. Bolivia, 29 de agosto de 1972. Centro de Documentación de los Movimientos Armados (CEDEMA). Disponível em: <http://www.cedema.org/uploads/ELN-B_1972-08-29.pdf>. Acessado em: 04/10/2015.

haya nacido. Así interpretamos el auténtico internacionalismo revolucionario.⁴⁶⁰

Ao cotejar a documentação produzida por estas organizações revolucionárias, foi possível constatar que, além de compartilharem as noções de internacionalismo e latino-americanismo e de defenderem uma revolução de caráter socialista e antiimperialista, os grupos *cono sureños* analisados neste trabalho acreditavam que iniciariam, nos anos 1970, uma segunda independência na América Latina. Nesse caso, ao contrário do que ocorreu no passado colonial, a luta não seria contra o Império espanhol, mas contra um inimigo em comum: o imperialismo estadunidense. Nesse sentido, as publicações e documentos internos destes grupos guerrilheiros resgatavam as figuras emblemáticas dos *libertadores da América* no século XIX, com destaque para José de San Martín, José Artigas e Simón Bolívar.

O jornal *El Rebelde*, órgão do Movimiento de Izquierda Revolucionaria, publicou o poema “Juramento Libertário”, que enaltecia a união latino-americana, referindo-se à luta pela independência no século XIX, que apontaria o caminho a ser trilhado no século XX:

Por la senda que Cuba señalara
estamos todos dispuestos a seguir
entregando, si es preciso nuestras vidas
por conquistar esa amada libertad

Sierra Maestra ha encendido ya la hoguera,
crisol de esperanza y libertad
que a los pueblos de América ilumina
el camino de su libertad

Basta ya de dolor,
basta ya de miseria y obscuridad,
basta ya de terror,
basta ya de aplastar la libertad

Por Martí y San Martín,
por Lautaro y Bolívar juro yo,
Por Juarez, Sandino y Recarraben,
Te juramos conquistar la libertad

Por la senda que Bolívar soñara,
nuestros pueblos un día marcharán,
y América será una sólo patria
con un noble y grande corazón

Del Rio Grande a la Estrella Solitaria

⁴⁶⁰ EJÉRCITO DE LIBERACIÓN NACIONAL. Comunicado nº 4, 01 de junho de 1967. Centro de Documentación de los Movimientos Armados (CEDEMA). Disponível em: <<http://www.cedema.org/ver.php?id=126>>. Acessado em 04/10/2015.

del Atlántico al Pacífico también,
un sólo sol brillará en nuestros cielos,
de justicia, socialismo y libertad.⁴⁶¹

O Partido Revolucionário de los Trabajadores, por sua vez, recorrentemente também resgatava o passado de lutas anticoloniais da América Latina nas páginas de seu periódico *El Combatiente*:

Las luchas actuales de nuestro pueblo contra la opresión fascista y por la liberación nacional son continuidad de la gran gesta libertadora que San Martín dirigió como patriota y militante de la libertad. Nuestro Partido recoge su ejemplo, de conductor político y militar, de genial organizador y dirigente del pueblo em armas.⁴⁶²

A alusão às lutas anticoloniais na América espanhola também se fazem presentes nos documentos produzidos pelo MLN-Tupamaros. Em 1973, por exemplo, em uma declaração conjunta com o PRT-ERP publicada no exílio afirmava-se:

El MLN y el ERP nacieron como organizaciones guerrilleras del seno de los pueblos uruguayo y argentino. La similitud de su lucha y su programa la ha ido uniendo cada día más, y a ambas con el MIR chileno en esta guerra de la Segunda Independencia, reviviendo la indestructible y centenaria unidad de nuestros pueblos, que aliados y organizados libraron triunfalmente la guerra de la Primera Independencia contra la dominación colonial española y el régimen de servidumbre y esclavitud que oprimía a nuestros pueblos. Ahora continuamos esa lucha contra los enemigos de hoy, el imperialismo yanqui y el bárbaro sistema de explotación capitalista, bajo la advocación del Comandante Guevara, héroe y precursor de la revolución socialista continental.⁴⁶³

Ao estabelecer uma linha de continuidade entre a luta pela independência durante o período colonial e a luta revolucionária que pretendiam liderar na segunda metade do século XX, os guerrilheiros sul-americanos visavam legitimar sua prática revolucionária e criar uma identidade intimamente vinculada com o passado e a tradição dos povos latino-americanos. Dessa forma, recorriam à História e resgatavam momentos históricos específicos, “reactualizándolos para justificar los nuevos objetivos, adaptándolos a las nuevas situaciones

⁴⁶¹ *El Rebelde*, nº 32, novembro de 1965. Hemeroteca do Centro de Documentación e Investigación de la cultura de Izquierdas em Argentina (Cedinci).

⁴⁶² *El Combatiente*, nº 260, 21 de fevereiro de 1978, p. 8. Hemeroteca do Centro de Documentación e Investigación de la cultura de Izquierdas em Argentina (Cedinci).

⁴⁶³ MNL-Tupamaros & PRT-ERP. “Ante el asesinato en la tortura de los compañeros Gerardo Alter y Walter Arceche”, agosto de 1973. Archivo Lucha Armada – Colección David Cámpora/ Centro de Estudios Interdisciplinarios Uruguayos (CEIU) – Universidad de la República (UDELAR); Fondo MNL Exterior, Série Balances e Informes.

y a las nuevas formas políticas”.⁴⁶⁴ Buscavam “la *contraposición* con lo existente, para así poder ofrecer un proyecto rupturista y novedoso”.⁴⁶⁵

Este *novo* projeto estava intrinsecamente vinculado às *novas* concepções revolucionárias defendidas por uma *nova geração* política. Nessa perspectiva, utilizamos o conceito de *geração*, proposto por Jean-François Sirinelli, que parte da definição de Jean Luchaire, para o qual “uma geração é uma reunião de homens marcados por um grande evento ou uma série de grandes eventos”.⁴⁶⁶ Desta vivência comum, são gestados o que Sirinelli chama de “efeitos da idade”, capazes de produzir os “fenômenos de geração”.⁴⁶⁷ Para o autor, um “estrato demográfico só se torna uma geração quando adquire uma existência autônoma e uma identidade – ambas geralmente determinadas por um acontecimento inaugurador –, às vezes esse processo só se verifica em um setor bem determinado”.⁴⁶⁸

O “evento fundador”, por sua forte amplitude, atinge toda uma sociedade, sendo, ao mesmo tempo, responsável pelo surgimento de uma classe de idade nova. Segundo Sirinelli,

as repercussões do acontecimento fundador não são eternas e referem-se, por definição, à gestação dessa geração e a seus primeiros anos de existência. Mas uma geração dada extrai dessa gestação uma bagagem genética e desses primeiros anos uma memória coletiva, portanto ao mesmo tempo o inato e o adquirido, que a marcam por toda a vida.⁴⁶⁹

No que tange às esquerdas latino-americanas, também podemos falar de uma “nova geração” política, cujo “evento fundador” seria a Revolução Cubana. Em sua maioria, esta nova geração – que, de maneira geral, adotou uma linha castrista-guevarista – afastou-se dos partidos comunistas tradicionais ou *rachou* com eles, consolidando um novo campo de “novas” esquerdas – dissidentes, alternativas, radicais, revolucionárias. E, como destacou Aldo Marchesi, esta “nueva izquierda (...) desafió las maneras tradicionales de hacer política y promovió nuevas formas de movilización, social, política y cultural”.⁴⁷⁰

As organizações armadas do Cone Sul analisadas neste capítulo estão inseridas nestas chamadas “novas” esquerdas, marcadas pelo signo da dissidência e pela busca de caminhos

⁴⁶⁴ TRISTÁN, Eduardo Rey. *op. cit.* p. 161.

⁴⁶⁵ *Idem*. Grifos no original.

⁴⁶⁶ LUCHAIRE, Jean *apud* SIRINELLI, Jean-François. “Os intelectuais”. In: REMÓND, René (org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: FGV, 1996, p. 255.

⁴⁶⁷ SIRINELLI, Jean-François. “A geração”. In: FERREIRA, Marieta de Moraes & AMADO, Janáina (orgs.). *Usos e abusos da história oral*. 5ª ed. Rio de Janeiro, FGV, 2002, p. 131-137.

⁴⁶⁸ *Ibidem*. p. 133.

⁴⁶⁹ SIRINELLI, Jean-François *apud* ROLLEMBERG, Denise. *Exílio: entre raízes e radares*. Rio de Janeiro: Record, 1999, p. 46.

⁴⁷⁰ MARCHESI, Aldo. *op. cit.* 2009, p. 42.

alternativos para a transformação social. Estes grupos, como vimos no capítulo anterior, possuíam diversas concepções em comum, relacionadas às estratégias, às formas de ação e ao discurso político. Nesse sentido, defendo que os pressupostos teóricos e a prática revolucionária dessas organizações sul-americanas evidenciavam a existência de uma *cultura política guerrilheira latino-americana*.

Segundo Ângela de Castro Gomes, o conceito de *cultura política* é importante para os historiadores, pois permite

(...) explicações/interpretações sobre o comportamento político de atores individuais e coletivos, privilegiando suas percepções, suas lógicas cognitivas, suas vivências, suas sensibilidades. Ou seja, realizando o exercício historiográfico que implica se deslocar no tempo e no espaço, compreendendo as orientações dos atores, segundo seus próprios códigos culturais.⁴⁷¹

O esforço em instituir a cultura política como um conceito fértil para os estudos históricos pode ser creditado, sobretudo, a Serge Berstein.⁴⁷² Segundo ele, o conceito é uma chave que, embora não abra todas as portas, pode elucidar as motivações da ação e dos comportamentos políticos.⁴⁷³ De acordo com Jean-François Sirinelli, a cultura política seria “uma espécie de código e de um conjunto de referentes, formalizados no seio de um partido ou, mais largamente, difundidos no seio de uma família ou de uma tradição políticas”.⁴⁷⁴ Já para Karina Kuschnir e Leandro Carneiro, “a noção de cultura política refere-se ao conjunto de atitudes, crenças e sentimentos que dão ordem e significado a um processo político, pondo em evidência as regras e pressupostos nos quais se baseia o comportamento de seus atores”.⁴⁷⁵

Serge Berstein ressaltou que o campo de aplicação da noção de cultura política é, fundamentalmente, a esfera do *político*. Além disso, o historiador salientou seu caráter *plural*, o que significa dizer que, no interior de uma sociedade, convivem *culturas políticas* diversas, que podem estabelecer entre si uma convivência pacífica ou acirrados conflitos. Para Berstein,

⁴⁷¹ GOMES, Ângela de Castro. “História, historiografia e cultura política no Brasil: algumas reflexões”. In: SOIHET, Rachel; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVÊA, Maria de Fátima (orgs.). *Culturas políticas. Ensaios de história cultural, história política e ensino de história*. Rio de Janeiro: FAPERJ/Mauad, 2005, p. 30.

⁴⁷² O debate acerca do conceito de cultura política foi desenvolvido na Ciência Política há mais décadas do que nos estudos históricos. Sobre esse debate, cf.: ALMOND, Gabriel A. & VERBA, Sidney. *The civic culture: Political attitudes and democracy in five nations*. Princeton: Princeton UP, 1963 e BAQUERO, Marcello. “Construindo uma outra sociedade: o capital social na estruturação de uma cultura política participativa no Brasil”. *Revista Sociologia Política*, nº 21, Curitiba, novembro de 2003.

⁴⁷³ BERSTEIN, Serge. “A cultura política”. In: RIOUX, Jean-Pierre & SIRINELLI, Jean-François (orgs.). *Para uma história cultural*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998, p. 349-363.

⁴⁷⁴ SIRINELLI, Jean-françois *apud* BERSTEIN, Serge. *op. cit.*, p. 350.

⁴⁷⁵ KUSCHNIR, Karina & CARNEIRO, Leandro Piquet. “As dimensões subjetivas da política: cultura política e antropologia da política”. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 13, nº 24, 1999, p. 227.

em um dado momento, uma cultura política pode tornar-se dominante, o que não anularia a existência de outras famílias de culturas políticas. E mesmo entre as culturas políticas “rivais”, as divergências não são totais, pois estas possuem áreas de valores partilhados e agem no seio da mesma sociedade, influenciando-se reciprocamente.⁴⁷⁶

Nesse sentido, segundo Berstein, a cultura política não é um fenômeno imóvel, ao contrário, ela é viva e evolui sob o efeito de influências diversas, inclusive das contribuições de outras culturas políticas vizinhas.⁴⁷⁷ Para os historiadores, a cultura política apresenta-se como um duplo fenômeno. De um lado, *individual*, pois é interiorizada pelo homem e, de outro, *coletivo*, na medida em que é partilhada por grupos inteiros, que compartilham os mesmos “postulados, grades de leitura, interpretações, proposições; utilizam-se de um mesmo tipo de discurso; se alinham com os mesmos símbolos; participam dos mesmos ritos”.⁴⁷⁸ Assim sendo, ao lado da função principal de imprimir as motivações da ação política, a cultura política confere uma *identidade* ao grupo que a reclama.

Nessa perspectiva, o conceito de cultura política pode ser utilizado para analisar as organizações da esquerda revolucionária na América do Sul nas décadas de 1960 e 1970. Defendo que estas organizações compartilhavam uma mesma cultura política, baseada em um conjunto de postulados teóricos e práticos em comum, que fortalecia uma identidade guerrilheira entre seus militantes.

Já abordamos neta seção o *internacionalismo*, o *latino-americanismo*, o *antiimperialismo* e o *resgate do passado* como algumas das características compartilhadas pelos grupos armados sul-americanos. Vejamos mais alguns elementos que também constituíram essa cultura política guerrilheira latino-americana compartilhada.

As esquerdas armadas sul-americanas elaboravam suas táticas e estratégias a partir de uma concepção catastrófica da conjuntura nacional e internacional. Em que pese as especificidades de cada país, em seu diagnóstico da realidade socioeconômica, prevalecia a ideia de que o sistema capitalista passava por uma crise irreversível. A crise exacerbava a luta de classes, em especial na América Latina que sofria a exploração imperialista. As burguesias nacionais, aliadas ao grande capital estrangeiro, não seriam capazes de encontrar soluções para a crise. Um beco sem saída. Era a *utopia do impasse*, expressão cunhada por Daniel Aarão Reis para analisar as características das esquerdas revolucionárias brasileiras e que

⁴⁷⁶ BERSTEIN, Serge. *op. cit.* p. 352-355.

⁴⁷⁷ *Ibidem*, p. 357.

⁴⁷⁸ BERSTEIN, Serge *apud* DUTRA, Eliana R. de Freitas. “História e culturas políticas – definições, usos, genealogias”. *Varia História*, Belo Horizonte, nº 28, 2001, p. 27.

pode ser estendida às organizações dos países vizinhos.⁴⁷⁹ Para estas esquerdas, o capitalismo aproximava-se de sua “crise final” e a revolução era inevitável: “Predominava um certo fatalismo positivo, uma confiança irreprimível no futuro: o que quer que acontecesse, a burguesia não tinha alternativas para sair da crise econômica que se aprofundaria. Mais dia, menos dia, o barril de pólvora explodiria, era uma questão de tempo”.⁴⁸⁰

As sociedades latino-americanas deixavam de ser vistas como feudais ou semif feudais e passavam a ser encaradas como subdesenvolvidas e dependentes, com sociedades excludentes divididas em setores irreconciliáveis, cujos problemas sociais e econômicos não poderiam ser solucionados dentro das estruturas capitalistas.⁴⁸¹ E seria nesta conjuntura que “la organización revolucionaria preparada militarmente estaria en disposición de encabezar a las masas para abrir el camino al socialismo”.⁴⁸²

O sistema capitalista, para as esquerdas revolucionárias sul-americanas, estava com seus dias contados e a revolução ao alcance das mãos. Esta revolução, como já mencionamos, teria um caráter *imediatamente socialista, continental* e vinculado aos movimentos de libertação do então chamado Terceiro Mundo, inserida em uma luta global dos povos contra a opressão imperialista. Partindo dessas premissas, as esquerdas revolucionárias do Cone Sul descreditavam no potencial revolucionário das burguesias e, portanto, rejeitavam qualquer aliança com essas classes. Para elas, “a crise crônica, estrutural, aprisionava e tolhia as classes dominantes, determinando o fracasso de qualquer aspiração à negociação e à reforma e assegurando, no mesmo movimento, a vitória das perspectivas revolucionárias”.⁴⁸³ Esses axiomas colocavam-nas diametralmente em linha de enfrentamento com os partidos comunistas tradicionais da América do Sul.

Em relação aos PC’s, criticavam a concepção tradicional – que predominava em muitos daqueles – de uma etapa democrático-burguesa da revolução, que antecederia a etapa socialista. Além de questionarem suas propostas de alianças com as classes burguesas, acusavam os partidos comunistas latino-americanos de estarem demasiadamente “sovietizados”⁴⁸⁴ e os atacavam por, na ótica dos guerrilheiros, “su burocratismo, por su inactividad revolucionaria, justificada con una estrategia que no tenia carácter revolucionario

⁴⁷⁹ AARÃO REIS, Daniel. *A revolução faltou ao encontro: os comunistas no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1990, p. 45-76.

⁴⁸⁰ AARÃO REIS, Daniel & SÁ, Jair Ferreira de (orgs.). & SÁ, Jair Ferreira de (orgs.). *Imagens da revolução – documentos políticos das organizações clandestinas de esquerda, 1961-1971*. 2ª edição. São Paulo: Expressão Popular, 2006, p. 19.

⁴⁸¹ TRISTÁN, Eduardo Rey. *op. cit.* p. 55-56.

⁴⁸² *Ibidem*, p. 153.

⁴⁸³ AARÃO REIS, Daniel. *op. cit.* 1990, p. 55.

⁴⁸⁴ PLATERO, Efraín Martínez. Entrevista concedida à autora. Montevideu, 12 de maio de 2014.

y para la que la Revolución se quedaba sólo en palabras, y por la oposición que en general tuvo con los movimientos guerrilleros surgidos en el continente”.⁴⁸⁵

Embora os revolucionários julgassem que as condições objetivas estavam “más que nunca maduras para el derrocamiento del sistema capitalista”⁴⁸⁶, para eles era preciso enfrentar “el reformismo y revisionismo que siguen traicionando los intereses del proletariado”.⁴⁸⁷ Na medida em que rechaçavam as formas de luta política preconizadas pelos partidos e organizações tradicionais de esquerda, as esquerdas revolucionárias estabeleceram uma dicotomia entre *revolucionários* e *reformistas*, como eram chamados pejorativamente as correntes que refutavam a via armada, em prol da via pacífica para o socialismo e das transformações graduais e também apostavam na via eleitoral como um mecanismo de mudança social.

Se a revolução socialista aparecia como o principal objetivo, uma das grandes questões que mobilizava e unificava as esquerdas revolucionárias *conosureñas* dizia respeito aos métodos adotados, à *ação* revolucionária. Nesse sentido, mais uma vez, estes grupos se diferenciavam – e faziam questão de reforçar essa diferença – em relação às esquerdas tradicionais:

La mayoría de estas últimas [as esquerdas tradicionais] prefieren confiar más en los manifiestos, en la emisión de enunciados teóricos referentes a la revolución para preparar militantes y condiciones revolucionarias, sin comprender que fundamentalmente *son las acciones revolucionarias las que precipitan las situaciones revolucionarias*.⁴⁸⁸

Mais que teorizar sobre a revolução, essas organizações estiveram dispostas a *hacer la revolución* – era preciso partir para a ação, sem recuos ou hesitações. A *luta armada* aparecia, portanto, como mais um elemento comum a essas esquerdas revolucionárias, encarada como o *único* caminho que conduziria à derrocada do capitalismo e do imperialismo, rumo à revolução socialista continental. Para estes revolucionários, a Revolução Cubana apontara a trilha a ser seguida. Criticavam os modelos internacionais anteriores ao modelo cubano e, em sua ótica, a vitória dos revolucionários na ilha caribenha representava uma espécie de *marco-zero* para as esquerdas latino-americanas:

⁴⁸⁵ TRISTÁN, Eduardo Rey. *op. cit.* p. 57.

⁴⁸⁶ MOVIMIENTO DE IZQUIERDA REVOLUCIONARIA. “Declaración de principios”, 15 de agosto de 1965. In: NARANJO, Pedro; AHUMADA, Mauricio; GARCÉS, Mario & PINTO, Julio. *op. cit.* p. 100.

⁴⁸⁷ *Idem*.

⁴⁸⁸ MOVIMIENTO DE LIBERACIÓN NACIONAL-TUPAMAROS. “Treinta preguntas a un Tupamaro”, 2 de junho de 1968, p. 6. Archivo CEIU/UDELAR (Montevideo), Colección David Càmpera, Fondo Documentos MNL-Difusión. Grifos nossos.

La creciente movilización de las masas durante los años 50 y fundamentalmente el triunfo de la Revolución Cubana colocaran la lucha en un plan más alto: la lucha por el socialismo volvía a plantear con fuerza su actualidad, abriendo simultáneamente *una nueva etapa marcada por la estrategia de la lucha armada para la toma del poder* y reactivando la lucha ideológica para retomar la dirección de las masas, disputándola al populismo burgués y al reformismo.⁴⁸⁹

Além disso, como vimos, baseavam-se em um *corpus* teórico em comum, fundamentando-se nos textos de Guevara, Debray e Fidel, mesclando-os com Marx e Lênin. Estes autores embasavam, muitas das vezes, os textos publicados por essas organizações em panfletos, boletins, manifestos, jornais e revistas, a partir dos quais podemos aferir outra característica em comum às esquerdas revolucionárias: o uso da *propaganda revolucionária*, visando divulgar as ações armadas e esclarecer seus objetivos; elucidar as camadas populares acerca da opressão do imperialismo e do sistema capitalista e conclamá-las a se juntar às fileiras revolucionárias.

A estratégia discursiva dos grupos revolucionários, como vimos, associava suas lutas com períodos passados, em especial com o período da independência, estabelecendo uma continuidade que visava legitimar suas ações no presente. Neste processo, resgataram-se alguns *heróis nacionais*, como Artigas (no Uruguai) e San Martín (na Argentina e no Chile) e ainda *heróis continentais*, que se tornaram símbolos para *nuestra América*, como Simon Bolívar. Isso sem falar de outro *herói continental*, que se tornou um dos maiores ícones da década de 1960 e a principal fonte de inspiração para os revolucionários de toda a América Latina: Ernesto “Che” Guevara.

Diante de diversos elementos em comum, podemos ratificar que as esquerdas revolucionárias do Cone Sul da América – em especial as organizações estudadas neste capítulo (MIR; PRT-ERP; MLN-T) – compartilhavam a *mesma cultura política*, conceito que, segundo Serge Berstein, nos permite

compreender a coesão de grupos organizados à volta de uma cultura. Fator de comunhão dos seus membros, ela [a cultura política] fá-los tomar parte coletivamente numa *visão comum do mundo, numa leitura partilhada do passado, de uma perspectiva idêntica de futuro, em normas, crenças, valores que constituem um patrimônio indiviso, fornecendo-lhes, para exprimir tudo isto, um vocabulário, símbolos, gestos, até canções que constituem um verdadeiro ritual*.⁴⁹⁰

⁴⁸⁹ JUNTA DE COORDINACIÓN REVOLUCIONARIA. “Declaración de la JCR”, novembro de 1976, p. 4. Archivo Lucha Armada – Colección David Càmpera/ Centro de Estudios Interdisciplinarios Uruguayos (CEIU) – Universidad de la Republica (UDELAR); Fundo JCR, Carpeta 3. Grifos nossos. A JCR será objeto de nosso próximo capítulo.

⁴⁹⁰ BERSTEIN, Serge. *op. cit.* p. 362. Grifos nossos.

Os revolucionários sul-americanos que pegaram em armas no combate ao capitalismo compartilhavam a *mesma leitura do passado* (a crítica às esquerdas tradicionais e seus métodos de atuação política); a *mesma perspectiva de futuro* (a revolução socialista e continental), as *mesmas crenças* (a inevitabilidade da crise do sistema capitalista e a missão histórica do proletariado), os *mesmos gestos* (as ações armadas), os *mesmos símbolos* (as figuras de Ho Chi Minh, “Che” Guevara e Bolívar, por exemplo), enfim, um conjunto de elementos que os unia e lhes conferia uma *identidade* – a de *guerrilheiro*. E, como salientou Rachel Soihet, é fundamental para o historiador analisar esse patrimônio simbólico, pois é parte integrante de

um conjunto coordenado de representações, através do qual se podem apreender valores, normas, identidades, papéis sociais, expressando necessidades e fins que os grupos se propõem alcançar. Já que, ao lado dos bens materiais, a vida social produz, igualmente, bens simbólicos, que informam os indivíduos e contribuem para as suas ações e decisões.⁴⁹¹

Consideramos que somente a partir da análise da cultura política que condicionava a prática das organizações revolucionárias das décadas de 1960 e 1970, poderemos não só compreender suas trajetórias, estrutura e funcionamento, mas também elucidar o *projeto revolucionário* das esquerdas armadas sul-americanas. Se deslocada deste contexto e da cultura política guerrilheira (composta pelos elementos acima apresentados), a opção pela luta armada empreendida pelas esquerdas *conosureñas* perde seu sentido, tornando incompreensível a mobilização de tantas vidas naqueles projetos revolucionários.

A partir de uma cultura política guerrilheira em comum, as organizações revolucionárias da América do Sul caminharam rumo a um estreitamento cada vez maior em suas relações. Como salientou Aldo Marchesi, “la identidad de cada organización armada nacional se fue construyendo a través de un dialogo regional con las otras organizaciones”.⁴⁹²

Seguindo as pegadas deixadas pela trilha internacionalista de “Che” Guevara, os argentinos do Ejército Revolucionario del Pueblo, os chilenos do Movimiento de Izquierda Revolucionaria e os uruguaios do Movimiento de Liberación Nacional-Tupamaros ultrapassaram um internacionalismo retórico e intentaram consolidar uma organização revolucionária internacionalista na América do Sul. Surgiria, então, a *Junta de Coordinación Revolucionaria*, que será analisada em nosso próximo capítulo.

⁴⁹¹ SOIHET, Rachel. “Introdução”. In: ABREU, Martha & SOIHET, Rachel (orgs.). Ensino de História: conceitos, temáticas e metodologias. Rio de Janeiro: Casa da Palavra/FAPERJ, 2003, p. 19.

⁴⁹² MARCHESI, Aldo. *op. cit.* 2009, p. 65.

Capítulo 3:

“En el camino del Che”: A Trajetória da *Junta de Coordinación Revolucionaria* nos Anos 1970

A la estrategia internacional del imperialismo corresponde la estrategia continental de los revolucionarios.
Junta de Coordinación Revolucionaria (JCR)⁴⁹³

O cenário político da América do Sul ao longo das décadas de 1960 e 1970 foi marcado, como vimos, pela emergência de ditaduras civil-militares e pela ascensão de diversas organizações revolucionárias, que se caracterizaram por uma forte desconfiança em relação às formas tradicionais de atuação e representação política, pela valorização da ação e pela defesa da luta armada. Estas organizações, apesar de suas especificidades, também possuíam similitudes teóricas e práticas e, além disso, procuraram estabelecer articulações guerrilheiras, esboçando tentativas (na maioria dos casos, fracassadas) de efetivar um internacionalismo revolucionário na região. Neste capítulo, elucidaremos a principal experiência internacionalista revolucionária na América do Sul neste período, através da análise da trajetória da *Junta de Coordinación Revolucionaria* (JCR), organização que reuniu quatro dos grupos guerrilheiros mais significativos de *nuestra América*.

No contexto latino-americano, as propostas de internacionalismo revolucionário, próprias do socialismo, ganharam forte ímpeto após a vitória da Revolução Cubana em 1959. A vitória dos guerrilheiros de *Sierra Maestra* inspirou fortemente as esquerdas latino-americanas. Acima de tudo, a Revolução Cubana tornou-se um modelo a ser seguido.

Por outro lado, entre 1967 e 1970, o Estado cubano consolidou o caminho de aproximação com a União Soviética, que se opunha às tentativas de desencadeamento da revolução na América Latina. No entanto, nesse contexto, Cuba manteve uma particular autonomia, que a destacava em relação a outros países socialistas (como os da Europa Central, por exemplo) ou outras experiências revolucionárias e suas relações com a União Soviética, como é o caso da China. Apesar de enveredar-se em um modelo de desenvolvimento econômico muito dependente da orientação soviética, Cuba continuou a incentivar a impulsão da revolução pelo chamado Terceiro Mundo. Nesse sentido, foi a anfitriã em 1967 da conferência que deu origem à Organização Latino-Americana de

⁴⁹³ JUNTA DE COORDINACIÓN REVOLUCIONARIA. “A los pueblos de América Latina, Declaración constitutiva da JCR”, *Revista Che Guevara*, nº 1, 01 de novembro de 1974, p. 3.

Solidariedade (OLAS), que estenderia a revolução pelos países latino-americanos. O Estado cubano apoiou direta e indiretamente (inclusive financeiramente) a guerrilha na América Latina. Ao longo das décadas de 1960 e 1970, um contingente de 2.000 a 3.000 guerrilheiros latino-americanos teriam sido treinado na ilha.⁴⁹⁴

Em Cuba, o maior símbolo ou aquele que melhor encarnou as propostas internacionalistas de cunho latino-americanista foi Ernesto “Che” Guevara. Após consagrar-se como um dos principais líderes da Revolução Cubana e depois de passar anos morando em Cuba, “Che” renunciou aos seus cargos no alto comando do novo governo cubano para levar a revolução a outros povos.

Se não houvesse revolução em outros países, não haveria lugar para Che. O poder burocratizado lhe era estranho e as críticas à URSS, manifestadas publicamente em 1965, o indispunham a permanecer no governo, em um momento em que Cuba já dependia da ajuda soviética. Assim, seguiu a opção feita desde sempre, coerente com sua vida, em direção à revolução, à transformação, à vida, ao abismo, à morte, à lenda.⁴⁹⁵

Em 1965, Guevara deixou Cuba e partiu em uma missão clandestina para dirigir um grupo de cubanos que apoiavam os revolucionários no Congo.⁴⁹⁶ No entanto, a iniciativa fracassou. Já em 1966, partiu rumo à selva boliviana, onde esperava contar com o apoio dos camponeses. No ano seguinte, fundou, na Bolívia, o *Ejército de Liberación Nacional* (ELN), no qual militavam bolivianos, cubanos e peruanos, dispostos a espalhar a revolução pela América do Sul. Os combates iniciaram-se em março de 1967. Isolados, sem água, sem remédios, com pouco armamento, sem conseguir estabelecer vínculos com os camponeses e setores populares, sem apoio do Partido Comunista Boliviano (de tendência soviética), lutando em condições cada vez mais adversas, a guerrilha fracassou e Guevara foi finalmente capturado em 08 de outubro de 1967. Ao ser interrogado sobre sua nacionalidade, respondeu: “Sou cubano, argentino, boliviano, equatoriano...”. No dia seguinte, foi assassinado. Morria o maior símbolo da revolução sem fronteiras, do guerrilheiro cuja pátria era a América Latina.⁴⁹⁷

⁴⁹⁴ ROLLEMBERG, Denise. *O apoio de Cuba à luta armada no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad, 2001, p. 18.

⁴⁹⁵ *Ibidem*, p. 18.

⁴⁹⁶ Durante este período, Guevara manteve seu paradeiro publicamente desconhecido. Sua ausência repentina de qualquer ato público favoreceu uma série de boatos e especulações. Durante muito tempo, a atuação de Guevara no Congo permaneceu desconhecida. Para saber mais sobre seu itinerário africano, seus projetos e suas reflexões acerca da experiência fracassada no Congo, cf: TAIBO II, Paco Ignácio; ESCOBAR, Froilán & GUERRA, Félix. *O ano que vivemos em lugar nenhum: A missão secreta de Che Guevara*. São Paulo: Scritta, 1995.

⁴⁹⁷ Após ser capturado na região de Quebrada del Yuro no dia 08 de outubro de 1967, Guevara, junto com outros guerrilheiros, foi levado para o vilarejo de La Higuera, onde foi aprisionado em uma escola. No dia 09 de

Apesar de sua morte e do fracasso de seu projeto revolucionário internacionalista, as palavras, as ideias, o exemplo de “Che” Guevara e sua perspectiva de uma revolução para além das fronteiras nacionais continuaram vivos nos corações e mentes dos revolucionários latino-americanos. Em carta enviada ao Secretariado Executivo da Conferência Tricontinental⁴⁹⁸, Guevara incentivou a criação de “dois, três, muitos Vietnãs” e conclamou os grupos armados da América Latina a “*formar uma espécie de Junta de Coordenação* para tornar mais difícil a tarefa repressiva do imperialismo ianque e facilitar a própria causa”.⁴⁹⁹

E os guerrilheiros sul-americanos atenderam ao chamado de Guevara. O ponto de partida para a formação de uma *junta de coordenação* entre grupos da esquerda sul-americana foi o contato com os sobreviventes cubanos do Ejército de Liberación Nacional da Bolívia, que, após o fracasso da guerrilha guevarista, que culminou no assassinato de dezenas de guerrilheiros, incluindo o próprio Guevara, conseguiram chegar (clandestinamente) ao Chile, depois de caminhar mais de 1000 km em condições subumanas. Os sobreviventes foram detidos, mas receberam todo o apoio dos principais grupos da esquerda chilena, em especial do *Movimiento de Izquierda Revolucionaria* (MIR). Após uma forte campanha de solidariedade organizada pelos militantes da esquerda chilena e os esforços do então senador Salvador Allende, o grupo conseguiu ser repatriado para Cuba.⁵⁰⁰

A partir de então, os militantes do ELN mantiveram contatos sistemáticos com os *miristas* chilenos. Em 1970, um novo foco guerrilheiro rural foi implantado na Bolívia por um grupo de militantes do Ejército de Liberación Nacional. O ELN boliviano contou com importante apoio dos chilenos. Esta segunda campanha guerrilheira, que foi deflagrada na região de Teoponte, durou apenas três meses e terminou com o assassinato de trinta e nove

outubro de 1967, a partir da ordem emitida pelo próprio presidente da Bolívia, René Barrientos Ortuño, “Che” Guevara, que já estava ferido com um tiro na perna, foi fuzilado com rajadas de metralhadora aos 39 anos de idade. Ainda no dia 09 de outubro, o corpo de Guevara foi levado de helicóptero para a cidade de Vallegrande, onde foi exposto ao público (moradores, soldados, jornalistas, fotógrafos e curiosos em geral) na lavanderia do hospital Nuestro Señor de Malta. À Guevara e seus companheiros guerrilheiros também assassinados, foi negado o sepultamento. No dia 10 de outubro, as mãos de Guevara foram decepadas (supostamente para ser conservadas como prova de sua morte) e seu corpo “desapareceu”. Em junho de 1997, quase 30 anos após sua morte, os restos mortais de “Che” Guevara e outros guerrilheiros foram encontrados em uma vala coletiva clandestina em Vallegrande. No mês seguinte, seus restos mortais foram levados para Cuba, onde foram recebidos por uma multidão e depositados no Mausoléu de Santa Clara. Para uma análise detalhada da trajetória de “Che” Guevara, cf. ANDERSON, Jon Lee. *Che Guevara – Uma biografia*. Rio de Janeiro: Objetiva, 1997.

⁴⁹⁸ Este Secretariado foi criado a partir da Conferência Tricontinental de Solidariedade dos Povos da Ásia, África e América Latina realizada em Havana (Cuba) em 1966. A carta de Guevara foi escrita no início de 1967 nas montanhas bolivianas. Falaremos mais da Conferência Tricontinental em nosso primeiro capítulo.

⁴⁹⁹ GUEVARA, Ernesto “Che”. “Mensagem aos povos da Tricontinental” (1967). In: LÖWY, Michael (org.). *O marxismo na América Latina: uma antologia de 1909 aos dias atuais*. 2ª edição. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006, p. 305. Grifos nossos.

⁵⁰⁰ Cf. PEREZ, Cristián. “El Ejército del Che y los Chilenos que continuaron su lucha”. *Estudios Públicos*, nº 89, 2003, p. 225-256.

guerrilheiros, além da morte de outros dois por fome.⁵⁰¹ Os poucos guerrilheiros sobreviventes atravessaram a fronteira chilena, assim como fizeram os remanescentes da guerrilha de “Che” três anos antes, e receberam asilo político do novo governo chileno, instaurado após o socialista Salvador Allende assumir a presidência da República em novembro de 1970. O governo Allende (1970-1973) notabilizou-se, entre outros fatores, pela solidariedade com os refugiados políticos. Além dos 17 sobreviventes da guerrilha boliviana de Teoponte, também foram contemplados com o asilo político 70 guerrilheiros brasileiros, 9 uruguaios e 12 mexicanos, apenas nas primeiras semanas do governo *allendista*.⁵⁰²

Assim sendo, o Chile de Allende configurou-se como um lugar de refúgio para as esquerdas sul-americanas. Nesse sentido, os militantes uruguaios do *Movimiento de Liberación Nacional-Tupamaros* também encontraram no exílio no Chile uma forma de sobrevivência e tentativa de reorganização, sobretudo a partir de 1972 quando a organização foi duramente atingida pela repressão uruguia, culminando na prisão de milhares de militantes, incluindo os principais dirigentes tupamaros, mesmo antes da instalação da ditadura no Uruguai.⁵⁰³

O Chile também receberia os militantes do *Partido Revolucionário de los Trabajadores – Ejército Revolucionário del Pueblo* (PRT-ERP) da Argentina, que então vivia sob a ditadura do general Alejandro Lanusse (1972-1973). A organização argentina estreitou seus laços com o MIR chileno em especial a partir de 1972, após o episódio conhecido como a “fuga de Trelew”. Em agosto de 1972, em meio a uma tentativa de fuga em massa da prisão de Rawson (localizada na província de Chubut, na patagônia argentina), seis militantes de organizações da esquerda argentina, incluindo dirigentes do PRT-ERP, conseguiram escapar da prisão e tomaram um avião no aeroporto de Trelew – previamente sequestrado por um comando guerrilheiro de apoio – que os levou ao Chile. Em meio à ampla pressão internacional para a deportação dos guerrilheiros para a Argentina, o MIR desencadeou uma campanha para pressionar o governo Allende a conceder asilo político aos revolucionários e questionava: “¿qué ‘consideración táctica’ puede justificar ante el mundo el entregar ao compañero Santucho y sus camaradas a los cárceles y a las torturas de la dictadura argentina?”.⁵⁰⁴ O jornal *El Rebelde*, órgão de divulgação oficial do MIR chileno, estampou a

⁵⁰¹ Cf. OSTRIA, Gustavo Rodríguez. *Sin tiempo para las palabras: Teoponte, la outra guerrilla guevarista em Bolívia*. Cochabamba, Bolívia: Grupo Editorial Kipus, 2006.

⁵⁰² QUIROGA ZAMORA, Patricio. *Compañeros: el GAP: la escolta de Allende*. Santiago de Chile: Aguilar, 2001.

⁵⁰³ Para saber mais sobre os uruguaios exilados no Chile, cf. PANCERA, Graciela Jorge & HUIDOBRO, Eleutério Fernández. *Chile Roto. Uruguayos el día del golpe de Estado em Chile*. Santiago: Editora LOM, 2003.

⁵⁰⁴ MOVIMIENTO DE IZQUIERDA REVOLUCIONARIA. “El MIR frente al problema de los revolucionarios

campanha em solidariedade aos companheiros argentinos:



El Rebelde, Ano VI, nº 44, 22 de agosto de 1972.

Fonte: Centro de Documentación e Investigación de la Cultura de Izquierdas en Argentina (CEDINCI)

A extradição foi negada pelo presidente Salvador Allende e posteriormente os militantes argentinos viajaram para Cuba.⁵⁰⁵ Antes, porém, divulgaram um comunicado agradecendo a solidariedade dos chilenos e ressaltando a importância do internacionalismo na luta revolucionária:

Nuestro saludo fraternal y revolucionario al pueblo chileno, a los compañeros que bajo la bandera del MIR (...) salieron a la calle en nuestra defensa, por una solución correcta a la situación que atravesamos.

El enérgico y solidario ejercicio del internacionalismo proletario por los sectores revolucionarios del pueblo chileno, ha sido sin duda elemento fundamental en las perspectivas abiertas para obtener nuestra inmediata liberación. Expresamos por ello al pueblo chileno, a su clase obrera y a su vanguardia revolucionaria, nuestro más cálido agradecimiento.

La lucha revolucionaria de nuestros pueblos, del pueblo chileno y del pueblo argentino, es una misma lucha y nos sentimos hondamente hermanados en el

argentinos”, 11 de agosto de 1972. Archivo Chile – Documentación de Historia Política Social y Movimiento Popular Contemporáneo de Chile y América Latina. Disponível em: <www.archivochile.com>

⁵⁰⁵ Na Argentina, 19 presos, que não conseguiram chegar a tempo para tomar o avião sequestrado no aeroporto de Trelew, foram recapturados. Eram militantes do PRT-ERP e de outras organizações da esquerda armada argentina. Destes, 16 militantes foram fuzilados poucos dias depois da fuga frustrada. Os três militantes que sobreviveram foram transferidos, gravemente feridos, para a base de Puerto Belgrano. Em outubro de 2012, os responsáveis pelo chamado “Massacre de Trelew” foram condenados à prisão perpétua pela Justiça argentina.

enfrentamiento contra el imperialismo, contra la opresión burguesa, por el socialismo revolucionario, en el camino de la guerra revolucionaria que nos señalara el Comandante Guevara. El combate será largo, y los lazos profundos y indestructibles, la unidad combatiente que vamos forjar en la lucha, será poderosa herramienta para enfrentar victoriosamente el imperialismo yanqui e sus agentes criollos.
¡Hasta la victoria siempre!⁵⁰⁶

Sob a presidência do socialista Salvador Allende, o Chile converteu-se, portanto, em um espaço fundamental de trocas políticas entre os militantes das esquerdas mundiais, incluindo seus grupos armados (o que não era bem visto pelas direitas chilenas). Guerrilheiros bolivianos do *Ejército de Liberación Nacional*, uruguaios do *Movimiento de Liberación Nacional-Tupamaros* e argentinos do *Partido Revolucionario de los Trabajadores – Ejército Revolucionario del Pueblo* (PRT-ERP) conviviam, debatiam, confirmavam afinidades políticas e aproximavam-se dos militantes do *Movimiento de Izquierda Revolucionaria* chileno, entre outras organizações.

O uruguaio Efraín Martínez Platero, um dos fundadores do MLN-Tupamaros, lembrou que o convívio entre militantes das organizações armadas sul-americanas no Chile foi o embrião para a união destes grupos revolucionários:

(...) me fue a vivir a un apartamento, una casa en un edificio grande en el centro de Santiago y en ese edificio ya estaba viviendo (...) gente del PRT, prácticamente eran todos miembros de la dirección (...) nunca supe si ese apartamento era del MIR chileno o del MLN. Pienso más bien que era un apartamento del MLN porque entraban y salían siempre compañeros de mi organización (...) y allí nos levantábamos temprano a la mañana, desayunábamos, tomábamos mate, hacíamos un poco de gimnasia, y después estudiábamos, estudiábamos algunas cosas del marxismo, discutíamos las realidades nuestras, y allí comenzó a darse naturalmente esa solidaridad entre las organizaciones revolucionarias (...) nos propusimos también llevar adelante una forma más diáfana y sin tantos preámbulos ni nada que se les parezca, de relación entre los países y entre las guerrillas de los países.⁵⁰⁷

No final de 1972, a sintonia entre estas organizações, que já se consideravam “hermanas”, começou a ganhar contornos de formalização. Em novembro daquele ano, reuniram-se em Santiago as lideranças do MIR, do MLN-Tupamaros e do ERP.⁵⁰⁸ Como representantes do MIR, estiveram presentes Miguel Enríquez (Secretário-Geral da

⁵⁰⁶ *El Rebelde*, Ano VI, nº 45, 29 de agosto de 1972. Centro de Documentación e Investigación de la Cultura de Izquierdas en Argentina (CEDINCI).

⁵⁰⁷ PLATERO, Efraín Martínez. Entrevista concedida à autora. Montevideú, 14 de maio de 2014.

⁵⁰⁸ Os militantes que compunham a direção do PRT-ERP, que conseguiram escapar da prisão na Argentina, regressaram de Cuba com o objetivo de retornar clandestinamente ao seu país. Antes, porém, passaram pelo Chile.

organização chilena), Andrés Pascal Allende e Nelson Gutiérrez; do ERP, compareceram Mario Roberto Santucho (Secretário-Geral do PRT e Comandante do ERP), Domingo Menna e Enrique Gorriarán Merlo; os Tupamaros, cujas principais lideranças estavam presas no Uruguai, foram representados por Efraín Martínez Platero e William Whitelaw. Foi então criada a *Junta de Coordinación Revolucionaria* (JCR), que deveria ser a concretização da visão estratégica de “Che” Guevara.

Em uma segunda reunião realizada em junho de 1973, desta vez na cidade argentina de Rosário, o ELN da Bolívia – que até então só mantinha conversas bilaterais com as outras três organizações, mas contava com grande prestígio e força simbólica por ser representante da guerrilha iniciada pelo próprio Guevara – foi formalmente integrado à recém-fundada organização.⁵⁰⁹ Portanto, a Junta de Coordinación Revolucionaria era integrada por quatro significativos grupos da esquerda armada sul-americana: os Tupamaros do Uruguai; o MIR do Chile; o ELN da Bolívia e o ERP da Argentina.⁵¹⁰

Em um comunicado dirigido ao Comitê Central do MLN-Tupamaros, divulgado no jornal *El Peludo* (órgão dos Tupamaros publicado no exterior), a direção do ERP ressaltou a importância da união entre as organizações:

El establecimiento y fortalecimiento de vínculos entre nuestras dos organizaciones, en los últimos meses ha sido recibido por toda nuestra militancia con singular entusiasmo, consciente de que la más estrecha unidad de los combatientes, de los marxistas-leninistas, de los revolucionarios consecuentes de nuestro continente, tiene un significado estratégico en el desarrollo de la guerra revolucionaria popular de carácter prolongado que estamos librando y que llevará al triunfo de la revolución socialista, a la total liberación nacional y social de nuestra Patria Latinoamericana y de nuestros pueblos y de nuestros pueblos.⁵¹¹

Em entrevistas concedidas ao sociólogo Eduardo Weisz, alguns militantes do PRT-ERP demonstraram o apoio entusiasmado pela união de sua organização com os “hermanos”

⁵⁰⁹ MARCHESI, Aldo. “Geografías de la protesta armada: nueva izquierda y latinoamericanismo en el cono sur. El ejemplo de la Junta de Coordinación Revolucionaria. *Revista Sociohistórica*, nº 25, 2009, p. 52.

⁵¹⁰ O sociólogo Eduardo Weisz questionou o fato de que era o *Ejército Revolucionario del Pueblo* (ERP) e não o *Partido Revolucionario de los Trabajadores* (PRT) que integrava a Junta de Coordinación Revolucionaria. Em sua concepção, “la constitución de una organización internacional con un programa en el que se reivindica el marxismo leninismo hubiera sido más coherente que sea firmada por el PRT y no por el ERP que supuestamente pretendía tener un programa más amplio y general”. WEISZ, Eduardo. “El PRT-ERP: Nueva Izquierda e Izquierda Tradicional”. *Cuadernos de Trabajo*, nº 30. Buenos Aires: Ediciones del Instituto Movilizador de Fondos Cooperativos, 2004, p. 20. De qualquer maneira, ressaltamos que a JCR configurava-se como uma organização internacionalista composta por *grupos armados*, o que justificaria a adesão do ERP.

⁵¹¹ *El Peludo – órgano de divulgación de las colonias del Movimiento de Liberación Nacional Tupamaros*, Ano 1, nº 1, abril-maio de 1973, p. 1. Archivo Lucha Armada – Colección David Càmpera/ Centro de Estudios Interdisciplinarios Uruguayos (CEIU) – Universidad de la Republica (UDELAR); Fondo MLN Exterior; Série Publicaciones (1972-1973); Carpeta 3.

sul-americanos:

Nosotros éramos internacionalistas, apoyábamos a Tupamaros, al MIR chileno, a los bolivianos (...). Queríamos tomar el poder no sólo acá sino por lo menos en toda Latinoamérica.

(“Cacho” Ventricci)

Yo estuve en dos reuniones del CC [Comité Central], estaban los compañeros de la Junta de Coordinación Revolucionaria. Era un internacionalismo distinto, no pasaba tanto por lo europeo; yo que era de los más estudiosos no conocía los congresos de la III Internacional. Sí el internacionalismo de los vietnamitas, de los cubanos, del Che, de la Junta. Éramos distintos, pero no menos internacionalistas. (...) con las otras organizaciones de la JCR todo nos parecía bien.

(Daniel de Santis)

Con la JCR estábamos a muerte. Eran nuestros hermanos, nos sentimos orgullosos de sus actividades. Había intercambio de militantes. (...) Era la línea del Che.

(Rubén Batallés)⁵¹²

No dia 13 de fevereiro de 1974, a Junta de Coordinación Revolucionaria anunció publicamente sua criação, através da convocação de uma “coletiva de imprensa” clandestina em Villa Bosch, província de Buenos Aires (Argentina), e da distribuição do comunicado *A los pueblos de América Latina*, onde assim apresentavam-se:

El Movimiento de Liberación Nacional (Tupamaros) de Uruguay, el Movimiento de Izquierda Revolucionaria (MIR) de Chile, el Ejército de Liberación Nacional (ELN) de Bolivia y el Ejército Revolucionario del Pueblo (ERP) de Argentina, firman la presente declaración para hacer conocer a los obreros, a los campesinos pobres, a los pobres de la ciudad, a los estudiantes e intelectuales, a los aborígenes, a los millones de trabajadores explotados de nuestra sufrida patria latinoamericana, su decisión de unirse en una Junta de Coordinación Revolucionaria.

Este importante paso es producto de una sentida necesidad, de la necesidad de cohesionar a nuestros pueblos en el terreno de la organización, de unificar las fuerzas revolucionarias frente al enemigo imperialista, de librar con mayor eficacia la lucha política e ideológica contra el nacionalismo burgués y el reformismo.⁵¹³

A união dos quatro grupos guerrilheiros, através da formação de uma organização internacionalista, também foi divulgada nos periódicos publicados pelas organizações-membro. O jornal *El Combatiente*, órgão do Partido Revolucionário de los Trabajadores, e o jornal *El Tupamaro*, órgão do Movimiento de Liberación Nacional – Tupamaros, por

⁵¹² WEISZ, Eduardo. *El PRT-ERP: Claves para una interpretación de su singularidad. Marxismo, internacionalismo y clasismo*. Buenos Aires: Ediciones del Centro Cultural de la Cooperación Floreal Gorini, 2006, p. 86.

⁵¹³ JUNTA DE COORDINACIÓN REVOLUCIONARIA. “A los pueblos de América Latina, Declaración constitutiva da JCR”, *Che Guevara* – órgão da JCR, nº 1, 01 de novembro de 1974, p. 3.

exemplo, estamparam a notícia da fundação da JCR, como podemos observar na reprodução das capas dos respectivos periódicos.



El Combatiente, Año VII, nº 107, 13 de fevereiro de 1974.

Fonte: Centro de Documentación e Investigación de la Cultura de Izquierdas en Argentina (CEDINCI)



El Tupamaro, Ano 1, nº 03, março de 1974.

Fonte: Archivo Lucha Armada – Colección David Cámpora/ Centro de Estudios Interdisciplinarios Uruguayos (CEIU) – Universidad de la Republica (UDELAR)

O jornal *Estrella Roja*, órgão do Ejército Revolucionario del Pueblo, também destacou a criação da Junta de Coordinación Revolucionaria. No editorial intitulado “En el camino del Che”, de 04 de março de 1974, o periódico alertava para a articulação entre as ditaduras no Cone Sul e seu alinhamento com os interesses imperialistas estadunidenses e anunciava, em resposta a isso, a união das quatro organizações revolucionárias sul-americanas, seguindo as trilhas das ideias guevaristas:

Así actúa el enemigo, y frente a él; habremos de responder dando a la guerra revolucionaria que ya estamos librando, un carácter solidario y continental, centralizando y coordinando nuestros esfuerzos. Para ello surge esta Junta de Coordinación Revolucionaria, como expresión de la decisión de lucha de los pueblos del Cono Sur de América Latina. (...) Tal el legado del Che Guevara, cuyo camino estamos transitando.⁵¹⁴

O comunicado que divulgava a criação da Junta de Coordinación Revolucionaria foi traduzido para outros idiomas e publicado em revistas ligadas aos movimentos de esquerda

⁵¹⁴ EJÉRCITO REVOLUCIONARIO DEL PUEBLO (ERP). “En el camino del Che. Editorial”. *Estrella Roja*, nº 31, 4 de março de 1974, p. 2.

em distintos países. A revista mexicana *Por qué?*, por exemplo, exaltou o surgimento da JCR e valorizou efusivamente a atuação de cada uma das organizações que integravam a Junta:

Los Tupamaros han sido los maestros de la lucha urbana y difícil; el Ejército de Liberación Nacional de Bolivia es el heredero de la ideología del Che Guevara; el MIR chileno fue la organización más consecuente y visionaria en el duro trance de la contrarrevolución fascista en esa sangrante República hermana; y el ERP es hoy en día el más formidable ejército realmente popular, enraizado en las entrañas mismas de la clase obrera argentina (...). Para honra de nuestro Continente, estos grupos guerrilleros han puesto en alto definitivamente el estandarte libertador del Che Guevara.⁵¹⁵

Na declaração constitutiva da JCR, divulgada por ocasião do anúncio oficial da formação da Junta em 1974, os quatro grupos-membro reforçavam que a criação da organização representava a institucionalização de laços fraternais, trocas de experiências e afinidades ideológicas que já se desenhavam entre os guerrilheiros do Cone Sul. E, na concepção destes revolucionários, somente a partir da prática internacionalista seria possível combater o imperialismo estadunidense – encarado como o inimigo em comum aos povos latino-americanos – e caminhar rumo ao socialismo.

Vinculados por la similitud de nuestras luchas y nuestras líneas, las cuatro organizaciones hemos establecido primero vínculos fraternales, y en un proceso hemos pasado a un intercambio de experiencias, a la mutua colaboración cada vez más activa, hasta dar hoy este paso decisivo que acelera la coordinación y colaboración que sin ninguna duda redundará en una mayor efectividad práctica en la encarnizada lucha que nuestros pueblos libran contra el feroz enemigo común.

El mayor desarrollo de nuestras organizaciones, el fortalecimiento de su concepción y práctica internacionalistas, permitirá un mayor aprovechamiento de las potencialidades de nuestros pueblos hasta erigir una poderosa fuerza revolucionaria capaz de derrotar definitivamente a la reacción imperialistacapitalista, aniquilar a los ejércitos contrarrevolucionarios, expulsar al imperialismo yanqui y europeo del suelo latinoamericano, país por país, e iniciar la construcción del socialismo en cada uno de nuestros países, para llegar día de mañana a la más completa unidad latinoamericana.⁵¹⁶

Enfrentar o imperialismo, derrubar as forças contrarrevolucionárias, promover a construção do socialismo e unir a América Latina. Eram grandes os sonhos e perspectivas dos

⁵¹⁵ DELGADO, Ysaías Rojas. “ERP, MIR, ELN y Tupamaros: La bandera del Che”. *Revista Por qué?*, nº 296, 28 de fevereiro de 1974, p. 7. Archivo Lucha Armada – Colección David Càmpera/ Centro de Estudios Interdisciplinarios Uruguayos (CEIU) – Universidad de la República (UDELAR); Fondo Artículos de Prensa, Carpeta 1974.

⁵¹⁶ JUNTA DE COORDINACIÓN REVOLUCIONARIA. “A los pueblos de América Latina, Declaración constitutiva da JCR”, *Revista Che Guevara*, nº 1, 01 de novembro de 1974, p. 4.

revolucionários que fundaram a JCR – queriam “tomar o céu de assalto”, para usar a expressão cunhada por Karl Marx. O caminho para alcançar esses objetivos seria longo e tortuoso. E, embora configurassem organizações que reivindicavam a luta armada como o eixo principal da luta revolucionária, o programa defendido pela JCR ressaltava a necessidade de saber conjugar todas as formas de luta, armadas ou pacíficas, legais ou clandestinas:

Nos une la comprensión de que no hay otra estrategia viable en América Latina que la estrategia de guerra revolucionaria. Que *esa guerra revolucionaria es un complejo proceso de lucha de masas, armado y no armado, pacífico y violento, donde todas las formas de lucha se desarrollan armónicamente convergiendo en torno al eje de la lucha armada.* (...) la lucha armada como el principal factor de polarización, agitación y, en fin, de la derrota del enemigo, la única posibilidad de triunfo. Esto no quiere decir que no se *utilicen todas las formas de organización y lucha posibles: la legal y la clandestina, la pacífica y violenta, económica y política, convergiendo todas ellas con mayor eficacia en la lucha armada, de acuerdo a las particularidades de cada región y país.*⁵¹⁷

A ênfase na conjugação de diversas formas de luta no bojo do processo revolucionário também aparece nos “Estatutos Provisorios de la JCR”. Na primeira parte do documento intitulada “Naturaleza y Character”, o item 9 dos estatutos afirma: “Los partidos integrantes de la JCR deben saber combinar el trabajo legal, semilegal e ilegal, prepararse y saber utilizar todas las formas de lucha, pacíficas y violentas, clandestinas y abiertas, armadas e no armadas, según sean las condiciones políticas existentes”.⁵¹⁸

Os documentos produzidos pela Junta de Coordinación Revolucionaria destacam ainda a luta dos povos latino-americanos contra o imperialismo dos Estados Unidos, que, numa alusão ao passado colonial, atuava como uma metrópole exploradora no subcontinente. Assim sendo, relançamos que as organizações revolucionárias que integraram a JCR acreditavam que iniciariam, nos anos 1970, uma segunda independência na América Latina. Nesse caso, ao contrário do que ocorreu no passado colonial, a luta não seria contra o Império espanhol, mas contra o imperialismo estadunidense. Nesse sentido, as publicações e documentos internos destes grupos guerrilheiros resgatavam as figuras emblemáticas dos *libertadores da América* no século XIX, com destaque para José de San Martín, José Artigas e Simón Bolívar.

Em fevereiro de 1974, quando do anúncio público de sua criação, a JCR, ao mesmo tempo em que se apresentou como a concretização da visão internacionalista de “Che”

⁵¹⁷ *Ibidem*, p. 5. Grifos nossos.

⁵¹⁸ JUNTA DE COORDINACIÓN REVOLUCIONARIA. “Estatutos Provisorios de la JCR”, s/d, p. 2. Archivo Lucha Armada – Colección David Cámpora/ Centro de Estudios Interdisciplinarios Uruguayos (CEIU) – Universidad de la República (UDELAR); Fondo JCR, Carpeta 2.

Guevara, também resgatou o passado de lutas anticoloniais da América Latina:

Este importante paso es la concreción de una de las principales ideas estratégicas del comandante Che Guevara, héroe, símbolo y precursor de la revolución socialista continental. Es también significativo paso que tiende a retomar la tradición fraternal de nuestro pueblos que supieron hermanarse y luchar como un solo hombre contra los opresores del siglo pasado, los coloniales españoles.⁵¹⁹

A mesma concepção aparece nos “Estatutos Provisorios” da JCR, onde a organização apresenta-se como a continuação das ações coordenadas e conjuntas que desencadearam o processo de independência da América Espanhola.

La JCR recoge su nombre, de una parte de las gestas de la primera independencia que llevaron a los patriotas, los revolucionarios de aquella época, a plantearse formas de coordinación y acción conjunta para enfrentar la lucha contra el yugo colonial; de otra, de la visión estratégica del Che que vislumbró la necesidad de crear juntas de coordinación entre las organizaciones de lucha de los distintos países para impulsar el combate contra las burguesías nativas y el imperialismo en una perspectiva cierta de victoria.⁵²⁰

Na mesma direção, o “Manifiesto de la Junta de Coordinación Revolucionaria”, divulgado posteriormente, em junho de 1977, resgatava a figura de grandes mártires da História da América Latina como precursores da luta perpetuada pelos guerrilheiros da JCR:

Nuestra lucha comienza con la resistencia que opusieron Tupac Amaru, Lautaro, Tupac Catari, Guatemoc, a la explotación y a la dominación española. Las guerras de la gesta de la primera independencia se prolongaron por más de 20 años y generaron las primeras formas de unidad y coordinación de los patriotas. Ellos se unieron para enfrentar al enemigo común de aquella época; al imperialismo español Bolívar, Artigas, San Martín, O’Higgins, Sucre, Carrera, Manuel Rodríguez, Benito Juárez combatieron por la independencia y libertad política de nuestros pueblos y acunaron el gran sueño de construir una gran patria americana. Martí, el gran patriota y revolucionario cubano, encabezó la resistencia heroica de su pueblo contra la dominación española y norteamericana. Supo sembrar en la historia y en la conciencia del pueblo cubano un profundo sentimiento antiimperialista y libertario, que encontraría en su realización plena en la

⁵¹⁹ JUNTA DE COORDINACIÓN REVOLUCIONARIA. “A los pueblos de América Latina, Declaración constitutiva da JCR”, *Che Guevara* – órgão da JCR, nº 1, 01 de novembro de 1974, p. 3.

⁵²⁰ JUNTA DE COORDINACIÓN REVOLUCIONARIA. “Estatutos Provisorios de la JCR”, s/d, p. 1. Archivo Lucha Armada – Colección David Cámpora/ Centro de Estudios Interdisciplinarios Uruguayos (CEIU) – Universidad de la República (UDELAR); Fondo JCR, Carpeta 2.

gesta del Moncada y el triunfo de la primera Revolución Socialista en el continente americano: la Revolución Cubana.⁵²¹

Consolidada a concepção de que levava adiante a segunda independência da América Latina, a Junta de Coordinación Revolucionaria buscou delimitar sua estrutura e funcionamento. A partir dos “Estatutos Provisórios” já mencionados, constatamos que o órgão máximo da JCR seria uma Conferência Anual, que contaria com a presença de representantes da direção de cada organização-membro. Cada organização teria direito ao mesmo número de delegados. No interregno entre a realização da Conferência Anual, o organismo máximo seria o Conselho Consultivo, integrado por um representante de cada organização. Este Conselho deveria se reunir a cada três meses para analisar a situação política nos respectivos países e controlar, de uma forma geral, a execução das tarefas revolucionárias. Ao Conselho também foi atribuída a função de elaborar um informe pormenorizado que seria avaliado na Conferência Anual. Nesta Conferência, seriam definidos ou redefinidos o programa, a estratégia e tática da organização. Além disso, na Conferência Anual também seria escolhido um Secretariado Executivo, que deveria reunir-se uma vez por semana e seria encarregado de executar as tarefas e orientações deliberadas na Conferência Anual e no Conselho Consultivo. Este Secretariado seria composto por cinco membros: um secretário executivo; um secretário de organização e finanças; um secretário de propaganda; um secretário de solidariedade; e um secretário de relações. Neste caso, por ser formado por cinco membros, o Secretariado Executivo necessariamente teria mais de um membro da mesma organização. Os Estatutos Provisórios mencionam ainda a criação de uma Comissão de Estudos Militares, que seria responsável por sistematizar a experiência militar das organizações-membro e ainda examinar as experiências militares das organizações revolucionárias latino-americanas.⁵²²

O documento estabelece também a criação de secretariados de zona para a América, África e Europa. Além disso, em todos os países em que as condições fossem favoráveis, deveriam ser estabelecidos secretariados locais para impulsionar as tarefas de propaganda, finanças, solidariedade e relações. Nos dois últimos casos, os secretariados deveriam buscar estabelecer relações com outras organizações revolucionárias da América Latina e promover a

⁵²¹ JUNTA DE COORDINACIÓN REVOLUCIONARIA. “Manifiesto de la Junta de Coordinación Revolucionaria – JCR”, junho de 1977, p. 5. Archivo Lucha Armada – Colección David Cámpora/ Centro de Estudios Interdisciplinarios Uruguayos (CEIU) – Universidad de la Republica (UDELAR); Fondo JCR, Carpeta 2.

⁵²² JUNTA DE COORDINACIÓN REVOLUCIONARIA. “Estatutos Provisorios de la JCR”, s/d, p. 3-6. Archivo Lucha Armada – Colección David Cámpora/ Centro de Estudios Interdisciplinarios Uruguayos (CEIU) – Universidad de la Republica (UDELAR); Fondo JCR, Carpeta 2.

solidariedade mundial com os povos latino-americanos. No que tange às finanças da JCR, cada organização que a integrava deveria contribuir com uma taxa anual a ser fixada, enquanto a Junta desenvolveria um trabalho próprio, baseado em distintas atividades, para arrecadar fundos. Já as atividades de propaganda estariam concentradas na criação de um periódico próprio, que seria o órgão de divulgação oficial da Junta de Coordinación Revolucionaria.⁵²³

O historiador argentino Pablo Pozzi sustenta que a JCR “era más um embrión de partido internacional que una mera coordinación guerrillera”.⁵²⁴ Daniel de Santis, ex-militante do PRT-ERP da Argentina, corrobora essa visão: “La Junta de Coordinación Revolucionaria no era una coordinación para hacer tareas. No, tenía el objetivo de acuerdos políticos-ideológicos, además de realizar y de compartir la logística, un partido internacional”.⁵²⁵ No entanto, os Estatutos Provisórios da JCR afirmam que a organização não pretendia formar uma direção supranacional que não levasse em conta as especificidades de cada país e de cada organização:

La JCR no pretende constituirse en una dirección supranacional que determine la dinámica de los partidos en cada país, sino más bien, partiendo de la interdependencia de las luchas de clases entre los distintos países latinoamericanos, busca desrollar una coordinación que tome en cuenta el factor nacional, continental e internacional, a partir de la dinámica nacional. El programa, la estrategia y la práctica que define es una línea política general que cada partido deberá implementar de acirido a la realidad concreta de cada país.⁵²⁶

Portanto, na medida em que estava garantida a independência de cada país e de cada organização⁵²⁷ e não se tentava construir um partido internacional centralizado, concordamos com o sociólogo Eduardo Weisz que afirmou que a JCR “más que actuar como una organización centralizada, en la que secciones nacionales se subordinan a una política

⁵²³ *Idem.* Como acompanharemos ao longo do capítulo, a crescente repressão às organizações revolucionárias sul-americanas, sobretudo após a instalação das ditaduras no Cone Sul, impossibilitou que toda essa estrutura definida nos Estatutos Provisórios fosse efetivamente colocada em prática e que a periodicidade das reuniões fosse mantida. Ainda neste capítulo, abordaremos a questão das finanças da JCR, ou seja, de onde veio o dinheiro que financiou as atividades da organização e também analisaremos a revista criada pela Junta e seu papel na divulgação de suas propostas internacionalistas.

⁵²⁴ POZZI, Pablo. *Por las sendas argentinas... El PRT-ERP. La guerrilla marxista*. Buenos Aires: Eudeba, 2001, p. 24.

⁵²⁵ SANTIS, Daniel de. Entrevista concedida à autora. Buenos Aires, 03 de abril de 2014.

⁵²⁶ JUNTA DE COORDINACIÓN REVOLUCIONARIA. “Estatutos Provisorios de la JCR”, s/d, p. 1. Archivo Lucha Armada – Colección David Cámpora/ Centro de Estudios Interdisciplinarios Uruguayos (CEIU) – Universidad de la Republica (UDELAR); Fondo JCR, Carpeta 2.

⁵²⁷ Isso não significava, na prática, que uma determinada organização não tivesse maior poder de influência em relação às demais. Analisaremos esta polêmica questão mais adiante, ainda neste capítulo.

internacional, fue a nuestro entender una coordinación entre organizaciones guerrilleras”.⁵²⁸

Contudo, como ressaltou John Dinges, a JCR não era

(...) uma simples aliança, nem a reunião das organizações separadas. A proposta (...) era que nenhum movimento revolucionário de um país ficasse subordinado ao outro. Cada grupo lutaria com a sua agenda e seus métodos. (...) Cada organização-membro escolheria como e quando pegar em armas. Mas juntas elas criariam uma infra-estrutura, um aparelho internacional que propiciaria apoio logístico, financeiro e militar mútuo.⁵²⁹

Formada pelo ERP argentino, o MIR chileno, o ELN boliviano e os Tupamaros uruguaios, a Junta de Coordinación Revolucionaria visava expandir-se para outros países e para além da própria América do Sul. Estava, portanto, aberta à entrada de novas organizações, incluindo mais de uma organização do mesmo país.

Podrán integrarse todas aquellas organizaciones revolucionarias que adoptan la ideología revolucionaria de nuestra época, el marxismo-leninismo; que desarrollan una actividad profesional en la dirección conciente de la lucha de clases en su país de origen; que coinciden con los lineamientos generales trazados en el Programa, Estrategia y Tactica de la JCR, y aceptan los presentes Estatutos.⁵³⁰

Nessa perspectiva, outra importante organização argentina chegou a ser formalmente convidada a ingressar na JCR: os *Montoneros*. O ex-tupamaro Efraín Martínez Platero, em entrevista concedida à autora, afirmou: “(...) yo los invité formalmente a formar parte de una gran organización revolucionaria en el cono sur, y los invité en Cuba”.⁵³¹ Luis Mattini, ex-dirigente do PRT-ERP, também em entrevista concedida à autora, lembrou que apesar do convite aos Montoneros, as relações entre eles e os militantes do Ejército Revolucionario del Pueblo não estava isenta de atritos.⁵³² Nesse sentido, Aníbal Raúl De Lucía, ex-dirigente do MLN-Tupamaros, recorda que as tentativas de aproximação com os Montoneros não era bem aceita por setores do ERP:

Los Montoneros no estaban em la Junta y com ellos teníamos contacto aparte. Teníamos una política de acercar a los “Montos” [como también era

⁵²⁸ WEISZ, Eduardo. *op. cit.* p. 21.

⁵²⁹ DINGES, John. *Os anos do Condor: uma década de terrorismo internacional no Cone Sul*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005, p. 87-88.

⁵³⁰ JUNTA DE COORDINACIÓN REVOLUCIONARIA. “Estatutos Provisorios de la JCR”, s/d, p. 2. Archivo Lucha Armada – Colección David Cámpora/ Centro de Estudios Interdisciplinarios Uruguayos (CEIU) – Universidad de la Republica (UDELAR); Fondo JCR, Carpeta 2.

⁵³¹ PLATERO, Efraín Martínez. Entrevista concedida à autora. Montevideu, 14 de maio de 2014.

⁵³² MATTINI, Luis. Entrevista concedida à autora. Buenos Aires, 27 de maio de 2014.

conhecida a organização] al PRT, pero era difícil, ¡madre mía! Yo me encargaba de eso, incluso iba a las reuniones del buró del PRT, de ERP y eran tipos difíciles, excelentes compañeros desde el punto de vista humano, pero eran tipos duros.⁵³³

O uruguaio Martínez Platero salientou que o nacionalismo dos Montoneros dificultava o estreitamento dos laços com uma organização internacionalista como a JCR: “Montoneros era un problema porque la diversidad ideológica que tenía Montoneros era tan grande como la nuestra (...) pero nuestras tendencias eran tendencias que no estaban lideradas por ningún nacionalismo, los Tupamaros no teníamos tendencias nacionalistas”.⁵³⁴ Além disso, a tendência peronista dos Montoneros foi criticada pelo principal líder do ERP, Mario Roberto Santucho. Em entrevista concedida ao jornal *EL Tupamaro*, o revolucionário argentino denunciava que o peronismo demonstrara “claramente su carácter contrarrevolucionario, sus vínculos com el imperialismo yanqui y su maligna intención de aplastar la lucha revolucionaria”.⁵³⁵ Assim sendo, Santucho afirmava que as organizações peronistas deveriam unir-se ao ERP e “otras organizaciones marxistas-leninistas, progresistas y revolucionarias, para avanzar em las tareas político-militares de la guerra revolucionaria”.⁵³⁶

Sem a adesão dos “Montos”, a JCR seguiu buscando consolidar a organização no Cone Sul da América. Nos primeiros anos da Junta de Coordinación Revolucionaria, o Chile exerceu um papel fundamental, afinal tinha sido o “anfitrião” das outras três organizações que, juntamente com os *miristas* chilenos, dariam origem à JCR. No entanto, com o golpe de Estado perpetrado pelo general Augusto Pinochet, em setembro de 1973, a violência repressiva que se seguiu alterou radicalmente o cenário chileno. Com o avanço repressivo, os chilenos foram perdendo sua centralidade dentro da JCR.

Pouco mais de um ano após o golpe no Chile, no dia 05 de outubro de 1974, Miguel Enríquez, o secretário-geral do *Movimiento de Izquierda Revolucionaria* e um dos homens mais procurados pelas autoridades chilenas, foi assassinado por agentes da *Dirección de Inteligencia Nacional* (DINA) em Santiago.⁵³⁷ Dois dias depois, a Junta de Coordinación

⁵³³ DE LUCÍA, Aníbal Raúl *apud* LESSA, Afonso. *La revolución imposible: los tupamaros y el fracaso de la vía armada em el Uruguay del siglo XX*. Montevideo: Editorial Fin de Siglo, 2002, p. 155.

⁵³⁴ PLATERO, Efraín Martínez. Entrevista concedida à autora. Montevideo, 14 de maio de 2014.

⁵³⁵ *El Tupamaro*, Ano 1, nº 03, março de 1974, p. 19. Archivo Lucha Armada – Colección David Cámpora/ Centro de Estudios Interdisciplinarios Uruguayos (CEIU) – Universidad de la Republica (UDELAR); Fondo MLN Exterior; Série Publicaciones (1974-1976); Carpeta 1.

⁵³⁶ *Idem*.

⁵³⁷ Até meados de 1975, a maioria dos militantes do MIR estava presa ou desaparecida, incluindo quase 90% do Comitê Central da organização. Vale lembrar que, diferentemente de outras organizações da esquerda chilena, o MIR não optou pelo exílio em massa de seus militantes – “*El MIR no se exilia*” era o lema da organização. Posteriormente, em meio a uma acalorada discussão interna no MIR, alguns líderes sobreviventes abandonaram este lema, buscaram abrigo em algumas embaixadas e partiram para o exílio.

Revolucionaria lançou um comunicado lamentando a morte do revolucionário chileno, que era o idealizador da criação de uma organização internacionalista que congregasse os guerrilheiros sul-americanos:

Un héroe más se ha sumado a la larga lista de los caídos por la liberación nacional y social de los pueblos latinoamericanos. Un héroe más ha caído en el camino del Che, en el camino de Vietnam; su sangre es un nuevo tributo que rinde a la revolución mundial la lucha de los pueblos oprimidos. Pero nuevos brazos se tienden presurosos a recoger su fusil, conscientes de que a un revolucionario no se le llora, se le reemplaza.

Al cumplirse un nuevo aniversario de la muerte gloriosa de nuestro querido comandante Ernesto Ché Guevara, en pleno corazón de la selva americana, unimos su nombre al de nuestro querido compañero Miguel Enríquez que acaba de caer por la libertad de Chile y por la revolución latinoamericana.⁵³⁸

Antes da morte de Miguel Enríquez, seu irmão, Edgardo Enríquez, que também era da direção do MIR chileno, deixou o Chile e partiu para a Argentina em março de 1974. De lá, seguiu para Paris. As razões para sua saída do Chile foram pessoais e políticas: Edgardo encontrava-se muito abalado após a morte de um de seus filhos, vítima de uma meningite; por outro lado, fora do Chile, ele seria encarregado de organizar um Comitê exterior do MIR para buscar recursos econômicos que permitiriam financiar as atividades clandestinas de resistência à ditadura liderada por Augusto Pinochet. Após saber da morte de Miguel, Edgardo Enríquez decidiu regressar à Argentina, onde assumiria as responsabilidades de seu irmão na direção das atividades da JCR, visando também retornar clandestinamente ao Chile para integrar à resistência à ditadura. Antes de retornar à Argentina, Enríquez fez uma escala em Cuba. Na ilha, organizou uma escola de treinamento militar, juntamente com outro militante do MIR, Jorge Fuentes. Em meados de maio de 1975, Enríquez retornou a Buenos Aires. Com ele, viajaram alguns militantes do MIR que, após passar pelo treinamento militar em Cuba, foram selecionados para participar das atividades da JCR na Argentina.⁵³⁹

Após o golpe no Chile em 11 de setembro de 1973 – antecedido, entre outros, pelo golpe no Paraguai em 1954, no Brasil em 1964, na Bolívia em agosto de 1971 e no Uruguai em junho de 1973 – a Argentina, que então vivia um momento democrático, entre uma ditadura e outra, tornou-se um porto para os refugiados políticos e as organizações

⁵³⁸ JUNTA DE COORDINACIÓN REVOLUCIONARIA. “¡Há muerto um revolucionario! ¡Viva la revolución!”. Centro de Documentación de los Moviminetos Armados (CEDEMA). Disponível em: <www.cedema.org>.

⁵³⁹ MARCHESI, Aldo. Geographies of Armed Protest: Transnational Cold War, Latin Americanism and the New Left in the Southern Cone (1964-1976). Tese (Doctor of Philosophy), Department of History, New York University, 2013, p. 281-282.

revolucionárias do Cone Sul.⁵⁴⁰ Contudo, é importante destacar que este período também foi marcado na Argentina por uma intensa repressão às organizações de esquerda, em especial aos grupos armados. Em um telegrama enviado ao embaixador do Chile na Argentina em dezembro de 1973, o então presidente da República, Juan Domingo Perón, afirmou que estava preocupado com a polarização política em seu país e garantiu que empreenderia esforços para conter os “excessos” dos grupos de extrema-esquerda.⁵⁴¹

A repressão recrudescceu após a criação, em 1974, da Aliança Anticomunista Argentina, mais conhecida como *Triple A*, uma organização de extrema-direita, que liderou uma série de perseguições e assassinatos políticos e atuou particularmente no governo de “Isabelita” Perón (1974-1976). Nesse contexto, a “Liga Argentina por los Derechos del Hombre”⁵⁴² enviou um documento, intitulado “El regimen democratico peligra em la Argentina”, à Comissão de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas (ONU) denunciando a

(...) escalada terrorista de derecha, con sus criminales y diarios atentados (...). La Argentina ha conquistado el triste privilegio de tener un muerto por razones políticas cada 12 horas (...). Ha habido días en que han aparecido hasta cinco cadáveres, la mayoría de personas jóvenes, acribilladas a balazos, con las manos atadas a la espalda y los ojos vendados.⁵⁴³

Apesar da ofensiva das forças contrarrevolucionárias, a JCR acreditava que “después de distintas experiencias em otras regiones del continente, que se desarrollaron con continuidad luego del triunfo de la Revolución Cubana, el auge de la lucha obrera y popular comenzó a cobrar cuerpo en el cono sur de la América oprimida”.⁵⁴⁴ No dia 01 de maio de 1974, em comunicado dirigido aos trabalhadores e povos latino-americanos, a organização reforçava essa visão: “Este Primero de Mayo encuentra unidas a importantes organizaciones marxistas-leninistas de combate del Cono Sur del Continente como expresión más clara de

⁵⁴⁰ Isso não excluía a resistência de setores significativos da sociedade argentina em receber os refugiados políticos, como ocorrera anteriormente também no Chile de Allende.

⁵⁴¹ *Ibidem*, p. 273.

⁵⁴² A *Liga Argentina por los Derechos del Hombre* foi criada em 1937 em Buenos Aires, como uma das primeiras organizações de defesa dos direitos humanos na Argentina. Criada como um espaço plural que agregava distintas vertentes do pensamento democrático e progressista, a Liga destacou-se durante o período da última ditadura argentina nas iniciativas de coordenação de organismos de defesa dos direitos humanos.

⁵⁴³ LIGA ARGENTINA POR LOS DERECHOS DEL HOMBRE. “El regimen democratico peligra em la Argentina”. Documento enviado ao presidente da Comissão de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas (ONU), 08 de janeiro de 1975. Archivo General de la Nación; Archivo Intermédio; Fondo Ministério del Interior; Sección Expedientes Secretos, Confidenciales y Reservados; Caja 141; Documento 146/75.

⁵⁴⁴ JUNTA DE COORDINACIÓN REVOLUCIONARIA. “Declaración de la Junta de Coordinación Revolucionaria sobre el Primero de Mayo”, maio de 1974. Archivo Lucha Armada – Colección David Cámpora/ Centro de Estudios Interdisciplinarios Uruguayos (CEIU) – Universidad de la Republica (UDELAR); Fondo JCR; Carpeta 1.

este auge revolucionario que viven las masas”.⁵⁴⁵

Nesse contexto, apesar da conjuntura repressiva interna, a Argentina, em vista das ditaduras que já se espalhavam pela América do Sul, tornou-se o *locus* privilegiado para as organizações revolucionárias e, em especial, para a Junta de Coordinación Revolucionaria. O golpe no Chile parecia reforçar a radicalização política das organizações que integravam a Junta, que fortaleceram sua concepção sobre a necessidade da luta armada e intensificaram as atividades para consolidar e expandir a JCR. Era grande o otimismo revolucionário: “Imaginávamos uma espécie de Vietnã embrionário em toda a América Latina. Íamos levar a idéia da JCR ao Brasil, Peru, México, Caracas. Para nós, a revolução estava prestes a se iniciar em toda a América Latina”, relembra Luis Mattini, uma das lideranças do ERP.⁵⁴⁶

Entre 1973 e 1976, a JCR concentrou suas atividades no território argentino. Neste período, a organização logrou desenvolver uma infra-estrutura militar e logística, concomitantemente às atividades de propaganda revolucionária. Nesse sentido, a organização foi beneficiada por uma infra-estrutura já existente na Argentina e que fora elaborada pelo PRT-ERP. As “escolas de quadros” da organização argentina foram colocadas à disposição da JCR, que promovia cursos e atividades de formação política e militar com a participação de militantes bolivianos, uruguaios, chilenos, argentinos, entre outros.⁵⁴⁷

Um documento produzido pelos órgãos de inteligência do Uruguai alertava para a criação das escolas de quadros da JCR, fruto da cooperação entre grupos guerrilheiros:

Desde 1968 tanto el MIR (chileno), el PRT (ERP-argentino), ELN (Bolivia) y el MLN (T) (uruguayo) venían teniendo sus contactos. (...) Durante el año 1973 se realizan intercambios de opiniones creándose una verdadera Escuela de Cuadros en la Región de Mendoza. A esta escuela de cuadros concurren subversivos de varios países y es el primer órgano conjunto que funciona como tal. Allí se enseñaba capacitación política, técnica en falsificación de documentos, táctica de guerrillas, uso de armamento, etc.⁵⁴⁸

Um dos professores nas escolas de quadros da JCR era o boliviano Rúben Sánchez Valdivia, cuja trajetória de vida foi bastante *sui generis*. Sánchez era major do Exército da Bolívia quando atuou nos combates à guerrilha de “Che” Guevara na região atravessada pelo

⁵⁴⁵ *Idem*.

⁵⁴⁶ MATTINI, Luis *apud* DINGES, John. *op. cit.* p. 91.

⁵⁴⁷ MATTINI, Luis. Entrevista concedida à autora. Buenos Aires, 13 de abril de 2014.

⁵⁴⁸ Archivo de la Dirección Nacional de Información e Inteligencia (DNII); Montevidéo; Estado Mayor, División de Ejército III, 8-2-44 Confidencial, fevereiro de 1974. In: PRESIDENCIA DE LA REPUBLICA ORIENTAL DEL URUGUAY. *Actualización de la Investigación Histórica sobre Detenidos Desaparecidos*. Disponível em: <<http://www.presidencia.gub.uy/wps/wcm/connect/presidencia/portalpresidencia/comunicacion/informes/investigacion-historica-sobre-detenidos-desaparecidos>>.

rio Ñancahuazú. Em abril de 1967, após um confronto com os guerrilheiros, Sánchez acabou sendo capturado e feito prisioneiro. A partir de então, abandonou o Exército, incorporou-se à guerrilha guevarista e, posteriormente, tornou-se militante do Ejército de Liberación Nacional da Bolívia. Sobreviveu à repressão à guerrilha, em especial após a morte de Guevara, e participou do novo foco guerrilheiro do ELN em 1970 na região de Teoponte. Após o golpe de Estado na Bolívia em 1971, partiu para o exílio primeiramente no Chile e depois na Argentina, onde atuou na direção da JCR como representante do ELN boliviano.⁵⁴⁹

Além das escolas de quadros, a Argentina abrigava uma equipe permanente da JCR, formada, entre outros, por Rúben Sánchez (ELN), Edgardo Enríquez (MIR), Mario Roberto Santucho (ERP) e representantes do MLN-Tupamaros.⁵⁵⁰ Como os próprios órgãos de inteligência e repressão do Cone Sul constataram, os anos de 1974 e 1975 representaram “el auge de la JCR en el Río de la Plata”.⁵⁵¹

As ações militares da JCR estiveram intrinsecamente ligadas às do ERP. Uma das principais modalidades eram as capturas de altos executivos de empresas multinacionais. Foram realizadas três capturas, todas na Argentina, lideradas por militantes do ERP e com participação de militantes das demais organizações-membro da JCR, sobretudo os Tupamaros.⁵⁵² Em troca da liberação dos capturados, eram solicitados alguns bens de utilidade pública (como ambulâncias e equipamentos odontológicos para vilarejos pobres) e também uma quantia em dinheiro. O montante solicitado como resgate nas ações de captura tornou-se o principal financiamento das atividades de propaganda, das ações armadas e da construção de uma infra-estrutura da JCR.⁵⁵³

Em uma dessas ações revolucionárias, foi capturado o executivo Victor Samuelson, funcionário da empresa ESSO. A façanha estampou a capa do jornal *Estrella Roja*, órgão de divulgação do ERP:

⁵⁴⁹ Rúben Sánchez Valdivia faleceu em novembro de 2014, aos 89 anos de idade.

⁵⁵⁰ SANTUCHO, Julio. Entrevista concedida à autora. Buenos Aires, 11 de abril de 2014.

⁵⁵¹ Archivo de la Dirección Nacional de Información e Inteligencia (DNII); Montevideú; Estado Mayor, División de Ejército III, 8-2-44 Confidencial, fevereiro de 1974. *Op. Cit.*

⁵⁵² Nas três ações, foram capturados executivos das empresas Esso, Firestone e Swissair.

⁵⁵³ A Junta de Coordinación Revolucionaria, cujos recursos eram oriundos, em quase sua totalidade, do ERP, também passou a ajudar financeiramente outras organizações revolucionárias. Luis Mattini relembra: “Tínhamos muito dinheiro. Movimentos de toda parte vinham nos pedir dinheiro. Dávamos 10 mil dólares aqui, 40 mil dólares ali. Se estavam envolvidos na luta armada, era ainda mais provável que o conseguissem”. MATTINI, Luis *apud* DINGES, John. *op. cit.* p. 137.



Estrella Roja, nº 28, 07 de janeiro de 1974.

Fonte: El Topo Blindado – Centro de Documentación de las Organizaciones Politico-Militares Argentinas

Além de caracterizar a captura como uma forma de compensação para os crimes cometidos por “empresas imperialistas”, o jornal também reproduzia uma extensa lista de bens de utilidade pública solicitados como condição para a libertação do executivo.

Detalle de los elementos a distribuir			
CONCEPTO	CANTIDAD	CONCEPTO	CANTIDAD
Aviones ambulancias	2	Elementos para la carpida de tierra (herramientas)	1250
Ambulancias	23	Equipo odontológico	1
Ampliación hospital	1	Grifos de agua	31
Ayuda hospital	3	Guarderías infantiles	1
Ablandador de aguas duras	1	Generador (respuesta usina)	1
Bloques de hormigón	5000	Hogar escuela	2
Baños públicos	3	Heladera familiar	1
Bolitas Portland	125	Juegos infantiles	100
Bombas de agua, perforación y tanques	128	Juguetes	3000
Biblioteca (libros primarios y secundarios)	3	Jardín de infancia	3
Bombas motor a explosión	2	Juego ropa cuanca	20
		Juego de cubiertos	1
Cañerías (redes)	3	Maderas para 45 familias de 80 mts. de 5x5 pulgadas por filia.	2
Cañerías (metros)	188000 mts.	Materiales de construcción para un asilo	1
Caños de desagües (500 mts., restantes a determinar en los barrios y distribuir)	500 mts.	Máquinas de coser	2
Canillas públicas	1300	Máquinas de tejer	1
Chapas Zinc	200000	MÁQUINAS DE BIERRID	5
Clavos para techos	2000 cajas	Mantas	5800
Cochones	3520	Mesas	4
Cuinas	3410	Omnibus de pasajeros	1
Casas (construcción)	25	Picos de agua	46
Cocinas completas	2	Perforación de pozos de agua	30
Canastas familiares	80000	Puertas metálicas	40
Comedor infantil	1	Puente colgante sobre río	11
Construcción dispensarios	74	Ropa para niños	300 conj.
Construcción comedor-500 personas ESSO	1	Ropa adultos (vestir)	44700
Construcción de un puente	1	Roperos	200
Construcción de 2 salones	1	Red de abumbrado	5
Dinero en efectivo		Ropa de trabajo	1250 conj.
Equipamiento escuela	24	Sillas	20
Escalera de material para la villa	1	Tractores y accesorios	16
Equipamiento dispensario	80	Transporte carbonilla (mts. cúb.)	2380
Escuelas	25	Transporte de tierra (camionadas)	400
Equipo purificación medio ambiente	1	Televisores	8
Equipo pt. ificador de aguas	1	Utensilios de cocina (jugos)	30
Entubamiento de arroyo	400 mts.	Utiles para escuela	2
		Ventanas metálicas	40

Estrella Roja, nº 28, 07 de janeiro de 1974, p. 5.

Fonte: El Topo Blindado – Centro de Documentación de las Organizaciones Politico-Militares Argentinas

No decorrer das negociações, o representante da empresa ESSO alegou que era impraticável atender à extensa lista de exigência dos guerrilheiros.⁵⁵⁴ Assim sendo, ambas as partes concordaram em estipular uma quantia em dinheiro a ser paga pela empresa. Em troca da liberdade de Victor Samuelson, os guerrilheiros receberam a significativa quantia de 14 milhões de dólares. Deste total, 10 milhões ficaram com o ERP; um milhão foi destinado ao MIR; um milhão para os Tupamaros; um milhão para o ELN e, por fim, um milhão foi reservado especificamente para a JCR.⁵⁵⁵

No início de 1975, a JCR embarcou em um período de intensos preparativos para a ofensiva futura, o que, na prática, significaria também a reestruturação do ELN, dos Tupamaros e do MIR, sobretudo após as duras ondas de repressão que se seguiram aos golpes de Estado deflagrados na América do Sul. Abridadas na Argentina, as três organizações

⁵⁵⁴ A ESSO evitou envolver a polícia argentina na negociação do resgate de seu funcionário.

⁵⁵⁵ MATTINI, Luis. Entrevista concedida à autora. Buenos Aires, 13 de abril de 2014; MARCHESI, Aldo. *op. cit.* 2013, p. 319; ALDRIGHI, Clara. *Memórias de Insurgência: Histórias de vida y militância em el MLN-Tupamaros (1965-1975)*. Montevideu: Ediciones de la Banda Oriental, 2009, p. 347-349. Abordaremos mais adiante, ainda neste capítulo, as divergências que surgiram entre as organizações-membro da JCR relativas à divisão do dinheiro obtido através das ações de capturas.

somariam seus esforços ao ERP – que manteve uma posição privilegiada durante o período de desenvolvimento da JCR – para o desenvolvimento de uma infra-estrutura própria da Junta de Coordinación Revolucionaria.

A partir das entrevistas com ex-militantes das organizações que integravam a Junta e da documentação produzida pelos órgãos de repressão, podemos vislumbrar duas grandes operações articuladas pela JCR na Argentina: a fabricação de documentos falsos e a fabricação de armas. Na documentação da repressão, as duas operações aparecem, respectivamente, como “Plan Conejo” e “Plan 500”.

Segundo Aldo Marchesi, o chamado “Plan Conejo” teria como objetivo “brindar documentos identificatorios falsificados (cédulas de identidad, pasaportes, registros de conducir, credenciales policiales y militares, etc.) a los miembros de todas las organizaciones de la JCR”.⁵⁵⁶ Em um documento produzido pelos órgãos de inteligência uruguaios, consta que a JCR possuía um setor específico de documentação, inspirado nas técnicas desenvolvidas pelos Tupamaros. Este setor tinha como finalidade principal

(...) brindar apoyo logístico a los elementos subversivos de las distintas organizaciones clandestinas, mediante la confección de todo tipo de documento identificatorio, tales como cédulas de identidad, pasaportes, libretas de conductor, credenciales policiales y militares, registros de automotores, carnets de afiliados a organizaciones gremiales, clubes sociales, deportivos, etc.⁵⁵⁷

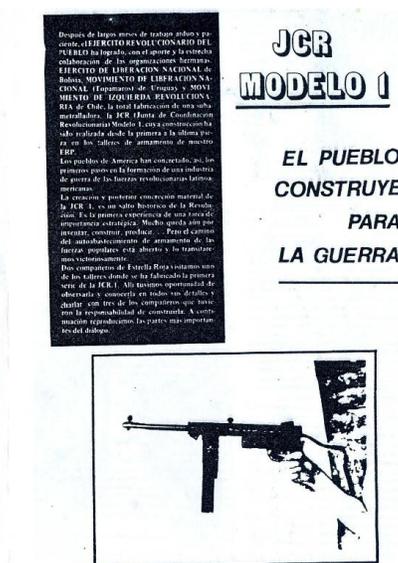
Os informes produzidos pela *Dirección de Inteligencia de la Policía de la Provincia de Buenos Aires* (DIPBA) da Argentina e pela *Dirección Nacional de Información e Inteligencia* (DNII) do Uruguai relatam que, após diligências efetuadas pelas forças de segurança argentinas entre março e abril de 1975, foram detectados diversos imóveis utilizados como “casas operativas” da JCR. Nestas, foram encontrados grande quantidade de munição, explosivos, mimeógrafos, laboratórios fotográficos, panfletos e material de propaganda revolucionária. Mais de 30 pessoas foram detidas; a maioria de uruguaios Tupamaros que atuavam na Argentina. Boa parte dos detidos possuía algum tipo de vinculação com a JCR. A partir dos depoimentos dos presos políticos, obtidos sob tortura, os

⁵⁵⁶ MARCHESI, Aldo. “‘La partida decisiva de la revolución en América Latina’. Militantes bolivianos, chilenos y uruguayos en la Argentina peronista. Buenos Aires, 1973-1976”. *Revista PolHis*, Ano 5, nº 10, 2012, p. 236.

⁵⁵⁷ “Parte de Información nº 05/76, Junta de Comandantes en Jefe, Servicio de Información de Defensa, Planes – Operaciones – Enlace, Mesa de Inteligencia”, Montevideu, setembro de 1976. Archivo de la Dirección Nacional de Información e Inteligencia (DNII). In: PRESIDENCIA DE LA REPUBLICA ORIENTAL DEL URUGUAY. *Actualización de la Investigación Histórica sobre Detenidos Desaparecidos*. Disponível em: <<http://www.presidencia.gub.uy/wps/wcm/connect/presidencia/portalpresidencia/comunicacion/informes/investigacion-historica-sobre-detenidos-desaparecidos>>.

órgãos de inteligência e repressão descobriram ainda a existência de um barco, supostamente ancorado no porto da cidade argentina de Tigre, que seria usado para transportar militantes e armamentos entre a Argentina e o Uruguai, atravessando o Rio da Prata.⁵⁵⁸

Já o chamado “Plan 500”, também desenvolvido pela JCR, era bem mais ousado e consistia na fabricação própria de 500 metralhadoras. A produção de armamentos caseiros já vinha sendo desenvolvida por militantes do MIR nos *Cordones Industriales* no Chile.⁵⁵⁹ Essa experiência foi interrompida com o golpe de Estado em 1973 e posteriormente retomada na Argentina, já no âmbito da atuação da Junta de Coordinación Revolucionaria. Os militantes da JCR conseguiram instalar uma fábrica clandestina de armas e, em março de 1975, anunciaram triunfantemente que tinham fabricado uma metralhadora capaz de disparar 500 tiros – a arma foi batizada de *JCR 1*.



Estrella Roja, nº 49, março de 1975, p. 17.

Fonte: El Topo Blindado – Centro de Documentación de las Organizaciones Politico-Militares Argentinas

⁵⁵⁸ “Procedimiento contrasubversivo vinculado a la Junta Coordinadora Revolucionaria”. Archivo de la Dirección de Inteligencia de la Policía de la Provincia de Buenos Aires (DIPBA); Fondo DIPBA/ Mesa “D(S)”, Carpeta Varios, Legajo 3010; e “Memorandum I – 09/975, Junta de Comandantes en Jefe, Servicio de Información de Defensa, Departamento III – Planes – Operaciones-Enlace”. Ministerio de Defensa Nacional; Documentación del Organismo Coordinador de Operaciones Antisubversivas y Servicio de Información de Defensa. In: PRESIDENCIA DE LA REPUBLICA ORIENTAL DEL URUGUAY. *Actualización de la Investigación Histórica sobre Detenidos Desaparecidos*. Disponible em: <<http://www.presidencia.gub.uy/wps/wcm/connect/presidencia/portalpresidencia/comunicacion/informes/investigacion-historica-sobre-detenidos-desaparecidos>>.

⁵⁵⁹ Os *Cordones Industriales* foram um fenômeno surgido no Chile durante o governo do socialista Salvador Allende, em especial entre os anos de 1972 e 1973. Cada *cordón* consistia em uma agrupação de fábricas e empresas que coordenava as ações e tarefas dos trabalhadores de uma mesma zona. Segundo a historiadora Elisa Borges, os *cordones* inovaram “na forma de atuar e articular as demandas territorializadas dos trabalhadores de uma mesma região”. BORGES, Elisa de Campos. *¡Con la UP ahora somos gobierno!: A Experiência dos Cordones Industriales no Chile de Allende*. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2011, p. 11.

O jornal *Estrella Roja* especificou ainda as características do armamento:

Las distintas experiencias nos permitieron ir perfeccionando este modelo de metralleta. Los criterios técnicos sobre los cuales nos basamos fueron los siguientes: que la metra no requiriera para su fabricación conocimientos técnicos muy especializados, para que cualquier hombre del pueblo, en determinado momento de la guerra, pudiese construirla. Otra cuestión, fue la cantidad de tiros, que se estimaron en quinientos. Con esas pautas hicimos muchísimas pruebas. Finalmente el triunfo coronó nuestros esfuerzos. La *JCRI* está terminada y funciona perfectamente. Las dificultades actuales son las de lograr una buena producción en serie. La fabricación actual es todavía bastante artesanal.⁵⁶⁰

Luis Mattini, ex-dirigente do PRT-ERP, relatou o processo de fabricação da arma:

(...) inventamos una “metra” [...] la JCR [...] es como las que usa la policía, era muy sencillo el mecanismo. Y llegamos a tener una plena fabricación, lo que pasa es que en el 75 me parece que cayó la fábrica [...] el personal eran gente especializada. Teníamos dos armeros argentinos, por ejemplo, eran dos armeros de profesión, y los Tupas nos pasaron un par de torneros, metalúrgicos, y después de Bolivia vino uno que era una especie de artesano (...) También se hizo un polígono para probar el armamento. Una obra de ingeniería de la puta madre. En eso sí que funcionaba la coordinación.⁵⁶¹

A empreitada militar, no entanto, não durou muito, como o próprio Mattini relembra:

(...) estábamos en plena producción por así decirlo, ya sistemática, una cantidad de cañones por un lado, cargadores por otro, estábamos en lo mejor de la producción, una cosa así como mil ejemplares en una primera producción, cuando cayó la represión, nos detuvieron a los compañeros y nos desvalijaron, fracasó la producción. (...) los militares se espantaron cuando vieron las armas, la capacidad de producción, se preocuparon mucho (...) además era un arma eficaz. Y yo he estado ahora con un oficial del ejército de aquella época y el tipo dice que cuando descubrieron eso quedaron muy impresionados porque dijeron: “Si esta gente puede hacer esto así de forma artesanal...”⁵⁶²

De fato, pouco tempo depois do periódico vinculado ao ERP – *Estrella Roja* – anunciar a fabricação da metralhadora *JCRI*, os órgãos de segurança da Argentina

⁵⁶⁰ *Estrella Roja*, nº 49, março de 1975, p. 19. El Topo Blindado – Centro de Documentación de las Organizaciones Politico-Militares Argentinas. Disponível em: <www.eltopoblindado.com>.

⁵⁶¹ MATTINI, Luis *apud* SLATMAN, Melisa. “Revisando una hipótesis: las relaciones entre la emergencia de la Junta de Coordinación Revolucionaria y la estructuración de la Operación Cóndor (1972-1978)”. IX Encuentro Nacional y III Congreso Internacional de Historia Oral de la República Argentina “Los usos de la Memoria y la Historia Oral”, Outubro de 2009, p. 14. Disponível em: <<http://www.historiaoralargentina.org/attachments/article/eho2009/Memoriaydictadura/Slatman-Melisa.pdf>>.

⁵⁶² MATTINI, Luis. Entrevista concedida à autora. Buenos Aires, 13 de abril de maio de 2014.

localizaram a fábrica clandestina, interrompendo a produção e confiscando as metralhadoras e outros materiais, além de prender alguns militantes da JCR.⁵⁶³ E, como apontou Luis Mattini, os órgãos de repressão demonstraram preocupação com o avanço das ações militares da organização:

Lo actuado hasta el momento permitió comprobar una vez más los alcances que a nivel internacional posee la subversión en hispanoamérica. La integración de las organizaciones extremistas que actúan en ese ámbito y la interacción existente entre ellas y sus integrantes. (...) se evidenciaron los medios de que disponen para su acción de conjunto, revelador de la peligrosidad que ello inviste y sus relaciones y/o vinculaciones con otros países de América.⁵⁶⁴

Nessa mesma direção, a “Directiva del Comandante General de Ejército” nº 404, emitida em outubro de 1975, que estabeleceu as responsabilidades do Exército argentino no combate à “subversão”, demonstrava uma preocupação com a suposta ampliação da atuação e do alcance internacional da JCR:

La Unidad Internacionalista de esta vanguardia subversiva marxista latinoamericana pasa a ser entonces la razón de ser la JCR y es un elemento estratégico en la lucha por la toma del poder en nuestro continente que, con la utilización del proceso subversivo, intenta cobrar cada vez más importancia, de tal manera que diversas organizaciones extremistas de las naciones hermanas de PERÚ, VENEZUELA, BRASIL, GUATEMALA, PARAGUAY, MÉJICO, COLOMBIA, NICARAGUA, SANTO DOMINGO, EL SALVADOR e incluso EE UU han buscado tomar contacto con esta organización revolucionaria continental.⁵⁶⁵

Ainda em 1975, com a intensificação da repressão na Argentina, que era o principal palco de atuação da JCR, o PRT-ERP admitiu que o desempenho da Junta – classificada como “pequeno embrião de organização internacionalista” – seria limitado:

Ahora se estan dando los primeros pasos, llenos de limitaciones, porque estamos combatiendo en circunstancias difíciles. Eso restringe en gran medida las posibilidades de la Junta, que necesitaría legalidad para poder

⁵⁶³ “Fabricacion de Pistola Ametralladora por parte de la Junta Coordinadora Revolucionaria (JCR)”. Archivo de la Dirección de Inteligencia de la Policía de la Provincia de Buenos Aires (DIPBA); Fondo DIPBA/ Mesa “D(S)”, Carpeta Varios, Legajo 1518.

⁵⁶⁴ “Procedimiento contrasubversivo vinculado a la Junta Coordinadora Revolucionaria”. Archivo de la Dirección de Inteligencia de la Policía de la Provincia de Buenos Aires (DIPBA); Fondo DIPBA/ Mesa “D(S)”, Carpeta Varios, Legajo 3010.

⁵⁶⁵ “Directiva del Comandante General del Ejército N° 404/75 (Lucha contra la subversión)”, Apéndice 1 (Síntesis de Su Origen y Evolución. Doctrina-OPM PRT-ERP y JCR), Anexo 1 (Inteligencia), outubro de 1975. In: PORTUGHEIS, Rosa Elsa (org). *Documentos del estado terrorista*. Buenos Aires: Ministerio de Justicia y Derechos Humanos de la Nación; Secretaría de Derechos Humanos, 2012 (Cuadernos del Archivo Nacional de la Memoria, vol. 4), p. 56.

realizar una tarea más consistente. Es imprescindible de una base material, de una zona liberada. Por eso, ahora el papel de la Junta es restringido. Pero cuando haya zonas liberadas, el papel de la Junta será mucho mayor.⁵⁶⁶

Com as possibilidades de atuação mais restritas no Cone Sul, a JCR decidiu intensificar suas atividades voltadas para outras partes do mundo. A política exterior e as alianças internacionais representaram, desde o início, uma das prioridades da organização. Ainda em 1973, o tupamaro Efraín Martínez Platero foi escolhido como representante internacional da JCR. A partir de então, Platero realizou diversas viagens visando conquistar apoio para a Junta. Seu primeiro destino foi Cuba – a ilha era considerada pelas quatro organizações que formavam a JCR a vanguarda revolucionária da América Latina.

Nuestras organizaciones, unidas en la Junta de Coordinación Revolucionaria, saludan la Revolución Cubana como inicio de nuestra segunda independencia y de la Revolución Latinoamericana. (...) Los pueblos latinoamericanos festejaron como suyos los primeros logros de la Revolución Cubana. (...) América Latina veía en su propio solo, el camino revolucionario de su liberación. (...) Ya desde el primer momento Cuba fue reconocida como vanguardia y guía de la Revolución Latinoamericana.⁵⁶⁷

Contudo, apesar das expectativas positivas dos guerrilheiros, a ideia de uma junta revolucionária latino-americana não foi bem recebida pelos comunistas cubanos. Ainda que Platero tenha invocado a memória de “Che” Guevara como inspiração para a JCR, o líder Fidel Castro não aprovava os planos da Junta. Efraín Martínez Platero, em entrevista concedida à autora, assim explica a hesitação de Fidel Castro:

(...) me fue a Cuba a hablar com Fidel y en la reunión Fidel me dijo: “Yo apoyo al MLN Tupamaros pero no a la JCR porque está el PRT (...) Los cubanos habían empezado a tener con [Hector] Cámpora [presidente da Argentina de maio a julho de 1973] muy buenas relaciones, y quizá no solamente por eso sino además porque ellos nos decían que no estaban de acuerdo con ninguna idea radical de la guerrilla. (...) estaban con la Unión Soviética y estaban con los partidos comunistas de América Latina (...) y un poco sacaron la mano al movimiento guerrillero y apoyaban más a los Montoneros porque los Montoneros eran más que nada movimientistas, más que guerrilla, eran movimientos de masa muy grandes peronistas (...).⁵⁶⁸

⁵⁶⁶ *El Combatiente*, Año VIII, nº 175, 30 de julho de 1975, p. 4. Centro de Documentación e Investigación de la Cultura de Izquierdas en Argentina (CEDINCI).

⁵⁶⁷ “Saludo de la JCR al XVI aniversario del triunfo de la Revolución Cubana”. *El Combatiente*, Año VIII, nº 151, 08 de janeiro de 1975, p. 15. Centro de Documentación e Investigación de la Cultura de Izquierdas en Argentina (CEDINCI).

⁵⁶⁸ PLATERO, Efraín Martínez. Entrevista concedida à autora. Montevideu, 12 e 14 de maio de 2014.

A desaprovação do Estado cubano à experiência da JCR estava relacionada ao fato de Fidel Castro ser contrário aos planos do ERP de deflagrar uma guerrilha nas montanhas de Tucumán na Argentina, pois o governo argentino abrisse relações comerciais com Cuba e o apoio ao ERP poderia prejudicar o desenvolvimento destas relações. Ademais, a aproximação do governo cubano com a União Soviética – ainda que não representasse o fim do apoio de Cuba à esquerda armada latino-americana – significou um estreitamento das relações com os partidos comunistas latino-americanos e, como apontamos anteriormente, uma revisão das propostas defendidas pela Organização Latino-Americana de Solidariedade (OLAS).

Segundo o depoimento de Enrique Gorriarán Merlo, um dos principais dirigentes do ERP, Fidel Castro não era contra uma coordenação revolucionária em si, mas contra o fato de torná-la pública, o que, em sua ótica, poderia contribuir para a união dos governos repressivos do Cone Sul.⁵⁶⁹ Luis Mattini corrobora essa visão:

Fidel mando la recomendación que la JCR no fuera pública. Fidel dijo: “Tampoco nosotros como Estado cubano podemos apoyar públicamente una organización que se está metiendo en otros países”. Fue un buen argumento de parte de ello (...) no podíamos tener su reconocimiento público (...) Y nuestra aspiración hubiera sido tener una sede, un local en Habana.⁵⁷⁰

Além disso, Fidel Castro poderia imaginar que o desenvolvimento de uma coordenação revolucionária na América Latina, como propunha a JCR, significaria uma disputa de hegemonia – até então exercida por Cuba – dentro dos movimentos revolucionários latino-americanos.⁵⁷¹ Assim sendo, Cuba continuou mantendo laços bilaterais com as organizações revolucionárias sul-americanas, mas não oficializou seu apoio à JCR.

Apesar da resistência de Cuba, a Junta de Coordinación Revolucionaria prosseguiu sua busca por contatos e apoio no exterior. Seu representante internacional, Martínez Platero, partiu de Cuba com destino à Argélia, como relatou em seu depoimento:

(...) me quedo prácticamente um mes en Argelia (...) los argelinos me hicieron esperar em Argelia todo esse período para poder hablar com el gobierno argelino. Al final no hablé com el gobierno argelino, hablé com el jefe de FLN [Frente de Libertação Nacional] argelino, en donde me negó toda posibilidad de apoyo (...) ellos sobre América Latina tomaban la posición de Cuba.⁵⁷²

⁵⁶⁹ MERLO, Enrique Gorriarán. Entrevista concedida ao Instituto de Investigaciones Gino Germani – Universidad de Buenos Aires, Archivo Oral. Buenos Aires, 09 e 11 de agosto de 2005.

⁵⁷⁰ MATTINI, Luis. Entrevista concedida à autora. Buenos Aires, 13 de abril de maio de 2014.

⁵⁷¹ MARCHESI, Aldo. *op. cit.* 2013, p. 307.

⁵⁷² PLATERO, Efraín Martínez. Entrevista concedida à autora. Montevidéu, 14 de maio de 2014.

Da Argélia, Platero seguiu para a Europa, onde fez contatos na França e Suécia. Entretanto, seus esforços para conquistar efetivo apoio político no exterior para a JCR fracassaram. “Lo único que logré fueron veinte mil francos”, recorda o emissário da JCR.⁵⁷³ Nesse sentido, John Dinges afirma que os partidos social-democratas europeus

(...) rejeitaram categoricamente o pedido de apoio para a estratégia de guerrilha da Junta. O entusiasmo europeu e a ajuda financeira limitavam-se à “solidariedade” para com os refugiados, exilados políticos e outras vítimas dos abusos crescentes dos direitos humanos. (...) A Europa fornecia uma retaguarda para as operações financeiras e de propaganda (...), mas a ação militar estava fora de questão.⁵⁷⁴

Em maio de 1975, a direção da Junta de Cordinación Revolucionaria decidiu enviar dois emissários em uma viagem pela América Latina a fim de espalhar a estratégia revolucionária da JCR pela região:

Era tanto uma incursão como uma viagem de informação para realizar um levantamento do nível de determinação (*voluntad*) dos revolucionários latino-americanos. Era como uma sondagem preliminar. Mais tarde eles deviam entregar um relatório e então sair de novo para cimentar alianças ou membros [na JCR].⁵⁷⁵

Os escolhidos para desempenhar esta missão foram Amílcar Santucho (irmão mais velho de Mario Roberto Santucho, principal líder do ERP) e Jorge Fuentes (um dos principais representantes do MIR em Buenos Aires). A primeira parada dos emissários foi o Paraguai, então sob uma ditadura liderada por Alfredo Stroessner.⁵⁷⁶ Contudo, a missão tornou-se o alvo de uma ação combinada entre as forças de segurança da Argentina, Chile e Paraguai, que contaram com o apoio do *Federal Bureau of Investigation* (FBI) dos Estados Unidos. Amílcar Santucho e Jorge Fuentes foram presos pouco depois de ingressarem no Paraguai em maio de

⁵⁷³ *Idem*.

⁵⁷⁴ DINGES, John. *op. cit.* p. 136-137. Ainda segundo Dinges, a estratégia de guerrilha defendida pela JCR era aceita por alguns grupos de extrema esquerda na Europa, porém a JCR tentou mantê-los à distância para não perder o apoio social-democrata.

⁵⁷⁵ MATTINI, Luis *apud* DINGES, John. *op. cit.* p. 139. A jornalista argentina María Seoane, ao contrário, afirma que a viagem dos dois militantes ao Paraguai “intentaba averiguar en Asunción sobre el destino de miristas chilenos miembros de la JCR, secuestrados por la policía del regimen de Alfredo Stroessner”. SEOANE, María. *Todo o nada, la historia secreta y pública de Mario Roberto Santucho, el jefe guerrillero de los años setenta*. Buenos Aires: Planeta, 2003, p. 262.

⁵⁷⁶ Em entrevista concedida à autora, Luis Mattini questionou que o Paraguai fosse incluído no itinerário dos representantes da JCR: “Ellos salieron de Argentina, la lógica hubiera sido que hubieses salido vía Brasil o Bolívia. Esa era la lógica, a mi no se me hubiese ocurrido nunca salir por Paraguay. Paraguay era un país de la dictadura de Stroessner, desconocido, no teníamos casi contactos con Paraguay”. MATTINI, Luis. Entrevista concedida à autora. Buenos Aires, 13 de abril de maio de 2014. Esse parece ser um questionamento construído *a posteriori*.

1975. Junto com eles foram apreendidos documentos e listas de endereços e de contatos da JCR. Os dois militantes

(...) haviam frequentado os encontros mais secretos do PRT-ERP, do MIR e da JCR (...) Conheciam os planos, a estratégia, a infra-estrutura, as transmissões financeiras, e uma riqueza de detalhes sobre as operações guerrilheiras passadas. A polícia de Segurança paraguaia percebeu rapidamente que aqueles dois homens podiam fornecer um mapa das estradas da atividade militar da JCR no Cone Sul. Eles também conheciam detalhes da estrutura da Junta Coordinadora Revolucionaria em meia dúzia de países europeus e da infra-estrutura de solidariedade que estava sendo montada em toda a América Latina, na Europa e nos Estados Unidos. (...) As informações obtidas sob tortura de Fuentes e Santucho desencadearam uma enorme caçada humana aos líderes da JCR, que ocuparia os Serviços de Inteligência chileno, argentino e de outros países por mais de um ano.⁵⁷⁷

Um documento produzido pelo embaixador da Argentina em Assunção, capital paraguaia, alertava o Ministro das Relações Exteriores da Argentina para o interesse do embaixador da Itália no Paraguai acerca da situação dos presos políticos da JCR. O embaixador da Argentina se encarregou de informar ao diplomata italiano os antecedentes “subversivos” dos prisioneiros, em especial de Amílcar Santucho, afirmando que ele era membro executivo da Junta de Coordinación Revolucionaria, “cuya misión es aunar los esfuerzos de las organizaciones subversivas del Sur del Continente”.⁵⁷⁸ Por sua vez, o secretariado europeu da JCR⁵⁷⁹ decidiu enviar um advogado ao Paraguai para acompanhar a situação carcerária de Jorge Fuentes e Amílcar Santucho. Na reunião do secretariado, estabeleceram-se as informações prioritárias que o advogado deveria coletar: “a) su real situación física y legal; b) se saldrian de Asunción com um salvoconducto; c) si esto no es asi, que perspectivas existen”.⁵⁸⁰ Um documento emitido pelos órgãos de inteligência do Uruguai afirmava que a ajuda a presos políticos era uma das características dos representantes da JCR no exterior:

La ayuda la efectúan desde el movimiento de apesamiento del elemento, brindándole respaldo legal con un selecto y bien remunerado núcleo de abogados, que procurará liberar al individuo haciéndolo trasladarse fuera del país. Logrado ello la JCR determina su reintegro clandestino o su ubicación en un país en que la Junta tenga establecida una de sus embajadas. Esta

⁵⁷⁷ DINGES, John. *op. cit.* p.142; 154.

⁵⁷⁸ Embajada de la Republica Argentina en Paraguay al Ministro de Relaciones Exteriores y Culto. Assunção, 17 de dezembro de 1975. Archivo Histórico de la Cancillería Argentina (Ministerio de Relaciones Exteriores y Culto de la República Argentina – MREC); Fondo Dirección de América del Sur, Caja AH/0431.

⁵⁷⁹ Analisaremos a atuação da JCR na Europa em nosso próximo capítulo.

⁵⁸⁰ JUNTA DE COORDINACIÓN REVOLUCIONARIA, Secretariado Europeu. Ata da reunião de 27 de fevereiro de 1976. Archivo Lucha Armada – Colección David Cámpora/ Centro de Estudios Interdisciplinarios Uruguayos (CEIU) – Universidad de la Republica (UDELAR); Fondo JCR, Carpeta 3.

decisión está condicionada a la calidad del militante.⁵⁸¹

Os oficiais dos Serviços de Inteligência do Chile e da Argentina participaram dos interrogatórios de Fuentes e Santucho na capital paraguaia.⁵⁸² O tratamento dado pelas agências de inteligência na América do Sul a estes prisioneiros⁵⁸³ já apontava para uma nova tática das forças repressivas dos países do Cone Sul, que superavam suas longas histórias de rivalidade e animosidade, substituindo-as por um nível sem precedentes de colaboração e compartilhamento de informações. Essa nova realidade daria origem à chamada *Operação* ou *Plano Condor*, uma aliança secreta entre os governos militares de Uruguai, Paraguai, Bolívia, Argentina e Brasil.⁵⁸⁴

A *Operação Condor* foi oficialmente instituída em novembro de 1975, após um encontro dos principais representantes do setor de inteligência da América do Sul, em Santiago do Chile, comandado pelo general Pinochet e pelo coronel Manuel Contreras, chefe da Direção de Inteligência Nacional chilena.⁵⁸⁵

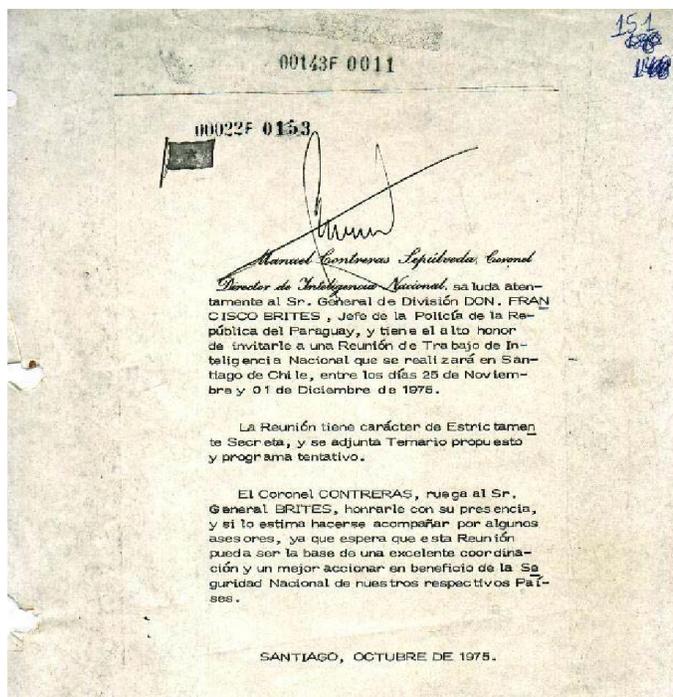
⁵⁸¹ “Parte de Información nº 05/76, Junta de Comandantes en Chefe, Servicio de Información de Defensa, Planes – Operaciones – Enlace, Mesa de Inteligencia”, Montevideu, setembro de 1976. Archivo de la Dirección Nacional de Información e Inteligencia (DNII). In: PRESIDENCIA DE LA REPUBLICA ORIENTAL DEL URUGUAY. *Actualización de la Investigación Histórica sobre Detenidos Desaparecidos*. Disponível em: <<http://www.presidencia.gub.uy/wps/wcm/connect/presidencia/portalpresidencia/comunicacion/informes/investigacion-historica-sobre-detenidos-desaparecidos>>.

⁵⁸² Entre os documentos preservados no Centro de Documentación e Archivo para la Defensa de los Derechos Humanos (CDyA) do Paraguai, mais conhecido como “Archivo del Terror”, consta a transcrição de parte desses interrogatórios. A maioria das perguntas dizia respeito à JCR, visando esclarecer as atividades exercidas pela organização e seus contatos internacionais e também localizar importantes militantes em atividade na Argentina, como Mario Roberto Santucho e Edgardo Enriquez. Estes documentos, entre outros do “Archivo del Terror”, foram digitalizados e encontram-se disponíveis no site do *The National Security Archive – George Washington University*: <<http://www2.gwu.edu/~nsarchiv/NSAEBB/NSAEBB239b/>>.

⁵⁸³ Jorge Fuentes esteve detido no Paraguai até meados de setembro de 1975, quando foi transferido clandestinamente para o Chile, a cargo da *Dirección de Inteligencia Nacional* (DINA), a polícia-política criada pelo regime liderado por Augusto Pinochet. Ele nunca mais foi visto e figura oficialmente na lista de *desaparecidos* políticos chilenos. Já Amílcar Santucho permaneceu preso no Paraguai até setembro de 1979, quando foi libertado. Somente regressou à Argentina após o fim da ditadura. Faleceu em 17 de julho de 1995.

⁵⁸⁴ O vôo do “Condor” sul-americano contou com o apoio da “águia” estadunidense, ou seja, com a colaboração e convivência do governo dos Estados Unidos. Para saber mais sobre a chamada *Operação Condor*, ver, entre muitos outros: DINGES, John. *op. cit.*; MARTORELL, Francisco. *Operación Cóndor: el vuelo de la muerte*. Santiago de Chile: Editorial LOM, 1999. (Colección Septiembre); QUADRAT, Samantha Viz. *A repressão sem fronteiras: perseguição política e colaboração entre as ditaduras do Cone Sul*. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2005 e MCSHERRY, Joan Patrice. *Los estados depredadores: la Operación Condor y la guerra encubierta en América Latina*. Santiago: LOM, 2009.

⁵⁸⁵ Segundo John Dinges, uma delegação do Brasil compareceu ao encontro como observadora, mas o país só ingressou formalmente na Operação Condor em 1976. Cf. DINGES, John. *op. cit.* p. 37.



Convite do coronel Manuel Contreras ao chefe da polícia do Paraguai para a Primeira Reunião de Trabalho de Inteligência Nacional, considerada o marco inicial da Operação Condor. Santiago, Outubro de 1975.

Fonte: The National Security Archive – George Washington University. Disponível em:
 <<http://www2.gwu.edu/~nsarchiv/NSAEBB/NSAEBB239b/>>

Nesta Primeira Reunião de Trabalho de Inteligência Nacional, realizada em Santiago entre os dias 25 de novembro e 01 de dezembro de 1975, foi distribuído o programa do evento que continha a proposta de incrementar os intercâmbios de informação entre os países do Cone Sul a fim de combater a “subversão” que se espalhava para além das fronteiras nacionais.

La subversión desde hace algunos años se encuentra presente em nuestro Continente. (...) *La subversión há desarrollado mandos intercontinentales, continentales, regionales y subregionales, centralizados para coordinara las acciones disociadoras. A manera de ejemplo podemos citar la Conferencia Tricontinental de La Habana, la Junta Coordinadora Revolucionaria para el Sur, etc., todo ello amenizado con toda suerte de Comités de Solidaridad (...)*

En cambio los países que están siendo agredidos política-económica y militarmente (desde adentro y fuera de sus fronteras), está combatiendo solos o cuando más con entendimientos bilaterales o simples “acuerdos de caballeros”.

Es para enfrentar esta Guerra Psicopolítica, hemos estimado que debemos contar en el ámbito internacional no con un mando centralziado en su accionar interno, sino que con una coordinación eficaz que permita un intercambio oportuno de informaciones y experiencias además con cierto grado de conocimiento personal entre los jefes responsables de la

Seguridad.⁵⁸⁶

Contudo, antes mesmo deste encontro no Chile em 1975, que é tido como o marco inicial da Operação Condor, a troca de informações e a colaboração entre os serviços de inteligência e os órgãos de repressão da América do Sul já era uma realidade. Como analisou a historiadora Adrianna Setemy, a Operação Condor representou, na realidade,

a continuação de uma longa tradição de cooperação e troca de informações entre autoridades policiais e militares da região, muitas vezes mediadas pela ação das representações diplomáticas nos países do Cone Sul, a fim de controlar os riscos de infiltração de grupos estrangeiros indesejáveis através das fronteiras.⁵⁸⁷

Além disso, ainda segundo Setemy, a perseguição aos opositores políticos dos regimes para além das fronteiras nacionais estava relacionada à reelaboração da Doutrina de Segurança Nacional pelos militares latino-americanos. Para a historiadora,

a Doutrina de Segurança Nacional continha os elementos que permitiram que as Ditaduras do Cone Sul extrapolassem os princípios fundamentais do Direito Internacional de respeito aos limites territoriais e às soberanias, previstos nos acordos regionais de coordenação policial e judicial e também nos acordos de coordenação militar firmados desde o início do século XX, e aplicassem para além das fronteiras internacionais os mesmos métodos que eram aplicados para a segurança interna de seus países.⁵⁸⁸

Alguns exemplos comprovam que os sistemas de inteligência e repressão da América do Sul já vinham estreitando laços antes da institucionalização da repressão sem fronteiras. Patrice McSherry, com base nos documentos da *Central Intelligence Agency* (CIA), destaca que desde o início de 1974 na Argentina, o presidente Perón promoveu ações coordenadas entre os serviços de inteligência da região, visando principalmente combater militantes das organizações de extrema-esquerda do Cone Sul. Perón chegou, inclusive, a autorizar que os órgãos de segurança dos países vizinhos atuassem em território argentino na prisão de

⁵⁸⁶ DIRECCIÓN DE INTELIGENCIA NACIONAL (DINA). “Primera reunión de inteligencia nacional”, Santiago, 1975. The National Security Archive – George Washington University. Disponível em: <<http://www2.gwu.edu/~nsarchiv/NSAEBB/NSAEBB239b/>>. Grifos nossos.

⁵⁸⁷ SETEMY, Adrianna Cristina Lopes. Sentinelas das Fronteiras: o Itamaraty e a diplomacia brasileira na produção de informações para o combate ao inimigo comunista (1935-1966). Tese (Doutorado em História) – Instituto de História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2013, p. 244.

⁵⁸⁸ *Idem*. Para saber mais sobre a Doutrina de Segurança Nacional, especialmente no contexto das ditaduras da América do Sul, ver, entre muitos outros: PADRÓS, Enrique Serra. *Como el Uruguay no hay... Terror de Estado e Segurança Nacional no Uruguai (1968-1985): do Pachecato à ditadura civil-militar*. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

“subversivos”, que poderiam ser retirados do país sem os devidos trâmites legais.⁵⁸⁹

Ainda em 1974, o general Carlos Prats González – que foi comandante-chefe do Exército chileno durante o governo Allende – encontrava-se no exílio em Buenos Aires, quando foi assassinado, junto com sua esposa, a mando da Direção de Inteligência Nacional chilena: no dia 30 de setembro daquele ano, uma bomba colocada em seu carro explodiu matando o casal.

No ano seguinte, a DINA do Chile articulou, mais uma vez, uma operação para além das fronteiras chilenas – a chamada *Operação Colombo*, que contou com duas frentes de atuação, como nos explica Samantha Quadrat:

Uma delas voltada para a distribuição de cadáveres mutilados no território argentino [ostentando carteiras de identidade falsas e cartazes atribuindo a autoria dos assassinatos ao MIR]. E uma outra voltada para a divulgação, pela grande imprensa, que centenas de guerrilheiros estavam sendo treinados na Argentina para voltarem ao Chile e derrubarem o governo Pinochet, além de assassinar as principais lideranças civis e militares do país.⁵⁹⁰

Em abril de 1975, já sob a presidência de “Isabelita” Perón, a Argentina recebeu a visita oficial do ditador chileno, Augusto Pinochet. Um ofício do embaixador argentino no Brasil ao Ministro das Relações Exteriores da Argentina afirmava que a cobertura da imprensa brasileira sobre o encontro de “Isabelita” e Pinochet salientava a importância da reunião entre os dois chefes de Estado para “la coordinación de esfuerzos conjuntos de los países del continente para colaborar en la solución de problemas comunes, particularmente los del desarrollo y de la lucha contra la subversión”.⁵⁹¹ Nesse sentido, o *Jornal do Brasil*, em matéria intitulada “Argentina e Chile examinam frente contra o terror”, argumentava que o combate ao “terrorismo” seria a pauta principal do encontro, sobretudo após a criação da JCR:

Os dois governos não ocultam sua preocupação pela estreita colaboração que existe entre militantes do Exército Revolucionário do Povo (ERP) e do Movimento de Esquerda Revolucionária (MIR). Depois de ter cooperado com o Uruguai em matéria policial e de segurança, a Argentina parecer estar interessada em chegar a um acordo semelhante como Chile, com o qual divide uma fronteira de 5 mil quilômetros. (...)

A criação de um Comitê de coordenação dos quatro grandes grupos terroristas (Argentina, Bolívia, Chile e Uruguai) – anunciada no mês passado – teve pouca repercussão oficial, mas foi recebida como um sinal de alerta.

⁵⁸⁹ MCSHERRY, Joan Patrice. *op. cit.* p. 121.

⁵⁹⁰ QUADRAT, Samantha Viz. *op. cit.* p. 144.

⁵⁹¹ Embajada de la Republica Argentina en Brasil al Ministro de Relaciones Exteriores y Culto. Brasília, 23 de abril de 1975. Archivo Histórico de la Cancillería Argentina (Ministerio de Relaciones Exteriores y Culto de la República Argentina – MREC); Fondo Dirección de América del Sur, Caja AH/0068/1.

(...)

No ano passado, o MIR chileno, o ERP argentino, o Exército de Libertação Nacional (ELN) boliviano e os Tupamaros uruguaios, resolveram integrar um comando único, cuja sede, ao que parece foi localizada na Argentina, o único dos quatro países cujas condições permitem uma atuação deste tipo, apesar da crescente repressão militar.⁵⁹²

Alguns autores, como John Dinges, apontam que a principal justificativa e/ou pretexto para a criação da Operação Condor foi a união de quatro organizações revolucionárias sul-americanas, formalizada através da fundação da Junta de Coordinación Revolucionaria.

A Junta Coordinadora foi levada tão a sério pelos governos militares que se transformou no principal alvo da Operação Condor. Os documentos militares secretos dedicados à análise da “ameaça” da JCR mostram que o interesse militar por ela despertado não se destinava apenas a fins de propaganda. Os relatórios secretos tornam indiscutível que os militares acreditavam na acuidade das informações sobre a JCR e agiam com base nesses dados.⁵⁹³

Peter Kornbluh corrobora essa concepção, ao afirmar que

Los datos de la JCR mediante tortura por la policía paraguaya [por ocasião da prisão de Jorge Fuentes e Amílcar Santucho] impulsaron, al parecer, la decisión de Contreras de formalizar una red regional de seguridad anticomunista. En la segunda mita de 1975, Contreras emprendió un recorrido por distintos países con la intención de establecer las bases para la que se constituiría como Operación Condor.⁵⁹⁴

Hoje, poderíamos dizer que os governos militares superestimaram a ação da JCR. O chileno René Valenzuela, um dos principais representantes da JCR na Europa, avalia: “Eles [os governos militares] achavam que a organização era maior do que na realidade éramos, e reagiram muito rapidamente, com uma força devastadora. Estávamos ainda nas fraldas, com muitos problemas, e nunca tivemos de fato a oportunidade de fazer o que pretendíamos fazer”.⁵⁹⁵ Mas essa é uma avaliação construída *a posteriori*.

Melisa Slatman sugere que, ainda que a experiência concreta da JCR tenha sido limitada no tempo e em seu impacto político e social, a *representação* que desta fizeram as Forças Armadas do Cone Sul e, mais especificamente, seus órgãos de inteligência, foi uma das determinantes, porém não a única, para as ações repressivas transnacionais implementadas

⁵⁹² “Argentina e Chile examinam frente contra o terror”, *Jornal do Brasil*, 18 de abril de 1975.

⁵⁹³ DINGES, John. *op. cit.* p. 90.

⁵⁹⁴ KORNBLUH, Peter. *Pinochet: los archivos secretos*. Madri: Critica, 2003, p. 229.

⁵⁹⁵ VALENZUELA, René *apud* DINGES, John. *op. cit.* p. 91.

na América do Sul.⁵⁹⁶

Acredito que o peso da JCR no surgimento da Operação Condor deve ser relativizado, pois, como já apontamos, a coordenação repressiva para além das fronteiras nacionais já estava em marcha antes dos órgãos de segurança sul-americanos descobrirem a existência da Junta de Coordinación Revolucionaria. Na realidade latino-americana, *revolução e contrarrevolução foram perspectivas concomitantemente internacionais*.

Além disso, no documento distribuído na Primeira Reunião de Trabalho de Inteligência Nacional, considerada pela historiografia como o momento de institucionalização da Operação Condor, a Junta de Coordinación Revolucionaria aparece somente como *um dos exemplos* de atividades transnacionais desenvolvidas pelas esquerdas latino-americanas.⁵⁹⁷ E, por fim, ressaltamos que a JCR não foi o único alvo do vôo da Condor. A perseguição, prisão, tortura, assassinato e/ou “desaparecimento” desencadeados pela internacionalização da repressão atingiram também líderes democráticos e legalistas, com pouca ou nenhuma conexão com os grupos guerrilheiros e que possuíam maior capacidade de organização e visibilidade no exterior.

Para além da repressão sem fronteiras desencadeada pela Operação Condor, a Junta de Coordinación Revolucionaria sofreu um novo e duro baque em março de 1976, após o golpe de Estado deflagrado na Argentina, que iniciou a última e mais sangrenta ditadura militar no país. A partir de então, a repressão sem limites dos militares argentinos – planejada e executada pelas Forças Armadas – incluiu sequestros, detenções, torturas, execuções e “desaparecimentos”, deixando um saldo de cerca de trinta mil mortos e/ou desaparecidos na Argentina.

O jornal *El Combatiente*, vinculado ao PRT, denunciava que somente na primeira semana de abril de 1976, poucos dias após o golpe na Argentina, foram encontrados mais de 30 corpos espalhados pela capital federal e pela grande Buenos Aires.⁵⁹⁸ Nesse contexto de crescente repressão, a JCR, como não poderia deixar de ser, se tornou um dos principais alvos do novo governo. Antes mesmo da consolidação do golpe de Estado em março de 1976, a JCR já figurava como uma das principais organizações a ser combatida pelas Forças Armadas Argentinas. O “Plan del Ejército (Contribuyente al Plan de Seguridad Nacional)”, de fevereiro de 1976, era um documento de planificação do golpe. O texto alegava que a “situação

⁵⁹⁶ SLATMAN, Melisa. “Para um balance necesario: la relación entre la emergencia de la junta de Coordinación Revolucionaria y el Operativo Cóndor. Cono Sur, 1974-1978”. *Testimonios. Revista de la Asociación de Historia Oral de la República Argentina*. Buenos Aires, 2010, vol. 2, p. 19-20.

⁵⁹⁷ MARCHESI, Aldo. *op.cit.* 2013, p. 296.

⁵⁹⁸ *El Combatiente*, Ano IX, nº 212, 14 de abril de 1976, p. 2. Centro de Documentación e Investigación de la Cultura de Izquierdas en Argentina (CEDINCI).

inimiga” justificava a destituição do governo constitucional e, entre outros fatores, determinava como e contra quem se voltariam as ações desencadeadas pelo governo militar que seria estabelecido. O anexo 2 do documento, que enfocava o setor de inteligência, listava hierarquicamente quais os “opponentes ativos” deveriam ser aniquilados em ordem de prioridade:

Organizaciones Político-Militares

(1) De Prioridad I (Oponente activo)

(a) Partido Revolucionario de los Trabajadores/Ejército Revolucionario del Pueblo.

(b) Partido Auténtico/Montoneros.

(c) Junta Coordinadora Revolucionaria.

(d) Ejército Revolucionario del Pueblo “Fanja Roja”.

(e) Ejército Revolucionario del Pueblo “22 de Agosto”.

(f) Brigadas Rojas - Poder Obrero.

(g) Fuerzas Argentinas de Liberación.

(h) Fuerzas Armadas Peronistas.

(i) Fuerzas Armadas de Liberación 22 de Agosto.

(j) Movimiento de Izquierda Revolucionario (de origen chileno).

(k) Ejército de Liberación Nacional “Tupamaros” (de origen uruguayo).⁵⁹⁹

Como podemos observar, a Junta de Coordinación Revolucionaria consta em terceiro lugar na ordem de prioridades de organizações a ser combatidas logo após o golpe, ficando atrás apenas do PRT-ERP, considerado o principal alvo dos militares, e dos Montoneros. Constatamos também que, além do ERP, outras duas organizações revolucionárias que integravam a JCR aparecem na lista: o MIR chileno e os Tupamaros uruguayos, organizações que, embora fossem originárias de outros países, encontravam-se presentes na Argentina, ainda que fragilizadas e/ou fragmentadas, com pouco poder de atuação e orbitando, sobretudo, em torno do ERP e da Junta.

Com o golpe, toda e qualquer margem de atuação da JCR na Argentina foi duramente cortada. Seguindo as diretrizes adotadas antes mesmo do golpe, as Forças Armadas argentinas desencadearam uma intensa e brutal perseguição aos militantes das organizações revolucionárias, em especial aos que integravam a Junta de Coordinación Revolucionaria.

Poucos dias depois do golpe, os tupamaros William Withelaw e Rosário Barredo foram assassinados. No dia 10 de abril, o chileno Edgardo Enríquez, um dos principais líderes

⁵⁹⁹ “Plan del Ejército (Contribuyente al Plan de Seguridad Nacional)”, Anexo 2 (Inteligencia) – Contribuyente al Plan de Seguridad Nacional. In: PORTUGHEIS, Rosa Elsa (org). *Documentos del estado terrorista*. Buenos Aires: Ministerio de Justicia y Derechos Humanos de la Nación; Secretaría de Derechos Humanos, 2012 (Cuadernos del Archivo Nacional de la Memoria, vol. 4), p. 126. Grifos nossos.

do MIR e da JCR, foi sequestrado em Buenos Aires, em uma ação conjunta com os serviços de inteligência do Chile. Seu corpo encontra-se “desaparecido” até os dias de hoje. Por sua vez, em pouco mais de um ano, o ERP argentino foi praticamente desarticulado e suas principais lideranças foram mortas e/ou “desapareceram”. Em 19 de julho de 1976, Mario Roberto Santucho, secretário-geral do PRT e comandante do ERP, foi assassinado juntamente com outros dirigentes do PRT-ERP (Benito Urteaga e Domingo Menna), após a invasão da residência onde estavam reunidos na província de Buenos Aires. Santucho também figura na lista de “desaparecidos políticos”. O general-ditador Jorge Videla, em uma entrevista concedida em 2012, tentou justificar o “desaparecimento” do corpo de Santucho: "Era una persona que generaba expectativas. La aparición de ese cuerpo iba a dar lugar a homenajes, a celebraciones. Era una figura que había que opacar".⁶⁰⁰

O impacto da morte de Santucho foi profundamente sentido pelos militantes do PRT-ERP. Uma carta redigida pelos presos políticos da organização e enviada à direção da mesma relatava as homenagens prestadas ao comandante dentro do cárcere:

La muerte del comandante fue sentida como una gran pérdida no sólo por los compañeros del Partido, sino por el conjunto de los presos políticos que concurririeron masivamente a los actos de homenaje. Organizamos una semana de intensa charla y estudio de la historia del Partido y del Ejército, el papel del Comandante, las características de cada compañero caído. (...) Los compañeros de la organización MLN (Tupamaros) hicieron un artículo sobre el papel del PRT en la JCR e en particular sobre el papel del Comandante Santucho en la guerra latinoamericana.⁶⁰¹

Os militantes bolivianos integrantes da JCR também manifestaram seu pesar pela morte do líder argentino:

Al igual que el pueblo argentino, la militancia de nuestro Partido en todos sus niveles, se aferró a no creer la infausta noticia sobre la muerte valerosa frente al enemigo de nuestros queridos compañeros: Comandante Mario Roberto santucho y Benito Urteaga, así como la caída de nuestros queridos compañeros Domingo Menna, miembro del Buró Político, y Liliana Delfino, del Comité Ejecutivo, en las manos sanguinarias de las Fuerzas Armadas, fieles servidores del imperialismo. (...) cómo podíamos creer que precisamente los compañeros de mayor valía como conductores revolucionarios, con experiencia de muchos años de lucha, profundos conocedores de la realidad y del pueblo argentino, principales impulsores de la Junta de Coordinación Revolucionaria y el Internacionalismo Proletario

⁶⁰⁰ VIDELA, Jorge Rafael *apud* “Videla admite la desaparición de Santucho”. *La Voz*, 13 de abril de 2012. Disponível em: <<http://www.lavoz.com.ar/noticias/politica/videla-admite-desaparicion-santucho>>.

⁶⁰¹ “Desde la Carcel”, 31 de julho de 1976. In: *El Combatiente*, Ano X, nº 229, 18 de agosto de 1976. Centro de Documentación e Investigación de la Cultura de Izquierdas en Argentina (CEDINCI).

(...) tengam que enfrentar directamente con las desenfundadas y cuantiosas tropas de las FF. AA reaccionarias?⁶⁰²

Concomitantemente à morte dos líderes das quatro organizações que compunham a JCR, diversas “casas operativas” da Junta foram localizadas na Argentina e destruídas. Inúmeros militantes chilenos, uruguaios e bolivianos que atuavam na Argentina foram perseguidos, torturados, executados e, em muitos casos, tiveram seus corpos ocultados. Um dos centros clandestinos de detenção (CCD) na Argentina, a oficina *Automotores Orletti*, recebeu dezenas de cidadãos de nacionalidade uruguaia, chilena, boliviana, argentina e cubana. Muitos desses militantes estavam vinculados à JCR.

Para os sobreviventes, o cerco se fechava. Ainda havia saída? Não mais na América do Sul. Assim sendo, com o golpe na Argentina e a extrema repressão que se seguiu, os remanescentes da Junta de Coordinación Revolucionaria partiram para o exílio, espalhando-se pela Europa, México e Cuba, muitas vezes usando o Brasil como rota de saída. Contudo, a trajetória desses militantes no exílio, como veremos, seria marcada pela fragmentação, pela dissolução de laços e pelo desmoronamento dos sonhos internacionalistas.

3.1. Páginas Revolucionárias: a Revista *Che Guevara*

O jornal é o lugar de transição entre a teoria pura e o apelo à ação. Cada artigo converte a teoria em palavras de ordem e em consignas exatas.
Vladimir Lênin⁶⁰³

Inseridas nos novos horizontes historiográficos, as pesquisas referentes à História da América contemporânea têm frequentemente eleito os periódicos como objeto de estudo ou, como em nosso caso, recorrido ao seu conteúdo enquanto fonte para a compreensão de diferentes épocas. Nesse sentido, estes estudos passaram a encarar os impressos não somente como um registro de eventos, mas, como apontou o historiador Robert Darnton, enquanto

⁶⁰² COMITÉ EJECUTIVO NACIONAL DEL PARTIDO REVOLUCIONARIO DE LOS TRABAJADORES DE BOLIVIA. “Carta enviada por el PRT de Bolivia a raíz del asesinato del Comandante Santucho y los compañeros del buró político de nuestro Partido”, 03 de agosto de 1976. In: *El Combatiente*, Año X, nº 233, 15 de setembro de 1976. El Topo Blindado – Centro de Documentación de las Organizaciones Politico-Militares Argentinas. Disponível em: <www.eltopoblindado.com>. Analisaremos a transformação do ELN boliviano em Partido Revolucionario de los Trabajadores de Bolivia (PRT-B) mais adiante, ainda neste capítulo.

⁶⁰³ LENIN, Vladimir *apud* WORONTZOFF, Madeleine. *Nome: Lenine. Profissão: Jornalista. Lenine e a imprensa revolucionária*. Lisboa: Antídoto, 1977, p. 19.

uma “força ativa na história”⁶⁰⁴, que atua como um dos ingredientes do processo social.

Assim sendo, além de documentos de uma época, estes periódicos também atuam como sujeitos históricos, que revelam os conflitos e as experiências vivenciadas pelo grupo ao qual cada um deles está relacionado e aos que se destinam. Segundo Alzira Abreu, mais que mero veículo de comunicação, a imprensa deve ser entendida como uma força ativa dentro da sociedade, que revela as transformações sociais e a complexidade do contexto em que se insere, interagindo com elas.⁶⁰⁵

No contexto de radicalização política da década de 1970, com o avanço das esquerdas armadas, o cenário latino-americano também foi incendiado pela circulação de jornais e revistas das organizações clandestinas, que defendiam abertamente a luta armada e propagandeavam suas ações revolucionárias. De uma maneira geral, estas publicações se caracterizaram pela “crítica contundente ao presente, a contestação da realidade existente, a intenção de destruir a sociedade vigente, bem como a colocação de um ideal, a exposição de uma visão de mundo, a construção mental de um mundo alternativo, enfim, a anunciação de uma outra sociedade”.⁶⁰⁶

A Junta de Coordinación Revolucionaria também se dedicou às atividades de imprensa e propaganda. Nesse sentido, ao longo de sua trajetória, a JCR criou uma agência de imprensa, a *Agencia de Prensa América Latina* (APAL), que teria emitido boletins semanais com distribuição na América e Europa.⁶⁰⁷

A APAL figurava também nos informes elaborados, por exemplo, pelo Serviço de Informação de Defesa do Uruguai acerca da atuação da JCR, mais especificamente de seu setor de propaganda:

La Agencia de Prensa América Latina (APAL) es el órgano de prensa de la JCR, la cual desde diciembre de 1974 publica boletines informativos sobre la JCR y otras organizaciones armadas clandestinas. Su sede principal se encuentra en Caracas, Venezuela, a cargo de dos personas cuya identificación este servicio conoce y cuenta con sedes subsidiarias en la

⁶⁰⁴ DARNTON, Robert & ROCHE, Daniel (orgs.). *Revolução impressa: A imprensa na França (1775-1800)*. São Paulo: Edusp, 1996, p. 15.

⁶⁰⁵ ABREU, Alzira Alves de. “Acontecimento e mídia”. In: MOREL, Marco & NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira (orgs.). *Anais do Colóquio História e Imprensa: homenagem a Barbosa Lima Sobrinho – 100 anos*. Rio de Janeiro: UERJ, 1998, p. 62.

⁶⁰⁶ MARTINS, Angela Maria Roberti. “Palavras e imagens que fazem sonhar: imprensa libertária e representações da revolução social (*A Plebe – 1919*)”. *Maracanan*, Ano III, nº 3, Rio de Janeiro: UERJ, janeiro 2005 – março 2007, p. 69.

⁶⁰⁷ SLATMAN, Melisa. *op. cit.* 2009, p. 16. Embora tenhamos identificado algumas referências à APAL em um pequeno número de documentos produzidos pela JCR, não foi possível, ao longo de nossa pesquisa, localizar nenhum material produzido por essa agência nem tampouco reconstruir sua atuação e dimensionar seu poder de alcance.

República Argentina. Su difusión se extiende en Latinoamérica, Europa, Asia y África, emitiendo un boletín semanal en idioma español, francés, inglés, alemán e italiano.⁶⁰⁸

Como os próprios órgãos de inteligência do Cone Sul detectaram, de fato, a JCR possuía um setor específico voltado para a propaganda revolucionária. Como já mencionamos, o organograma da Junta incluía um secretário de propaganda, que fazia parte do Secretariado Executivo da organização. Uma dos principais eixos de atuação do setor de propaganda da JCR deveria girar em torno da criação e divulgação de um periódico próprio: “La JCR tendrá una revista propia, que llevará por nombre CHE, saldrá periódicamente cada tres meses y se difundirá en todos los países de América Latina. La revista será el principal instrumento de propaganda y lucha ideológica de la JCR”.⁶⁰⁹ Portanto, a Junta de Coordinación Revolucionaria procurou desenvolver uma infra-estrutura de propaganda e, nesse sentido, criou seu órgão de divulgação internacional – uma revista significativamente intitulada *Che Guevara*.

Configurando-se como “espaço privilegiado de elaboração de ideias, projetos e embates, em contato com outras instâncias e atores coletivos”⁶¹⁰, este periódico atuou como veículo de divulgação de propostas internacionalistas revolucionárias da JCR, que se inspiravam nas ideias de Che Guevara, considerado o ícone dos projetos guerrilheiros que ultrapassaram fronteiras nacionais.

Embora os Estatutos da JCR definissem que a revista seria lançada a cada três meses, na realidade, este periódico teve apenas três números – traduzidos do espanhol para o português e o francês – publicados de forma irregular em novembro de 1974, fevereiro de 1975 e outubro de 1977, respectivamente. A imprensa revolucionária, de uma forma geral, teve “sua periodicidade comprometida pelo conteúdo publicado que contrariava as regras impostas pela censura oficial”.⁶¹¹

⁶⁰⁸ “Parte de Información nº 05/76, Junta de Comandantes en Jefe, Servicio de Información de Defensa, Planes – Operaciones – Enlace, Mesa de Inteligencia”, Montevideo, setembro de 1976. Archivo de la Dirección Nacional de Información e Inteligencia (DNII). In: PRESIDENCIA DE LA REPUBLICA ORIENTAL DEL URUGUAY. *Actualización de la Investigación Histórica sobre Detenidos Desaparecidos*. Disponível em: <<http://www.presidencia.gub.uy/wps/wcm/connect/presidencia/portalpresidencia/comunicacion/informes/investigacion-historica-sobre-detenidos-desaparecidos>>.

⁶⁰⁹ JUNTA DE COORDINACIÓN REVOLUCIONARIA. “Estatutos Provisorios de la JCR”, s/d, p. 5. Archivo Lucha Armada – Colección David Cámpora/ Centro de Estudios Interdisciplinarios Uruguayos (CEIU) – Universidad de la Republica (UDELAR); Fondo JCR, Carpeta 2.

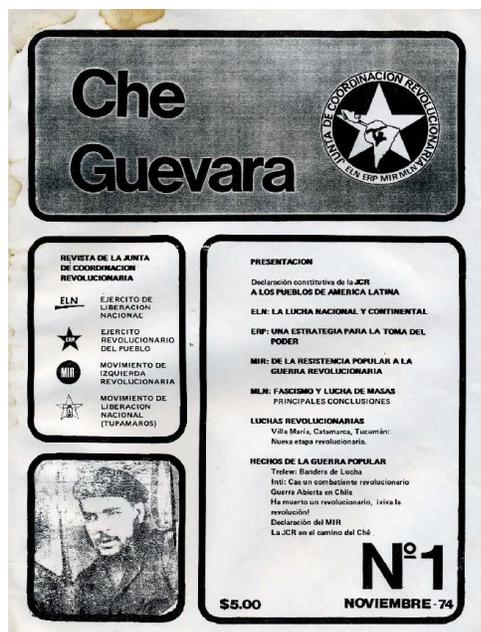
⁶¹⁰ MOREL, Marco. “O surgimento da imprensa no Brasil: questões atuais”. *Maracanan*, Ano III, nº 3, Rio de Janeiro: UERJ, janeiro 2005 – março 2007, p. 20.

⁶¹¹ KOSSOY, Boris. “O jornalismo revolucionário ilustrado”. In: CARNEIRO, Maria Luiza Tucci & KOSSOY, Boris (orgs.). *A imprensa confiscada pelo DEOPS (1924-1954)*. São Paulo: Ateliê Editorial; Arquivo do Estado, 2003, p. 12.

Não é possível saber com exatidão a tiragem da revista *Che Guevara*, mas há indícios de que ela teve ampla distribuição. A ata da reunião da JCR realizada em novembro de 1976, por exemplo, afirmava que em Portugal foram editados 6.000 exemplares da revista, dos quais 4.500 já tinham sido vendidos.⁶¹²

O primeiro número de *Che Guevara* apresenta a proposta editorial do periódico, que deveria atuar como um mecanismo de propaganda e agitação revolucionária:

Nas páginas desta revista desnudaremos e atacaremos o capitalismo e o imperialismo; exporemos e desenvolveremos as perspectivas revolucionárias, as análises, argumentos e experiências das organizações e militantes revolucionários de distintos países (e principalmente latino-americanos); se analisará a realidade estrutural e conjuntural-econômica, geopolítica e social destes países; se comentará as características das lutas populares e das suas organizações em constantes batalhas pela sua libertação.⁶¹³



Revista *Che Guevara*, nº 01, novembro de 1974.

Fonte: Centro de Documentación e Investigación de la Cultura de Izquierdas en Argentina (CEDINCI)

⁶¹² JUNTA DE COORDINACIÓN REVOLUCIONARIA. “Reunión J. – nov/76”. Archivo Lucha Armada – Colección David Càmpora/ Centro de Estudios Interdisciplinarios Uruguayos (CEIU) – Universidad de la Republica (UDELAR); Fondo JCR, Carpeta 3.

⁶¹³ JUNTA DE COORDINACIÓN REVOLUCIONARIA. “Apresentação”. *Che Guevara*, nº 1, 2ª edição em português, 23 de julho de 1975, p. 4. A edição em espanhol foi lançada anteriormente, em novembro de 1974. Os três exemplares da Revista *Che Guevara* foram consultados no Archivo Lucha Armada – Colección David Càmpora/ Centro de Estudios Interdisciplinarios Uruguayos (CEIU) – Universidad de la Republica (UDELAR) em Montevideu, que disponibiliza a edição nº 2 original; e no Centro de Documentación e Investigación de la Cultura de Izquierdas en Argentina (CEDINCI) em Buenos Aires, que disponibiliza a edição nº 3 original. Os dois arquivos disponibilizam uma fotocópia da edição nº 1 da revista.

Esta edição também reproduz o comunicado *A los pueblos de América Latina*, onde se anunciava a formação da Junta de Coordinación Revolucionaria. Além disso, apresentava textos que descreviam a história das quatro organizações que integravam a JCR e analisavam a situação política de cada país de onde se originavam as respectivas organizações. Num contexto em que as ditaduras sul-americanas intensificavam suas redes de colaboração e delineavam a internacionalização da repressão, a JCR defendia o internacionalismo revolucionário, nos moldes das ações e palavras de Che Guevara, o símbolo máximo da revolução sem fronteiras e que significativamente batizava sua revista. E para além do combate às ditaduras militares que se alastravam pela América Latina, este periódico, enquanto porta-voz de uma organização revolucionária internacionalista, conclamava os povos latino-americanos a lutar contra um inimigo em comum: o imperialismo dos Estados Unidos.

Em seu segundo número, a revista esboça um balanço da atuação das organizações integrantes da JCR na Bolívia, Argentina, Chile e Uruguai e aponta perspectivas promissoras no que tange ao estabelecimento de contatos com outras organizações revolucionárias nos demais países latino-americanos.



Revista *Che Guevara*, nº 02, fevereiro de 1975.

Fonte: Archivo Lucha Armada – Colección David Cámpora/ Centro de Estudios Interdisciplinarios Uruguayos (CEIU) – Universidad de la Republica (UDELAR)

Ainda neste segundo exemplar de *Che Guevara*, destaca-se uma matéria diretamente

relacionada à opção pela luta armada adotada pelas organizações responsáveis pela publicação da revista. Tratava-se do anúncio de que, após meses de trabalho em conjunto, a organização conseguiu fabricar uma metralhadora, batizada de *JCR 1*, como vimos anteriormente. Ao lado de uma foto da arma, que destacava os detalhes das suas peças, a revista proclamava:

Os povos da América concretizam assim os primeiros passos na formação de uma indústria de guerra das forças revolucionárias latino-americanas. A criação e posterior concretização material da *JCR 1* é um avanço histórico da revolução. É a primeira experiência de uma tarefa de importância estratégica. Fica muito ainda por inventar, construir, produzir. Mas o caminho do auto-abastecimento de armas das forças populares está aberto e percorrê-lo-emos vitoriosamente.⁶¹⁴

A fotografia da arma remetia à defesa da *violência revolucionária*, que era um dos pressupostos de parte significativa da esquerda latino-americana, que se mirava em Che Guevara e Ho Chi Minh. A defesa da luta armada, o internacionalismo revolucionário e o latino-americanismo também estavam presentes na logo da JCR: um homem levantando sua arma sob o mapa da América Latina.



Logo da JCR reproduzido na Revista *Che Guevara*.

Fonte: Archivo Lucha Armada – Colección David Cámpora/ Centro de Estudios Interdisciplinarios Uruguayos (CEIU) – Universidad de la Republica (UDELAR)

Uma das funções da imprensa revolucionária era não só fazer propaganda da revolução, mas convencer o leitor a integrar-se nesta luta política: “as mensagens veiculadas

⁶¹⁴ JUNTA DE COORDINACIÓN REVOLUCIONARIA. “Desarmemos a JCR 1”. *Che Guevara*, nº 2, edição em português, abril-maio de 1975, p. 29. A edição em espanhol foi lançada anteriormente, em fevereiro de 1975.

deveriam instigar comportamentos rebeldes expressando novas aspirações, desejos e projetos de vida”.⁶¹⁵ Além da função mobilizadora, do formato, da composição, do papel e do conteúdo político, as publicações revolucionárias também se diferenciavam, segundo a historiadora Maria Luiza Tucci Carneiro, por determinadas composições discursivas “avaliadas como fórmulas do saber revolucionário como, por exemplo, o emprego dos *slogans*”.⁶¹⁶ Nessa perspectiva, estampavam as páginas revolucionárias da revista *Che Guevara* frases como: “Não há exército, por poderoso que seja, que possa opor-se ao povo em armas!”. E ainda os *slogans* característicos de cada uma das organizações que compunham a JCR: “Victoria o Muerte!” (ELN); “Patria o Muerte Venceremos!” (MIR); “A Vencer o Morir por la Argentina!” (ERP); e “Libertad o Muerte!” (MLN-Tupamaros).

Ao atentarmos para as palavras de ordem das organizações que integravam a JCR, pode-se observar a preponderância de uma *cultura da morte*. Régis Debray, em seu famoso livro *Revolução na revolução*, leitura obrigatória para boa parte da esquerda armada latino-americana, defendia que “vencer é aceitar, desde o princípio, que a vida não é o bem supremo do revolucionário”.⁶¹⁷ Nesse sentido, o *espírito de sacrifício* e a *inevitabilidade da morte* aparecem como alguns dos elementos que direcionavam a militância revolucionária.

A figura de Ernesto “Che” Guevara personificava essa ética sacrificial, que mobilizava os corações e mentes dos guerrilheiros latino-americanos. Dois anos após sua morte na Bolívia, o jornal *El Combatiente* (órgão oficial do PRT argentino) reproduzia em sua capa uma foto de Guevara com a legenda: “Volverá y será millones”.⁶¹⁸ A imagem do revolucionário que morreu em combate era alçada ao patamar de herói que impulsionava outros militantes a somar-se à luta revolucionária, cuja vitória julgava-se iminente. “¡Seremos como el Che!” era o lema exclamado por milhares de homens e mulheres latino-americanos dispostos a dar a vida pela revolução. Ana Langoni ressaltou que a morte do guerrilheiro alimentava a vida da revolução: “La muerte (la sangre de los caídos) nutre el gran cuerpo colectivo de la Revolución (el cuerpo de uno subsumido en ese cuerpo mayor). La muerte individual no es tal porque se redimensiona como vida (mítica) colectiva”.⁶¹⁹

⁶¹⁵ CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. “Imprensa irreverente, tipos subversivos”. In: CARNEIRO, Maria Luiza Tucci & KOSSOY, Boris (orgs.). *A imprensa confiscada pelo DEOPS (1924-1954)*. São Paulo: Ateliê Editorial; Arquivo do Estado, 2003, p. 42.

⁶¹⁶ *Ibidem*, p. 41.

⁶¹⁷ DEBRAY, Régis. *Revolução na revolução*. São Paulo: Centro Ed. Latino Americano, 1967, p. 42.

⁶¹⁸ *El Combatiente*, Ano II, nº 37, 08 de outubro de 1969. Centro de Documentación e Investigación de la Cultura de Izquierdas en Argentina (CEDINCI).

⁶¹⁹ LANGONI, Ana. “La pasión segundo Eduardo Favario: La militancia revolucionaria como ética del sacrificio”. *El Rodaballo*, ano VI, nº 11-12, Buenos Aires, 2000, p. 62. Disponível em: <<http://eltopoblindado.com/files/Articulos/03.%20Lucha%20armada%20y%20frentes%20culturales/Longoni,%20Ana.%20La%20pasion%20segun%20Favario.pdf>>. Acessado em 27/02/2016.

A morte de um combatente era considerada inevitável. Para os guerrilheiros latino-americanos da década de 1970, não se vislumbrava retroceder na marcha revolucionária nem tampouco se considerava possível a reversibilidade do processo em andamento. Em sua ótica, atingira-se um *punto de não retorno*, para usar a expressão cunhada por Frantz Fanon.⁶²⁰ Diante dos pressupostos teóricos adotados, do nível de engajamento político alcançado e da “obrigação moral” com os militantes mortos, presos e torturados, recuar, mesmo para as organizações que constatavam essa necessidade, era muito difícil e, para muitos, uma opção fora de cogitação.

A figura do guerrilheiro heróico se erigiu intrinsecamente articulada às conceituações de Ernesto Guevara sobre o chamado *hombre nuevo*. Matias Ortiz Figueroa esclarece que a noção de “homem novo” presente no pensamento guevarista

(...) se refiere a la sistematización que el “Che” Guevara realizó de un conjunto de principios que formaron parte de una estructura militante cuyos principales ejes recayeron en la moral y en la ética política/militante. Su preocupación recaló en la construcción de un sujeto revolucionario que, en una relación dialéctica, mezclara la libertad con el sacrificio y el deber moral con la necesidad revolucionaria.⁶²¹

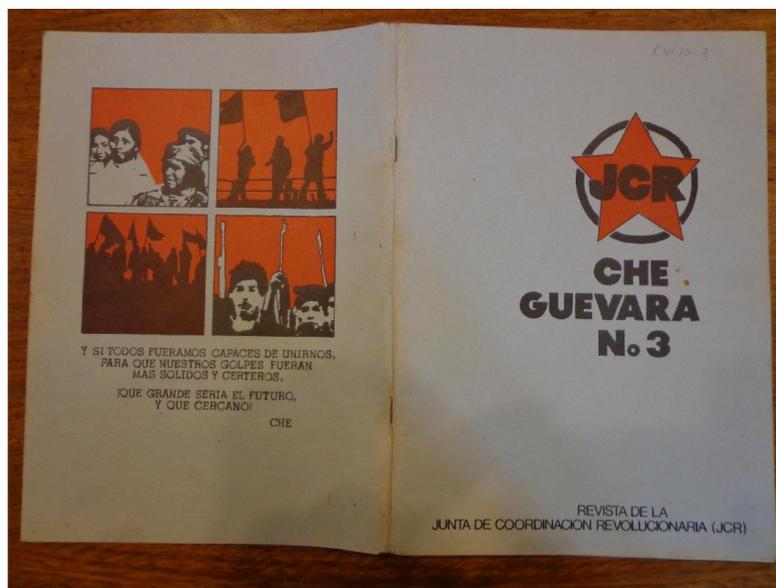
Hugo Vezzeti salientou que Guevara sintetiza a imagem do guerrilheiro ideal, que “encarna y lleva al límite una tipología moral, fijada y reconocible en la tradición épica; el régimen del heroísmo reclama el sacrificio de la propia vida y culmina en la muerte bella”.⁶²²

A morte de Guevara foi o tema central do terceiro e último número da revista *Che Guevara*, cujas matérias destacavam especialmente os 10 anos do assassinato do líder revolucionário na Bolívia.

⁶²⁰ FANON, Frantz. *op. cit.*, p. 70.

⁶²¹ FIGUEROA, Matias Ortiz. *op. cit.* 2013, p. 103.

⁶²² VEZZETI, Hugo. *Sobre la violencia revolucionaria. Memorias y olvidos*. Buenos Aires: Siglo XXI, 2009, p. 139.



Revista *Che Guevara*, nº 03, outubro de 1977.

Fonte: Centro de Documentación e Investigación de la Cultura de Izquierdas en Argentina (CEDINCI)

Neste número, dentro da proposta internacionalista que guiava a JCR, os editores abrem espaço para a defesa e o apoio às lutas revolucionárias empreendidas pelo *Ejército Guerrillero de los Pobres*, da Guatemala; pela *Frente Sandinista de Liberación Nacional*, da Nicarágua; e a *Frente Popular de Liberación Farabundo Marti*, de El Salvador. Nesse sentido, é importante ressaltar que no final da década de 1970, com o refluxo das organizações armadas na América do Sul inserido no contexto de crescente e internacionalizada repressão das ditaduras militares, o eixo revolucionário deslocou-se para América Central. Os editores de *Che Guevara* reconhecem o avanço das forças contrarrevolucionárias:

El período actual en el conjunto del Cono Sur de América Latina está caracterizado por una ofensiva global política, económica, militar de la contrarrevolución contra la clase obrera, el pueblo, los revolucionarios y los demócratas. Por primera vez en la historia de nuestro continente una coalición contrarrevolucionaria logra extenderse de manera simultánea y coordinada sobre un conjunto tan importante de países, amenazando con prolongarse hacia la totalidad del continente.⁶²³

Ainda assim, a revista segue defendendo os pressupostos teóricos que guiavam uma parte significativa das esquerdas latino-americanas na década de 1970: “(...) hoy más que nunca, recobra su verdadero vigor el pensamiento del revolucionario de espíritu

⁶²³ JUNTA DE COORDINACIÓN REVOLUCIONARIA. “Por la revolución socialista en el camino del Che”. *Che Guevara*, nº 3, edição em espanhol, outubro-dezembro de 1977, p. 71

internacionalista Che Guevara”.⁶²⁴

Através dos textos da revista *Che Guevara* é possível compreender algumas das características comuns às organizações da esquerda armada no Cone Sul da América Latina, já analisadas anteriormente, como a forte desconfiança em relação às formas tradicionais de atuação e representação política, condenadas por sua “ineficácia revolucionária” e a valorização da ação. Como vimos, de um modo geral, a maioria dessas organizações recusava-se a estabelecer qualquer tipo de aliança com frações das classes dominantes, pois acreditava na total falta de vocação revolucionária da burguesia. Por fim, enquanto os partidos comunistas sul-americanos, de forma geral, continuavam mantendo, mesmo depois dos golpes de Estado nos respectivos países do Cone Sul, a proposição da via pacífica para o socialismo, as organizações da chamada “nova esquerda” defendiam a luta armada como a principal forma de luta, ainda que sem excluir outras formas de luta.

A atuação das organizações revolucionárias sul-americanas que recorreram às armas nas décadas de 1960 e 1970 também pode ser compreendida através dos conceitos de *espacio de experiencia* e *horizonte de expectativas*, formulados pelo historiador alemão Reinhart Koselleck. Segundo o autor, a *experiencia*

(...) é o passado atual, aquele no qual acontecimentos foram incorporados e podem ser lembrados. Na experiência se fundem tanto a elaboração racional quanto as formas inconscientes de comportamento, que não estão mais, ou que não precisam mais estar presentes no conhecimento. Além disso, na experiência de cada um, transmitida por gerações e instituições, sempre está contida e é conservada uma experiência alheia. Nesse sentido, também a história é desde sempre concebida como conhecimento de experiências alheias.⁶²⁵

Já a *expectativa*, ainda segundo Koselleck,

(...) é ao mesmo tempo ligada à pessoa e ao interpessoal, também a expectativa se realiza no hoje, é futuro presente, voltado para o ainda não, para o não experimentado, para o que apenas pode ser previsto. Esperança e medo, desejo e vontade, a inquietude, mas também a análise racional, a visão receptiva ou a curiosidade fazem parte da expectativa e a constituem.⁶²⁶

Para Koselleck, apesar de se relacionarem, *experiencia* e *expectativa* “não são conceitos simétricos complementares, que coordenem passado e futuro como se fossem

⁶²⁴ JUNTA DE COORDINACIÓN REVOLUCIONARIA. “Che Guevara”. *Che Guevara*, nº 3, edição em espanhol, outubro-dezembro de 1977, p. 1.

⁶²⁵ KOSELLECK, Reinhart. *op. cit.* p. 309-310.

⁶²⁶ *Ibidem*, p. 310.

imagens especulares recíprocas”.⁶²⁷ O autor continua:

Passado e futuro jamais chegam a coincidir, assim como uma expectativa jamais pode ser deduzida totalmente da experiência. Uma experiência, uma vez feita, está completa na medida em que suas causas são passadas, ao passo que a experiência futura, antecipada como expectativa, se decompõe em uma infinidade de momentos temporais.⁶²⁸

Podemos aplicar estas categorias – “experiência” e “expectativa” – aos movimentos guerrilheiros surgidos na América do Sul ao logo das décadas de 1960 e 1970. Como vimos anteriormente, a opção pela luta armada foi uma das mais marcantes características das organizações revolucionárias surgidas neste período. Para a maioria destas organizações, o *espaço de experiência* das décadas anteriores e dos partidos comunistas tradicionais deveria ser descartado, pois, em sua ótica, o “reformismo” e o “imobilismo” eram incapazes de conduzir à revolução. Segundo Koselleck, “o que distingue a experiência é o haver elaborado acontecimentos passados, é o poder torná-los presentes, o estar saturada de realidade, *o incluir em seu próprio comportamento as possibilidades realizadas ou falhas*”.⁶²⁹ Para os guerrilheiros, era possível aprender com o passado e dele retirar lições, que guiariam a prática política: os “erros” e “falhas” das tradicionais lideranças políticas não deveriam ser repetidos. Era preciso uma nova forma de luta – a luta armada.

Com base nestas concepções, formuladas a partir de um “espaço de experiência”, a luta armada propiciava para estas esquerdas armadas um novo *horizonte de expectativas*. De acordo com Koselleck, horizonte “quer dizer aquela linha por trás da qual se abre no futuro um novo espaço de experiência, mas um espaço que ainda não pode ser contemplado. A possibilidade de se descobrir o futuro, apesar de os prognósticos serem possíveis, se depara com um limite absoluto, pois ela não pode ser experimentada”.⁶³⁰ Para as esquerdas armadas latino-americanas, a *revolução* estava em seu *horizonte de expectativas*.

Este horizonte revolucionário esteve estampado nas publicações clandestinas das organizações armadas do Cone Sul. Na medida em que a imprensa nos permite conhecer “as inflexões da época e as nuances da conjuntura”⁶³¹, o mergulho no universo dessas páginas revolucionárias, em especial na revista *Che Guevara*, nos possibilita reconstruir as propostas, discussões e motivações que nortearam a ação dos grupos guerrilheiros *setentistas*.

⁶²⁷ *Idem.*

⁶²⁸ *Idem.*

⁶²⁹ *Ibidem*, p. 312. Grifos nossos.

⁶³⁰ *Ibidem*, p. 311.

⁶³¹ WINOCK, Michel. “As ideias políticas”. In: RÉMOND, René (org.). *Por uma história política*. 2ª edição. Rio de Janeiro: FGV, 2003, p. 282.

As páginas da revista *Che Guevara* configuram-se, portanto, em uma rica fonte de pesquisa para os historiadores, na medida em que representam um dos mecanismos de participação política das organizações armadas, em especial de grupos que defendiam projetos revolucionários que transcenderam fronteiras. Através de seus textos, carregados de tinta rebelde, podemos entrever as lutas políticas, sociais e ideológicas que marcaram a década de 1970 na América Latina e, sobretudo, vislumbrar as ideias revolucionárias que coloriram o horizonte das esquerdas armadas de *nuestra América*.

3.2. *¡Hermanos, pero no mucho!*

*Realizaran la labor
de desunir nuestras manos
y a pesar de ser hermanos
nos miramos con temor.
Cuando se pasaron los años
se acumularan rencores,
se olvidaram los amores,
parecíamos extraños.
Qué distancia tan sufrida,
qué mundo tan separado (...).
Pablo Milanés⁶³²*

As noções de internacionalismo e latino-americanismo estiveram presentes desde a concepção e ao longo da trajetória da Junta de Coordinación Revolucionaria. Em nome de ideais em comum e de afinidades teóricas e de métodos de luta, quatro grupos revolucionários da América do Sul uniram-se na formação de uma organização internacionalista, que, seguindo as trilhas de Guevara, combateria o imperialismo dos Estados Unidos, lutaria pela unidade latino-americana e espalharia a revolução por toda a América Latina.

Contudo, apesar das afinidades, as quatro organizações que compunham a JCR possuíam características bem distintas. Porém, como vimos, segundo os Estatutos da Junta, cada organização tinha garantida sua independência e nenhum grupo revolucionário de um país estaria subordinado ao outro. Luís Mattini, ex-dirigente do PRT-ERP, afirma que

En principio había una total unanimidad em cuanto a la independência de cada organización com respecto a la política de su próprio país y efectivamente cada miembro de la JCR respetaba escrupulosamente este acuerdo AL extremo de no dar opiniones públicas sobre la realidad de um

⁶³² Trecho da música “Canción por la unidad latinoamericana” do cantor cubano Pablo Milanés, lançada em 1976.

país miembro de la Junta que fuesen contradictorias com el titular.⁶³³

No entanto, se a princípio, as diferenças entre as organizações-membro foram respeitadas, com o passar dos anos e o incremento das ações da JCR, as desavenças internas viriam à tona. Nesse sentido, defendo a hipótese de que o discurso e prática internacionalistas das organizações armadas do Cone Sul integrantes da Junta de Coordinación Revolucionaria não foram capazes de superar as divergências presentes entre elas, o que se configurou como um dos fatores preponderantes para o fracasso da experiência internacionalista da JCR.

Um dos principais eixos das discussões internas da JCR girava em torno da necessidade ou não de criação de um *partido marxista-leninista*. O principal defensor da criação do partido era o Ejército Revolucionario del Pueblo, ligado ao Partido Revolucionário de los Trabajadores. Partindo dessa perspectiva, a organização argentina elaborava diversas críticas aos Tupamaros uruguaios, por exemplo, por não organizarem-se com um partido. Segundo Luis Mattini, para o líder do PRT-ERP, Mario Roberto Santucho, “la mayor afinidad ideológica y política del PRT era com el MIR, ya que se trataba de ‘partidos marxistas-leninistas, en franco proceso de proletarización’ y no de ‘Movimientos de Liberación’ de corte nacionalista progresista y revolucionario que todavía tenían un largo camino hacia su proletarización ideológica”.⁶³⁴

Em entrevista mais recente concedida à autora, Mattini – que assumiu a direção do PRT-ERP após a morte de Santucho em 1976 – corroborou que, na ótica do líder argentino, as afinidades políticas e ideológicas eram maiores entre o PRT-ERP e o MIR em detrimento dos Tupamaros:

Santucho le dice: “(...) nosotros tenemos la mayor afinidad com el MIR chileno, porque el MIR es un partido marxista-leninista y los tupas todavía no dejaron de ser nacionalistas”. (...) Porque para Santucho y la estructura del PRT, los tupas eran una maravilla de gente pero tenía una flojera, no eran marxistas, no eran proletarizados, y nuestro deber, nuestro deber revolucionario, era dar la lucha ideológica para que se hicieran marxistas (...).⁶³⁵

Na concepção de Efraín Martínez Platero, ex-dirigente tupamaro, a questão da criação de um partido não estava, a princípio, na pauta de discussão de sua organização:

(...) nosotros pensábamos que había que hacer un análisis marxista de la realidad, pero no tocábamos el tema del partido, para nosotros el partido ya

⁶³³ MATTINI, Luis. *Hombres e mujeres del PRT-ERP: de Tucumán a La Tablada*. La Plata: De la Campana, 2007, p. 286.

⁶³⁴ *Idem*. Grifos no original.

⁶³⁵ MATTINI, Luia. Entrevista concedida à autora. Buenos Aires, 13 de abril de 2014.

existía. (...) El movimiento [MLN-T] era un partido del Uruguay, por eso es que muchas veces se daba a confundir, se ideologizaba un poco la palabra partido, y Raúl Sendic [líder dos Tupamaros] en uno de los documentos primarios que se hicieron que fueron 14 preguntas de Tupamaros, ahí lo dice bien claro, no somos un partido marxista-leninista, ni tampoco vamos a formar un partido marxista-leninista, nosotros ya somos un partido en el Uruguay. (...) no era la formación de un partido la respuesta a una revolución necesitada.⁶³⁶

Contudo, sob a influência do PRT-ERP, o MLN-T foi gradativamente alterando suas concepções acerca da construção do partido. O ex-militante do ERP, Jorge Masetti, salientou que

como era el ERP que ponía los recursos y el que más sólido estaba, tenía una influencia muy grande tanto sobre el ELN como sobre el MIR y sobre todo en el MLN, con el que hubo oeraciones conjuntas. Y éste cambia su concepción de movimiento para ver la necesidad de la construcción de un partido. Ahí es donde se divide.⁶³⁷

Vale relembrar que com os duros golpes da repressão uruguaia, que impuseram uma derrota política e militar à organização em 1972, os *tupas* partiram para o exílio, estabelecendo-se primeiramente no Chile e depois na Argentina. Em fevereiro de 1973, o MLN-Tupamaros organizou o Simpósio de Viña del Mar no Chile, com o objetivo de analisar os fatores que levaram à derrota da organização no Uruguai e delimitar uma contra-ofensiva contra o governo liderado por Juan María Bordaberry. Na autocrítica elaborada no simpósio, a derrota foi atribuída à “debilidade ideológica” da organização e aos seus “desvios pequeno-burgueses” e a solução apresentada foi a construção de um “partido marxista-leninista”, acompanhada de um processo de “proletarização” de seus militantes.⁶³⁸

Segundo a historiadora Clara Aldrighi, o intento de reorganização do MLN-T que tomou forma no Simpósio de Viña del Mar, ao invés de oxigenar a organização, conduziu à renúncia de sua identidade e contribuiu para os “rachas” que se consolidariam mais tarde, a partir de 1974 na Argentina.⁶³⁹

Para Efraín Martínez Platero, as decisões do Simpósio de Viña del Mar foram fruto da

⁶³⁶ PLATERO, Efraín Martínez. Entrevista concedida à autora. Montevideu, 14 de maio de 2014.

⁶³⁷ MASETTI, Jorge *apud* LESSA, Afonso. *op. cit.*, p. 153.

⁶³⁸ MOVIMIENTO DE LIBERACIÓN NACIONAL-TUPAMAROS. “Simposio de Viña (Chile 1973)”. Archivo Lucha Armada – Colección David Cámpora/ Centro de Estudios Interdisciplinarios Uruguayos (CEIU) – Universidad de la Republica (UDELAR); Fundo MLN Exterior, Série Balances e Informes, Carpeta 1973.

⁶³⁹ ALDRIGUI, Clara *apud* ALONSO, Jimena. “Tupamaros em Chile: Una experiencia bajo el gobierno de Salvador Allende”. *Revista Encuentros Uruguayos*, Ano IV, nº 4, Montevideu, dezembro de 2011, p. 15. Disponível em: < http://encuru.fhuce.edu.uy/index.php?option=com_content&view=article&id=59:tupam>. Acessado em: 27/02/2016.

“influencia directa e ideológica del MIR y del PRT”.⁶⁴⁰ Aníbal De Lucía, outro ex-dirigente dos Tupamaros, corrobora a concepção de Platero, ao afirmar que a ideia de criar um partido marxista-leninista já estava sendo discutida desde a derrota dos tupas em 1972, “fundamentalmente por la gente que estaba en Chile y en Argentina influenciados por el PRT”.⁶⁴¹ Por sua vez, Eleuterio Fernández Huidobro, um dos fundadores e principais dirigentes dos Tupamaros durante as décadas de 1960 e 1970, foi mais além e acusou o PRT-ERP de ter “colonizado ideologicamente” a direção do MLN-Tupamaros:

El PRT-ERP colonizo ideológicamente a la Dirección del MLN (entendiendo por tal no solo al grupo que la ocupaba sino a su entorno de colaboradores). Debido a ello el MLN pasó, por decreto, a ser el brazo armado del “partido” que comenzó a construirse seleccionando para ello, a dedazo limpio desde la Dirección, a los “cuadros” que por su “extracción de clase” o su “nivel teórico en la *ciencia* del marxismo-leninismo” o por su “firmeza ideológica” estaban “en condiciones” de dirigir al resto.⁶⁴²

Fernández Huidobro pondera que a ênfase do PRT-ERP na construção de um partido revolucionário favoreceria o sentimento de superioridade:

Los “elegidos” estarán orgullosos de serlo y en mejor y más complaciente de los casos tratarán a los de más con un benevolente paternalismo, tanto a las “masas atrasadas” como a las demás desgraciadas organizaciones amigas que aún no han llegado a escalar la cordillera ideológica desde la que nosotros los vanguardizamos – mal que les peses – por no poder llegar a ser parte del “partido” que representa indudablemente los intereses históricos del proletariado de los que ni la mismísima clase obrera, pobrecita, es consciente. Si a todo esto le agregamos unas gotas de lucha armada, el cóctel resultante puede ser pavoroso.⁶⁴³

Por fim, o autor sentencia que o MLN-T copiou “o pior do PRT” e, nesse sentido, aponta a suposta *colonização ideológica* sofrida pelos Tupamaros diante do MIR chileno e, sobretudo, do PRT-ERP argentino como um dos principais fatores responsáveis pela derrota do projeto revolucionário da organização uruguaia.⁶⁴⁴

Esta não é a visão de Daniel de Santis, ex-militante do PRT-ERP da Argentina. Para ele, a organização argentina não considerava os Tupamaros pequeno-burgueses. Por outro

⁶⁴⁰ PLATERO, Efraín Martínez. Entrevista concedida à autora. Montevideu, 14 de maio de 2014. Ainda nesta entrevista, o ex-dirigente dos Tupamaros afirmou que “desde el punto de vista del movimiento, nosotros teníamos mucho más cosas afines a Montoneros que al PRT y al MIR chileno”.

⁶⁴¹ DE LUCÍA, Aníbal *apud* ALONSO, Jimena. *op. cit.*, p. 14.

⁶⁴² HUIDOBRO, Eleuterio Fernández. *Historia de los Tupamaros: En La Nuca (Acercas de las Autocríticas)*. Montevideu: Banda Oriental, 2001, p. 17.

⁶⁴³ *Ibidem*, p. 20.

⁶⁴⁴ *Ibidem*, p. 23.

lado, ainda segundo Santis, os *tupas* nunca se reivindicaram marxistas e por isso seria natural que Santucho afirmasse ter mais diferenças com os uruguaios que com os chilenos do MIR. Ainda assim, o PRT-ERP não teria orientado nenhuma homogeneização ideológica.⁶⁴⁵ O autor critica as considerações de Huidobro acerca do PRT-ERP e defende:

Nosotros nos reivindicábamos marxistas-leninistas, pero yo creo que habíamos generado una identidad política propia, que la podríamos definir como “guevarismo argentino” y denominarla con la palabra “revolucionario”, ya que éramos la única organización que tomaba ese adjetivo en su nombre. Otros se llamaban comunistas, comunistas revolucionarios, socialistas, montoneros, peronistas, maoístas, trotskistas, en cambio nosotros nos llamábamos Partido Revolucionario, Ejército Revolucionario. (...) El PRT era todo lo contrario a una secta burocrática y discutidora. Era un partido creado para el combate y forjado en el combate.⁶⁴⁶

Por outro lado, Luis Mattini, que assumiu a direção do PRT-ERP após a morte de Santucho, reconhece que as críticas de Eleuterio Fernández Huidobro têm fundamento:

(...) nosotros éramos um partido que venía de la formación marxista-trotskista y por más que nos fuimos de la cuarta internacional, por más que echamos a patadas a todos los trotskistas, la estructura, la ida de la jerarquía del partido de clase, la ideología tenía que ser el marxismo. Y los tupas no eran así, simplemente no eran así. En ese sentido sí empezaba a haber diferencias. Huidobro actualmente nos critica y tiene razón; a mí me da risa porque tiene razón, que le vamos hacer, tiene razón, nosotros éramos así. Y un compañero nuestro que es historiador del PRT, un tal de Santis, me dice que yo soy un mentiroso porque digo eso. Yo digo la verdad, era así.⁶⁴⁷

Trata-se, portanto, de uma disputa de memórias entre os ex-militantes das organizações revolucionárias da Argentina e do Uruguai. Nesse sentido, ressaltamos que em relação a qualquer período histórico, é impossível encontrar uma memória, uma única interpretação do passado, compartilhada por toda a sociedade. Sempre haverá memórias e interpretações, no plural, que estabelecem, entre si, lutas e rivalidades políticas. Como afirma Elizabeth Jelin: “Actores sociales diversos, com diferentes vinculaciones com la experiencia pasada – quienes la vivieron y quienes la heredaron, quienes la estudiaron y quienes la expresaron de diversas maneras – pugnan por afirmar la legitimidad de 'su' verdad”.⁶⁴⁸

⁶⁴⁵ SANTIS, Daniel de. *Entre tupas y perros: um debate com Eleutério Fernandez Huidobro y Luis Mattini sobre Tupamaros y el PRT-ERP*. 2ª edição. Buenos Aires: R y R, 2009, p. 52-53.

⁶⁴⁶ *Ibidem*, p. 58-59.

⁶⁴⁷ MATTINI, Luis. Entrevista concedida à autora. Buenos Aires, 13 de abril de 2014.

⁶⁴⁸ JELIN, Elizabeth. *Los trabajos de la memoria*. Colección Memorias de la Represión. Buenos Aires: Siglo XXI, 2002, p. 40.

A *memória* encontra-se intimamente vinculada ao sentido de *identidade*, que, por sua vez, está relacionado à construção da imagem de si, *para si e para os outros*. Portanto, podemos dizer que a memória é um fenômeno *construído e seletivo*. Segundo Michael Pollak,

a construção da identidade é um fenômeno que se produz em referência aos outros, em referência aos critérios de aceitabilidade, de admissibilidade, de credibilidade, e que se faz por meio de negociação direta com outros, onde ninguém pode construir uma auto-imagem isenta de mudança, de negociação, de transformação em função dos outros.⁶⁴⁹

Inseridas nos conflitos sociais que opõem grupos políticos diversos, *memória e identidade* não são, portanto, valores estáticos: sofrem um constante processo de desconstrução e reconstrução, moldado segundo os paradigmas de nossa sociedade. Além disso, como destacou Henry Rousso, essa representação seletiva do passado não é prerrogativa apenas do indivíduo, mas “de um indivíduo inserido num contexto familiar, social, nacional”.⁶⁵⁰ É nesse sentido que se pode falar em *memória coletiva*, como analisou Maurice Halbwachs.⁶⁵¹

Os trabalhos da memória compreendem, portanto, recordações e, inevitavelmente, esquecimentos. O olhar retrospectivo elege *o que deve ser lembrado*, em detrimento de outros fatos que permanecerão submersos no esquecimento, ainda que esses possam, frente a novos contextos e demandas, emergir ao palco da memória. E mais, esse incessante trabalho de reinterpretação do passado está intrinsecamente ligado aos embates do *presente*. Assim, podemos dizer que a *memória é o presente do passado*, para usar a expressão cunhada por Paul Ricoeur.⁶⁵²

Partindo dessas concepções acerca dos embates das memórias, não visamos neste trabalho determinar qual dos ex-militantes do PRT-ERP e/ou do MLN-T está com a razão, nem tampouco assumir um tom acusatório em relação à organização argentina. O que nos importa é apontar as divergências que pontuaram a relação entre duas organizações revolucionárias, apesar de seus discursos e práticas internacionalistas. Além disso, como acompanharemos, é inegável o poder de influência dos revolucionários argentinos sob as demais organizações que integravam a JCR.

⁶⁴⁹ POLLAK, Michael. “Memória e identidade social”. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, nº 10, 1992, p. 204.

⁶⁵⁰ ROUSSO, Henry. “A memória não é mais o que era”. In: FERREIRA, Marieta de Moraes & AMADO, Janaína (orgs.). *Usos e abusos da história oral*. 5ª edição. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2002, p. 94.

⁶⁵¹ HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.

⁶⁵² RICOEUR, Paul. *La lectura del tiempo pasado: memoria y olvido*. Madri: Arrecife-Universidad Autónoma de Madrid, 1999, p. 16.

Mas não eram somente as relações entre *tupas y perros* que geravam críticas entre seus militantes, muitas dessas construídas *a posteriori*. Nesse sentido, as relações do ERP com o MIR chileno também não estiveram isentas de controvérsias. Jorge Masetti, ex-militante do ERP, lembrou que “en el MIR había un liberalismo interno al que PRT no estaba acostumbrado, com las mujeres com visiones feministas y una influencia más europea que los cuadros rojos que éramos nosotros”.⁶⁵³

Além disso, alguns militantes do ERP questionavam a falta de empenho dos *miristas* no cumprimento das atividades da JCR fora do Chile. Outros contestavam a suposta falta de proletarização dos militantes chilenos. Por exemplo, quando Edgardo Enríquez – engenheiro civil oriundo de uma família abastada e um dos principais dirigentes do MIR – chegou à Argentina como representante da organização chilena na JCR (após a morte de seu irmão, Miguel Enríquez), era visto com desconfiança por militantes do PRT-ERP, que lhe hospedaram em uma casa pré-fabricada nos arredores da Grande Buenos Aires (para não incentivar “traços pequeno-burgueses”), o que dificultava o cumprimento de seus compromissos dada a distância em que se encontrava. Além disso, o PRT-ERP também questionava a “demora” do MIR em iniciar as ações armadas no Chile.⁶⁵⁴

Além dos uruguaios do MLN-T e dos chilenos do MIR, os bolivianos do ELN também foram influenciados pelos argentinos do PRT-ERP, talvez em um grau ainda mais profundo. A discussão em torno da criação de um partido marxista-leninista também se fez presente no seio da organização boliviana e foi, em grande parte, responsável pelos seus conflitos internos. No final de março de 1975, no primeiro congresso do ELN, realizado em Lima, a organização enfrentou um grande “racha”. A corrente vencedora – liderada por Rúben Sánchez e que contava como apoio do PRT-ERP argentino⁶⁵⁵ – decidiu pela construção de um partido marxista-leninista e pela “proletarização”. Assim sendo, a partir de março de 1975, o Ejército de Liberación Nacional (ELN) da Bolívia transformou-se em *Partido Revolucionario de los Trabajadores de Bolívia* (PRT-B).⁶⁵⁶ O próprio nome da nova organização não deixava dúvidas sobre a influência exercida pelos companheiros argentinos. Até os órgãos de inteligência da Argentina constataram a interferência do PRT-ERP na trajetória dos revolucionários bolivianos.⁶⁵⁷

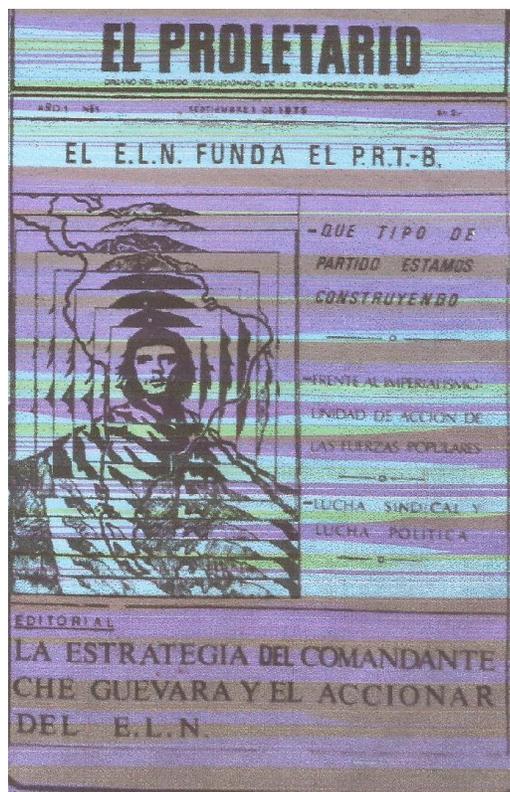
⁶⁵³ MASETTI, Jorge *apud* LESSA, Afonso. *op. cit.*, p. 153.

⁶⁵⁴ MARCHESI, Aldo. *op. cit.* 2013, p. 281; MATTINI, Luis. *Los Perros. Memorias de un combatiente revolucionario*. Buenos Aires: Continente-Pax, 2006, p. 116-125.

⁶⁵⁵ O congresso do ELN boliviano contou com a participação de um representante do PRT-ERP e da JCR.

⁶⁵⁶ PEREDO, Osvaldo. *Volvímos a las montañas*. Bolívia: Osvaldo Peredo Leigue Edición, 2003.

⁶⁵⁷ “Parte información procedente de SIDE, Asunto: Ingerencia del Partido Revolucionario de los trabajadores (PRT) de Argentina en la promoción del similar boliviano”. Archivo de la Dirección de Inteligencia de la Policía



Primeira capa do jornal *El Proletario*, órgão oficial do recém-fundado Partido Revolucionario de los Trabajadores de Bolivia (PRT-B)

Fonte: El Topo Blindado – Centro de Documentación de las Organizaciones Politico-Militares Argentinas

Após o congresso, o novo partido boliviano escreveu um comunicado dirigido ao PRT-ERP, no qual noticiava a criação do PRT-B e destacava a influência dos revolucionários argentinos nesta guinada empreendida pela organização boliviana:

Querido Compañero Santucho

Queridos Compañeros miembros del Buró Político

Queridos Compañeros del PRT:

Hemos decidido después de un análisis que nos parece bien profundo, que nuestro pueblo, que tiene una experiencia revolucionaria excepcional, requiere in mediatamente, para la concreción de sus ideales revolucionarios, de una vanguardia, y que esta vanguardia sólo puede ser el Partido del Proletariado. Sólo nos restaba tener la audacia suficiente de concretarlo. (...) Sólo superar nuestras dudas y emprender la única forma posible de garantizar el éxito de la Revolución Nacional y Continental.

Para tomar esta decisión mucho nos ha ayudado el haber participado de la JCR - repito JCR - Organización que sintetiza y coordina las experiencias revolucionarias de las organizaciones que hoy son la avanzada del proceso en esta parte del continente. Es justo, también, reconocer en gran medida, la inmensa ayuda que ha significado conocer la experiencia revolucionaria de

ustedes (...).

Estamos absolutamente convencidos que a través de esta relación y sobre todo a través del fortalecimiento de la JCR es que aceleraremos la concreción de los ideales de las clase explotadas de América Latina, y en este sentido *haremos los máximos esfuerzos inspirados en el ejemplo de nuestro comandante el “Che” y de ustedes, que tan bien lo interpretan en la teoría y en la práctica revolucionaria.*

Queremos a través de estas líneas que firman los presentes, no sólo hacerles llegar nuestro saludo, sino nuestro compromiso de cada vez hacer mayores esfuerzos en la tarea revolucionaria nacional y continental, así como también un compromiso más para que continúen con la práctica auténticamente marxista leninista del Internacionalismo proletario del cual están dando ejemplo.

Un fuerte abrazo

¡VIVA EL PRT EL ERP! ¡VIVA LA JCR! ¡VIVA LA REVOLUCIÓN CONTINENTAL! ¡MUERA EL IMPERIALISMO! ¡VICTORIA O MUERTE!⁶⁵⁸

Como vimos, as discussões em torno da imprescindibilidade da criação de um partido, impulsionadas, sobretudo, pelo PRT-ERP, estiveram presentes no interior das organizações que compunham a Junta de Coordinación Revolucionaria e polarizaram muitos de seus militantes. Contudo, a defesa da criação de um partido revolucionário já estava presente nos Estatutos Provisórios da JCR:

Parte esencial del marxismo-leninismo es la concepción acerca de la necesidad de la construcción del Partido Revolucionario del Proletariado. La JCR aspira a que cada uno de sus miembros se constituya, de acuerdo a su propia dinámica, en un verdadero Partido Revolucionario marxista-leninista.⁶⁵⁹

O papel essencial do Partido no bojo da guerra revolucionária aparece também em outros documentos produzidos pela Junta de Coordinación Revolucionaria. No texto “Por la revolución socialista: En el camino del Che”, a JCR assim definia o caminho da revolução na América Latina: “una lucha de masas prolongada, bajo la forma de una guerra popular, continental, *dirigida por el Partido Revolucionario del Proletariado*, apoyado en un ejército popular y revolucionario”.⁶⁶⁰ Esta concepção é corroborada na “Declaración de la JCR”, que

⁶⁵⁸ PARTIDO REVOLUCIONARIO DE LOS TRABAJADORES DE BOLIVIA (PRT-B). “Nace el PRT de Bolivia”, 06 de abril de 1975. Archivo Lucha Armada – Colección David Cámpora/ Centro de Estudios Interdisciplinarios Uruguayos (CEIU) – Universidad de la Republica (UDELAR); Fondo JCR, Carpeta 3. Grifos nossos.

⁶⁵⁹ JUNTA DE COORDINACIÓN REVOLUCIONARIA. “Estatutos Provisorios de la JCR”, s/d, p. 2. Archivo Lucha Armada – Colección David Cámpora/ Centro de Estudios Interdisciplinarios Uruguayos (CEIU) – Universidad de la Republica (UDELAR); Fondo JCR, Carpeta 2.

⁶⁶⁰ JUNTA DE COORDINACIÓN REVOLUCIONARIA. “Por la revolución socialista: En el camino del Che”, s/d, p. 9. Archivo Lucha Armada – Colección David Cámpora/ Centro de Estudios Interdisciplinarios Uruguayos (CEIU) – Universidad de la Republica (UDELAR); Fondo JCR, Carpeta 2. Grifos nossos.

afirma: “(...) lo esencial pasa por mostrar a la clase obrera y a los trabajadores en general que *su lucha sólo puede ser exitosa sobre la base de la construcción del Partido Revolucionario marxista-leninista* que represente sus intereses de clase y dirija el proceso hacia el socialismo”.⁶⁶¹

De qualquer maneira, é inegável que o PRT-ERP tenha participado – direta ou indiretamente – de forma decisiva nas guinadas empreendidas pelo MLN-T do Uruguai e pelo ELN da Bolívia rumo à construção de um partido marxista-leninista. Ao longo de nossa pesquisa, foi possível constatar que a organização argentina era a que tinha maior poder de influência dentro da JCR:

(...) nosotros [PRT-ERP] teníamos mucha fuerza y había muchos recursos acá y sobretodo financieros, y entonces *prácticamente la JCR tuvimos nosotros*. Pero esto no para hacer un chauvinismo, simplemente porque acá era donde había más recursos. Había mucho más recursos y, claro, esto también no deja de dar cierta influencia.⁶⁶²

Para o ex-tupamaro Efraín Martínez Platero, o poder econômico da organização argentina limitava a independência das demais organizações da JCR:

(...) el PRT tenía económicamente el mando económico de la JCR y eso limitaba muchísimo la independencia interna de cada uno, de cada organización. Mientras existió Santucho, y mientras Santucho estaba ahí, eso no se notaba para nada. Santucho tenía una gran calidad como líder, para que se siguiera una línea de unidad entre todas las organizaciones. Era muy cuidadoso y muy delicado en eso. Pero posteriormente empezaron las caídas y empezaron los problemas adentro del movimiento.⁶⁶³

O fato é que, ao contrário do que ocorreu com as outras três organizações, o PRT-ERP manteve uma posição privilegiada durante o período de desenvolvimento da JCR, em especial devido ao fato da Argentina, entre 1973 e 1976, ter gozado de uma relativa liberdade democrática, o que permitiu “transformar al ERP em huésped y pieza principal de los planes de contraofensivas ideados por las otras organizaciones”.⁶⁶⁴

Assim sendo, o nível de desenvolvimento da experiência da JCR era diretamente proporcional ao aumento do nível de influência do ERP dentro da Junta:

⁶⁶¹ JUNTA DE COORDINACIÓN REVOLUCIONARIA. “Declaración de la JCR”, novembro de 1976, p. 6. Archivo Lucha Armada – Colección David Càmpera/ Centro de Estudios Interdisciplinarios Uruguayos (CEIU) – Universidad de la Republica (UDELAR); Fondo JCR, Carpeta 3. Grifos nossos.

⁶⁶² MATTINI, Luis. Entrevista concedida à autora. Buenos Aires, 13 de abril de 2014. Grifos nossos.

⁶⁶³ PLATERO, Efraín Martínez. Entrevista concedida à autora. Montevideú, 14 de maio de 2014.

⁶⁶⁴ MARCHESI, Aldo. *op. cit.* 2009, p. 13.

La disparidad de recursos, la cantidad de cuadros formados, el menor peso de la represión y una imagen de relativo éxito en su accionar hasta el año 75 aseguró al PRT-ERP una presencia sin contrapesos en la JCR. A diferencia de las otras organizaciones que habían sufrido importantes derrotas el PRT-ERP se mostraba como una organización en ascenso y eso le generaba respeto entre varios de los militantes de los otros países que sufrían los avances de los regímenes dictatoriales.⁶⁶⁵

Nesse sentido, Aníbal Garzón afirma que, pela realidade da estrutura da organização, poderíamos mudar o nome da JCR de Junta de *Coordinación* Revolucionaria para Junta de *Subordinación* Revolucionaria.⁶⁶⁶ Isso porque teria se construído dentro da organização uma hierarquia de poder, na qual as decisões do ERP definiam os rumos da revolução. Como vimos, o ERP elaborou um diagnóstico crítico das outras três organizações – “debilidade ideológica”, falta de “proletarização”, ausência de estrutura partidária, “atraso” no acionar das ações armadas, entre outros – e promoveu as mudanças e guinadas que julgava necessárias na trajetória política de seus *hermanos*. Portanto, o processo de internacionalização foi concebido, de certa forma, através da homogeneização ideológica proposta pelo ERP. No entanto, Aldo Marchesi destaca o saldo positivo da influência do ERP sobre as demais organizações integrantes da JCR:

(...) ayudó a cohesionar a organizaciones que sufrían crisis casi terminales. Seguramente si dicha influencia no hubiera existido ambas organizaciones no hubieran continuado. Por otro lado, gran parte de esos enfoques como el de la proletarianización o el de la construcción del partido marxista leninista, aunque acentuadas en el PRT-ERP, potencialmente ya estaban en las demás organizaciones.⁶⁶⁷

As divergências entre as organizações-membro da Junta de Coordinación Revolucionaria não giravam apenas em torno de pressupostos teóricos ou do poder de influência do PRT-ERP dentro da Junta, mas manifestaram-se também em questões de ordem prática. Um grande foco de polêmicas e controvérsias entre os *hermanos* da JCR, por exemplo, girou em torno da divisão do dinheiro conquistado com as ações de capturas realizadas na Argentina.

Como já mencionamos, em uma das capturas realizadas sob a liderança do ERP argentino, logrou-se receber mais de dez milhões de dólares como resgate em torno da

⁶⁶⁵ *Idem*.

⁶⁶⁶ GARZÓN, Aníbal. “La Junta de Coordinación Revolucionaria y la Operación Condor: Dialéctica de la cooperación Cono Sur”. Centro de Documentación de los Movimientos Armados (CEDEMA). Disponível em: <www.cedema.org>.

⁶⁶⁷ MARCHESI, Aldo. *op. cit.* 2009, p. 13.

libertação do prisioneiro, um alto executivo de uma empresa multinacional. A maior parte deste dinheiro ficou com o ERP. Do restante, um milhão de dólares ou pouco mais – há controvérsias em relação à quantia – foi destinado especificamente para a JCR e separadamente para cada uma das quatro organizações que a integravam. Nesta divisão, os Tupamaros ficaram encarregados de entregar o milhão de dólares que cabia ao MIR. Contudo, a organização chilena denunciou que nunca recebeu essa quantia, o que provocou debates acalorados e acusações mútuas entre as organizações, acirrando os ânimos dentro da JCR.⁶⁶⁸

Em uma carta enviada à Comissão Política do MLN-Tupamaros em novembro de 1974, um grupo de ex-militantes *tupas* que “renunciaram” aos seus cargos na organização tenta esclarecer qual o destino do dinheiro que não chegou às mãos dos *miristas* chilenos:

(...) era de nuestra responsabilidad entregar US\$ 1.200.000 a los compañeros del MIR de Chile. De esa cantidad se enviaran US\$ 200.000 a los compañeros; US\$ 100.000 por intermedio de un compañero de la CP [Comissão Política] de nuestra Organización en oportunidad de su viaje a Santiago, e los otros cien mil fueran enviado por Correos.

Antes la perspectiva de un nuevo secuestro, se decide en el marco de la JCR, utilizar de ese dinero para la compra de armas, comunicándole a los compañeros de la CP del MIR esta decisión por parte del compañero referido que viajara a Santiago, lo que fue aceptado por los compañeros del MIR.

Posteriormente se dispusieron US\$ 300.000 para los compañeros del ELN de Bolivia, cuestión que fue comunicada a la JCR.

El excedente de US\$ 300.000 fue destinado a intervenciones em Uruguay (por razones de seguridad informaremos verbalmente de qué se trata y a quién fueron estos gados).

En oportunidad del pasaje de un compañero de CP del MIR por ésta, fue informado de la situación del negocio con las armas e del destino dado al resto del dinero.

La cantidad restante, correspondiente a las armas, se encuentra en un banco en el extranjero donde se gestiona la suspensión del negocio y la devolución del dinero en estos momentos.

Estos son los hechos objetivos. Dentro de la situación actual, en que hemos dejado de pertenecer al MLN(T) por las razones establecidas, queremos establecer nuestra responsabilidad personal sobre el destino dado a este dinero, ya referido, librando por tanto, de toda responsabilidad al MLN(T) y a la JCR en este asunto.⁶⁶⁹

As discussões em torno da divisão do dinheiro oriundo das ações revolucionárias ou os debates teóricos acerca da construção de um partido marxista-leninista foram alguns dos focos

⁶⁶⁸ PLATERO, Efraín Martínez. Entrevista concedida à autora. Montevideu, 14 de maio de 2014; SANTIS, Daniel de. Entrevista concedida à autora. Buenos Aires, 03 de abril de 2014; SANTIS, Daniel de. *op. cit.* 2009.

⁶⁶⁹ Carta de 28 de novembro de 1974. Archivo Lucha Armada – Colección David Cámpora/ Centro de Estudios Interdisciplinarios Uruguayos (CEIU) – Universidad de la Republica (UDELAR); Fondo MLN Exterior; Série Balances e Informes; Carpeta 1974.

de tensão entre as organizações que integravam a JCR. Como vimos, o discurso e prática internacionalistas desses grupos revolucionários não foram capazes de superar as divergências presentes entre eles e, em longo prazo, esses fatores, entre outros, contribuiriam para a dissolução dos laços entre os *hermanos* sul-americanos.

As significativas divergências entre as organizações que integraram a JCR exacerbaram-se durante o exílio dos militantes destas organizações revolucionárias, obrigados a abandonar o Cone Sul da América diante da intensificação da repressão das ditaduras militares sul-americanas. A atuação da Junta de Coordinación Revolucionaria fora de *nuestra América* será analisada em nosso próximo capítulo.

Capítulo 4

Em Terras Estrangeiras: a *Junta de Coordinación Revolucionaria* fora da América do Sul

O desterro é sempre uma mutilação da parte do ser humano que mais dói: mutilação no sentido da biografia individual e da história coletiva.
José López Portillo⁶⁷⁰

Simón Bolívar e José Martí. Dois dos mais destacados nomes no processo de independência da América espanhola que se desenrolou ao longo do século XIX. Apesar de distintas trajetórias, esses dois líderes latino-americanos possuíram um ponto em comum, além da luta contra a metrópole espanhola: ambos, ao longo de sua vida, foram *exilados*. Longe da Venezuela, sua terra natal, Bolívar esteve na Colômbia, Jamaica, Haiti, entre outros. O cubano Martí passou pela Espanha, Estados Unidos, México, Guatemala. A história de vida destes dois *libertadores* da América seria marcada por deslocamentos constantes, muitas vezes forçados, decorrentes de suas atividades políticas e da oposição ao *status quo*.

Muitos anos depois, já na segunda metade do século XX, os guerrilheiros sul-americanos, que se inspiravam na luta destes antepassados e acreditavam levar adiante a segunda independência da América Espanhola, tiveram o mesmo destino – *o exílio*.

O exílio faz parte da história da humanidade. No caso da América Latina, em especial, remonta ao período colonial, como ressaltou Luis Roniger:

Na época colonial, o desterro (degredo), a transladação e a expulsão para os confins do império ou então a expulsão para lugares onde se poderia controlar o desterrado foram amplamente utilizados contra a disfuncionalidade social, como instrumento de poder contra delinquentes sociais, marginalizados e rebeldes, assim como para reforçar o componente humano na defesa das fronteiras imperiais em expansão.⁶⁷¹

No século XIX, a prática do exílio esteve “na gênese dos regimes políticos latino-americanos desde o momento das independências”.⁶⁷² Assim sendo, os novos Estados latino-

⁶⁷⁰ PORTILLO, José López. “Prólogo”. In: NEVARES, Salvador Reyes (org.). *El exilio español en México (1939-1982)*. México: Fondo de Cultura Económica, 1982.

⁶⁷¹ RONIGER, Luis. “Reflexões sobre o exílio como tema de investigação: avanços teóricos e desafios”. In: QUADRAT, Samantha Viz (org.). *Caminhos cruzados: História e memória dos exílios latino-americanos no século XX*. Rio de Janeiro: FGV, 2011, p. 33.

⁶⁷² YANKELEVICH, Pablo. “Estudar o exílio”. QUADRAT, Samantha Viz (org.). *Caminhos cruzados: História e memória dos exílios latino-americanos no século XX*. Rio de Janeiro: FGV, 2011, p. 14.

americanos instituíram o exílio como um “mecanismo amplamente usado e abusado no âmbito da política e da vida pública, um complemento ao encarceramento e às execuções”.⁶⁷³ Na segunda metade do século XX, quando as ditaduras militares se espalharam pela América Latina, o exílio também foi institucionalizado, ao lado das prisões, execuções e “desaparecimentos” políticos, como mecanismo para afastar e/ou desarticular elementos considerados “subversivos”, que desafiavam os regimes autoritários.

O termo “exilado” aparece, muitas vezes, associado às condições de “refugiados” e “migrantes”. Enquanto a migração está geralmente relacionada a fatores econômicos, asilo e exílio estão diretamente vinculados aos aspectos políticos. A historiadora Denise Rollemberg salientou as dificuldades em estabelecer uma separação nítida entre estas três categorias.⁶⁷⁴ Não adentraremos as discussões jurídicas que envolvem a definição/distinção de exilados, refugiados ou migrantes. Isso extrapolaria os limites e objetivos deste trabalho. O que nos interessa, neste momento, é apresentar algumas considerações sobre o exílio político e, mais especificamente, sobre o exílio forçado vivenciado pelas esquerdas sul-americanas ao longo das décadas de 1960 e 1970, que afetaria de forma indelével a trajetória das organizações revolucionárias do Cone Sul.

O exílio das esquerdas sul-americanas não foi um fenômeno homogêneo. Muitos foram expulsos de seus países formalmente. Outros foram “informalmente” impelidos a sair diante das perseguições políticas. Em outros casos, não suportar viver em um ambiente autoritário motivou a decisão de partir. Além dos distintos fatores que levaram à partida, muitos outros elementos configuram a multiplicidade que caracterizou a experiência exilar: as diferenças culturais, de idade, de gênero, de profissão, de militância política, os contextos históricos, os países de acolhida e as nações de origem, entre outros fatores.

Segundo Denise Rollemberg, o exílio teve uma dupla face. De um lado, ele é fruto da exclusão, da dominação, da anulação, da intolerância e provocou um processo de desenraizamento e de crise radical de identidade.⁶⁷⁵ Para muitos, ser exilado significou a constante sensação de estar *fora do lugar*, para usar a expressão cunhada pelo escritor Edward Said.⁶⁷⁶ Mas, por outro lado, o exílio também foi tempo de renovação, de descoberta, de ampliação dos horizontes: “Um drama e um renascimento, ao mesmo tempo. A distância que faz sofrer é a mesma que permite uma pausa para a reflexão e a aprendizagem, de onde surge

⁶⁷³ RONIGER, Luis. *op. cit.* p. 33.

⁶⁷⁴ ROLLEMBERG, Denise. *Exílio: entre raízes e rades*. Rio de Janeiro: Record, 1999, p. 41-47.

⁶⁷⁵ *Ibidem*, p. 24-25.

⁶⁷⁶ SAID, Edward. *Fora do lugar*. São Paulo: Cia das Letras, 2003.

uma visão mais clara de si e do projeto pelo qual se lutava”.⁶⁷⁷ Nesse contexto, a partir da constatação da derrota de um projeto político pessoal e coletivo, o exilado deveria reconstruir sua vida em terras estrangeiras. A tarefa, logicamente, não era fácil, como apontou a historiadora Marina Franco:

Para los emigrados irse significó tener que (re)construirse desde la pérdida de una imagen y una proyección de sí mismos hechas en un tiempo y espacio que en el nuevo contexto ya no existían ni podían recuperarse. En ese sentido, la emigración forzada pudo constituir un traumatismo que, muchas veces, se sumaba a otros previos, y eso exigió un auténtico *trabajo de duelo*.⁶⁷⁸

O exílio também se configurou frequentemente como tempo de resistência e de continuidade da luta política. Nesse sentido, o Chile, governado pelo presidente socialista Salvador Allende, representou um espaço privilegiado para exilados brasileiros, uruguaios, bolivianos, entre outros, que, fugindo da repressão política em seus países de origem, encontraram em solo chileno um ambiente favorável para prosseguirem sua militância política.

Ventos internacionais sopravam fortemente no processo político local. Muitos dos exilados, provenientes de movimentos de resistência armada em seus países de origem, se alinharam com as partes mais extremas da esquerda chilena. Esses exilados se perceberam como uma vanguarda popular revolucionária com experiência política, expressaram livremente suas visões e estenderam seus conselhos a seus amigos chilenos.⁶⁷⁹

A trajetória dos militantes da Junta de Coordinación Revolucionaria também foi atravessada pela experiência do exílio. Como acompanhamos no capítulo anterior, desde 1970, militantes bolivianos do Ejército de Liberación Nacional encontraram asilo político no Chile e estreitaram laços com a esquerda chilena, em especial com o Movimiento de Izquierda Revolucionaria. A partir de 1972, seria a vez dos uruguaios do Movimiento de Liberación Nacional-Tupamaros encontrarem no Chile um lugar de refúgio e de continuação da militância política. Esse também seria o caso dos argentinos do Ejército Revolucionario del Pueblo, que cruzaram a fronteira para fugir da repressão política em seu país, antes mesmo da instalação da ditadura. E foi justamente no Chile, esse ponto de encontro das esquerdas sul-

⁶⁷⁷ ROLLEMBERG, Denise. *op. cit.* 1999, p. 34.

⁶⁷⁸ FRANCO, Marina. *El exilio: argentinos em Francia durante la dictadura*. Buenos Aires: Siglo XXI Editores, 2008, p. 71. Grifos no original.

⁶⁷⁹ SZNAJDER, Mario. “Os exílios latino-americanos”. In: QUADRAT, Samantha Viz (org.). *Caminhos cruzados: História e memória dos exílios latino-americanos no século XX*. Rio de Janeiro: FGV, 2011, p. 85.

americanas, que surgiu a Junta de Coordinación Revolucionaria, uma organização internacionalista, que unia os quatro grupos revolucionários inspirados no exemplo de “Che” Guevara.

No entanto, neste primeiro momento, o exílio de grande parte das esquerdas sul-americanas, incluindo o dos militantes da JCR, ainda restringia-se ao Cone Sul da América – uma espécie de “exílio regional”. Nesse contexto, o exílio ainda não era encarado, pela maioria dos militantes, como uma derrota definitiva, mas sim como uma etapa de reorganização, de continuação da luta, visando ao retorno para os respectivos países de origem. Permanecer na América do Sul alimentava os sonhos revolucionários, bem como as esperanças do regresso à pátria natal: “a atmosfera que agitava o continente e a proximidade geográfica sinalizavam que se estava no tempo e no lugar da revolução”.⁶⁸⁰

O golpe de Estado no Chile em 1973 representou um duro baque para estes militantes exilados. De um país que acolheu muitos exilados latino-americanos e inspirou sonhos revolucionários, o país andino converteu-se em uma ditadura sangrenta, com o Estádio Nacional lotado de presos políticos. Para os exilados, era imperativo um novo deslocamento. Do exílio para outro exílio. A Argentina foi o destino de muitos desses exilados, em especial dos ligados à JCR. Mas, com o golpe de Estado deflagrado em 1976, seria a hora de partir mais uma vez. Um novo exílio. Mas, dessa vez, com um gosto bem mais amargo.⁶⁸¹

Assim sendo, os revolucionários da Junta de Coordinación Revolucionaria se viram obrigados, em grande parte, a abandonar a América do Sul diante da intensificação da repressão desencadeada pelas ditaduras militares da região, que, inclusive, como acompanhamos, impulsionaram a cooperação entre seus órgãos de inteligência e repressão. A Europa seria o destino de centenas desses militantes.⁶⁸²

No Velho Continente, o tipo de militância alterou-se, inserida em um processo de revisão crítica da luta armada. Nesse contexto, o exílio destes revolucionários sul-americanos seria marcado, então, por intensas campanhas de denúncia contra as ditaduras, que marcaram o processo de valorização da defesa dos direitos humanos. Luis Roniger analisou a relação dos exilados com o discurso dos direitos humanos:

⁶⁸⁰ ROLLEMBERG, Denise. *op. cit.* 1999, p. 56.

⁶⁸¹ A trajetória dos militantes da JCR configura o que Mario Sznajder conceituou como *exilio em série*: “Definimos o exílio em série como o subsequente e às vezes recorrente deslocamento de um lugar de exílio a outro, dado que os países nos quais os indivíduos se refugiam restringem sua liberdade de ação”. SZNAJDER, Mario. *op. cit.* p. 76.

⁶⁸² Vale lembrar que alguns militantes ligados à JCR ou a alguma das organizações que integravam a Junta partiram para o exílio na Europa antes mesmo do golpe de 1976 na Argentina e atuaram como representantes da Junta de Coordinación Revolucionaria naquele continente.

Uma vez no desterro, os exilados da última onda repressiva descobriram o poder mobilizador do discurso emergente dos direitos humanos e, embora não o adotassem a partir de um princípio em forma total, mas de uma forma tática, com o passar dos anos e a época que lhes permitia reformular solidariedades e alianças transnacionais, os direitos humanos se projetaram como um núcleo central nas estratégias de luta e denúncia dos exilados.⁶⁸³

Aldo Marchesi defende que o discurso dos Direitos Humanos foi utilizado de forma *instrumental* pelos revolucionários sul-americanos e que tal discurso manteve-se subordinado à estratégia revolucionária dessas esquerdas.⁶⁸⁴ Marina Franco, por sua vez, adota uma perspectiva diferente ao afirmar que a mudança de tática representou

(...) la *continuidad* de la acción política directa, con los límites que implicaba la nueva situación de exilio, y como tal fue percibida por los emigrados y por los militares mismos. A la vez, en un plano psicológico, continuar la actividad militante – de la manera que fuera – era una forma de enfrentar los desgarros que la experiencia de la represión y de la emigración forzada producían.⁶⁸⁵

No exílio, os exilados sul-americanos tenderam a estabelecer laços e redes transnacionais com outros exilados também oriundos do Cone Sul, configurando um processo de resgate da identidade latino-americana:

(...) os desterrados construíram novos vínculos com os exilados das “nações amigas”, no reforço de uma dinâmica de reconhecimento mútuo e na identificação de problemas e interesses transnacionais compartilhados dentro do sistema interamericano. Em muitos casos, o exílio parece haver desempenhado papel importante na América Latina, na definição ou redefinição dos planos nacional e da identidade panlatino-americana.⁶⁸⁶

Por outro lado, esse segundo momento do exílio, fora da América do Sul, em especial na Europa, configurou-se também como espaço de autocrítica, polêmicas, acusações, fragmentações políticas, redefinição de rumos, enfim, uma nova etapa na história das organizações revolucionárias do Cone Sul da América. No caso específico da Junta de Coordinación Revolucionaria, representou a etapa final de sua trajetória.

O refluxo das atividades da JCR no Cone Sul, o exílio de grande parte de seus militantes e a atuação destes remanescentes na Europa eram monitorados pelos órgãos de inteligência das ditaduras sul-americanas. Um documento formulado pela *Dirección Nacional*

⁶⁸³ RONIGER, Luis. *op. cit.* p. 53.

⁶⁸⁴ MARCHESI, Aldo. *op. cit.* 2013, p. 304.

⁶⁸⁵ FRANCO, Marina. *op. cit.* p. 114.

⁶⁸⁶ RONIGER, Luis. *op. cit.* p. 52.

de Información e Inteligencia do Uruguai, por exemplo, elencava os fatores que levaram à desarticulação das atividades da Junta na América do Sul:

- La muerte de Mario Roberto Santucho, principal gestor de la aludida organización subversiva continental.
- La muerte o reclusión de los principales miembros que atendieron las relaciones internacionales de la JCR y/o representaron a sus respectivas organizaciones ante la misma.
- La neutralización del accionar político y paramilitar de la organización que ejercía prácticamente la rectoría de la JCR (PRT-ERP).
- La desactivación experimentada por el resto de las organizaciones subversivas componentes (MLN-T; MIR; ELN).
- El desplazamiento al exterior de importantes miembros de la JCR que lograron eludir la acción antisubversiva de las FF.AA. en la Argentina.⁶⁸⁷

O mesmo documento apontava para a impossibilidade de rearticulação da JCR na América do Sul e destacava a atuação da organização na Europa, sobretudo em campanhas de denúncia contra as ditaduras sul-americanas e na defesa dos direitos humanos:

El accionar de la aludida organización subversiva continental solo mantiene expresiones en Europa (fundamentalmente en Francia, Portugal e Italia), áreas geográficas donde ha logrado instrumentar, a través de distintas organizaciones colaterales un importante aparato propagandístico orientado a desprestigiar los Gobiernos Nacionales de Argentina, Uruguay, Chile y Bolivia.

Sus actividades en la Argentina, como organización orientada a continentalizar la lucha armada en América Latina es prácticamente intrascendente, siendo muy limitada las posibilidades de reorganizar y/o reactivar con éxito en el mediano plazo, su estructura y proyecto continental. En el marco internacional, la JCR procurará mantener encubiertamente su vigencia a través de organizaciones colaterales afectadas a la defensa de los Derechos Humanos y/o a tareas de solidaridad a favor de elementos detenidos latinoamericanos, que le permita instrumentar campañas de acción psicológicas orientadas a desprestigiar a los Gobiernos de los respectivos Países.

Paralelamente tratará de consolidar en Europa, la nueva estructura que le permita vehicular y/o motorizar los proyectos y objetivos que guiaron la conformación de la JCR.⁶⁸⁸

A partir da consulta aos documentos produzidos pela JCR no exílio na Europa e às entrevistas com ex-militantes da organização, foi possível reconstruir, ainda que parcialmente,

⁶⁸⁷ “Parte Especial de Información n° 21/977”. Dirección Nacional de Información e Inteligencia, Departamento n° 1. Montevideo, 19 de setembro de 1977. Archivo de la Dirección Nacional de Información e Inteligencia (DNII). In: PRESIDENCIA DE LA REPUBLICA ORIENTAL DEL URUGUAY. *Actualización de la Investigación Histórica sobre Detenidos Desaparecidos*. Disponível em: <http://www.presidencia.gub.uy/wps/wcm/connect/presidencia/portalpresidencia/comunicacion/informes/inv_estigacion-historica-sobre-detenidos-desaparecidos>.

⁶⁸⁸ *Idem*.

a trajetória da Junta de Coordinación Revolucionaria fora da América do Sul e, em especial, no Velho Continente. Assim sendo, acompanharemos ao longo deste capítulo as tentativas de reorganização da Junta na Europa bem como as discussões, os conflitos internos, a fragmentação política das organizações-membro e a dissolução da JCR.

Luis Mattini, que se tornou o principal líder do PRT-ERP após a morte de Santucho, relembrou em entrevista o início da reorganização da JCR na Europa:

(...) en el exterior nos reencontramos los dirigentes de la JCR, por ejemplo nos encontramos con Andrés Pascal, que había logrado salir de Chile, (...) y apareció el mayor Sánchez que también salió, y siempre había algún Tupa, pero los tupas estaban muy desperdigados (...) siempre había algún tupa que no recuerdo los nombres. Y la reorganizamos en el exterior.⁶⁸⁹

A sede da Junta de Coordinación Revolucionaria na Europa era a cidade de Paris. A capital francesa era o epicentro dos refugiados latino-americanos na Europa, o que justificava a escolha da cidade para sediar a JCR:

Paris era el centro de refugiados, entonces hicimos un acto de presentación pública de la JCR, vinieron los periodistas, teníamos muchos contactos, vinieron la gente de *Le Monde Diplomatique* (...) hicimos entrevistas, explicamos que en América Latina los golpes eran terribles, pero que seguíamos en la lucha, agitamos, usábamos mucho la agitación.⁶⁹⁰

A atuação dos militantes da JCR na França não passava despercebida aos olhos dos sistemas de informação e repressão sul-americanos:

Si intentáramos una ubicación física de la cabecera de esta Junta, veríamos que París es la ciudad que nuclea a los más calificados ideólogos marxistas vinculados a las organizaciones componentes. Son estos precisamente quienes centralizan el accionar estratégico de la subversión en Latinoamérica.⁶⁹¹

A trajetória da JCR na Europa foi marcada pela busca de um amplo leque de apoio político. O documento “Relaciones” estipulava que os esforços deveriam ser dirigidos ao

⁶⁸⁹ MATTINI, Luis. Entrevista concedida à autora. Buenos Aires, 13 de abril de 2014.

⁶⁹⁰ *Idem.*

⁶⁹¹ “Apreciación de Situación de Subversión”, Departamento III/ S. I. D, Montevideú, agosto de 1976. Archivo de la Dirección Nacional de Información e Inteligencia (DNII). In: PRESIDENCIA DE LA REPUBLICA ORIENTAL DEL URUGUAY. *Actualización de la Investigación Histórica sobre Detenidos Desaparecidos*. Disponível em: <<http://www.presidencia.gub.uy/wps/wcm/connect/presidencia/portalpresidencia/comunicacion/informes/investigacion-historica-sobre-detenidos-desaparecidos>>.

estabelecimento de relações com partidos, movimentos, organismos, personalidades e estados.⁶⁹² A ordem de prioridades na consolidação das relações políticas era: Cuba em primeiro lugar, seguida do Movimento Popular de Libertação da Angola (MPLA), dos grupos palestinos (não especificados) e do Partido do Trabalho do Vietnã. No documento, os membros da JCR lembravam que Cuba não os reconhecia como organização. Ainda assim, conquistar o apoio oficial do Estado Cubano era a prioridade número um da organização no que tange à sua política de relações exteriores, o que revela como Cuba continuava sendo um dos principais referenciais para as esquerdas latino-americanas. Na ótica dos guerrilheiros, a falta de apoio de Cuba diminuía as possibilidades de consolidação de relações na Europa, África e Ásia.⁶⁹³

No início de 1976, a JCR inaugurou o Boletim do Secretariado Europeu, que apresentava as atas das reuniões do referido Secretariado e também comunicações e informes acerca da coordenação dos trabalhos. O objetivo era homogeneizar as informações, conduzir as discussões das equipes da Junta na Europa, coletivizar experiências e coordenar tarefas no continente europeu. Os secretariados de outros países europeus deveriam enviar informes mensais pormenorizados à equipe da JCR em Paris, a fim de substanciar a elaboração do boletim.⁶⁹⁴ Este primeiro Boletim do Secretariado Europeu também revelava uma autocrítica da organização no que tange ao limitado andamento das atividades da JCR na Europa:

Queremos aprovechar este primer Boletín del Secretariado para que asumamos autocriticamente el escaso desarrollo que tiene el trabajo de la Junta en Europa y que está en nuestras manos entregar un impulso a la tarea que corresponda a las perspectivas políticas que nuestras organizaciones tienen fijadas en la JCR.⁶⁹⁵

A ata da reunião realizada em 02 de janeiro de 1976, reproduzida neste primeiro boletim do secretariado europeu, reproduz os debates acerca das dificuldades no acionar das atividades da JCR no exterior:

Pablo [um militante presente na reunião] (...) analiza que hay dos problemas centrales em cuanto al funcionamiento de la Junta. El primero es que la Junta

⁶⁹² JUNTA DE COORDINACIÓN REVOLUCIONARIA. “Relaciones”, s/d. Archivo Lucha Armada – Colección David Càmpera/ Centro de Estudios Interdisciplinarios Uruguayos (CEIU) – Universidad de la Republica (UDELAR); Fondo JCR, Carpeta 1.

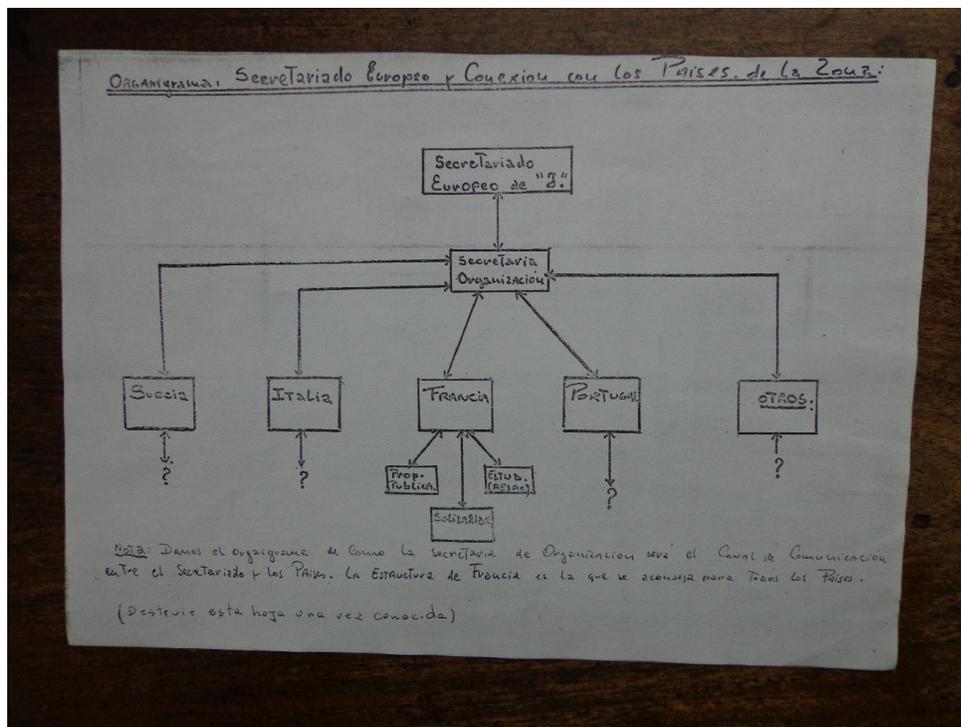
⁶⁹³ *Idem.*

⁶⁹⁴ JUNTA DE COORDINACIÓN REVOLUCIONARIA. “Introducción al Boletín del Secretariado Europeu”, 1976, p.1-2. Archivo Lucha Armada – Colección David Càmpera/ Centro de Estudios Interdisciplinarios Uruguayos (CEIU) – Universidad de la Republica (UDELAR); Fondo JCR, Carpeta 3.

⁶⁹⁵ *Ibidem*, p. 2.

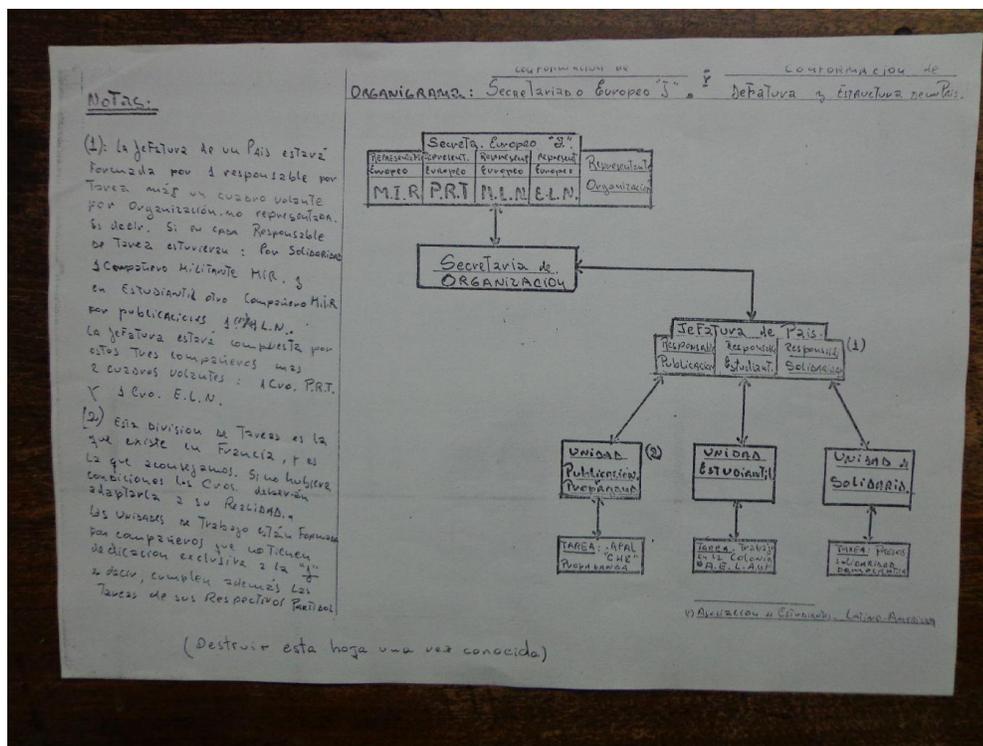
nace com uma definição política muy general y que luego por diversas razones se produce un vacío político; la capacidad de aporte, potencialmente muy importante, no se manifiesta despues de su creacion. En segundo lugar, en Europa hay un reflejo de esa disminucion en la elaboracion política y ademas carencias de funcionamiento que se manifiestan fundamentalmente en falta de orientacion y planes precisos. Considera que la JCR reúne organizaciones con ritmos de trabajo distintos, y que la no existencia de planes y metodos produjo un rezago entre la actividad de las organizaciones y de la JCR.⁶⁹⁶

Os debates entre os militantes da JCR apontaram duas principais carências da organização no contexto do exílio na Europa: a falta de diretrizes gerais que orientassem os trabalhos e a ausência de planificação e coordenação entre os distintos grupos da Europa. Para tentar reverter ou ao menos minimizar essas carências, a organização apresentou uma proposta de reorganização estrutural do Secretariado Europeu, como podemos observar nos organogramas abaixo.



“Organigrama: Secretariado Europeu y Conexion con los Países de la Zona”.
Fonte: Archivo Lucha Armada – Universidad de la Republica (UDELAR)

⁶⁹⁶ JUNTA DE COORDINACIÓN REVOLUCIONARIA. “Boletín del Secretariado Europeu, Sesión 02/01/1976”, 1976, p.1. Archivo Lucha Armada – Colección David Cámpora/ Centro de Estudios Interdisciplinarios Uruguayos (CEIU) – Universidad de la Republica (UDELAR); Fondo JCR, Carpeta 3.



“Organigrama: Conformación de Secretariado Europeo y Conformación de Jefatura y Estructura de un país”

Fonte: Archivo Lucha Armada – Universidad de la Republica (UDELAR)

Seguindo as diretrizes assumidas previamente nos Estatutos Provisórios (que analisamos no capítulo anterior), a JCR consolidou os secretariados de zona: França para Europa; México para América Latina e Argélia para África e Ásia.⁶⁹⁷ Esses secretariados deveriam organizar as atividades da JCR em seus países e coordenar as tarefas em suas respectivas zonas. Todos os trabalhos desenvolvidos deveriam ser reportados ao Secretariado Executivo Permanente. Este último foi criado em junho de 1977 e tinha como principais funções centralizar, coordenar e dirigir o trabalho de todos os núcleos existentes da JCR.⁶⁹⁸ Ficou ainda estabelecido que poderiam ser constituídos secretariados locais da JCR em todos os países que contassem com representantes de pelo menos duas das organizações que integravam a Junta.⁶⁹⁹

⁶⁹⁷ JUNTA DE COORDINACIÓN REVOLUCIONARIA. “Criterios para trabajo de solidaridad”, junho de 1977. Archivo Lucha Armada – Colección David Cámpora/ Centro de Estudios Interdisciplinarios Uruguayos (CEIU) – Universidad de la Republica (UDELAR); Fondo JCR, Carpeta 4.

⁶⁹⁸ JUNTA DE COORDINACIÓN REVOLUCIONARIA. “Circular Interna JCR”, setembro de 1977. Archivo Lucha Armada – Colección David Cámpora/ Centro de Estudios Interdisciplinarios Uruguayos (CEIU) – Universidad de la Republica (UDELAR); Fondo JCR, Carpeta 4.

⁶⁹⁹ JUNTA DE COORDINACIÓN REVOLUCIONARIA. “Comunicado del Secretariado Europa a la JCR en los países de la zona”, dezembro de 1977. Archivo Lucha Armada – Colección David Cámpora/ Centro de Estudios Interdisciplinarios Uruguayos (CEIU) – Universidad de la Republica (UDELAR); Fondo JCR, Carpeta 4.

Segundo os documentos produzidos pela JCR, além da França, a organização articulava atividades políticas em países como Itália, Suécia e, sobretudo, em Portugal, após a vitória da chamada Revolução dos Cravos.⁷⁰⁰ Mais uma vez, as atividades da JCR fora da América do Sul eram monitoradas pelos órgãos de inteligência do Cone Sul:

(...) la situación política de Portugal les ha permitido actuar en forma totalmente abierta, llegando la JCR a ofrecer conferencias en la ciudad de Lisboa. También son asientos de Sub sedes en Europa, Bruselas y Roma, teniendo los cabecillas de las macro – organización, pretensiones de abrir lo que ellos llaman “embajadas” en Alemania y Holanda, tal como se entiende ocurre en Perú y Méjico, países en los que residen militantes de las organizaciones base en calidad de asilados. (...)

México recibe y apoya a todo tipo de exiliados de izquierda, mantiene contactos con la Junta y contribuye como consecuencias de estas relaciones a publicitar una muy negativa imagen de los países que combaten a este tipo de subversión.

En Portugal, como ya se dijo, la JCR tiene una de sus más importantes sedes; la más conspicua de ellos está en Lisboa en tanto otra se encuentra en Porto.⁷⁰¹

A conjuntura aparentemente favorável à atuação da JCR em Portugal seria alterada a partir do golpe militar de 25 de novembro de 1975, que limitou a influência da esquerda radical iniciada com a Revolução dos Cravos. A ata da reunião da JCR em janeiro de 1976 apontava as dificuldades vivenciadas pelos militantes da Junta em Portugal:

Pocos días después del 25 de noviembre fue desalojado el local donde funcionaba [a sede da JCR]. Se vuelve difícil a medida que el gobierno se derechiza. Mientras la situación no se define, hay que justificar legalmente la estadia, pues existe la posibilidad de ser expulsado. En cuanto a las actividades mismas, el trabajo esta muy limitado, la radio y la TV ya no son accesibles.⁷⁰²

Ainda sobre a atuação da JCR em Portugal, outro documento relata que a organização internacionalista não logrou estabelecer laços mais sólidos com os exilados brasileiros, que,

⁷⁰⁰ A Revolução dos Cravos ou Revolução de 25 de abril, ocorrida em 1974, depôs o longo regime ditatorial e iniciou um processo de redemocratização em Portugal.

⁷⁰¹ “Apreciación de Situación de Subversión”, Departamento III/ S. I. D, Montevideu, agosto de 1976. Archivo de la Dirección Nacional de Información e Inteligencia (DNII). In: PRESIDENCIA DE LA REPUBLICA ORIENTAL DEL URUGUAY. *Actualización de la Investigación Histórica sobre Detenidos Desaparecidos*. Disponível em:

<<http://www.presidencia.gub.uy/wps/wcm/connect/presidencia/portalpresidencia/comunicacion/informes/investigacion-historica-sobre-detenidos-desaparecidos>>.

⁷⁰² JUNTA DE COORDINACIÓN REVOLUCIONARIA. “Boletín del Secretariado Europeo, Sesión 02/01/1976”, 1976, p.3. Archivo Lucha Armada – Colección David Cámpora/ Centro de Estudios Interdisciplinarios Uruguayos (CEIU) – Universidad de la República (UDELAR); Fondo JCR, Carpeta 3.

segundo o relato, eram os que contavam com maior grau de solidariedade dos portugueses.⁷⁰³ O informe reportava ainda que muitos grupos desejavam estreitar laços com uma das organizações-membro, mas não necessariamente com a JCR: “Se mantiene una dualidad de relación que naturalmente obedece a situaciones concretas. Muchas son las organizaciones y partidos que por el desigual desarrollo de quienes integran la Junta tienen especiales intereses y particulares móviles en estrechar los vínculos, con unos más y con otros menos”.⁷⁰⁴

Da Itália, chegavam notícias sobre as divergências entre os representantes da JCR, que giravam, sobretudo, em torno da caracterização da esquerda italiana, o que incidia sob a política de alianças a ser adotada no país.⁷⁰⁵ O relato apontava ainda as dificuldades para realizar atividades em conjunto entre as organizações-membro da JCR no país mediterrâneo:

(...) em Itália se produjeron problemas que imposibilitaron un trabajo em conjunto, e inclusive hasta esta fecha esse trabajo no ha podido ser encarado. Desde el mes de junio se esta planteando la realización de reuniones de equipo que no se concretizon hasta la fecha. Los problemas que hacen imposible esta coordinación de trabajo son muy diversos e deben ser asumidos autocríticamente por el conjunto de las organizaciones JCR en Italia. Ultimamente ha habido una pequeña mejora; está fijada una reunión en los proximos días donde se comenzaria a encarar el trabajo de fondo.⁷⁰⁶

O segundo Boletim do Secretariado Europeu da JCR, divulgado em agosto de 1976, definia a *propaganda* como um dos principais eixos de atuação da organização na Europa.⁷⁰⁷ Nesse sentido, os representantes da JCR na Itália tentaram traduzir a revista *Che Guevara*, órgão oficial de divulgação da Junta de Coordinación Revolucionaria, para o italiano.⁷⁰⁸ Em vários documentos, a divulgação deste periódico aparece como um dos cerne das atividades no Velho Continente. Contudo, a falta de regularidade da revista era apontada como um

⁷⁰³ JUNTA DE COORDINACIÓN REVOLUCIONARIA. “Política desarrollada em Portugal por JCR”, s/d, p. 2. Archivo Lucha Armada – Colección David Cámpora/ Centro de Estudios Interdisciplinarios Uruguayos (CEIU) – Universidad de la Republica (UDELAR); Fondo JCR, Carpeta 3.

⁷⁰⁴ *Ibidem*, p. 5.

⁷⁰⁵ JUNTA DE COORDINACIÓN REVOLUCIONARIA. “Boletín del Secretariado Europeu, Sesión 06/03/1976”, 1976, p.8. Archivo Lucha Armada – Colección David Cámpora/ Centro de Estudios Interdisciplinarios Uruguayos (CEIU) – Universidad de la Republica (UDELAR); Fondo JCR, Carpeta 3.

⁷⁰⁶ *Idem*.

⁷⁰⁷ JUNTA DE COORDINACIÓN REVOLUCIONARIA. “Algunas pautas para la discusión de la tarea de propaganda”. Boletim Interno Europeu nº 2, agosto de 1976. Archivo Lucha Armada – Colección David Cámpora/ Centro de Estudios Interdisciplinarios Uruguayos (CEIU) – Universidad de la Republica (UDELAR); Fondo JCR, Carpeta 3.

⁷⁰⁸ JUNTA DE COORDINACIÓN REVOLUCIONARIA. “Reunión Ordinária 26/03/1976”. Archivo Lucha Armada – Colección David Cámpora/ Centro de Estudios Interdisciplinarios Uruguayos (CEIU) – Universidad de la Republica (UDELAR); Fondo JCR, Carpeta 3.

obstáculo aos trabalhos de propaganda que deveriam ser realizados.⁷⁰⁹

No que tange aos posicionamentos políticos adotados no exílio europeu, a JCR assumiu a postura de não criticar abertamente os partidos comunistas europeus e limitar-se a atuar nos assuntos estritamente relacionados aos sul-americanos:

La JCR sólo debe pronunciarse sobre la situación en el Cono Sur. Esto delimita los campos: no intervenimos directamente en la lucha de clases en Europa, no nos corresponde criticar las posiciones de los PC europeos, esto sobrepasaría ampliamente los límites fijados a nuestra actividad.⁷¹⁰

Outro documento da JCR corroborava esta concepção, ao afirmar que “el secretariado europeo debe omitir cualquier referencia que implique fijar posición con respecto a países, gobiernos, movimientos o cuestiones ajenas a los cuatro países integrantes de la JCR”.⁷¹¹

Nessa direção, a organização diferenciava quais seriam os eixos de atuação na Europa e na América Latina:

En América Latina, la JCR persigue lograr la acumulación de fuerzas en el campo revolucionario a escala continental. Para esto debe tender reunir a la vanguardia revolucionaria latinoamericana, proceso complejo que pasa por su previa homogeneización e intercambio de experiencias. Esto debe permitir, en un proceso largo, llegar a una coordinación de apoyo moral y material a la guerra de liberación en cualquier país de A.L., por parte de las fuerzas revolucionarias del continente.

En Europa la JCR desarrolla una tarea de masas en la colonia, la solidaridad democrática y la propaganda y una política de relaciones diplomáticas tendientes a sentar las bases de una solidaridad revolucionaria y de combate, por parte de Estados y movimientos de liberación de otros continentes.⁷¹²

Assim sendo, na Europa, a JCR deveria atuar em questões que transcendessem os limites nacionais, como por exemplo, a internacionalização da repressão, a situação dos exilados, a relação com organismos transnacionais, campanhas internacionais de solidariedade, entre outros.⁷¹³ Por sua vez, ao contrário do que se poderia supor, a JCR não estabeleceu sólidas relações com a extrema esquerda europeia:

⁷⁰⁹ JUNTA DE COORDINACIÓN REVOLUCIONARIA. “Reunión Ordinaria 25/06/1976”. Archivo Lucha Armada – Colección David Cámpora/ Centro de Estudios Interdisciplinarios Uruguayos (CEIU) – Universidad de la Republica (UDELAR); Fondo JCR, Carpeta 3.

⁷¹⁰ JUNTA DE COORDINACIÓN REVOLUCIONARIA. “Reunión Ordinaria 12/04/1976”. Archivo Lucha Armada – Colección David Cámpora/ Centro de Estudios Interdisciplinarios Uruguayos (CEIU) – Universidad de la Republica (UDELAR); Fondo JCR, Carpeta 3.

⁷¹¹ JUNTA DE COORDINACIÓN REVOLUCIONARIA. “Pautas para la aplicación de la resolución de abril de 1975”. Paris, 22 de abril de 1976, p. 1. Archivo Lucha Armada – Colección David Cámpora/ Centro de Estudios Interdisciplinarios Uruguayos (CEIU) – Universidad de la Republica (UDELAR); Fondo JCR, Carpeta 3.

⁷¹² *Idem*. Grifos no original.

⁷¹³ *Ibidem*, p. 2.

La extrema izquierda europea no apoya una estrategia revolucionaria para América Latina. Su composición de clase, sus métodos, su experiencia de lucha, la llevan a análisis unilaterales, no científicas, que pecan de impresionismo pequeño-burgués. Esto hace que en mejor de los casos, de ella sólo podemos esperar apoyo para una solidaridad democrática combativa anti-imperialista y anti-capitalista, (...) pero que no llega a configurar el apoyo moral y material a una estrategia revolucionaria que levanta la guerra como único camino para llegar al socialismo en todo el continente.⁷¹⁴

Na reunião realizada em novembro de 1976 em Roma⁷¹⁵, os representantes da JCR debateram a política de alianças adotada pela organização. Um dos militantes presentes na reunião argumentou que não era momento de isolamento ou sectarismos e defendeu

una política de alianzas que sea de ser selectiva, pero que busque relación desde la socialdemocracia hasta la izquierda revolucionaria. El caracter de la lucha revolucionaria es eminentemente antidictatorial. Hay que desarrollar una retaguardia geográfica, política y militar que nos permita reconducir nuestras fuerzas.⁷¹⁶

Em junho de 1977, a JCR realizou a XV Sessão de Reuniões. Ao longo de quase dez dias, seus militantes debateram a situação das organizações-membro, a caracterização do cenário político da América do Sul e o desenvolvimento das atividades da Junta, sobretudo, no combate às ditaduras do Cone Sul e ao imperialismo.

Destas reuniões resultaram a elaboração e divulgação de importantes documentos, entre eles o “Manifiesto de la Junta de Coordinación Revolucionaria”. Neste documento, a organização reconhece o avanço das forças contrarrevolucionárias e o refluxo dos movimentos revolucionários latino-americanos e defende que só a unidade das forças populares seria capaz de reverter essa situação:

Estamos ciertos que sólo podemos superar la fase actual de derrotas y reflujo de la revolución, mediante la acción concertada de todas las fuerzas obreras, populares y democráticas del continente. El problema central de las fuerzas obreras y populares es hoy a nuestro juicio el problema de la unidad para enfrentar la reacción a las dictaduras y a la contrarrevolución. La unidad para

⁷¹⁴ JUNTA DE COORDINACIÓN REVOLUCIONARIA. “Reunión Ordinária 12/04/1976”. Archivo Lucha Armada – Colección David Cámpora/ Centro de Estudios Interdisciplinarios Uruguayos (CEIU) – Universidad de la Republica (UDELAR); Fondo JCR, Carpeta 3.

⁷¹⁵ Esta reunião não contou com a participação de representantes do MLN-Tupamaros. Abordaremos mais adiante, ainda neste capítulo, os motivos desta ausência.

⁷¹⁶ JUNTA DE COORDINACIÓN REVOLUCIONARIA. “Reunión JCR Nov/76”. Archivo Lucha Armada – Colección David Cámpora/ Centro de Estudios Interdisciplinarios Uruguayos (CEIU) – Universidad de la Republica (UDELAR); Fondo JCR, Carpeta 3.

imprimir a la lucha democrática un contenido y una dirección correcta.⁷¹⁷

Em outro documento, intitulado “Por la revolución socialista: En el camino del Che”, a JCR analisa a emergência das ditaduras na América Latina como fruto de uma nova fase de acumulação do capital que levou ao esgotamento da democracia burguesa, impondo às frações de classe dominante e ao capital internacional a necessidade de valer-se de regimes autoritários. Ainda segundo o texto, as ditaduras latino-americanas mantinham seu poder prioritariamente pela força e não pelo consenso.⁷¹⁸

As relações entre sociedades e regimes autoritários/ditatoriais, têm sido, nos últimos anos, alvo de importantes investigações históricas. Essa renovação na historiografia tem procurado caracterizar os regimes autoritários como produtos sociais, capazes de construir consensos, fundamentais para a sua instalação, legitimação e sustentação. Nesse sentido, ao contrário da concepção defendida pela JCR, ressaltamos que estes regimes não se mantiveram no poder exclusivamente pela coerção ou por uma suposta manipulação.⁷¹⁹

Retornando ao documento produzido pela JCR em 1977, a organização pontuava que, em um contexto marcado por ditaduras no Cone Sul, os revolucionários deveriam reconhecer a hora de recuar, mantendo, porém, atividades políticas mesmo sob uma correlação de forças desfavorável:

El primero de los problemas que se presentan a los movimientos revolucionarios frente a un cambio drástico en la correlación de fuerzas es el de la organización de el repliegue. Darse cuenta del cambio de periodo previamente a los grandes enfrentamientos, organizar el repliegue organizado de las masas hacia formas de lucha adaptadas a la ofensiva del enemigo (...).

El arte de los revolucionarios en un periodo de ofensiva contrarrevolucionaria es el de combinar el repliegue con la mantención de la iniciativa táctica, através de agitación, la propaganda, las acciones militares, las iniciativas políticas nacionales e internacionales. A las iniciativas del enemigo deben

⁷¹⁷ JUNTA DE COORDINACIÓN REVOLUCIONARIA. “Manifiesto de la Junta de Coordinación Revolucionaria”, junho de 1977, p. 1. Archivo Lucha Armada – Colección David Cámpora/ Centro de Estudios Interdisciplinarios Uruguayos (CEIU) – Universidad de la Republica (UDELAR); Fondo JCR, Carpeta 2.

⁷¹⁸ JUNTA DE COORDINACIÓN REVOLUCIONARIA. “Por la revolución socialista: En el camino del Che”, [junho de 1977], p. 15 e 18. Archivo Lucha Armada – Colección David Cámpora/ Centro de Estudios Interdisciplinarios Uruguayos (CEIU) – Universidad de la Republica (UDELAR); Fondo JCR, Carpeta 2.

⁷¹⁹ A França, por exemplo, tem sido um importante palco destes debates historiográficos, sobretudo acerca da memória construída pela sociedade francesa que valoriza a Résistance e “esquece” o colaboracionismo francês durante a ocupação nazista, ao longo da Segunda Guerra Mundial. Cf. GROppo, Bruno. “El regreso del pasado reprimido: de Vichy a Argélia: las dificultades de la memoria em Francia”. Puentes, Buenos Aires, nº 4, julho de 2001, p. 24-29. Abaixo da linha do Equador, recentes estudos referentes às ditaduras da América do Sul também têm contribuído para superar uma memória que superdimensiona a resistência, obscurecendo o apoio de amplos setores sociais aos golpes militares e à manutenção das ditaduras instauradas na América Latina. Cf. ROLLEMBERG, Denise & QUADRAT, Samantha Viz. (orgs.). *A construção social dos regimes autoritários: legitimidade, consenso e consentimento no século XX*. Volume II: Brasil e América Latina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

corresponder contra-campañas que sepan contestar los niveles donde el enemigo es más débil, utilizando las múltiples formas de lucha, sabiendo manejarlas todas e sobre todo saber pasar rápidamente una de otras. Todo ello visa a impedir que la defensiva del proletariado y sus aliados no se reduzca a una defensiva pasiva, sin capacidad de respuesta.⁷²⁰

A luta contra as ditaduras latino-americanas não significava simplesmente uma luta pelo restabelecimento da democracia, que, na ótica destes guerrilheiros, não representava a solução definitiva para os problemas das classes populares. Mas, se a democracia fosse restabelecida no Cone Sul, os revolucionários deveriam aproveitar a conjuntura mais favorável para passar para uma etapa superior da luta – a revolução socialista.⁷²¹

Além do Manifesto e do texto “Por la revolución socialista: En el camino del Che”, a sessão de reuniões realizadas em 1977 pela JCR também aprovou mais quatro documentos: *Plan de tareas del Secretariado Ejecutivo de la JCR*; *Criterios para trabajo de solidaridad*; *El trabajo de la JCR en Europa*; e *Acuerdo sobre relaciones políticas*. Vejamos quais as linhas de ação estabelecidas nestes documentos.

No “Plan de tareas del Secretariado Ejecutivo de la JCR”, foram enumerados quais deveriam ser as tarefas prioritárias a ser desenvolvidas. A primeira era a instalação de um secretariado executivo no México. Três militantes foram designados para cumprir essa missão. A segunda tarefa era a ampla divulgação do referido Manifesto da JCR. Avançar na questão da propaganda figurava em terceiro lugar neste plano de trabalho. Neste sentido, os esforços deveriam concentrar-se na continuidade da publicação da revista *Che Guevara*. Neste momento, a edição número 3 da revista ainda não tinha sido lançada, o que só aconteceria em outubro de 1977. O documento estipulava ainda a confecção de cartazes sobre os líderes da JCR, Mario Roberto Santucho e Miguel Enríquez (assassinados pelas ditaduras argentina e chilena, respectivamente) e Raúl Sandic (que se encontrava preso no Uruguai). Os militantes deveriam aproveitar os eventos em homenagem aos 10 anos da morte de “Che” Guevara para divulgação dos cartazes e da revista da JCR que levava o nome do líder revolucionário. Em quarto lugar, aparecia a tarefa de organizar centralizadamente uma *equipe de cinema* da JCR, que deveria promover mostras de filmes latino-americanos na Europa,

⁷²⁰ JUNTA DE COORDINACIÓN REVOLUCIONARIA. “Por la revolución socialista: En el camino del Che”, [junho de 1977], p. 19. Archivo Lucha Armada – Colección David Cámpora/ Centro de Estudios Interdisciplinarios Uruguayos (CEIU) – Universidad de la Republica (UDELAR); Fundo JCR, Carpeta 2. Grifos no original.

⁷²¹ *Ibidem*, p. 21.

Argélia e na própria América Latina.⁷²²

No que tange a esta última atribuição, ressaltamos que nas décadas de 1960 e 1970, as artes plásticas, o cinema, a música, o teatro e a literatura foram incendiados por projetos alternativos e revolucionários, que questionavam o tradicional papel atribuído à arte, propunham mudanças na relação com o público e desafiavam a censura e a repressão das ditaduras civil-militares latino-americanas. Os projetos e aspirações destes artistas eram tão revolucionários quanto as propostas das organizações da esquerda armada, igualmente considerados perigosos à segurança nacional e vistos como “subversivos” pelos órgãos de repressão. Como destacou a historiadora Maria Paula Araujo, para os revolucionários

(...) a arte era vista como um importante instrumento de conscientização política e veículo de propaganda da revolução. Filmes, peças de teatro, músicas, pinturas, desenhos poderiam (e deveriam) ser utilizados como instrumentos de agitação e propaganda política, de conscientização, e de produção de uma consciência política revolucionária. A arte poderia ser um potente instrumento a serviço da revolução.⁷²³

Nessa perspectiva, o *cinema militante* exerceu um papel de destaque entre as produções culturais do então chamado Terceiro Mundo. Estas produções criaram uma *identidade estético-política*, que reunia um conjunto de filmes “que se percibían como expresión de los procesos de liberación nacional y descolonización cultural”.⁷²⁴

A Junta de Coordinación Revolucionaria também se alinhava a essa concepção de cinema militante e tentou desenvolver suas próprias películas. O projeto de organizar uma equipe centralizada de cinema já constava da circular interna nº 01 da JCR⁷²⁵, que circulou em março de 1977, meses antes da elaboração do plano de trabalho em junho do mesmo ano. Posteriormente, as propostas para a concretização de uma frente de cinema da JCR foram mais detalhadas no documento intitulado “Pauta de discusión de objetivos y tareas del frente de cine de la JCR”. Entre as ações a ser promovidas pela frente de cinema, constavam a obtenção de recursos e meios para a realização e distribuição de películas produzidas por cineastas vinculados à JCR; a participação destes cineastas em seminários e festivais

⁷²² JUNTA DE COORDINACIÓN REVOLUCIONARIA. “Plan de tareas del Secretariado Ejecutivo de la JCR”, junho de 1977. Archivo Lucha Armada – Colección David Cámpora/ Centro de Estudios Interdisciplinarios Uruguayos (CEIU) – Universidad de la Republica (UDELAR); Fondo JCR, Carpeta 4.

⁷²³ ARAUJO, Maria Paula. “Intelectuais, artistas e revolucionários: o cinema militante no Brasil e na Argentina nos anos 1960 e 70”. In: SILVA, Francisco Carlos Teixeira da & CHAVES, Daniel (orgs.). *Argentina Hoje*. Rio de Janeiro: Multifoco, 2012, p. 46.

⁷²⁴ MESTMAN, Mariano *apud* ARAUJO, Maria Paula. *op. cit.* p. 54.

⁷²⁵ JUNTA DE COORDINACIÓN REVOLUCIONARIA. “Circular Interna JCR nº 1”, março de 1977. Archivo Lucha Armada – Colección David Cámpora/ Centro de Estudios Interdisciplinarios Uruguayos (CEIU) – Universidad de la Republica (UDELAR); Fondo JCR, Carpeta 4.

internacionais a fim de divulgar as propostas políticas e culturais da JCR; o cadastro de diretores, produtores, atores e técnicos em geral disponíveis para colaborar com a organização; a criação de uma Cinemateca; e a constituição de um amplo acervo iconográfico e audiovisual.⁷²⁶

Um informe produzido pela *Dirección de Inteligencia de la Policía de la Provincia de Buenos Aires*⁷²⁷ relatava o projeto da JCR de realização de curtas-metragens, que seriam rodados na Argentina com o apoio do grupo *Cine de la Base*.⁷²⁸ Por sua vez, um documento elaborado pela *Dirección Nacional de Información e Inteligencia* do Uruguai reproduzia a ata de um interrogatório com um militante do MLN-Tupamaros, detido na Argentina.⁷²⁹ O depoimento menciona que a JCR estava gravando um filme na cidade de Ituzaingó, na Argentina, no qual o militante preso seria o ator principal.⁷³⁰

Para além das propostas de criação de uma frente de cinema da JCR, que aparecem em alguns documentos produzidos pela Junta, não foi encontrada nenhuma referência à efetiva produção de filmes na documentação produzida pela organização consultada em nossa pesquisa, excetuando-se os documentos mencionados redigidos pelos órgãos de inteligência e repressão da Argentina e Uruguai. Além disso, os ex-militantes da JCR que nos concederam entrevistas afirmaram não se recordar de que a JCR tenha realmente conseguido filmar alguma película. Ao que tudo indica, os sonhos de um cinema militante vinculado à JCR não saíram do papel.

Além do plano de tarefas analisado nos parágrafos anteriores, a JCR também divulgou, ainda em junho de 1977, o documento “Criterios para trabajo de solidaridad”. Segundo o texto, os secretariados de países, sob a coordenação dos secretariados de zona, estavam

⁷²⁶ JUNTA DE COORDINACIÓN REVOLUCIONARIA. “Pauta de discusión de objetivos y tareas del frente de cine de la JCR”, junho de 1977. Archivo Lucha Armada – Colección David Cámpora/ Centro de Estudios Interdisciplinarios Uruguayos (CEIU) – Universidad de la Republica (UDELAR); Fundo JCR, Carpeta 4.

⁷²⁷ “Participación clandestina de un equipo técnico argentino de una filmación de películas subversivas”.

Archivo de la Dirección de Inteligencia de la Policía de la Provincia de Buenos Aires (DIPBA); Fundo DIPBA/ Mesa “D(S)”, Carpeta Varios, Legajo 29775.

⁷²⁸ O Cine de la Base foi criado pelo cineasta marxista Raymundo Gleyzer em 1973, como uma espécie de “braço cultural” do PRT-ERP da Argentina. Esta experiência de cinema militante na Argentina será apresentada em nosso primeiro capítulo.

⁷²⁹ Na ata do interrogatório, o prisioneiro aparece com o codinome “Enrique”. Possivelmente, trata-se de Atalivas Castillo, que foi detido na Argentina e trasladado clandestinamente ao Uruguai entre janeiro e fevereiro de 1978. Ele figura na lista de desaparecidos políticos.

⁷³⁰ Dirección Nacional de Información e Inteligencia, Departamento nº 3, Actas de Interrogatorio, 1978. Archivo de la Dirección Nacional de Información e Inteligencia (DNII). In: PRESIDENCIA DE LA REPUBLICA ORIENTAL DEL URUGUAY. *Actualización de la Investigación Histórica sobre Detenidos Desaparecidos*. Disponível

em: <<http://www.presidencia.gub.uy/wps/wcm/connect/presidencia/portalpresidencia/comunicacion/informes/inv-estigacion-historica-sobre-detenidos-desaparecidos>>.

encarregados de desenvolver atividades de solidariedade voltadas para a defesa dos Direitos Humanos, para a liberação dos presos políticos, para a denúncia da situação dos desaparecidos políticos e para a luta por liberdades democráticas em geral.⁷³¹

Outro documento aprovado após a XV Sessão de Reuniões da JCR em junho de 1977 foi “El trabajo de la JCR em Europa: el problema de relaciones y las tareas de solidaridad/ pauta para una discusión”. Neste, a organização reconhece o interesse de círculos de esquerda na Europa e em outros continentes pelas organizações revolucionárias oriundas, sobretudo, da Argentina e do Chile, mas, por outro lado, admite, em tom de autocrítica, as deficiências no trabalho de propaganda realizado pela JCR, que afetariam também a política de relações políticas traçada e as atividades de solidariedade planejadas.

Hay que reconocer, sin embargo, que la gran curiosidad existente en torno a la significación de la JCR no pudo y no puede hoy día ser satisfecha sino que parcialmente. Mas allá del documento de constitución, de los números de la revista Che Guevara, que poco agregan políticamente al documento inicial y de algunas declaraciones puntuales, la JCR no aportó interna o externamente elementos que permitieran desarrollar un labor de propaganda más permanente en la cual estuvieran expresadas concretamente todas las implicaciones de su existencia y sus perspectivas de desarrollo.⁷³²

As relações políticas foram o tema do último documento aprovado após a série de reuniões realizadas pela JCR em junho de 1977. Em “Acuerdo sobre relaciones políticas”, a organização decidiu concentrar seus esforços no estabelecimento de alianças políticas com: (1) movimentos revolucionários da América Latina; (2) partidos comunistas da América Latina; (3) países socialistas; (4) movimentos de libertação e movimentos não alinhados, como os argelinos e palestinos; (5) governos progressistas das Américas, como a Guiana e a Jamaica.⁷³³ Chama-nos a atenção a proposta de estreitar relações com os partidos comunistas latino-americanos, que, durante muitos anos, foram alvo das críticas dos revolucionários da esquerda armada. Em outro documento, divulgado em dezembro de 1977, a JCR afirmava inaugurar uma nova fase na relação com os partidos comunistas, marcada pela busca de

⁷³¹ JUNTA DE COORDINACIÓN REVOLUCIONARIA. “Criterios para trabajo de solidaridad”, junho de 1977. Archivo Lucha Armada – Colección David Cámpora/ Centro de Estudios Interdisciplinarios Uruguayos (CEIU) – Universidad de la Republica (UDELAR); Fundo JCR, Carpeta 4.

⁷³² JUNTA DE COORDINACIÓN REVOLUCIONARIA. “El trabajo de la JCR em Europa: el problema de relaciones y las tareas de solidaridad/ pauta para una discusión”, junho de 1977. Archivo Lucha Armada – Colección David Cámpora/ Centro de Estudios Interdisciplinarios Uruguayos (CEIU) – Universidad de la Republica (UDELAR); Fundo JCR, Carpeta 4.

⁷³³ JUNTA DE COORDINACIÓN REVOLUCIONARIA. “Acuerdo sobre relaciones políticas”, junho de 1977, p. 1. Archivo Lucha Armada – Colección David Cámpora/ Centro de Estudios Interdisciplinarios Uruguayos (CEIU) – Universidad de la Republica (UDELAR); Fundo JCR, Carpeta 4.

alianças, acordos e ações conjuntas.⁷³⁴ Essa guinada, no entanto, não significava, na ótica da JCR, o abandono de suas definições táticas e estratégicas. Nessa perspectiva, caberia aos revolucionários liderar o movimento comunista no combate às ditaduras e ao imperialismo.

Estamos conscientes que los PC son aliados estratégicos a pesar de sus posiciones, ya que en la medida que los revolucionarios son capaces de [*ilegível*] variar la correlación de fuerzas a su favor, creando las condiciones de para hacer realidad la revolución, entonces, el movimiento comunista entra a sumarse al proceso. Dependerá de la fuerza de la IR [Izquierda Revolucionaria], de su capacidad, en lograr ese momento en que, las fuerzas del Movimiento Comunista que no sustentan una estrategia revolucionaria, se subordinen a la conducción de los revolucionarios. Debe estar claro que para que ello ocurra, los revolucionarios deberán hacer creado una correlación de fuerzas a su favor en el seno de la izquierda.⁷³⁵

Ainda segundo o documento, alguns partidos comunistas eram mais próximos à JCR e, inclusive, já tinham iniciado discussões políticas acerca do Manifesto da Junta divulgado em junho de 1977. Eram eles: o Partido Comunista Cubano, o Partido Comunista Mexicano, o Partido Comunista Colombiano, o Partido Comunista Salvadorenho, o Partido Socialista Nicaraguense, entre outros.⁷³⁶ Caberia aos militantes da JCR estreitar as relações com estes partidos e procurar ampliar sua rede de apoio em direção a outros PC's espalhados pelo mundo.

A atuação da Junta de Coordinación Revolucionaria fora do Cone Sul da América não escapava, como vimos, aos olhos dos serviços de inteligência e repressão sul-americanos. Segundo um documento de denúncia produzido pela JCR em dezembro de 1977, as ditaduras latino-americanas estavam empenhadas em uma campanha internacional para comprometer os governos europeus na repressão às atividades políticas dos refugiados estrangeiros.⁷³⁷

Esta denúncia corrobora o que a historiadora Denise Rollemberg chamou de “mito do país de acolha”.⁷³⁸ A autora salienta que os países que acolheram os exilados latino-americanos não estiveram isentos de ambiguidades e controvérsias no que se refere ao

⁷³⁴ JUNTA DE COORDINACIÓN REVOLUCIONARIA. “Líneas de acción y Plan de trabajo JCR”, dezembro de 1977, p. 6. Archivo Lucha Armada – Colección David Cámpora/ Centro de Estudios Interdisciplinarios Uruguayos (CEIU) – Universidad de la Republica (UDELAR); Fundo JCR, Carpeta 4.

⁷³⁵ *Idem*.

⁷³⁶ *Ibidem*, p. 7.

⁷³⁷ JUNTA DE COORDINACIÓN REVOLUCIONARIA. “La JCR denuncia el terrorismo de Estado em América Latina”, dezembro de 1977, p. 2. Archivo Lucha Armada – Colección David Cámpora/ Centro de Estudios Interdisciplinarios Uruguayos (CEIU) – Universidad de la Republica (UDELAR); Fundo JCR, Carpeta 4.

⁷³⁸ ROLLEMBERG, Denise. *op. cit.* 1999, p. 143. Embora a palavra “acolha” não exista na língua portuguesa, Denise Rollemberg optou por utilizá-la, uma vez que aparece com frequência nos depoimentos de exilados e, em sua concepção, traduz melhor que “acolhimento” e “acolhida” o sentido da palavra francesa *accueil*.

tratamento dado àqueles que buscaram refúgio em terras estrangeiras: “Se segmentos da sociedade mobilizavam-se para receber os exilados políticos, outros agiam em sentido contrário, identificando-os a ‘terroristas’ cuja estada devia ser interdita”.⁷³⁹ Mesmo nos países que concediam o estatuto de refugiado, a polícia mantinha contato com os serviços de inteligência e/ou organismos policiais dos países latino-americanos, cujos métodos de atuação – tortura, prisões arbitrárias, assassinatos e “desaparecimentos” – indignavam parcelas significativas das sociedades “acolhedoras”.⁷⁴⁰

Na França, por exemplo, considerada o principal refúgio dos exilados latino-americanos na Europa, há evidências da ação conjunta entre órgãos de inteligência franceses e serviços de inteligência dos países sul-americanos. Segundo Teresa Schneider Marques, quatro órgãos contribuíram, de alguma forma, para o monitoramento de exilados estrangeiros na França: *Direction Général de Sécurité Exteriéur* (DGSE); *Direction de la Surveillance du Territoire* (DST); *Renseignements Generaux* (RG); e *Police de l’air et des frontières* (PAF).⁷⁴¹

Nesse contexto, a JCR denunciava também que se desenvolvia uma campanha “antiterrorista” internacional, que vinculava a organização a grupos “terroristas”:

En los últimos meses se ha querido vincular a la Junta de Coordinación Revolucionaria a la campaña denominada anti-terrorista que particularmente se desarrolla en Europa. Nosotros queremos responder señalando que el único terrorismo que conocemos es el que diariamente estamos sufriendo en América Latina. Es el terrorismo de Estado que se manifiesta en la violación sistemática de los derechos humanos, en los asesinatos, en las torturas, en los secuestros de personas, en el amedentramiento y el terrorismo personal, en los miles de prisioneros políticos en las cárceles, en la ilegalización de los partidos políticos y de los sindicatos, la prohibición del derecho de reunión, en la represión ideológica y cultural y otras formas de violencia institucionalizada.⁷⁴²

Alguns exemplos podem ser destacados para ilustrar os ataques internacionais que apontavam a Junta de Coordinación Revolucionaria como um grupo “terrorista”. Um documento produzido pela *Central Intelligency Agency* (CIA), intitulado “International

⁷³⁹ ROLLEMBERG, Denise. *op. cit.* 1999, p. 143.

⁷⁴⁰ *Ibidem*, p. 144.

⁷⁴¹ MARQUES, Teresa Cristina Schneider. *Militância política e solidariedades transnacionais: A trajetória política dos exilados brasileiros no Chile e na França*. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011, p. 118.

⁷⁴² JUNTA DE COORDINACIÓN REVOLUCIONARIA. “La JCR denuncia el terrorismo de Estado em América Latina”, dezembro de 1977, p. 2. Archivo Lucha Armada – Colección David Cámpora/ Centro de Estudios Interdisciplinarios Uruguayos (CEIU) – Universidad de la Republica (UDELAR); Fundo JCR, Carpeta 4.

Terrorism in 1976”, apresentava a JCR como a base na Europa do grupo “terrorista” Frente Popular de Libertação da Palestina.⁷⁴³

O artigo “La Internacional Terrorista Latinoamericana”, publicado no jornal *The Economist*, denunciava a existência de uma suposta rede de terrorismo internacional, que aliava militantes latino-americanos aos palestinos e árabes, entre outros.⁷⁴⁴ Segundo o texto, o principal centro de contatos dessa rede seria a cidade de Paris, onde também estava instalado o quartel-general da JCR. Após relatar a atuação da Junta dentro e fora da América do Sul, o artigo denunciava a viagem de emissários da JCR para Angola, Iraque e Líbia, onde o brasileiro Eder Sader, que militou no MIR chileno, teria negociado com o coronel Muamar Kadafi.⁷⁴⁵ Ainda de acordo com o texto, os “tentáculos” da JCR estariam espalhados pela Europa ocidental, passando por Portugal, Alemanha, Bélgica, Holanda, Itália, e claro, França.⁷⁴⁶

O jornal argentino *La Nación*, em matéria intitulada “Las conexiones del terrorismo internacional”⁷⁴⁷, também fazia referência a uma suposta rede de terrorismo internacional, cujas ações seriam planejadas e financiadas por uma central internacional com sede em Paris. O artigo adverte ainda que a escassez de recursos humanos favoreceria a cooperação transnacional entre grupos “terroristas”. Nesse sentido, a JCR teria estabelecido relações com o grupo da extrema-esquerda alemã “Baader-Meinhof” e com o “Exército Unido Japonês”.⁷⁴⁸ Por fim, ao referir-se às atividades desenvolvidas pela Junta na Europa, o artigo aponta que uma das principais tarefas da organização era “manejar dos benéficos grupos de traficantes de drogas, contando también com um centro de documentación em Paris que falsificaba pasaportes y papeles de identificación”.⁷⁴⁹

⁷⁴³ CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY. “International Terrorism in 1976”, julho de 1977. Archivo Lucha Armada – Colección David Cámpora/ Centro de Estudios Interdisciplinarios Uruguayos (CEIU) – Universidad de la Republica (UDELAR); Fondo Artículos de Prensa, Carpeta 1977.

⁷⁴⁴ O documento cita o exemplo do venezuelano Ilich Ramírez Sánchez, mais conhecido como “Carlos, o Chacal”. Ele ficou mundialmente famoso após invadir a reunião da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) em 1975, em Viena, na Áustria. Três pessoas acabaram morrendo durante a ação. “Chacal” foi um defensor da causa palestina e participou de diversas outras ações armadas. Ao longo das décadas de 1970 e 1980, se tornou um dos homens mais procurados pelos serviços secretos ocidentais. Em 1994, foi preso no Sudão pela polícia francesa, que o retirou clandestinamente do país. Após julgamento, foi condenado à prisão perpétua e cumpre sua pena até os dias atuais.

⁷⁴⁵ A participação de brasileiros nas organizações revolucionárias sul-americanas, incluindo a própria JCR, será abordada em nosso próximo capítulo.

⁷⁴⁶ “La Internacional Terrorista Latinoamericana”, *The Economist*, 23 de março de 1977. Archivo Lucha Armada – Colección David Cámpora/ Centro de Estudios Interdisciplinarios Uruguayos (CEIU) – Universidad de la Republica (UDELAR); Fondo Artículos de Prensa, Carpeta 1977.

⁷⁴⁷ “Las conexiones del terrorismo internacional”, *La Nación*, 22 de novembro de 1977. Archivo Lucha Armada – Colección David Cámpora/ Centro de Estudios Interdisciplinarios Uruguayos (CEIU) – Universidad de la Republica (UDELAR); Fondo Artículos de Prensa, Carpeta 1977.

⁷⁴⁸ *Idem.*

⁷⁴⁹ *Idem.*

Na mesma direção, o jornal *La Opinión* estampava a matéria “El terrorismo a nivel mundial”, na qual denunciava a presença de militantes latino-americanos – incluindo os vinculados à JCR – na Europa ocidental, que, disfarçados de refugiados políticos, atuavam como representantes de uma “brigada terrorista”, aliada aos grupos radicais da Europa, Japão e Oriente Médio.⁷⁵⁰

Apesar de enfrentar esta campanha “antiterrorista” internacional, a JCR ainda acreditava que, com sua política de ampliação das alianças políticas, a organização se fortaleceria e avançaria na concretização de seus projetos:

Después de sus tres primeros años de funcionamiento en el cono sur, la JCR entra en un periodo de fortalecimiento político, ampliación orgánica interna y expansión hacia otras fuerzas latinoamericanas. Es decir se esta logrando avanzar en lo que fue el proyecto originario de la JCR y que condiciones concretas habían postergado. El momento actual es extremadamente favorable sea para el trabajo de aceleración de los acercamientos con organizaciones revolucionarias, sea para ganar iniciativa en relación a los PC's en una perspectiva unitaria.⁷⁵¹

Contudo, apesar do otimismo, a trajetória da Junta de Coordinación Revolucionaria, na realidade, aproximava-se de seu epílogo.

4.1. Rumo ao Fim da Viagem

*A utopia está no horizonte...
Me aproximo dois passos,
ela se afasta dois passos.
Caminho dez passos
e o horizonte corre dez passos.
Por mais que eu caminhe
jamais a alcançarei.
Para que serve a utopia?
Serve para isso: para caminhar.
Eduardo Galeano⁷⁵²*

“La fuerza de las diferentes organizaciones que componen la JCR es heterogénea en

⁷⁵⁰ “El terrorismo a nivel mundial”, *La Opinión*, 18 de janeiro de 1978. Archivo Lucha Armada – Colección David Cámpora/ Centro de Estudios Interdisciplinarios Uruguayos (CEIU) – Universidad de la Republica (UDELAR); Fondo Artículos de Prensa, Carpeta 1978.

⁷⁵¹ JUNTA DE COORDINACIÓN REVOLUCIONARIA. “Acuerdo sobre relaciones políticas”, junho de 1977, p. 3. Archivo Lucha Armada – Colección David Cámpora/ Centro de Estudios Interdisciplinarios Uruguayos (CEIU) – Universidad de la Republica (UDELAR); Fondo JCR, Carpeta 4.

⁷⁵² GALEANO, Eduardo. *As palavras andantes*. Porto Alegre: L&PM, 1994, p. 310.

los diferentes países”.⁷⁵³ Essa era uma das avaliações da Junta de Coordinación Revolucionaria no que tange à capacidade de atuação política de suas quatro organizações-membro nos diversos países por onde se espalharam seus militantes no exílio. A experiência exilar dos quatro grupos *cono sureños* que integravam a Junta foi marcada pela fragmentação política e territorial, pelas dificuldades de comunicação e pelos conflitos internos. Atuar fora da América do Sul representou para essas organizações, de um lado, uma tentativa de sobrevivência física e sobrevivência política de projetos coletivos, e de outro, um momento-chave para autocríticas e redefinições de rumos. A viagem para fora do Cone Sul da América, contudo, apontava para a desagregação, a dissolução, o afastamento, o fim.

As tentativas de reorganização da Junta de Coordinación Revolucionaria no exílio fracassaram, entre outros fatores, porque esbarraram nas fragmentações políticas das próprias organizações que integravam a JCR.⁷⁵⁴ Contudo, não foram somente os conflitos *dentro* destas organizações que se configuraram como fatores preponderantes para o fracasso da experiência internacionalista da JCR. Como apontamos no capítulo anterior, o discurso e prática internacionalistas das organizações armadas do Cone Sul não foram capazes de superar as divergências presentes *entre* elas, sobretudo em um contexto em que a repressão internacionalizada fechava o cerco. E seria no exílio fora da América do Sul que essas significativas discordâncias exacerbaram-se, contribuindo para o fracasso da experiência internacionalista da Junta de Coordinación Revolucionaria.

Um documento elaborado pelo Secretariado de Zona da JCR na Europa, em fevereiro de 1976, relata, por exemplo, as divergências no interior da célula do ELN na França. Os conflitos giravam em torno da criação do *Partido Revolucionario de los Trabajadores de Bolivia* (PRT-B), que, como vimos anteriormente, surgiu a partir da realização do primeiro congresso do ELN, realizado em Lima em março de 1975. Alguns militantes bolivianos exilados na França criticaram veementemente a não participação dos militantes exilados na Europa e em Cuba no congresso que criou o partido e a falta de uma análise profunda da realidade boliviana que deveria embasar a construção partidária. Em resposta, estes militantes bolivianos exilados decidiram retirar-se das atividades vinculadas à JCR como forma de pressionar a direção do PRT-B. O informe comunicava ainda que alguns militantes do

⁷⁵³ JUNTA DE COORDINACIÓN REVOLUCIONARIA. “Líneas de acción y Plan de trabajo JCR”, dezembro de 1977, p. 6. Archivo Lucha Armada – Colección David Cámpora/ Centro de Estudios Interdisciplinarios Uruguayos (CEIU) – Universidad de la Republica (UDELAR); Fundo JCR, Carpeta 4.

⁷⁵⁴ Relembramos que a trajetória das organizações-membro da JCR, seus conflitos internos e “rachas” serão apresentados em nosso primeiro capítulo.

ELN/PRT-B na Suécia também tinham decidido afastar-se da JCR.⁷⁵⁵

Além disso, o texto narrava o descontentamento dos militantes do ELN/PRT-B com o MIR, ocasionado por uma matéria publicada no jornal *El Rebelde* (órgão de divulgação oficial da organização chilena) referente à derrota da Bolívia para o Chile na Guerra do Pacífico.⁷⁵⁶ O Secretariado da Europa alertava para as consequências dessas cisões internas:

La ausencia permanente de una de las organizaciones debilita a la representación de la misma en Europa, creando además una situación deficiente para explicar esa ausencia. (...) Por otra parte, la actitud del grupo de Suecia crea una imagen de división entre las organizaciones de la Junta, lo que es absolutamente negativo, aunque ella no responda a la realidad del frente.⁷⁵⁷

Por sua vez, a ata da reunião da JCR realizada em 06 de fevereiro de 1976 afirma não ter havido nenhum desentendimento entre os militantes bolivianos e chilenos da organização. Segundo a ata, a nota publicada criticando a matéria divulgada no jornal do MIR teria sido assinada por bolivianos de outras organizações e não pelos militantes do ELN/PRT-B.⁷⁵⁸

Contudo, as críticas ao MR chileno seriam, de fato, elaboradas por membros da JCR, mas não pelos bolivianos e sim pelos uruguaios do MLN-Tupamaros. Um documento elaborado pelos *tupas* exilados na Suécia apresentava reclamações sobre a falta de participação dos *miristas* nas atividades desenvolvidas pela JCR no país escandinavo.⁷⁵⁹

Os Tupamaros também se envolveriam em uma grande polêmica que animou os ânimos no seio da Junta de Coordinación Revolucionaria. Na reunião da JCR realizada em novembro de 1976 em Roma estiveram presentes quatro representantes do ERP argentino,

⁷⁵⁵ JUNTA DE COORDINACIÓN REVOLUCIONARIA. “Informe al Buro Central de la JCR sobre el abandono por parte del ELN del trabajo Junta en Europa”, fevereiro de 1976, p. 1-2. Archivo Lucha Armada – Colección David Cámpora/ Centro de Estudios Interdisciplinarios Uruguayos (CEIU) – Universidad de la Republica (UDELAR); Fondo JCR, Carpeta 3.

⁷⁵⁶ A Guerra do Pacífico iniciou-se em 1879, envolvendo o Chile, de um lado, e o Peru e a Bolívia, de outro. Em disputa, estava o controle do deserto de Atacama, que pertencia à Bolívia, e da região de Tarapacá, pertencente ao Peru. Ambas as áreas, ricas em recursos minerais, eram exploradas por companhias de capital chileno e britânico. A vitória chilena sobre o Peru foi negociada em 1883, no Acordo de Ancón, que garantiu o controle chileno sobre o território de Tarapacá. O litígio com a Bolívia foi resolvido em 1884, a partir do Tratado de Santiago, pelo qual o Chile recebeu todo o território boliviano do deserto de Atacama. Com isso, a Bolívia perdeu sua saída para o mar.

⁷⁵⁷ JUNTA DE COORDINACIÓN REVOLUCIONARIA. “Informe al Buro Central de la JCR sobre el abandono por parte del ELN del trabajo Junta en Europa”, fevereiro de 1976, p. 2. Archivo Lucha Armada – Colección David Cámpora/ Centro de Estudios Interdisciplinarios Uruguayos (CEIU) – Universidad de la Republica (UDELAR); Fondo JCR, Carpeta 3.

⁷⁵⁸ JUNTA DE COORDINACIÓN REVOLUCIONARIA. Ata da reunião de 06 de fevereiro de 1976. Archivo Lucha Armada – Colección David Cámpora/ Centro de Estudios Interdisciplinarios Uruguayos (CEIU) – Universidad de la Republica (UDELAR); Fondo JCR, Carpeta 3.

⁷⁵⁹ MLN-TUPAMAROS. Documento sem título, p. 2. Estocolmo, 11 de março de 1976. Archivo Lucha Armada – Colección David Cámpora/ Centro de Estudios Interdisciplinarios Uruguayos (CEIU) – Universidad de la Republica (UDELAR); Fondo JCR, Carpeta 3.

quatro do MIR chileno, um do PRT boliviano, mas o encontro não contou com a participação de nenhum uruguaio do MLN-Tupamaros.⁷⁶⁰ Isso desencadeou uma série de críticas elaboradas pelos *tupas* aos dirigentes da Junta, que, por sua vez, revelavam o esfacelamento da organização uruguaia.

Em carta dirigida aos companheiros da JCR, os Tupamaros questionaram inicialmente a escolha do lugar onde se realizou a reunião, que teria dificultado sua participação. Segundo a epístola, eles não teriam sequer sido consultados para opinar quanto ao local do encontro, além da data do conclave ter sido remarcada mais de uma vez.⁷⁶¹ Os Tupamaros consideravam que, em um momento de reorganização da JCR na Europa, era indispensável a participação de *todos* os integrantes da Junta em suas reuniões.

Os uruguaio do MLN-T reconheciam a fragmentação política de sua organização e as dificuldades em assumir uma representatividade real na JCR: “Es evidente que en la situación organica actual de la organización, sin una dirección única, sin una implantacion efectiva en el frente desde donde deben emanar las directivas de trabajo, no podemos asumir una representatividad real”.⁷⁶² Ainda assim, defendiam a permanência dos Tupamaros na Junta:

Decir, como se ha dicho algunas veces, “hasta que no tengamos una organización en marcha no tiene sentido nuestra presencia en la Junta”, es un planteo anacronico, que no tiene en cuenta lo ya vivido, que pretende encerrarse y prescindir del apoyo y intercambio que sera necesario para ir creciendo como organización.

Si ya hemos visto que el planteo de no tener relaciones debido a la debilidad de la organización es incorrecto y nos hemos trazado una determinada política de relaciones, ello es especialmente valido tratandose de las organizaciones de la Junta que son nuestros aliados estratégicos, con quienes coincidimos en los objetivos finales. (...) Colocados en esa perspectiva, creemos que nuestra presencia en la Junta debe mantenerse.⁷⁶³

A participação do MLN-T na alta direção da JCR também era um dos focos de contestação entre as quatro organizações. Para os *tupas*, as divisões internas e a falta de uma direção única em sua organização não justificavam a exclusão dos uruguaio do organismo

⁷⁶⁰ JUNTA DE COORDINACIÓN REVOLUCIONARIA. “Reunión JCR Nov/76”, p. 1. Archivo Lucha Armada – Colección David Cámpora/ Centro de Estudios Interdisciplinarios Uruguayos (CEIU) – Universidad de la Republica (UDELAR); Fondo JCR, Carpeta 3.

⁷⁶¹ MOVIMIENTO DE LIBERACIÓN NACIONAL-TUPAMAROS. “A los compañeros de la JCR”, maio de 1977, p. 2. Archivo Lucha Armada – Colección David Cámpora/ Centro de Estudios Interdisciplinarios Uruguayos (CEIU) – Universidad de la Republica (UDELAR); Fondo JCR, Carpeta 4.

⁷⁶² MOVIMIENTO DE LIBERACIÓN NACIONAL-TUPAMAROS. Documento sem título, março de 1977, p. 2. Archivo Lucha Armada – Colección David Cámpora/ Centro de Estudios Interdisciplinarios Uruguayos (CEIU) – Universidad de la Republica (UDELAR); Fondo MNL-Tupamaros Exterior, Série Balances e Informes, Carpeta 1977.

⁷⁶³ *Idem*.

que tomava as principais decisões e traçava as diretrizes da Junta:

Si no existe nadie alli [na direção da JCR] por el MLN, tampoco podria admitirse que aparecamos firmando documentos que preparan los demas. En todo caso, la Junta aparece o es conocida como siendo integrada por las 4 organizaciones; qué significa el que no estemos en el buró central? No estamos porque no tenemos la capacidad interna de asumirlo, o no estamos porque debido a la situación interna no se considera nadie con representatividad para integrarlo si no es como simple invitado? (...) pensamos que debemos integrar esse secretariado permanente. De lo contrario quedariamos totalmente al margen de las orientaciones que se tomem, y como meros ejecutores o “apoyadores” en las tareas prácticas.⁷⁶⁴

A reunião realizada em Roma no final de 1976 debateu a política de alianças adotada pela JCR e resultou na publicação de documentos que definiram as orientações a ser seguidas pela organização neste sentido. Estas resoluções foram divulgadas com a assinatura das quatro organizações-membro da Junta, ou seja, incluía o MLN-T, que, no entanto, não participou do encontro e alegou, posteriormente, que sua opinião sobre as deliberações da reunião não foi sequer solicitada antes de sua publicação.⁷⁶⁵

Além disso, diante da fragmentação política do MLN-T e da ausência de uma direção única, os *tupas* defendiam que *todas as tendencias ou corrientes* da organização uruguaia deveriam estar representadas no interior da JCR.⁷⁶⁶ Caso contrário, surgiria o questionamento: “cual es el MLN que aparece firmando el documento?”⁷⁶⁷

Para os Tupamaros, a JCR deveria compreender e respeitar a debilidade política do MLN-T naquela conjuntura e, sobretudo, garantir sua participação na tomada de decisões da organização, a fim de evitar que as posturas assumidas por um ou outro grupo fossem automaticamente estendidas para o conjunto da Junta. Em carta enviada à JCR, os Tupamaros explicitaram suas críticas, o que justifica a longa citação:

La Junta no puede ser sino el reflejo de las organizaciones que la componen; si las definiciones que de ella surjan no son el producto de la elaboración y discusión de cada organización, no serán representativas del organismo en su conjunto. Se estará avanzando sobre lo que algunos partidos han definido pero no se tendrá en cuenta la situación real de la Junta. Se correrá el riesgo de comprometer en decisiones políticas a una organización cuyas posiciones

⁷⁶⁴ *Idem.* Grifos nossos.

⁷⁶⁵ MOVIMIENTO DE LIBERACIÓN NACIONAL-TUPAMAROS. “A los compañeros del Secretariado Ejecutivo”, abril de 1977, p. 1-2. Archivo Lucha Armada – Colección David Cámpora/ Centro de Estudios Interdisciplinarios Uruguayos (CEIU) – Universidad de la Republica (UDELAR); Fondo MNL-Tupamaros Exterior, Série Balances e Informes, Carpeta 1977.

⁷⁶⁶ *Idem.*, p. 2.

⁷⁶⁷ *Idem.*

posteriores pueden contradecirse con lo resuelto antes, cuando ella no estaba en condiciones de participar en ese nivel de decisiones.

Creemos que el ritmo de la Junta no puede ser más rápido que el de las organizaciones que la componen, a riesgo de crear un organismo superestructural cuyo contenido esté despegado de la realidad que debería ser su base. No creamos, en ese caso, que la Junta existe como tal; son más bien algunos de sus integrantes con mayor desarrollo, los que marcan una tónica que el resto acompaña más o menos pasivamente.

No estamos proponiendo que la Junta se paralice, o que marche al ritmo de su organización más retrasada, sino que atienda – en las metas que se propone – a lo que es capaz en su conjunto. (...)

*No puede obviarse o suplirse la participación real de una organización mediante las definiciones de las demás. Reivindicamos el derecho a participar en las decisiones que nos comprometen (...).*⁷⁶⁸

O Secretariado Executivo da JCR respondeu às críticas elaboradas pelo MLN-Tupamaros alguns meses depois. Em sucinta carta enviada em junho de 1977, após a realização da XV sessão de reuniões, o Secretariado propunha a realização de uma reunião específica com os *tupas* a fim de discutir mais detalhadamente os questionamentos levantados por eles e justificava a ausência dos uruguaios no conclave realizado em Roma no ano anterior. Segundo o documento, todos os setores do MLN-T foram convocados para a reunião, mas diante da impossibilidade de um dos grupos comparecer ao encontro, optou-se por prosseguir sem a participação de nenhum Tupamaro para não privilegiar uma ou outra corrente: “Lo hicimos con la plena conciencia que la participación de los sectores [do MLN] habría sido positiva no solo para el desarrollo y la integración mayor a la JCR, sino también para el propio proceso de reorganización e reunificación del MLN-T”.⁷⁶⁹

Muito antes dessa polêmica envolvendo a ausência dos Tupamaros na reunião da JCR realizada em 1976, o grupo dos chamados “Renunciantes”⁷⁷⁰ já tinha elaborado críticas à JCR e ao PRT-ERP. Em documento datado de 1974, expressavam sua desaprovação em relação às políticas adotadas pelas duas organizações:

⁷⁶⁸ MOVIMIENTO DE LIBERACIÓN NACIONAL-TUPAMAROS. “A los compañeros de la JCR”, maio de 1977, p. 1. Archivo Lucha Armada – Colección David Cámpora/ Centro de Estudios Interdisciplinarios Uruguayos (CEIU) – Universidad de la Republica (UDELAR); Fondo JCR, Carpeta 4. Grifos nossos.

⁷⁶⁹ JUNTA DE COORDINACIÓN REVOLUCIONARIA. Secretariado Ejecutivo, “A los compañeros del MLN-T”, junho de 1977. Archivo Lucha Armada – Colección David Cámpora/ Centro de Estudios Interdisciplinarios Uruguayos (CEIU) – Universidad de la Republica (UDELAR); Fondo JCR, Carpeta 4.

⁷⁷⁰ O exílio dos Tupamaros na Argentina, sobretudo a partir de 1973, foi marcado pela tentativa de reconstrução da organização após a derrota sofrida no Uruguai. No entanto, a unidade interna era cada vez difícil, diante da falta de homogeneidade das propostas, que divergiam quanto à continuidade das ações armadas, o retorno ao Uruguai, a construção do partido, as alianças políticas, entre outros fatores. Em julho de 1974, quatro dirigentes renunciaram aos seus cargos na direção do MLN-T e, em novembro do mesmo ano, se afastaram definitivamente da organização, gerando uma profunda cisão interna. A partir de então, estes ex-tupamaros, que ficaram conhecidos como “Renunciantes”, iniciaram a construção de uma organização independente. Em abril de 1975, constituíram a organização *Nuevo Tiempo*. Os “rachas” dos Tupamaros ao longo de sua trajetória serão analisados com mais detalhes em nosso primeiro capítulo.

Hoy nos reafirmamos en esa posición internacionalista de principio. Pero la práctica nos señala que la base sobre la cual se debe sustentar una verdadera política internacionalista guiada por el marxismo-leninismo, es una común concepción ideológica y política de la revolución para poder cumplir con la importante tarea de crear y dirigir una verdadera corriente proletaria en América que sintetice todas las experiencias revolucionarias de nuestros pueblos y que constituya a su vez una acerada herramienta para combatir las erróneas concepciones existentes en el seno de los mismos.

Es a la luz de esta consecuente línea internacionalista que nos vemos obligados a expresar nuestras discrepancias con la posición política asumida por los compañeros de PRT y la JCR en la lucha interna de nuestra organización. Los compañeros que se han mostrado de acuerdo con la tendencia proletaria [nome da outra corrente do MLN-T], (...) han adoptado la posición de salvar la unidad del MLN marginando los graves problemas ideológicos y políticos que son la historia misma de nuestro Movimiento.

Entendemos que la posición asumida por los compañeros del PRT y de la JCR obedece a sus puntos de vista sobre la revolución en nuestro país, pero nosotros discrepamos con estas posiciones ya que no se parte de un análisis concreto de la situación interna desde sus orígenes ni de la situación concreta de nuestro país en todos sus aspectos.⁷⁷¹

As críticas à atuação da JCR não foram exclusividade das correntes que cindiam o MLN-Tupamaros. O Movimento de Izquierda Revolucionaria do Chile, em um documento interno elaborado em maio de 1976, criticou a debilidade política da declaração constitutiva da Junta, divulgada por ocasião do anúncio oficial de formação da organização:

Existe en estos momentos un documento em preparación (por miembros de nuestro C.C) que abordará el problema continental de la revolución en Latinoamérica y dentro de ella la inserción de una JCR como proyecto político y estratégico. Este documento proyecta ser un verdadero Manifiesto Revolucionario para América Latina (...) Este documento será una proposición del MIR a la JCR con miras a superar la debilidad política de la declaración constitutiva de la Junta, su ubicación en la izquierda latinoamericana, y no deja claro cual es el programa y la proposición política que esta hace al movimiento de masas. Este manifiesto abrirá necesariamente una discusión al interior de la JCR y también y fundamentalmente al interior de nuestro Partido; ello nos llevará a realizar lo que estos dos años estuvo parado y que es una profunda discusión sobre el MIR y la revolución en Latino América y sobre el carácter y las perspectivas que el MIR le debe dar a la JCR.⁷⁷²

Além das discussões teóricas que agitaram o interior da JCR e revelavam as divergências existentes entre as organizações-membro (que se exacerbaram no exílio), o fato

⁷⁷¹ Documento sem título, 1974, p. 29. Archivo Lucha Armada – Colección David Cámpora/ Centro de Estudios Interdisciplinarios Uruguayos (CEIU) – Universidad de la Republica (UDELAR); Fondo MNL-Tupamaros Exterior, Série Balances e Informes, Carpeta 1974.

⁷⁷² MOVIMIENTO DE IZQUIERDA REVOLUCIONARIA. “Algunas proposiciones para el trabajo de la Junta”. Archivo Lucha Armada – Colección David Cámpora/ Centro de Estudios Interdisciplinarios Uruguayos (CEIU) – Universidad de la Republica (UDELAR); Fondo JCR, Carpeta 3.

da Junta de Coordinación Revolucionaria ter orbitado, ao longo de sua trajetória, em torno do PRT-ERP argentino continuava a incomodar setores militantes da Junta. No documento produzido pela equipe de Tupamaros exilados na Suécia, por exemplo, alertava-se para a necessidade de “corregir cualquier tendencia a entender como línea de la JCR lo que es línea de alguna de las organizaciones”.⁷⁷³ Por sua vez, o boletim interno do PRT aconselhava seus militantes a ser persuasivos nos debates internos da JCR, a fim de garantir o domínio das posições da organização argentina: “(...) el esfuerzo debe ponerse en llegar al acuerdo, convenciendo a los compañeros de nuestras posturas y considerar un fallo nuestro el no poder convencer”.⁷⁷⁴

Na realidade, para além da influência do PRT-ERP no interior da JCR – que era mais nítida enquanto a organização atuava na América do Sul, em especial no período de 1974 a 1976 –, a representatividade da Junta de Coordinación Revolucionaria no exílio fora do Cone Sul, em especial na Europa, era muito restrita. Nesse sentido, o ex-militante do ERP, Jorge Masetti, salientou que “en Europa, teníamos representación como Junta Coordinadora Revolucionaria (...) aunque a veces *esto era más que nada um elemento de propaganda, porque nunca llegó a ser de coordinación real*”.⁷⁷⁵ Luis Mattini, um dos últimos dirigentes do PRT-ERP, confirmou em entrevista concedida à autora que a atuação da JCR na Europa foi “muy limitada. Casi no registra acción, muy poca. Más que nada fue una pantalla; (...) pero no fue una estructura, no se llegó a formar; las oficinas que lanzamos primero no funcionaron”.⁷⁷⁶

No boletim interno do Partido Revolucionario de los Trabajadores da Argentina, que circulou em maio de 1978, a organização argentina valorizava a experiência internacionalista da JCR, mas reconhecia que, nos últimos anos, as atividades estavam completamente debilitadas:

Desde su fundación hasta 1976, nos caracterizó una práctica de trabajo muy estrecho, con intercambio de cuadros y experiencia, que ha sido de inestimable valor para todas las organizaciones, incluso para el resto de América. Los militantes de partidos de la JCR han luchado frecuentemente juntos, sea en un país o en otro, sellando muchas veces con sangre el internacionalismo proletario, retomando las mejores tradiciones de los patriotas de la 1ª guerra por la Independencia. (...)

⁷⁷³ MLN-TUPAMAROS. Documento sem título, p. 3. Estocolmo, 11 de março de 1976. Archivo Lucha Armada – Colección David Cámpora/ Centro de Estudios Interdisciplinarios Uruguayos (CEIU) – Universidad de la Republica (UDELAR); Fondo JCR, Carpeta 3.

⁷⁷⁴ PARTIDO REVOLUCIONARIO DE LOS TRABAJADORES (PRT). “Boletín Interno nº 108”, maio de 1978, p. 25. Centro de Documentación e Investigación de la Cultura de Izquierdas en Argentina (CEDINCI), Fondo Julio Santucho, Referência: FA-080. Grifos no original.

⁷⁷⁵ MASETTI, Jorge *apud* LESSA, Afonso. *op. cit.*, p. 153. Grifos nossos.

⁷⁷⁶ MATTINI, Luis. Entrevista concedida à autora. Buenos Aires, 27 de maio de 2014.

Em esse rico proceso, se estableció um gran acercamiento, uma comunidade de intereses, um mutuo conocimiento que influyó directamente em la lucha em los cuatro países.

Los severos golpes recibidos, em mayor o menor grado por todas las organizaciones, el coneciente repligie de las mismas, repliegue que no tuvo ni tiempo ni características iguales, hizo que en los últimos dos años, la práctica comun – tan valiosa – disminuyera, debilitándose la actividad de la coordinadora. De este modo, la rica experiencia desarrollada por los distintos partidos, como balance reflexivo de los últimos años, no está todavía suficientemente colectivizada y discutida.⁷⁷⁷

Entre 1978 e 1979, os representantes da JCR lançaram uma das últimas tentativas de reconstrução e fortalecimento da organização, que agonizava no exílio. Nesse sentido, buscaram o apoio de Cuba, que fora negado quando da formação da Junta. Luis Mattini, Andrés Pascal Allende e Rúben Sánchez, dirigentes do PRT-ERP, MIR e PRT-B, respectivamente, encontraram-se em Havana, onde solicitaram uma reunião com Fidel Castro em nome da JCR. Este teria sido um dos últimos atos públicos da Junta. No entanto, a tentativa frustrou-se e, mais uma vez, Cuba negou seu apoio à Junta de Coordinación Revolucionaria, como relatou Luis Mattini em entrevista concedida à autora:

Cada uno de los tres se había entrevistado com Fidel por su cuenta, cada uno em nombre de su partido, nosotros no éramos extraños. (...) pedimos la entrevista [com Fidel Castro], empezaron a dar vuelta y, finalmente, nos atendió Carlos Rafael Rodríguez, un cuadro del buró político del Partido Comunista Cubano, jefe de Estado, un hombre importante, pero Fidel no nos recibió. Fidel en otras circunstancias nos hubiera recibido; nos recibió a cada uno sueltos (...). Fue todo un acto político, una marca política. Si nos recibia Fidel era um aval demasiado grande. Bueno, hicimos una reunión formal, planteamos que nuestra intención era seguir impulsando la revolución en América Latina, era ganar nuevos miembros (...) ellos fueron muy cordiales (...) pero el tiempo empezó a pasar y creo ese fue uno de los últimos actos que tuvimos como JCR.⁷⁷⁸

Nesse contexto, a JCR agonizava. O documento elaborado pela equipe dos Tupamaros na Suécia sentenciou: “La JCR no funciona”.⁷⁷⁹ De fato, a experiência europeia da Junta de Coordinación Revolucionaria foi efêmera e careceu de operatividade. Os documentos consultados e analisados neste capítulo refletem as inúmeras dificuldades em centralizar as atividades no Velho Continente. E mesmo no México ou em Cuba, os militantes da JCR

⁷⁷⁷ PARTIDO REVOLUCIONARIO DE LOS TRABAJADORES (PRT). “Boletín Interno nº 108”, maio de 1978, p. 22-23. Centro de Documentación e Investigación de la Cultura de Izquierdas en Argentina (CEDINCI), Fondo Julio Santucho, Referência: FA-080.

⁷⁷⁸ MATTINI, Luis. Entrevista concedida à autora. Buenos Aires, 27 de maio de 2014.

⁷⁷⁹ MLN-TUPAMAROS. Documento sem título, p. 3. Estocolmo, 11 de março de 1976. Archivo Lucha Armada – Colección David Cámpora/ Centro de Estudios Interdisciplinarios Uruguayos (CEIU) – Universidad de la Republica (UDELAR); Fondo JCR, Carpeta 3.

também não lograram reagrupar forças e desenvolver ações de maior envergadura. O exílio fora da América do Sul, portanto, foi marcado pela dissolução gradativa da JCR. Como um último suspiro, seus militantes ainda intentaram organizar ações esporádicas aqui ou acolá. Mas já era tarde demais: “Sobressaltos, como as unhas nos dedos dos mortos: insistem em crescer, mas o corpo a que pertencem já não se pertence mais”.⁷⁸⁰

A profunda crise que atravessava as organizações-membro da JCR também foi determinante para o fracasso de sua experiência. No final da década de 1970, somente o ERP ainda parecia apostar na Junta de Coordinación Revolucionaria: “(...) donde nosotros íbamos como PRT-ERP siempre intentábamos mostrar que estaba la JCR”.⁷⁸¹ Contudo, a própria organização argentina estava dilacerada por uma grave crise política, dividida entre correntes que defendiam a continuação da luta armada e as que propagavam o abandono desta tática. Os dirigentes chilenos do MIR, por sua vez, em especial os exilados em Cuba, optaram pela aproximação com o governo cubano, a fim de reestruturar a organização pra um possível retorno ao Chile. Nessa ótica, a JCR passou a ser um assunto secundário. O PRT da Bolívia enfrentava sérias cisões internas e caminhava para a dissolução. Os Tupamaros, divididos desde o exílio na Argentina, fragmentavam-se cada vez mais. Tanto o PRT-B como o MLN-T não possuíam mais uma direção unificada e os diversos grupos em que as organizações fragmentaram-se não reconheciam mais a representatividade dos outros em relação à JCR.

Após a intensa onda repressiva que se seguiu aos golpes de Estado na América do Sul, a internacionalização da repressão concretizada pelo Plano Condor, a fragmentação política de suas organizações, o exílio forçado que dispersou seus militantes ao redor do mundo e os conflitos internos que abalaram os laços de fraternidade, a Junta de Coordinación Revolucionaria foi dissolvendo-se, até desaparecer por completo.

A trajetória da JCR foi atravessada pelo controle e repressão das ditaduras que se espalharam pelo Cone Sul da América a partir da década de 1950. Na realidade, o momento de criação da Junta correspondeu ao período mais limitado para a institucionalização deste internacionalismo através da fundação de uma organização que defendia a revolução para além das fronteiras nacionais. De qualquer maneira, em que pese o fracasso de sua experiência, a Junta de Coordinación Revolucionaria representou o auge do internacionalismo revolucionário na América Latina na segunda metade do século XX.

Os guerrilheiros sul-americanos não puderam caminhar por muito tempo nas trilhas

⁷⁸⁰ AARÃO REIS, Daniel. “1968, o ano curto de todos os desejos”. In: GARCIA, Marco Aurélio & VIEIRA, Maria Alice (orgs.). *Rebeldes e contestadores: 1968 – Brasil/ França/ Alemanha*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999, p. 71.

⁷⁸¹ MATTINI, Luis. Entrevista concedida à autora. Buenos Aires, 27 de maio de 2014.

internacionalistas abertas por “Che” Guevara. E, neste tortuoso percurso, deixaram pelo caminho muitos sonhos revolucionários e projetos ambiciosos. A revolução continental na América Latina teria que aguardar.

4.2. *Nosotros y Ellos: A JCR e o Brasil*

*Qué lejos está mi tierra
Y, sin embargo, qué cerca
O es que existe un territorio
Donde las sangres se mezclan
Tanta distancia y camino,
Tan diferentes banderas
Y la pobreza es la misma
Los mismos hombres esperan.
Daniel Viglietti⁷⁸²*

O recurso às armas, opção adotada por diversas organizações da esquerda revolucionária latino-americana, também foi uma das principais características do cenário político brasileiro do final da década de 1960 até meados da década de 1970. Com exceção do Partido Comunista Brasileiro (PCB), que continuava apostando na via pacífica – como a grande maioria dos PC’s na América Latina –, e de grupos favoráveis à luta armada, mas críticos da guerrilha urbana (como o Partido Comunista do Brasil, o PCdoB), dezenas de organizações brasileiras lançaram-se às ações armadas nas cidades – uma “imersão geral na luta armada”, para usar a expressão cunhada por Jacob Gorender.⁷⁸³ Chegara a hora das organizações revolucionárias assumirem, por um breve período, o centro do palco.

A opção pelas armas por parte das esquerdas brasileiras não foi uma inovação da década de 1960. A proposta de luta revolucionária armada no Brasil remonta à influência anarquista no início do século XX e ao impacto da revolução soviética de 1917. O levante de 1935, organizado pelo Partido Comunista do Brasil (fundado em 1922), no Rio de Janeiro, Pernambuco e Rio Grande do Norte foi a experiência armada mais significativa das esquerdas antes dos anos 1960. Ademais, já na década de 1960, as propostas de luta armada surgiram antes mesmo do golpe civil-militar de 1964. Nesse momento, como vimos, além da Revolução Russa, as esquerdas eram influenciadas pelas experiências vitoriosas da Revolução Chinesa (1949) e, sobretudo, da Revolução Cubana (1959), além das lutas de libertação nacional no então chamado “Terceiro Mundo”.

⁷⁸² Trecho da canção “Milonga de andar lejos”, escrita pelo cantor e compositor uruguaio Daniel Viglietti lançada em 1973 no álbum “Canción para mi América”.

⁷⁸³ GORENDER, Jacob. *op. cit.*, p. 167.

Na década de 1960, o primeiro esboço de guerrilha foi abortado antes de ser efetivamente deflagrado, ainda no governo democrático de João Goulart, que era apoiado, não sem críticas, pelas principais forças das esquerdas. O *Movimento Revolucionário Tiradentes* (MRT), fundado em 1962, ligado às *Ligas Camponesas*⁷⁸⁴ e contando com o respaldo de Cuba, enviou militantes para treinamento guerrilheiro em algumas fazendas espalhadas pelo país.⁷⁸⁵ O campo de treinamento de Dianópolis, no Estado de Goiás, foi descoberto pela polícia em novembro daquele ano e, assim, exterminava-se, antes de começar, a primeira tentativa de luta armada no início dos anos 60.

Neste sentido, ressaltamos que embora pouco expressivas e fracassadas, as tentativas de desencadear a luta armada no Brasil foram anteriores a 1964. Além do MRT, a POLOP, por exemplo, embora tenha ficado no campo da retórica, já defendia a via armada no início dos anos 60, assim como os setores nacionalistas militares e civis. Segundo Marcelo Ridenti, isso nos permite conjecturar que “provavelmente haveria alguma luta guerrilheira no Brasil mesmo se o golpe tivesse sido derrotado. Mas a experiência teria sido outra, e há poucos indícios de que viesse a ser significativa (...)”.⁷⁸⁶ Contudo, foi após o golpe civil-militar de 1964⁷⁸⁷, já sob o regime ditatorial e uma intensa crise de representação dos partidos tradicionais de esquerda, que as ações armadas se proliferariam entre os grupos de esquerda. Ainda de acordo com Ridenti,

(...) se constituiu em 1964 um regime militar e civil que inviabilizou o projeto até então hegemônico de tomada institucional do poder pelas esquerdas, que foram duramente reprimidas após o golpe. A ditadura duraria mais de vinte anos, e as ações das esquerdas armadas transcorreram todas na

⁷⁸⁴ A origem das Ligas remonta à criação, em 1955, da Sociedade Agrícola de Plantadores e Pecuáristas de Pernambuco (SAPPP), no Engenho Galiléia, localizado no município de Vitória de Santo Antão, no interior pernambucano. A Liga Camponesa da Galiléia, como ficou conhecida, serviu de exemplo para diversas outras Ligas, que se espalharam por Pernambuco e outros Estados do país e se tornaram peça-chave nos confrontos políticos que marcaram o período pré-1964 no Brasil. A reforma agrária foi a principal bandeira das Ligas Camponesas. Segundo Jean Sales Rodrigues, o programa de reforma agrária defendido pelas Ligas, inicialmente, enquadrava-se dentro da lei. Contudo, já nos primeiros anos da década de 1960, seu lema era “reforma agrária na lei ou na marra”, indicando outras alternativas de luta, inclusive fora dos marcos legais. Cf. SALES, Jean Rodrigues. *A luta armada contra a ditadura militar: a esquerda brasileira e a influência da Revolução Cubana*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2007, p. 35-38.

⁷⁸⁵ As Ligas Camponesas foram responsáveis por enviar os primeiros brasileiros para fazer treinamento guerrilheiro em Cuba. Mais tarde, estes militantes tentariam organizar “campos de treinamento guerrilheiro” no Brasil.

⁷⁸⁶ RIDENTI, Marcelo. “Esquerdas revolucionárias armadas nos anos 1960-1970”. In: FERREIRA, Jorge & AARÃO REIS, Daniel (orgs.). *Revolução e democracia (1964-...)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 26. (Coleção As esquerdas no Brasil, v. 3).

⁷⁸⁷ Sobre o golpe civil-militar de 1964 e a última ditadura brasileira, ver, entre muitos outros: AARÃO REIS, Daniel; RIDENTI, Marcelo & MOTTA, Rodrigo Patto Sá (orgs.). *A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014; AARÃO REIS, Daniel. *Ditadura e democracia no Brasil: do golpe de 1964 à Constituição de 1988*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014; e NAPOLITANO, Marcos. *1964: História do regime militar brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2015.

vigência do regime militar em sua primeira década, de modo que elas seriam impensáveis fora do quadro concreto de combate à ditadura, ainda que o projeto das organizações guerrilheiras não se restringisse a derrubá-la.⁷⁸⁸

Segundo os dados levantados pelo *Projeto Brasil: Nunca Mais*⁷⁸⁹, mais de quarenta organizações clandestinas atuaram no Brasil ao longo das décadas de 1960 e 1970. A trajetória destas organizações foi marcada por múltiplas cisões, que fragmentaram a esquerda armada, diluindo o número de militantes em dezenas de pequenos grupos.⁷⁹⁰

As organizações revolucionárias brasileiras, embora almejassem, em sua maioria, iniciar a guerrilha rural, ficaram notabilizadas por suas ações armadas *nas cidades*. Para arrecadar fundos e armamentos para desencadear a tão sonhada guerrilha rural, as organizações realizaram inúmeras *expropriações* de armas e bancos. Essas ações urbanas também funcionaram como treinamento para os guerrilheiros e propaganda armada da revolução e, implicitamente, sustentaram os *aparelhos* e a infra-estrutura clandestina das diversas organizações. Posteriormente, sobretudo após as intensas levadas de prisões de militantes, as organizações adotaram uma nova tática revolucionária: a captura de embaixadores e diplomatas, trocados por centenas de presos políticos.⁷⁹¹

A guerrilha urbana – qualificada pelo governo e pela grande imprensa como “terrorismo” – surpreendeu, inicialmente, o aparelho repressivo do Estado, que, no entanto, não tardou em aperfeiçoar-se e profissionalizar-se no combate à “subversão”. Nesse sentido, os altos comandos militares iniciaram a construção de uma estrutura policial-burocrática, calcada na espionagem, coleta de informações e operações policiais e voltada, sobretudo, para

⁷⁸⁸ *Ibidem*, p. 27.

⁷⁸⁹ Trata-se de um amplo projeto, organizado pela Arquidiocese de São Paulo, que procurou recuperar as regras do sistema jurídico que vigorou no Brasil a partir de 1964, quando da implantação da ditadura civil-militar, elegendo como fonte básica os autos dos processos judiciais instaurados durante o regime autoritário para apuração dos crimes de natureza política. A partir de mais de 700 processos completos reunidos pela equipe do projeto, localizados, sobretudo, no Superior Tribunal Militar, foi possível analisar as instituições jurídico-políticas no regime militar, a estrutura do aparelho repressivo, a legislação de segurança nacional, o perfil dos atingidos e as práticas de tortura sistemática.

⁷⁹⁰ Foge aos limites e propósitos deste trabalho remontar a história da luta armada no Brasil. Para um panorama das esquerdas revolucionárias no Brasil, cf: RIDENTI, Marcelo. *op. cit.* 2007a e RIDENTI, Marcelo. “Esquerdas armadas urbanas (1964-1974)”. In: RIDENTI, Marcelo & AARÃO REIS, Daniel (orgs.). *História do marxismo no Brasil: partidos e movimentos após os anos 60*. vol. 6. São Paulo: UNICAMP, 2007.

⁷⁹¹ A primeira ação desse tipo foi realizada em setembro de 1969, pela *Dissidência Comunista da Guanabara* (DI-GB) – que após essa ação adotou o nome de *Movimento Revolucionário 8 de Outubro* (MR-8) – e pela *Ação Libertadora Nacional* (ALN), que capturaram o embaixador estadunidense, trocado por 15 presos políticos. Em março de 1970, a *Vanguarda Popular Revolucionária* (VPR) capturou o cônsul japonês, trocado por 5 presos políticos. No mesmo ano, a mesma organização capturou o embaixador alemão (em ação conjunta com a ALN), trocado por 40 presos políticos, em junho, e o embaixador suíço, em dezembro, trocado por 70 presos políticos, sendo que a troca só foi efetuada em janeiro de 1971. O governo mostrou-se cada vez menos inclinado a aceitar a exigência dos revolucionários em troca dos diplomatas capturados e essa forma de luta acabou sendo abandonada pelos guerrilheiros brasileiros.

a captura e interrogatório dos opositores políticos do regime, incluindo, entre seus métodos, o uso sistemático da tortura.

Além dos antigos Departamentos de Ordem Política e Social (DOPS), existentes nos Estados, foram criados novos e ferozes mecanismos de repressão, como nos relata Marcelo Ridenti:

Em junho de 1969, surgiu extra-oficialmente a Operação Bandeirantes (Oban), organismo especializado no “combate à subversão” por todos os meios, sobretudo a tortura sistemática. A Oban era parcialmente financiada por setores nacionais e internacionais do empresariado de São Paulo. Em setembro de 1970, a Oban integrou-se ao organismo oficial, recém-criado pelo Exército, conhecido como Doi-Codi (Destacamento de Operações de Informações/Centro de Operações de Defesa Interna). A Marinha tinha seu órgão de “inteligência” e repressão política, o Centro de Informações da Marinha (Cenimar), correspondente ao Centro de Informações e Segurança da Aeronáutica (CISA), e ao Centro de Informações do Exército (CIE).⁷⁹²

Este aparelho repressivo dizimaria impiedosamente a esquerda armada brasileira. A tortura, o assassinato e o “desaparecimento” de pessoas foram sistematicamente usados pelos governos militares, ainda que nunca oficialmente assumidos por eles. Nesse contexto, a expectativa de vida do guerrilheiro urbano era curta: “(...) tinha vida ativa mediana em torno de um ano, antes do término pela prisão com sobrevivência ou pela morte. Uma minoria conseguia prolongar a vida ativa até dois anos”.⁷⁹³ Apesar de ações armadas bem sucedidas, todos os grupos de guerrilha urbana já em 1973 estavam praticamente dizimados, restando ações esporádicas e desesperadas.

Se as ações armadas nas cidades tiveram vida curta, no campo a guerrilha também não logrou êxito a longo prazo. Somente uma organização conseguiu efetuar operações de guerrilha rural: o Partido Comunista do Brasil, que enviou dezenas de guerrilheiros para a região do *Araguaia*, no sul do Pará e parte do Maranhão e Goiás, atual Tocantins.⁷⁹⁴ A derrota da guerrilha do Araguaia, além de feitos devastadores para o PCdoB⁷⁹⁵, também representou o

⁷⁹² RIDENTI, Marcelo. *op. cit.* 2007a, p. 39. Para maiores informações sobre a estrutura repressiva dos governos militares, cf. FICO, Carlos. *Como eles agiam: os subterrâneos da Ditadura Militar: espionagem e polícia política*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

⁷⁹³ GORENDER, Jacob. *op. cit.*, p. 228.

⁷⁹⁴ Para saber mais sobre a guerrilha do Araguaia, ver, entre muitos outros: FORÇAS GUERRILHEIRAS DO ARAGUAIA. *Diário da guerrilha do Araguaia*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1979; POMAR, Wladimir. *Araguaia: o partido e a guerrilha*. São Paulo: Brasil debates, 1980 e MECHI, Patrícia Sposito. *Os protagonistas do Araguaia: Trajetórias, Representações e Práticas de Camponeses, Militantes e Militares na Guerrilha (1972-1974)*. Tese (Doutorado em História Social). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), São Paulo, 2012. No cinema, a saga da guerrilha rural brasileira foi tema do filme: *Araguaya – Conspiração do Silêncio*, dirigido por Ronaldo Duque (Brasil, 2004).

⁷⁹⁵ Além da morte dos guerrilheiros no Araguaia, a estrutura do PCdoB nas cidades foi duramente atingida pela polícia, com várias prisões e mortes, incluindo diversos membros do Comitê Central do Partido. O PCdoB só

fim do ciclo da luta armada desencadeada por organizações revolucionárias ao longo das décadas de 1960 e 1970 no Brasil.

Assim sendo, quando quatro organizações da esquerda armada sul-americana uniram-se em um projeto revolucionário internacionalista e latino-americanista, concretizado através da criação da *Junta de Coordinación Revolucionaria* (JCR) em 1972, as esquerdas revolucionárias brasileiras já tinham sido derrotadas. Além disso, o acionar revolucionário da JCR ao longo da década de 1970 também coincidiu com um processo de autocrítica das esquerdas brasileiras (cujos militantes em grande parte encontravam-se no exílio), que resultou na reavaliação das táticas e estratégias e no abandono da luta armada. A cronologia distinta entre a ação das esquerdas revolucionárias no Brasil e nos países vizinhos contribuiu, entre outros fatores, para manter as organizações brasileiras à parte do projeto internacionalista elaborado pelas esquerdas *conosureñas*.

Mas isso não significa que os militantes brasileiros não se articularam com as esquerdas latino-americanas nem tampouco denota que a JCR não tenha tentado estabelecer alianças políticas com as esquerdas brasileiras.

No início da década de 1960, os brasileiros estavam se articulando internacionalmente por meio do chamado *nacionalismo revolucionário*, especialmente através dos líderes Francisco Julião⁷⁹⁶ e Leonel Brizola⁷⁹⁷. Estes líderes eram, no pré-1964, os grandes interlocutores brasileiros com o Estado cubano. Não à toa, após o golpe civil-militar de 1964, Cuba financiou a experiência guerrilheira brasileira na Serra do Caparó, articulada a Brizola e ao próprio Ernesto Guevara.

A chamada guerrilha do Caparaó foi a primeira articulação para a implementação da luta armada no país, após o golpe de 1964, e girou em torno do ex-governador gaúcho Leonel Brizola, então exilado no Uruguai. Brizola fundou o *Movimento Nacionalista Revolucionário* (MNR), composto por militantes nacionalistas, em especial militares subalternos que foram expulsos das Forças Armadas após o golpe. O MNR, contando com o apoio de Cuba, decidiu implantar a guerrilha a partir de vários pontos do interior – mas o único “foco guerrilheiro” efetivamente instalado foi na serra do Caparaó, localizada entre os Estados de Minas Gerais e Espírito Santo, para onde foi enviado um reduzido grupo de militantes desde o final de 1966,

viria a recuperar-se mais tarde, quando da fusão com a *Ação Popular*, que forneceu quase a metade dos componentes do novo Comitê Central do partido.

⁷⁹⁶ Sobre a trajetória política de Francisco Julião, cf. PORFÍRIO, Pablo. *De pétalas e pedras: a trajetória de Francisco Julião*. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

⁷⁹⁷ Sobre a trajetória política de Brizola, cf. VAINFAS, Ronaldo. “A luz própria de Leonel Brizola: do trabalhismo getulista ao *socialismo moreno*”. In: FERREIRA, Jorge & AARÃO REIS, Daniel (orgs.). *Revolução e democracia (1964-...)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. (Coleção As esquerdas no Brasil, v. 3).

dispostos a iniciar o treinamento guerrilheiro. Contudo, os militantes foram descobertos e presos, sem esboçar resistência, pelas forças de segurança em abril de 1967.⁷⁹⁸

Há indícios de tentativas de articulação das lutas no Brasil com o projeto revolucionário de “Che” Guevara, que chegava à Bolívia pra lá iniciar um novo processo de luta armada concomitantemente à chegada dos militantes do *Movimento Nacionalista Revolucionário* à serra do Caparaó, onde instalariam um foco guerrilheiro. Há indícios de que Guevara chegou a se encontrar no Uruguai com Brizola para articular a guerrilha na América do Sul.⁷⁹⁹ No entanto, com a derrota do *nacionalismo revolucionário* no Brasil e, posteriormente, com a morte de Guevara, os brasileiros acabaram ficando de fora das articulações internacionalistas na América Latina. Quando as principais organizações da esquerda armada brasileira surgiram na segunda metade da década de 1960, o nível de entrosamento com os revolucionários latino-americanos era bem restrito.

Ainda assim, o contato entre brasileiros e sul-americanos, em especial, foi intensificado durante o exílio forçado vivenciado pelas esquerdas da América do Sul ao longo das décadas de 1960 e 1970, quando as ditaduras se espalharam pela região. Ainda no início da década de 1960, o ex-governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, manteve contato com militantes revolucionários uruguaios, incluindo Raúl Sendic, enquanto encontrava-se exilado no Uruguai. Há relatos de que Sendic (que então atuava no *Coordinador*, organização que antecedeu a criação dos Tupamaros) teria, inclusive, fornecido armas para militantes brasileiros ligados a Brizola.⁸⁰⁰ O Uruguai recebeu um número significativo de exilados brasileiros logo após o golpe de 1964, em grande parte políticos ligados ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e/ou ao presidente deposto João Goulart (o próprio presidente, também se exilou no Uruguai). Segundo Denise Rollemberg, nesta primeira fase do exílio brasileiro dos anos 1960 e 1970 (que se estende de 1964 até 1973)⁸⁰¹, era comum entre os

⁷⁹⁸ Após o fracasso de Capará, Brizola desistiu da luta armada e os remanescentes do MNR, especialmente os ex-militares de baixa patente, ingressaram nas demais organizações revolucionárias ou formaram organizações próprias, como o *Movimento de Ação Revolucionária* (MAR), criado em 1967 e a *Resistência Democrática* (REDE), fundada em 1968. Sobre a “guerrilha do Caparaó”, cf: BOITEUX, Bayard Demaria. *A guerrilha do Caparaó e outros relatos*. Rio de Janeiro: Inverta, 1998; KUPERMAN, Esther. *A guerrilha do Caparaó (1966-1967): um ensaio de resistência*. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1992 e REBELLO, Gilson. *A guerrilha do Caparaó*. São Paulo: Alga-Ômega, 1980. A saga da chamada “guerrilha do Caparaó” também foi tema do documentário *Caparaó*, dirigido por Flávio Frederico e lançado em 2007.

⁷⁹⁹ Cf. ROLLEMBERG, Denise. “Esquerdas revolucionárias e luta armada”. In: FERREIRA, Jorge & NEVES, Lucília de Almeida (orgs). *O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 61-62. (Coleção O Brasil Republicano, v. 4)

⁸⁰⁰ BLIXEN, Samuel. *op. cit.* p. 84; 108.

⁸⁰¹ A segunda fase do exílio brasileiro, segundo Denise Rollemberg, teve início com o golpe militar em setembro de 1973 no Chile. A partir de então, começava uma nova etapa para os brasileiros: o exílio dentro do exílio. Poucos conseguiram ficar na América Latina e se viram forçados a partir para os países que estivessem dispostos

exilados a ideia de que o “exílio seria curto, apenas um recurso para escapar à perseguição. A volta ao Brasil, para se reintegrar à luta, permanecia no horizonte”.⁸⁰²

Neste contexto, o Chile governado pelo socialista Salvador Allende atraiu centenas de exilados brasileiros que participaram ativamente do processo de construção da *via chilena ao socialismo*. Ainda de acordo com Denise Rollemberg, a intensa participação da população chilena no cenário político e social do Chile marcou profundamente os exilados brasileiros que vivenciaram essa experiência: “O contraste com o isolamento das vanguardas brasileiras reorientava concepções e perspectivas, estimulava a *autocrítica* e alimentava o sonho da revolução com as massas”.⁸⁰³

Além dos militantes das organizações da esquerda armada brasileira, o Chile de Allende também recebeu muitos intelectuais brasileiros que tiveram significativa participação no processo de expansão das ciências sociais no Chile concomitantemente à inserção nas atividades políticas promovidas pelas esquerdas chilenas. Nesse sentido, ressaltamos que se foram restritos os vínculos efetivos entre as esquerdas armadas brasileiras e as latino-americanas em termos de ação revolucionária, a interlocução se deu no campo intelectual. Como apontamos anteriormente, o internacionalismo revolucionário não foi uma perspectiva que mobilizou exclusivamente as organizações revolucionárias que optaram pela luta armada como caminho rumo ao socialismo. Nesse sentido, os brasileiros exerceram papel de destaque no seio dos intelectuais revolucionários que se debruçaram sobre a história da América Latina, buscando compreender os rumos do capitalismo latino-americano e apontando caminhos rumo a uma revolução socialista continental.

No que tange à Junta de Coordinación Revolucionaria, organização internacionalista que é objeto central desta tese, os ex-militantes das organizações que integravam a JCR entrevistados para esta pesquisa sustentaram que os contatos com as esquerdas brasileiras eram escassos, ainda que conhecessem minimamente as principais organizações armadas brasileiras e seus dirigentes. Luis Mattini, ex-dirigente do PRT-ERP, revelou que os guerrilheiros argentinos conheciam a trajetória do líder revolucionário brasileiro Carlos Marighella⁸⁰⁴ e tiveram acesso ao seu *Manual do Guerrilheiro Urbano*, escrito em 1969.⁸⁰⁵

a recebê-los. “Foi a fese da diáspora, do exílio espalhado por diversos países”. ROLLEMBERG, Denise. *op. cit.* 1999, p. 57.

⁸⁰² ROLLEMBERG, Denise. *op. cit.* 1999, p. 53.

⁸⁰³ *Ibidem*, p. 56.

⁸⁰⁴ O baiano Carlos Marighella foi um dos principais propulsores e teóricos da esquerda armada no Brasil. Em 1932, aos 21 anos de idade, largou a Escola Politécnica da Bahia para ingressar no Partido Comunista Brasileiro (PCB). Já morando no Rio de Janeiro, foi preso em 1937 (juntamente com outros militantes comunistas que participaram do Levante de 1935) e anistiado em 1945. Elegeu-se deputado federal constituinte pelo PCB baiano em 1946, mas perdeu o mandato em 1948, em virtude da decretação da ilegalidade do partido. Voltou para a

Efraín Platero, ex-militante do MLN-Tupamaros, também destacou que a figura de Marighella era muito conhecida entre os guerrilheiros uruguaios. Ainda assim, ressalta: “(...) nunca tuvimos un contacto directo con él. Pero éramos grandes admiradores de Marighella. No había contactos con organizaciones brasileñas”.⁸⁰⁶

Contudo, apesar desse distanciamento em relação às esquerdas brasileiras, isso não significou, na prática, que a JCR não tentou estabelecer contatos no Brasil ou que excluiu o país de seus projetos. Em novembro de 1976, em uma ata de reunião, as organizações-membro da Junta constatavam que a ausência de alguma organização brasileira na JCR representava uma séria carência.⁸⁰⁷ O mesmo documento afirmava que Brasil e Argentina eram países decisivos na luta revolucionária na América do Sul.⁸⁰⁸

Julio Santucho, ex-militante do PRT-ERP, nos informou que o Brasil estava incluído no roteiro da viagem que seu irmão Amílcar Santucho e o chileno Jorge Fuentes, como representantes da JCR, faziam pela América Latina em 1975 a fim de espalhar a estratégia revolucionária da organização pela região: “(...) salen para hacer un recorrido por América Latina para establecer contactos con otros partidos de izquierda. Iban a Brasil, se van para Paraguay (...) de Paraguay iban a ir para Brasil. Pero, ahí fueron detenidos”.⁸⁰⁹

O documento “Plan de tareas del Secretariado Ejecutivo de la JCR”, aprovado após um conjunto de reuniões realizadas em junho de 1977 (quando a JCR já atuava fora da América do Sul por conta do exílio forçado de seus militantes), indicou que acompanhar os acontecimentos políticos no Brasil era uma das tarefas prioritárias da organização.⁸¹⁰

Neste sentido, a JCR buscou estabelecer contatos com as organizações de esquerda brasileiras no final da década de 1970, que atuavam em um contexto nacional marcado pelo pela revisão crítica da luta armada, pelo emprego de novas táticas e estratégias, pela ascensão

clandestinidade e ocupou diversos cargos na direção partidária. Após o golpe de 1964, começou a divergir das orientações do Partido e dele se desligaria em 1967, para fundar, no ano seguinte, o Agrupamento Comunista de São Paulo, mais tarde conhecido como *Ação Libertadora Nacional* (ALN), um dos principais grupos da esquerda armada brasileira. Em 4 de novembro de 1969, Marighella, considerado o inimigo nº 1 da ditadura, foi surpreendido por uma emboscada na alameda Casa Branca, na capital paulista, e morto a tiros por agentes do DOPS, em uma ação coordenada pelo delegado Sérgio Paranhos Fleury. Sobre a trajetória de Marighella, cf.: JOSÉ, Emiliano. *Carlos Marighella: o inimigo número um da ditadura militar*. São Paulo: Sol & Chuva, 1997 e SILVA JUNIOR, Edson Teixeira da. *Carlos, a face oculta de Marighella*. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

⁸⁰⁵ MATTINI, Luis. Entrevista concedida à autora. Buenos Aires, 13 de abril e 27 de maio de 2014.

⁸⁰⁶ PLATERO, Efraín Martínez. Entrevista concedida à autora. Montevideú, 12 de maio de 2014.

⁸⁰⁷ JUNTA DE COORDINACIÓN REVOLUCIONARIA. Ata de reunião, novembro de 1976, p. 8. Archivo Lucha Armada – Colección David Cámpora/ Centro de Estudios Interdisciplinarios Uruguayos (CEIU) – Universidad de la Republica (UDELAR); Fondo JCR, Carpeta 3.

⁸⁰⁸ *Ibidem*, p. 9.

⁸⁰⁹ SANTUCHO, Julio. Entrevista concedida à autora. Buenos Aires, 11 de abril de 2014.

⁸¹⁰ JUNTA DE COORDINACIÓN REVOLUCIONARIA. “Plan de tareas del Secretariado Ejecutivo de la JCR”, junho de 1977. Archivo Lucha Armada – Colección David Cámpora/ Centro de Estudios Interdisciplinarios Uruguayos (CEIU) – Universidad de la Republica (UDELAR); Fondo JCR, Carpeta 4.

de novos atores e movimentos no cenário político (o movimento feminista, movimento negro, movimento gay, imprensa alternativa, por exemplo) e a adoção da bandeira das liberdades democráticas.⁸¹¹ Entre as organizações brasileiras, a JCR estabeleceu alguns contatos com o *Movimento Revolucionário 8 de Outubro* (MR-8).⁸¹² O documento “Líneas de Acción”, de setembro de 1977, afirmava:

Existe un número considerable de organizaciones que han logrado un nivel de convergencia importante, significativo, con la JCR hasta el punto de plantearse colectivamente el desarrollo de actividades que tienden a profundizar el proceso. Estas organizaciones son: MIR venezolano, el Partido Socialista de Puerto Rico, el Frente Sandinista de Nicaragua; el Ejército Guerrillero de los Pobres de Guatemala; el Frente de Liberación Nacional Farabundo Martí del Salvador; el Movimiento Revolucionario del Pueblo y el Partido Socialista de Costa Rica, el Mapu de Chile, el *MR8 (movimiento Revolucionario 8 de Octubre) de Brasil*, el Movimiento Revolucionario 19 de abril (M-19), el ELN y las FARC de Colombia, el Movimiento Montoneros de Argentina.⁸¹³

O historiador uruguaio Aldo Marchesi ressaltou que muitas dessas organizações latino-americanas chegaram a ser convidadas pela JCR para enviar representantes para um encontro entre as principais organizações do continente, que seria realizado na Venezuela em 1977.⁸¹⁴ Contudo, como vimos, o exílio europeu dos membros da JCR foi marcado pela fragmentação política, por autocríticas e redefinições de rumos, o que inviabilizou a

⁸¹¹ Sobre o processo de redemocratização brasileira, ver, entre muitos outros: AARÃO REIS, Daniel. *op. cit.* 2014.

⁸¹² As origens do MR-8 remontam à *Dissidência Comunista da Guanabara* (DI-GB), criada oficialmente em 1966 no bojo das acirradas divergências internas que cindiram o Partido Comunista Brasileiro após o golpe civil-militar de 1964. Esta organização exerceu liderança incontestada no movimento estudantil carioca e nacional e, a partir de 1968, converteu-se às ações armadas, alcançando grande notabilidade ao conceber e realizar a captura do embaixador dos Estados Unidos, em setembro de 1969. Foi no curso dessa ação que a organização adotou o nome de *Movimento Revolucionário 8 de Outubro* (MR-8). Nos primeiros anos da década de 1970, o MR-8 viu seu prestígio aumentar, mas ao mesmo tempo, teve de enfrentar – junto com as demais organizações revolucionárias – a intensificação da repressão ditatorial. Em pouco tempo, a prisão, a tortura, a morte ou o exílio tornaram-se destinos quase certos para os militantes do MR-8. No Chile, destino da maioria dos remanescentes do MR-8, a organização enfrentou um amplo processo de autocrítica e redefinição de rumos. Após o golpe de 1973 no Chile, o *Oito* – como se apelidara a organização – “rachou” e seus militantes espalharam-se por diversos países. Anos mais tarde, o MR-8 seria reorganizado no Brasil, assumindo, porém, uma orientação política bastante diferente da anterior. Tratava-se, na verdade, de uma nova organização, que se afastou cada vez mais de seu passado revolucionário. Para saber mais sobre a trajetória da DI-GB/MR-8, cf: SILVA, Izabel Priscila Pimentel da. *Os filhos rebeldes de um velho camarada: a Dissidência Comunista da Guanabara (1964-1969)*. Dissertação (Mestrado em História Social) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói (RJ), 2009; e CAMURÇA, Marcelo Ayres & AARÃO REIS, Daniel. “O Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8). Da luta armada contra a ditadura à luta eleitoral no PMDB”. In: FERREIRA, Jorge & AARÃO REIS, Daniel (orgs.). *Revolução e democracia (1964-...)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. (Coleção As esquerdas no Brasil, v. 3)

⁸¹³ JUNTA DE COORDINACIÓN REVOLUCIONARIA. “Línea de Acción”, setembro de 1977. Lucha Armada – Colección David Cámpora/ Centro de Estudios Interdisciplinarios Uruguayos (CEIU) – Universidad de la República (UDELAR); Fundo JCR, Carpeta 4. Grifos nossos.

⁸¹⁴ MARCHESI, Aldo. *op. cit.* 2013, p. 307.

concretização dos planos traçados nos documentos elaborados no final da década de 1970. Assim sendo, diante dos conflitos internos que abalaram os laços de fraternidade entre suas organizações-membro, a Junta de Coordinación Revolucionaria foi dissolvendo-se, até desaparecer por completo.

No entanto, se na prática a Junta de Coordinación Revolucionaria deixara de existir no final da década de 1970, ela continuaria viva, não nos sonhos dos revolucionários, mas aos olhos dos órgãos de inteligência e repressão da América do Sul. Para estes, a JCR permanecia sendo um perigo a rondar *nuestra América*.

Em 1980, na Argentina, por exemplo, o Exército reorganizou seu serviço de inteligência a partir da criação de grupos de tarefa especializados na coleta de informação de organizações políticas, separando-as por afinidades ideológicas. Dessa forma, um grupo de inteligência era responsável pelas organizações maoístas; outro pelas organizações peronistas; outro pelas organizações trotskistas e, por último, um grupo especializado especificamente na Junta de Coordinación Revolucionaria.⁸¹⁵

Mas não seriam somente os órgãos de inteligência e repressão dos vizinhos sul-americanos que se mantiveram alertas contra a JCR, extrapolando, inclusive, os limites temporais da própria existência da organização. Para os serviços de inteligência do Brasil, a Junta de Coordinación Revolucionaria também era um inimigo, ainda vivo, a ser combatido.

Nesse sentido, ao longo de nossa pesquisa, encontramos dezenas de documentos produzidos pelos serviços de inteligência no Brasil, que orientavam as operações de repressão, alertando para os contatos entre membros da Junta de Coordinación Revolucionaria com as organizações da esquerda brasileira e para o perigo da entrada de militantes estrangeiros no Brasil, em especial aqueles que supostamente estariam encarregados de estabelecer a JCR em solo nacional. E o que mais nos chama atenção ao investigar essa documentação é que ela foi produzida no final da década de 1970 e início da década de 1980, quando a JCR não mais existia nem na América do Sul nem nos diversos países por onde seus militantes espalharam-se durante o exílio. Por sua vez, este período correspondia ao momento de abertura política no Brasil, no qual as esquerdas já haviam abandonado a luta armada e se engajado na luta pela anistia política e pelas liberdades democráticas.

Ainda assim, um informe do Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica (CISA), elaborado em janeiro de 1979, alertava:

⁸¹⁵ US Department of State-Freedom of Information Act. Argentina Project. “Reorganization of 601”. Memorandum de James Blystone, 02 de junho de 1980 e “Organizational Chart of 601”, de James Blystone, 03 de junho de 1980. In: SLATMAN, Melisa. *op. cit.* 2009, p. 20-21.

(...) a JCR acompanha com interesse o desenvolvimento do quadro político brasileiro. Seus principais dirigentes não acreditam haver, no Brasil, condições para o desenvolvimento de quaisquer ações mais radicais (luta armada), a curto prazo, sem um amplo trabalho de massas.

Dentro desse pensamento, através de contatos, levados a cabo com remanescentes de algumas organizações subversivas brasileiras, na Europa, transmite-lhes sua estratégia para o Brasil, que em síntese é a seguinte:

Permitindo o governo brasileiro maior espaço político, principalmente para as esquerdas, com a possibilidade de criação de novos partidos, escolher aquele que mais se identifica com o seu espírito, com a sua ideia de manobra: diluir-se dentro dele como fração ou tendência, estruturada organicamente. Avançando o processo, a permissão da esquerda, aumentar seu espaço, provocar um “racha” no seio desse partido, e aí sim organizar-se, dentro da lei, numa nova entidade política, que congregará os membros dessa tendência ou fração e seus seguidores.

(...) Esse novo partido, agora organizado legalmente, desenvolverá sua ação política, objetivando criar o ambiente propício à luta de classes, à agitação social. Essa agitação irá crescendo e, estando a massa já conscientizada, organizada, haverá clima para a criação de Grupos de Autodefesa de Massas, especialmente treinados nas Escolas de Quadros do partido e que terão por tarefa, como o próprio nome diz, a defesa das massas diante da repressão do Estado. A partir da autodefesa de massas chegar-se-á à luta armada.⁸¹⁶

Os relatórios do Serviço Nacional de Informação (SNI) de 1979 também denotam preocupação com o suposto apoio da JCR aos movimentos de resistência à ditadura no Brasil, o que incluiria o financiamento de organizações da esquerda brasileira. Segundo os documentos, o MR-8, por exemplo, teria solicitado a quantia de 60 mil dólares à JCR a fim de investir em atividades políticas no país.⁸¹⁷

Os informes do SNI e do Centro de Informações do Exército (CIE) de 1980 e 1981 revelam ainda supostas reuniões da Junta de Coordenação Revolucionária no Brasil (no Rio Grande do Sul, em Goiás e no Ceará), a fim de estreitar os laços com as organizações brasileiras e inserir-se no cenário político brasileiro durante o período de abertura, sem, no entanto, abandonar a perspectiva de luta armada.⁸¹⁸

Os documentos elaborados pelos órgãos de inteligência brasileiros na primeira metade da década de 1980 alertavam também para o perigo da entrada de armas no Brasil trazidas por

⁸¹⁶ CENTRO DE INFORMAÇÕES DE SEGURANÇA DA AERONÁUTICA. Informe nº 0257/ CISA-RJ, 05 de janeiro de 1979, p. 13-14. Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP). Fundo DEOPS/SP – Série: Junta de Coordenação Revolucionária (JCR); Referência: 30-C-001-24812 e 30-C-001-24811.

⁸¹⁷ SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÃO. “Solicitação de verba à JCR pelo MR-8”, 13 de junho de 1979; e “Junta de Coordenação Revolucionária”, 26 de junho de 1979. Arquivo Nacional. Fundo Serviço Nacional de Informação (SNI); Referências: AC_ACE_1999_79; AC_ACE_2059_79.

⁸¹⁸ SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÃO. “Junta de Coordenação Revolucionária”, 02 de maio de 1980; “Reunião da JCR em Fortaleza”, 14 de novembro de 1980; “Reunião da JCR em Goiânia (GO)”, 10 de fevereiro de 1981. Arquivo Nacional. Fundo Serviço Nacional de Informação (SNI); Referências: AC_ACE_7403_80; ASP_ACE_4976_80; AC_ACE_13948_85; e CENTRO DE INFORMAÇÕES DO EXÉRCITO (CIE). “Apoio do MR-8 à JCR”, 10 de dezembro de 1980. Arquivo Nacional. Fundo Centro de Informações do Exército (CIE); Referência: AC_ACE_12501_81.

militantes da JCR e ainda para os supostos planos de instalação de uma fábrica clandestina de armas em território nacional por militantes brasileiros vinculados à Junta de Coordinación Revolucionaria.⁸¹⁹

É importante salientar que esses documentos foram produzidos e acumulados em decorrência de atividades de controle, vigilância e punição dos serviços de inteligência e repressão criados durante a ditadura civil-militar brasileira.⁸²⁰ Nesse sentido, devemos atentar ao fato dessas fontes oficiais do aparelho repressivo “carregarem consigo a marca das instituições que as produziram”.⁸²¹ Assim sendo, como ressaltou a historiadora Beatriz Kushnir, os arquivos da repressão “por um lado, tem como objetivo identificar o “fichado” no mundo, por outro trata-se de um arquivo que explica o universo do outro a partir da lógica interna do seu titular, ou seja, da perspectiva da polícia”.⁸²² Além disso, Paulo Knauss salientou que “durante os ciclos de sua vida, os documentos sofrem uma transmutação de sentido que os desloca da produção de um ato para a recordação do mesmo ato. (...) Nesta passagem é que os usos dos documentos são redefinidos, e nesse momento eles deixam de transportar ações do presente para transportar ações do passado”.⁸²³

Foge aos limites e propósitos deste texto aprofundar a discussão sobre os chamados “documentos sensíveis”.⁸²⁴ Interessa-nos neste momento atentar para as representações que estes documentos faziam acerca da JCR. Ainda que a organização já tivesse se dissolvido e apesar do fato de nenhuma organização brasileira ter, de fato, ingressado como membro da Junta, a ditadura brasileira parecia estar continuamente preocupada com ação de militantes revolucionários latino-americanos em território brasileiro, especialmente durante o complexo processo de transição política à democracia.

O informe nº 778-11/80 elaborado pela Polícia Federal do Estado de São Paulo no final de 1980, por exemplo, apresentava a JCR como uma organização ainda em

⁸¹⁹ SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÃO. “Instalação de Fábrica de Armas no Brasil”, 02 de setembro de 1981. Arquivo Nacional. Fundo Serviço Nacional de Informação (SNI); Referência: AC_ ACE_22037_82 e CENTRO DE INFORMAÇÕES DE SEGURANÇA DA AERONÁUTICA. “Bolívia: Novo refúgio para a subversão”, 15 de março de 1984. Arquivo Nacional. Fundo Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica (CISA); Referência: BR_ AN_ BSB_ VAZ_ 111_ 015.

⁸²⁰ FERNANDES, Ananda Simões. “Arquivos repressivos da polícia política: o caso do Departamento de Ordem Política e Social do Rio Grande do Sul”. *Anais Eletrônicos da II Jornada de Estudos sobre Ditadura e Direitos Humanos*. Porto Alegre: Companhia Riograndense de Artes Gráficas (CORAG), 2013, p. 270.

⁸²¹ *Idem*.

⁸²² KUSHNIR, Beatriz. “Pelo buraco da fechadura: o acesso à informação e às fontes (os arquivos do DOPS –RJ e SP)”. In: CARNEIRO, Maria Luiza Tucci (org.). *Minorias silenciadas. História da Censura no Brasil*. São Paulo: USP, 2002, p. 567.

⁸²³ KNAUSS, Paulo. “Usos do passado e história do tempo presente: arquivos da repressão e conhecimento histórico”. In: VARELLA, Flávia; MOLLO, Helena Miranda; PEREIRA, Mateus Henrique de Faria; MATA, Sérgio da. (orgs.) *Tempo presente & usos do passado*. Rio de Janeiro: FGV, 2012, p. 145-146.

⁸²⁴ Cf. THIESEN, Icléia (org.). *Documentos sensíveis: Informação, arquivo e verdade na ditadura de 1964*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2014.

funcionamento e cujos objetivos giravam em torno da instalação de uma espécie de sucursal no Brasil, que contaria com a participação de militantes revolucionários de distintos países da América Latina:

(...) a JCR deverá realizar no Brasil, ainda este ano, reunido internacional congregando organizações latino-americanas e simpatizantes, visando melhor coordenação de atividades. (...) A provável realização de uma reunião internacional da JCR no Sul do país ainda em 1980, congregando organizações latino-americanas, pode significar a intenção de instalação de suas “embaixadas” no Brasil, onde pretende concentrar suas atividades, para melhor orientar e apoiar as organizações revolucionárias esquerdistas de luta armada e como ponto de irradiação dessa luta aos países vizinhos onde a repressão se faz mais presente e mais violenta, dificultando-lhe a ação, como é o caso da Argentina. (...) A abertura política brasileira agora já ofereceria condições para a criação de outros pólos irradiadores dentro do território nacional, visto que as esquerdas consideram essa abertura um fenômeno político irreversível.⁸²⁵

Diante da imagem que construiu acerca do estreitamento das relações entre as esquerdas brasileiras e as organizações revolucionárias latino-americanas durante o período de abertura política, a ditadura brasileira buscou reforçar o controle de seus inimigos para além das fronteiras nacionais.

Nesse contexto, mesmo os militantes brasileiros que partiram para ou foram forçados ao exílio não permaneceram longe da esfera de controle do aparato repressivo brasileiro. Os exilados brasileiros eram vigiados pelo *Centro de Informações do Exterior* (CIEX), criado em 1966 pelo então secretário-geral do Itamaraty, Manoel Pio Corrêa. O órgão estava vinculado ao Ministério das Relações Exteriores (embora não constasse no organograma oficial do Ministério), mas era subordinado ao Serviço Nacional de Informação.⁸²⁶ Além de coletar “informações estratégicas relacionadas à política, à economia e às questões militares de países que interessavam ao Brasil”⁸²⁷, o CIEX – cujos funcionários eram diplomatas de vários escalões radicados em diversos países – tinha entre suas principais atribuições “a produção de informações dedicadas à espionagem política de brasileiros vivendo no exterior, principalmente os que buscavam denunciar a tortura e as demais práticas repressivas”.⁸²⁸

⁸²⁵ SERVIÇO DE INFORMAÇÕES DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL DE SÃO PAULO. “Informe nº 778-11/80”, 11 de novembro de 1980, p. 1 e 7. Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP). Fundo DEOPS/SP – Série: Junta de Coordenação Revolucionária (JCR); Referência: 50-E-33-3423 a 50-E-33-3416.

⁸²⁶ GOMES, Paulo César. “Brasileiros na França: o exílio segundo a visão do Centro de Informações do Exterior (CIEX) entre 1966 e 1968”. *Revista Contemporânea*, Ano 4, nº 5, 2014, p. 4. Disponível em: <http://www.historia.uff.br/nec/sites/default/files/6_Brasileiros_na_Franca.pdf>. Acessado em 12/03/2016.

⁸²⁷ *Ibidem*, p. 3.

⁸²⁸ *Idem*. A historiadora Adrianna Setemy ressaltou que a produção de informações sobre brasileiros no exterior “constituiu-se enquanto prática legítima e rotineira (ainda que velada) ao longo das décadas que antecederam a instituição dos governos militares no Cone Sul”. Assim sendo, o CIEX, “frequentemente apontado como órgão

Para além do controle dos exilados brasileiros no exterior, a ditadura brasileira também se mostrou preocupada com a chegada de exilados latino-americanos ao Brasil. Um documento produzido pela Polícia Federal destinado ao ministro da Justiça, Armando Falcão, explicitava essa preocupação:

Senhor Ministro

Este Departamento está seriamente preocupado com a situação dos refugiados que se encontram atualmente no país, em sua maioria de nacionalidade argentina. Essa preocupação é ainda maior pelo fato de sabermos que grande número desses refugiados é constituído de elementos ligados aos movimentos terroristas em seus respectivos países.⁸²⁹

Outro documento, neste caso elaborado pelo Ministério do Exército destinado à embaixada do Brasil em Assunção, alertava para “elementos subversivos” que estariam deslocando-se entre os países sul-americanos através das fronteiras brasileiras. O documento advertia ainda que a Junta de Coordinación Revolucionaria mantinha um intercâmbio permanente com as organizações das esquerdas sul-americanas através de trocas de informações e viagens de seus militantes pela região.⁸³⁰

A chegada de refugiados de outros países preocupava e alarmava os órgãos de inteligência e repressão da ditadura brasileira. De fato, o Brasil tornou-se uma rota de fuga – como destino ou passagem – para centenas de militantes das esquerdas sul-americanas que fugiram da escalada da violência política em seus países. Um informe da *Dirección General de Informaciones* da Argentina apontava o Brasil como um possível espaço para reorganização dos movimentos “subversivos” das esquerdas, o que incluiria a articulação com organizações oriundas dos países vizinhos.⁸³¹ Diante do “perigo” que os exilados sul-americanos representavam na ótica da ditadura, era cada vez mais necessário vigiar as regiões fronteiriças, sobretudo no Rio Grande do Sul, cujas fronteiras com a Argentina e o Uruguai configuravam-se historicamente como “fonte de preocupação para as autoridades constituídas,

secreto de espionagem criado em 1966 a fim de ajustar as atividades da diplomacia brasileira no exterior aos interesses e às diretrizes de segurança da ditadura militar brasileira, foi erigido sobre bases legais mais antigas”. SETEMY, Adrianna Cristina Lopes. *op. cit.* p. 247.

⁸²⁹ Processo nº 100.877/1988. Arquivo Nacional. Fundo Divisão de Segurança e Informações do Ministério da Justiça *apud* QUADRAT, Samantha Viz. “Da Argentina para o Brasil: De uma ditadura a outra”. In: _____ (org.). *Caminhos cruzados: História e memória dos exílios latino-americanos no século XX*. Rio de Janeiro: FGV, 2011, p. 170.

⁸³⁰ MINISTÉRIO DO EXÉRCITO, Adido do Exército à Embaixada do Brasil. “Pedido de busca nº 12/75”, Assunção, 13 de outubro de 1975. Arquivo do Terror (Paraguai). Documento gentilmente cedido pelo historiador uruguaio Aldo Marchesi.

⁸³¹ DIRECCIÓN GENERAL DE INFORMACIONES. Requerimiento informativo, 25 de outubro de 1979. Archivo Histórico de la Cancillería Argentina (Ministerio de Relaciones Exteriores y Culto de la República Argentina – MREC); Fundo Dirección de América del Sur, Caja AH/0326.

Federalista (1893-1895), do movimento tenentista (que se estendeu do início da década de 1920 até a vitória da Revolução de 1930 e ascensão de Getúlio Vargas à presidência da República) e dos movimentos de oposição à Getúlio Vargas, como a Revolução Constitucionalista de 1932 e o levante comunista de 1935.⁸³³ Nas décadas de 1960 e 1970, o extremo sul brasileiro tornou-se rota de fuga para perseguidos políticos e porta de entrada e/ou saída para exilados dos países vizinhos. Assim sendo, esta se tornou não só uma área de concentração militar, mas também uma “área fluida para o trânsito de autoridades brasileiras, argentinas e uruguaias, empenhadas em combater a subversão e vigiar aqueles que haviam deixado seus países em busca de proteção do outro lado da fronteira”.⁸³⁴

Para além dos conflitos que caracterizaram a região fronteira sul rio-grandense, este foi também um espaço de intercâmbio e constituição de uma identidade regional. Afinal, se por um lado, as fronteiras deparam e delimitam as diferenças, por outro também se configuram como lugares de integração e relações de troca.

Marcando uma descontinuidade geopolítica, a fronteira tanto constrói e reifica distinções sociais, como se constitui em recurso usado indiferenciadamente pelas comunidades que separa. Deste ponto de vista, a sua função imediata de *diferenciação* não lhe esgota o sentido, pois também a *relação*, quer dizer, o intercâmbio e abertura face ao *outro*, se constitui em tópico fundamental para percebermos o seu sentido.⁸³⁵

Fronteiras podem ser burladas, acatadas, cruzadas, transgredidas, reais, imaginadas, reinventadas e destruídas. Confinam e liberam. Protegem e torturam.⁸³⁶ Ao longo das décadas de 1960 e 1970, com o incremento do aparato repressivo brasileiro e o crescimento das ações coordenadas no combate à “subversão”, que culminaram na criação da Operação Condor, a região de fronteira entre Brasil, Argentina e Uruguai, em especial, tornou-se um importante cenário dessa dinâmica repressiva regional, caracterizada pela “radicalização do monitoramento, da espionagem e da perseguição de exilados por agentes estrangeiros autorizados a transpor fronteiras”.⁸³⁷

⁸³³ SETEMY, Adrianna Cristina Lopes. *op. cit.* p. 252.

⁸³⁴ *Idem.*

⁸³⁵ CUNHA, Luis. “Fronteira, memória e narrativa”. Comunicação; Núcleo de Estudos em Antropologia, Universidade do Minho, Portugal, julho de 2005. Disponível em: <<https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/17348/3/Fronteira,%20mem%C3%B3ria%20e%20narrativa.pdf>>. Acessado em 12/03/2016. Grifos no original.

⁸³⁶ SZURMUK, Mónica & McKee, Robert (orgs.). *Diccionario de estudios culturales latinoamericanos*. México: Siglo XXI Editores; Instituto Mora, 2009, p. 107 (Verbetes: Fronteiras).

⁸³⁷ SETEMY, Adrianna Cristina Lopes. *op. cit.* p. 327.



Charge de Ziraldo, 1984.

Fonte: ZIRALDO. 1964-1984: *20 anos de prontidão*. Rio de Janeiro: Record, 1984.

Ao colocar em prática os princípios da Doutrina de Segurança Nacional, a ditadura brasileira demonstrou forte preocupação com o “inimigo interno”, dentro ou fora do território nacional. Nesse contexto, a circulação de militantes revolucionários da América do Sul representava, em sua ótica, uma ameaça à ordem e segurança nacionais. As fronteiras deveriam ser vigiadas e a chegada de exilados políticos monitorada. Neste cenário, a Junta de Coordinación Revolucionaria aparecia como uma ameaça de nível elevado, pois seus projetos revolucionários ultrapassaram fronteiras nacionais. No entanto, a documentação produzida pelos órgãos de inteligência brasileiros que apontava para o perigo da instalação da JCR no Brasil, sua articulação com as esquerdas brasileiras e sua inserção no palco político nacional data do final da década de 1970 e, sobretudo do início da década de 1980, quando a luta armada já estava derrotada no Brasil e a JCR não mais existia na América do Sul ou alhures.

Quais os motivos para tanta preocupação com uma organização que já se dissolvera? Esta é uma questão que merece ser aprofundada em futuros trabalhos. Por ora, podemos inferir que, ao invés de demonstrar uma fantasia ou imaginação da ditadura brasileira, a constante preocupação com a Junta de Coordinación Revolucionaria poderia representar, por um lado, um pretexto para controlar os exilados latino-americanos que se encontravam no

Brasil e, por outro, um mecanismo dos setores mais conservadores dos militares para alardear um “perigo vermelho” e frear o processo de abertura “lenta, gradual e segura” que se iniciava no Brasil. De qualquer maneira, o caminho trilhado pelos militantes sul-americanos, que se propuseram a seguir a senda guevarista e defenderam projetos revolucionários de cunho internacionalista e latino-americanista, não seria rapidamente esquecido, nem pelas esquerdas nem pelas direitas da América do Sul.

Considerações Finais

Os ventos do norte
Não movem moinhos
E o que me resta
É só um gemido
Minha vida, meus mortos
Meus caminhos tortos
Meu sangue latino
Minha alma cativa
 João Ricardo e Paulinho Mendonça⁸³⁸

O músico chileno Patricio Manns gravou em 1966, com acompanhamento do grupo “Voces Andinas”, o álbum *El sueño americano*, que só foi lançado no ano seguinte. As doze canções desse álbum estão centradas na discussão sobre a unidade latino-americana. A historiadora Natália Ayo Schmiedecke analisou que *El sueño americano* pode ser dividido em três partes: a primeira destaca o período da colonização na América Espanhola; a segunda ressalta o contexto pós-independência e o surgimento de um “novo” imperialismo na região; e a terceira consiste em um apelo para a libertação do continente contra a exploração estrangeira.⁸³⁹

De uma forma geral, as canções deste álbum defendiam a valorização de uma identidade latino-americana e conclamavam os povos do continente a lutar contra o imperialismo dos Estados Unidos:

(...) Ay, hermano: si entendieras/ que solos nada valemos/ En la tierra
 americana/ sólo hay un muro que existe:/ al norte hay un pueblo alegre/ y al
 sur veinte pueblos triste.
 “Bolivariana”, Patricio Manns⁸⁴⁰

América novia mía: este cantar/ despierta el canto del pueblo en voz de mar./
 la libertad ha salido a navegar./ es hora de combatir y caminar.
 “América novia mía”, Patricio Manns⁸⁴¹

Os versos de Patricio Mann ilustram a atmosfera política e cultural da década de 1960 (que se estendeu até a década seguinte) na América do Sul, na qual músicos e artistas em geral, intelectuais, políticos e, sobretudo, militantes revolucionários mobilizaram-se em torno

⁸³⁸ Trecho da música “Sangue Latino”, de João Ricardo e Paulinho Mendonça, lançada no primeiro álbum do grupo *Secos & Molhados*, em 1973.

⁸³⁹ SCHMIEDECKE, Natália Avo. *“Não há revolução sem canções: utopia revolucionária na Nova Canção Chilena, 1966-1973*. São Paulo: Alameda, 2015, p. 209.

⁸⁴⁰ MANN, Patricio *apud* SCHMIEDECKE, Natália Avo. *op. cit.* p. 210.

⁸⁴¹ *Ibidem*, p. 211.

das lutas antiimperialistas e em defesa de transformações radicais nas sociedades latino-americanas.

No Cone Sul das Américas, a segunda metade do século XX seria marcada também pela emergência de ditaduras civil-militares e pela ascensão de diversas organizações revolucionárias que se caracterizaram por uma forte desconfiança em relação às formas tradicionais de atuação e representação política, pela valorização da ação e pela defesa da luta armada. Algumas dessas organizações distinguiram-se ainda por adotar uma perspectiva internacionalista, que as levou a estreitar relações com outros grupos *conosureños*. Analisar o internacionalismo revolucionário das esquerdas armadas sul-americanas nas décadas de 1960 e 1970 foi o principal objetivo desta tese de doutorado.

Nesse sentido, elegemos como nosso foco principal a atuação da *Junta de Coordinación Revolucionaria*, pois esta organização representou o auge do internacionalismo revolucionário na América Latina na segunda metade do século XX. Como acompanhamos, a JCR era integrada por quatro grupos armados da América do Sul. Esses grupos, fortemente influenciados pela Revolução Cubana, não inauguraram o internacionalismo revolucionário entre as esquerdas, que, como demonstramos, possuía um longo histórico, inclusive, para além das Américas.

No entanto, as organizações-membro da JCR ressignificaram a perspectiva de internacionalismo, conferindo-lhe uma nova especificidade: o latino-americanismo, que estava intrinsecamente relacionado à noção de terceiro-mundismo. Nesse sentido, ressaltamos que a JCR é fruto de um contexto político mais amplo onde, como examinamos, valorizava-se o potencial revolucionário dos países do Terceiro Mundo, na medida em que as contradições do capitalismo seriam mais agudas nestas regiões.

Além disso, defendemos a hipótese de que as organizações revolucionárias que compunham a Junta de Coordinación Revolucionaria compartilhavam o que chamamos de uma *cultura política guerrilheira latino-americana*, baseada em um conjunto de postulados teóricos e práticos em comum, que fortalecia uma identidade guerrilheira entre seus militantes: o internacionalismo; o latino-americanismo; o antiimperialismo; o resgate da figura dos *libertadores da América* e a atualização de sua luta (defendendo uma segunda independência na América Latina); a adoção da luta armada, encarada como o único caminho que conduziria à derrocada do imperialismo e do capitalismo; e a defesa do caráter imediatamente socialista e continental da revolução, vinculado aos movimentos de libertação do então chamado Terceiro Mundo, inserida em uma luta global dos povos contra a opressão imperialista.

Ao longo do trabalho, investigamos ainda que fatores contribuíram para a derrota dos ambiciosos projetos revolucionários propostos pela JCR. Como vimos, após a intensa onda repressiva que se seguiu aos golpes de Estado na América do Sul, a crescente internacionalização da repressão (que confirma a premissa de que o internacionalismo não é um fenômeno circunscrito às esquerdas), o exílio forçado que dispersou seus militantes ao redor do mundo, a fragmentação política de suas organizações-membro e os conflitos internos que abalaram seus laços de fraternidade, a Junta de Coordinación Revolucionaria foi dissolvendo-se, até desaparecer por completo.

De uma forma geral, podemos constatar que as organizações revolucionárias atuantes no Cone Sul das Américas ao longo das décadas de 1960 e 1970 – incluindo a JCR – não chegaram a representar, na prática, uma alternativa de mudança com possibilidades reais de concretização. Nesse sentido, concordamos com o historiador Eduardo Rey Tristán que afirmou que as esquerdas revolucionárias constituíram, ao longo de sua existência, “una minoria; amplia, calificada y de mucha presencia exterior por sus movilizaciones o acciones, pero minoría”.⁸⁴² Além disso, apesar de seu desenvolvimento e potencial e de ter canalizado de forma original no contexto latino-americano grande parte do descontentamento mais radical frente às crises e influências que a Revolução Cubana gerou, essas esquerdas não estavam preparadas direta e seriamente para disputar o poder.⁸⁴³

Portanto, essas esquerdas radicais nunca chegaram a ameaçar, de fato, o poder constituído. Mas é inegável que o influenciaram e provocaram, em alguns momentos, mudanças significativas em suas linhas de ação. Além disso, se podemos afirmar que estes grupos atingiram um contingente expressivo em suas fileiras e ainda conquistaram a simpatia e o apoio de algumas camadas da população, também é correto que, em sua maioria, as sociedades sul-americanas preferiram continuar apoiando organizações que defendiam a institucionalidade democrática.

Assim sendo, o desenvolvimento da coordenação militar, logística e ideológica da JCR na América do Sul correspondeu ao crescente isolamento dos guerrilheiros nos contextos sociais em que estavam inseridos. Ao almejarem um internacionalismo revolucionário, de cunho latino-americanista, as organizações que integravam a *Junta de Coordinación Revolucionaria* não conseguiram estabelecer laços sólidos com as sociedades que sonhavam transformar.

⁸⁴² TRISTÁN, Eduardo Rey. *op. cit.*, p. 416.

⁸⁴³ *Ibidem*, p. 417.

Fontes

1. Instituições/Fundos Documentais

Argentina

Archivo CELS – Centro de Estudios Legales y Sociales (Buenos Aires)

- Coleção Documentación y Denuncia del Accionar del Terrorismo del Estado;

Archivo de la Dirección de Inteligencia de la Policía de la Provincia de Buenos Aires

(DIPBA – La Plata):

- Fondo DIPBA/ Mesa “D(S)”, Carpeta Varios;

Archivo General de la Nación Argentina (Archivo Intermedio)

- Fondo Ministerio del Interior/ Sección Expedientes Secretos, Confidenciales y Reservados;
- Fondo Ministerio de Justicia/ Sección Comunicaciones Varias;

Archivo Histórico de Cancillería (Ministerio de Relaciones Exteriores y Culto de la República Argentina – MREC)

- Fondo Dirección de América del Sur (1935-1987);

Centro de Documentación e Investigación de la Cultura de Izquierdas en Argentina

(CEDINCI)

- Catálogo de publicaciones políticas de las izquierdas argentinas;
- Catálogo de publicaciones de los movimientos sociales de la Argentina y el mundo;
- Coleção Particular/ Fondo Julio Santucho;
- Coleção Particular/ Fondo Mario Roberto Santucho;
- Coleção Particular/ Fondo Roberto Baschetti;

Instituto de Investigaciones Gino Germani – Universidad de Buenos Aires

- Archivo Oral;

Memoria Abierta

- Archivo Oral;

Brasil

Arquivo Nacional (Sedes Brasília e Rio de Janeiro)

- Fundo Centro de Informações da Marinha (CENIMAR);
- Fundo Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica (CISA);
- Fundo Centro de Informações do Exército (CIE);
- Fundo Centro de Informações do Exterior (CIEEX);
- Fundo Serviço Nacional de Informação (SNI);

Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP)

- Fundo DEOPS/SP – Série: Exército de Libertação Nacional (ELN);
- Fundo DEOPS/SP – Série: Exército Revolucionário do Povo (ERP);
- Fundo DEOPS/SP – Série: Junta de Coordenação Revolucionária (JCR);
- Fundo DEOPS/SP – Série: Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8);
- Fundo DEOPS/SP – Série: Movimiento de Izquierda Revolucionaria (MIR);
- Fundo DEOPS/SP – Série: Terrorismo Internacional;
- Fundo DEOPS/SP – Série: Tupamaros;

Uruguai

Archivo de la Dirección Nacional de Información e Inteligencia (DNII)

- Prontuários temáticos por organizaciones;

Archivo Lucha Armada – Colección David Cámpora/ Centro de Estudios Interdisciplinarios Uruguayos (CEIU) – Universidad de la Republica (UDELAR)

- Fundo Junta de Coordinación Revolucionaria;
- Fundo Documentos MNL-Tupamaros – Prácticos;
- Fundo Documentos MNL-Tupamaros – Difusión;
- Fundo MNL-Tupamaros Exterior – Série Publicaciones (1972-1976);
- Fundo MNL-Tupamaros Exterior – Série Balances e Informes (1973-1977);
- Fundo MNL-Tupamaros Exterior – Série Circulares Internas (1973-1975);
- Fundo Artículos de Prensa (1972-1979).

Ministerio de Defensa Nacional

- Documentos do Servicio de Información de Defensa (SID);
- Documentos do Organismo Coordinador de Operaciones Antisubversivas (OCHOA).

2. Archivos Digitais

- Archivo Chile – Documentación de Historia Político Social y Movimiento Popular Contemporáneo de Chile y América Latina
→ www.archivochile.com
- Archivo Histórico Punto Final (1965-1973)
→ http://puntofinal-archivohistorico.org/pages/Portada_Ingresar_Agnos.htm
- Centro de Documentación de los Movimientos Armados (CEDEMA)
→ www.cedema.org
- El Topo Blindado – Centro de Documentación de las Organizaciones Politico-Militares Argentinas
→ www.eltopoblindado.com
- Memoria Chilena – Biblioteca Nacional de Chile
→ www.memoriachilena.cl
- Ruinas Digitales – Arqueología Comunicacional
→ www.ruinasdigitales.com
- The National Security Archive – George Washington University
→ <http://www2.gwu.edu/~nsarchiv/NSAEBB/NSAEBB239b/>

3. Periódicos

- *Carta de Uruguay* (1972-1973);
- *Correo Tupamaro* (1973-1976);

- *Cristianismo y Revolución* (1971);
- *El Combatiente* (1968-1980);
- *El Peludo* (1973);
- *El Rebelde* (1965-1973);
- *El Tupamaro* (1973-1974);
- *Estrella Roja* (1971-1977);
- *La Verdad* (1967);
- *Jornal do Brasil* (1975);
- *La Nación* (1977);
- *La Opinión* (1978);
- *Por qué?* (1974);
- *Punto Final* (1967; 1970; 1972; 1974);
- *Revista Che Guevara* (1974-1977);
- *Revista Estratégia* (1965);
- *The Economist* (1977).

4. Fontes Orais

- MATTINI, Luis. Entrevista concedida à autora. Buenos Aires, 13 de abril e 27 de maio de 2014;
- MERLO, Enrique Gorriarán. Entrevista concedida ao Instituto de Investigaciones Gino Germani – Universidad de Buenos Aires, Archivo Oral. Buenos Aires, 09 e 11 de agosto de 2005;
- PLATERO, Efraín Martínez. Entrevista concedida à autora. Montevideú, 12 e 14 de maio de 2014;
- SANTIS, Daniel de. Entrevista concedida à autora. Buenos Aires, 03 de abril de 2014;
- SANTUCHO, Julio. Entrevista concedida à autora. Buenos Aires, 11 de abril de 2014;
- SCHILLING, Flávia. Depoimento concedido ao projeto “Marcas da Memória: História Oral da Anistia no Brasil” (Equipe do Rio de Janeiro – UFRJ). São Paulo, 18 de julho de 2011. Laboratório de Estudos do Tempo Presente, Núcleo de História Oral da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Bibliografia

AARÃO REIS, Daniel; RIDENTI, Marcelo & MOTTA, Rodrigo Patto Sá (orgs.). *A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

AARÃO REIS, Daniel. *Ditadura e democracia no Brasil: do golpe de 1964 à Constituição de 1988*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

_____. “A revolução e o socialismo em Cuba: ditadura revolucionária e construção do consenso”. In: ROLLEMBERG, Denise & QUADRAT, Samantha Viz (orgs.). *A construção social dos regimes autoritários: legitimidade, consenso e consentimento no século XX*. Volume: Brasil e América Latina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

_____. “Classe operária, partido de quadros e revolução socialista. O itinerário da Política Operária – Polop (1961-1986)”. In: FERREIRA, Jorge & AARÃO REIS, Daniel (orgs.). *Revolução e democracia (1964-...)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. (Coleção As esquerdas no Brasil, v. 3)

_____ & SÁ, Jair Ferreira de (orgs.). *Imagens da revolução – documentos políticos das organizações clandestinas de esquerda, 1961-1971*. 2ª edição. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

_____ & MORAES, Pedro de. *1968: a paixão de uma utopia*. 2ª edição. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

_____. “1968, o ano curto de todos os desejos”. In: GARCIA, Marco Aurélio & VIEIRA, Maria Alice (orgs.). *Rebeldes e contestadores: 1968 – Brasil/ França/ Alemanha*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.

_____. *A revolução faltou ao encontro: os comunistas no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

ABREU, Alzira Alves de. “Acontecimento e mídia”. In: MOREL, Marco & NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira (orgs.). *Anais do Colóquio História e Imprensa: homenagem a Barbosa Lima Sobrinho – 100 anos*. Rio de Janeiro: UERJ, 1998.

ABREU, Luciano Aronne & MOTTA, Rodrigo Patto Sá (orgs.). *Autoritarismo e cultura política*. Porto Alegre: FGV; Edipucrs, 2013.

AGGIO, Alberto. “Uma insólita visita: Fidel Castro no Chile de Allende”. *História*, São Paulo, nº 22, 2003.

_____. *Democracia e socialismo: a experiência chilena*. São Paulo: Annablume, 2002.

ÁGUILA, Gabriela. “La represión en la historia reciente argentina: fases, dispositivos y dinámicas regionales”. In: ÁGUILA, Gabriela & ALONSO, Luciano (orgs.). *Procesos represivos y actitudes sociales: entre la España franquista y las dictaduras del Cono Sur*. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2013.

_____. “Testigos y vecinos”. *Puentes*, Buenos Aires, nº 19, dezembro de 2006.

ALDRIGHI, Clara. *Memórias de Insurgencia: Historias de vida y militância em el MLN-Tupamaros (1965-1975)*. Montevidéo: Ediciones de la Banda Oriental, 2009.

_____. *La izquierda armada: ideologia, ética y identidad em el MLN-Tupamaros*. Montevidéo: Ediciones Trilce, 2001.

ALI, Tariq (org.). *Fidel Castro: As Declarações de Havana*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.

ALMOND, Gabriel A. & VERBA, Sidney. *The civic culture: Political attitudes and democracy in five nations*. Princeton: Princeton UP, 1963.

ALONSO, Jimena & FIGUEREDO, Magdalena. “El quiebre del MLN-T en Argentina: el nacimiento de Nuevo Tiempo”. *Revista Encuentros Uruguayos*, Volume VII, nº 1, Outubro de 2014.

ALONSO, Jimena. “Tupamaros em Chile: Una experiencia bajo el gobierno de Salvador Allende”. *Revista Encuentros Uruguayos*, Año IV, nº 4, Montevidéo, dezembro de 2011. Disponível em: <http://encuru.fhuce.edu.uy/index.php?option=com_content&view=article&id=59:tupam>.

ALONSO ELOY, Rosa y DEMASI, Carlos. *Uruguay 1958-1968. Crisis y estancamiento*. Montevidéo: Banda Oriental, 1986.

AMBIADO, Carlos Sandoval. *Movimiento de Izquierda Revolucionaria (1970-1973). Coyunturas, documentos e vivencias*. Chile: Ediciones Escaparate, 2004.

ANDERSON, Jon Lee. *Che Guevara: uma biografia*. Rio de Janeiro: Objetiva, 1997.

ANDERSON, Perry. *Considerações sobre o marxismo ocidental*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.

ANZORENA, Oscar. *Tiempo de violencia y utopia: Del golpe de Onganía (1966) al golpe de Videla (1976)*. Buenos Aires: Ediciones del Pensamiento Nacional, 1998.

ARAUJO, Maria Paula. “Intelectuais, artistas e revolucionários: o cinema militante no Brasil e na Argentina nos anos 1960 e 70”. In: SILVA, Francisco Carlos Teixeira da & CHAVES, Daniel (orgs.). *Argentina Hoje*. Rio de Janeiro: Multifoco, 2012.

_____. “Esquerdas, juventude e radicalidade na América Latina”. In: ARAUJO, Maria Paula; FICO, Carlos Fico; FERREIRA, Marieta de Moraes & QUADRAT, Samantha Viz (Orgs.). *Ditadura e democracia na América Latina: balanço histórico e perspectivas*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2008.

_____. *A utopia fragmentada: as novas esquerdas no Brasil e no mundo na década de 70*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2000.

ARAYA, Marcelo Casals. *El alba de una revolución: La izquierda y el proceso de*

- construcción estratégica de la “via chilena al socialismo”*. Santiago: LOM Ediciones, 2010.
- ARRATE, Jorge & ROJAS, Eduardo. *Memoria de la izquierda chilena*. Tomo II (1970-2000). Santiago: Javier Vergara Editor, 2003.
- ASSUMPÇÃO, Marla Barbosa. “A ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul: o Estado gaúcho como um espaço-chave no mapa da mobilidade da repressão e da resistência”. In: PADRÓS, Enrique Serra (org). *Cone Sul em tempos de ditadura: reflexões e debates sobre a História Recente*. Porto Alegre: Evangraf/ UFRGS, 2013.
- ASTORI, Danilo *et all*. *El Uruguay de la dictadura (1973-1985)*. Montevideu: Ediciones de la Banda Oriental, 1999.
- AVENDAÑO, Daniel & PALMA, Mauricio. *El rebelde de la burguesia: la historia de Miguel Enriquez*. Santiago: Ediciones CESOC, 2001.
- BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *Fórmula para o caos: A derrubada de Salvador Allende (1970-1973)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- _____. *De Martí a Fidel: a Revolução Cubana e a América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.
- BAQUERO, Marcello. “Construindo uma outra sociedade: o capital social na estruturação de uma cultura política participativa no Brasil”. *Revista Sociologia Política*, nº 21, Curitiba, novembro de 2003.
- BARÃO, Carlos Alberto. “A influência da Revolução Cubana sobre a esquerda brasileira nos anos 60”. In: MORAES, João Quartim de & AARÃO REIS, Daniel (orgs.). *História do marxismo no Brasil – Volume I: O impacto das revoluções*. Campinas: UNICAMP, 2003.
- BARRAN, José Pedro; CAETANO, Gerardo & PORZECANSKI, Teresa (orgs.). *Historias de la vida privada em el Uruguay: Individuo y soledades (1920-1990)*. Montevideu: Ediciones Santillana, 1998.
- BARSOTTI, Paulo & FERRARI, Terezinha. “A propósito de Cuba e da Revolução”. In: BARSOTTI, Paulo & PERICÁS, Luiz Bernardo (orgs). *América Latina: História, ideias e revolução*. São Paulo: Xamã, 1998.
- BAUER, Caroline Silveira. *Brasil e Argentina: Ditaduras, desaparecimentos e políticas de memória*. Porto Alegre: Medianiz, 2012.
- BÉDARIDA, François. “Tempo presente e presença da história”. In: FERREIRA, Marieta de Moraes & AMADO, Janáina (orgs.). *Usos e abusos da história oral*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2002.
- BEER, Max. *História do socialismo e das lutas sociais*. São Paulo: Expressão Popular, 2006.
- BEMVINDO, Vitor. “O caráter antiimperialista da Revolução Cubana (1898-1961)”. *Revista Contemporânea*, Ano 2, nº 2, 2012. Disponível em: <http://www.historia.uff.br/nec/sites/default/files/03.Vitor_Bemvindo_0.pdf>.

BERARDO, João Batista. *Guerrilhas e guerrilheiros no drama da América Latina*. São Paulo: Edições Populares, 1981. (Coleção América Latina. Série Nossa História, Nossos Problemas, volume 12)

BERMAN, Paul. *A tale of two utopias: the political journey of the generation of 1968*. New York: Norton, 1996.

BERSTEIN, Serge. “A cultura política”. In: RIOUX, Jean-Pierre & SIRINELLI, Jean-François (orgs.). *Para uma história cultural*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998.

BETHELL, Leslie & ROXBOROUGH, Ian (orgs.). *A América Latina entre a Segunda Guerra Mundial e a Guerra Fria*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

BLIXEN, Samuel. *Sindic*. Montevideu: Ediciones Trilce, 2000.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de política*. Brasília: Editora UnB, 1998.

BOITEUX, Bayard Demaria. *A guerrilha do Caparaó e outros relatos*. Rio de Janeiro: Inverta, 1998.

BORGES, Elisa de Campos. *¡Con la UP ahora somos gobierno!: A Experiência dos Cordones Industriales no Chile de Allende*. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2011.

BOTTOMORE, Tom (org). *Dicionário do pensamento marxista*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1988.

BRAGA, Leonardo Marmontel. *A Internacionalização do Terror: o caso argentino*. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

CAETANO, Gerardo & RILLA, José. *Breve historia de la dictadura*. Montevideu: Ediciones de la Banda Oriental, 2011.

CALIL, Gilberto. “O marxismo de Mariátegui e a revolução latino-americana: democracia, socialismo e sujeito revolucionário”, II Simpósio Lutas Sociais na América Latina, Universidade Estadual de Londrina, 2006. Disponível em: <<http://www.uel.br/grupos-pesquisa/gepal/segundosimposio/gilbertocalil.pdf>>.

CALVEIRO, Pilar. *Política y/o violencia: Una aproximación a la guerrilla de los años 70*. Buenos Aires: Editorial Norma, 2005.

CAMPOS, José Roberto. *O que é trotskismo*. São Paulo: Brasiliense, 1998.

CAMURÇA, Marcelo Ayres & AARÃO REIS, Daniel. “O Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8). Da luta armada contra a ditadura à luta eleitoral no PMDB”. In: FERREIRA, Jorge & AARÃO REIS, Daniel (orgs.). *Revolução e democracia (1964-...)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. (Coleção As esquerdas no Brasil, v. 3)

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. “Imprensa irreverente, tipos subversivos”. In: CARNEIRO, Maria Luiza Tucci & KOSSOY, Boris (orgs.). *A imprensa confiscada pelo DEOPS (1924-1954)*. São Paulo: Ateliê Editorial; Arquivo do Estado, 2003.

CARNOVALE, Vera. *Los combatientes: historia del PRT-ERP*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2011.

CASSOL, Gissele. *Prisão e tortura em terra estrangeira: a colaboração repressiva entre Brasil e Uruguai (1964-1985)*. Dissertação (Mestrado em Integração Latino-Americana) – Centro de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria (RS), 2008.

CASTAÑEDA, Jorge G. *Utopia desarmada: Intrigas, dilemas e promessas da esquerda latino-americana*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

CASTILLO, Christian. “El PRT-La Verdad: una mirada a partir de los archivos de la DIPBA”. *V Jornadas de Sociología de la UNLP*. Universidad Nacional de La Plata, Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación, Departamento de Sociología, La Plata, 2008. Disponível em: <<http://www.academica.com/000-096/141.pdf>>.

CATELA, Ludmila da Silva. “Desaparecidos e direitos humanos. Entre um drama nacional e um dilema universal”. In: NOVAES, Regina Reyes & LIMA, Roberto Kant (orgs.). *Antropologia e direitos humanos*. Niterói, RJ: EdUFF, 2001.

_____. *Situação-limite e memória. A reconstrução do mundo dos familiares de desaparecidos na Argentina*. São Paulo: Hucitec, 2001.

CHARTIER, Roger. “A visão do historiador modernista”. In: FERREIRA, Marieta de Moraes & AMADO, Janaína (orgs.). *Usos e abusos da história oral*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2002.

CHAVOLLA, Arturo. *La imagen de América en el marxismo*. Buenos Aires: Prometeo Livros, 2005.

CHAUVEAU, Agnès & TÉTARD, Philippe (orgs.). *Questões para a história do presente*. Bauru: EDUSC, 1999.

CHOMSKY, Aviva. *História da revolução cubana*. São Paulo: Veneta, 2015.

CLAUDÍN, Fernando. *A crise do movimento comunista*. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

COGGIOLA, Osvaldo. “1938-2008: Setenta anos da fundação da IV Internacional. Em defesa de Leon Trotsky”. *Projeto História*, São Paulo, nº 36, junho de 2008. Disponível em: <<http://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/2354/1430>>.

_____. *Governos militares na América Latina*. São Paulo: Contexto, 2001.

_____. *O trotskismo na América Latina*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1984.

COSTA, Adriane Vidal. *Intelectuais, política e literatura na América Latina – o debate sobre revolução e socialismo em Cortázar, García Marquez e Vargas Llosa (1958-2005)*. São Paulo: Alameda, 2013.

CULTELLI, Andrés. *La revolución necesaria: Contribución a la autocrítica del MNL-Tupamaros*. Buenos Aires: Colihue, 2006.

CUNHA, Luis. “Fronteira, memória e narrativa”. Comunicação. Núcleo de Estudos em Antropologia, Universidade do Minho, Portugal, julho de 2005. Disponível em: <<https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/17348/3/Fronteira,%20mem%C3%B3ria%20e%20narrativa.pdf>>.

DAHAS, Nashla. “O Movimiento de Izquierda Revolucionaria do Chile e a construção de uma memória radical para a América Latina”. In: CORDEIRO, Janaina Martins; LEITE, Isabel Cristina; SILVEIRA, Diego Omar da; REIS, Daniel Aarão (orgs.). *À sombra das ditaduras: Brasil e América Latina*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2014.

DARNTON, Robert & ROCHE, Daniel (orgs.). *Revolução impressa: A imprensa na França (1775-1800)*. São Paulo: Edusp, 1996.

DECCA, Edgar de. “O colonialismo como a glória do império”. In: AARÃO REIS, Daniel; FERREIRA, Jorge & ZENHA, Celeste. *O século XX*. Volume 1: O tempo das certezas. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

DEBRAY, Régis. “El Castrismo: La gran marcha de América Latina”. *Punto Final*, nº 30, junho de 1967, suplemento. Archivo Histórico Punto Final (1965-1973). Disponível em: <http://archivohistorico.org/PDFs/1967/PF_030_doc_2.pdf>.

_____. *Revolução na revolução*. São Paulo: Centro Ed. Latino Americano, 1967.

DINGES, John. *Os anos do Condor: uma década de terrorismo internacional no Cone Sul*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

DONOSO, Igor Goicovic. “Terrorismo de Estado y resistencia armada en Chile. El MIR, entre la dictadura y la transición (1973-1994)”. In: , Gabriela & ALONSO, Luciano (orgs.). *Procesos represivos y actitudes sociales: entre la España franquista y las dictaduras del Cono Sur*. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2013.

_____. “El internacionalismo proletário en el Cono Sur: La Junta Coordinadora Revolucionaria, um proyecto inconcluso”. II Jornadas de História Política de Chile, Departamento de História, Universidad de Santiago do Chile. Centro de Documentación de los Movimientos Armados (CEDEMA). Disponível em: <<http://www.cedema.org/uploads/goico0007.pdf>>.

DUHALDE, Eduardo Luis. *El Estado terrorista argentino*. Buenos Aires: Colihue, 2013.

DUTRA, Eliana R. de Freitas. “História e culturas políticas – definições, usos, genealogias”. *Varia História*, Belo Horizonte, nº 28, 2001.

FANON, Frantz. *Os condenados da terra*. Juiz de Fora: UFJF, 2005.

FARIAS, Victor. *La izquierda chilena (1969-1973) – Documentos para el estudio de su línea estratégica*. Santiago: CEP, 2001.

FARRET, Rafael Leporace & PINTO, Simone Rodrigues. “América Latina: da construção do nome à consolidação da ideia”. *Topoi*, v. 12, n. 23, julho-dezembro de 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/topoi/v12n23/1518-3319-topoi-12-23-00030.pdf>>.

FAUSTO, Boris & DEVOTO, Fernando J. *Brasil e Argentina: um ensaio de história comparada (1850-2002)*. São Paulo: Ed. 34, 2004.

FERNANDES, Ananda Simões. “Arquivos repressivos da polícia política: o caso do Departamento de Ordem Política e Social do Rio Grande do Sul”. *Anais Eletrônicos da II Jornada de Estudos sobre Ditadura e Direitos Humanos*. Porto Alegre: Companhia Riograndense de Artes Gráficas (CORAG), 2013.

_____. *Quando o inimigo ultrapassa a fronteira: as conexões repressivas entre a ditadura civil-militar brasileira e o Uruguai (1964-1973)*. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

FERNANDES, Florestan. *Da guerrilha ao socialismo: A revolução cubana*. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

FERNANDEZ, Paula Daniela. *Nicaragua debe sobrevivir - La solidaridad de la militancia comunista argentina con la Revolución Sandinista (1979-1990)*. Buenos Aires: Imago Mundi, 2015.

FIALHO, A. Veiga. *Uruguai: um campo de concentração?* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

FIGUEROA, Matías Ortiz. “El tercer congreso del MIR: giro generacional, re-estructuración orgánica y cambios en la militancia, 1967-1969”. *Tiempo Histórico*, nº 6, Santiago, 2013.

_____. “Ser mirista”: *La construcción política del militante, 1965-1973*. Monografia (Graduação em História) – Facultad de Humanidades y Educación, Universidad Andrés Bello, Santiago, 2011.

FINCH, Henry. “Uruguay, 1930-1990”. In: BETHELL, Leslie (Org). *Historia de América Latina. Tomo 15: El Cono Sur desde 1930*. Barcelona: Editorial Crítica, 2002.

_____. *Historia económica del Uruguay contemporáneo*. Montevideu: Banda Oriental, 1980.

FLORES, Sebastián Leiva. *Teoría y práctica del poder popular: el caso del Movimiento de Izquierda Revolucionaria (MIR, Chile, 1970-1973) y el Partido Revolucionario de los Trabajadores-Ejército Revolucionario del Pueblo (PRT-ERP, Argentina, 1973-1976)*. Dissertação (Mestrado em História da América) – Facultad de Humanidades, Universidad de Santiago de Chile, Santiago, 2007.

FORÇAS GUERRILHEIRAS DO ARAGUAIA. *Diário da guerrilha do Araguaia*. São

Paulo: Alfa-Ômega, 1979.

FRANCO, Marina. “Do terrorismo de Estado à violência estatal. Problemas históricos e historiográficos no caso argentino”. In: MOTTA, Rodrigo Patto Sá (org). *Ditaduras militares: Brasil, Argentina, Chile e Uruguai*. Belo Horizonte: Editora UFRMG, 2015.

_____. “La seguridad interna como política de Estado en la Argentina del siglo XX”. In: ABREU, Luciano Aronne & MOTTA, Rodrigo Patto Sá (orgs.). *Autoritarismo e cultura política*. Porto Alegre: FGV; Edipucrs, 2013.

_____. *Un enemigo para la nación: orden interno, violencia y “subversión”, 1973-1976*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Econômica, 2012.

_____. *El exilio: argentinos em Francia durante la dictadura*. Buenos Aires: Siglo XXI Editores, 2008.

GALEANO, Eduardo. *As palavras andantes*. Porto Alegre: L&PM, 1994.

GARZÓN, Aníbal. “La Junta de Coordinación Revolucionaria y la Operación Condor: Dialéctica de la cooperación Cono Sur”. Centro de Documentación de los Movimientos Armados (CEDEMA). Disponível em: <www.cedema.org>.

GATTO, Hebert. *El cielo por asalto: el Movimiento de Liberación Nacional (Tupamaros) u la izquierda uruguaya (1963-1972)*. Montevideu: Taurus, 2004.

GILLESPIE, Richard. *Soldados de Perón. Los Montoneros*. Buenos Aires: Grijalbo, 1998.

GILMAN, Claudia. *Entre la pluma y el fusil: debates y dilemas del escritor revolucionario en América Latina*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2012.

GOMES, Angela de Castro. “História, historiografia e cultura política no Brasil: algumas reflexões”. In: SOIHET, Rachel; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVÊA, Maria de Fátima (orgs.). *Culturas políticas. Ensaio de história cultural, história política e ensino de história*. Rio de Janeiro: FAPERJ/Mauad, 2005.

GOMES, Caio de Souza. “Quando um muro separa, uma ponte une”: conexões transnacionais na canção engajada na América Latina (anos 1960/70). Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

GOMES, Paulo César. “Brasileiros na França: o exílio segundo a visão do Centro de Informações do Exterior (CIEX) entre 1966 e 1968”. *Revista Contemporânea*, Ano 4, nº 5, 2014. Disponível em: <http://www.historia.uff.br/nec/sites/default/files/6_Brasileiros_na_Franca.pdf>.

GONZÁLEZ, Ernesto (org.). *El trotskismo obrero e internacionalista en la Argentina*. Tomo 4, Volume 1. Buenos Aires: Fundacióm Pluma, 2006.

_____. (org.). *El trotskismo obrero e internacionalista en la Argentina*. Tomo 3, Volume 2.

Buenos Aires: Editorial Antídoto, 1999.

GONZÁLEZ, Luís Eduardo. *Estructuras políticas y democracia en Uruguay*. Montevideu: Instituto de Ciencia Política, Fundación de Cultura Universitaria, 1993.

GORDILLO, Mónica B. “Protesta, rebelión y movilización: de la resistencia a la lucha armada, 1955-1973”. In: JAMES, Daniel (org). *Violencia, proscripción y autoritarismo (1955-1976)*. Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 2007. Colección Nueva Historia Argentina, Tomo 9.

GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas – a esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada*. 5ª edição. São Paulo: Ática, 1999.

GOTT, Richard. *Cuba: Uma nova história*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. Volume 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

GROPPO, Bruno. “El regreso del pasado reprimido: de Vichy a Argélia: las dificultades de la memoria em Francia”. Puentes, Buenos Aires, nº 4, julho de 2001.

GUEVARA, Ernesto “Che”. “Mensaje à Tricontinental”, 1967. In: LÖWY, Michael (org.). *O marxismo na América Latina: uma antologia de 1909 aos dias atuais*. 2ª edição. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006.

_____. “La guerra de guerrillas”, 1960. In: _____. *Obra revolucionaria*. México: Ediciones Era, 1967.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. “História, memória e patrimônio”. In: OLIVEIRA, Antonio José Barbosa de (org.). *Universidade e lugares de memória*. Rio de Janeiro: UFRJ, Fórum de Ciência e Cultura, Sistema de Bibliotecas e Informação, 2008.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.

HUIDOBRO, Elueterio Fernández. *Historia de los Tupamaros* (3 vol.). Montevideu: Ediciones de la Banda Oriental, 2012.

_____. *Historia de los Tupamaros: En La Nuca (Acerca de las Autocríticas)*. Montevideu: Banda Oriental, 2001.

HUNEEUS, Carlos. *El régimen de Pinochet*. Santiago: Editorial Sudamericana Chilena, 2000.

JAMES, Daniel (org). *Violencia, proscripción y autoritarismo (1955-1976)*. Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 2007. Colección Nueva Historia Argentina, Tomo 9.

JELIN, Elizabeth & LANGLAND, Victoria. “Introducción: Las marcas territoriales como nexo entre pasado y presente”. In: _____. (orgs.). *Monumentos, memoriales y marcas territoriales*. Colección Memorias de la Represión. Buenos Aires: Siglo XXI, 2003.

JELIN, Elizabeth. *Los trabajos de la memoria*. Colección Memorias de la Represión. Buenos

Aires: Siglo XXI, 2002.

JELLINECK, Sergio & LEDESMA, Luis. *Uruguay: del consenso democrático a la militarización estatal*. Estocolmo: Institute of Latin American Studies, 1980.

JOSÉ, Emiliano. *Carlos Marighella: o inimigo número um da ditadura militar*. São Paulo: Sol & Chuva, 1997.

KLEIN, Naomi. *A doutrina do choque: a ascensão do capitalismo de desastre*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

KNAUSS, Paulo. “Usos do passado e história do tempo presente: arquivos da repressão e conhecimento histórico”. In: VARELLA, Flávia; MOLLO, Helena Miranda; PEREIRA, Mateus Henrique de Faria; MATA, Sérgio da. (orgs.) *Tempo presente & usos do passado*. Rio de Janeiro: FGV, 2012.

KORNBLUH, Peter. *Pinochet: los archivos secretos*. Madri: Critica, 2003.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto; Ed. PUC-Rio, 2006.

KOSSOY, Boris. “O jornalismo revolucionário ilustrado”. In: CARNEIRO, Maria Luiza Tucci & KOSSOY, Boris (orgs.). *A imprensa confiscada pelo DEOPS (1924-1954)*. São Paulo: Ateliê Editorial; Arquivo do Estado, 2003.

KUPERMAN, Esther. *A guerrilha do Caparaó (1966-1967): um ensaio de resistência*. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1992.

KUSCHNIR, Karina & CARNEIRO, Leandro Piquet. “As dimensões subjetivas da política: cultura política e antropologia da política”. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 13, nº 24, 1999.

KUSHNIR, Beatriz. “Pelo buraco da fechadura: o acesso à informação e às fontes (os arquivos do DOPS –RJ e SP)”. In: CARNEIRO, Maria Luiza Tucci (org.). *Minorias silenciadas. História da Censura no Brasil*. São Paulo: USP, 2002.

LABROUSSE, Alain. *Una historia de los Tupamaros: De Sendic a Mujica*. Montevideu: Editorial Fin de Siglo, 2010.

LANGONI, Ana. “La pasión segundo Eduardo Favario: La militancia revolucionaria como ética del sacrificio”. *El Rodaballo*, ano VI, nº 11-12, Buenos Aires, 2000. Disponível em: <<http://eltopoblindado.com/files/Articulos/03.%20Lucha%20armada%20y%20frentes%20culturales/Longoni,%20Ana.%20La%20pasion%20segun%20Favario.pdf>>.

LEITE, Isabel Cristina; SILVEIRA, Diego Omar da; REIS, Daniel Aarão (orgs.). *À sombra das ditaduras: Brasil e América Latina*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2014.

LÊNIN, Vladimir. *Imperialismo, estágio superior do capitalismo*. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

LESSA, Afonso. *La revolución imposible: los tupamaros y el fracaso de la via armada em el Uruguay del siglo XX*. Montevidéo: Editorial Fin de Siglo, 2002.

LOGUERCIO, Edgardo Alfredo. *Pan-americanismo versus latino-americanismo: Origenes de um debate na virada dos séculos XIX e XX*. Dissertação (Mestrado em Integração da América Latina) – Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

LÖWY, Michael (org.). *O marxismo na América Latina: uma antologia de 1909 aos dias atuais*. 2ª edição. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006.

_____. *Nacionalismos e internacionalismos: da época de Marx até nossos dias*. São Paulo: Xamã, 2000.

MALVICINO, José. *La guerrilla en Argentina*. Buenos Aires: Editorial Puma, 2000.

MARCHESI, Aldo. *Geographies of Armed Protest: Transnational Cold War, Latin Americanism and the New Left in the Southern Cone (1964-1976)*. Tese (Doctor of Philosophy), Department of History, New York University, 2013.

_____. “La partida decisiva de la revolución en América Latina’. Militantes bolivianos, chilenos y uruguayos en la Argentina peronista. Buenos Aires, 1973-1976”. *Revista PolHis*, Buenos Aires, Ano 5, nº 10, 2012.

_____. “Geografías de la protesta armada: nueva izquierda y latinoamericanismo en el cono sur. El ejemplo de la Junta de Coordinación Revolucionaria. *Revista Sociohistórica*, nº 25, 2009.

_____. “Imaginación política del antiimperialismo: Intelectuales y política en el Cono Sur a fines de los sesenta”. *E.I.A.L. –Estudios Interdisciplinarios de America Latina y el Caribe*, Volume 17, nº 1, 2006. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=4004299>>.

MARIANO, Nilson Cezar. *As garras do Condor*. Petrópolis: Vozes, 2003.

MARQUES, Teresa Cristina Schneider. *Militância política e solidariedades transnacionais: A trajetória política dos exilados brasileiros no Chile e na França*. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

MARTÍNEZ, Virginia. *Tiempos de dictadura (1973-1985). Hechos, voces, documentos. La represión y la resistencia dia a dia*. Montevidéo: Ediciones de la Banda Oriental, 2005.

MARTINS, Angela Maria Roberti. “Palavras e imagens que fazem sonhar: imprensa libertária e representações da revolução social (A Plebe – 1919)”. *Maracanan*, Ano III, nº 3, Rio de Janeiro: UERJ, janeiro 2005 – março 2007.

MARTINS FILHO, João Roberto. “Tortura e ideologia: os militares brasileiros e a doutrina da *guerre révolutionnaire* (1959-1974)”. In: SANTOS, Cecília MacDowell; TELES, Edson &

TELES, Janaína de Almeida (orgs.). *Desarquivando a ditadura: memória e justiça no Brasil*. Volume 1. São Paulo: Editora HUCITEC, 2009.

MARTORELL, Francisco. *Operación Cóndor: el vuelo de la muerte*. Santiago de Chile: Editorial LOM, 1999. (Colección Septiembre)

MATTINI, Luis. *Hombres e mujeres del PRT-ERP: de Tucumán a La Tablada*. La Plata: De la Campana, 2007.

_____. *Los Perros 2. Memorias de la rebeldia femenina en los '70*. Buenos Aires: Continente-Pax, 2007.

_____. *Los Perros. Memorias de um combatiente revolucionario*. Buenos Aires: Continente-Pax, 2006.

MATTOS, Marcelo Badaró. “Em busca da revolução socialista: a trajetória da POLOP (1961-1967)”. In: RIDENTI, Marcelo & AARÃO REIS, Daniel (orgs.). *História do marxismo no Brasil – Volume V: Partidos e organizações dos anos 20 aos 60*. Campinas: UNICAMP, 2002.

MCSHERRY, Joan Patrice. *Los estados depredadores: la Operación Condor y la guerra encubierta en América Latina*. Santiago: LOM, 2009.

MECHI, Patrícia Sposito. *Os protagonistas do Araguaia: Trajetórias, Representações e Práticas de Camponeses, Militantes e Militares na Guerrilha (1972-1974)*. Tese (Doutorado em História Social). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), São Paulo, 2012.

MENDES, Ricardo Antonio Souza. “Ditaduras civil-militares no Cone Sul e a Doutrina de Segurança Nacional – algumas considerações sobre a historiografia”. *Revista Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 5, nº 10, 2013.

MENDONÇA, Sonia Regina de. “O Estado Ampliado como ferramenta metodológica”. *Revista Marx e o Marxismo*, v. 2, nº 2, janeiro-julho de 2014.

MERLO, Enrique Gorriarán. *Memorias de Enrique Gorriarán Merlo. De los Setenta a La Tablada*. Buenos Aires: Planeta, 2003.

MOREL, Marco. “O surgimento da imprensa no Brasil: questões atuais”. *Maracanan*, Ano III, nº 3, Rio de Janeiro: UERJ, janeiro 2005 – março 2007.

MORENO, Nahuel. *La revolución latinoamericana*. Buenos Aires: Ediciones PO, 1962.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá (org). *Ditaduras militares: Brasil, Argentina, Chile e Uruguai*. Belo Horizonte: Editora UFRMG, 2015.

MUÑOZ, Heraldo. *A sombra do ditador: memórias políticas do Chile sob Pinochet*. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

NAPOLITANO, Marcos. *1964: História do regime militar brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2015.

NARANJO, Pedro; AHUMADA, Mauricio; GARCÉS, Mario & PINTO, Julio. *Miguel Enríquez y el proyecto revolucionario en Chile: Discursos y documentos del Movimiento de Izquierda Revolucionaria*. Santiago: LOM Ediciones, 2004.

NERCESIAN, Inés. *La política en armas y las armas de la política : Brasil, Chile y Uruguay (1950-1970)*. Buenos Aires: CLACSO, 2013.

_____. “Cambio social, modernización y surgimiento de la lucha armada en Brasil, Chile y Uruguay (1950-1970)”. *Revista PolHis*, Buenos Aires, Ano 5, nº 10, 2012.

NEVARES, Salvador Reyes (org.). *El exilio español en México (1939-1982)*. México: Fondo de Cultura Económica, 1982.

NEVES, Ozias Paese & LIEBEL, Vinicius. “Os regimes militares no Brasil e na América do Sul – Historiografia e Perspectivas”. *Revista Eletrônica da ANPHLAC*, nº 18, janeiro-julho de 2015. Disponível em: <<http://revistas.fflch.usp.br/anphlac/article/view/2277>>.

NORA, Pierre. “Entre memória e história: a problemática dos lugares”. *Projeto História*, São Paulo: PUC, nº 10, dezembro de 1993.

NOVARO, Marcos & PALERMO, Vicente. *A ditadura militar argentina (1976-1983): Do golpe de Estado à restauração democrática*. São Paulo: Edusp, 2007.

OSTRIA, Gustavo Rodriguez. *Sin tiempo para las palabras: Teoponte, la outra guerrilla guevarista em Bolívia*. Cochabamba, Bolívia: Grupo Editorial Kipus, 2006.

PADRÓS, Enrique Serra. “A gestação do golpe no Uruguai: o governo Bordaberry e o papel dos militares (1972-1973)”. *Estudos Ibero-americanos*, PUCRS, v. 38, n. 1, jan/jun, 2012.

_____. “Uruguai: esgotamento da Suíça da América e fermentação autoritária nos anos 60”. *Anais eletrônicos da Jornada de estudos sobre ditaduras e direitos humanos*. Porto Alegre: APERS, 2011. Disponível em: <<http://www.apers.rs.gov.br>>

_____. “Repressão e violência: segurança nacional e terror de Estado nas ditaduras latino-americanas”. In: ARAUJO, Maria Paula; FICO, Carlos Fico; FERREIRA, Marieta de Moraes & QUADRAT, Samantha Viz (Orgs.). *Ditadura e democracia na América Latina: balanço histórico e perspectivas*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2008.

_____. “‘Botim de guerra’: desaparecimento e apropriação de crianças durante os regimes civil-militares platinos”. *Métis: história & cultura*, v. 6, nº 11, jan-jun 2007. Disponível em: <<http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/metis/article/viewFile/829/586>>.

_____. *Como el Uruguay no hay... Terror de Estado e Segurança Nacional no Uruguai (1968-1985): do Pachecato à ditadura civil-militar*. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

_____. “A ditadura cívico-militar no Uruguai (1973-1984): terror de Estado e Segurança Nacional”. In: WASSERMAN, Claudia & GUAZZELLI, Cesar Augusto Barcellos. *Ditaduras*

militares na América Latina. Ditaduras militares na América Latina. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2004.

PADURA, Leonardo. *O homem que amava os cachorros*. São Paulo: Editora Boitempo, 2013.

PALIERAKI, Eugenia. *¡La revolución ya viene: El MIR chileno en los años sesenta*. Santiago: LOM Ediciones, 2014.

_____. “La opción por las armas. Nueva izquierda revolucionaria y violència política en Chile (1965-1970)”. *Polis – Revista Latinoamericana*, nº 19, 2008. Disponível em: <<http://polis.revues.org/3882>>.

PANCERA, Graciela Jorge & HUIDOBRO, Eleutério Fernández. *Chile Roto. Uruguayos el día del golpe de Estado em Chile*. Santiago: Editora LOM, 2003.

PASCAL ALLENDE, Andrés. *El MIR chileno: una experiencia revolucionaria*. Argentina: Cucaña Ediciones, 2003.

PEREDO, Osvaldo. *Volvimos a las montañas*. Bolívia: Osvaldo Peredo Leigue Edición, 2003.

PEREIRA, Anthony W. *Ditadura e repressão: o autoritarismo e o estado de direito no Brasil, no Chile e na Argentina*. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

PEREIRA, Bernardo Soares. *Mariátegui em seu (terceiro) mundo*. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2015.

PEREYRA, Daniel. *Del Moncada a Chiapas. Historia de la lucha armada en América Latina*. Buenos Aires: RyR, 2011.

PÉREZ, Cristián. “El Ejército del Che y los Chilenos que continuaron su lucha”. *Estudios Públicos*, nº 89, 2003.

POLLAK, Michael. “Memória e identidade social”. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, nº 10, 1992.

POMAR, Wladimir. *Araguaia: o partido e a guerrilha*. São Paulo: Brasil debates, 1980.

PONS, Silvio. *A revolução global: história do comunismo internacional (1917-1991)*. Rio de Janeiro: Contraponto; Brasília: Fundação Astrojildo Pereira, 2014.

PORFÍRIO, Pablo. *De pétalas e pedras: a trajetória de Francisco Julião*. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

PORTUGHEIS, Rosa Elsa (org). *Documentos del estado terrorista*. Buenos Aires: Ministerio de Justicia y Derechos Humanos de la Nación; Secretaría de Derechos Humanos, 2012 (Cuadernos del Archivo Nacional de la Memoria, vol. 4).

POZZI, Pablo. *Por las sendas argentinas... El PRT-ERP. La guerrilla marxista*. Buenos Aires: Eudeba, 2001.

PRADO, Maria Ligia & PELLEGRINO, Gabriela. *História da América Latina*. São Paulo: Contexto, 2014.

PRADO, Maria Ligia; SOARES, Gabriela Pellegrino & COLOMBO, Sylvia. *Reflexões sobre a democracia na América Latina*. São Paulo: SENAC, 2007.

PRESIDENCIA DE LA REPUBLICA ORIENTAL DEL URUGUAY. *Actualización de la Investigación Histórica sobre Detenidos Desaparecidos*. Disponível em: <<http://www.presidencia.gub.uy/wps/wcm/connect/presidencia/portalpresidencia/comunicacion/informes/investigacion-historica-sobre-detenidos-desaparecidos>>

QUADRAT, Samantha Viz. “Da Argentina para o Brasil: De uma ditadura a outra”. In: _____ (org.). *Caminhos cruzados: História e memória dos exílios latino-americanos no século XX*. Rio de Janeiro: FGV, 2011.

_____. “Ditadura, violência política e direitos humanos na Argentina, no Brasil e no Chile”. In: AZEVEDO, Cecília & RAMINELLI, Ronald (orgs.). *História das Américas: novas perspectivas*. Rio de Janeiro: FGV, 2011.

_____. *A repressão sem fronteiras: perseguição política e colaboração entre as ditaduras do Cone Sul*. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2005.

QUIJADA, Monica. “Sobre el origen y difusión del nombre ‘América Latina’”. *Revista de Indias*, volume LVIII, nº 214, 1998. Disponível em: <http://digital.csic.es/bitstream/10261/9354/1/Monica_Quijada_Sobre_el_nombre_America_Latina1998%5B1%5D.pdf>.

QUIROGA ZAMORA, Patricio. *Compañeros: el GAP: la escolta de Allende*. Santiago de Chile: Aguilar, 2001.

REBELLO, Gilson. *A guerrilha do Caparaó*. São Paulo: Alga-Ômega, 1980.

REMÓND, René (org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

RICO, Álvaro (org.). *15 días que estremecieron al Uruguay: Golpe de Estado y huelga general (27 de Junio-11 de Julio de 1973)*. Montevideo: Fin de Siglo, 2006.

_____. *Uruguay: Cuentas pendientes. Dictadura, memorias y desmemorias*. Montevideo: Ediciones Trilce, 1995.

RICOEUR, Paul. *La lectura del tiempo pasado: memoria y olvido*. Madri: Arrecife-Universidad Autónoma de Madrid, 1999.

RIDENTI, Marcelo. “Esquerdas revolucionárias armadas nos anos 1960-1970”. In: FERREIRA, Jorge & AARÃO REIS, Daniel (orgs.). *Revolução e democracia (1964-...)*. Rio

de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007a. (Coleção As esquerdas no Brasil, v. 3).

_____. “Esquerdas armadas urbanas (1964-1974)”. In: RIDENTI, Marcelo & AARÃO REIS, Daniel (orgs.). *História do marxismo no Brasil: partidos e movimentos após os anos 60*. vol. 6. São Paulo: UNICAMP, 2007b.

ROCHA, Marina Maria de Lira. “*Uma onda de lama e sangue ameaça cobrir a República*”: Os discursos sobre a violência no governo de Isabelita Perón (junho de 1975-março de 1976). Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2011.

_____. “O homem, o papel e a estrela: de como o Exército Revolucionário do Povo escreveu aos argentinos”. *Anais Eletrônicos da IV Semana de História Política/ I Seminário Nacional de História: Política e Cultura & Política e Sociedade*. Rio de Janeiro: UERJ, 2009.

ROLLEMBERG, Denise & QUADRAT, Samantha Viz. (orgs.). *A construção social dos regimes autoritários: legitimidade, consenso e consentimento no século XX*. Volume II: Brasil e América Latina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

ROLLEMBERG, Denise. “Esquerdas revolucionárias e luta armada”. In: FERREIRA, Jorge & NEVES, Lucília de Almeida (orgs.). *O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. (Coleção O Brasil Republicano, v. 4)

_____. “Esquecimento das memórias”. In: MARTINS FILHO, João Roberto (org.). *O golpe de 1964 e o regime militar: novas perspectivas*. São Carlos: EDUFSCar, 2006.

_____. *O apoio de Cuba à luta armada no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad, 2001.

_____. *Exílio: entre raízes e radares*. Rio de Janeiro: Record, 1999.

ROMERO, Luis Alberto. *Breve história contemporânea de Argentina*. México: Fondo de Cultura Econômica, 1994.

RONIGER, Luis. “Reflexões sobre o exílio como tema de investigação: avanços teóricos e desafios”. In: QUADRAT, Samantha Viz (org.). *Caminhos Cruzados: História e memória dos exílios latino-americanos no século XX*. Rio de Janeiro: FGV, 2011.

ROUQUIÉ, Alain. *O Estado militar na América Latina*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1984.

_____. *Poder militar y sociedad política en la Argentina*. Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 1981.

ROUSSO, Henry. “A memória não é mais o que era”. In: FERREIRA, Marieta de Moraes & AMADO, Janaína (orgs.). *Usos e abusos da história oral*. 5ª edição. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2002.

RUIZ, Esther & PARIS, Juana. “Ser militante en los sesenta”. In: BARRÁN, José Pedro; CAETANO, Gerardo & PORZECANSKI, Teresa (orgs.). *Historias de la vida privada en el Uruguay. Tomo 3: Individuo y soledades (1920-1990)*. Montevideu: Ediciones Santillana,

1998.

SADER, Emir; JINKINGS, Ivana; NOBILE, Rodrigo; MARTINS, Carlos Eduardo (orgs.). *Latinoamericana: Enciclopédia Contemporânea da América Latina e do Caribe*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2006.

SAID, Edward. *Fora do lugar*. São Paulo: Cia das Letras, 2003.

SAIN, Marcelo Fabián. “Argentina: democracia e Forças Armadas – entre a subordinação militar e os ‘defeitos’ civis”. In: D'ARAUJO, Maria Celina & CASTRO, Celso (orgs.). *Democracia e Forças Armadas no Cone Sul*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2000.

SALAZAR, Gabriel. *La violencia política popular en las “Grandes Alamedas”: La violencia política en Chile (1947-1987)*. Santiago: LOM Ediciones, 2006.

SALES, Jean Rodrigues. “Da luta armada ao governo Lula: a história do Partido Comunista do Brasil (PCdoB)”. In: FERREIRA, Jorge & AARÃO REIS, Daniel (orgs.). *Revolução e democracia (1964-...)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. (Coleção As esquerdas no Brasil, v. 3).

_____. *A luta armada contra a ditadura militar: a esquerda brasileira e a influência da Revolução Cubana*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2007.

_____. *O impacto da revolução cubana sobre as organizações comunistas brasileiras (1959-1974)*. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

SALINAS, Sergio. “Brasileños y ciencias sociales en el Chile de La Unidad Popular”. *Revista Eletrônica da ANPHLAC*, nº 18, janeiro-julho de 2015. Disponível em: <<http://revistas.fflch.usp.br/anphlac/article/view/2246>>.

SANTIS, Daniel de. *La historia del PRT-ERP por sus protagonistas*. Buenos Aires: Editora Guevarista, 2011.

_____. *Entre tupas y perros: um debate com Eleutério Fernandez Huidobro y Luis Mattini sobre Tupamaros y el PRT-ERP*. 2ª edição. Buenos Aires: R y R, 2009.

_____. *A vencer o morir – Historia del PRT-ERP (Documentos)*. 2 vol. Buenos Aires: Nuestra America, 2004.

SANTOS, Eric Assis. *A transição à democracia no Chile: rupturas e continuidades do projeto ditatorial (1980-1990)*. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2014.

SANTOS, Fábio Luis Barbosa dos. “Nuestra América segundo José Martí: Soberania e modernidade alternativa em Cuba no final do século XIX”. *Revista Contemporânea*, Ano 2, nº 2, 2012. Disponível em: <http://www.historia.uff.br/nec/sites/default/files/02.Fabio_Santos_0.pdf>.

SARLO, Beatriz. *Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva*. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: UFMG, 2007.

SASSO, Rolando. *Tupamaros: El auge de la propaganda armada*. Montevidéo: Editorial Fin de Siglo, 2012.

SCHILLING, Flávia. *Querida liberdade*. São Paulo: Global, 1980.

SCHMIEDECKE, Natália Avo. *“Não há revolução sem canções: utopia revolucionária na Nova Canção Chilena, 1966-1973*. São Paulo: Alameda, 2015.

SCORON, Pedro (org). *Contribuição para uma história da América Latina*. São Paulo: Edições Populares, 1982.

SEGATTO, José Antonio. “O PCB e a revolução nacional-democrática”. In: MAZZEO, Antonio Carlos & LAGOA, Maria Izabel (orgs.). *Corações vermelhos: os comunistas brasileiros do século XX*. São Paulo: Cortez, 2003.

_____. *Breve história do PCB*. Belo Horizonte: Oficina dos Livros, 1989.

SEGOVIA, Alfredo Riquelme. *Rojo atardecer: El comunismo chileno entre dictadura y democracia*. Santiago: Centro de Investigaciones Diego Barros Arana, 2009.

SEOANE, Maria. *Todo o nada, la historia secreta y pública de Mario Roberto Santucho, el jefe guerrillero de los años setenta*. Buenos Aires: Planeta, 2003.

SERVICIO PAZ y JUSTICIA (SERPAJ). *Uruguay Nunca Más. Informe sobre la violación a los derechos humanos (1972-1985)*. Montevidéo: SERPAJ, 1989.

SETEMY, Adrianna Cristina Lopes. *Sentinelas das Fronteiras: o Itamaraty e a diplomacia brasileira na produção de informações para o combate ao inimigo comunista (1935-1966)*. Tese (Doutorado em História) – Instituto de História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2013.

SILVA, Izabel Priscila Pimentel da. “‘En el Camino del Che’: Ditaduras Militares, Luta Armada e Internacionalismo Revolucionário na América do Sul nas Décadas de 1960 e 1970”. *Cadernos do Tempo Presente*, v. 15, 2014.

_____. “Páginas Revolucionárias: A Revista Che Guevara e a Defesa da Luta Armada e do Internacionalismo Latino-Americano na Década de 1970”. *Revista Dia-logos* (Rio de Janeiro), v. 8, 2014.

_____. “Nas trilhas de Guevara: a esquerda armada sul-americana e a trajetória da Junta de Coordinación Revolucionária na década de 1970”. *Anais Eletrônicos do XI Encontro Internacional da Associação Nacional de Pesquisadores de História das Américas (ANPHLAC)*. Niterói: ANPHLAC, 2014.

_____. *Os filhos rebeldes de um velho camarada: a Dissidência Comunista da Guanabara (1964-1969)*. Dissertação (Mestrado em História Social) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói (RJ), 2009.

SILVA, Sandro Ramom Ferreira da. *O tempo das utopias: Religião e romantismos revolucionários no imaginário da Teologia da Libertação dos anos 1960 aos 1990*. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2013.

SILVA JUNIOR, Edson Teixeira da. *Carlos, a face oculta de Marighella*. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

SIRINELLI, Jean-François. “A geração”. In: FERREIRA, Marieta de Moraes & AMADO, Janaína (orgs.). *Usos e abusos da história oral*. 5ª ed. Rio de Janeiro, FGV, 2002.

_____. “Os intelectuais”. In: REMÓND, René (org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

SLATMAN, Melisa. “Para um balance necesario: la relación entre la emergencia de la junta de Coordinación Revolucionaria y el Operativo Cóndor. Cono Sur, 1974-1978”. *Testimonios. Revista de la Asociación de Historia Oral de la República Argentina*, vol. 2, Buenos Aires, 2010. Disponível em: <http://www.cedema.org/uploads/Slatman_JCR.pdf>.

_____. “Revisando una hipótesis: las relaciones entre la emergencia de la Junta de Coordinación Revolucionaria y la estructuración de la Operación Cóndor (1972-1978)”. IX Encuentro Nacional y III Congreso Internacional de Historia Oral de la República Argentina “Los usos de la Memoria y la Historia Oral”, Outubro de 2009. Disponível em: <http://www.historiaoralargentina.org/attachments/article/eho2009/Memoriaydictadura/Slatman-Melisa.pdf>>.

SOIHET, Rachel. “Introdução”. In: ABREU, Martha & SOIHET, Rachel (orgs.). *Ensino de História: conceitos, temáticas e metodologias*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra/FAPERJ, 2003.

SOUZA, Jessie Jane Vieira de. “A Igreja Católica e a política na Argentina: um debate historiográfico”. *Dimensões – Revista de História da UFES*, vol. 20, 2008. Disponível em: <www.periodicos.ufes.br/dimensoes/article/download/2474/1970>.

SVAMPA, Maristella. “El populismo imposible y sus actores, 1973-1976”. In: JAMES, Daniel (org.). *Violencia, proscripción y autoritarismo (1955-1976)*. Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 2007. Colección Nueva Historia Argentina, Tomo 9.

SZNAJDER, Mario. “Os exílios latino-americanos”. In: QUADRAT, Samantha Viz (org.). *Caminhos cruzados: História e memória dos exílios latino-americanos no século XX*. Rio de Janeiro: FGV, 2011.

SZURMUK, Mónica & McKee, Robert (orgs.). *Diccionario de estudios culturales latinoamericanos*. México: Siglo XXI Editores; Instituto Mora, 2009.

TAIBO II, Paco Ignácio; ESCOBAR, Froilán & GUERRA, Félix. *O ano que vivemos em lugar nenhum: A missão secreta de Che Guevara*. São Paulo: Scritta, 1995.

TAVARES, Flávio. *Memórias do esquecimento – os segredos dos porões da ditadura*. Rio de Janeiro: Record, 2005.

TARCUS, Horacio (org). *Diccionario biográfico de la izquierda argentina*. Buenos Aires: Emecé Editores, 2007.

THIESEN, Icléia (org). *Documentos sensíveis: Informação, arquivo e verdade na ditadura de 1964*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2014.

TRISTÁN, Eduardo Rey. *A la vuelta de la esquina: La izquierda revolucionaria uruguaya, 1955-1973*. Montevidéo: Editorial Fin de Siglo, 2006.

_____. “La Organización Latinoamericana de Solidaridad (OLAS) y la polémica sobre las formas de la revolución latinoamericana. El caso uruguayo”. In: GUTIERREZ ESCUDERO, Antonio & CUETOS, María Luisa Laviana. (orgs.) *Estudios sobre America, siglos XVI-XX*. Sevilla, AEA, 2005.

TROTSKI, Leon. *A revolução traída*. Lisboa: Antídoto, 1977.

UNIVERSIDAD DE LA REPÚBLICA ORIENTAL DEL URUGUAY (UDELAR). *Investigación histórica sobre la dictadura y el terrorismo de Estado en el Uruguay*. Tomos I, II e III. Montevidéo: UDELAR, 2008.

VAINFAS, Ronaldo. “A luz própria de Leonel Brizola: do trabalhismo getulista ao *socialismo moreno*”. In: FERREIRA, Jorge & AARÃO REIS, Daniel (orgs.). *Revolução e democracia (1964-...)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. (Coleção As esquerdas no Brasil, v. 3).

VALDIVIA, Verônica; ÁLVAREZ, Rolando; PINTO, Julio; DANOSO, Karen & LEIVA Sebastián. *Su revolución contra nuestra revolución. Vol II: La pugna marxista-gremialista en los ochenta*. Santiago: LOMK Ediciones, 2008.

VALDIVIA, Verônica; ÁLVAREZ, Rolando & PINTO, Julio. *Su revolución contra nuestra revolución: Izquierdas y derechas em el Chile de Pinochet (1973-1981)*. Santiago: LOM Ediciones, 2006.

VERDUGO, Patricia. *Como os EUA derrubaram Allende: Chile, 1973*. Santiago: Revan, 2003.

VEZZETI, Hugo. *Sobre la violencia revolucionaria. Memorias y olvidos*. Buenos Aires: Siglo XXI, 2009.

VITALE, Luis. *Contribución a la historia del MIR (1965-1970)*. Santiago: Instituto de Investigación de Movimientos Sociales “Pedro Vuskovic”, 1999.

WASSERMAN, Claudia. “Raíces do pensamento autoritário na América latina”. In: ABREU, Luciano Aronne & MOTTA, Rodrigo Patto Sá (orgs.). *Autoritarismo e cultura política*. Porto Alegre: FGV; Edipucrs, 2013.

_____. “A trajetória de um grupo de intelectuais brasileiros, seu périplo latino-americano”. In: FERNANDES, Luiz Estevam de Oliveira (org.). *História da América, historiografia e interpretações*. Ouro Preto: EDUFOP, 2012a.

_____. “Transição ao socialismo e transição democrática: exilados brasileiros no Chile”. *História Unisinos*, volume 16, nº 1, São Leopoldo, janeiro-abril de 2012b.

_____. “Ruy Mauro Marini: o exílio político e o surgimento de um latino-americanista”. In: WASSERMAN, Claudia & DEVÉS-VALDÉS, Eduardo (orgs). *Pensamento latino-americano: além das fronteiras nacionais*. Porto Alegre: UFRGS, 2010.

_____ & GUAZZELLI, César Augusto Barcellos. *Ditaduras militares na América Latina*. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2004.

WEISZ, Eduardo. *El PRT-ERP: Claves para una interpretación de su singularidad. Marxismo, internacionalismo y clasismo*. Buenos Aires: Ediciones del Centro Cultural de la Cooperación Floreal Gorini, 2006.

_____. “El PRT-ERP: Nueva Izquierda e Izquierda Tradicional”. *Cuadernos de Trabajo*, nº 30. Buenos Aires: Ediciones del Instituto Movilizador de Fondos Cooperativos, 2004.

WINN, Peter. *A revolução chilena*. São Paulo: UNESP, 2009.

WINOCK, Michel. “As ideias políticas”. In: RÉMOND, René (org.). *Por uma história política*. 2ª edição. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

WORONTZOFF, Madeleine. *Nome: Lenine. Profissão: Jornalista. Lenine e a imprensa revolucionária*. Lisboa: Antídoto, 1977.

YANKELEVICH, Pablo. “Estudar o exílio”. In: QUADRAT, Samantha Viz (org.). *Caminhos cruzados: História e memória dos exílios latino-americanos no século XX*. Rio de Janeiro: FGV, 2011.

ZIRALDO. *1964-1984: 20 anos de prontidão*. Rio de Janeiro: Record, 1984.